ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLII Nº 237

Brasília - DF, sexta-feira, 11 de dezembro de 2015

Sumário

PÁGINA

Atos do Congresso Nacional 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 2
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 2
Ministério da Cultura 8
Ministério da Defesa 25
Ministério da Educação 27
Ministério da Fazenda 28
Ministério da Integração Nacional 40
Ministério da Justiça 40
Ministério da Saúde 44
Ministério das Cidades 49
Ministério das Comunicações 50
Ministério de Minas e Energia 53
Ministério do Desenvolvimento Agrário 61
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 61
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 63
Ministério do Esporte 64
Ministério do Meio Ambiente 64
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 65
Ministério do Trabalho e Previdência Social 73
Ministério dos Transportes 75
Ministério Público da União 79
Tribunal de Contas da União 87
Poder Legislativo 119
Poder Judiciário 120
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 198

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 293, DE 2015

Susta os efeitos da Portaria Interministerial nº 192, de 5 de outubro de 2015, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Meio Ambiente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam sustados os efeitos normativos da Portaria Interministerial nº 192, de 5 de outubro de 2015, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Meio Ambiente.

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Art. 2º O Poder Executivo adotará as providências necessárias ao cumprimento deste Decreto Legislativo.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 10 de dezembro de 2015
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 48, DE 2015

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 698**, de 23 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, no mesmo dia, mês e ano, em Edição Extra, que "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre operações de financiamento habitacional com desconto ao beneficiário concedido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para aquisição de imóveis no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida construídos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 10 de dezembro de 2015
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nºs 535 e 536, de 9 de dezembro de 2015. Comunica à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, respectivamente, que se ausentará do País no dia 10 de dezembro de 2015, por ocasião da posse do Presidente argentino, Senhor Maurício Macri.

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 9 de dezembro de 2015

Entidade: AR SCC CHECK, vinculada à AC SERASA CD, AC SERASA RFB E AC SERASA JUS
Processos nºs: 00100.000313/2003-91/ 00100.000029/2003-14 / 00100.00002/2008-36

Acolhem-se as Notas nºs 1019/2015/FML/PFE-ITI/PGF/AGU, 838/2015/APG/PFE-ITI/PGF/AGU, 1017/2015/APG/PFE-ITI/PGF/AGU, que opinam pelo deferimento do pedido de alteração de endereço da Instalação Técnica AR SCC CHECK, vinculada à AC SERASA CD, AC SERASA RFB E AC SERASA JUS listado abaixo, para as Políticas de Certificados credenciadas.

Endereço da AR
Anterior: Avenida São Paulo, 1061, 6º Andar, Sala 620 - Zona 1, Maringá/PR
Novo: Rua Nassib Haddad, 722 - Zona 05, Maringá/PR

Entidade: AR NEGÓCIO DIGITAL, vinculada à AC CERTISIGN RFB
Processo nº: 00100.000183/2003-96

Acolhe-se a Nota nº 1033/2015/FML/PFE-ITI/PGF/AGU que opina pelo deferimento do pedido de Credenciamento Simplificado da AR NEGÓCIO DIGITAL vinculada à AC CERTISIGN RFB, localizada na Rua Senador Dantas, nº 71, Sobreloja 201 Parte, Centro, Rio de Janeiro/RJ para as Políticas de Certificados credenciadas. Em vista disso, e consoante com o disposto no item 2.2.3.3.3, do DOC-ICP-03, defere-se o credenciamento.

Entidade: AR QUEIROZ e MANTOVAN, vinculada à AC SINCOR RFB e AC CERTISIGN RFB
Processos nºs: 00100.000306/2007-12 / 00100.000183/2003-96

Acolhem-se as Notas nºs 1055/2015/APG/PFE-ITI/PGF/AGU e 1028/2015/FML/PFE-ITI/PGF/AGU que opinam pelo deferimento do pedido de Credenciamento Simplificado da AR QUEIROZ e MANTOVAN vinculada à AC SINCOR RFB e AC CERTISIGN RFB, localizada na Rua Ipiranga, nº 125, Comércio 10 e 11, Vila Ema, São José dos Campos/SP, para as Políticas de Certificados credenciadas. Em vista disso, e consoante com o disposto no item 2.2.3.3.3, do DOC-ICP-03, defere-se o credenciamento.

Entidade: AR FINANCIER, vinculada à AC CERTISIGN RFB
Processo nº: 00100.000183/2003-96

Acolhe-se a Nota nº 1034/2015/FML/PFE-ITI/PGF/AGU que opina pelo deferimento do pedido de Credenciamento Simplificado da AR FINANCIER vinculada à AC CERTISIGN RFB, localizada na Avenida Ayrton Senna, nº 3000, Salas 3008 a 3009, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, para as Políticas de Certificados credenciadas. Em vista disso, e consoante com o disposto no item 2.2.3.3.3, do DOC-ICP-03, defere-se o credenciamento.

Entidade: AR SOU CERTIFICADORA, vinculada à AC CERTISIGN JUS
Processo nº: 00100.000183/2003-96

Acolhe-se a Nota nº 1076/2015/DSB/PFE-ITI/PGF/AGU que opina pelo deferimento do pedido de Credenciamento Simplificado da AR SOU CERTIFICADORA vinculada à AC CERTISIGN JUS, localizada na Rua Cinco de Abril, Nº 900, CASA B, Barra Velha Marabá, Marabá/PA, para as Políticas de Certificados credenciadas. Em vista disso, e consoante com o disposto no item 2.2.3.3.3, do DOC-ICP-03, defere-se o credenciamento.

Entidade: AR ARPEN SP, vinculada à AC CERTISIGN RFB, AC CERTISIGN JUS e AC OAB
Processo nº:00100.000208/2006-02

Acolhem-se as Notas nºs 1031/2015/FML/PFE-ITI/PGF/AGU / 1030/2015/FML/PFE-ITI/PGF/AGU / 1029/2015/FML/PFE-ITI/PGF/AGU / 1032/2015/FML/PFE-ITI/PGF/AGU / 990/2015/APG/PFE-ITI/PGF/AGU / 986/2015/APG/PFE-ITI/PGF/AGU / 989/2015/APG/PFE-ITI/PGF/AGU / 987/2015/APG/PFE-ITI/PGF/AGU / 1008/2015/APG/PFE-ITI/PGF/AGU / 1005/2015/APG/PFE-ITI/PGF/AGU / 1007/2015/APG/PFE-ITI/PGF/AGU / 1006/2015/APG/PFE-ITI/PGF/AGU que opinam pelo deferimento do pedido de Autorização de Funcionamento Simplificado de ITs, da AR ARPEN SP, vinculada à AC CERTISIGN RFB, AC CERTISIGN JUS e AC OAB, com localização listada abaixo, para as Políticas de Certificados credenciadas.

Nome da IT	Endereço
IT 6º RTD do Rio de Janeiro	Rua do Carmo, nº 57, Salas 301 a 305, Centro, Rio de Janeiro/RJ
IT RC de Votuporanga/SP	Rua Alagoas, nº 3111, Loteamento Bandeirantes, Votuporanga/SP
IT Aldeia/SP	Rua Antônio Pasinato, nº 69, Jardim Timbauhy, Barueri/SP
IT RC de Sabino/SP	Rua Padre Anchieta, nº 890, Centro, Sabino/SP

Entidade: AR ALIANÇA, vinculada à AC BR RFB
Processo nº: 00100.000126/2008-11

Acolhe-se a Nota nº 1095/2015/APG/PFE-ITI/PGF/AGU que opina pelo deferimento do pedido de Credenciamento Simplificado da AR ALIANÇA vinculada à AC BR RFB, localizada na Rua Governador Portela, nº 671, Lote 28, Centro, Nova Iguaçu/RJ, para as Políticas de Certificados credenciadas. Em vista disso, e consoante com o disposto no item 2.2.3.3.3, do DOC-ICP-03, defere-se o credenciamento.

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO
Substituto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RESOLUÇÃO Nº 370, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2015

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos XIX, XXI e XLVI, da mencionada Lei, e considerando o que consta do processo nº 00058.009924/2015-09, deliberado e aprovado na 16ª Reunião Deliberativa da Diretoria, realizada em 8 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Revogar:

I - a Portaria nº 806, de 24 de julho de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 25 de julho de 2007, Seção 1, página 17; e

II - a Portaria nº 327, de 7 de março de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 10 de março de 2008, Seção 2, página 8.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL
GERÊNCIA TÉCNICA DE FATORES HUMANOS

PORTARIAS DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 670, de 19 de março de 2015, e nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67), e com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 3.290 - Credenciar, por 3 (três anos), a Clínica OTOCLÍNICA CLÍNICA MÉDICA DE OTORRINOLARINGOLOGIA LTDA.- ME (Nome Fantasia: OTOCLÍNICA), CNPJ 07.645.832/0001-04, CRM-MT 4857 - CLC16, para a realização de exames de saúde pericial no endereço Rua Júlio de Castilho, nº 197-S, sala 02, Centro, Lucas do Rio Verde - MT, para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 1ª, 2ª e 4ª classes. Processo nº 00065.089976/2015-53.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

JAQUES WAGNER
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Nº 3.291 - Revalidar, até 09/01/2019, o credenciamento do médico Eduardo Alexandre Wernersbach Deps, CRM-ES nº 5234- MC90, para a realização de exames de saúde pericial no endereço Rua Octaviano Santos, nº 261, Centro - Domingos Martins - ES, para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª e 4ª classes. Processo nº 00065.139549/2012-81. Fica revogada a Portaria nº 38, de 8 de janeiro de 2013, publicada em Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 2013, Seção 1, página 2.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

SÁVIO VALVIESSE DA MOTTA

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
DIRETORIA EXECUTIVA

EXTRATO DE ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2015

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, às quinze horas e trinta minutos, na Sede Social da Empresa, na Estrada Parque Aeroporto, Setor de Concessionárias e Locadoras, Lote 5, Edifício Sede, em Brasília - DF, realizou-se reunião ordinária da Diretoria Executiva da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO (CNPJ/MF nº 00.352.294/0001-10; NIRE nº 53500000356), sob a presidência de Antonio Gustavo Matos do Vale, encontrando-se presentes os Diretores Adilson Teixeira Lima, Francisco José de Siqueira, Geraldo Moreira Neves, José Irenaldo Leite de Ataide, Marçal Rodrigues Goulart e Mauro Roberto Pacheco de Lima; e, por meio eletrônico, em conformidade com o § 2º do art. 27 do Estatuto Social, o Diretor André Luis Marques de Barros. Na oportunidade, a Diretoria Executiva aprovou a *"(...) alteração de endereço da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, CNPJ nº 00.352.294/0001-10 - NIRE nº 53500000356, SCS - Quadra 04 bloco A, nº 58 - Ed. Infraero - Asa Sul - Brasília - DF - CEP: 70310-500, para Estrada Parque Aeroporto, Setor de Concessionárias e Locadoras, lote 5, Ed. Sede - Setor de Habitações Individuais - Brasília - DF - CEP: 71608-050 (...)"*. Este documento é parte transcrita do original lavrado em livro próprio. Brasília-DF, 24 de junho de 2015.

Certidão da Junta Comercial do Distrito Federal: "CERTIFICO O REGISTRO EM:25/11/2015 SOB O Nº.: 20151036888.

REGINA MARIA SANTOS RODRIGUES
Chefe de Assessoria da Secretaria Executiva

EXTRATO DE ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2015

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, às quinze horas e trinta minutos, na Sede Social da Empresa, na Estrada Parque Aeroporto, Setor de Concessionárias e Locadoras, Lote 5, Edifício Sede, em Brasília - DF, realizou-se reunião ordinária da Diretoria Executiva da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO (CNPJ/MF nº 00.352.294/0001-10; NIRE nº 53500000356), sob a presidência de Antonio Gustavo Matos do Vale, encontrando-se presentes os Diretores Adilson Teixeira Lima, Francisco José de Siqueira, Geraldo Moreira Neves, José Irenaldo Leite de Ataide, Marçal Rodrigues Goulart e Mauro Roberto Pacheco de Lima; e, por meio eletrônico, em conformidade com o § 2º do art. 27 do Estatuto Social, o Diretor André Luis Marques de Barros. Na oportunidade, a Diretoria Executiva aprovou a *"(...) alterações de título do estabelecimento (nome de fantasia) e de endereço da Superintendência Regional do Centro-Oeste, CNPJ nº 00.352.294/0156-57 - NIRE nº 53900247413, ST Setor de Habitações Individuais Sul, S/N - Anexo Aeroporto Int. - Teca - Lago Sul - Brasília - DF - CEP: 71608-900, para Centro de Suporte Técnico-Administrativo de Brasília, SCS - Quadra 04 bloco A, Lote 58 - Ed. Infraero - Asa Sul - Brasília - DF - CEP: 70310-500 (...)"*. Este documento é parte transcrita do original lavrado em livro próprio. Brasília-DF, 24 de junho de 2015.

Certidão da Junta Comercial do Distrito Federal: "CERTIFICO O REGISTRO EM:25/11/2015 SOB O Nº.: 20151036861.

REGINA MARIA SANTOS RODRIGUES
Chefe de Assessoria da Secretaria Executiva

EXTRATO DE ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2015

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, às quinze horas e trinta minutos, na Sede Social da Empresa, na Estrada Parque Aeroporto, Setor de Concessionárias e Locadoras, Lote 5, Edifício Sede, em Brasília - DF, realizou-se reunião ordinária da Diretoria Executiva da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO (CNPJ/MF nº 00.352.294/0001-10; NIRE nº 53500000356), sob a presidência de Antonio Gustavo Matos do Vale, encontrando-se presentes os Diretores Adilson Teixeira Lima, Francisco José de Siqueira, Geraldo Moreira Neves, José Irenaldo Leite de Ataide, Marçal Rodrigues Goulart e Mauro Roberto Pacheco de Lima; e, por meio eletrônico, em conformidade com o § 2º do art. 27 do Estatuto Social, o Diretor André Luis Marques de Barros. Na oportunidade, a Diretoria Executiva aprovou a *"(...) alterações de título do estabelecimento (nome de fantasia) e de endereço da Superintendência Regional do Rio de Janeiro, CNPJ nº 00.352.294/0158-19 - NIRE nº 33900955772, Av. 20 de Janeiro, S/N, Andar Quarto Edif. UAC Anexo Galeão - Ilha do Governador - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21941-900, para Centro de Suporte Técnico-Administrativo do Rio de Janeiro, Rua da Assembleia, 100, salas 2101, 2301, 2401, 2501, 2601, 2701, 2801 e 2901, Ed. City Tower - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20011-904 (...)"*. Este documento é parte transcrita do original lavrado em livro próprio. Brasília-DF, 24 de junho de 2015.

Certidão da Junta Comercial do Distrito Federal: "CERTIFICO O REGISTRO EM:25/11/2015 SOB O Nº.: 20151036870.

REGINA MARIA SANTOS RODRIGUES
Chefe de Assessoria da Secretaria Executiva

EXTRATO DE ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2015

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, às quinze horas e trinta minutos, na Sede Social da Empresa, na Estrada Parque Aeroporto, Setor de Concessionárias e Locadoras, Lote 5, Edifício Sede, em Brasília - DF, realizou-se reunião ordinária da Diretoria Executiva da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO (CNPJ/MF nº 00.352.294/0001-10; NIRE nº 53500000356), sob a presidência de Antonio Gustavo Matos do Vale, encontrando-se presentes os Diretores Adilson Teixeira Lima, Francisco José de Siqueira, Geraldo Moreira Neves, José Irenaldo Leite de Ataíde, Marçal Rodrigues Goulart e Mauro Roberto Pacheco de Lima; e, por meio eletrônico, em conformidade com o § 2º do art. 27 do Estatuto Social, o Diretor André Luis Marques de Barros. Na oportunidade, a Diretoria Executiva aprovou a *"(...) abertura do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ para o Centro de Distribuição de Suprimentos do Rio de Janeiro, situado à Rua Maria Rodrigues nº 118/134, no Bairro de Olaria, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 21031-490 (...)"*. Este documento é parte transcrita do original lavrado em livro próprio. Brasília-DF, 24 de junho de 2015.

Certidão da Junta Comercial do Distrito Federal: "CERTIFICO O REGISTRO EM:25/11/2015 SOB O Nº.: 20151036853.

REGINA MARIA SANTOS RODRIGUES
Chefe de Assessoria da Secretaria Executiva

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 100, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 13 e 45 do Anexo I do Decreto nº 8.492, de 13 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.002391/2014-81, resolve:

Art. 1º Suspender, a pedido, o credenciamento do Animal Labor Especialidades Laboratoriais Ltda. - ME, CNPJ nº 07.258.781/0001-68, situado na Rua Dr. Alvim, nº 947, Bairro São Dimas, CEP: 13.416-259, Piracicaba/SP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 458, de 30 de novembro de 2015, publicada no DOU de 05/12/2015, pág. 3 da Seção 1, Onde se lê: cancelar a pedido do interessado a habilitação concedida ao médico veterinário RAFAEL PERGHER, CRMV/SC N°3972, para emitir Guia de Transito Animal- GTA, Leia-se: Cancelar a pedido do interessado a habilitação concedida ao médico veterinário Credenciamento para emissão de Certificado de Inspeção Sanitária Modelo- E (CIS-E).

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.104, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Habilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.002594/2015-94, de 07/07/2015, resolvem:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art.1º Habilitar a empresa Flextronics International Tecnologia Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 74.404.229/0005-51, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação dos seguintes bens:

I - Impressora a laser, monocromática, com velocidade de impressão superior ou igual a 20 ppm; e

II - Impressora a laser, monocromática, com velocidade de impressão superior ou igual a 70 ppm, com funções de cópia e digitalização de imagem.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem os bens mencionados neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 73, de 30 de janeiro de 2002.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização dos bens relacionados no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos dos produtos relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.002594/2015-94, de 07/07/2015.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO PANSERA
Ministro de Estado da Ciência,Tecnologia e Inovação.

ARMANDO MONTEIRO
Ministro de Estado do Desenvolvimento,Indústria e Comércio Exterior

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.105, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Habilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.002594/2015-94, de 07/07/2015, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Flextronics International Tecnologia Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 74.404.229/0002-09, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação dos seguintes bens:

I - Impressora a laser, monocromática, com velocidade de impressão superior ou igual a 20 ppm; e

II - Impressora a laser, monocromática, com velocidade de impressão superior ou igual a 70 ppm, com funções de cópia e digitalização de imagem.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem os bens mencionados neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 760, de 13 de dezembro de 2001.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização dos bens relacionados no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos dos produtos relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.002594/2015-94, de 07/07/2015.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO PANSERA
Ministro de Estado da Ciência,Tecnologia e Inovação

ARMANDO MONTEIRO
Ministro de Estado do Desenvolvimento,Indústria e Comércio Exterior

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.106, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Habilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.001521/2015-85, de 29/04/2015, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Gefran Brasil Eletroeletrônica Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 66.538.570/0001-48, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação dos seguintes bens:

I - Controlador automático de grandezas não elétricas, baseado em técnica digital;

II - Relé eletrônico, baseado em técnica digital.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação e os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem os bens mencionados neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização dos bens relacionados no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos dos produtos relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.001521/2015-85, de 29/04/2015.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO PANSERA
Ministro de Estado da Ciência,Tecnologia e Inovação

ARMANDO MONTEIRO
Ministro de Estado do Desenvolvimento,Indústria e Comércio Exterior

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.107, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Habilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.002836/2015-40, de 21/07/2015, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Flextronics International Tecnologia Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 74.404.229/0005-51, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Impressora multifuncional a laser, monocromática, com velocidade de impressão superior a 45 ppm.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 73, de 30 de janeiro de 2002.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.002836/2015-40, de 21/07/2015.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO PANSERA
Ministro de Estado da Ciência,Tecnologia e Inovação

ARMANDO MONTEIRO
Ministro de Estado do Desenvolvimento,Indústria e Comércio Exterior

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.108, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Habilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.002836/2015-40, de 21/07/2015, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Flextronics International Tecnologia Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 74.404.229/0002-09, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Impressora multifuncional a laser, monocromática, com velocidade de impressão superior a 45 ppm.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 760, de 13 de dezembro de 2001.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.002836/2015-40, de 21/07/2015.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO PANSERA
Ministro de Estado da Ciência,Tecnologia e Inovação

ARMANDO MONTEIRO
Ministro de Estado do Desenvolvimento,Indústria e Comércio Exterior

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.114, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Transferência de titularidade de benefício fiscal de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, tendo em vista o contido no Processo MCTI nº 01200.003904/2015-98, de 3 de setembro de 2015, e

Considerando que a empresa Siemens Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 44.013.159/0065-80, titular da Portaria Interministerial MCT/MDIC nº 168, de 20 de fevereiro de 2013, publicada em 21 de fevereiro de 2013, nº 1.230, de 12 de novembro de 2014, publicada em 13 de novembro de 2014, e nº 1.237, de 13 de novembro de 2014, publicada em 14 de novembro de 2014, conforme consta da documentação juntada ao Processo acima referido, transferiu a produção dos produtos elencados na referida portaria para Siemens Healthcare Diagnósticos S.A., CNPJ nº 01.449.930/0006-02, que dará prosseguimento às obrigações quanto ao usufruto dos benefícios fiscais regulamentados pelo Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, inclusive respondendo pelo cumprimento do Processo Produtivo Básico (PPB) e por todos os investimentos em pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação, devidos a título de contrapartidas em razão da fruição dos incentivos fiscais, resolvem:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Ficam transferidos da empresa Siemens Ltda, CNPJ nº 44.013.159/0065-80, todos os direitos e obrigações decorrentes da Portaria Interministerial MCT/MDIC nº 168, de 20 de fevereiro de 2013, publicada em 21 de fevereiro de 2013, nº 1.230, de 12 de novembro de 2014, publicada em 13 de novembro de 2014, e nº 1.237, de 13 de novembro de 2014, publicada em 14 de novembro de 2014, para Siemens Healthcare Diagnósticos S.A., CNPJ nº 01.449.930/0006-02.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando convalidados todos os atos praticados pela Siemens Healthcare Diagnósticos S.A., CNPJ nº 01.449.930/0006-02, desde a data da operação.

CELSO PANSERA
Ministro de Estado da Ciência,Tecnologia e Inovação

ARMANDO MONTEIRO
Ministro de Estado do Desenvolvimento,Indústria e Comércio Exterior

PORTARIA Nº 1.109, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCTI nº 01200.003918/2015-10, de 03 de setembro de 2015, que o produto, e respectivo modelo descritos abaixo, desenvolvido pela empresa Intelbras S.A. Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 82.901.000/0001-27, atende à condição de bem de informática e automação desenvolvido no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto: Terminal IP para transmissão e recepção de voz e dados (telefone IP).

Modelo: TELEFONE IP TIP 100 LITE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO PANSERA

PORTARIA Nº 1.110, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCTI nº 01200.002005/2015-78, de 02 de junho de 2015, que o produto, e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvido pela empresa Teracom Telematica S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 02.820.966/0001-09, atende à condição de bem de informática e automação desenvolvido no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto: Comutador (Switch) de interface, com pelo menos uma porta óptica.

Modelos: DM1200E 24GP+4GX; DM1200E 24GP+4XS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO PANSERA

PORTARIA Nº 1.111, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCTI nº 01200.003915/2015-78, de 03 de setembro de 2015, que o produto, e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvido pela empresa Teracom Telematica S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 02.820.966/0001-09, atende à condição de bem de informática e automação desenvolvido no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto: Comutador (Switch) de interface, com pelo menos uma porta óptica.

Modelos: DM4100 ETH24GX+4XS+MPLS; DM4100 ETH24GX+4XS+L3; DM4100 ETH24GX+2XS+S+MPLS; DM4100 ETH24GX+2XS+S+L3.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO PANSERA

PORTARIA Nº 1.112, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCTI nº 01200.002663/2015-60, de 09 de julho de 2015, que o produto, e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvido pela empresa Fibracem Teleinformática Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 02.010.281/0001-99, atende à condição de bem de informática e automação desenvolvido no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto: Cabo de fibra óptica, com revestimento externo de material dielétrico.

Modelo: DROP-F8-MM; DROP-F8-MM XXF (62,5/125); DROP-F8-MM 01F (50/125); DROP-F8-SM XXF (9/125); MINI DROP CFOAC - SM.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO PANSERA

PORTARIA Nº 1.113, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCTI nº 01200.001638/2015-69, de 06 de maio de 2015, que os produtos e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvidos pela empresa Maxtrack Industrial Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 04.188.944/0001-95, atendem às condições de bens de informática e automação, desenvolvidos no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto 1: Rastreador para veículos automotores, com GPS e comunicação via telefone.

Modelo: MXT-142.

Produto 2: Rastreador portátil com uso de GPS e comunicação via rede celular.

Modelo: MXT-130 D.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO PANSERA

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.830/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 188ª. Reunião Ordinária ocorrida em 10/12/2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.003213/2015-94

Requerente: BioVertis Produção Agrícola Ltda.

CNPJ: 13.808.161/0001-58

Endereço: Fazenda Andorinha - Rd. AL 220, Km 6,5 - Zona Rural s/n - Barra de São Miguel - AL

Assunto: Emissão de Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB.

Decisão: Deferido

A CTNBio, após pedido de emissão de CQB para as atividades de pesquisa em regime de contenção, liberação planejada no meio ambiente, transporte, avaliação de produto, descarte, armazenamento de plantas geneticamente modificadas pertencentes à classe de risco 1, concluiu pelo DEFERIMENTO. O pedido contempla as seguintes instalações da unidade operativa: Laboratório de Análises; Área de processamento de material; Área de manipulação de mudas; Casa de vegetação e Campo experimental (26,5 ha). A requerente será detentora do CQB nº 405/15. A Comissão Interna de Biossegurança será constituída por: Celso Spada Fiori (Presidente); José Antonio Bressiani, Silvia Kazue Missawa; Hugo Lira Soriano, Robson Firmino da Silva; robson José nascimento de Lima.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.831/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 188ª. Reunião Ordinária ocorrida em 10/12/2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.002083/2015-72

Requerente: Coodetec Desenvolvimento, Produção e Comercialização Agrícola Ltda.

CNPJ: 20.127.294/0001-24

Endereço: BR 467 Km 98 - Caixa Postal 301, CEP 85813-450, Cascavel, PR

Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN8)

Decisão: Deferido

A CTNBio, após solicitação de autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente de soja geneticamente modificada tolerante a herbicida, evento DAS-44406-06, concluiu pelo DEFERIMENTO. O ensaio será conduzido nos Centros de Pesquisa da Coodetec em Rio Verde-GO e Cascavel-PR.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.832/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 188ª. Reunião Ordinária ocorrida em 10/12/2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000642/2015-18

Requerente: Fundecitrus - Fundo de Defesa da Citricultura

CNPJ: 49.729.932/0001-69

Endereço: Av. Dr. Adhemar de Barros, 201 - Araraquara/SP

Assunto: Liberação Planejada no Meio Ambiente (RN06)

Decisão: DEFRIDO

A CTNBio, após análise de pedido para realizar liberação planejada no meio ambiente de citrus geneticamente modificado para alteração dos teores de carotenoides e terpenos do tipo voláteis, concluiu pelo DEFRIMENTO. O ensaio será realizado na unidade operativa de Ibaté/SP.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.833/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 188ª. Reunião Ordinária ocorrida em 10/12/2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004010/1996-19

Requerente: Bayer S.A.

CNPJ: 18.459.628/0043-74

Endereço: Estrada da Rhodia, Faz. São Francisco s/n - Setor EAE CP 921 - Paulínia - SP - CEP: 13140-000 - Telefone: 19-3874-8149

Assunto: Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A CTNBio, após análise de pedido para incluir no seu Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB (CQB 05/96) uma área de campo de 16,34 ha situado na Estação de pesquisa e melhoramento de algodão, situada em Trindade/GO (Fazenda Fazendinha, Floresta e Barro Branco) para realizar atividades de liberação planejada no meio ambiente, transporte, avaliação de produto, descarte com plantas geneticamente modificada da classe de Risco 01, concluiu pelo DEFERIMENTO.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.834/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 188ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10/12/2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.002258/2008-12
Requerente: Universidade Federal do Espírito Santo
CNPJ: 32479123/0001-43
CQB: 265/08
Assunto: Solicitação de Parecer para Extensão de CQB / NB-1
Extrato Prévio: 4877/15
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação de pedido referente à extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB 265/08 para incluir o laboratório de estudos celulares e moleculares do estresse (Lesmol - composto por casa de vegetação, laboratório de cultura de tecidos vegetais e bancada de manipulação de microrganismos), concluiu pelo DEFERIMENTO.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.835/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 188ª. Reunião Ordinária ocorrida em 10/12/2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000016/2012-71
Requerente: Monsanto do Brasil Ltda.
CNPJ: 64.858.525/0001-45
Endereço: Avenida das Nações Unidas, 12901, Torre Norte 7º Andar, São Paulo-SP.
Assunto: Alteração de liberação planejada de cana geneticamente modificada.

A CTNBio, após análise de pedido para alteração das condições de isolamento e descarte da liberação planejada no meio ambiente de cana de açúcar geneticamente modificada tolerante ao glifosato e cana de açúcar resistente a insetos e tolerante ao glifosato, face a vigência dos novos quesitos da Resolução Normativa 12 da CTNBio, concluiu pelo DEFERIMENTO.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as alterações propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.836/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 188ª Reunião Ordinária, ocorrida em 10 de dezembro de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004438/2015-68
Requerente: Nidera Sementes Ltda.
CQB: 226/06
Endereço: Avenida Arlindo Porto, 439, parte B, Bairro Cristo Redentor, CEP 38.700-222, Patos de Minas/ MG.
Assunto: Liberação Planejada no Meio Ambiente (RN08).
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente solicitou autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente de soja geneticamente modificada para tolerância à herbicidas e resistência à insetos (DAS-44406-6 x DAS-81419-2). O ensaio será conduzido na Estação Experimental da requerente em Uberlândia/ MG com área de OGM de 3.420,0 m^2 e área total de 6.200,0 m^2.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.837/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 188ª Reunião Ordinária, ocorrida em 10 de dezembro de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000368/2015-79
Requerente: Bayer S.A.
CNPJ: 18.459.628/0001-15
Endereço: Rua Domingos Jorge, 1100, prédio 9701, térreo. CEP 04779-900, São Paulo/ SP.
Assunto: Liberação Planejada no Meio Ambiente (RN 6).
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente solicitou autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente de cana-de-açúcar geneticamente modificada contendo genes de interesse relacionado ao metabolismo de carboidratos. Os ensaios serão conduzidos no Centro de Pesquisa e Inovação Bayer em Paulínia/ SP e no Sítio São Sebastião em São Manuel/ SP. Em Paulínia/SP a área de OGM para a Fase 1 será de 982,8 m^2 e a área total será de 1136,8 m^2. Para a Fase 2, a área de OGM será de 5770,8 m^2 em Paulínia/ SP e de 4788,0 m^2 em São Manuel/ SP e a área total será de 7184,8 m^2 em Paulínia/ SP e de 6048,0 m^2 em São Manuel/ SP.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.838/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 188ª Reunião Ordinária, ocorrida em 10 de dezembro de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000787/1997-02.
Requerente: Du Pont do Brasil S.A. - Divisão Pioneer Sementes.
CNPJ: 61.064.929/0043-28.
Endereço: SGAS 902, Lt 74, Cj B, Sala 221 a 224. Bloco A, Ed. Athenas, Asa Sul. CEP 70390-020. Brasília/DF.
Assunto: Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente solicitou à CTNBio incluir em seu CQB nº 013/97 três câmaras climatizadas e duas áreas para descarte de OGM regulados na Unidade de Beneficiamento de Sementes de Itumbiara - GO. As atividades a serem desenvolvidas são uso comercial, transporte, avaliação de produto, detecção e identificação de OGM, descarte e armazenamento com plantas geneticamente modificadas da classe de risco I. Após análise das medidas de biossegurança descritas na solicitação, a CTNBio entendeu que as instalações poderão ser utilizadas apenas para as finalidades propostas e em conformidade com este parecer técnico e com a legislação em vigor. Assim, atendidas as recomendações da CTNBio e as medidas de biossegurança contidas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou prejudicial à saúde humana.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança contidas no processo e neste parecer técnico atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 10 de dezembro de 2015

1ª RELAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE COTA PARA IMPORTAÇÃO - LEI 8.010/90

PROCESSO	ENTIDADE	VALOR US$
0001/1990	Universidade de São Paulo	940.004,45
0002/1990	Universidade Federal de São Paulo	253.218,73
0003/1990	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	9.605.981,46
0004/1990	Universidade Federal de São Carlos	448.200,93
0005/1990	Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A	2.042.264,11
0006/1990	Universidade Estadual de Campinas	1.832.744,22
0007/1990	Fundação Universitária José Bonifácio	5.720.551,66
0008/1990	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo	1.187.624,23
0010/1990	Fundação Bio-Rio	38.508,19
0011/1990	Fundação Faculdade de Medicina	2.240.520,87
0013/1990	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	2.576.458,65
0014/1990	Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária	1.271.579,33
0015/1990	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	5.597,50
0016/1990	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	3.818.119,60
0017/1990	Universidade Federal do Pará	167.311,88
0018/1990	Fundação Universidade de Brasília	588.136,52
0019/1990	Universidade Federal do Rio Grande	1.541.739,16
0020/1990	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	2.164.713,34
0021/1990	Universidade Federal de Minas Gerais	441.949,22
0022/1990	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE	2.740.031,05
0025/1990	Universidade Federal de Alagoas	168.370,56
0026/1990	Fundação de Ciência e Tecnologia	6.811,22
0027/1990	Universidade Federal do Rio de Janeiro	1.621.816,55
0028/1990	Universidade Federal de Santa Catarina	381.318,74
0029/1990	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	13.735.903,17
0037/1990	Fundação Zerbini	130.341,81
0044/1990	Fundação ABC para Assistência e Divulgação Técnica Agropecuária	61.479,89
0045/1990	Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa	558.888,33
0049/1990	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica	601.088,09
0052/1990	Fund. Valeparaibana de Ensino/Universidade do Vale do Paraíba	599.124,72
0057/1990	Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras	711.010,33
0059/1990	Universidade Federal de Itajubá	175.583,31

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

0064/1990	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	1.907.909,81
0065/1990	Instituto de Tecnologia de Alimentos	52.345,57
0066/1990	Fund. da UFPR para o Desenvolv. da Ciência, Tecnologia e Cultura	893.617,11
0069/1990	Universidade Federal do Paraná	498.043,18
0070/1990	Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do HCFMRP	788.073,24
0071/1990	Universidade Federal do Amazonas	145.197,72
0080/1990	Universidade Federal do Ceará	103.267,00
0083/1990	Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP	1.858.913,84
0087/1990	Universidade Federal de Santa Maria	2.841.642,77
0101/1990	Sociedade Beneficente Israelita Brasileira "Hospital Albert Einstein"	2.303.763,21
0102/1990	Fundação Norte Rio Grandense de Pesquisa e Cultura	2.520.895,67
0103/1990	Fund. de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco	592.671,40
0104/1990	Universidade Federal da Paraíba	1.067.266,88
0105/1990	Fund. Instituto Nacional de Telecomunicações/Instituto Nacional de Telecomunicações	141.450,37
0106/1990	Universidade Federal da Bahia	303.620,35
0109/1990	Universidade Federal de Viçosa	50.371,00
0111/1990	Universidade Federal de Pernambuco	321.538,62
0120/1990	Universidade Federal de Goiás	341.301,74
0121/1990	Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas	55.375,15
0122/1990	Universidade Estadual de Maringá	1.846.850,79
0123/1990	Universidade Estadual de Londrina	275.614,54
0131/1990	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	72.534,00
0134/1990	Fundação Gorceix	640.283,96
0135/1990	Fundação Butantan	6.426.261,67
0137/1990	Fundação para o Desenvolvimento da UNESP	475.860,80
0139/1990	Fundação de Apoio a Pesquisa Ensino e Extensão	78.119,19
0143/1990	Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz	202.404,62
0144/1990	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	672.403,41
0145/1990	Fundação Universidade Regional de Blumenau/Univ.Regional de Blumenau	97.776,66
0147/1990	Universidade Federal de Ouro Preto	16.341,00
0152/1990	Associação Paranaense de Cultura/Pontifícia Univ.Católica do Paraná	133.399,00
0154/1990	Sociedade Mineira de Cultura/Pontifícia Univ. Católica de Minas Gerais	136.150,68
0156/1990	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio	74.318,00
0158/1990	Fund. de Estudo e Pesquisa em Medicina Veterinária e Zootecnia	4.999,00
0160/1990	Fundação Arthur Bernardes	1.130.455,85
0163/1990	Associação Pró-Ensino Superior de Novo Hamburgo/Univ. Feevale	284.584,38
0181/1991	Universidade Federal de Lavras	404.248,94
0187/1991	Hospital de Clínicas de Porto Alegre	435.979,09
0192/1991	Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	133.097,00
0207/1991	Fundação de Ciências Aplicadas e Tecnologia Espaciais	1.349.104,91
0219/1991	Fundação Antônio Prudente	1.246.666,37
0225/1991	Fundação Casimiro Montenegro Filho	472.818,90
0227/1991	Universidade Estadual de Ponta Grossa	783.853,37
0231/1991	Fundação Parque Tecnológico da Paraíba	799.555,54
0238/1991	Fundação Universidade de Pernambuco	40.239,00
0242/1991	Fundação Regional Integrada/Univ.Reg.Integrada do Alto Uruguai e das Missões	198.915,50
0243/1991	Instituto Ludwig de Pesquisa sobre o Câncer	33.613,68
0247/1991	Fundação Universidade do Vale do Itajaí/Univ. do Vale do Itajaí	11.315,00
0270/1991	Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará	2.209,24
0281/1991	Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto	1.396.614,41
0284/1991	Universidade do Estado de Santa Catarina	1.216.150,95
0285/1991	Fundação Christiano Ottoni	201.961,89
0298/1992	Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba	181.124,11
0302/1992	Fund.de Apoio Institucional ao Desenvolv. Cient. e Tecnológico	156.784,72
0311/1992	Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa	458.597,67
0326/1992	Sociedade Goiana de Cultura/Pontifícia Univ. Católica de Goiás	141.302,27
0331/1992	Universidade Federal Rural de Pernambuco	545.600,00
0337/1992	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	2.497.436,83
0349/1992	Fund. Educacional de Criciúma/Univ. do Extremo Sul Catarinense	171.233,61
0355/1992	Associação das Pioneiras Sociais	2.626.825,21
0359/1992	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	255.190,24
0360/1992	Fundação Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA	52.307,57
0372/1992	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão	2.344.311,94
0415/1992	Fundação Universidade Federal do Piauí	119.439,02
0444/1993	Fund.Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas	3.516,00
0456/1993	Fundação Arnaldo Vieira de Carvalho/Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo	50.543,00
0464/1993	Casa de Saúde Santa Marcelina	121.552,88
0465/1993	Fundação de Apoio a Cultura, Ensino, Pesquisa e Extensão de Alfenas	566.443,22
0468/1993	Universidade Federal de Alfenas	364.374,56
0469/1993	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	875.315,99
0506/1993	Fund. Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	258.843,00
0513/1993	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	37.744,83
0514/1993	Fundação Universidade Federal do Amapá	99.845,00
0515/1993	Universidade Estadual do Centro-Oeste	3.271,00
0520/1993	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	56.489,46
0534/1993	Fund. Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos	12.503.214,71
0546/1993	Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional	914.399,46
0551/1993	Fundação Ary Frauzino para Pesquisa e Controle do Câncer	191.643,56
0570/1994	Fundação de Apoio à Pesquisa	3.046.069,72
0571/1994	Universidade Estadual de Santa Cruz	45.436,01
0575/1994	Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola	14.771,00
0585/1994	Comissão Nacional de Energia Nuclear/Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear	73.063,69
0589/1994	USP/Instituto de Física de São Carlos	1.247.939,24
0590/1994	USP/Instituto de Química de São Carlos	17.210,00
0625/1995	Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia	439.841,69
0633/1995	Escola de Engenharia de São Carlos	32.909,00
0653/1995	Universidade Federal do Espírito Santo	587.080,99
0656/1995	Instituto de Ciências Biomédicas	91.533,79
0657/1995	Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina	12.960,04
0659/1996	Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto	1.416.420,73
0668/1996	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe	389.642,98
0674/1996	Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão de Itajubá	204.656,80
0677/1996	Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino e Extensão	774.023,03
0687/1996	Laboratório de Poços de Caldas	417.158,60
0693/1997	Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais	4.388.552,62
0695/1997	Escola Politécnica da USP	259.106,92
0697/1997	Instituto de Física da USP	43.039,04
0698/1997	USP/Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas	79.319,22
0699/1997	Instituto de Energia e Ambiente	46.023,47
0701/1997	Faculdade de Ciências Farmacêuticas	17.523,05
0703/1997	Fundação Médica do Rio Grande do Sul	386.925,50
0712/1997	Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos	509.354,51
0725/1998	Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento	1.202.376,80
0726/1998	Fund. de Apoio à Educ., Pesq. e Desenvol.Cient. e Tec. da UTF-PR	71.851,94
0728/1998	Fund. Faculdade Regional de Medicina de São José do Rio Preto	28.500,00
0729/1998	Fundação do Ensino da Engenharia em Santa Catarina	1.241.611,68
0732/1998	Fund. de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias	5.247,32
0737/1998	Instituto Presbiteriano Mackenzie/Univ. Presbiteriana Mackenzie	396.843,43
0740/1998	Fund. Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações	1.521.876,68
0742/1998	Fundação Amazônica de Defesa da Biosfera	178.849,83
0746/1998	Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo	1.149.287,01
0747/1998	Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer	9.225,00
0750/1998	Faculdades Católicas/Pontifícia Univ. Católica do Rio de Janeiro	2.677.111,01
0754/1999	Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia/USP	23.126,95
0760/1999	Fund. para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde	7.788.047,12
0762/1999	Fundação Educacional Ciência e Desenvolvimento	549.319,77
0769/1999	Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento	7.396,61
0770/1999	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	30.880,64
0772/2000	Fundação Espírito Santense de Tecnologia	972.079,97
0774/2000	Associação do Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológico	246.594,88
0776/2000	Fundação de Apoio e Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do MS	18.163,45
0782/2000	Instituto de Biologia Molecular do Paraná	2.933.601,08
0785/2000	Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e a Cultura	833.028,67
0786/2000	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa	1.608.926,49
0789/2000	Instituto do Câncer do Ceará	30.000,00
0791/2000	Instituto de Apoio a Fundação Universidade de Pernambuco	244.350,47
0796/2000	Universidade do Estado do Pará	79.483,52
0809/2001	Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso	456.438,62
0812/2001	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	308.629,54
0814/2001	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	2.280.086,37
0816/2001	Laboratório Nacional de Astrofísica	33.485,21
0819/2001	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da UFRRJ	139.327,02
0824/2001	Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada	24.236,00
0831/2001	SENAI - Departamento Regional do Rio Grande do Norte	617.848,50
0833/2001	Fundação de Apoio Institucional Muraki	448.485,89
0838/2001	Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional a UFF	939.132,37
0846/2002	Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer	108.017,28
0850/2002	Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da UECE	42.018,81
0853/2002	Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas	19.158,68
0860/2002	Fundação Educativa de Rádio e Televisão Ouro Preto	2.476.451,25
0867/2002	Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões	540.382,58
0873/2002	Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Universidade Federal de Mato Grosso	472.408,54
0878/2003	Universidade Federal de Campina Grande	355.967,69
0885/2003	Fundação Ricardo Franco	204.178,90
0887/2003	Fundação de Apoio ao Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes	6.456,00
0901/2003	Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios	73.915,04
0902/2003	Instituto de Desenvolyimento Sustentável Mamirauá	29.408,15
0909/2004	Monte Tabor Centro Ítalo-Brasileiro de Promoção Sanitária- Hospital São Rafael	166.311,00
0910/2004	Associação Instituto de Tecnologia de Pernambuco	182.996,84
0917/2004	União Brasileira de Educação e Assistência (PUC-RS)	498.509,02
0930/2004	Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia e Informação	2.249.295,94
0932/2005	SENAI - Departamento Regional da Bahia	1.199.082,59
0933/2005	Fund. Parque de Alta Tecnologia da Região de Iperó e Adjacências	79.849,00
0935/2005	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico	36.613,00
0936/2005	Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão	6.852,99
0940/2005	Fundação Pro-Coração	426.580,00
0948/2005	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento de Ensino Superior do Norte de Minas	11.671,62
0962/2005	Associação Alberto Santos Dumont para Apoio à Pesquisa	491.373,55
0963/2005	Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica	921.317,83
0964/2005	Laboratório Nacional Agropecuário	28.287,40
0968/2005	Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins	140.851,62
0979/2006	Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional	6.400,00
0981/2006	Fundação Cultural e de Fomento a Pesquisa, Ensino e Extensão	740.189,36
0982/2006	Fundação de Apoio Universitário	555.824,60
0983/2006	Fundação Diamantinense de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão	119.421,00
1005/2006	Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Goiás	813.100,52
1008/2006	Fundação Universidade Federal do ABC	774.539,69
1012/2007	Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural	63.541,01
1013/2007	Fundação de Apoio à Pesquisa,Desenvolvimento e Inovação-Exercito Brasileiro	1.278.802,39
1042/2007	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	709.333,52
1043/2007	Sociedde Beneficiente de Senhoras-Hospital Sírio-Libanês	15.954,00
1044/2007	Rede de Tecnologia e Inovação do Rio de Janeiro	1.572.887,97
1056/2008	Universidade do Estado do Amazonas	251.500,00
1057/2008	Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil	253.593,29
1060/2008	Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro	38.754,37
1063/2008	Fund. de Apoio a Serviços Técnicos, Ensino e Fomento à Pesquisas	1.330.804,01
1071/2008	Fundação Universidade Federal do Pampa	743.437,84
1073/2008	Instituto Mato-Grossense do Algodão	201.135,96
1080/2009	Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas	67.608,55
1087/2009	Instituto de Tecnologia e Pesquisa	107.539,44
1089/2009	Fundação Pio XII/Hospital de Câncer de Barretos	1.153.881,97
1093/2009	Comitê Olímpico do Brasil	18.310,00
1120/2010	Centro de Inovações CSEM Brasil	585.618,19
1122/2010	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	230.900,00
1123/2010	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica	1.418.737,25
1130/2011	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	18.100,00
1131/2011	Instituto Idéia Fértil de Saúde Reprodutiva	20.650,00
1132/2011	Fundação Instituto Pólo Avançado da Saúde de Ribeirão Preto	862.255,71
1133/2011	Laboratório Nacional Agropecuário no Rio G do Sul	748.017,62
1134/2011	Fundação de Estudos do Mar	1.010.925,00
1137/2011	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	69.850,00
1142/2011	Instituto de Ensino e Pesquisa da Santa Casa de Belo Horizonte	46.361,02
1150/2011	Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João Del Rei	384.618,91
1151/2011	Associação Instituto Tecnológico Vale - ITV	110.208,62
1153/2011	Laboratório Nacional Agropecuário - PA	775,84

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1155/2011	Associação Brasileira de Normas Técnicas	6.593,59
1159/2011	Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira - IMIP	39.260,10
1163/2012	Associação Unificada Pulista de Ensino Renovado Objetivo/Universidade Paulista	70.073,00
1183/2012	Fundação Empresa Escola de Engenharia da UFRGS	92.660,60
1185/2013	Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenv.Social/Centro Universitário Univates	63.983,23
1211/2014	Instituto D'Or de Pesquisa e Ensino	51.852,31
1216/2014	Universidade Estadual do Paraná	12.354,71
1221/2014	Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Edmundo Gastal	8.708,00
1223/2014	SENAI/Centro de Tecnologia SENAI	2.928.085,14

2ª RELAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE COTA PARA IMPORTAÇÃO - LEI 8.010/90

PROCESSO	ENTIDADE	VALOR US$
0001/1990	Universidade de São Paulo	122.956,95
0002/1990	Universidade Federal de São Paulo	53.112,92
0003/1990	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	242.819,50
0005/1990	Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A	27.472,76
0006/1990	Universidade Estadual de Campinas	15.900,00
0007/1990	Fundação Universitária José Bonifácio	23.504,62
0008/1990	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo	189.907,35
0011/1990	Fundação Faculdade de Medicina	19.061,87
0013/1990	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	108.927,68
0014/1990	Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária	66.665,00
0016/1990	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	93.706,98
0017/1990	Universidade Federal do Pará	103.834,48
0018/1990	Fundação Universidade de Brasília	116.089,03
0019/1990	Universidade Federal do Rio Grande	33.168,00
0021/1990	Universidade Federal de Minas Gerais	10.147,04
0022/1990	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE	61.145,00
0027/1990	Universidade Federal do Rio de Janeiro	92.402,29
0028/1990	Universidade Federal de Santa Catarina	486.372,65
0029/1990	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	145.945,96
0044/1990	Fundação ABC para Assistência e Divulgação Técnica Agropecuária	118.863,89
0049/1990	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica	114,48
0052/1990	Fund.Valeparaibana de Ensino/Universidade do Vale do Paraíba	11.077,89
0066/1990	Fund.da UFPR para o Desenvolv. da Ciência, Tecnologia e Cultura	173.263,05
0069/1990	Universidade Federal do Paraná	66.696,63
0070/1990	Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do HCFMRP	216.631,10
0083/1990	Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP	81.084,59
0087/1990	Universidade Federal de Santa Maria	256.507,96
0097/1990	Universidade Federal de Uberlândia	26.804,54
0102/1990	Fundação Norte Riograndense de Pesquisa e Cultura	2.820,48
0103/1990	Fund. de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco	14.847,82
0104/1990	Universidade Federal da Paraíba	233.402,72
0105/1990	Fund.InstitutoNacional de Telecomunicações/Instituto Nacional de Telecomunicações	37.127,17
0106/1990	Universidade Federal da Bahia	31.519,63
0109/1990	Universidade Federal de Viçosa	104.919,11
0121/1990	Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas	6.650,08
0122/1990	Universidade Estadual de Maringá	991.710,62
0123/1990	Universidade Estadual de Londrina	45.920,99
0134/1990	Fundação Gorceix	24.390,00
0135/1990	Fundação Butantan	837.015,29
0137/1990	Fundação para o Desenvolvimento da UNESP	33.756,35
0139/1990	Fundação de Apoio a Pesquisa Ensino e Extensão	5.621,18
0145/1990	Fundação Universidade Regional de Blumenau/Univ.Regional de Blumenau	14.743,95
0154/1990	Sociedade Mineira de Cultura/Pontifícia Univ.Católica de Minas Gerais	171.964,90
0160/1990	Fundação Arthur Bernardes	68.626,35
0187/1991	Hospital de Clínicas de Porto Alegre	417.441,37
0192/1991	Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	271.029,00
0206/1991	Universidade Federal de Pelotas	646.555,36
0207/1991	Fundação de Ciências Aplicadas e Tecnologia Espaciais	154.669,00
0225/1991	Fundação Casimiro Montenegro Filho	210.307,00
0227/1991	Universidade Estadual de Ponta Grossa	170.213,48
0231/1991	Fundação Parque Tecnológico da Paraíba	82.900,00
0238/1991	Fundação Universidade de Pernambuco	53.011,00
0247/1991	Fund.Universidade do Vale do Itajaí/Universidade do Vale do Itajaí	198,00
0281/1991	Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto	4.020,87
0284/1991	Universidade do Estado de Santa Catarina	48.990,00
0285/1991	Fundação Christiano Ottoni	1.644,51
0311/1992	Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa	63.352,88
0325/1992	Universidade Federal do Maranhão	402.652,05
0337/1992	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	197.218,41
0349/1992	Fund.Educacional de Criciúma /Universidade do Extremo Sul Catarinense	20.695,00
0355/1992	Associação das Pioneiras Sociais	36.240,85
0359/1992	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	5.565,00
0360/1992	Fundação Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA	328.104,95
0372/1992	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão	316.813,52
0465/1993	Fund. de Apoio a Cultura, Ensino, Pesquisa e Extensão de Alfenas	6.852,08
0506/1993	Fund. Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	125.258,03
0534/1993	Fund. Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos	1.096.869,39
0546/1993	Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional	29.450,51
0570/1994	Fundação de Apoio à Pesquisa	121.974,68
0585/1994	Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear	7.579,87
0590/1994	USP/Instituto de Química de São Carlos	10.000,00
0640/1995	Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul	992,00
0643/1995	Associação Brasileira de Saúde Coletiva	11.855,02
0656/1995	Instituto de Ciências Biomédicas	237.755,75
0677/1996	Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino e Extensão	40.873,90
0687/1996	Laboratório de Poços de Caldas	173.549,70
0693/1997	Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais	2.369.065,00
0698/1997	USP/Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas	41.900,85
0701/1997	Faculdade de Ciências Farmacêuticas	32.766,68
0703/1997	Fundação Médica do Rio Grande do Sul	15.859,00
0712/1997	Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos	78.066,52
0729/1998	Fundação do Ensino da Engenharia em Santa Catarina	112.402,60
0737/1998	Inst.Presbiteriano Mackenzie/Universidade Presbiteriana Mackenzie	15.996,00
0740/1998	Fund. Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações	1.017,69
0746/1998	Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo	125.163,65
0750/1998	Faculdades Católicas/Pontifícia Univ. Católica do Rio de Janeiro	130.690,97
0760/1999	Fund. para o Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico em Saúde	23.982,11
0782/2000	Instituto de Biologia Molecular do Paraná	464.525,59
0785/2000	Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e a Cultura	42.216,00
0786/2000	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa do Pará	203.525,38
0814/2001	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	618.613,27
0833/2001	Fundação de Apoio Institucional Muraki	8.877,92
0846/2002	Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer	46.084,55
0860/2002	Fundação Educativa de Radio e Televisão Ouro Preto	3.426,00
0885/2003	Fundação Ricardo Franco	19.641,01
0887/2003	Fund. de Apoio ao Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes	40.777,00
0917/2004	União Brasileira de Educação e Assistência (PUC-RS)	10.648,00
0930/2004	Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia e Informação	95.410,10
0940/2005	Fundação Pro-Coração	49,00
0962/2005	Associação Alberto Santos Dumont para Apoio à Pesquisa	5.690,02
0968/2005	Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins	2.306,91
0982/2006	Fundação de Apoio Universitário	13.866,81
1013/2007	Fundação de Apoio à Pesquisa,Desenvolvimento e Inovação -Exercito Brasileiro	8.570,86
1042/2007	Fund.Universidade Federal da Grande Dourados	44,22
1043/2007	Sociedade Beneficente de Senhoras / Hospital Sírio-Libanês	6.895,00
1057/2008	Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil	1.000,00
1060/2008	Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro / Hospital Infantil Pequeno Príncipe	170.687,00
1071/2008	Fundação Universidade Federal do Pampa	145.288,85
1120/2010	Centro de Inovações CSEM Brasil	46.391,90
1123/2010	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica	92.056,67
1132/2011	Fundação Instituto Pólo Avançado da Saúde de Ribeirão Preto	6.500,00
1138/2011	Universidade Federal do Oeste do Pará	42,00
1142/2011	Instituto de Ensino e Pesquisa da Santa Casa de Belo Horizonte	22.715,00
1151/2011	Associação Instituto Tecnológico Vale - ITV	184.270,36
1153/2011	Laboratório Nacional Agropecuário - PA	11.984,88
1170/2012	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Bahia	1.693.289,08

3ª RELAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE COTA PARA IMPORTAÇÃO - LEI 8.010/90

PROCESSO	ENTIDADE	VALOR US$
0002/1990	Universidade Federal de São Paulo	40.100,00
0069/1990	Universidade Federal do Paraná	285,00
0135/1990	Fundação Butantan	74.720,42
0355/1992	Associação das Pioneiras Sociais	27.306,71
0677/1996	Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino e Extensão	930,50
0746/1998	Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo	9.350,00
0750/1998	Faculdades Catóclics / Pontifícia Univ. Católica do Rio de Janeiro	4,38
0968/2005	Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins	9.167,68

LUIZ ALBERTO DE FREITAS BRANDÃO HORTA BARBOSA

VOCÊ SABIA QUE...



...a obra "Marília de Dirceu", do inconfidente mineiro Thomaz Antonio Gonzaga, foi impressa em 1810 na Impressão Régia?



Que Machado de Assis, autor de romances como "Dom Casmurro" e "Quincas Borba", entre outros, trabalhou na Imprensa Nacional, onde chegou a ser ajudante do diretor de publicação do *Diário Oficial*?

SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF CEP 70610-460

www.in.gov.br
ouvidoria@in.gov.br

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Cultura

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 803, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MinC nº 334, de 12 de junho de 2015, e tendo em vista o disposto nos arts. 5º e 9º do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, e na Portaria MP nº 172, de 27 de maio de 2015, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 665, de 19 de agosto de 2013, publicada no DOU de 21 de agosto de 2013, Seção 1, página 8.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO CALDEIRA BRANT MONTEIRO DE CASTRO

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

PORTARIA Nº 44, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XII do art. 13 do anexo I do Decreto nº 8.283, de 03 de julho de 2014 e o disposto nos incisos I e III, do art. 17 do Regimento Interno da ANCINE e, considerando o disposto na Lei n.º 12.599, de 23 de março de 2012; o Decreto n.º 7.729, de 25 de maio de 2012; a Instrução Normativa n.º 103, de 26 de junho de 2012; e a decisão da Diretoria Colegiada em sua 593ª Reunião, de 24/11/2015, resolve:

Art. 1º Credenciar o projeto Construção - UCI - Canoas, apresentado pela empresa UNITED CINEMAS INTERNATIONAL BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.289.530/0001-64, com vistas à sua habilitação ao Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - RECINE, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Instrução Normativa ANCINE nº 103, de 26 de junho de 2012, enquadrando-o na categoria CONSTRUÇÃO OU IMPLANTAÇÃO DE NOVOS COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA.

Art. 2º O objeto do projeto credenciado refere-se à construção do complexo Cinematográfico UCI Canoas, localizado à Av. Farroupilha, 4545, Nível L3 - Luc 3004, Marechal Rondon, 92.020-475, Canoas, RS.

Art. 3º Será de inteira responsabilidade da empresa credenciada a adoção de todas as medidas necessárias à habilitação do projeto junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Instrução Normativa nº 1.446 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de 17 de fevereiro de 2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

PORTARIA Nº 45, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XII do art. 13 do anexo I do Decreto nº 8.283, de 03 de julho de 2014 e o disposto nos incisos I e III, do art. 17 do Regimento Interno da ANCINE e, considerando o disposto na Lei n.º 12.599, de 23 de março de 2012; o Decreto n.º 7.729, de 25 de maio de 2012; a Instrução Normativa n.º 103, de 26 de junho de 2012; e a decisão da Diretoria Colegiada em sua 593ª Reunião, de 24/11/2015, resolve:

Art. 1º Credenciar o projeto Modernização - UCI - Santana Parque Shopping, apresentado pela empresa United Cinemas International Brasil Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.289.530/0001-64, com vistas à sua habilitação ao Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - RECINE, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Instrução Normativa ANCINE nº 103, de 26 de junho de 2012, enquadrando-o na categoria MODERNIZAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA.

Art. 2º O objeto do projeto credenciado refere-se à modernização do complexo Cinematográfico UCI Santana Parque Shopping, localizado à Av. Conselheiro Moreira Barros, 2780 - Santana Parque Shopping, Luc 4000, Lauzane Paulista, 80.610-905, São Paulo, SP.

Art. 3º Será de inteira responsabilidade da empresa credenciada a adoção de todas as medidas necessárias à habilitação do projeto junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Instrução Normativa nº 1.446 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de 17 de fevereiro de 2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

MANOEL RANGEL

PORTARIA Nº 46, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XII do art. 13 do anexo I do Decreto nº 8.283, de 03 de julho de 2014 e o disposto nos incisos I e III, do art. 17 do Regimento Interno da ANCINE e, considerando o disposto na Lei n.º 12.599, de 23 de março de 2012; o Decreto n.º 7.729, de 25 de maio de 2012; a Instrução Normativa n.º 103, de 26 de junho de 2012; e a decisão da Diretoria Colegiada em sua 595ª Reunião, de 09/12/2015, resolve:

Art. 1º Credenciar o projeto Construção - Reserva Cultural - Niterói Caminho Niemeyer, apresentado pela empresa RESERVA CULTURAL DE CINEMA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.924.151/0001-50, com vistas à sua habilitação ao Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - RECINE, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Instrução Normativa ANCINE nº 103, de 26 de junho de 2012, enquadrando-o na categoria CONSTRUÇÃO OU IMPLANTAÇÃO DE NOVOS COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA.

Art. 2º O objeto do projeto credenciado refere-se à construção do complexo Cinematográfico UCI Canoas, localizado à Av. Visconde de Rio Branco, 880, Centro, 24.020-007, Niterói, RJ.

Art. 3º Será de inteira responsabilidade da empresa credenciada a adoção de todas as medidas necessárias à habilitação do projeto junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Instrução Normativa nº 1.446 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de 17 de fevereiro de 2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

DIRETORIA COLEGIADA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 122, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Altera as Instruções Normativas nº. 88 de 02 de março de 2010, nº 100 de 29 de maio de 2012, nº 104 de 10 de julho de 2012 e nº 106 de 01 de dezembro de 2012.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º, IV, do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, considerando os objetivos inscritos nos incisos VII, VIII e IX do art. 6º e o disposto no art. 55, ambos da Medida Provisória nº. 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, bem como o preceituado no Decreto anual que regulamenta o instituto da cota de tela, resolve:

Art. 1º. A Instrução Normativa nº. 88, de 2 de março de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º-A. O número mínimo de dias da obrigatoriedade de que trata o art. 3º será ampliado sempre que houver exibição de um mesmo longa-metragem, de qualquer nacionalidade, em múltiplas salas do mesmo complexo, acima dos quantitativos fixados pelo Decreto anual previsto pelo art. 55 da Medida Provisória nº. 2.228-1/01.

§ 1º. Nos casos em que o Decreto preveja quantitativo fracionado, a fração correspondente à metade da sala equivale, no máximo, à metade das sessões de exibição realizadas na sala.

§ 2º. Na aferição da observância dos quantitativos estabelecidos e no cálculo da ampliação da cota de tela, serão consideradas as sessões de exibição realizadas no complexo cinematográfico a partir das 13 (treze) horas.

§ 3º. A exibição de longas-metragens destinados ao público infantil em, no máximo, metade das sessões da sala, desde que todas sejam realizadas no período vespertino (entre 13h e 19h59min), será considerada equivalente à metade de uma sala para a observância dos quantitativos fixados.

§ 4º. A ampliação cota de tela será equivalente à soma dos excedentes diários em salas em relação ao quantitativo fixado.

§ 5º. A obrigação do exibidor constitui-se pela superação dos quantitativos fixados e independe de comunicação da ANCINE sobre a ampliação da cota de tela.

§ 6º. A superação dos quantitativos estabelecidos será comunicada à ANCINE pelo exibidor.

§ 7º. A ampliação da cota de tela será cumprida no ano da ocorrência da programação a ser compensada, exceto se o fato acontecer no último quadrimestre do ano, caso em que o cumprimento poderá acontecer no primeiro quadrimestre do ano subsequente.

§ 8º. A ampliação da cota de tela será cumprida no mesmo complexo cinematográfico em que os quantitativos estabelecidos foram ultrapassados.

§ 9º. A ANCINE poderá demandar a exibidores e distribuidores informações complementares aos sistemas de dados disponíveis, a fim de aferir os complexos sujeitos à ampliação da cota de tela." (NR)

"Art. 8º - .....

.....

II - Impressos em papel: obrigatoriamente preenchidos no formato descrito no Anexo IV." (NR)

.....

"Art. 11 - Nos casos de regime de funcionamento diferenciado, ou de fechamento definitivo ou parcial de uma sala ou complexo de exibição, desde que comunicada formalmente, a ANCINE calculará a redução proporcional da obrigação estabelecida em Decreto." (NR)

.....

Art. 2º. O art. 3º-A da Instrução Normativa nº. 88/2010 passa a vigorar com a seguinte inclusão:

"Art. 3º-A .....

.....

§ 10. As sessões correspondentes a cada sala do quantitativo fixado poderão ser divididas entre duas salas, sem ampliação da cota de tela, observados os seguintes parâmetros máximos:

I - nos complexos com entre 5 (cinco) e 8 (oito) salas, no máximo a divisão das sessões de 1 (uma) sala;

II - nos complexos com entre 9 (nove) e 14 (catorze) salas, no máximo no máximo a divisão das sessões de 2 (duas) salas;

III - nos complexos com 15 (quinze) salas ou mais, no máximo a divisão das sessões de 3 (três) salas." (NR)

Art. 3º. O art. 10 da Instrução Normativa nº. 100, de 29 de maio de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 10 .....

.....

§ 3º. A obra audiovisual que contenha elementos ou criações intelectuais protegidas, preexistentes à obra audiovisual, cuja maioria dos direitos patrimoniais seja de titularidade de terceiros, somente será considerada independente caso o titular desses direitos não tenha relações de controle, coligação, associação ou vínculo com empresa concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, ou agente econômico que exerça atividade de programação ou empacotamento, exceto no caso previsto no §7º infra.

.....

§ 6º. Ainda para fins de atendimento ao disposto no inciso II do caput, é vedado a radiodifusoras, programadoras e empacotadoras, individualmente ou em conjunto, o domínio dos direitos patrimoniais majoritários e do poder dirigente sobre os elementos derivados da obra audiovisual."

Art. 4º. O art. 10 da Instrução Normativa nº. 100/12, passa a vigorar com a seguinte inclusão:

"Art. 10 .....

.....

§ 7º. No caso da obra audiovisual cinematográfica que contenha elementos ou criações intelectuais protegidas, preexistentes à obra audiovisual, cuja maioria dos direitos patrimoniais seja de titularidade de terceiros, a mesma somente será considerada independente caso o titular desses direitos conceda autorização por escrito que permita a exploração econômica, pela produtora brasileira independente ou seus outorgados, da obra audiovisual em quaisquer territórios a qualquer tempo, sem que haja a necessidade de anuência para cada contratação, respeitando-se os direitos do titular para outros fins."

Art. 5º. O §3º do art. 13 da Instrução Normativa nº. 104, de 10 de julho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º. A obra audiovisual que contenha elementos ou criações intelectuais protegidas, preexistentes à obra audiovisual, cuja maioria dos direitos patrimoniais seja de titularidade de terceiros, somente será considerada independente caso o titular desses direitos não tenha relações de controle, coligação, associação ou vínculo com empresa concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, ou agente econômico que exerça atividade de programação ou empacotamento, exceto no caso previsto no §6º infra."

Art. 6º. O art. 13 da Instrução Normativa nº. 104/12, passa a vigorar com a seguinte inclusão:

"Art. 13 .....

.....

§ 6º. No caso da obra audiovisual cinematográfica que contenha elementos ou criações intelectuais protegidas, preexistentes à obra audiovisual, cuja maioria dos direitos patrimoniais seja de titularidade de terceiros, a mesma somente será considerada independente caso o titular desses direitos conceda autorização por escrito que permita a exploração econômica, pela produtora brasileira independente ou seus outorgados, da obra audiovisual em quaisquer territórios a qualquer tempo, sem que haja a necessidade de anuência para cada contratação, respeitando-se os direitos do titular para outros fins."

Art. 7º. O §4º do art. 6º da Instrução Normativa nº. 106, de 01 de dezembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4º. O projeto de obra audiovisual que contenha elementos ou criações intelectuais protegidas, preexistentes à obra audiovisual, cuja maioria dos direitos patrimoniais seja de titularidade de terceiros, somente será considerada independente caso o titular desses direitos não tenha relações de controle, coligação, associação ou vínculo com empresa concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, ou agente econômico que exerça atividade de programação ou empacotamento, exceto no caso previsto no §6º infra."

Art. 8º. O art. 6º da Instrução Normativa nº. 106/12, passa a vigorar com a seguinte inclusão:

"Art. 6º .....

.....

§ 6º. No caso do projeto de obra audiovisual cinematográfica que contenha elementos ou criações intelectuais protegidas, preexistentes à obra audiovisual, cuja maioria dos direitos patrimoniais seja de titularidade de terceiros, o mesmo somente será considerado independente caso o titular desses direitos conceda autorização por escrito que permita a exploração econômica, pela produtora brasileira independente ou seus outorgados, da obra audiovisual em quaisquer territórios a qualquer tempo, sem que haja a necessidade de anuência para cada contratação, respeitando-se os direitos do titular para outros fins."

Art. 9º. O Anexo IV da Instrução Normativa nº. 88/2010 passa a vigorar com a redação do Anexo desta Instrução Normativa.

Art. 10. Fica revogado o art. 14 da Instrução Normativa nº. 88/2010.

Art. 11. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único: O disposto no art. 2º entra em vigor em 01 de janeiro de 2016.

MANOEL RANGEL
Diretor-Presidente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

A - GRUPO (preencher apenas se empresa fizer parte de um grupo de exibição)		
Nome:	Sigla do Grupo:	

B - EMPRESA RESPONSÁVEL (preencher com dados da EMPRESA)		
Razão Social:	CNPJ:	Registro EMPRESA:
Endereço:	Complemento:	Bairro:
Município:	UF:	CEP:
E-mail:	Telefone:	Fax:

C - COMPLEXO (preencher com dados do COMPLEXO)		
Nome:	CNPJ:	Nº Registro do COMPLEXO:
Endereço:	Complemento:	Bairro:
Município:	UF:	CEP:
E-mail:	Telefone:	Quantidade de Salas:

D - DETALHAMENTO DAS EXIBIÇÕES
Período do Relatório à

Data Início * (dd /mm/aaaa)	Data Fim * (dd/mm/aaaa)	Nº de dias da Cota de Tela (cumpridos no período)	Título do Filme no Brasil	Nº de Sessões Diárias (de exibições do título informado)	Tipo de Programa (U-Único ou M Múltiplos)	Tipo de Sessão (Simples, Dupla,Tripla...)	Público**	Renda Bruta**	Renda Liquida**

*O período contido ente DATA INÍCIO e DATA FIM não deve ultrapassar 7 dias.
**Campos de preenchimento opcional.

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 146, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 598, de 20 de março de 2015 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO VIEIRA RIBEIRO

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
154704 - Crônicas de Comida
Enfim Filmes Ltda ME
CNPJ/CPF: 15.094.721/0001-85
Processo: 01400057544201598
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 593.050,00
Prazo de Captação: 11/12/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O objetivo do projeto é a realização de um documentário média metragem, de 52 minutos com captação e suporte final em full HD, apresentado pela chef Danielle Noce, onde ela investiga como indivíduos da cidade de São Paulo se relacionam com a comida e como esta relação está ligada à sua forma de vivenciar a cidade.
157511 - Plano Anual de Atividades 2016 - Instituto Querô
Instituto Querô
CNPJ/CPF: 10.227.433/0001-38
Processo: 01400061279201542
Cidade: Santos - SP;
Valor Aprovado: R$ 937.620,00
Prazo de Captação: 11/12/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Trata-se do Plano Anual de Atividades do Instituto Querô, o qual desenvolverá no ano de 2016, os projetos: "Querô na escola", que produzirá 30 (trinta) obras audiovisuais no formato de mini metragem (com até 1 minuto de duração), através de oficinas de audiovisual para estudantes de oitavos anos, em escolas públicas das cidades de Santos e Cubatão (Estado de São Paulo); e "Oficinas Querô", que produzirá 04 (quatro) obras audiovisuais de curta metragem (com até 15 minutos de duração), através de um processo de capacitação audiovisual envolvendo 60 (sessenta) adolescentes entre 14 a 18 anos, estudantes de escolas públicas das cidades de Santos e São Vicente (Estado de São Paulo).
155358 - Quimioterapia e Beleza (titulo provisorio)
Films & Arts Comunicação S/C Ltda - ME
CNPJ/CPF: 05.097.501/0001-51
Processo: 01400058405201581
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 198.750,00
Prazo de Captação: 11/12/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Realização de filme documentário, com duração de 32', que retratará a história da modelo e escritora Flávia Torres, que em 2012 foi diagnosticada com câncer de mama. Formato de finalização HDCAM 2K.

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 709, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura Substituto, no uso de suas atribuições que lhe é conferida na Portaria Ministerial nº 77, de 18 de fevereiro de 2015, bem como no item 9.14 do Edital de Intercâmbio nº 01/2015, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, publicado na Seção 3 do Diário Oficial da União de 31 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º Tornar pública a relação de propostas selecionadas.

Proponente	Proposta	Título do Projeto	Título do Evento	Origem	Destino	Nota	Integrantes	Valor Aprovado	Classificação
Edson Rodrigues Macalini	224558	De volta as origens	Residência Artística Cultural	Amazonas	Portugal	43	1	R$ 7.000,00	1º
Héfren Cristiano Mota Castro	225603	Formação com Nina Dipla em 29 de fevereiro a 4 de março de 2016 no CCNO Orleans-Josef Nadj	Formação com Nina Dipla	Pará	França	41	1	R$ 5.000,00	2º
George Augusto Silva De Menezes	218163	Caboclo no Cinema - A Amazônia de Silvino Santos	Intensivo de Férias Cinema - AIC - Academia Internacional de Cinema - Rio de Janeiro	Amazonas	Rio de Janeiro	40	1	R$ 2.800,00	3º
Lisiane Oliveira Dos Santos	218810	MODA QUE SURGE DO BUMBA-MEU-BOI	SEMANA DE MODA PRET-A PORTER PARIS - ZIP ZONE FRANCE	Maranhão	França	40	2	R$ 9.000,00	4º
Rubens Bezerra Oliveira	224684	VIII Encontro Internacional Semeando Capoeira Angola	VIII Encontro Internacional Semeando Capoeira Angola	Distrito Federal	Bahia	40	7	R$ 9.100,00	5º
Giovana Salles Franco Marchesi Ferreira	222304	Brazil Shows its Face. - "Brasil Mostra a sua Cara".	Brazilian Day em Estocolmo; e a 7ª edição do Balaio para Yemanjá em Gotemburgo Suécia.	Espírito Santo	Suécia	39	15	R$ 60.000,00	6º
Fernando Monteiro Dos Santos	225679	ABYA YALA	Intercambio Indígena ABYA YALA THYDEWA	Pernambuco	Argentina	39	2	R$ 5.000,00	7º
Antonia Valdenia Bezerra De Carvalho	225033	Formação em Ballet Clássico no Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil	Curso de Ballet Clássico	Ceará	Santa Catarina	39	1	R$ 5.000,00	8º
Lucinei Carneiro	223542	Grupo Pôr do Sol - Turnê Chile	IX Festival Internacional de Cultura y Danza Latinoamericana e XVI Encuentro Folklorico Internacional Danzamerica	Paraná	Chile	39	23	R$ 57.500,00	9º
Fabricio Da Silva Teixeira Carvalho	225041	TransObjeto - Incorporate	realização de intervenção TrasObjeto em evento denominado Incorporate (mostra coletiva de artes, moda, música, vídeo)	Minas Gerais	França	39	1	R$ 4.500,00	10º
Geraldo Magela Dos Santos	223102	PAULISTINHA - um elo entre o Vale do Paraíba e Portugal.	Investigações sobre as origens do estilo Paulistinha	São Paulo	Portugal	39	1	R$ 4.500,00	11º

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Pablo Ramires Sales Do Nascimento	224726	Cabruêra na APAP em Nova Iorque (EUA)	APAP (S.O.B´s)	Paraíba	EUA	38	5	R$ 22.500,00	12º
Carlos Augusto Guimarães Moraes	222327	Participação da Orquestra Infanto-Juvenil de Violões no XXIX Festival Internacional de Música do Pará	Máster classes, oficinas e workshops no XXIX Festival Internacional de Música do Pará	Roraima	Pará	38	26	R$ 39.000,00	13º
Erlandson Sales Campos	222042	Capoeira na comunidade	Capoeirando 2016	Tocantins	Bahia	38	1	R$ 1.800,00	14º
Eleandro Da Silva	226400	A INTERNACIONALIZAÇÃO DA CAPOEIRA: O GINGADO ENTRE BRASIL E POLÔNIA	FESTIVAL CULTURAL AFRO-BRASILEIRO (FCA)	Espírito Santo	Polônia	38	4	R$ 18.000,00	15º
Allan Moscon Zamperini	214738	O Corpo Espetacularizado: em Busca de uma Dramaturgia Físico-Poética.	Curso de Teatro Físico: Full Time	Espírito Santo	Portugal	38	1	R$ 8.500,00	16º
Adriana Pedroso Pregnolatto (Daraína)	221777	Flor de Pequi na terra do Carimbó	13 FEST RIMBÓ Festival de Carimbó de Santarem Novo	Goiás	Pará	38	13	R$ 26.000,00	17º
Cirila Targhetta De Moura	223448	Projeto de Bolsa de Estudos - Mestrado em Gestão Cultural / Universitat de Barcelona	Diploma de Pós-Graduação em Gestão e Políticas Culturais	Distrito Federal	Espanha	38	1	R$ 4.500,00	18º
Paulo Lindemberg Garcia Da Silva	220570	Os ritmos do Batalá: cortejo e fé no percurso do Bonfim	LAVAGEM DAS ESCADARIAS DA IGREJA DO SENHOR DO BONFIM	Distrito Federal	Bahia	38	30	R$ 39.000,00	19º
Helenio David Da Silva Sá	225504	Conexão Capoeira Centro Oeste Bahia	PERMANGOLA 2016	Distrito Federal	Bahia	38	10	R$ 13.000,00	20º
Rosildo Moreira Do Rosário	225574	CONEXÕES DE MAR: MARUJADA DE SAUBARA VISITA PORTUGAL	i) Atividades de divulgação da exposição de fotografias do último III Encontro de Marujadas da Bahia ii) Mostra do documentário e Seminário iii) Apresentação em Espaço Público de Lisboa	Bahia	Portugal	38	13	R$ 58.500,00	21º
Fernanda Buongermino Vilela	222719	Homens de Solas de Vento na Ásia	1) TACT Festival - Tokyo Metropolitan Theatre	2) UMTF - Uijeongbu Theater and Music Festival	São Paulo	Japão e Coréia	38	4	R$ 24.000,00	22º
Silvana Do Amaral Verissimo	227229	Participação no II Habanarte - Dezembro Cultural	Festival II Habanarte - Diciembre Cultural	São Paulo	Cuba	38	10	R$ 45.000,00	23º
Lucilio Da Silva Souza	221472	Orquestra Sanfônica Balaio Nordeste Rumo à França	Festival LE PRINTEMPS DES BRETELLES	Paraíba	Alemanha	37	13	R$ 58.500,00	24º
Paulo Victor Monteiro Santana De Oliveira	208929	Curso de Formação em Pintura e Crítica da Arte na Universidade do Porto: o idoso no ambiente artístico	Período de Estudos na Faculdade de Belas Artes da UP	Maranhão	Portugal	37	1	R$ 7.000,00	25º
Carlos Alberto Terésio De Araújo Filho	225694	Vivência com a cultura pernambucana de matriz africana	« Vivência com a cultura pernambucana de matriz africana »	Pernambuco	França,Suiça,Irlanda e Portugal	37	1	R$ 6.500,00	26º
Ana Cristina Mendes Façanha	226971	Mar-tecido	Exposição Motel Coimbra com a Instalação Mar-tecido	Ceará	Portugal	37	1	R$ 4.500,00	27º
Rafael Barros Gomes	226001	Rastros do Sagrado: percursos sensíveis por comunidades afrodescendentes da América do Sul	Rastros do Sagrado: percursos sensíveis por comunidades afrodescendentes da América do Sul	Minas Gerais	Bolivia/Chile/Colômbia/Equador/Peru/Venezuela	37	2	R$ 5.000,00	28º
Dagson Tertuliano Silva	221706	Troca Entre Periferias do Brasil e França	Projeto residência artística Rien ne Chute (residência artística) e Festival Graf-ik (exposição)	Minas Gerais	França	37	1	R$ 10.500,00	29º
Marisa Ribeiro Soares	221651	Escambo artístico : conexões criativas entre Minas e São Paulo	Residência artística	Minas Gerais	São Paulo	37	2	R$ 13.600,00	30º
Luciana Araújo Castro	224826	Teatro de Rua - A Cultura Popular como inspiração cênica	Festejo e Oficina de Cavalo Marinho com o Grupo Estrela de Ouro de Condado-PE	Minas Gerais	Pernambuco	37	6	R$ 7.800,00	31º
Rafael Macedo Rubiao	225871	Análise dos fatores associados ao mercado de artes visuais: um estudo exploratório em galerias de artes em Belo Horizonte	Conferência Internacional	Minas Gerais	Holanda	37	2	R$ 9.000,00	32º
Maria Claudia Ventura Carvalho	209608	APRESENTAÇÃO DO REPERTORIO DA CiaFaláCia EM LISBOA, PORTUGAL	Apresentação do Repertório da CiaFaláCia, a partir do convite do Grupo Teatro Passagem de Nível e da Companhia do Chapitô.	Rio de Janeiro	Portugal	37	2	R$ 9.000,00	33º
Daniel Valeriano Da Silva	226525	Conferência Anual das Orquestras Britânicas	2016 British Orchestras Annual Conference	São Paulo	Inglaterra	37	1	R$ 4.500,00	34º
Nicole Felix Rodrigues	224256	Vendo o mundo de cabeça para baixo	Pesquisa e desenvolvimento no circo contemporâneo	Mato Grosso do Sul	Espanha e Bélgica	36	1	R$ 4.500,00	35º
Verena Leal	225944	Formação de criador híbrido para a produção do FALLE (Festival de Arte Livre Lêstrada)	Curso livre "Interfaces contemporâneas - Processos híbridos de criação" na EAV Parque Lage/ Rio de Janeiro	Pará	Rio de Janeiro	36	6	R$ 34.800,00	36º
Renata Marques Pereira Ruiz	227196	Caravana Nordeste Rumo a Convenção Brasileira de Malabarismo e Circo	Convenção Brasileira de Malabarismo e Circo	Rio Grande do Norte	Minas Gerais	36	28	R$ 36.400,00	37º
Widelton Dos Santos Lopes	225611	CDTWJ	FESTIVAL INTERNACIONAL DE ARTES DO PARÁ 2015- ETAPA CAPANEMA	Pará	Pará	36	14	R$ 21.000,00	38º
Carolline Helena Campos Cantidio	223021	Atividade de formação em Mímica Teatral Contemporânea na Companhia Hippocamp (Paris).	Curso de Formação em Mímica Corporal Teatral na Companhia Hippocampe.	Rio Grande do Norte	França	36	1	R$ 6.500,00	39º
Wagner Manuel Julio Montenegro Da Silva	222572	Teatro na Prisão: Conexão Brasil e Estados Unidos	Teatro da Prisão	Pernambuco	EUA	36	2	R$ 9.000,00	40º
Gisele Marie Teixeira Vaz	226418	Caminhos da Tradição - Traga a França para meus versos e leve meus versos para a França	Caminhos da Tradição - Traga a França para meus versos e leve meus versos para a França	Ceará	França	36	2	R$ 9.000,00	41º
Caetana Dultra Britto	223660	Estágio na Biblioteca do Congresso	Estágio de capacitação técnica em práticas de conservação de acervos em papel	Goiás	Estados Unidos	36	1	R$ 8.500,00	42º
Johnny Sandro Alencar Braga	225739	Edital de Intercâmbio - Proposta de Curso de Escultura na Cidade do Porto - Portugal	Curso de Escultura	Paraná	Alemanha	36	1	R$ 4.500,00	43º
Moacir Ferreira	225800	Mediação cultural no desenvolvimento territorial do Mercosul.	Cursar Introdução à Mediação Cultural Hispano Americana e realizar pesquisa orientada em atividades no centro de Letras e Mediação Cultural da Sapienza (Uniroma).	Paraná	Itália	36	1	R$ 4.500,00	44º
Otto Lenon Da Silva Carneiro	226921	Braseiro ascende o samba	Programa Musicas do Mundo	Paraná	México	36	5	R$ 22.500,00	45º
Arnou Teixeira De Melo Filho	225698	Concerto Monções de Arnou De Melo Quarteto no TJF - Torino Jazz Festival seção Fringe	TJF - Torino Jazz Festival seção Fringe - TJF - Torino Jazz Festival sezione Fringe	Santa Catarina	Itália	36	3	R$ 13.500,00	46º
Juliano George Basso	225858	Encontro de Culturas Vozes de Mestres no Blue Lotus Festival 2016	Intercâmbio com o Selo De Kulture e participação no evento Blue Lotus Festival	Distrito Federal	India	36	2	R$ 12.000,00	47º
Tamires Maria Lima Gonçalves Santos	222544	Brincantes: ilustrações de brinquedos populares. MUJAM-FLOTAR-2016. Arte e patrimonio material brasileiro.	Encontro Internacional de arte dos brinquedos: MUJAM-Museu do brinquedo antigo México.	Bahia	México	36	1	R$ 40.500,00	48º

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Almiro Ebani De Mello Neto	225869	ARTE E SOCIEDADE: O TEATRO DO OPRIMIDO COMO FERRAMENTA ARTISTICO-SOCIAL NA FORMAÇÃO DE SUJEITOS	Pesquisa teórica e prática acerca de gêneros e sexualidade; do Teatro do Oprimido de Augusto Boal; e do Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa/Portugal.	Minas Gerais	Portugal	36	4	R$ 18.000,00	49º
Galdino Oliveira Souza	224839	SAMBA DE RODA E JONGO: GRUPO CULTURAL DE SAMBA DE RODA QUIXABEIRA DA MATINHA VISITA ASSOCIAÇÃO DE JONGO DITO RIBEIRO	Participação na 11a Feijoada das Marias; Roteiro Afro na cidade de Campinas e Vivência.	Bahia	São Paulo	36	18	R$ 23.400,00	50º
Alessandra Barbierato De Lima	226776	Exposição no Salão de Arte da Sociedade Nacional de Belas Artes de Paris no Carrousel du Louvre 2015 - SNBA Salon 2015	SNBA Salon 2015 (Salão de Arte da Sociedade Nacional de Belas Artes de Paris 2015)	São Paulo	França	36	1	R$ 4.500,00	51º
Silvia Andrade Ruiz	223929	Curso de Litografia - Fundacíon CIEC	Curso de Litografia - Fundacíon CIEC módulo de 2 meses	São Paulo	España	36	1	R$ 4.500,00	52º
Sabrina De Jesus Lima Torres	227042	Olhar Sem Fronteiras: Intercâmbio Brasil - Espanha - Humanidade	Curso Documental 3.0. Fotografía expandida y documental interactivo	Rio de Janeiro	Espanha	36	1	R$ 10.500,00	53º
Regina Carmona	217251	Artes Integradas - Arte como alimento, ritual e oferenda	exposição de artes integradas,artistas em pesquisa e vivência artistica	São Paulo	Nova Delhi	36	5	R$ 30.000,00	54º
Karina Poli Lima Da Cunha	222139	Choro no Brazil Season no Horniman Museum	Brazil Season no Horniman Museum	São Paulo	Inglaterra	36	8	R$ 36.000,00	55º
Alexandre Binder Kavanji	223782	LABORATORIO INTERNACIONAL COM O GRUPO TEATRAL MALAYERBA 2016 - QUITO - EQUADOR	Laboratório de Teatro Malayerba	São Paulo	Equador	36	4	R$ 10.000,00	56º
Luiza Alves Bittencourt Coelho	225502	Apresentação sobre o Rio de Janeiro na 7th Asian Conference on Arts and Humanities (ACAH 2016)	7th Asian Conference on Arts and Humanities (ACAH 2016)	Rio de Janeiro	Japão	36	1	R$ 6.000,00	57º
Victor Slayer Costa Da Silva	224848	Programa de Intercâmbio Cultural entre A Escola de Música da Universidade de Missouri e Fundação Carlos Gomes.	Programa de intercâmbio cultural entre a Escola de Música de Missouri e Fundação Carlos Gomes.	Pará	Estados Unidos	35	1	R$ 5.000,00	58º
Luara Florencia Schamó	224104	Intercâmbio Coco de Roda de Mestre Severino na II Mostra Batuques do Brasil (13º Fest Rimbó)	13º Fest Rimbó - Festival de Carimbó de Santarém Novo	Rio Grande do Norte	Pará	35	16	R$ 24.000,00	59º
Luiza Maria Almeida Rosa	224053	Residência de Criação | Estudo para clave	Residência de criação	Mato Grosso do Sul	Portugal	35	1	R$ 10.500,00	60º
Juliane Almeida Gomes	227150	8 week Screenwriting NYFA Los Angeles e oficina O roteiro do filme em 03 atos	Eight Week Screenwriting Workshop	Tocantins	Estados Unidos	35	1	R$ 7.000,00	61º
Irineu Marinho Messias Moreira	225400	E SE A GENTE QUISER ?	Residência Artística \"E SE A GENTE QUISER?\"	Tocantins	Minas Gerais	35	1	R$ 7.500,00	62º
Romero Pereira De Sousa	223118	Participação na Feira Première Vision Pluriel Paris	Première Vision Pluriel Paris como participante e expositor	Paraíba	França	35	2	R$ 9.000,00	63º
Maria Amelia De Azevedo Ribeiro	224653	Formação e Qualificação do Grupo Viva Lobos no Curso Research and Innovation in Music and Music Educationna na Universidade de Granada- Espanha.	Curso Research and Innovation in Music and Music Education	Piauí	Espanha	35	11	R$ 49.500,00	64º
Jaqueline Lima Pereira	221391	Grupo Arte de Terreiro	Programa Voluntariado no Kilombo Tenondé - Centro de Capoeira Angola e Permacultura	Ceará	Bahia	35	2	R$ 1.600,00	65º
Jonathan Pessoa Pereira Lima	223577	Curso de Mímica Fortaleza-Paris	Curso de formação contínua em Mímica Corporal	Ceará	França	35	2	R$ 21.000,00	66º
Maria De Lourdes Dos Santos Silva	225494	Mundo dos Artesanatos	Mostra de Artesanato e difusão cultural	Goiás	Bahia	35	5	R$ 6.500,00	67º
Luciana Martucheli	225013	Residência artística de formação e coprodução artística - Odin Teatret 2016	Residência artística de formação e coprodução artística junto ao Odin Teatret 2016	Distrito Federal	Dinamarca	35	3	R$ 31.500,00	68º
Dirceu Jose Saggin	225540	Rosas para Noel	Rosas para Noel - Shows e Workshops sobre a obra de Noel Rosa escrita para coro - Águeda - Portugal	Paraná	Portugal	35	19	R$ 60.000,00	69º

Art. 2º Tornar pública a relação de propostas contempladas que possuem integrantes portadores de deficiência, nos termos do item 1.3 do Edital.

Proponente	Proposta	Título do Projeto	Título do Evento	Origem	Destino	Nota	Integrantes	Valor Aprovado	Classificação
José Ednilson Almeida Do Sacramento	227266	Itinerarte	Lançamento literário	Bahia	Paraíba	36	1	R$ 800,00	1º
Conrado Schwambach	225236	Curso Produção de Eventos Culturais	Produção de Eventos Culturais	Rio Grande do Sul	São Paulo	34	1	R$ 1.500,00	2º
Alessandro Da Silva Conceicao	224903	Centro de Teatro do Oprimido-CTO no IV Encontro Latino Americano de Teatro do Oprimido	4o. Encontro Latino Americano de Teatro do Oprimido - ELTO	Rio de Janeiro	Nicaragua	29	13	R$ 58.500,00	3º
Diogo Cardoso De Mello	210133	Trabalho de Palhaço Brasil x Portugal	Laboratórios Artísticos	Rio de Janeiro	Portugal	29	1	R$ 4.500,00	4º

Art. 3º Tornar pública a relação de propostas suplentes.

Proponente	Proposta	Título do Projeto	Título do Evento	Origem	Destino	Meio	Integrantes	Valor Aprovado	Classificação
Alyssander Cassio Rodrigues	222722	Projeto Intercambiante	Projeto Intercambiante vai ao México	Paraná	México	35	7	R$ 31.500,00	70º
Verônica Guimarães Brandão Da Silva	224801	A Cultura Brasileira do Feio: por uma noção de beleza ampliada	Projeto de Formação e Qualificação:	Distrito Federal	França	35	1	R$ 8.500,00	71º
Daniela Guilherme De Amorim	222153	Capacitação e Formação adicional em Dança Clássica Infantil	Capacitação e formação em Dança Infantil na Staatliche Ballettschule Berlin	Distrito Federal	Alemanha	35	2	R$ 9.000,00	72º
Ademir Rodrigues Pereira Junior	219933	O BRASIL DO SAXOFONE	Festival Portes Ouvertes e Show na Sala da Selmer Paris	Distrito Federal	França	35	9	R$ 40.500,00	73º
Marina Mara Da Silveira Chaves	225030	Poesia Ativista no Festival de Poesia e Letras de Luanda (FESPOL)	III Festival de Poesia e Letras de Luanda (FESPOL)	Distrito Federal	Angola	35	2	R$ 11.000,00	74º
Patricia Martins	224969	AS MARCAS DE VALADARES: imagens, sonoridades e materialidades do fandango caiçara	Rede CRIA - Centro em Rede de Investigação em Antropologia	Paraná	Portugal	35	3	R$ 13.500,00	75º
Lívia Martins Fernandez	223843	Realização de Curso de Iniciação em Documentário - EICTV - Cuba	Curso Cine Documental de Creación: Un arte verdadero Iniciación (Curso de criação de Cinema Documentário: uma arte verdadeira Iniciação) na Escola Internacional de Cinema e TV em Cuba	Distrito Federal	Cuba	35	1	R$ 4.500,00	76º
Josias Carvalho Neto	225782	Turnê da Banda Santo Se7	Turnê Baião Psicodélico, da Banda Santo Se7	Bahia	Pará	35	3	R$ 4.500,00	77º

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Danielle Ferreira Andrade	227187	Contar Histórias - Reiventar o Mundo - Livros Viajantes em Maputo	projeto Contar Histórias - Reiventar o Mundo - Livros Viajantes em Maputo	Bahia	Moçambique	35	1	R$ 5.500,00	78º
Andre Galarca	208665	PERIFERIAS - BRASIL / PORTUGAL	PERIFERIAS - Festival Internacional de Artes Performativas - 5º edição	Rio Grande do Sul	Portugal	35	8	R$ 36.000,00	79º
Ana Carolina Barbosa Da Cunha	223908	30 Dias, 30 Haikais	Kouraku Gama Kinl/ Residência Artística e Workshop em Arita- Japão	Minas Gerais	Japão	35	3	R$ 24.000,00	80º
Jose Francisco Alves De Almeida	224798	Palestra Arte Pública e Democracia no Brasil	Palestra Arte Pública e Democracia no Brasil	Rio Grande do Sul	Portugal	35	1	R$ 4.500,00	81º
William Teixeira Da Silva	222708	Consulta a coleção B. A. Zimmermann no arquivo da Akademie der Kunste em Berlim	Consulta ao arquivo da Akademie de Kunste, em Berlim	São Paulo	Alemanha	35	1	R$ 4.500,00	82º
Rennan De Souza Lemos	222094	Missão Arqueológica Internacional em Luxor, Egito: escavação, restauração e preservação do patrimônio cultural	Projeto de Investigação e Conservação da Tumba de Neferhotep	Rio de Janeiro	Égito	35	1	R$ 5.500,00	83º
Sergio Costa Junior	224775	Residência Artística no Prison Creative Arts Project - Universidade de Michigan (EUA)	Prison Creative Arts Project	Rio de Janeiro	EUA	35	1	R$ 10.500,00	84º
Lidia Costa Larangeira	224296	Intercâmbio Cultural Rio-Lisboa: residência artística no Festival Pedras DÁgua 2016 do Centro em Movimento, c.e.m.	Festival Pedras DÁgua 2016 de Lisboa	Rio de Janeiro	Portugal	35	6	R$ 27.000,00	85º
Felipe De Lima Macedo	225096	Camerata de Violões de Campinas: Uma Interface Latino-americana entre Brasil e México	1- XVI Festival y Concurso Internacional de Guitarra Culiacán 2016; 2- O Violão Brasileiro na UNAM; 3- La Guitarra en el Museo	São Paulo	México	35	8	R$ 36.000,00	86º
Tatiana Accioly De Mendonça	225152	DJ TataOgan - Vitrolinha na Tropical Diáspora	Tropical Diáspora	Rio de Janeiro	Alemanha	35	1	R$ 8.500,00	87º
Cinthia Cristina Resende Mendonça	225526	Residência Artística Demolición/Construcción - D/C - Dispositivo de intercambio de pensamento e prática interdisciplinares	Residência Artística Demolición/Construcción - D/C - Dispositivo de intercambio de pensamento e prática interdisciplinares	Rio de Janeiro	Argentina	35	1	R$ 4.500,00	88º
Thatiana Romualdo Verthein	227217	Ouvindo histórias no Timor Leste: do Tétum ao Português	residência artística	Rio de Janeiro	Timor Leste	35	1	R$ 10.000,00	89º
Thais Renata Pareja Sanches	225471	Literatura de Cordel - Residências nas Regiões de Coimbra, Viseu e Porto	Residências Artísticas em Coimbra, Viseu e Porto	São Paulo	Portugal	35	3	R$ 13.500,00	90º
Alan Brum Pinheiro	223521	FavelAldeia	Jogos Indígenas Tupinambás - atividades culturais	Rio de Janeiro	Bahia	35	21	R$ 27.300,00	91º
Hélvio Mori De Jesus	225626	PLATFORM SHIFT+	PLATFORM SHIFT+	São Paulo	Portugal	35	1	R$ 4.500,00	92º
Roberto Carlos Moretto	222113	O Gigante Adamastor	Intercâmbio O Gigante Adamastor de pesquisa artistica entre Universidade, Alunos, Grupo de Teatro e Artistas Brasileiros.	São Paulo	Portugal	35	9	R$ 40.500,00	93º
Luanda Aparecida Sant'Ana De Souza	221086	Traços Ancestrais	Cantando Estradas Encontro com Open Program	0	Itália	34	1	R$ 4.500,00	94º
Débora Mácola Macdowell De Oliveira	214556	Curso Intensivo de Produção Executiva	Curso Intensivo de Produção Executiva	Pará	São Paulo	34	1	R$ 2.800,00	95º
Juan Carlos Cavalcante Silva	213033	Capacitação cultural dos integrantes da Orquestra Infanto-Juvenil Música Para Todos, na Academia de Música de Costa Cabral (AMCC) em Porto-Portugal	V Estágio Nacional de Orquestra Sinfônica de Jovens Academia de Música Costa Cabral bem como III Estagio de Orquestras Infantis Juvenis	Piauí	Portugal	34	12	R$ 54.000,00	96º
José Fernando Miranda De Farias Júnior	225151	GRANDPHONE VANCOUVER - INTERCAMBIO CULTURAL PARA PRODUÇAO EM MUSICA POP/ROCK	Gravação musical	Paraíba	Inglaterra	34	1	R$ 4.500,00	97º
Kézia Andrade Soares Saraiva	224698	Programa de Intercâmbio Cultural entre a Escola de Música da Universidade de Missouri e Fundação Carlos Gomes	Curso de Intercâmbio para aperfeiçoamento na área de canto lírico	Pará	Estados Unidos	34	1	R$ 5.000,00	98º
Ilza Maria Costa Nogueira	224583	Estratégias de representação e narratividade no discurso musical	II Congresso da Associação Regional para a América Latina e o Caribe da Sociedade Internacional de Musicologia (ARLAC-IMS)	Paraíba	Chile	34	1	R$ 2.500,00	99º
Moema Pascoini Barreto	224800	Participação de dois integrantes do coletivo Asterisco no curso de Cinema Autorreferencial oferecido pela Escuela Internacional de Cine y Tv de San Antonio de los Baños	Taller Internacional de Cine Autorreferencial	Sergipe	Cuba	34	2	R$ 9.000,00	100º
Pamela Amélia Gaino Galdino	226721	Intercâmbio de Residência - Facilitação Criativa -Educação, Cultura e Tecnologia	Intercâmbio de Residência Artistica	Ceará	Guiné Bissau	34	1	R$ 9.500,00	101º
Joao Lucas De Sa Leitao Cavalcanti	222580	Formação em Artes circenses na escola de Londrina	Curso profissionalizante em Atividades Circenses	Pernambuco	Paraná	34	2	R$ 10.000,00	102º
Lairton Dos Santos Guedes	226328	Alma Nordestina das Tradições as Projeções	Festival	Ceará	Holanda	34	30	R$ 60.000,00	103º
Walter Ferreira De França Filho	225486	Tradições compartilhadas. Práticas e representações entre os maracatus nação de Pernambuco	?TRADIÇÕES COMPARTILHADAS. PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES ENTRE OS MARACATUS NAÇÃO DE PERNAMBUCO?	Pernambuco	Inglaterra	34	1	R$ 4.500,00	104º
Mauro Cesar Alves	227051	Residência palhacística: laboratório de criação e montagem de espetáculo	Aprofundamento da descoberta do palhaço e processo de criação e montagem de espetáculo palhacístico.	Ceará	São Paulo	34	5	R$ 11.500,00	105º
Filipe Ximenes Parente	223499	ORQUESTRA SINFÔNICA DA UFC - VIAGEM PARA O 2º GRAMADO IN CONCERT	2º Gramado in Concert - Festival Internacional de Música	Ceará	Rio Grande do Sul	34	25	R$ 40.000,00	106º
Diones Ferreira Correntino	220236	Concerto e Oficinas de música brasileira,piano,violão e clarinete com o grupo ASSUM TRIO na Universidade de Evora em Portugal	Concerto e Oficinas de Música Brasileira , Piano , Violão e Clarinete com o grupo ASSUM TRIO na Universidade de Evora em Portugal	Goiás	Portugal	34	3	R$ 13.500,00	107º
Lucas Titon Andrade	225059	Disseminação dos Saberes Populares e Tradicionais Pelas Ondas do Rádio: Uma Imersão na Cultura e Comunicação Popular do Sul Baiano	Vivências de Formação Sobre Comunicação Popular e Rádio	Paraná	Bahia	34	2	R$ 4.000,00	108º
Ana Carolina Silveira Von Hertwig	222199	Residência Artística - Projeto Observatório das Práticas Contextuais. Apoio à Pesquisa-Criação das Américas - Universidade do Quebec / CELAT / Le Lobe	Residência Artística - Observatório de práticas contextuais. Apoio à pesquisa-criação das Américas.	Santa Catarina	Canadá	34	1	R$ 10.500,00	109º
Claudio R. Guerra	220630	A arte e o ofício do cinema documental	(Workshop Intensivo Prático - 1 semana em Filmmaking)- Hands-on Intensive 1-Week Filmmaking Workshop	Santa Catarina	Estados Unidos	34	1	R$ 4.500,00	110º

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Andréia Baia Prestes	225592	Mãe Bimi Xarabu: das tradições Huni Kuî a novos modelos de sustentabilidade.	Pesquisa na área cultural, referente à gestão ambiental e produção de arte do povo Huni Kui do Acre.	Paraná	Acre	34	3	R$ 16.500,00	111º
Marta Haas	225053	Ói Nóis Aqui Traveiz no X Encuentro do Instituto Hemisférico de Performance e Política	Ói Nóis Aqui Traveiz no X Encuentro do Instituto Hemisférico de Performance e Política	Rio Grande do Sul	Chile	34	7	R$ 17.500,00	112º
Carlos Henrique Pires Idiart	225678	MIssão Games Connection	Game Connection	Rio Grande do Sul	EUA	34	6	R$ 27.000,00	113º
Amós Weslley Gonçalves Oliveira	225094	FORMAÇÃO ARTÍSTICA EM MÚSICA NA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	MOBILIDADE DE FORMAÇÃO MUSICAL NA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA - 2016	Bahia	Portugal	34	1	R$ 10.500,00	114º
Eduardo Lyra Krieger	225991	Edu Krieger - Festival Montreal en Lumiere	Festival Montreal en Lumiere - show na Nuit Blanche	Rio de Janeiro	Canadá	34	1	R$ 4.500,00	115º
Fábio Luiz Caramuru	222255	EcoMúsica | Conversas de um piano com a fauna brasileira - Concerto e palestra na Arizona State University	Guest Artists at ASU	São Paulo	Estados Unidos	34	2	R$ 9.000,00	116º
Andrea Nascimento Elias	226775	Dingelingi - residência artística em Landesbühne Niedersachsen Nord	Dingelingi - residência artística em Landesbühne Niedersachsen Nord/Junge Landesbühne	Rio de Janeiro	Alemanha	34	2	R$ 21.000,00	117º
Cláudio Gioseffi Baltar	224452	Participação do espetáculo ÁGUA DE BEBER nos Festivais de AVIGNON e EDIMBURGO	Espetáculo ÁGUA DE BEBER no Festival de Avignon Off e Festival de Edimburgo FRINGE.	Rio de Janeiro	Portugal	34	9	R$ 40.500,00	118º
Helena Tavares Gonçalves	222687	Maracatu no giro do mundo: Processos de circulação e releitura da cultura popular brasileira	Desenvolvimento de pesquisa na área de estudos da cultura: Maracatu no giro do mundo: processos de circulação e releitura da cultura popular brasileira, a qual será desenvolvida junto ao grupo Maracatu Criollo. Assim como realização de palestra na Universidade Nacional de Cuyo, sobre as experiências de intercâmbio.	São Paulo	Argentina	34	1	R$ 2.500,00	119º
Marcelo Miazzi Pereira Lima	224476	Aos Cuidados de Rafaela na San Diego Comic Con 2016	Comic Con International: San Diego 2016	São Paulo	EUA	34	1	R$ 4.500,00	120º
Mário Jefferson Leite Mello - Diretor Presidente	223994	Mostra Social e oficinas em Lisboa	Mostra Social e Oficinas de Inclusão Social	São Paulo	Portugal	34	3	R$ 13.500,00	121º
Sheila Cristina Guimarães	223428	Saberes e tradições dos povos da floresta, histórias, lendas e cultura popular	Oficina de Memória - Rodas de histórias e Lendas dos Seringais, com jovens e adultos de uma comunidade Ribeirinha do alto do rio Juruá e Oficina de Criatividade com crianças dessa comunidade	São Paulo	Acre	34	4	R$ 9.200,00	122º
Ismar André Smith Rachman	225708	10 anos de Estelar de Teatro - ações antropofágicas em Portugal e Itália.	Residencia artítica no Teatro Plotach -FLIPT , na Itália e residência artística na Associação Cultural Am'arte, em Portugal	São Paulo	Portugal	34	8	R$ 60.000,00	123º
Henrique Maciel Alonso	223011	Trupe Lona Preta - Participação na XXVI edição da Cruzada Teatral Guantánamo - Baracoa (Cuba)	Cruzada Teatral Guantánamo - Baracoa (XXVI edição)	São Paulo	Cuba	34	7	R$ 31.500,00	124º
Ana Leticia Canineo Barreto	223769	Participação no evento de arte contemporânea Paratissima Lisboa 2016	PARATISSIMA Lisboa (exposição) e PARAFUTURE (oficinas para jovens e crianças e conferências públicas)	São Paulo	Portugal	34	2	R$ 9.000,00	125º
Martha Soares De Paiva	225754	Cia do Solo - Palhaços, histórias e outras trocas.	Cia do Solo - espetáculos, trocas e oficinas.	Rio de Janeiro	Portugal	34	2	R$ 9.000,00	126º
Chalana Oliveira Rocha Carneiro	218487	Residência artístico-cultural no centro cultural Rampart Juice LA	Residência artístico-cultural no centro cultural Rampart JUICE Los Angeles	São Paulo	EUA	34	1	R$ 6.500,00	127º
Aline De Almeida Olmos	224901	Em busca do Oriente imaginado: um estudo sobre o teatro Kathakali indiano	Curso de Kathakali acting na Kerala Kalamandalam University	São Paulo	Índia	34	1	R$ 10.000,00	128º
Waleriano Gurjão Duarte	227185	Participação no Rio Content Market 2016	Rio Content Market	Pará	Rio de Janeiro	33	1	R$ 2.800,00	129º
Thuanny Vieira Silva	225130	Caminhos - Estudos de Cinemalogia	Curso de Cinemalogia	Tocantins	Portugal	33	1	R$ 11.000,00	130º
Isadora Soares De Melo	217791	Participação do escritor mirim Hector Ângelo na Feira do Livro de Londres	Feira do Livro de Londres	Goiás	Inglaterra	33	1	R$ 4.500,00	131º
Gilson Rodrigues Chacon De Oliveira	225410	Curso de Qualificação em Instrumentos de Plectro	Curso de Qualificação em Instrumentos de Plectro	Pernambuco	Portugal	33	1	R$ 4.500,00	132º
Guilherme Bruno De Lima	227249	O palhaço e o sentido cômico do corpo: imersão em palhaçaria com o Lume Teatro - SP	O palhaço e o sentido comico do corpo	Ceará	São Paulo	33	1	R$ 1.300,00	133º

Ana Paula Nogueira Da Silva	225443	ANA PAULA NOGUEIRA E GRUPO COM SHOW PRA NOS	festival Internacional da Voz	Ceará	França	33	4	R$ 18.000,00	134º
Silvino Mendonça Carneiro	226820	Participação no evento Parque Gráfico - Feira de Arte Impressa	Parque Gráfico - Feira de Arte Impressa	Distrito Federal	Santa Catarina	33	1	R$ 1.800,00	135º
Rafael Petrorossi Wolff Dos Santos Lima	210883	Curso Internacional de Biomecânica Teatral de Meierhold	International Course of Theatrical Biomechanics of Meyerhold (Curso Internacional de Biomecânica Teatral de Meierhold)	Paraná	Itália	33	1	R$ 4.500,00	136º
Lara Jacoski	224884	Por um dia melhor (A Better Day)	Filme.	Paraná	Índia	33	2	R$ 24.000,00	137º
Pedro Henrique De Oliveira Miranda	225327	A Engrenagem Suécia 2016	Festival of Music, Theatre and Visual Arts - Örebro University	Distrito Federal	Suécia	33	6	R$ 27.000,00	138º
Josuel Sousa Gonçalves Junior	226797	Fábrica de Teatro participa do 30º Festival ENTEPOLA Chile	30º Festival ENTEPOLA Chile	Distrito Federal	Chile	33	2	R$ 5.000,00	139º
Jordana Mascarenhas De Oliveira	226619	INTERCAMBIO CULTURAL BRASIL / PORTUGAL - COMPANHIA DOIS TEMPOS / TEATRO O BANDO	A Consciência do Ator em Cena	Distrito Federal	Portugal	33	3	R$ 13.500,00	140º
Luciana Meireles Cardoso	224736	Curso de Formação em Pedagogia Griô	Curso de Formação em Pedagogia Griô	Distrito Federal	Bahia	33	1	R$ 1.300,00	141º
Diogo Vaz Franco Santiago	220245	imersão intensiva de aprimoramento técnico em circo	programa de treinamento One-Month Intensives	Santa Catarina	EUA	33	1	R$ 4.500,00	142º
William Pofahl	209020	Mestrado em Violão Clássico	Mestrado em Interpretação de Violão Clássico	Santa Catarina	Espanha	33	1	R$ 4.500,00	143º
Associação Rede Do Circo	227114	Co-Produção entre o 8o. Festival Internacional de Teatro de Rua de Porto Alegre e a Cia Generik Vapeur da França	É uma residencia com o Grupo Generick Vapeur da França e o Festival Internacional de Teatro de Rua de Porto Alegre	Rio Grande do Sul	França	33	2	R$ 21.000,00	144º

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Sueide Oliveira De Jesus Matos	225750	Black Women and Culture in Diaspora Dialogues - Diálogos Mulheres Negras e Cultura na Diáspora	Symposium Black Women and Culture in Diaspora Dialogues	Bahia	Estados Unidos	33	10	R$ 45.000,00	145º
Rafael Siqueira De Guimarães	221474	Arte migrante: novos modelos identitários, culturais e estéticos no contexto das diásporas contemporâneas	Arte migrante: novos modelos identitários, culturais e estéticos no contexto das diásporas contemporâneas	Bahia	Argentina	33	3	R$ 7.500,00	146º
Patricia Teles Américo De Britto	224129	Formação Técnica em Bateria	Formação Técnica em Bateria (Certificate in Drum Performance)	Bahia	EUA	33	1	R$ 10.500,00	147º
Ines Karin Linke Ferreira	225201	Encontros Carbônicos II	Encontros Carbônicos II	Bahia	Rio de Janeiro	33	2	R$ 2.600,00	148º
Cassio Leonardo Nobre De Souza Lima	225644	Viola de Arame na Atlantico Music Expo Cabo Verde 2016	Atlantico Music Expo 2016 (AME)	Bahia	Cabo Verde	33	8	R$ 44.000,00	149º
T	222967	Relíquias arquitetônicas, visualidades e trajetos postais: Festival Arte Postal. FLOTAR e UNAM- 2016.	PESQUISA E DIFUSAO-ACERVO DE POSTAIS-BRASIL X MEXICO. FLOTAR/UNAM-MX.	Bahia	México	33	1	R$ 4.500,00	150º
George Marlon Cipriani Machado	222461	Workshop : Quinhentos Anos de Música Brasileira / Espetáculo Cênico: Música Brasileira: Quinhentos Anos em Cinquenta Minutos	Espetáculo Cênico Musical: Música Brasileira : 500 anos em 50 minutos. Wokshop 500 anos de Música Brasileira e Os Novos Rumos da MPB	Minas Gerais	Portugal	33	6	R$ 27.000,00	151º
Guilherme Silva De Toledo Salles	222745	DUO TEATRO Portugal - Brasil	Curso de Teatro Físico - Full Time	Minas Gerais	Portugal	33	2	R$ 21.000,00	152º
Anderson Moreira Vieira	224001	Gestão do Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Local	Curso de Qualificação Profissional intitulado Patrimônio Cultural e Especialização Inteligente	Minas Gerais	Portugal	33	9	R$ 40.500,00	153º
Ana Cristina De Jesus Souza	226994	Intercâmbio do Bloco Afro Brasil no Carnaval de Guiné Bissau 2016	Carnaval 2016 em Guiné Bissau	Bahia	Guiné Bissau	33	10	R$ 60.000,00	154º
Marco Antonio Da Costa Arruda	220771	Mestre Siqueira e o Cavaquinho Brasileiro	Siqueira e o Cavaquinho Brasileiro.	Rio de Janeiro	França	33	4	R$ 18.000,00	155º
Patricia Castro Ferreira	222351	Olhares culturais além-mar	A atividade será a pesquisa artística cultural, intitulada ?Olhares Culturais Além-mar?, que propõe realizar estudos de caso de seis instituições públicas culturais, sendo 2 museus e 3 centros culturais, em 3 cidades portuguesas: Póvoa de Varzim, Guimarães e Lisboa.	Rio de Janeiro	Portugal	33	1	R$ 4.500,00	156º
Zacarias Lucas Maia Da Silva	225172	Residência em Centro de Referência em Música Contemporânea para Percussão	Residência Artística com Miquel Bernat	São Paulo	Portugal	33	3	R$ 13.500,00	157º
Daniel De Paula	226472	Em lugar de um norte	Residência Artística e elaboração de trabalhos de arte inéditos no contexto da instituição FLACC e suas respectivas reverberações.	São Paulo	Bélgica	33	1	R$ 10.500,00	158º
Victor Alquati Lucindo	224852	Iridescent: Live Act em Encontro Internacional de Arte Sonora: Categoria: pesquisa, produção e apresentação- Equipamentos culturais: Flotar, Random Encontro e CCDMX. 2016.	Encontro Internacional de Arte Sonora: Categoria: pesquisa, produção e apresentação- Equipamentos culturais: Flotar, Random Encontro e CCDMX. 2016.	São Paulo	México	33	1	R$ 4.500,00	159º
Tatiane Conceicao De Alvarenga Pereira	226556	#PartiuDAMareparaCuba	São vários cursos livres na Escuela Internacional de Cine y TV (EICTV): Realização de Documentários, O ator, e a câmera: direção de atores para Audiovisual, Roteiro cinematográfico para alunos de Língua portuguesa, fotografia digital fija para cinema e vídeo, dramaturgia e escrita de documentarios, MIS-EN-SCENE Cinematográfica: O ator, O espaço, e a Câmera.	Rio de Janeiro	Cuba	33	16	R$ 60.000,00	160º
Erika Kobayashi	222084	Residência artística em performance no c.e.m - centro em movimento em Lisboa	Residência artística	São Paulo	Portugal	33	1	R$ 10.500,00	161º
André Meira Gontijo	227101	Apresentação da banda Sambacaitá no Teatro Munganga, Amsterdã, Holanda	Apresentação da banda Sambacaitá no Teatro Munganga em Amsterdã, Holanda	Alagoas	Holanda	32	4	R$ 18.000,00	162º
Jerusa Santos De Almeida	227008	Fotografia Digital para Quilombolas da Barra	Curso de aperfeiçoamento em fotografia digital (Qualificação Técnica; Flash Criativo e Profissional; Lightroom)	Tocantins	Goiás	32	1	R$ 4.300,00	163º
José Roseney De Souza E Souza	225182	Residência- Instituto de Artes ATABAKES	Residência Artística - Instituto de Artes Atabakes	Pará	Pará	32	4	R$ 18.000,00	164º
José Eduardo Hasbun	223876	DUO TAUFIC TOUR ITÁLIA	Projetos de circulação - shows DUO TAUFIC e Bárbara Casini	Rio Grande do Norte	Itália	32	1	R$ 4.500,00	165º
Rafael De Medeiros Rocha	224035	CORPO CASA MAR	Dança aérea com harnés	Paraíba	Argentina	32	1	R$ 8.500,00	166º
Cléssio Martins Batista	225359	GRUPO DELL ART PORTUENSE	DANÇAS EUROPEIAS + CULTURA (TEATRO) + LINGUA ESPANHOLA	Tocantins	Espanha	32	5	R$ 25.000,00	167º
Jose Werley Torres Da Silva	225487	BumbaAmérica 2 - Paraguay	Caravana Cultural do Paraguay 2016 - CIOFF	Mato Grosso	Paraguai	32	25	R$ 60.000,00	168º
Carlos Frederico Barbosa Pinheiro	223242	Residência no LaborBerlin para desenvolver o filme-instalação: Heliotropismo	Residência no Laborberlin.	Pernambuco	Alemanha	32	1	R$ 8.500,00	169º
Alayde Bezerra Lima	226558	Curso de formação por Peter Jasko	CURSO COM PETER JASKO	Ceará	Portugal	32	4	R$ 18.000,00	170º
Bárbara Aguiar De Castro	223380	Residência Artística - Grupo Acaso e CTCMCB (PT)	Residência Artística	Pernambuco	Portugal	32	4	R$ 34.000,00	171º
Iuri Moreno Chaves Pereira	225105	EICTV Cuba - Da Produção de Campo à Produção Executiva no Mercado Internacional	Da Produção de Campo a Produção Executiva no Mercado Internacional	Goiás	Cuba	32	3	R$ 13.500,00	172º
Maria Rita David Ribeiro	224926	Participação no IV Encontro Latino Americano de Teatro do Oprimido a ser realizado na cidade de Léon na Nicarágua	IV Encontro Latino Americano de Teatro do Oprimido	Goiás	Nicarágua	32	5	R$ 22.500,00	173º
Pâmela Elizabeth Moralez Arteaga	225772	Mambembando no Teatro José de Alencar	Pauta de apresentações do grupo Mambembrincante no Theatro José de Alencar - Fortaleza - CE	Distrito Federal	Ceará	32	7	R$ 9.100,00	174º
André Felipe Costa Silva	224948	FRONTERA - residência artística para dramaturgos	FRONTERA - residência artística para dramaturgos	Santa Catarina	Argentina	32	5	R$ 42.500,00	175º
Caisa Antunes Tibúrcio Guimarães	225715	Clown Through Mask	workshop Clown Through Mask	Distrito Federal	Canadá	32	1	R$ 6.500,00	176º
Priscila Aparecida Ulbrich	225383	Amazônia Andes no Salão do Livro de Paris e Galerias de Paris	Salão do Livro de Paris 2016 - Salon du Livre de Paris 2016	Santa Catarina	França	32	2	R$ 9.000,00	177º
Tiago Nery Borges	223789	Brasil-Cuba, a mecânica emocional da Direção de Atores.	O ATOR E A CÂMERA: DIREÇÃO DE ATORES PARA AUDIOVISUAL	Distrito Federal	Cuba	32	1	R$ 4.500,00	178º

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Isabela Ribeiro Couto	225343	Mutualismo	Palestra na Universidade de Utah (EUA) e exposição de arte na Michel Berry Gallery (Utah, EUA). A exposição fará parte do evento Gallery Stroll.	Distrito Federal	Estados Unidos	32	2	R$ 9.000,00	179º
Francisco De Assis Gaspar Neto	217482	ARRUMOS	CENTRO DE INVESTIGAÇÃO AND LAB	Paraná	Portugal	32	1	R$ 4.500,00	180º
Caio Cezar Guimarães E Silva	224087	Molungo no Tam Tam - Curso de formação musical e pesquisa da Cultura Mandingue	Programa Intensivo de Estudos de Djembe da Tam Tam Mandingue Djembe Academy - TTMDA	Paraná	México	32	5	R$ 22.500,00	181º
Marcos Venício Montagna	227087	Projeto de Intercâmbio Cultural do Colegiado de Gestores Culturais da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí - AMFRI	Palestras e visitas técnicas a museus, festas tradicionais, espaços de cultura tradicional, bibliotecas, arquivos e as comunidades tradicionais dos Açores	Santa Catarina	Portugal	32	9	R$ 40.500,00	182º
Vitor Brandao Costa Santos	211474	Participação do Curso de Design de som da Escuela Internacional de Cine y Televisión de San Antonio los Baños - Cuba	OFICINAS INTERNACIONAIS DE CURTA DURAÇÃO DE DESIGN DE SOM E MIXAGEM DE DIÁLOGOS	Minas Gerais	Cuba	32	1	R$ 4.500,00	183º
Guilherme Eduardo Teixeira	214345	Omelete na Espanha	La Master Class - Clown, com o professor Philippe Gaulier	Minas Gerais	Espanha	32	1	R$ 4.500,00	184º
Mariana Rosario Marin	223690	curso introdutório para a arte em metais.	ART 240.001- Introdução à Arte em Metal / Jóias ART 440.001 avançados de arte em metal e processamento de metais.	Bahia	Estados Unidos	32	1	R$ 10.500,00	185º
Leonardo Loureiro Winter	225377	RESIDENCIA ARTÍSTICA NA UNIVERSIDADE DE AVEIRO (UA), PORTUGAL: MASTERCLASSES INSTRUMENTAIS, PALESTRA E RECITAL-PALESTRA SOBRE COMPOSITORES GAÚCHOS E BRASILEIROS PARA FLAUTA TRANSVERSAL	RESIDENCIA ARTÍSTICA NA UNIVERSIDADE DE AVEIRO (UA), PORTUGAL: MASTERCLASSES INSTRUMENTAIS, PALESTRA E RECITAL-PALESTRA SOBRE COMPOSITORES GAÚCHOS E BRASILEIROS PARA FLAUTA TRANSVERSAL	Rio Grande do Sul	Portugal	32	1	R$ 6.500,00	186º
Naara Santos De Almeida Nascimento	225185	Arpe: Teatro Lambe-lambe no Brasil	Teatro Lambe-lambe	Bahia	Santa Catarina	32	1	R$ 2.000,00	187º
Rafael Lorran Alves	224803	DRAMATURGIA E PSICANÁLISE: TEXTUALIDADES DA LATINIDADE: Formação no Ateliê de Dramaturgia da UNA (Universidade das Artes, Buenos Aires)	Taller del Curso de Extensión: Posibilidades de Experimentación Draatúrgica	Minas Gerais	Argentina	32	1	R$ 2.500,00	188º
Isabella Lima Vieira Ribeiro	222787	Conexão Casa Cult no Santiago a Mil 2016	PLATEA 2016	Minas Gerais	Chile	32	2	R$ 5.000,00	189º
Mario Eliseo Garay Olivares	226509	InterCirco - X Turbo Fest e Workshop	X Turbo Fest e Workshop para artistas circenses: A Novo Artista Circense e Sua Des-Costrução	São Paulo	Canadá	32	2	R$ 9.000,00	190º
Miriane Da Costa Peregrino	225966	Intercâmbio para Universidade de Cabo Verde (UniCV)	Formação intensiva em literatura caboverdiana	Rio de Janeiro	Cabo Verde	32	1	R$ 5.500,00	191º
Daniel Dobbin Souto Barros	224805	Forró de Rabeca na Europa 2016	Projecto Forró de Lampião e London Forró Festival 2016	Rio de Janeiro	Portugal e Inglaterra	32	6	R$ 27.000,00	192º
Tatiane Da Cruz Cavalcante Lustoza	215278	Trupe Sinhá Zózima - Intercâmbio em Portugal	17ª edição do JUVEARTE Festival de Teatro	São Paulo	Portugal	32	8	R$ 36.000,00	193º
Marina Pagel Ferreira	216933	Curso Master Intensivo em Estratégias de Inovação e Empreendedorismo do Instituto Europeu de Design de Barcelona - Espanha	Curso Máster Intensivo en Innovation Strategy Entrepreneuship	Rio de Janeiro	Espanha	32	1	R$ 10.500,00	194º
Alexandre Costa Bleinat	225117	Atlântico Rock - Caminhos do Mar	Apresentação musical na Cidade de Lisboa e Algarve e Circuito de verão em Lisboa através da Casa do Brasil de Lisboa.	São Paulo	Portugal	32	2	R$ 9.000,00	195º
Marcelo Caldi Magalhães	225915	Marcelo Caldi - Festival Montreal en Lumiere	Festival de Inverno de Montreal - Montreal en Lumiere	Rio de Janeiro	Canadá	32	1	R$ 4.500,00	196º
Danilo Tomic	226863	Opera para crianças em Portugal	Carmencita- Opera para crianças	São Paulo	Portugal	32	2	R$ 9.000,00	197º
Marcus Vinicius Mello Di Bello	224521	Do Mar Ao Sertão	Intercâmbio Companhia do Elefante (Santos/SP) e Teatro de Retalhos (Arcoverde/PE)	São Paulo	Pernambuco	32	1	R$ 1.300,00	198º
Karen Barros Da Fonseca	227254	Residência artística no Labor-Berlin: pesquisa em cinema analógico e artesanal	Residência artística no Labor-Berlin: pesquisa em cinema analógico e artesanal	Rio de Janeiro	Alemanha	32	1	R$ 6.500,00	199º
Ana Dillon Nunes	225589	Encontro Internacional Cinema, cem anos de juventude	Encontro Internacional Cinema, cem anos de juventude	Rio de Janeiro	França	32	6	R$ 27.000,00	200º
Miriam Souza E Freitas	225569	Afinal, a técnica se dá pela repetição? Reprogramando a técnica do artista pela consciência em cena.	Intensivo: Consciência do Ator em Cena	São Paulo	Portugal	32	1	R$ 4.500,00	201º
Sueli Cristina Freire Guerra Maio	225082	Cia da Ideia no XXI Encuentro Internacional de Danza en Paisajes Urbanos HABANA VIEJA CIUDAD EN MOVIMIENTO	Batuque Contemporâneo	Rio de Janeiro	Cuba	32	7	R$ 31.500,00	202º
Fabio Leandro De Macedo Da Silva	223794	Alafia	31 Festival Internacional de Jazz Plaza	São Paulo	Cuba	32	12	R$ 54.000,00	203º
Vitor Israel Trindade De Souza	226831	Ossé - Vitor da Trindade e Familia Solano Trindade em Cabo Verde no Circuito Lusofonia 2016	CIRCUITO CULTURAL LUSÓFONO 2016	São Paulo	Cabo Verde	32	10	R$ 55.000,00	204º
Samuel Barroso Rosmaninho	222649	Olhos e alma - despertar é preciso	Curso de História da Arte	Rio de Janeiro	Itália	32	1	R$ 4.500,00	205º
Rodrigo Da Silva Dutra	220316	Audiovisual Adaptado - Intercâmbio com instituição italiana	Encontros Web Tv	Rio de Janeiro	Itália	32	1	R$ 6.500,00	206º
Gustavo Bonifácio Dos Santos	227238	Capoeira Sem Fronteiras	Capoeira sem Fronteiras - Intercâmbio Cultural-Artístico Brasil/Natal-França/Louviers	Rio Grande do Norte	França	31	12	R$ 54.000,00	207º
Raissa Regia Noleto De Mesquita	222583	CIMODE 2016 - Congresso Internacional de Moda e Design	Congresso Internacional de Moda e Design - CIMODE	Piauí	Argentina	31	1	R$ 2.500,00	208º
Cristina Elizabeth Braz Dantas Dos Santos	225804	Intercâmbio em Caiçara-PB com oficinas de leitura - Grupo Leitura na Escola	I Intercâmbio de Leitura entre O grupo: Leitura na Escola do município de Bananeiras-PB e o grupo: Atitude de Caiçara-PB	Paraíba	Paraíba	31	4	R$ 3.200,00	209º
Lúcia Eulália Costa Magalhães	225124	Véus do Coração - Residência/Pesquisa artístico-cultural	Programa de residência artístico-cultural do SIFF	Paraíba	Itália	31	1	R$ 6.500,00	210º
Laura Tamiana Garcia Tavares	223417	Céu e Terra, artes visuais ao pé da árvore - França	Céu e Terra - artes visuais ao pé da árvore	Pernambuco	França	31	3	R$ 13.500,00	211º

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Karla Mendes Dos Santos	224996	Formação Studio MRG Paris/FRA - Intercâmbio Ragga Jam®	Formação Studio MRG Paris/ Intercâmbio Ragga Jam®/ Juste Debout Event	Goiás	França	31	2	R$ 21.000,00	212º
Joubert De Albuquerque Arrais	221769	AÇÃO COREOGRÁFICA 01 - CORPO & IMUNIDADE	Formação Intensiva Acompanhada (FIA) e aulas Regulares do centro em movimento	Paraná	Portugal	31	1	R$ 6.500,00	213º
Eduardo Ramos Gonçalves	226580	Processo de criação colaborativa Setra Cia de Teatro (BR) / La Tristura (ESP) - Montagem do espetáculo CINE	Pesquisa artístico-cultural - Processo de criação colaborativa Setra Cia de Teatro (BR) / La Tristura (ESP) - Montagem do espetáculo CINE	Paraná	España	31	3	R$ 13.500,00	214º
Paulo Roberto Lima Petitinga Júnior	223825	Redes Criativas - uma ponte entre Brasil e Portugal na economia criativa	Visita ao Parque Tecnológico de Óbidos, a Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas, a Opium, a Serralves Indústrias Criativas, Fábrica de Santo Thyrso, Invest Braga, LX Factory e Village Village Underground.	Distrito Federal	Portugal	31	1	R$ 4.500,00	215º
Loraine Maria Ferla Balen Tatto	215174	MÚSICA BRASILEIRA NO EXTERIOR	Na Espanha: Farei 3 Concertos \"MUSICA CLÁSSICA BRASILEIRA\" - Em Bratislava: Farei 1 Concerto no FESTIVAL DE MÚSICA DE BRATISLAVA - apresentando Música Clássica Brasileira	Paraná	Espanha/ Rep. Eslováquia	31	1	R$ 4.500,00	216º
Dalila Lopes Da Silva	225911	O Candombe no Uruguai: uma perspectiva etnomusicológica	Preparativos para o Carnaval do grupo Mi Morena Candombe del Uruguay	Paraná	Montividéo	31	3	R$ 7.500,00	217º
Nestor Da Costa Junior	223737	NESTOR JR - CIRCUITO EUROPA	Residência Artistica - Exposições - Workshops de aquarela	Santa Catarina	França e Portugal	31	1	R$ 8.500,00	218º
Rúbia Viola Romani	215087	Ferramentas para a interpretação no cinema	Acting: Studio 4 Acting Program	Paraná	Estados Unidos	31	2	R$ 21.000,00	219º
Aline Carolina Barth	220344	Pinhal das Artes	Pinhal das Artes 2016	Santa Catarina	Portugal	31	4	R$ 18.000,00	220º
Andressa Claudia Dos Santos	221026	Instalação como dispositivo criativo	?Instalação como dispositivo criativo? - pesquisa a ser desenvolvida no Programa de Formação e Residências Assistidas do AND_Lab.	Paraná	Portugal	31	2	R$ 21.000,00	221º
Andréia Peres Batista	225191	Aquilo que não sei explicar, mas que não deixa de acontecer - conversas sobre Arte Bruta	Visitação e pesquisa artística - Museu de Imagens do Inconsciente	Santa Catarina	Rio de Janeiro	31	1	R$ 1.500,00	222º
Luciana Alves Viana	224413	Trio do Vento: Brasil - Argentina	Show Casa da Saudade com Trio do Vento e Noite de Música Argentina e Brasileira	Distrito Federal	Argentina	31	2	R$ 5.000,00	223º
Daniele Rocha Viola	215228	Pesquisa em Biomecânica Teatral de Meyerhold	Corso Internazionale di Biomeccanica Teatrale	Santa Catarina	Itália	31	1	R$ 4.500,00	224º
Vanessa Márcia Bittencourt Dos Santos	226750	Projeto: AMPLO Festival Intercontinental de Arte e Cultura Emergente. Edição 7- 2016- Estados Unidos. Tema: Landscape. Organizado por Untitled Arts Média	Projeto: AMPLO. Festival Intercontinental de Arte e Cultura Emergente. Edição 7- 2016- Estados Unidos. Tema: Landscape. Organizado por Untitled Arts Media.	Bahia	Estados Unidos	31	5	R$ 22.500,00	225º
Marcelo Penido Ferreira Da Silva	224759	DUO CAPRA - Participação no IV International Harp Competition and Festival, México 2016	IV International Harp Competition and Festival	Minas Gerais	México	31	2	R$ 9.000,00	226º
Felipe Bastos Pinheiro	225960	Zevinipim em Portugal	Festival Pé na Terra e Show de Verão	Minas Gerais	Portugal	31	4	R$ 18.000,00	227º
Raquel Eleonora Grabauska	225256	Projeto de Intercâmbio - Quem Não Dança Balança a Criança em Portugal	Apresentações do espetáculo Quem Não Dança Balança a Criança	Rio Grande do Sul	Portugal	31	8	R$ 36.000,00	228º
Ivan Santana Cardoso	225277	NOITE DE REIS NO FESTIVAL DA CAATINGA	10º CAATINGART - Festival de Cultura Popular	Bahia	Sergipe	31	13	R$ 10.400,00	229º
Morgana Barbosa Gomes	225159	Investigação do silêncio	Investigação do Silêncio	Bahia	Portugal	31	4	R$ 26.000,00	230º
Steffane Micaelle Alves Leal	226533	INTERCÂMBIO CULTURAL GRUPO MAEDAMATA	Exposição na Feira do Empreendedor	Bahia	Uruguai	31	6	R$ 15.000,00	231º
Leila Gina Da Cruz Silva Dos Reis	224691	Constelações Urbanas, Palíndromo 303 e Mira Mirror no Le Couvent - França - 2016	Residência Artística no Le Couvent - França	Bahia	França	31	1	R$ 6.500,00	232º
Thamires Tavares De Andrade	223696	Encurtando Distâncias: Flotar e CCEMX- 2016	Mostra Visual- Encurtando Distências- Flotar e CCEMX- 2016.	Bahia	México	31	1	R$ 4.500,00	233º
Nayara Barros Da Silva	222194	Integr'Arte, cultura e religião. [das oferendas feitas por Frida Kahlo aos rituais de Santeria]	Pangea Flotar- Festival afro-latino edição 8- em parceria com Museu Frida Kahlo. México DF. 2016.	Bahia	México	31	1	R$ 4.500,00	234º
Francisco Pires De Castro Linhares	222911	Pesquisa de Campo - Festival Mutek / Montreal	festival Mutek - Montreal	Rio de Janeiro	Canadá	31	1	R$ 4.500,00	235º
Viviane De Sales Silva	227144	Os Griots do Mundo numa Esquina	Entre as atividades que o grupo pretende participar está o projeto ?Hoje eu vou ao teatro?, desenvolvido pela Associação Internacional de Teatro para a Infância e Juventude (Assitej), com o apoio do multifacetado artista moçambicano Rogério Manjate, nas escolas de Maputo.	Rio de Janeiro	Moçambique	31	4	R$ 22.000,00	236º
Fabio Luiz Carneiro Mourilhe Silva	224814	Partcipação no Reading Visual Cultures Seminar do ACLA	Apresentação e participação no Reading Visual Cultures Seminar no ACLA	Rio de Janeiro	Estados Unidos	31	1	R$ 4.500,00	237º
Fabio Alves Figueiredo De Almeida	223046	Shanawaara na 2a Conferência Internacional SSEX BBOX - São Francisco	2a Conferência Internacional SSEX BBOX	São Paulo	Estados Unidos	31	1	R$ 4.500,00	238º
Susana Ramos Ventura	223767	Palestras para a ONG Brasil em Mente, participação como Conferencista da III Conferência sobre o ensino, manutenção e promoção do Português como Língua de Herança	Palestra \'As heranças de nossa herança\' (evento de lançamento da III Conferência (2 de maio) e III Conferência sobre o ensino, manutenção e promoção do Português como Língua de Herança (entre 12 e 15 de maio)	São Paulo	Estados Unidos	31	1	R$ 4.500,00	239º
Jaqueline Reis Vasconcellos	223517	RESIDÊNCIA DA SÉRIE MAIS UM PORNO - ARTE ATIVISMO E ENCONTRO NA ESPANHA	Não se aplica - projeto de residência artística em dois centros culturais	São Paulo	Espanha	31	1	R$ 6.500,00	240º
Monica Silva Da Costa	224725	Residência Artística e Intercâmbio com o Grupo Ashakata - Benin	Residência Artística com o Grupo Ashakata	Rio de Janeiro	Benim	31	1	R$ 11.500,00	241º
Daniel Carmona Leite	224869	Intercâmbio de metodologias - Júri infantil Brasil / Venezuela	VI FICAIJ (Festival Internacional de Cine y Audiovisual Infantil y Juvenil)	São Paulo	Venezuela	31	2	R$ 5.000,00	242º

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Andre Lima Sampaio	225667	Intercâmbio Moçambique Afro-mandinga	Residência Artística na Associação Cultural Warethwa /Matchume Zango: Trocas artísticas e registro Fonográfico/Audio-visual	Rio de Janeiro	Moçambique	31	6	R$ 45.000,00	243º
Ana Luiza Pessoa Lustosa Cabral	209029	Curso de Topeng - um aprofundamento cultural	Curso Topeng - aprofundamento	São Paulo	Indonésia	31	6	R$ 36.000,00	244º
Nívea Faria De Souza	225436	O figurino cinematográfico: uma análise comparativa entre Brasil e Portugal	VI AIM - Associação de Investigadores da Imagem em Movimento ; Oficina Direção de arte e figuração (figurino) no cinema na Universidade da Beira Interior Covilhã/Portugal. ; Oficina Direção de arte e figuração (figurino) no cinema na Escola Superior de Música, Artes e espetáculo (ESMAE) do Instituto Politécnico do Porto/Portugal (IPP).	Rio de Janeiro	Portugal	31	1	R$ 8.500,00	245º
Priscila De Azevedo Maia	225508	Residência artística para a criação do espetáculo PANGEIA	Residência Artística para a criação do espetáculo PANGEIA	Rio de Janeiro	Portugal	31	1	R$ 10.500,00	246º
Fernando Pereira Dos Santos E Silva	226857	Residência Artística Conexiones Latinas: Ciudad de México - São Paulo.	Residência Artística Conexiones Latinas: Ciudad de México - São Paulo.	São Paulo	México	31	6	R$ 51.000,00	247º
Reinaldo Gonçalves Dutra	225412	Reflexões e Práticas sobre a Mímica Total	Programa Jornada Mímica Total e Teatro Físico	Rio de Janeiro	São Paulo	31	1	R$ 3.800,00	248º
Tales Frey Dias	222422	Residência artística no Fjúk Art Centre	Residência artística no Fjúk Art Center em Húsavík na Islândia	São Paulo	Islândia	31	1	R$ 6.500,00	249º
Mariah Venturi Navarro Lima	223435	Conexão Casa Colorida - Percorrendo as redes de cultura de Galicia e Portugal	Residência cultural/artística Casa Colorida; VI Festival Corpo (a) Terra; Festival Intercéltico de Baiña; Residência cultural Sede Porto	São Paulo	Portugal e Espanha	31	7	R$ 31.500,00	250º
Lys Gabriela De Souza Vieira	213568	O Sertão Carioca 80 anos depois - Fotografias documentais	Workshop de Fotografia Documental	Rio de Janeiro	Portugal	31	1	R$ 6.500,00	251º
Marina Nunes D'Aiuto	225369	Paisagens Deambulantes - Residência Artística em Cali, Colômbia	Paisagens Deambulantes - Residência Artísticas em Cali, Colômbia.	São Paulo	Colômbia	31	2	R$ 13.000,00	252º
Diana Bloch	227050	O Artista Plural	Formação Vers un acteur pluriel	Rio de Janeiro	França	31	1	R$ 10.500,00	253º
Anderson De Souza Leão	225717	Experiências Estéticas: Brasil e Alemanha	Residência artística - Companhia Giradança e Cie Toula Lminaios	Rio Grande do Norte	Alemanha	30	10	R$ 60.000,00	254º
Marcos Vinicius Lopes Gomes	225822	XII FESTIVAL MUNICIPAL DE TEATRO.	XII Festival Municipal de Teatro	Pará	Pará	30	7	R$ 10.500,00	255º
Jefferson Tiago De Souza Mendes Da Silva	217698	Pesquisas do Cruviana para o mundo - Formação, ensino e aprendizagem na área de artes na região norte	Congresso Internacional de Educação ?Gestão Educativa, Inclusão e Formação Docente?	Roraima	México	30	5	R$ 25.000,00	256º
Diego Beja Inglez De Souza	221848	O Recife, O Porto: Conexões transatlânticas no campo ampliado da arquitetura e do urbanismo	Conexões transatlânticas no campo da arquitetura e do urbanismo	Pernambuco	Portugal	30	6	R$ 27.000,00	257º
Eduardo Buarque Rabêlo	216706	Qualificação em Instrumentos de Plectro	Curso de Qualificação de instrumentistas em Plectro	Pernambuco	Portugal	30	3	R$ 13.500,00	258º
Fernanda Faria Dos Santos	225457	COPI E NOVARINA: UM MERGULHO NA IDEIA DE CONTEMPORANEO A PARTIR DE GIORGIO AGAMBEM	OFICINA COPI E NOVARINA: UM MERGULHO NA IDEIA DE CONTEMPORÂNEO A PARTIR DE GIORGIO AGAMBEM	Goiás	Rio de Janeiro	30	9	R$ 9.000,00	259º
Eder Fernando Do Nascimento	225986	CIRCULAÇÃO DANCEP	Circulação de espetáculo e residência artística	Paraná	França, Itália e Portugal	30	16	R$ 60.000,00	260º
Ruana Souza	223762	The Cavern Tour - Turnê de lançamento do disco Marte na Inglaterra	International Pop Overthrow	Santa Catarina	Inglaterra	30	4	R$ 18.000,00	261º
Carlos Henrique De Oliveira	222748	Curso de Documentário no Chile	Diplomado de Cine Documental	Paraná	Chile	30	1	R$ 8.500,00	262º
Liliana Sulzbach	211427	Residência em Berlim para desenvolvimento de roteiro de obra audiovisual seriada.	Consultoria de tratamento e roteiro de obra seriada. (Treatment and Script Consulting)	Rio Grande do Sul	Alemanha	30	1	R$ 10.500,00	263º
Ticiano Rottenstein Marquetti Nemer	222778	Dejetos de memórias: Residência artística em Lille, França, e exposições em Lille e Berlim. Alemanha	Residência artística e exposições individuais	Minas Gerais	França	30	1	R$ 60.000,00	264º
Ariel Oliveira Ribeiro	225423	Difusão do espetáculo Good/Looking realizado pelos integrantes da primeira residência artística do Núcleo VilaDança (BA)	3ª Edição do La Machine Festival de Calle/Movimiento Contemporaneo	Bahia	Costa Rica	30	5	R$ 22.500,00	265º
Fernanda Paquelet Moreira Barbosa	225348	Intercâmbio Coletivo Quatro	Mergulho no Musical Intensivo	Bahia	Rio de Janeiro	30	10	R$ 13.000,00	266º
Melissa Zonzon Silva	226915	Economia solidária da Cultura: Pesquisa, residência e intercâmbios em Culture et Coopération/França	Gestão do arranjo produtivo ?Culture et Coopération, ajudando nas atividades de produção de evento, articulação entre membros associados, etc.	Bahia	França	30	1	R$ 4.500,00	267º
Gabriel Murilo Magalhães Resende	226053	Minas Gerais no mercado Jazz e World Music asiático	Jazz in Seoul 2016	Minas Gerais	Corea do Sul	30	1	R$ 6.000,00	268º
Nara Lucia Da Silva Couto	227291	SAGRAÇÃO DA ARTE NEGRA	BLACK FORMS, BETWEEN ENGAGEMENT AND RESISTANCE ; Dança Negra e suas formas, entre o compromisso e a resistência.	Bahia	Senegal	30	1	R$ 7.500,00	269º
Geysa De Souza Castro	224571	Convergência entre linguagens artísticas e tecnologia-Ginga P no SXSW 2016	South by Southwest (SXSW)	Bahia	Estados Unidos	30	2	R$ 9.000,00	270º
Adriana Jou Inchausti	224813	Residência no Kevin O´Day Ballett - Nationaltheater Mannheim	Residência artística no Kevin O´Day Ballett - National Theater Mannheim	Rio Grande do Sul	Alemanha	30	1	R$ 10.500,00	271º
Bruno Schmidt Alencastro	224416	Curso de Linguagem Audiovisual e Técnicas Multimídias	Curso de Fotografia - Linguagem Audiovisual e Técnicas Multimídias	Rio Grande do Sul	Espanha	30	1	R$ 10.500,00	272º
Aline Callegaro De Paula Bueno	212529	Participação no INTRAMURS - Festival de Arte de Valência	INTRAMURS - Festival de Arte de Valência, na Espanha.	Rio Grande do Sul	Espanha	30	4	R$ 18.000,00	273º
Rafael Pondé De Oliveira	225045	Rafael Pondé intercâmbio em Cabo Verde	intercambio com músicos locais e shows musicais.	Bahia	Cabo Verde	30	2	R$ 11.000,00	274º
Renata Savian Da Rosa	222831	Laboratorio Creativo Pasajera Filmes - Producciones de La 5ª Avenida	Laboratorio Creativo Pasajera Filmes - Producciones de la 5ª Avenida	Rio Grande do Sul	Cuba	30	3	R$ 25.500,00	275º

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Bruna Spezia Immich	223033	Participação do Grupo Trilho de Teatro Popular no VIII Festival de Teatro y Performance - VIII Festepe Internacional 2016 - por una Latinoamerica unida.	Esta é a 8ª edição do Festival de Teatro y Performance - VIII Festepe Internacional 2016 - por una Latinoamerica unida. O festival é realizado desde o ano de 2009.	Rio Grande do Sul	Peru	30	7	R$ 17.500,00	276º
Tatiane Soares Dos Reis	226983	Abrapalavra e Bambu: uma conexão Brasil Honduras	Residência Litero-Cênica-Musical Honduras Brasil	Minas Gerais	Honduras	30	5	R$ 32.500,00	277º
Thiago Brito Valle	225084	Projeto de Formação e Qualificação em Cinema e Cinema de Animação na Vancouver Film School (Canadá)	Curso de especialização em animação clássica (classical animation) na Vancouver Filme School	Minas Gerais	Canadá	30	1	R$ 4.500,00	278º
Leonel Henckes	225404	Residência Internacional com Marinaio Teatro - Berlim - 2016: Teatro, Guerras Refugiados e Deslocamentos Populacionais Contemporâneos	Residência Internacional com Marinaio Teatro ? Berlim ? 2016: Teatro, Guerras Refugiados e Deslocamentos Populacionais Contemporâneos	Bahia	Alemãnha	30	3	R$ 19.500,00	279º
Benjamin De Oliveira Abras	225660	Mavambu - Diásporas em Transe	Nariyal Paani Festival 23 à 25/01 (Mumbai) & Sufi Sutra Festival 28/01 à 12/02 (Dhaka, Kolkata, Goa)	Minas Gerais	India	30	5	R$ 30.000,00	280º
Grupo Folclórico Aruanda	215667	Grupo Aruanda no 2º Festival Internacional de Folclore e Artes Tradicionais de Goiás - CIOFF	2º Festival Internacional de Folclore e Artes Tradicionais de Goiás (FIFAT)	Minas Gerais	Goiás	30	25	R$ 25.000,00	281º
Gustavo Rezende Firmino	225695	Residência Artística - Descoberta da Cultura Brasileira	Residência Artística ? Descoberta da Cultura Brasileira	Minas Gerais	Portugal	30	1	R$ 10.500,00	282º
Renata Andréa Aquino Defina	216765	Residência do Corpo em Música	TAP RESIDENCY MADRID - Residência de Sapateado em Madrid	São Paulo	Espanha	30	5	R$ 32.500,00	283º
Renata De Oliveira Carlomagno	225947	O Despertar da Consciência do Ator em cena	?Dar forma a la imaginación? - ? Introducción al Mimo Corporal Dramático y al Teatro Físico	São Paulo	Espanha	30	1	R$ 4.500,00	284º
Vanessa Cosate Fort	225896	Participação no Prix Jeunesse Internacional 2016	Prix Jeunesse International 2016	São Paulo	Alemanha	30	1	R$ 4.500,00	285º
Grace Keila Ivo	223306	EXPERIÊNCIAS POÉTICAS - Projeto de Residência Artística	Programa Anual de Residência Artística da OAH - Open Art House em Ivrea, Itália com o projeto Experiências Poéticas.	São Paulo	Itália	30	1	R$ 8.500,00	286º
Raphael Martins Escobar	225638	Residência Artística na La Maudite	Residencia Artistica	São Paulo	Paris	30	1	R$ 8.500,00	287º
Daniel Limaverde Soares Costa Sousa	223511	dBs Music	dBs Music	Rio de Janeiro	Alemanha	30	1	R$ 4.500,00	288º
Ana Cristina R. Silva	225242	Dança Urbana e sua contemporaneidade: transformação, inovação e expansão	Juste Debout	São Paulo	França	30	13	R$ 58.500,00	289º
Aline Helena Manera	226404	A conceituação da direção de arte no cinema.	ART DIRECTION FOR FILM (direção de arte para filmes)	São Paulo	Inglaterra	30	1	R$ 4.500,00	290º
Luiza Sales Rangel	223614	Música Brasileira no Centro de Estudos de Jazz da Universidade de Veracruz no México	Oficinas e Show de Música Brasileira com Luiza Sales no Centro de Estudos de Jazz da Universidad Veracruzana - México.	Rio de Janeiro	México	30	1	R$ 4.500,00	291º
Talita Lima De Araujo	227165	Aproximações Diásporicas: investigações entre as danças afro brasileiras e as "danzas afrocubanas"	oficinas, conferências, acompanhamento de apresentações e ensaios de companhia de dança afrocubana, sobretudo a convidante	São Paulo	Cuba	30	1	R$ 10.500,00	292º
Iuri Lemos Gouvêa De Andrade Soares	221332	Dos Cafundos- Oficinas do Convento-Associação Cultural de Arte e Comunicação e Centro UNESCO.	Encontro internacional de OFICINAS DO CONVENTO UNESCO PORTUGAL: EIOC 2016- Montemor-o-Novo, Portugal.	Rio de Janeiro	Portugal	30	6	R$ 27.000,00	293º
Mayra Correa	225008	Festival Azgo Moçambique	Festival Azgo	São Paulo	Moçambique	30	10	R$ 55.000,00	294º
Gabriela Da Silva Bandeira Pinheiro	226008	Safar: O saber popular através das mãos, cultura que emana do toque	Residência Artística.	Rio de Janeiro	Escócia	30	2	R$ 9.000,00	295º
Maria Silvia Do Nascimento	225046	O feminino atrás da máscara	Seminário Laboratório Internacional Arte della Maschera nella Commedia dell´Arte	São Paulo	Itália	30	2	R$ 9.000,00	296º
Luis Gustavo Moraes Bellintani	224923	SERIAL FUNKERS - INTERCAMBIO CULTURAL	Blue Nile - New Orleans/ Louisiana	São Paulo	EUA	30	8	R$ 60.000,00	297º
Camila Ferreira Marujo	225891	Planejamento e Gestão da Cultura: a Bahia como referência	Não se aplica por tratar-se de pesquisa artístico-cultural específica.	São Paulo	Brasil	30	1	R$ 1.300,00	298º
Elaine Dos Santos Rosa	225705	Pesquisa de Campo Feira Crespa	Projeto de pesquisa Feira Crespa	Rio de Janeiro	Tocantins	30	7	R$ 7.000,00	299º
Leonardo Leite Marinho	208922	Old Towns School Music Festival 2016. Interconexão da banda paraibana Burro Morto nos Estados Unidos- março 2016.	Old Towns School Music Festival- Turnê 2016- Banda Burro Morto, Paraíba-Brasil.	Paraíba	Estados Unidos	29	3	R$ 13.500,00	300º
Ana Morena Tavares Ramos	225280	Camarones Turnê Sulamericana 2016	Festival Music Is My Girlfriend	Rio Grande do Norte	Argentina	29	4	R$ 10.000,00	301º
Antonio Sérgio Luz Da Silva	222920	II Caravana Cultural	II Caravana Cultural	Pará	Pará	29	7	R$ 10.500,00	302º
André Felipe Wacemberg Esteves	226920	Curso de Introdução Cinematográfica - Introduction to Filmmaking	Curso de Introdução Cinematográfica - Introduction to Filmmaking	Pernambuco	Inglaterra	29	2	R$ 170.000,00	303º
Wirajane Batista De Bortoli	222619	7TH SYMPHONY EURO TOUR 2016	Festival Metalyard e Turnê Europa 2016	Paraná	Tour pela Europa	29	7	R$ 31.500,00	304º
Fernanda Picorelli De Oliveira	210122	Especialização em Produção Artístico Cultural e Agenciamento de Artistas	Produção Artístico Cultural e Agenciamento de Artistas para Gravadora TreeSixtyOne	Distrito Federal	Espanha	29	1	R$ 10.500,00	305º
Guilherme De Paula Peres Schirmer De Bem	213070	Show Um Brinde Aos Loucos - Maceió/AL	Alagou Convida.	Distrito Federal	Alagoas	29	7	R$ 9.100,00	306º
Natália Pereira Pires	224893	Participação no XII Congresso da Associação Internacional para o Estudo da Música Popular - América Latina	XII Congresso da Associação Internacional para o Estudo da Música Popular	Distrito Federal	Cuba	29	1	R$ 4.500,00	307º
Bruno Henrique Ribeiro Tonelli	210381	Turnê de shows do 7 Estrelo na India	Worldfest 2015	Minas Gerais	India	29	3	R$ 18.000,00	308º
Camila Lopes De Moraes	215487	Identidades Transatlânticas	Identidades Transatlânticas	Bahia	EUA	29	1	R$ 4.500,00	309º
Nicolle Carvalho Pinto Vieira	224897	Participação no workshop de Julyen Hamilton: Evolving Technique and Making Dances	Workshop de Julyen Hamilton: Evolving Technique and Making Dances	Minas Gerais	Holanda	29	1	R$ 4.500,00	310º
Camila Da Silva Domingues	225250	Fotografia e criação contemporânea	Curso Fotografía y creación contemporánea	Rio Grande do Sul	Espanha	29	1	R$ 10.500,00	311º
Marilice Bastos Guimarães	211388	Arroz com feijão - dança contemporânea e teatro brasileiro nas origens culturais	Evento de difusão cultural do Núcleo de Desporto dos Serviços de Acção Social da Universidade de Aveiro, Portugal.	Rio Grande do Sul	Portugal	29	2	R$ 9.000,00	312º
Danielle Tofaneli Tótola	224519	Experiência Brasil - Portugal: residência de pesquisa de metodologias em projetos culturais, design como ferramenta de inovação social na Indústria Criativa.	Projeto A Avó veio trabalhar e Refaz-E5G	Minas Gerais	Portugal	29	2	R$ 17.000,00	313º

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Alexandre Rambor Corrales	224949	Cineclube-Foto-Brasil	Cineclubes	Rio Grande do Sul	Pernambuco	29	1	R$ 2.000,00	314º
Jade Zito Gouvea	217857	(A)CORDA, Residência Artística e Criação de Circo, com Pensamento Dinâmico para Aéreos	Residência Artística e criação de circo, com aprofundamento na técnica Dinâmica de Aéreos em corda lisa e aplicação do método Feldenkrais ao circo. Participação em 2 Eventos internacionais de Circo, na França e Espanha, e um workshop intensivo com a Cia Les Ballets C de la B, na Bélgica.	Bahia	Israel	29	1	R$ 12.000,00	315º
Adriano José Persch	214906	Quinteto Persch visita Acordes do Campestre	Quinteto Pesrch visita Acordes do Campestre	Rio Grande do Sul	Piauí	29	5	R$ 10.000,00	316º
Luciano Gomes Botelho	224527	Bolsa de Estudos Intercâmbio Ipatinga/Berlim	Intercâmbio Ipartinga/Berlim	Minas Gerais	Alemanha	29	1	R$ 10.500,00	317º
Samira Almeida Pinto	223833	III Conferência sobre o Ensino, Manutenção e Promoção do Português como Língua de Herança - participação como palestrante e oficineira, tema Educomunicação e livros-aplicativos de língua portuguesa	III Conferência sobre Ensino, Manutenção e Promoção do Português como Língua de Herança - Brasil em Mente	São Paulo	Estados Unidos	29	1	R$ 4.500,00	318º
Giorgia Lorenzetti Mesquita	225131	"A Publicação como Exposição"	Balin House Projects\' Residence	São Paulo	Inglaterra	29	1	R$ 10.500,00	319º
Marina Lopes Coelho	225120	«Feiras de Arte de Los Angeles»	LA Art Show, Art Los Angeles Contemporary e Paramount Ranch	São Paulo	Estados Unidos	29	1	R$ 4.500,00	320º
Daniele Da Silva Faria	226033	transbordando atlântico - encontros ultramarinos	vivência em séné-guinée	São Paulo	Guiné	29	1	R$ 7.500,00	321º
Debora Campos De Paula	225437	Intercâmbio artístico na Ecole des Sables	Residência Internacional Sobre Danças da África e da Diáspora	Rio de Janeiro	Senegal	29	1	R$ 7.500,00	322º
Clebio Ferreira De Souza	226046	Rede Artivistas no Mundo	Intercâmbio imersivo dentro da pesquisa	São Paulo	Reino Unido	29	4	R$ 18.000,00	323º
Bruno Peretti	224540	Monoclub no Nothwest Folklife Festival em Seattle	Northwest Folklife Festival	São Paulo	EUA	29	5	R$ 22.500,00	324º
David Da Cunha	224577	Residência Artística Teatro Verasanta: O Corpo da Organicidade	Residência artística Teatro Varasanta - O corpo da Organicidade	Rio de Janeiro	Colombia	29	1	R$ 8.500,00	325º
Walter Wagner	209932	Migração e Cotidiano	Residência artística	Rio de Janeiro	Portugal	29	1	R$ 10.500,00	326º
Tony Berchmans Canto	222092	Espetáculo CINEPIANO Tony Berchmans em Portugal	CINEPIANO Tony Berchmans	São Paulo	Portugal	29	1	R$ 4.500,00	327º
Regivaldo Lucivaldo Freitas Dos Santos	223780	Exposição do Livro Les Brésiliens vus par les Brésiliens (Os Brasileiros vistos pelos Brasileiros)	Exposição de lançamento do livro Les Brésiliens vus par les Brésiliens	São Paulo	França	29	1	R$ 4.500,00	328º
Jacqueline Ruzzene Falcheti	225051	Lançamento do CD - Jacque Falcheti e Flávio Vasconcelos	Concerto de Lançamento do CD de Jacque Falcheti e Flávio Vasconcelos no Musibéria (Centro Internacional de Músicas e Danças do Mundo Ibérico), e Concerto de Lançamento do CD de Jacque Falcheti e Flávio Vasconcelos na Casa da América Latina	São Paulo	Portugal	29	2	R$ 9.000,00	329º
Gabriela Monteiro De Oliveira Silva	222644	Aprendizado em processo de design de móveis focado em inovação de materiais	Furniture Design_ Design de Móveis	Rio de Janeiro	itália	29	7	R$ 31.500,00	330º
Renata Pimenta Tinoco Monnerat	224895	Intercâmbio de gestão cultural no INAE	LABRA (Laboratório de residências artísticas) e FIDCU (Festival Internacional de Dança Contemporânea do Uruguai)	Rio de Janeiro	Uruguay	29	1	R$ 8.500,00	331º
Julia Kruszczynski Bergmann	223983	Rotas Doc	Rotas Doc - residência artística	São Paulo	Portugal	29	1	R$ 10.500,00	332º
Marcelo Peroni	225435	Visioni di futuro, visioni di teatro	Visioni di futuro, visioni di teatro 2016	São Paulo	Itália	29	4	R$ 18.000,00	333º
Filipe Gonçalves De Assis	225214	MacacuCine Argentina e MacacuCine Uruguai - 2016	MacacuCine Argentina - 3ª Edição e 19MacacuCine - 3ª Edição	Rio de Janeiro	Argentina e Uruguai	29	7	R$ 17.500,00	334º
Camila Rodrigues De Oliveira	225425	Interfest 2016	Mostra Cultural Interfest 2016	São Paulo	Colômbia	29	1	R$ 2.500,00	335º
Leandro Dal Farra Topal	227268	Projeto "Frankfurt Prolight+sound 2016" feira de negócios, contatos culturais, contatos técnicos e capacitação"	Prolight+Sound 2016 (feira de iluminação e som 2016)	São Paulo	Alemanha	29	3	R$ 13.500,00	336º
Renata Nascimento Belo	225673	COMPANHIA THAETRO - FITPAR 2015	FESTIVAL DE TEATRO DO PARÁ- FITPAR 2015 (ETAPA BRAGANÇA)	Pará	Pará	28	11	R$ 16.500,00	337º
Patrick Torquato Gonçalves De Barros	224922	Circulação do Baile Tropical na Ásia	Apresentação artística de DJ	Pernambuco	Coréia do Sul	28	2	R$ 12.000,00	338º
Ana Carolina Carvalho Farias	226541	Espaços Públicos e Táticas Urbanas - Diálogos Luso Brasileiros	Espaços Públicos e Táticas Urbanas ? Diálogos Luso Brasileiros	Goiás	Portugal	28	2	R$ 13.000,00	339º
Daniel Souza De Araujo	223330	Quarteto de Saxofone Enchendo o sax em Porto - Portugal	Concerto do grupo quarteto de saxofone Enchendo o Sax	Goiás	Portugal	28	5	R$ 22.500,00	340º
Warlendhon Mendes Pinto	221641	Mega Break Crew - Representando o Brasil na Dinamarca	FLOOR WARS	Goiás	Dinamarca	28	6	R$ 27.000,00	341º
Caroline Azevedo Rodrigues De Barrosodrigues De Barros	221337	Residência Artística	Residência Artística Internacional.	Pernambuco	Portugal	28	1	R$ 10.500,00	342º
Priscilla Silva Pontes	224059	PONTES MÓVEIS - em pesquisa: Treinamento Intensivo de Técnica Silvestre (BA)	Treinamento Intensivo de Técnica Silvestre	Paraná	Bahia	28	1	R$ 2.000,00	343º
Eliezer Vander Brock	225289	Pesquisa e Investigação sobre Musicomédia - Figuras e Grupos Musicais Excêntricos	Pesquisa e Investigação sobre a Musicomédia	Paraná	Espanha	28	1	R$ 4.500,00	344º
Fernando Honorato	226554	Vivencia de Maracatu de Baque Virado da Nação Maracatu Porto Rico	Vivência, oficinas, ensaios e apresentações de Maracatu Porto Rico.	Santa Catarina	Pernambuco	28	4	R$ 24.000,00	345º
Thiago Inácio Da Silva	225133	Interacciones Literarias: jornadas de sensibilización y acción artístico en Espacio Irreverente	Interacciones Literarias: jornadas de sensibilización y acción artístico en Espacio Irreverente	Paraná	Cuba	28	9	R$ 40.500,00	346º
Esdras Augusto Nogueira Filho	222257	Tour Européia Esdras Nogueira Quarteto - julho/2016	apresentações musicais e ministrar palestras em escolas de música ou Universidades	Distrito Federal	Portugal/Alemanha/Irlanda	28	4	R$ 18.000,00	347º
Juliana Silva Almeida	224065	Estagio em Art Administration no Southbank Centre	Estágio em Art Administration	Bahia	Reino Unido	28	1	R$ 4.500,00	348º
Iliriana Fontoura Rodrigues	225935	Curso Distribuição, Exibição, Mercados e Festivais, Universidade Carlos III de Madri	Curso Distribuição, Exibição, Mercados e Festivais	Rio Grande do Sul	Espanha	28	1	R$ 8.500,00	349º
Daiane Fonseca Leal	226483	Difusão de Pesquisa em Teatro Sistêmico.	IV Encontro Latino Americano de Teatro do Oprimido	Bahia	Nicaragua	28	6	R$ 27.000,00	350º
Inês Alcaraz Marocco	210954	110 anos de Erico Veríssimo: Brasil- Portugal	Festival Anual de Teatro Acadêmico de Lisboa e Mostra de Teatro Universitário de Coimbra	Rio Grande do Sul	Portugal	28	13	R$ 58.500,00	351º
Cassiano Brando De Araújo Camisão	224970	Intercâmbio Teatral Mutum	Apresentação teatral no Teatro Passagem de Nível em Lisboa - Portugal	Minas Gerais	Portugal	28	8	R$ 36.000,00	352º

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Bruno Gonçalves Oliveira Rios	226900	Desenhar em curso: fronteiras móveis de uma prática errante	Programa de Reidência Internacionais - Hangar - Lisboa	Minas Gerais	Portugal	28	1	R$ 6.500,00	353º
Luzia Costa Rodeghiero	226474	Pesquisa sobre o Photo-Club Helios - Etapa 1: Acervo do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro	Pesquisa sobre o Photo-Club Helios - Etapa 1: Acervo do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro	Rio Grande do Sul	Rio de Janeiro	28	1	R$ 1.500,00	354º
Irene Perez Bertachini	225235	Turnê e residência Irene Bertachini e grupo na India	Shows, Workshop e Residência artística nos festivais World Fest, Sitalpati Festival e Samaagama Festival.	Minas Gerais	Índia	28	3	R$ 18.000,00	355º
Rafael Lorran Alves	225360	DRAMATURGIA E PSICANÁLISE: TEXTUALIDADES DA LATINIDADE: Formação no Ateliê de Dramaturgia da UNA (Universidad Nacional de las Artes, Buenos Aires)	Curso de extensão (Ateliê de criação): Possibilidades de Experimentacão Dramatúrgica	Minas Gerais	Argentina	28	1	R$ 2.500,00	356º
Mateus Bahiense	227120	Conexões musicais: Brasil - Moçambique	Conexões musicais: Brasil - Moçambique	Minas Gerais	Moçambique	28	2	R$ 11.000,00	357º
Lucas Eduardo Grave	226589	Quatro Piazitos na Alemanha - Participação do Grupo Piazito no evento SEMANA BRASILEIRA: A MUSICALIDADE COMO ELO INTERCONTINENTAL	SEMANA BRASILEIRA: A MUSICALIDADE COMO ELO INTERCONTINETAL	Rio Grande do Sul	alemanha	28	4	R$ 18.000,00	358º
Gláucia Silva Marques De Souza	227242	Estágio voluntário no laboratório de conservação e restauração do Museu D.Diogo de Sousa	Estágio voluntário	Minas Gerais	Portugal	28	1	R$ 4.500,00	359º
Matheus Peçanha Navarro Oliveira	226867	Estúdio Giz - Rotterdam 2016	Cinemart 2016	Rio de Janeiro	Holanda	28	2	R$ 9.000,00	360º
Leonardo De Campos Patrocinio	225521	Mural de Graffiti em Festival de Ciência e Tecnologia na Índia	Festival Techfest	São Paulo	India	28	1	R$ 6.000,00	361º
Hugo Patrick Moss	221622	MICHA International Michael Chekhov Workshop & Theater of the Future	MICHA International Michael Chekhov Festival & Theater of the Future	Rio de Janeiro	Estados Unidos	28	1	R$ 4.500,00	362º
Michelle Raja Gebara	221446	Teatro para la Vida: Ser ou não Ser	Curso para Atores Profissionais ministrado por Juan Carlos Corazza	Rio de Janeiro	Espanha	28	1	R$ 4.500,00	363º
Ramon Martins	224702	Mural artistíco intercultural em Rouen	Bienal Rouen Impressionné	São Paulo	França	28	1	R$ 4.500,00	364º
Guillherme Nakata Figueiredo	225261	Nomade Orquestra	world Music Series / Latin Series / Jazz & Soul Series	São Paulo	Estados Unidos	28	13	R$ 58.500,00	365º
José Geraldo Lima De Oliveira	227243	Espalha Brasa na Chapada - em busca do forró tradicional	Festa de Aniversário da Cidade de Lençois	São Paulo	Bahia	28	17	R$ 22.100,00	366º
Mirela Agostinho Estelles	225164	Cultura tradicional da infância como experiência arte educativa	III Conferência sobre o Ensino, Manutenção e Promoção do Português como Língua de Herança	São Paulo	EUA	28	1	R$ 4.500,00	367º
Fabio Maia Luca	225349	Cuerpo urbano - vozes poéticas da cidade.	Residências - Centro Cívico y Artístico Muñecas	São Paulo	Argentina	28	5	R$ 22.500,00	368º
Auana Lameiras Diniz	224542	Imagens da Música: pesquisa ao acervo de Jean-Yves Bosseur	Imagens da Música: pesquisa ao acervo de Jean-Yves Bosseur	São Paulo	França	28	3	R$ 13.500,00	369º
Sada Abo Ali	225899	Perfume dos Laranjais: autoria independente em terras lusitanas	Porto de Cá, Porto de Lá	São Paulo	Portugal	28	1	R$ 4.500,00	370º
Suelen Da Silva Ribeiro	224687	Excêntrica! Formação em Clownaria	Celebration Barn Eccentric Performing Workshops- Introdutório e Avançado	São Paulo	Estados Unidos	28	1	R$ 4.500,00	371º
Bárbara Machado Anderáos	227286	Residência Artística no Instituto Cultural da Cerâmica de Cunha	Residência Artística no Instituto Cultural da Ceramica de Cunha	São Paulo	São Paulo	28	1	R$ 1.800,00	372º
Daphne Dos Santos Marra	225531	Iniciação a Curso de Costura e Modelagem na instituição Maria Modista	Curso de Costura e Modelagem ? Maria Modista	Distrito Federal	Portugal	27	1	R$ 10.500,00	373º
Carolina Mercado Faustino	225416	INTERCÂMBIO CULTURAL RAGGA JAM DANCEHALL	Reciclagem Ragga Jam, Intercâmbio Dancehall Brasil/Polônia e Intercâmbio Dancehall Brasil/Itália	Distrito Federal	França/Itália/Polônia	27	2	R$ 9.000,00	374º
Emmanuel Bach Camargo	221682	Emmanuel Bach Trio - Master class sobre história e desenvolvimento da música brasileira, em Buenos Aires - Argentina	Master class sobre história e desenvolvimento da música brasileira - aspectos teóricos e práticos	Paraná	Argentina	27	3	R$ 7.500,00	375º
Robson Esteves Daniel	225187	Estudo de máscaras e fantoches para público infantil e juvenil	Pesquisa na confecção e uso de fantoches e máscaras	Santa Catarina	Suécia	27	1	R$ 4.500,00	376º
Giselle Abdallh	225127	Transportar: Pressão Atmosférica	Tutoia de Obra para Artistas, e Pressão Atmosférica, laboratório de experimentação e expansão para artistas visuais.	Paraná	Chile	27	1	R$ 8.500,00	377º
Gilca Rigotti	224935	Aconteceu no Brasil Enquanto o ônibus não vem no VIII Festival de Teatro e Performance - FESTEPE - Internacional 2016, Chancay - Perú	VIII FESTEPE - Festival Internacional de Teatro e Performance	Paraná	Peru	27	8	R$ 20.000,00	378º
Marina Carneiro Bernardes Moss	224886	Residência de trabalho Científico-Cultural: Encontro cultural entre Centros de Documentação e Pesquisa de Minas Gerais e Pernambuco	Residência científico-cultural no Centro de Documentação e Memória Maestro Guerra Peixe, Paço do Frevo, Recife/PE	Minas Gerais	Pernambuco	27	1	R$ 4.300,00	379º
Vanessa Reis Ferreira Da Silva	225253	Residência Artística na França e Oficinas de construção de instrumentos sustentáveis	Batida de roda	Minas Gerais	França	27	1	R$ 10.500,00	380º
Paulo Geraldo Rocha Júnior	225848	Sois África, Saravá!	Residência Artística "Sois África, Saravá!"	Minas Gerais	Moçambique	27	8	R$ 60.000,00	381º
Luis Arnaldo Zampieri Porto	218024	Residência Artística, Embassy of Foreign Artists (EoFA), Genebra/Suiça	Residência Artística na Embassy of Foreign Artists (EoFA), Genebra/Suíça	Minas Gerais	Suiça	27	1	R$ 10.500,00	382º
Larissa Martina Mateus Pinto	208850	galeria e artista baianos na arteBA 2016	artBA (Barrio Joven)	Bahia	Argentina	27	3	R$ 7.500,00	383º
Paulo César Ribeiro Da Silva	226648	Clínica de Estudos para Didática de Instrumentos de Cordas, Sopros e Metais, aplicados a Orquestra e Banda de Música.	A MIDWEST CLINIC an International Band and Orchestra Conference	Minas Gerais	EUA	27	1	R$ 4.500,00	384º
Bruna Burkert	221666	Acessibilidade Cultural	Curso	São Paulo	Portugal	27	1	R$ 4.500,00	385º
Isabel Chavarri Correa E Castro	215935	Performance Burlesca - O Feminino Como Potenica Transformadora	Essential Burlesque Series (Burlesque 101)	Rio de Janeiro	Estados Unidos	27	2	R$ 9.000,00	386º
Joelson Gusson	225311	Residencia Artística de criação do espetáculo A maldição da beleza	Residência Artística junto ao Instituto Insistance, Paris	Rio de Janeiro	França	27	1	R$ 10.500,00	387º
Edilson Castanheira De Souza	226850	Residência Artística Grupo Caldeirão e Koothu-p-pattarai	Residência Artística Grupo Caldeirão e Koothu-p-pattarai	São Paulo	Índia	27	4	R$ 32.000,00	388º
Anna Luiza Esteves Machado	211099	OFICINE - Oficina Itinerante de Cinema e Laboratório de pesquisa em distribuição e exibição	CINE EN CURSO - Programa de pedagogía del cine / Oficinas de conhecimento sobre o o audiovisual	Rio de Janeiro	Espanha	27	1	R$ 10.500,00	389º
Kelly Laser Da Assumpção	224796	Residência Artística com Cia. Aérea Teatro em Valencia, Espanha.	Residência Artística com Cia. Aerea Teatro - Valência Espanha	São Paulo	Espanha	27	1	R$ 10.500,00	390º
Matheus Marques Da Cunha Carvalho	225281	Alma Cantante do Brasil	Show Alma Cantante do Brasil	São Paulo	Portugal	27	7	R$ 31.500,00	391º
Izadora Ferreira Rodrigues	214787	Participação na NAMM Show	The NAMM Show	São Paulo	Estados Unidos	27	1	R$ 4.500,00	392º

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Tomás Duque Estrada Rosati	221559	Outra Dimensom. UNESCO e OFICINAS DO CONVENTO PORTUGAL.	UNESCO-OFICINAS DO CONVENTO PORTUGAL.	Rio de Janeiro	Portugal	27	6	R$ 27.000,00	393º
Luiza Helena Thesin	224472	FIGAC 2016 - VII Fórum Internacional de Gestão Artística e Cultural	FIGAC 2016 - VII Fórum Internacional de Gestão Artística e Cultural	São Paulo	Portugal	27	1	R$ 4.500,00	394º
Juliana Starling Stolagli	224010	Concerto de Música Brasileira no Festival Internacional de Música de Sankt Goar - Alemanha 2016	Festival Internacional de Música de Sankt Goar	São Paulo	Alemanha	27	1	R$ 4.500,00	395º
Dinah Feldman Harari	224231	EM MOVIMENTO PELA AFRICA	Festival Pas d?eau@pas de vie - 5e Rencontre internationale des mémoires d?ici et d?ailleurs	São Paulo	Mali	27	2	R$ 11.000,00	396º
Ingrid David Alves De Carvalho	227038	Favela em Dança + Descolados no Hourglass Festival 2016	HourGlass Festival 2016	Rio de Janeiro	Inglaterra	27	10	R$ 45.000,00	397º
Camila Refinetti Schiesari	217524	Marcenaria artesanal, Design e Arquitetura: Conexão entre Brasil e México em prol do desenvolvimento socioambiental.	Curso de Ebanisteria Fina y Diseno.	São Paulo	México	27	3	R$ 13.500,00	398º
Andrea Lombardi Barbosa	222193	Participação na 24ª Conferência Geral de Museus e Paisagens Culturais do ICOM	ICOM 24ª Conferência Geral Museus e Paisagens Culturais	São Paulo	Itália	27	1	R$ 4.500,00	399º
Maria Itajaci De Almeida Ferreira	226785	Trilhas no I Festival FOOD TRUCK COM SAMBA e CARIMBO.	I FESTIVAL FOOD TRUCK COM SAMBA e CARIMBO	Pará	São Paulo	26	7	R$ 19.600,00	400º
Anderson De Sousa Ferreira	224289	Monangambe: Filhos de Africanos, Sulamericanos Também!	Nazoombit 2015	Pará	Uruguay	26	10	R$ 30.000,00	401º
Andre Huchi Dib	223916	Projeto 99	Projeto 99	Pernambuco	Líbano	26	1	R$ 12.000,00	402º
Danilo Rosa De Faria	225271	Apresentação musical Triband	Musica brasileira em Buenos Aires	Goiás	Argentina	26	4	R$ 10.000,00	403º
Robson Teixeira Lemos	227158	Samba Brazuca no Timor Leste	Samba Brazuca no Timor Leste	Goiás	Timor Leste	26	5	R$ 30.000,00	404º
Iris Flávia Lacet Ferreira	221450	CONEXÃO CULTURAL BRASIL - ANGOLA	Beear Garden Fest	Pernambuco	Angola	26	8	R$ 44.000,00	405º
Thiago Balduzzi Rocha De Souza E Silva	224941	Circulação do Satanique Samba Trio na Bélgica e Holanda	Diversos shows do grupo em casas de show na Europa.	Distrito Federal	Bélgica/Holanda	26	5	R$ 22.500,00	406º
Willian Lopes Dimas	227072	Integração Arte Integral Bambu - Brasil Austrália	Implementação do Sistema Integral Bambu Brasil e Transversalidade de Linguagens em Sydney Australia	Distrito Federal	Austrália	26	2	R$ 11.000,00	407º
Emanuel De Souza Pereira	224667	O Rei do Banjo e Família Papadu, Turnê Italiana	Concerto Rei do Banjo e Família Papadu	Santa Catarina	Itália	26	3	R$ 13.500,00	408º
Leandro Dias Carneiro Rodrigues	225039	Worsa no Japão	evento cultural Paint Your Teeth	Distrito Federal	Japão	26	3	R$ 18.000,00	409º
Mária Ribeiro Ferreira	213929	O circo em cena	Cursos regulares: corda e tecido, palhaço, mastro e trapézio fixo	Distrito Federal	Espanha	26	1	R$ 10.500,00	410º
Carlota Vieira Mendonça Arrieta	225498	Educação patrimonial - um enlace entre turismo, cultura, Educação e patrimônio material e imaterial - o caso Alicante - Espanha como referência para a elaboraçao de um projeto em Paranaguá- Paraná	Intercâmbio de práticas, estudos e aprendizagem	Paraná	Espanha	26	2	R$ 21.000,00	411º
Martha Hentschke	216791	Residência e pesquisa de Metodologias voltadas à Economia Criativa, como estratégias para um novo desenvolvimento das cidades	Pesquisa social e de campo no Parque Tecnológico de Óbidos, no município Óbidos e pesquisa no programa InovC	Rio Grande do Sul	Portugal	26	1	R$ 10.500,00	412º
Eduardo Campos Lima Júnior	225585	Dudu Lima Grupo - Turnê Ouro de Minas - Intercâmbio Cultural Brasil x Canadá e Brasil x Espanha	Dudu Lima Grupo - Turnê Ouro de Minas - Intercâmbio musical Brasil x Canadá e Brasil x Espanha	Minas Gerais	Espanha e Canadá	26	6	R$ 27.000,00	413º
Nathana Vieira Venancio	224915	OutBreak Europa (Surto Europa)	Campeonato (Festival)	Minas Gerais	Eslováquia	26	1	R$ 4.500,00	414º
Angela Maria Diel	224978	Canção Brasileira para Portugal	Programação 2016 de Concertos do Palácio Foz	Rio Grande do Sul	Portugal	26	1	R$ 4.500,00	415º
Saulus Castro Bomfim	224259	Incursão no processo criativo do grupo Malayerba	Décimo nono Encontro Teatral Maleyerba	Bahia	Equador	26	3	R$ 7.500,00	416º
Valdjane Santos De Jesus	226639	INTERAÇÕES LATINAS: Laboratório Âmbar Colômbia - 2016	Laboratorio Internacional de Creación Colectiva con el Grupo La Canderlaria - Bogotá 2016	Bahia	Colombia	26	5	R$ 12.500,00	417º
Paulo Mileno Santos De Souza	208907	O Eixo Cultural de São Paulo	Cidadania Cultural.	Rio de Janeiro	São Paulo	26	1	R$ 800,00	418º
Rafael Farah	225401	Showcase e palestras no festival espanhol Primavera Sound 2016	Primavera Sound 2016 e Primavera Pro 2016. O selo fonográfico e produtora de shows Balaclava Records realizará conferências, palestras e showcases durante a programação do festival.	São Paulo	Espanha	26	2	R$ 9.000,00	419º
Tatiana Maria Freire Groff	212746	Intercâmbio de Residência Artística e de treinamento Profissional e Participação em Festivais e Encontros Setoriais em Instituições de Cinema Escandinavos.	Residência Profissional e Artística e de Treinamento em Instituições de Cinema em Países Nórdicos.	São Paulo	Noruega	26	1	R$ 10.500,00	420º
Paulo Tadeu Soares De Lamar	224977	ResidenzPLUSbrasil16 - Participação Coletivo 2 Tempos de 1 Lugar	residenzPLUSbrasil16	São Paulo	Alemanha	26	3	R$ 25.500,00	421º
Manoela Wright Bernardo	222651	Quartabê	Show Quartabê	São Paulo	França / Portugal	26	6	R$ 27.000,00	422º
Edmo Fernandes De Oliveira	223903	MOTES AOS MONTES - REPENTISTAS CORDELISTAS E CONTADORES DE HISTORIA NO AMAPA	não há nome especifico pois teremos varias ações de difusao	São Paulo	Amapá	26	16	R$ 36.800,00	423º
Francine Machado De Mendonça	224095	5e edition PASDEAUPASDEVIE PRESENTE RIMIA 2016	5a edição do festival cultural Pasdeaupasdevie	São Paulo	Burkina Faso	26	1	R$ 5.500,00	424º
Raphaela Bez Chleba Melsohn	225785	Uma escrita desenho (Residência Artística na China)	Red Gate Residency	São Paulo	China	26	1	R$ 8.000,00	425º
Ricardo Bigio Calado	224742	Concerto e Palestra sobre a Pesquisa de Mestrado - PREPARAÇÃO E REALIZAÇÃO DA PERFORMANCE AO CONTRABAIXO ACÚSTICO UTILIZANDO O PROGRAMA ABLETON LIVE	Concerto e Palestra - Preparation and Performance of the Acoustic Bass Using the software Ableton Live	São Paulo	Estados Unidos	26	2	R$ 9.000,00	426º
Alcione Maria Clara De Lemos Farias Serejo	224158	Projeto de Intercâmbio - Atriz Clara Serejo	Residência Artística- Escola Profissional de Artes e Ofícios do Espectáculo (EPAOE)	Rio de Janeiro	Portugal	26	1	R$ 6.500,00	427º

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Renata Costa Mendes	225368	A cidade que cria - a experiência de Economia Criativa em Buenos Aires	A) As indústrias criativas como motor do desenvolvimento econômico e cultural de Buenos Aires. B) A Subsecretaria de Economia Criativa de Buenos Aires (Subsecretaría de Economía Creativa Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires), que faz a direção geral das ações com as industrias criativas, os empreendedores e com a ciência e tecnologia. C) As ações do CDM - Centro Metropolitano de Diseño (Centro Metropolitano de Design) de apoio aos negócios criativos, uma instituição pública de referência internacional, dedicada à promoção da Economia Criativa nas dimensões econômica, social, cultural e urbana.	São Paulo	Argentina	26	1	R$ 2.500,00	428º
Jose Antonio Pires De Carvalho	225432	Grupo Cupuaçu - 30 anos de trajetória	Ciclo Junino de São Luis - MA (acompanhando o Bumba Boi de Maracanã)	São Paulo	Maranhão	26	21	R$ 27.300,00	429º
Pedro Sayao De Aguiar	225392	WANDERLUST	Acting and Dance Workshop (Curso de Atuação e Dança)	São Paulo	Reino Unido	26	7	R$ 31.500,00	430º
Alberto Eduardo Honório Corrêa	225266	Trio Macaíba: Comida Típica , Tempero Universal.	Workshop e Apresentação Musical no Colorado Brazil Fest.	São Paulo	Estados Unidos	26	3	R$ 13.500,00	431º
Janaina Chelo Amaral Galdi	226950	Clownear além mar- Não há barreiras para a inclusão.	Aulas 2016 -NÃO HÁ BARREIRAS, INCLUSÃO É A PALAVRA DE ORDEM	São Paulo	Portugal	26	2	R$ 9.000,00	432º
Thais Guabiraba Lemos	222080	Intercâmbio Cultural em Oxford	Participação na formação e pesquisa em Rituais e Performances em sociedades africanas a partir do acervo do Pitt Rivers Museum	São Paulo	Reino Unido	26	1	R$ 4.500,00	433º
Joina Tharika Liandro Guerino	224916	Residencia Artistica - METANOIA : PERSON X OBJECTS	Programa de residencia artistica Open Art House	Goiás	Italia	25	1	R$ 6.500,00	434º
Dilvan Rodrigues Dos Santos	212500	Seleção Brasileira de Hip Hop	Hip Hop International Dance Championship / Latitude Hollywood Dance Camp	Distrito Federal	EUA	25	18	R$ 60.000,00	435º
Mariane Mayara Salviano De Farias	227076	Condomínio 333 em Cabo Verde	Espetáculo Condomínio 333	Santa Catarina	Cabo Verde	25	11	R$ 60.000,00	436º
Lívia Maria Pinheiro Luiz	226977	Queijo artesanal de Minas Gerais: cultura rural e intercâmbio de tradições	Pesquisa cultural juntamente com a revista francesa 'Profession Fromager'	Minas Gerais	França	25	1	R$ 4.500,00	437º
Juliana De Macedo Garcia	224960	Design de serviços como inovação social	Intensivo em Design para Estratégias Inovadoras - Design For Innovation Strategy	Rio Grande do Sul	Espanha	25	1	R$ 8.500,00	438º
Alexandre Santos Lins	220893	Apresentação e Work Shop do Trio de Fórró Anarriê no Canadá	Show do Trio Anarriê no Lula Music and Arts Centre e Workshop do Trio Anarriê no Humber College	Bahia	Canadá	25	4	R$ 18.000,00	439º
Gustavo Amaral Almeida	225207	Gustavito na Asia	Jazz in Seoul 2016	Minas Gerais	Malásia	25	3	R$ 18.000,00	440º
Flor Violeta Liberato Bartilotti	224324	Atelier Dança em Uberlândia	Semana da Dança	Bahia	Minas Gerais	25	8	R$ 10.400,00	441º
Jaqueline Louise Biaggio Laux	223464	Participação na feira de negócios Première Vision	Première Vision	Rio Grande do Sul	França	25	1	R$ 4.500,00	442º
Daniel Duraes Nogueira	224712	Bixiga 70 - Turnê Europa - lançamento 3º CD	Turnê de lançamento do terceiro disco	São Paulo	Belgica, Holanda, Espanha, França, Dinamarca e Suécia	25	10	R$ 45.000,00	443º
Marcus Vinicius Silva Dos Santos	224656	Mayí e Claudio Oliveira no projeto Palco Planisfério em Lisboa: O Ijexá no cancioneiro popular	Palco Planisfério	São Paulo	Portugal	25	2	R$ 9.000,00	444º
Sérgio Crestana	225379	Adriana Miki - Show Mulata de Arroz	Promoção e espetáculo do disco Mulata de Arroz - Adriana Miki	São Paulo	Portugal	25	2	R$ 9.000,00	445º
Natalia Marques Dos Santos	223912	Diáspora - Residencia Artistica Estudio B Porto	Diáspora	São Paulo	Portugal	25	1	R$ 10.500,00	446º
Benita Lamas Gonzalez (Benita Prieto - Nome Artístico)	223017	2.º Encontro de Literatura Infanto-Juvenil da Lusofonia	2.º Encontro de Literatura Infanto-Juvenil da Lusofonia	Rio de Janeiro	Portugal	25	1	R$ 4.500,00	447º
Sandra Regina Rodrigues Dos Santos	225374	Participação na Conferência ISPA - International Society for the Performing Arts	97ª edição do congresso da ISPA - International Society for the Performing Arts	Rio de Janeiro	Estados Unidos	25	1	R$ 4.500,00	448º
Fabíola Melca Da Silva Araújo	223087	Rotas do Bambu Brasil-Colômbia 2016	II Viagem do Bambú pela Colômbia - 2016	Espírito Santo	Colombia	24	1	R$ 2.500,00	449º
Camila De Oliveira Machado	226932	Roupa sente - a moda como instrumento de transformação social	Fashion Communication Semester Program.	Paraná	Itália	24	1	R$ 10.500,00	450º
Isadora Pillar Vieira	223408	O popular teatro italiano e as escolas públicas: ressignificando realidades	Curso de História do Teatro Italiano	Rio Grande do Sul	França	24	1	R$ 4.500,00	451º
Pablo Alberto Lanzoni	223748	Afeto - álbum de canções	Mixagem e masterização do álbum de canções Afeto, de Pablo Lanzoni.	Rio Grande do Sul	Uruguai	24	1	R$ 2.500,00	452º
Andressa Fernanda Damin	220447	Economia Criativa: Estudo Diagnóstico em Lisboa - Criatividade para gerar riqueza - o desenvolvimento sustentável depende da cultura e do turismo	Benchmarking Industria Criativa Lisboa	Rio Grande do Sul	Portugal	24	1	R$ 4.500,00	453º
Jacinto José Klein	226602	Rodada de Palestras do Produtor Cultural Jacinto Klein no evento Diálogos sobre um Brasil Globalizado	Evento DIÁLOGOS SOBRE UM BRASIL GLOBALIZADO promovido pela Associação Teuto-Brasileira DEUTSCH-BRASILIANISCHER FREUNDESKREISES	Rio Grande do Sul	Alemanha	24	1	R$ 4.500,00	454º
Marilia Floor Kosby	222015	Fronteiras líquidas, sabores transnacionais - alimentação e territorialidade para comunidades costeiras da fronteira Brasil/Uruguai	Atividades especificadas no projeto de pesquisa em anexo	Rio Grande do Sul	Uruguay	24	2	R$ 5.000,00	455º
João Filho Lima Mendes	222959	Intercâmbio Brasil/Moçambique - Circo e Sorrisos	Intercâmbio Brasil/Moçambique: Circo e Sorrisos	Minas Gerais	Moçambique	24	2	R$ 11.000,00	456º
Cinthia Flores	222960	William Shakespeare - 400 anos de imortalidade	Leitura dramática - William Shakespeare - 400 anos de imortalidade	Rio Grande do Sul	Argentina	24	5	R$ 12.500,00	457º
Silas Barbosa De Oliveira	222207	Turnê Européia do pianista Silas Barbosa	Turnê Européia do pianista Silas Barbosa	Rio de Janeiro	Espanha	24	1	R$ 4.500,00	458º
Sergio Mekler	221822	Turnê Chelpa Ferro	Counterflows Festival (escócia) e residência/ show no Café OTO	Rio de Janeiro	Inglatera	24	3	R$ 13.500,00	459º
Denis Muhamad Souza Cruz	212670	Temporada de shows e vivência dos Devonts na Europa	Temporada de shows e vivência dos Devonts na Europa.	São Paulo	Portugal / Espanha/Belgica	24	2	R$ 9.000,00	460º

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Irani Da Cruz Cippiciani	226356	Cantiga Moura - Arabi Gita	Pesquisa artística junto a Triveni School of Classical Dances para criação do espetáculo Cantiga Moura - Arabi Gita	São Paulo	Índia	24	3	R$ 18.000,00	461º
Joselito Lima Dos Santos Filho	225205	Participacão da Cia Ballet Afro Kotebán no Festival Internacional Pas d eau @pas de vie - 5e Rencontre internationale des mémoires d ici et d ailleurs	5o. Encontro Internacional de Memórias daqui e de lá - Festival Pas d\\\\\\\\\\\\\\\'eau @pas de vie	São Paulo	Burkina Faso	24	8	R$ 44.000,00	462º
Leandro Raymundo Romano	208698	Teatro Voador Não Identificado em Buenos Aires	Ponto Fraco	Rio de Janeiro	Argentina	24	5	R$ 12.500,00	463º
Anelis Brigo De Assumpção	227287	Anelis Assumpção e os Amigos Imaginários - V Encuentro Internacional de Cantautores - Quito, Equador	V Encuentro Internacional de Cantautores 2016 em Quito, Equador	São Paulo	Equador	24	9	R$ 22.500,00	464º
Marilia Vieira Soares	225165	Abhinayadarpanam e François Delsarte: O Corpo Expressivo	Residência artistica	São Paulo	India	24	1	R$ 12.000,00	465º
Francisco Ayres De Santana Neto	225909	GRUPO JIQUITAIA PORTUENSE	DANÇAS URBANAS - SANTIAGO EM DANÇAS	Tocantins	Chile	23	6	R$ 18.000,00	466º
Rafael Cabral De Vasconcelos	225905	Qual a forma do preconceito?	Qual a forma do preconceito?	Pernambuco	Piauí	23	2	R$ 1.600,00	467º
Lucas José Da Silva	212859	Teatro e Educação Popular: Experiências e Vivências Brasil/Itália	Cronograma semestral da Popoli In Arte	Pernambuco	Itália	23	1	R$ 10.500,00	468º
Luiz Sebastião Juttel	225157	Representando a música instrumental brasileira nos EUA	2016 American Viola Society Festival	Santa Catarina	Estados Unidos	23	1	R$ 4.500,00	469º
Thalisson Eurico De Sousa Marinho	224651	CARAVANA CULTURAL - Quilombos da Liberdade	Festival NATAL DA GENTE	Distrito Federal	Santa Catarina	23	18	R$ 32.400,00	470º
Angelo Moscozo Silveira	220508	Criaturas Afetivas	Residência Artística GAS Station	Bahia	Inglaterra	23	1	R$ 10.500,00	471º
Jose Hugo Da Silva Santos	226592	Africanidades rítmicas, da Bahia a Jamaica - Maestro Hugo Sanbone	Ciclo de Música Popular Latino Americana	Bahia	Argentina	23	7	R$ 17.500,00	472º
Marcos Roberto Dos Santos	226871	6°ENCONTRO DE COOPERAÇÃO, CAPACITAÇÃO E INTERCÂMBIO CULTURAL: Português o idioma que se move	6° ENCONTRO DE COOPERAÇÃO, CAPACITAÇÃO E INTERCÂMBIO CULTURAL Português o idioma que se move	Rio de Janeiro	Rússia	23	7	R$ 31.500,00	473º
Fabiana Rodrigues Da Silva	222377	AnDanças da Diáspora: Conexão Brasil-França	Aulas intensivas no Studio MRG	São Paulo	França	23	2	R$ 9.000,00	474º
Paulo César Pereira De Oliveira	225974	A PADA WA SI ORISUN (DE VOLTA AS ORIGENS)	Curso de Formação em Língua e Cultura Yoruba	São Paulo	Nigéria	23	4	R$ 24.000,00	475º
Gabriela Aguiar Morato	227251	A Teoria do Brasil - O Santo Dialético	Universidade Federal da Bahia - Escola de Teatro	São Paulo	Bahia	23	17	R$ 22.100,00	476º
Janaina Bárbara Bolonezi	222761	Jornal Angri 80: O que a comunicação comunitária italiana pode ensinar ao Brasil	Vivência na produção do Jornal Angri 80: O que a comunicação comunitária italiana pode ensinar ao Brasil	Distrito Federal	Itália	22	1	R$ 4.500,00	477º
Laise Santana Da Cruz	226853	O design inserido em pequenos negócios a fim de fomenta-los	Digital Account & Project Management | Design Digital em Gestão de Projetos	Bahia	Portugal	22	1	R$ 8.500,00	478º
Guilherme Pimenta E Almeida	221954	Turnê do Guilherme Pimenta Trio- Europa	Forrófieria: 3 shows em Lausanne (Suíça); Forró nas Alturas em Blonay (Suíça); Forró Lausanne (Suíça); Roda de Choro de Bordeaux (França); ForroBodó Paris (França); Forró de 2 (Zurique); Brasil & Arte em Bruxelas (Bélgica); Concerto na EPM Holanda (Escola de Choro) em Rotterdam; Forró do Galpão London (Inglaterra).	Rio de Janeiro	Tour pela Europa	22	3	R$ 13.500,00	479º
Ligia Helena Micas	224094	Literatura como ponte entre Angola e Brasil	Imersão na União dos Escritores Angolanos	São Paulo	Angola	22	1	R$ 5.500,00	480º
Cleiton Luan Fruhauf	224828	PROJETO INTERCAMBIO DE TROMBONISTAS	Manutenção e Conservação de Instrumentos de Sopro de Metal	Santa Catarina	Alemanha	21	2	R$ 21.000,00	481º
César Antônio Roversi	224885	Conexão Cultural do Choro - Código Ternário	Roda de Choro Lapa in London	São Paulo	Reino Unido	21	4	R$ 18.000,00	482º
Elton Aparecido De Oliveira	225068	Participação de Elton Oliveira (DJ Preto EL) no negócio setorial de música: SXSW (South by Southwest)	SXSW Music: Festival South by Southwest	São Paulo	Estados Unidos	21	1	R$ 4.500,00	483º
Fabio Bernardes Dos Santos	226819	MONSTRO DO SERTÃO - Volume 1 e REAÇÃO EM CADEIA - Prévia para o Grande Advento.	Projeto Literário Monstro do Sertão e Reação em cadeia dentro do O Universo.	Sergipe	Sergipe	20	1	R$ 800,00	484º
Jean Deyvid Alcantara Farias	226753	Salão de Artesanato da Paraíba	Salão do Artesanato da Paraíba	Pernambuco	Paraíba	20	1	R$ 800,00	485º
Yure Sousa Lobo	225459	Formação em Turismo Colaborativo e Gestão do Patrimônio Cultural: a experiência da Cooperativa Hotel do Norte - Marselha/França	Atelier de Formação Hotel do Norte - Convenção de Faro e Caminhadas Sonoras	Paraná	Paris	20	1	R$ 4.500,00	486º
Sergio Romão Pereira	224710	Mapeamento e Levantamento sobre as Artes, Arquiteturas , as Cantarias e Construções Ecológicas na Cidade de Porto Seguro.	Pesquisa e mapeamento da cidade de Porto Seguro	Minas Gerais	Bahia	20	2	R$ 2.600,00	487º
Pedro Rodolpho Jungers Abib	226947	SAMBA DA BAHIA - Circulação do show do Grupo Botequim e exibição do documentário Batatinha e o Samba Oculto da Bahia, de Pedro Abib	Grupo Botequim apresenta SAMBA DA BAHIA e exibição do documentário Batatinha e o Samba Oculto da Bahia, de Pedro Abib	Bahia	São Paulo	20	9	R$ 11.700,00	488º
Thábata Letícia Morais Da Silva	225181	Filhos da Dita e Teatro Aleph - Intercâmbio a partir de um coquetel molotov	Residência Artística	São Paulo	França	20	10	R$ 60.000,00	489º
Roger Henri Barroso Huthmacher	214766	Encontro com Beatles	Beatles in Bossa	Rio de Janeiro	Inglaterra	20	13	R$ 58.500,00	490º
Juceli Aparecida Da Silva	211395	BAÚ DE SONHOS II: Práticas Políticas e Culturais para a Paz	Projeto Baú de Sonhos II	Santa Catarina	Quênia	19	1	R$ 5.500,00	491º
Vivian Fernandes Vidinhas	227100	Pocema	Digital Creative Design	Rio de Janeiro	Portugal	19	2	R$ 21.000,00	492º
Gabriela Geluda	225801	News from Brazil - Projeto de Intercâmbio Brasil-UK	?A menina que cantava pássaros?, produção inédita de Jefferson Miranda, com música original de Jocy de Oliveira e a performance de Gabriela Geluda.	Rio de Janeiro	Reino Unido	19	1	R$ 4.500,00	493º
Fabner Aparecido De Andrade Camilo	224972	Grupo musical Fredgard e os Maruís	Brazil Day	São Paulo	Irlanda	19	9	R$ 40.500,00	494º
Natália Florêncio	213543	Projeto Femina	Realização de entrevistas e coleta de dados para o projeto Femina.	Paraná	Países do continente Africano	17	1	R$ 5.500,00	495º

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Carlos Rogerio Eustachio Da Silva Cupertino Amorim	224806	ENLACES SOLIDÁRIOS 10 anos - Europas Africanizadas	ENLACES SOLIDÁRIOS 10 Anos - Europas Africanizadas	São Paulo	Espanha, Escócia, Argentina, Etiópia	15	1	R$ 8.500,00	496º
Aurélia Da Silva Pires	225624	Forró Newroots - Turnê 2016	workshops em festivais de forró e em instituições propagadoras da cultura nordestina.	Rio de Janeiro	Portugal, França, Inglaterra,itália, Russiae Alemanha	13	2	R$ 9.000,00	497º
Fabiana Mayra Moraes	223472	Projeto Cultural Happy Winter Friends - Brasil - Canadá	Projeto Cultural Happy Winter Friends - Brasil - Canada	Minas Gerais	Canadá	11	2	R$ 17.000,00	498º

Art. 4º Tornar pública a relação de propostas suplentes que possuem integrantes portadores de deficiência, nos termos do item 1.3 do Edital:

Proponente	Proposta	Título do Projeto	Título do Evento	Origem	Destino	Nota	Integrantes	Valor Aprovado	Classificação
Gelson De Casser Timotheo	223238	Projeto Peleando Pela Inclusão - Tateando Caminhos	PREMIOS DESTAQUE VICTORIA. DEL ARTE Y HACER SOCIAL (Prêmio Destaque Vitória, da arte e do fazer social)	Rio Grande do Sul	Uruguai	28	6	R$ 15.000,00	5º
Camila Heloisa Silveira	225876	A CAPOEIRA COMO FERRAMENTA DE PROMOÇÃO SOCIAL CULTURAL E INCLUSÃO	Atividades curriculares do Capoeira Cultural Center - Princeton University e Programas Sociais	Santa Catarina	EUA	27	1	R$ 8.500,00	6º
Clodoaldo Procopio	221713	Cauê Procópio e Banda - Festival Cinema Alemanha	Espetáculo Musical - Cauê Procópio e Banda FESTIVAL CINEBRASIL	São Paulo	Alemanha	26	5	R$ 22.500,00	7º
Maria Lutilia De Souza Sardinha	226880	Participação no 43º Festival Internacional de La Bande Dessinée - Angoulême	43º Festival Internacional de La BD d'Angoulème	São Paulo	França	24	2	R$ 9.000,00	8º
João Eduardo Da Silva	225243	Formação em curso intensivo em design de moda pela escola IED RIO	One Year de Moda	Piauí	Rio de Janeiro	23	1	R$ 1.300,00	9º
Eder Mendes Devesa	212402	Tag team Brasil	Breaking e Graffiti, residencia artistica Pickup production, eventos Hipop Session e Marssellies Battle Pro 2016	São Paulo	França	23	3	R$ 19.500,00	10º
Edmar Junio Silva De Oliveira	222769	Anatomia das Paixões/ LAMAE-Laboratório de MultiAplicações Experimentais	Laboratório de Artes Cênicas	Rio de Janeiro	Piauí	20	3	R$ 6.900,00	11º

Art. 5º Tornar pública a relação de propostas inabilitadas.

Proponente	Proposta	Título do Projeto	Título do Evento	Estado Proponente	Destino
Juliane Almeida Gomes	226056	8 week Screenwriting NYFA Los Angeles e oficina O roteiro do filme em três atos	Hands on 8 week screenwriting workshop	Tocantins	Estados Unidos
Luiza Camilo De Oliveira Martins	225292	Cia Pra Quê? no LUME	Cursos de Fevereiro do LUME - JORNADA INTERNACIONAL ATUAÇÃO E PRESENÇA	Goiás	São Paulo
André Felipe Wacemberg Esteves	224882	Curso de Introdução Cinematográfica - Introduction to Filmmaking	Curso de Introdução Cinematográfica - Introduction to Filmmaking	Pernambuco	Inglaterra
Josefa Rodrigues Dos Santos Silva	225637	Grupo de Teatro Imaginart na Crucificação de Nova Jerusalém	Paixão de Cristo de Nova Jerusalém	Pernambuco	Pernambuco
Marina Glória Perillo	227077	Qualificação e Formação - PET	Programa Especial de Treinamento (PET) Produção de Eventos	Goiás	Rio de Janeiro
Sabrina Fernandes Melo	210420	Arte, Cultura e Redes de Sociabilidades entre os dois lados do Atlântico: A trajetória intelectual de Robert Chester Smith (1912-1975)	Pesquisa arquivística na Fundação Calouste Goulbekian, com apoio institucional da Universidade Nova de Lisboa e do Instituto de História da Arte de Lisboa	Santa Catarina	Portugal
Leandro Conde Lemes	211809	Treinamento em Pós-produção para TV e Cinema	Pós-Produção de Áudio para TV e Cinema	Distrito Federal	Rio de Janeiro
Isis Karolina Amantéa De Araújo	222729	INTERCÂMBIO PARA CAPACITAÇÃO DE PRODUTOR MUSICAL E PROMOÇÃO DA CULTURA ATRAVÉS DE SHOWS	Curso 1 - Leis de Incentivo à Cultura; Curso 2 - Produção Executiva de Shows e Eventos	Paraná	Rio de Janeiro
Isabella Santos Lanave	226013	Corresponte Internacional - Curso de formação	Correspondente Internacional	Paraná	República Theca
Duclerc João Da Silva	226036	Imagens de Ngahünga - Matipu	Estada na aldeia e participação em Reunião da Associação Indígena Matipu	Rio Grande do Sul	Mato Grosso
Nanci Dos Santos Cravinho	224780	proposta de aprimoramento tecnico circense	A proponente pretende participar de aulas intensivas de tecnicas acrobaticas de contorçao e parada de mao.	Bahia	Chile
Camila Da Silva Ribeiro	225180	Intercâmbio cultural de Ensino-Aprendizagem das Técnicas Circenses com a Lone Star Circus School	Todas as aulas de formação e qualificação de técnicas circenses: flexibilidade e contorção, Formação Profissional, Circo para Crianças, Lira para iniciantes, Malabarismo e Palhaçaria	Rio Grande do Sul	EUA
Gabriela Barros Rodrigues	225639	"Terecôs e Tambores da Mata : reconhecimento e proteção as identidades quilombolas de terreiro no Maranhão, Brasil	do Grupo de Pesquisa Religião e Cultura Popular do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais que coordenamos na Universidade Federal do Maranhão em São Luis,	Minas Gerais	Maranhão
Bruno Seravali Moreschi	222443	Residência artística e de pesquisa: estudo comparativo entre Museu Paulista (São Paulo, Brasil) e museu Ateneum (Helsinki, Finlândia)	CIMO fellowship for doctoral studies and research in Finland (Bolsa CIMO para estudos e pesquisas de doutorado na Finlândia)	São Paulo	Finlândia
Giselle Tápias Almeida Santoro	226616	Grupo Tápias - Residências e Intercâmbio	Residências e Difusão a convite do Les Collectife Essone Danse e C.A.P.L.S.	Rio de Janeiro	França/Portugal
Jose Carlos Alberto	225104	capoeirada 2016	Capoeirando 2016	São Paulo	Bahia
Paula Franchi Macedo	226815	Capacitação Profissional em Cenografia e Design de Interiores	Capacitação Profissional em Cenografia e Design de Interiores	São Paulo	Estados Unidos
Isabela Santos De Almeida Santili	225225	De Bauru à Recife: o carnaval e as comunidades tradicionais - uma proposta de intercâmbio	Carnaval Nação Por Rico 2016: Rumo aos 100 anos	São Paulo	Pernambuco
Javier Larroquet	223232	Projeto de alimentação consciente e práticas sustentáveis	Oficinas de alimentação consciente, práticas sustentáveis e cultivo orgânico na comunidade Akapacha Chascomus	Rio de Janeiro	Argentina

Art. 6º Os proponentes contemplados deverão enviar, para o endereço SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA (SEFIC), Edital de Intercâmbio 1/2015, Caixa Postal 8553, CEP 70.312-970 - Brasília-DF, a documentação complementar prevista no item 11 do Edital no prazo de 7 (sete) dias úteis, contados da data de publicação do ato no Diário Oficial da União - DOU, devendo o proponente identificar o envelope com os dados do projeto contendo número projeto e o nome do proponente responsável pelo projeto.

Art. 7º Caso a documentação complementar não seja enviada dentro do prazo previsto ou seja apresentada em discordância com o estabelecido no item 11 do Edital, o projeto será arquivado por desistência ou inadequação do beneficiário.

Art. 8º Não serão aceitos documentos enviados por fac-símile, por correio eletrônico ou entregues pessoalmente.

Art. 9º A proposta 210426, de Maurí Luiz Bessegatto, fica inabilitada por ter natureza acadêmica, em desacordo com o item 1.1 do Edital.

Art. 10. A propostas 219958, de Danielle Nazareno Silva, deixa de ser considerada por desistência formalizada pela proponente.

Art. 11. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS BEYRODT PAIVA NETO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 711, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 354, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS BEYRODT PAIVA NETO

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
154467 - Auto da Paixão de Cristo
Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters
CNPJ/CPF: 79.373.940/0001-86
Processo: 01400045188201560
Cidade: Indaial - SC;
Valor Aprovado: R$ 54.825,00
Prazo de Captação: 11/12/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Realizar o Auto da Paixão de Cristo, com realização de 01 (uma) temporada composta de 03 (três) espetáculos/apresentações ao ar livre, no período que antecede a Semana Santa, na praça da Fundação Indaialense de Cultura-Indaial/SC, buscando a integração com a comunidade através de apresentação teatral, perfazendo um total de 100 atores entre profissionais e amadores envolvidos e um público expectador de aproximadamente 2000 pessoas/dia.

153412 - DO REPENTE
Lamira Artes Cênicas Ltda
CNPJ/CPF: 11.591.155/0001-66
Processo: 01400037961201514
Cidade: Palmas - TO;
Valor Aprovado: R$ 149.579,06
Prazo de Captação: 11/12/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: A proposta Cultural deseja circular com o espetáculo de Rua Do Repente, pelo interior do Tocantins, por 3 cidades: Arraias, Cristalândia e Natividade. Será realizado 01 espetáculo por cidade, totalizando 03 apresentações no Tocantins. Também pretende-se realizar 03 oficinas, uma por cidade, de 04h de duração, sendo aberta aos interessados em geral, gratuitas e com 20 vagas. A proposta realizará também um intercâmbio entre grupos, por cidade. O intercâmbio será entre a Lamira e um grupo local, com intuito de fortalecer a troca de experiências artísticas, analisar a gestão dos grupos fora do eixo cultural tradicional, seus desafios, pensamentos e construção estética. Ressaltamos que na ausência de grupos artísticos locais, o encontro será realizado com grupos informais na cidade, com destaque para o de cultura popular e /ou pessoas

154975 - O MUNDO IMAGINÁRIO
BALAIO D'ARTE PRODUCOES ARTISTICAS EIRELI
CNPJ/CPF: 14.593.652/0001-91
Processo: 01400057957201572
Cidade: Santo André - SP;
Valor Aprovado: R$ 817.110,00
Prazo de Captação: 11/12/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Temporada gratuita do musical infantil "O Mundo Imaginário", que traduz de maneira lúdica e divertida a necessidade urgente de cuidarmos do nosso planeta com mais consciência e cooperação. São 96 apresentações para crianças de 03 a 10 anos de escolas públicas das cidades de São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
154365 - Música no Clube
CLUBE PAINEIRAS DO MORUMBY
CNPJ/CPF: 52.400.207/0001-57
Processo: 01400045029201565
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.320.920,00
Prazo de Captação: 11/12/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Projeto de ação cultural que visa promover e ampliar as atividades culturais desenvolvidas pelo Clube Paineiras do Morumby, na área de música erudita, com o intuito de atrair novos espectadores e se tornar um ponto de referência de difusão de arte e cultura para a cidade. O projeto prevê o desenvolvimento de ações na área de música erudita, com apresentações quinzenais de duos, trios e quartetos, a criação de uma orquestra e apresentações mensais, apresentação de dois espetáculos operístico/musicais. Todos os eventos aberto ao público em geral e com entrada franca.

154196 - NATAL MAIS FELIZ COM PRESENTÃO - 2ª edição
INSTITUTO PEDRO LUIZ BOARETTO
CNPJ/CPF: 03.899.733/0001-06
Processo: 01400044774201597
Cidade: Cascavel - PR;
Valor Aprovado: R$ 120.220,00
Prazo de Captação: 11/12/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Realizar um show com artistas locais no formato de um grupo musical no formato de uma BIG BAND e de um coral para apresentações no período que antecede o Natal, sendo o acesso a todas as atrações de maneira gratuita.

1411578 - ÓPERA DE CÂMARA CINDERELA
Arteria LTDA - ME
CNPJ/CPF: 13.017.032/0001-41
Processo: 01400075132201459
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 380.607,00
Prazo de Captação: 11/12/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Apresentação da Ópera de Câmara Cinderela (Cendrillon), de Pauline Viardot nas cidades de Blumenau, Curitiba, Porto Alegre e Florianópolis (esta com 2 apresentações). Total de 5 apresetações.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
153441 - NATAL NA NEVE
10 + Promoções e Eventos Ltda
CNPJ/CPF: 05.206.997/0001-54
Processo: 01400041358201537
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 956.736,52
Prazo de Captação: 11/12/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: O NATAL NA NEVE consiste em festival de natureza cultural, que inclui uma exposição de artes visuais, apresentações de artes cênicas e música instrumental e/ou erudita.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
151960 - Livro Historia Geo-Cultural da Serra da Canastra
MC eventos e comunicação ltda
CNPJ/CPF: 10.502.780/0001-21
Processo: 01400015920201577
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.374.800,00
Prazo de Captação: 11/12/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Guia Geoilustrado sobre a formação da Serra da Canastra e da Bacia Hidrográfica do Rio Paraná, com o objetivo de ajudar na preservação do patrimônio cultural natural, que é a memória da origem e história do nosso planeta e da vida, e consequentemente parte da nossa cultura.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)
153716 - Bambinhas da Academia
G.R.E.S. Acadêmicos do Salgueiro
CNPJ/CPF: 42.535.807/0001-79
Processo: 01400044030201572
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: 429899.60
Prazo de Captação: 11/12/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: O Projeto ?Bambinhas da Academia? constitui-se num festival musical com 1 apresentação mensal, durante 6 meses. Nestes eventos, o público ouve o autêntico samba de roda e samba de quadra, o verdadeiro samba de raiz, executado por cantores e músicos profissionais de alta qualidade, dando oportunidade também as crianças da Escola Mirim Aprendizes do Salgueiro que, neste caso, estarão aprendendo com compositores do G.R.E.S. Acadêmicos do Salgueiro a compor sambas. Este festival acontece durante todo o ano, com apresentação de músicas por eles compostas e culminando com uma apresentação de um grupo ou cantor do gênero a cada evento. Desta forma estamos apresentando os trabalhos produzidos pelos participantes e proporcionando um resgate do estilo tradicional do samba, tanto quanto apresentando as novas tendências do gênero e da MPB.

PORTARIA N° 712, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 354, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS BEYRODT PAIVA NETO

ANEXO I

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
15 0992 - Hermínio Bello de Carvalho aos 80: Uma Rosa para o Poeta
Olhar Brasileiro Produções Artística Ltda.
CNPJ/CPF: 05.271.175/0001-57
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/11/2015 a 31/12/2015

RETIFICAÇÕES

No texto de retificações, publicado no D.O.U. n.º 236 de 10/12/2015, Seção 1, página: 5, referente ao Projeto OLHANDO O PARANÁ (nome provisório):

Onde se lê: PRONAC 14 11807
Leia-se: PRONAC 14 10613

Na portaria nº 349/15 de 18/06/2015, publicada no D.O.U. em 19/06/2015, Seção 1, referente ao Projeto Circulação Anjo Malaquias - Pronac: 15 0330
Onde se lê: Prazo de captação: 19/06/2015 a 25/12/2015
Leia-se: Prazo de captação: 19/06/2015 a 31/12/2015

Na portaria nº 322/15 de 08/06/2015, publicada no D.O.U. em 09/06/2015, Seção 1, referente ao Projeto Circulação Navegar e Preciso - Pronac: 15 0100
Onde se lê: Prazo de captação: 09/06/2015 a 21/12/2015
Leia-se: Prazo de captação: 09/06/2015 a 31/12/2015

Na portaria nº 487/15 de 18/08/2015, publicada no D.O.U. em 19/08/2015, Seção 1, referente ao Projeto Exposição Artistas sem Limites - Pronac: 15 2164
Onde se lê: Prazo de captação: 19/08/2015 a 30/12/2015
Leia-se: Prazo de captação: 19/08/2015 a 31/12/2015

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
TRIBUNAL MARÍTIMO

EXPEDIENTE DO EXMº SR. JUIZ PRESIDENTE

Proc. nº 27.209/2012 - L/M "SERPENTE"
Relator: Exmº Sr. Fernando Alves Ladeiras.
Revisor: Exmº Sr. Nelson Cavalcante e Silva Filho.
PEM: 1º TEN-(T) Diana Soares Corteze Caldeira.
Representado: Eleandro Tavares Jacaúna.
Advogado(a): Drª Jakeline Azevedo Batalha.
Dr. Lamin Gonçalves santos da Silva.
Dr. Manuel Marcos Pires da Silva.
Requerente: Eleandro Tavares Jacaúna.
Advogado(a): Drª Jakeline Azevedo Batalha.
Dr. Lamin Gonçalves santos da Silva.
Dr. Manuel Marcos Pires da Silva.

DESPACHO

DEFIRO, com fundamento no parágrafo único do art. 131, da Lei nº 2.180/54, com alteração da Lei nº 8.969/94, o pedido de parcelamento da pena de multa e custas processuais, requerido pelo Sr. ELEANDRO TAVARES JACAÚNA, Adv. LAMIN GONÇALVES SANTOS DA SILVA - OAB/AM 10.551, em 12 (doze) quotas mensais, no valor de R$ 64,28 (sessenta e quatro reais e vinte e oito centavos) cada, vencendo-se a primeira quota 10 (dez) dias após o conhecimento do presente despacho, e as seguintes, em igual dia dos meses subsequentes.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 2015.
Vice-Almirante (RM1) MARCOS NUNES DE MIRANDA

SEÇÃO DO REGISTRO ESPECIAL BRASILEIRO

BOLETIM DO MÊS DE AGOSTO DE 2015

FORAM REGISTRADOS NO REGISTRO ESPECIAL BRASILEIRO (REB) OS ATOS ABAIXO:
I - PRÉ-REGISTRO NO REB
PRÉ-REGISTRO NO REB:
01) Termo de Pré-Registro: 31903
Identificação do Casco: TOPA TUDO AQUABUS
Proprietário/ Armador: Zemar Serviços e Locação de Embarcações Ltda
02) Termo de Pré-Registro: 31904
Identificação do Casco: EA039
Proprietário/ Armador: Navegação Porto Morrinho S/A
RENOVAÇÕES DE PRÉ-REGISTRO NO REB:
01) Termo de Pré-Registro: 31083
Identificação do Casco: OCEÂNICASUB III
Proprietário/ Armador: Oceânica Engenharia e Consultoria Ltda
02) Termo de Pré-Registro: 31064
Identificação do Casco: 038/12
Proprietário/ Armador: Baru Offshore Navegação Ltda
03) Termo de Pré-Registro: 31096
Identificação do Casco: 036/12
Proprietário/ Armador: Baru Offshore Navegação Ltda
04) Termo de Pré-Registro: 31672
Identificação do Casco: WS-134
Proprietário/ Armador: Wilson, Sons Offshore S/A
05) Termo de Pré-Registro: 31673
Identificação do Casco: WS-135
Proprietário/ Armador: Wilson, Sons Offshore S/A
06) Termo de Pré-Registro: 31275
Identificação do Casco: 028/C ITACURUÇÁ
Proprietário/ Armador: Camorim Offshore Serviços Marítimos Ltda
07) Termo de Pré-Registro: 31276
Identificação do Casco: 044/C MACEIÓ
Proprietário/ Armador: Camorim Offshore Serviços Marítimos Ltda
08) Termo de Pré-Registro: 31277
Identificação do Casco: 045/C ITAJAÍ
Proprietário/ Armador: Camorim Offshore Serviços Marítimos Ltda
09) Termo de Pré-Registro: 31496
Identificação do Casco: Z MAX XVIII
Proprietário/ Armador: Zemax Log Soluções Marítimas S/A
10) Termo de Pré-Registro: 31580
Identificação do Casco: 2034
Proprietário/ Armador: Hidrovias do Brasil - Navegação Norte Ltda
11) Termo de Pré-Registro: 31581
Identificação do Casco: 2035
Proprietário/ Armador: Hidrovias do Brasil - Navegação Norte Ltda
12) Termo de Pré-Registro: 31583
Identificação do Casco: 2042
Proprietário/ Armador: Hidrovias do Brasil - Navegação Norte Ltda
13) Termo de Pré-Registro: 31779
Identificação do Casco: SC-44
Proprietário/ Armador: SC Transportes Ltda

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

14) Termo de Pré-Registro: 31780
Identificação do Casco: SC-52
Proprietário/ Armador: SC Transportes Ltda
15) Termo de Pré-Registro: 31318
Identificação do Casco: AL-021
Proprietário/ Armador: Oceana Navegação S/A
16) Termo de Pré-Registro: 31660
Identificação do Casco: 542
Proprietário/ Armador: Hidrovias do Brasil - Navegação Norte Ltda
17) Termo de Pré-Registro: 31661
Identificação do Casco: 543
Proprietário/ Armador: Hidrovias do Brasil - Navegação Norte Ltda
18) Termo de Pré-Registro: 31890
Identificação do Casco: 31/WALDEMIRO LUSTOZA VII
Proprietário/ Armador: Waldemiro P Lustoza & Cia Ltda
19) Termo de Pré-Registro: 31891
Identificação do Casco: 341/WPL 2016
Proprietário/ Armador: Waldemiro P Lustoza & Cia Ltda
20) Termo de Pré-Registro: 31892
Identificação do Casco: 385/WPL 2017
Proprietário/ Armador: Waldemiro P Lustoza & Cia Ltda
21) Termo de Pré-Registro: 31893
Identificação do Casco: 386/WPL 2018
Proprietário/ Armador: Waldemiro P Lustoza & Cia Ltda
22) Termo de Pré-Registro: 31781
Identificação do Casco: 2203/SC 53
Proprietário/ Armador: SC Transportes Ltda
23) Termo de Pré-Registro: 31782
Identificação do Casco: 2204/SC 54
Proprietário/ Armador: SC Transportes Ltda
24) Termo de Pré-Registro: 31484
Identificação do Casco: EA 021
Proprietário/ Armador: Cianport - Cia Norte de Navegação e Portos
25) Termo de Pré-Registro: 31485
Identificação do Casco: EA 022
Proprietário/ Armador: Cianport - Cia Norte de Navegação e Portos
26) Termo de Pré-Registro: 31486
Identificação do Casco: EA 023
Proprietário/ Armador: Cianport - Cia Norte de Navegação e Portos
27) Termo de Pré-Registro: 31085
Identificação do Casco: CI-138
Proprietário/ Armador: Navegação Guarita S/A

CANCELAMENTOS DE PRÉ-REGISTRO NO REB:
01) Termo de Pré-Registro: 31170
Identificação do Casco: C-383/STARNAV DRACO
Proprietário/Armador: Starnav Serviços Marítimos Ltda
02) Termo de Pré-Registro: 31177
Identificação do Casco: EA 019/HT 34
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
03) Termo de Pré-Registro: 31305
Identificação do Casco: NAV-135
Proprietário/ Armador: Bram Offshore Transportes Marítimos Ltda
04) Termo de Pré-Registro: 31592
Identificação do Casco: 475
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
05) Termo de Pré-Registro: 31593
Identificação do Casco: 476
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
06) Termo de Pré-Registro: 31594
Identificação do Casco: 477
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
07) Termo de Pré-Registro: 31595
Identificação do Casco: 478
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
08) Termo de Pré-Registro: 31596
Identificação do Casco: 479
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
09) Termo de Pré-Registro: 31615
Identificação do Casco: 2205
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
10) Termo de Pré-Registro: 31626
Identificação do Casco: 2216
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
11) Termo de Pré-Registro: 31794
Identificação do Casco: 409/OMS XVII
Proprietário/ Armador: Oziel Mustafa dos Santos & Cia Ltda
12) Termo de Pré-Registro: 30896
Identificação do Casco: CBP3 02
Proprietário/ Armador: BSCO Navegação S/A

INCLUSÃO NO REB:
01) Termo de Registro: 02312
Nome da Embarcação: SKANDI ANGRA
Proprietário/Armador: Norskan Offshore Ltda
02) Termo de Registro: 02313
Nome da Embarcação: ALMIRANTE FORTUNA I
Proprietário/Armador: Delima Comércio e Navegação Ltda
03) Termo de Registro: 02314
Nome da Embarcação: BARU MUCURA
Proprietário/Armador: Baru Offshore Navegação Ltda
04) Termo de Registro: 02315
Nome da Embarcação: TS METIDO
Proprietário/Armador: Tranship Transportes Marítimos Ltda
05) Termo de Registro: 02316
Nome da Embarcação: PEDRA DO SAL
Proprietário/Armador: N e N Navegação e Logística Ltda
06) Termo de Registro: 02317
Nome da Embarcação: RIO PORT II
Proprietário/Armador: N e N Navegação e Logística Ltda
07) Termo de Registro: 02318
Nome da Embarcação: BS CAMBURI
Proprietário/Armador: BSCO Navegação S/A

RENOVAÇÕES NO REB:
01) Termo de Registro: 00118
Nome da Embarcação: SANTA BARBARA
Proprietário/Armador: Navemestra Serviços de Navegação Ltda
02) Termo de Registro: 00122
Nome da Embarcação: RIO GUADIANA
Proprietário/Armador: Navemestra Serviços de Navegação Ltda
03) Termo de Registro: 00124
Nome da Embarcação: GUAXINDIBA
Proprietário/Armador: Navemestra Serviços de Navegação Ltda
04) Termo de Registro: 00126
Nome da Embarcação: SÃO MIGUEL XVI
Proprietário/Armador: Navemestra Serviços de Navegação Ltda
05) Termo de Registro: 00135
Nome da Embarcação: RIO SOUZA
Proprietário/Armador: Navemestra Serviços de Navegação Ltda
06) Termo de Registro: 00372
Nome da Embarcação: SM GUANABARA
Proprietário/Armador: Navemestra Serviços de Navegação Ltda
07) Termo de Registro: 00373
Nome da Embarcação: MARBELA
Proprietário/Armador: Navemestra Serviços de Navegação Ltda
08) Termo de Registro: 01812
Nome da Embarcação: CD PAQUETÁ
Proprietário/Armador: Navemestra Serviços de Navegação Ltda
09) Termo de Registro: 01837
Nome da Embarcação: CD COPACABANA
Proprietário/Armador: Navemestra Serviços de Navegação Ltda
10) Termo de Registro: 01941
Nome da Embarcação: CD IPANEMA
Proprietário/Armador: Navemestra Serviços de Navegação Ltda
11) Termo de Registro: 00898
Nome da Embarcação: VIGO MAXIMUS
Proprietário/Armador: Maxximus Serviços Marítimos Ltda
12) Termo de Registro: 00616
Nome da Embarcação: TUBARÃO
Armador/Afretador: Saveiros, Camuyrano - Serviços Marítimos S/A
13) Termo de Registro: 01651
Nome da Embarcação: SMIT CARIPUNA
Proprietário/Armador: Saam Smit Towage Brasil S/A
14) Termo de Registro: 01659
Nome da Embarcação: BS ALCOBAÇA
Proprietário/Armador: BSCO Navegação S/A
15) Termo de Registro: 00148
Nome da Embarcação: ANA BEATRIZ
Proprietário/Armador: Technip Brasil - Engenharia, Instalações e Apoio Marítimo Ltda
16) Termo de Registro: 01662
Nome da Embarcação: LH COLOSSO
Proprietário/Armador: Technip Brasil - Engenharia, Instalações e Apoio Marítimo Ltda
17) Termo de Registro: 01513
Nome da Embarcação: LYRA
Proprietário/Armador: Saveiros, Camuyrano - Serviços Marítimos S/A
18) Termo de Registro: 00384
Nome da Embarcação: LN PONTA NEGRA
Proprietário/Armador: Navemestra Serviços de Navegação Ltda
19) Termo de Registro: 01813
Nome da Embarcação: CD SERRA DA ESTRELA
Proprietário/Armador: Navemestra Serviços de Navegação Ltda
20) Termo de Registro: 01926
Nome da Embarcação: CD SÃO MIGUEL I
Proprietário/Armador: Navemestra Serviços de Navegação Ltda
21) Termo de Registro: 01940
Nome da Embarcação: CD ILHA DAS FLORES
Proprietário/Armador: Navemestra Serviços de Navegação Ltda
22) Termo de Registro: 01959
Nome da Embarcação: CD SÃO MIGUEL II
Proprietário/Armador: Navemestra Serviços de Navegação Ltda
23) Termo de Registro: 01971
Nome da Embarcação: CD SÃO MIGUEL III
Proprietário/Armador: Navemestra Serviços de Navegação Ltda
24) Termo de Registro: 01303
Nome da Embarcação: ANDROMEDA
Armador/Afretador: Sobrare Servemar Ltda
25) Termo de Registro: 01565
Nome da Embarcação: LINHARES
Armador/Afretador: Saveiros, Camuyrano - Serviços Marítimos S/A
26) Termo de Registro: 01668
Nome da Embarcação: HAMAL
Proprietário/Armador: Saveiros, Camuyrano - Serviços Marítimos S/A
27) Termo de Registro: 01624
Nome da Embarcação: URUCUM
Armador/Afretador: Saveiros, Camuyrano - Serviços Marítimos S/A
28) Termo de Registro: 00887
Nome da Embarcação: SKANDI BOTAFOGO
Proprietário/Armador: Norskan Offshore Ltda
29) Termo de Registro: 00617
Nome da Embarcação: TROMBETAS
Armador/Afretador: Saveiros, Camuyrano - Serviços Marítimos S/A
30) Termo de Registro: 01567
Nome da Embarcação: SALOBO
Armador/Afretador: Saveiros, Camuyrano - Serviços Marítimos S/A
31) Termo de Registro: 01015
Nome da Embarcação: RIO PORT I
Proprietário/Armador: N e N Navegação e Logística Ltda
32) Termo de Registro: 01562
Nome da Embarcação: GAMBOA I
Armador/Afretador: N e N Navegação e Logística Ltda
33) Termo de Registro: 01074
Nome da Embarcação: SMIT TUPI
Proprietário/Armador: Saam Smit Towage Brasil S/A
34) Termo de Registro: 01080
Nome da Embarcação: ÁGIL I
Proprietário/Armador: Internav Navegação Ltda
35) Termo de Registro: 00091
Nome da Embarcação: CELIA
Proprietário/Armador: Oceanpact Serviços Marítimos S/A
36) Termo de Registro: 00095
Nome da Embarcação: MARICÁ
Proprietário/Armador: Oceanpact Serviços Marítimos S/A
37) Termo de Registro: 00096
Nome da Embarcação: CARMEN
Proprietário/Armador: Oceanpact Serviços Marítimos S/A

CANCELAMENTO NO REB:
01) Termo de Registro: 00478
Nome da Embarcação: IRACEMA
Proprietário/Armador: Navegação Aliança Ltda
02) Termo de Registro: 01896
Nome da Embarcação: TOPA TUDO NAVEGANTES
Proprietário/Armador: Zemar Serviços e Locação de Embarcações Ltda
03) Termo de Registro: 00755
Nome da Embarcação: PEGASUS
Proprietário/Armador: Saveiros, Camuyrano - Serviços Marítimos S/A
04) Termo de Registro: 00592
Nome da Embarcação: SKANDI FLAMENGO
Armador/Afretador: Norskan Offshore Ltda
05) Termo de Registro: 00638
Nome da Embarcação: SKANDI LEBLON
Armador/Afretador: Norskan Offshore Ltda
06) Termo de Registro: 00808
Nome da Embarcação: SKANDI COPACABANA
Armador/Afretador: Norskan Offshore Ltda
07) Termo de Registro: 00656
Nome da Embarcação: RIO XAPURI
Proprietário/Armador: Companhia de Navegação da Amazônia - CNA
08) Termo de Registro: 00673
Nome da Embarcação: RIO JIPARANÁ
Proprietário/Armador: Companhia de Navegação da Amazônia - CNA
09) Termo de Registro: 00481
Nome da Embarcação: T 1
Proprietário/Armador: Navegação Aliança Ltda
10) Termo de Registro: 00315
Nome da Embarcação: NORSUL PARACURU
Proprietário/Armador: DSND Consub S/A

Secretaria do Tribunal Marítimo, 1º de setembro de 2015
JORGE JOSÉ DE ARAUJO
Encarregado

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 10 de dezembro de 2015

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 288/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável à renovação do reconhecimento, com prazo de validade determinado pela sistemática avaliativa dos cursos de Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado, aprovados pelo Conselho Técnico e Científico - CTC, a partir dos resultados da Avaliação Trienal de 2013, do período de 2010 a 2012, bem como pelo descredenciamento do Sistema Nacional de Pós-Graduação dos cursos de Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado, constante dos anexos do referido Parecer, conforme consta do Processo nº 23001.000169/2014-69.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 164, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

Outorga o Prêmio Capes de Tese - Edição 2015, teses defendidas em 2014

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.692 de 2 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 6 de março de 2012, e tendo em vista o Edital nº 08/2015, publicado no Diário Oficial da União do dia 09 de abril de 2015, Seção III, página 29, que disciplina a Edição 2015 do Prêmio Capes de Tese, e considerando as decisões tomadas pelas comissões julgadoras dos Grandes Prêmios, resolve:

Art. 1º - Outorgar o Grande Prêmio Capes de Tese Edição 2015 aos autores relacionados abaixo e dar distinção aos respectivos orientadores e programas de pós-graduação, conforme o conjunto de grandes áreas:

I - Grande Prêmio CAPES de Tese Aziz Nacib Ab'Saber (2015) - Grande Área de Engenharias, Ciências Exatas e da Terra e Multidisciplinar (Biotecnologia, Interdisciplinar e Materiais)

Autor: Edroaldo Lummertz da Rocha
Orientador: Carlos Renato Rambo
Coorientador: Luismar Marques Porto
Tese: Interações Nanopartícula-Células e Biomaterial-Células Induzem Mudanças Globais em Programas de Expressão de Genes.
Área: Materiais
Programa de Pós Graduação: Ciência e Engenharia de Materiais
IES: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

II - Grande Prêmio CAPES de Tese Paulo Emílio Vanzolini (2015) - Grande áreas de Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias e Multidisciplinar (Ciências Ambientais).
Autor: Pedro Elias Marques Pereira Silva
Orientador: Gustavo Batista de Menezes
Tese: Deposição de DNA no fígado como um novo fenômeno da lesão hepática medicamentosa.
Área: Ciências Biológicas I
Programa de Pós Graduação: Biologia Celular
IES: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

III - Grande Prêmio CAPES de Tese Antonio Houaiss (2015) - Grande áreas de Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, Ciências Sociais Aplicadas e Multidisciplinar (Ensino).
Autor: Tathiane Agra de Lemos Martins
Orientador: Leopoldo Eurico Gonçalves Bastos
Co-orientador: Luc Adolphe
Tese: De condicionantes solares a oportunidades de desenho urbano: otimização de tipo-morfologias urbanas em contexto de clima tropical.
Área: Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós Graduação: Arquitetura
IES: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

CARLOS AFONSO NOBRE

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS

PORTARIA Nº 42, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O VICE-DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e, considerando o Edital nº 11/2015, de 11.11.2015/CCHL, publicado no DOU em 13.11.2015, o processo nº 23111.026688/15-91 e as Leis Nº 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/2003, publicadas em 10.12.93; 27.10.99 e 15.05.2003, respectivamente, resolve:

Homologar o resultado final do processo Seletivo para contratação de Professor Substituto para o Departamento de Ciências Jurídicas, correspondente a Classe Auxiliar, Nível I, em Regime de Tempo Integral - TI - 40 (quarenta) horas semanais, Centro de Ciências Humanas e Letras, do Campus Ministro Petrônio Portela, na cidade de Teresina-PI, considerando aprovados os candidatos Macell Cunha Leitão (1º lugar); Joffre do Rêgo Castello Branco Neto (2º lugar) e Naila Fortes e Silva (3º lugar), classificando para contratação o primeiro e o segundo lugar.

CARLOS SAIT PEREIRA DE ANDRADE

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI

PORTARIA Nº 567, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI - UFSJ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Art. 1º Retificar o artigo 21 da Portaria nº 553, de 1º de outubro de 2015, publicada no DOU de 09.10.2015, seção 1, páginas 12 e 13, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21. Revoga-se a Portaria nº 813, de 18 de novembro de 1998".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PORTARIA Nº 665, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI - UFSJ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Art. 1º Acrescentar ao artigo 9 da Portaria nº 553, de 1º de outubro de 2015, publicada no DOU de 09.10.2015, seção 1, páginas 12 e 13, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" § 12. Caso o servidor tenha que trabalhar, por necessidade de serviço, em domingo ou feriados, a hora contabilizada será contada em dobro."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

VALÉRIA HELOISA KEMP

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 666, de 3 de dezembro de 2015, publicada no DOU de 04.12.2015, seção 1, página 15, no artigo 1º, onde se lê: "... Luciana Martins Rodrigues, Secretária da Congregação do Campus Centro-oeste Dona Lindu, do nível FG-6 para o nível FG-5...", leia-se: "...Luciana Martins Rodrigues, Secretária da Congregação do Campus Centro-oeste Dona Lindu, do nível FG-6 para o nível FG-4 ...".

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 1.830, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processonº. 23113.014564/2014-61; RESOLVE:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Núcleo de Terapia Ocupacional/Campus Universitário Prof. Antônio Garcia Filho, objeto do Edital nº. 012/2015, publicado no D.O.U. de 28/04/2015 e no Correio de Sergipe em 29/04/2015, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	II, III e IV Ciclos de Terapia Ocupacional
Disciplinas	Fundamentos e Prática da Terapia Ocupacional (Sessões Tutoriais, Habilidades Profissionais em Terapia Ocupacional, Palestras, Prática de Integração Ensino Serviço em Terapia Ocupacional, Laboratório de Pesquisa em Terapia Ocupacional, Estágio Supervisionado em Terapia Ocupacional I e II e Optativa)
Cargo/Nível	Professor Assistente-A - Nível I
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Resultado Final	Não houve candidatos aprovados

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PORTARIA Nº 1.272, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

A Reitora da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto de 19/05/2015, publicado no Diário Oficial da União de 20/05/2015, considerando o que consta do Processo 008245/2014, resolve:

aplicar à empresa JOÃO DE JESUS DONZELLA - ME, CNPJ nº 18.371.119/0001-36, a pena de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 30 (trinta) meses, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, cumulada com multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parte inadimplida do contrato representado pela Nota de Empenho nº 2014NE802010, tudo com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos subitens 15.1, 15.2 e 15.2.2 do Edital de Pregão nº 226/2014, determinando, ainda, o registro das punições e o descredenciamento junto ao SICAF, em atenção ao subitem 15.6.

NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO

PORTARIA Nº 1.989, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O Substituto do Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Portaria IFTM nº 1.976 de 09/12/2015, publicada no DOU de 10/12/2015, e Lei nº 11.892 de 29/12/2008, publicada no DOU de 30/12/2008, resolve:

I - Incluir no Quadro de Funções da Portaria IFTM-Reitoria nº 1.290 de 21/11/2013, DOU de 22/11/2013, as funções abaixo:

SITUAÇÃO ATÉ ESTA DATA		SITUAÇÃO A PARTIR DESTA DATA	
DENOMINAÇÃO ANTIGA	Código Função	NOVA DENOMINAÇÃO	Código Função
Função Comissionada de Coordenação de Curso	FUC-001	Coordenação do Curso Técnico em Computação Gráfica - Campus Avançado Uberaba - Parque Tecnológico	FUC-001
Função Comissionada de Coordenação de Curso	FUC-001	Coordenação do Curso Técnico em Eletrônica - Campus Avançado Uberaba - Parque Tecnológico	FUC-001

II - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

MAURO BORGES FRANÇA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.563, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:

Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 06/02/2016, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 01/2013, DOU de 19/08/2013, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 256, DOU de 06/02/2015.

INSTITUTO DE FÍSICA
Departamento: FÍSICA DA TERRA E DO MEIO AMBIENTE
Área de Conhecimento: Física da Terra Sólida
Classe: ADJUNTO A Regime de Trabalho: DE

LORENE LOUISE SILVA PINTO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 1.319, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

A Pró-Reitora de Recursos Humanos da Universidade Federal de Juiz de Fora no uso de suas competências delegadas pela Portaria nº 1.182, de 15 de setembro de 2014, resolve:

HOMOLOGAR e tornar público o resultado do processo seletivo simplificado para contratação temporária de Professor Substituto, conforme abaixo discriminado:

1 - Edital nº. 18/2015 - GRST/CFAP/PRORH - Seleção de Professor Substituto

1.1 - FACULDADE DE DIREITO

1.1.1 - Seleção 96: Depto. de Direito Público Formal e Ética Profissional - Processo nº 23071.013230/2015-95 Nº Vagas: 01(uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	KÉLVIA DE OLIVEIRA TOLEDO	75

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GESSILENE ZIGLER FOINE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

PORTARIA Nº 1.017, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Tornar público o resultado do Processo Seletivo Simplificado realizado por esta Universidade, para contratação de docente por tempo determinado, Professor Substituto, para o Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas - Campus de Cruz das Almas (BA), regulado pelo Edital Nº 18/2015, publicado no D.O.U. nº 213, Seção 3, página 98, de 09 de novembro de 2015.

Área de Conhecimento: Produção Animal

Matérias: Zootecnia I; Caprinocultura; Produção de Animais Herbívoros

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais
1º Lugar: MAURÍCIO DA SILVA AMORIM
2° Lugar: MÁRCIO DE OLIVEIRA RIBEIRO
Área de Conhecimento: Educação
Matéria: LIBRAS
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais
1º Lugar: JAMILE DOS SANTOS FERREIRA
2° Lugar: CARLOS MESSIAS ALVES DE JESUS

SILVIO LUIZ DE OLIVEIRA SOGLIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO

PORTARIA Nº 8.927, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015

O Diretor da Faculdade Nacional de Direito, Professor Flavio Alves Martins, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Edital nº 395/15, informa o deferimento de inscrições.

DEPARTAMENTO DE DIREITO SOCIAL E ECONÔMICO
SETOR: DIREITO COMERCIAL
CARGO: PROFESSOR SUBSTITUTO 20 horas
Inscrições Deferidas:
LUCA SHIRRU
PEDRO FREITAS TEIXEIRA
RAUL MAXIMINO PENNA DA SILVEIRA FERREIRA
Não Deferidas:
Não há.

FLÁVIO ALVES MARTINS

PORTARIA Nº 8.929, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015

O Diretor da Faculdade Nacional de Direito (FND), Professor Flavio Alves Martins, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Edital nº 395, de 09/11/2015, torna público o resultado do processo seletivo para contratação temporária de pessoal, professor substituto, divulgando em ordem de classificação o(s) nome(s) do(s) candidato(s) aprovado(s):

DEPARTAMENTO DE DIREITO SOCIAL E ECONÔMICO
SETOR: DIREITO COMERCIAL
CARGO: PROFESSOR SUBSTITUTO 20H
VAGA: DUAS
PRAZO PARA CONTRATAÇÃO: 31/12/2016
1º - PEDRO FREITAS TEIXEIRA
(UMA DAS VAGAS NÃO FOI PREENCHIDA, DEVENDO SER REABERTO NOVO EDITAL).

FLÁVIO ALVES MARTINS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.580, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.046563/2015-91 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Artes e Libras - DALI/CCE, instituído pelo Edital nº 151/DDP/2015, de 19 de novembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União nº 222, Seção 3, de 20/11/2015.

Área/Subárea de Conhecimento: Linguistica Aplicada/ Estudos da Tradução.

Áreas Afins: Letras; Linguistica.

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Rosemeri Bernieri de Souza	8,0

MICHELE AMORIM LIMA HENRIQUES

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 908, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2015(*)

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, INTERINO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e pelo art. 5º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, com redação dada pela Lei nº 10.648, de 3 de abril de 2003, resolve:

Art. 1º A tabela do Anexo II da Portaria nº 518, de 23 de dezembro de 2014, passa a vigorar na forma do anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY

ANEXO

TABELA (Anexo II da Portaria nº 518, de 23 de dezembro de 2014)

Linha de Financiamento	Limite Equalizável	Custos Administrativos e Tributários Agente Operador	Fonte de Recursos	Custo Fonte de Recursos	Taxa de Juros ao Mutuário	Período Concessão do Financiamento
Custeio agrícola e pecuário e estocagem (FEPM)	R$ 13.000.000.000	5,80% a.a.	Poupança Rural	RDP	5,50% a.a.	01/07/2012 a 30/06/2013
Custeio agrícola e pecuário e estocagem (FEPM) no âmbito do PRONAMP	R$ 4.000.000.000	5,80% a.a.	Poupança Rural	RDP	5,00% a.a.	01/07/2012 a 30/06/2013
Investimento Programa ABC	R$ 300.000.000	3,00% a.a.	Poupança Rural	RDP	5,00% a.a.	01/07/2012 a 30/11/2012
Investimento Pronamp	R$ 1.836.000.000	3,85% a.a.	Poupança Rural	RDP	5,00% a.a.	01/07/2012 a 30/06/2013
Investimento Pronamp	R$ 812.000.000	3,85% a.a.	IHCD	Apurado conforme § 4º do art. 2º	5,00% a.a.	01/07/2012 a 30/06/2013
Investimento Programa ABC	R$ 2.470.000.000	3,00% a.a.	IHCD	Apurado conforme § 4º do art. 2º	5,00% a.a.	01/10/2012 a 30/06/2013
Investimento Prodecoop	R$ 100.000.000	3,00% a.a.	IHCD	Apurado conforme § 4º do art. 2º	5,50% a.a.	01/10/2012 a 30/06/2013
Investimento MODERINFRA	R$ 50.000.000	3,00% a.a.	IHCD	Apurado conforme § 4º do art. 2º	5,50% a.a.	01/10/2012 a 30/06/2013
Investimento MODERAGRO	R$ 80.000.000	3,00% a.a.	IHCD	Apurado conforme § 4º do art. 2º	5,50% a.a.	01/10/2012 a 30/06/2013
Investimento PROCAP-AGRO integralização de quotas-partes	R$ 20.000.000	3,00% a.a.	IHCD	Apurado conforme § 4º do art. 2º	5,50% a.a.	01/10/2012 a 30/06/2013
PROCAP-AGRO capital de giro	R$ 42.000.000	3,00% a.a.	IHCD	Apurado conforme § 4º do art. 2º	9,00% a.a.	01/10/2012 a 30/06/2013

RDP = Taxa de Rendimento Ponderado da caderneta de Poupança Rural RDP (rendimentos básicos mais adicionais)
IHCD = Instrumento Híbrido de Capital e Dívida

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 235, de 9/12/2015, Seção 1, pág. 44, com incorreção no original .

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 915, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2015(*)

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, INTERINO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e pelo art. 5º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, com redação dada pela Lei nº 10.648, de 3 de abril de 2003, resolve:

Art. 1º Observados os limites, as normas e as demais condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e por esta Portaria, fica autorizado o pagamento de equalização de taxas de juros sobre a média dos saldos diários - MSD dos financiamentos rurais concedidos pelo Banco do Brasil S.A. - BB.

§ 1º A MSD dos financiamentos rurais concedidos pelo BB, referente ao período de equalização, não poderá exceder os limites constantes na tabela do Anexo II.

§ 2º Não caberá pagamento de equalização sobre a MSD das operações de crédito rural com incidência de fator de ponderação para fins de cumprimento de exigibilidade de recursos da poupança rural.

§ 3º A Secretaria do Tesouro Nacional poderá deduzir dos limites de que trata o Anexo II os montantes equivalentes aos custos decorrentes de outras eventuais medidas relacionadas ao crédito rural que impliquem despesas adicionais a essa Secretaria.

§ 4º A dedução de que trata o parágrafo anterior, se ocorrer, incidirá sobre os limites não contratados.

§ 5º Fica a STN autorizada a realizar a migração de limite equalizável entre as diferentes categorias de financiamentos de que trata esta Portaria, quando solicitada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, desde que não acarrete elevação de custos para o Tesouro Nacional.

Art. 2° A equalização ficará limitada ao diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários, e os encargos cobrados do tomador final do crédito.

§ 1º A equalização será devida no primeiro dia após o período de equalização.

§ 2º A equalização devida e sua respectiva atualização, quando couber, serão obtidas conforme metodologias constantes do Anexo I e condições constantes do Anexo II desta Portaria.

§ 3º O período de equalização é semestral, sendo que a equalização devida e a MSD serão apuradas com base nos períodos de 1º de julho a 31 de dezembro e de 1º de janeiro a 30 de junho de cada ano.

Art. 3º Para fins de pagamento, a instituição financeira deverá fornecer à STN, após os períodos a que se refere o art. 2º, § 3º desta Portaria, por meio de correspondência eletrônica para o endereço gecap.copec.df.stn@tesouro.gov.br, ou outro que vier a substituí-lo, as planilhas para verificação da conformidade da equalização na forma do Anexo III.

§ 1º A conformidade a que se refere o caput compreende o atendimento das condições estabelecidas nesta Portaria e a exatidão dos valores a pagar.

§ 2º A STN manifestar-se-á sobre a conformidade da equalização, solicitando as correções porventura necessárias, via correspondência eletrônica, no prazo de até 5 dias úteis a contar do dia seguinte à data do recebimento das planilhas a que se refere o caput ou da reapresentação de suas versões corrigidas.

§ 3º Fica estabelecida a atualização do valor da equalização, na forma da metodologia constante no Anexo I, desde o último dia do prazo definido no § 2º até a data do efetivo pagamento nos seguintes casos.

I - quando a equalização cuja conformidade tenha sido atestada pela STN seja paga após o prazo estabelecido no § 2º;

II - quando a STN não se manifestar sobre a conformidade no prazo estabelecido no § 2º.

§ 4º A atualização de que trata o inciso II do §3º não será devida se, após a verificação, for constatada a não conformidade e não houver, no prazo de 5 dias úteis a contar do dia seguinte à data da comunicação pela STN, o recebimento de novas planilhas corrigidas pelas instituições financeiras.

§ 5° Após atestada a conformidade pela STN, a instituição financeira deverá encaminhar a solicitação formal de pagamento de equalização, conforme modelo definido pela STN, acompanhada da declaração de responsabilidade exigida pelo art. 1º, § 2º, da Lei nº 8.427, de 1992.

§ 6° Quando do efetivo pagamento, caso seja solicitado pela STN, a instituição financeira deverá enviar o valor de equalização atualizado conforme metodologia constante do Anexo I, observado o modelo previsto no Anexo III.

Art. 4º Nos casos em que os encargos cobrados do tomador final do crédito rural excederem o custo de captação dos recursos acrescido dos custos administrativos e tributários, o BB deverá recolher ao Tesouro Nacional o valor apurado.

§1° O valor apurado na forma do caput será devido no primeiro dia após o período de equalização e será atualizado, pelo índice que remunera a captação dos recursos, nas mesmas condições estabelecidas no art. 3º.

§2° O não pagamento dos valores de que trata este artigo no prazo de trinta dias após a conformidade de que trata o § 2º do art. 3º resultará no encaminhamento do crédito à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, estando passível de inscrição na Dívida Ativa da União, conforme o Decreto-Lei n° 147, de 3 de fevereiro de 1967, e também no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN, nos termos da Lei n° 10.522, de 19 de julho de 2002.

Art. 5º Para fins de acompanhamento, o BB deverá informar à STN:

I - mensalmente, o valor contratado no mês anterior, conforme a planilha constante do Anexo IV;

II - nos meses de maio e dezembro, a previsão de pagamento de equalização, referente aos limites autorizados por esta Portaria, para todos os períodos subsequentes até a liquidação das respectivas operações, conforme Anexo V; e

III - até o último dia do mês de janeiro de cada ano, os valores recebidos de equalização no exercício anterior segregados por região da Federação.

Parágrafo único. As informações acima devem ser enviadas, por meio de correspondência eletrônica, para gecap.copec.df.stn@tesouro.gov.br, ou outro que vier a substituí-lo.

Art. 6º O BB deverá fornecer, quando solicitado, informações acerca dos recursos a que se refere esta Portaria, para fins de atendimento às demandas da STN, do Banco Central do Brasil e dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 7° O não atendimento ao disposto nesta Portaria poderá implicar a suspensão do pagamento da equalização até a devida regularização, bem como a perda do direito à atualização dos valores neste período.

Art. 8º Esta Portaria revoga a Portaria MF nº 419, de 26 de junho de 2015, e entra em vigor na data de sua publicação.

TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY

ANEXO I

METODOLOGIAS DE CÁLCULO

a) Cálculo da equalização devida em 1º de janeiro e 1º de julho de cada ano, relativa à MSD das operações constantes da tabela do Anexo II, verificada nos períodos de 1º de julho a 31 de dezembro e de 1º de janeiro a 30 de junho, respectivamente:

$$EQL = MSD \times [(1 + RDP_{mg} + CAT)^{n/DAC} - (1 + Tx)^{n/DAC}]$$

b) Cálculo da equalização atualizada referente à alínea "a":

$$EQA^* = [EQL_1 \times (1 + TMS)] + [EQL_2 \times (1 + RDP_A)]$$

$$EQL_1 = MSD \times [(1 + RDP_{mg} + CAT)^{n/DAC} - (1 + RDP_{mg})^{n/DAC}]$$

$$EQL_2 = EQL - EQL_1$$

*No caso em que os encargos cobrados do tomador final do crédito rural excederem o custo de captação dos recursos acrescido dos custos administrativos e tributários, as instituições financeiras oficiais federais e os bancos cooperativos deverão recolher ao Tesouro Nacional o valor apurado, atualizado pelo índice que remunera a captação dos recursos (RDP_A).

Legenda:

- DAC = dias do ano civil (365 ou 366 dias);
- EQA = equalização devida atualizada até o dia do pagamento;
- EQL = equalização devida referente ao período de equalização;
- EQL_1 = Parcela do EQL referente aos custos administrativos e tributários a que estão sujeitas as instituições financeiras;
- EQL_2 = Parcela do EQL referente ao diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural;
- MSD = Média dos Saldos Diários do período de equalização;
- n = número de dias corridos do período de cálculo;
- nda = número de dias corridos do período de atualização;
- RDP = Taxa de rendimento ponderado da caderneta de Poupança Rural (rendimentos básicos mais adicionais), na forma unitária;
- RDP_{mg} = Média geométrica anualizada das RDPs mensais do período de equalização, na forma unitária;
- RDP_A = RDP acumulada do período de atualização, na forma unitária. A proporção do RDP do mês de pagamento deve ser calculada com base em dias úteis;
- Tx = Taxa de juros para o tomador final;
- CAT = Custos administrativos e tributários;
- TMS = Taxa Média SELIC efetiva acumulada do período de atualização, na forma unitária.

ANEXO II

Linha de Financiamento	Limite Equalizável(R$)	Custos Administrativos e Tributários Agente Operador (a.a)	Fonte de Recursos	Custo Fonte de Recursos	Taxa de Juros ao tomador final (a.a)	Período Concessão do Financiamento
Custeio	18.692.000.000	6,8 %	Poupança Rural	RDP	8,75%	01/07/2015 a 30/06/2016
Custeio PRONAMP	6.062.000.000	6,8 %	Poupança Rural	RDP	7,75%	01/07/2015 a 30/06/2016
Custeio PRONAMP Sudene*	615.000.000	6,8 %	Poupança Rural	RDP	7,00%	01/07/2015 a 30/06/2016
Estocagem (FEPM)	1.696.000.000	6,8 %	Poupança Rural	RDP	8,75%	01/07/2015 a 30/06/2016
Investimento PRONAMP Sudene*	250.000.000	3,5 %	Poupança Rural	RDP	7,00%	01/07/2015 a 30/06/2016
Investimento Programa ABC (Integração, Florestas e Ambiental)	170.000.000	3,0 %	Poupança Rural	RDP	8,00%	01/07/2015 a 30/06/2016
Investimento Programa ABC (Demais finalidades)	1.300.000.000	3,0 %	Poupança Rural	RDP	8,00%	01/07/2015 a 30/06/2016
Investimento Programa ABC Pronamp(Integração, Florestas e Ambiental)	30.000.000	3,0 %	Poupança Rural	RDP	7,50%	01/07/2015 a 30/06/2016
Investimento Programa ABC Pronamp(Demais finalidades)	100.000.000	3,0 %	Poupança Rural	RDP	7,50%	01/07/2015 a 30/06/2016
Investimento PRONAMP	1.690.000.000	3,5 %	Poupança Rural	RDP	7,50%	01/07/2015 a 30/06/2016
INOVAGRO	550.000.000	3,0 %	Poupança Rural	RDP	7,50%	01/07/2015 a 30/06/2016
Investimento PRODECOOP	250.000.000	3,0 %	Poupança Rural	RDP	8,75%	01/07/2015 a 30/06/2016
Investimento MODERINFRA (7,5% a.a.)	10.000.000	3,0 %	Poupança Rural	RDP	7,50%	01/07/2015 a 30/06/2016
Investimento MODERINFRA (8,75% a.a.)	10.000.000	3,0 %	Poupança Rural	RDP	8,75%	01/07/2015 a 30/06/2016
Investimento MODERFROTA (7,50% a.a.)	150.000.000	3,0 %	Poupança Rural	RDP	7,50%	01/07/2015 a 30/06/2016
Investimento MODERFROTA (9,00% a.a.)	60.000.000	3,0 %	Poupança Rural	RDP	9,00%	01/07/2015 a 30/06/2016
Investimento MODERAGRO	100.000.000	3,0 %	Poupança Rural	RDP	8,75%	01/07/2015 a 30/06/2016
PCA	1.400.000.000	3,0 %	Poupança Rural	RDP	7,50%	01/07/2015 a 30/06/2016
Investimento PROCAP-AGRO	50.000.000	3,0 %	Poupança Rural	RDP	7,50%	01/07/2015 a 30/06/2016
PROCAP-AGRO capital de giro (8,75%)	10.000.000	3,0 %	Poupança Rural	RDP	8,75%	01/07/2015 a 30/06/2016
PROCAP-AGRO capital de giro (10,50%)	40.000.000	3,0 %	Poupança Rural	RDP	10,50%	01/07/2015 a 30/06/2016

* - Empreendimento localizado em municípios da área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com decretação de estado de calamidade ou situação de emergência em função de seca ou estiagem reconhecida pelo Ministério da Integração Nacional - MI;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO III

Sequencial*	Data da atualização	Período de Referência	Número de Contratos	MSD	Equalização Devida Nominal	EQL1	Equalização Devida Atualizada

*Sequencial: código identificador do saldo equalizável

ANEXO IV

Linha de Financiamento	Limite Equalizável	Valor Contratado até o último dia do mês anterior

ANEXO V

Sequencial	Ação Orçamentária	Período de Referência	MSD	Previsão de equalização

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 235, de 9/12/2015, Seção 1, págs. 50 e 51, com incorreção no original.

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 390, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, no uso da competência que lhe foi delegada no artigo 2º da Portaria GMF nº 416, de 29 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2015, e considerando o disposto na Portaria SOF nº 92, de 23 de novembro de 2015, que alterou o limite desta Pasta para empenho de despesas com a contratação de bens e serviços e com a concessão de diárias e passagens, no corrente exercício, constante do Anexo I da Portaria MP nº 172, de 27 de maio de 2015, resolve:

Art. 1º Ficam alterados os tetos fixados ao órgão 25000 - Ministério da Fazenda para empenho de despesas com a contratação de bens e serviços e com a concessão de diárias e passagens, no exercício de 2015, constantes da Portaria GMF nº 416, de 29 de junho de 2015, que passam a vigorar na forma do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARCÍSIO JOSÉ MASSOTE DE GODOY

ANEXO I

I - Órgão por Unidade Orçamentária:

A) Órgão 25000 - Ministério da Fazenda:

Unidade Orçamentária	Valor (Em R$)
25101 - Ministério da Fazenda	126.764.346
25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil	487.044.976
25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	154.084.121
25201 - Banco Central do Brasil	88.369.764
25203 - Comissão de Valores Mobiliários	14.291.550
25208 - Superintendência de Seguros Privados	7.351.107
25913 - Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento FUNTREDE	8.118.136
Total	886.024.000

II - Órgãos Ministério da Fazenda por Itens de Gasto:

A) Órgão 25000 - Ministério da Fazenda:

Itens e natureza de despesas	Valor (Em R$)
I - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	301.206.582
II - Locação de Imóveis	158.751.961
III - Locação de Máquinas e Equipamentos	12.620.614
IV - Locação de Veículos	4.792.506
V - Locações de Mão-de-Obra e Terceirização	8.439.897
VI - Serviços de Consultoria	3.408.019
VII - Serviços de Cópias e Reproduções de Documentos	10.420.404
VIII - Serviços de Limpeza e Conservação	106.429.847
IX - Serviços de Telecomunicações	31.832.441
X - Vigilância Ostensiva	195.127.047
XI - Diárias e Passagens	52.994.682
Total	886.024.000

III - Órgão 25000 - Ministério da Fazenda por Itens de Gasto:

A) UO 25101 - MF - Ministério da Fazenda:

Itens e natureza de despesas	Valor (Em R$)
I - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	51.700.333
II - Locação de Imóveis	5.255.907
III - Locação de Máquinas e Equipamentos	1.538.088
IV - Locação de Veículos	106.679
V - Locações de Mão-de-Obra e Terceirização	319.761
VI - Serviços de Consultoria	1.226.235
VII - Serviços de Cópias e Reproduções de Documentos	802.022
VIII - Serviços de Limpeza e Conservação	22.397.748
IX - Serviços de Telecomunicações	3.869.799
X - Vigilância Ostensiva	34.966.267
XI - Diárias e Passagens	4.581.507
Total	126.764.346

B) UO 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB):

Itens e natureza de despesas	Valor (Em R$)
I - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	149.935.624
II - Locação de Imóveis	91.867.327
III - Locação de Máquinas e Equipamentos	9.905.263
IV - Locação de Veículos	631.882
V - Locações de Mão-de-Obra e Terceirização	4.539.118
VI - Serviços de Consultoria	718.409
VII - Serviços de Cópias e Reproduções de Documentos	2.741.874
VIII - Serviços de Limpeza e Conservação	58.534.324
IX - Serviços de Telecomunicações	12.249.893
X - Vigilância Ostensiva	118.680.539
XI - Diárias e Passagens	37.240.723
Total	487.044.976

C) UO 25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN):

Itens e natureza de despesas	Valor (Em R$)
I - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	47.918.991
II - Locação de Imóveis	57.994.482
III - Locação de Máquinas e Equipamentos	1.011.765
IV - Locação de Veículos	61.462
V - Locações de Mão-de-Obra e Terceirização	2.987.989
VI - Serviços de Consultoria	0
VII - Serviços de Cópias e Reproduções de Documentos	3.874.946
VIII - Serviços de Limpeza e Conservação	10.334.213
IX - Serviços de Telecomunicações	1.877.578
X - Vigilância Ostensiva	26.429.692
XI - Diárias e Passagens	1.593.003
Total	154.084.121

D) UO 25201 - Banco Central do Brasil (BACEN):

Itens e natureza de despesas	Valor (Em R$)
I - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	35.134.658
II - Locação de Imóveis	1.400.000
III - Locação de Máquinas e Equipamentos	572
IV - Locação de Veículos	3.210.000
V - Locações de Mão-de-Obra e Terceirização	0
VI - Serviços de Consultoria	589.815
VII - Serviços de Cópias e Reproduções de Documentos	2.312.200
VIII - Serviços de Limpeza e Conservação	13.800.000
IX - Serviços de Telecomunicações	13.190.364
X - Vigilância Ostensiva	12.705.310
XI - Diárias e Passagens	6.026.845
Total	88.369.764

E) UO 25203 - Comissão de Valores Mobiliários (CVM):

Itens e natureza de despesas	Valor (Em R$)
I - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	7.591.550
II - Locação de Imóveis	1.950.000
III - Locação de Máquinas e Equipamentos	25.000
IV - Locação de Veículos	305.000
V - Locações de Mão-de-Obra e Terceirização	265.000
VI - Serviços de Consultoria	755.000
VII - Serviços de Cópias e Reproduções de Documentos	90.000
VIII - Serviços de Limpeza e Conservação	610.000
IX - Serviços de Telecomunicações	300.000
X - Vigilância Ostensiva	450.000
XI - Diárias e Passagens	1.950.000
Total	14.291.550

F) UO 25208 - Superintendência de Seguros Privados (SUSEP):

Itens e natureza de despesas	Valor (Em R$)
I - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	4.525.426
II - Locação de Imóveis	84.245
III - Locação de Máquinas e Equipamentos	5.469
IV - Locação de Veículos	465.176
V - Locações de Mão-de-Obra e Terceirização	308.029
VI - Serviços de Consultoria	118.560
VII - Serviços de Cópias e Reproduções de Documentos	160.284
VIII - Serviços de Limpeza e Conservação	221.268
IX - Serviços de Telecomunicações	264.807
X - Vigilância Ostensiva	195.239
XI - Diárias e Passagens	1.002.604
Total	7.351.107

G) UO 25913 - Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento (FUNTREDE):

Itens e natureza de despesas	Valor (Em R$)
I - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	4.400.000
II - Locação de Imóveis	200.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III - Locação de Máquinas e Equipamentos	134.457
IV - Locação de Veículos	12.307
V - Locações de Mão-de-Obra e Terceirização	20.000
VI - Serviços de Consultoria	0
VII - Serviços de Cópias e Reproduções de Documentos	439.078
VIII - Serviços de Limpeza e Conservação	532.294
IX - Serviços de Telecomunicações	80.000
X - Vigilância Ostensiva	1.700.000
XI - Diárias e Passagens	600.000
Total	8.118.136

IV - Órgão 25101 - Ministério da Fazenda por Itens de Gasto:

A) UO 25101 - MF - Gabinete do Ministro:

Itens e natureza de despesas	Valor (Em R$)
I - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	4.133.665
II - Locação de Imóveis	17.499
III - Locação de Máquinas e Equipamentos	9.358
IV - Locação de Veículos	0
V - Locações de Mão-de-Obra e Terceirização	0
VI - Serviços de Consultoria	0
VII - Serviços de Cópias e Reproduções de Documentos	0
VIII - Serviços de Limpeza e Conservação	0
IX - Serviços de Telecomunicações	95.457
X - Vigilância Ostensiva	28.311
XI - Diárias e Passagens	1.527.350
Total	5.811.640

B) UO 25101 - MF - Secretaria-Executiva:

Itens e natureza de despesas	Valor (Em R$)
I - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	3.618.131
II - Locação de Imóveis	0
III - Locação de Máquinas e Equipamentos	0
IV - Locação de Veículos	0
V - Locações de Mão-de-Obra e Terceirização	0
VI - Serviços de Consultoria	100.459
VII - Serviços de Cópias e Reproduções de Documentos	300
VIII - Serviços de Limpeza e Conservação	0
IX - Serviços de Telecomunicações	20.000
X - Vigilância Ostensiva	0
XI - Diárias e Passagens	320.000
Total	4.058.890

C) UO 25101 - MF - Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ):

Itens e natureza de despesas	Valor (Em R$)
I - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	441.414
II - Locação de Imóveis	0
III - Locação de Máquinas e Equipamentos	0
IV - Locação de Veículos	0
V - Locações de Mão-de-Obra e Terceirização	0
VI - Serviços de Consultoria	0
VII - Serviços de Cópias e Reproduções de Documentos	0
VIII - Serviços de Limpeza e Conservação	0
IX - Serviços de Telecomunicações	0
X - Vigilância Ostensiva	0
XI - Diárias e Passagens	45.000
Total	486.414

D) UO 25101 - MF - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN):

Itens e natureza de despesas	Valor (Em R$)
I - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	272.167
II - Locação de Imóveis	129.774
III - Locação de Máquinas e Equipamentos	2.694
IV - Locação de Veículos	0
V - Locações de Mão-de-Obra e Terceirização	0
VI - Serviços de Consultoria	0
VII - Serviços de Cópias e Reproduções de Documentos	0
VIII - Serviços de Limpeza e Conservação	13.200
IX - Serviços de Telecomunicações	1.799
X - Vigilância Ostensiva	25.274
XI - Diárias e Passagens	0
Total	444.908

E) UO 25101 - MF - Ouvidoria:

Itens e natureza de despesas	Valor (Em R$)
I - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	1.412.973
II - Locação de Imóveis	0
III - Locação de Máquinas e Equipamentos	0
IV - Locação de Veículos	0
V - Locações de Mão-de-Obra e Terceirização	0
VI - Serviços de Consultoria	0
VII - Serviços de Cópias e Reproduções de Documentos	0
VIII - Serviços de Limpeza e Conservação	0
IX - Serviços de Telecomunicações	62.558
X - Vigilância Ostensiva	0
XI - Diárias e Passagens	24.000
Total	1.499.531

F) UO 25101 - MF - Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE):

Itens e natureza de despesas	Valor (Em R$)
I - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	1.004.584
II - Locação de Imóveis	0
III - Locação de Máquinas e Equipamentos	0
IV - Locação de Veículos	0
V - Locações de Mão-de-Obra e Terceirização	0
VI - Serviços de Consultoria	0
VII - Serviços de Cópias e Reproduções de Documentos	0
VIII - Serviços de Limpeza e Conservação	0
IX - Serviços de Telecomunicações	22.000
X - Vigilância Ostensiva	0
XI - Diárias e Passagens	526.500
Total	1.553.084

G) UO 25101 - MF - Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN):

Itens e natureza de despesas	Valor (Em R$)
I - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	1.120.291
II - Locação de Imóveis	0
III - Locação de Máquinas e Equipamentos	0
IV - Locação de Veículos	0
V - Locações de Mão-de-Obra e Terceirização	0
VI - Serviços de Consultoria	0
VII - Serviços de Cópias e Reproduções de Documentos	0
VIII - Serviços de Limpeza e Conservação	0
IX - Serviços de Telecomunicações	35.800
X - Vigilância Ostensiva	0
XI - Diárias e Passagens	970.000
Total	2.126.091

H) UO 25101 - MF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF):

Itens e natureza de despesas	Valor (Em R$)
I - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	425.000
II - Locação de Imóveis	1.467.000
III - Locação de Máquinas e Equipamentos	37.000
IV - Locação de Veículos	0
V - Locações de Mão-de-Obra e Terceirização	0
VI - Serviços de Consultoria	0
VII - Serviços de Cópias e Reproduções de Documentos	0
VIII - Serviços de Limpeza e Conservação	159.000
IX - Serviços de Telecomunicações	31.000
X - Vigilância Ostensiva	693.000
XI - Diárias e Passagens	173.000
Total	2.985.000

I) UO 25101 - MF - Secretaria de Política Econômica (SPE):

Itens e natureza de despesas	Valor (Em R$)
I - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	1.400.780
II - Locação de Imóveis	0
III - Locação de Máquinas e Equipamentos	0
IV - Locação de Veículos	0
V - Locações de Mão-de-Obra e Terceirização	0
VI - Serviços de Consultoria	0
VII - Serviços de Cópias e Reproduções de Documentos	0
VIII - Serviços de Limpeza e Conservação	0
IX - Serviços de Telecomunicações	20.000
X - Vigilância Ostensiva	0
XI - Diárias e Passagens	80.000
Total	1.500.780

J) UO 25101 - MF - Unidade de Coordenação de Programas (UCP):

Itens e natureza de despesas	Valor (Em R$)
I - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	23.000
II - Locação de Imóveis	0
III - Locação de Máquinas e Equipamentos	0
IV - Locação de Veículos	0
V - Locações de Mão-de-Obra e Terceirização	0
VI - Serviços de Consultoria	0
VII - Serviços de Cópias e Reproduções de Documentos	0
VIII - Serviços de Limpeza e Conservação	0
IX - Serviços de Telecomunicações	0
X - Vigilância Ostensiva	0
XI - Diárias e Passagens	43.850
Total	66.850

K) UO 25101 - MF - PMIMF:

Itens e natureza de despesas	Valor (Em R$)
I - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	0
II - Locação de Imóveis	0
III - Locação de Máquinas e Equipamentos	0
IV - Locação de Veículos	0
V - Locações de Mão-de-Obra e Terceirização	0
VI - Serviços de Consultoria	574.000
VII - Serviços de Cópias e Reproduções de Documentos	0
VIII - Serviços de Limpeza e Conservação	0
IX - Serviços de Telecomunicações	0
X - Vigilância Ostensiva	0
XI - Diárias e Passagens	0
Total	574.000

L) UO 25101 - MF - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA):

Itens e natureza de despesas	Valor (Em R$)
I - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	28.518.031
II - Locação de Imóveis	3.641.634
III - Locação de Máquinas e Equipamentos	1.489.036
IV - Locação de Veículos	106.679
V - Locações de Mão-de-Obra e Terceirização	319.761
VI - Serviços de Consultoria	210.000
VII - Serviços de Cópias e Reproduções de Documentos	801.722
VIII - Serviços de Limpeza e Conservação	22.225.548
IX - Serviços de Telecomunicações	3.512.868
X - Vigilância Ostensiva	34.219.682
XI - Diárias e Passagens	431.807
Total	95.476.768

M) UO 25101 - MF - Secretaria do Tesouro Nacional - CODIN/STN:

Itens e natureza de despesas	Valor (Em R$)
I - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	4.114.297
II - Locação de Imóveis	0
III - Locação de Máquinas e Equipamentos	0
IV - Locação de Veículos	0
V - Locações de Mão-de-Obra e Terceirização	0
VI - Serviços de Consultoria	341.776
VII - Serviços de Cópias e Reproduções de Documentos	0
VIII - Serviços de Limpeza e Conservação	0
IX - Serviços de Telecomunicações	68.317
X - Vigilância Ostensiva	0
XI - Diárias e Passagens	440.000
Total	4.964.390

N) UO 25101 - MF - Secretaria do Tesouro Nacional - CODIV/STN :

Itens e natureza de despesas	Valor (Em R$)
I - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	5.216.000
II - Locação de Imóveis	0
III - Locação de Máquinas e Equipamentos	0
IV - Locação de Veículos	0
V - Locações de Mão-de-Obra e Terceirização	0
VI - Serviços de Consultoria	0
VII - Serviços de Cópias e Reproduções de Documentos	0
VIII - Serviços de Limpeza e Conservação	0
IX - Serviços de Telecomunicações	0
X - Vigilância Ostensiva	0
XI - Diárias e Passagens	0
Total	5.216.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PORTARIA CONJUNTA Nº 4, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Constitui Grupo de Trabalho para a avaliação, desenvolvimento e gestão de instrumentos e estratégias voltadas para a recuperação de créditos públicos federais por meio da adjudicação e arrematação de imóveis rurais - G-Adjudicação.

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, o PROCURADOR-GERAL FEDERAL e a PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o inciso I do art. 10 do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, e o inciso XIII do art. 82 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria do Ministro de Estado da Fazenda nº 36, de 24 de janeiro de 2014; o art. 11 § 2º, incisos I e VII, da Lei nº 10.480, de 02 julho de 2002; e o art. 21, VI, da Estrutura Regimental do Incra, aprovada pelo Decreto n. 6.812, de 3 de abril de 2009, combinado com o art. 122, VII, do Regimento Interno do Incra, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 20, de 8 de abril de 2009, resolvem:

Art. 1º Constituir Grupo de Trabalho para a avaliação, desenvolvimento e gestão de instrumentos e estratégias voltadas para a otimização da recuperação de créditos públicos federais, bem como das despesas com a obtenção de imóveis rurais, por meio da adjudicação e arrematação de imóveis rurais em processos judiciais - G-Adjudicação.

Parágrafo único. O G-Adjudicação funcionará por 18 meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 2º Integram o G-Adjudicação:

I - o Comitê Central de Gestão Estratégica, composto por:

a) um coordenador e dois suplentes indicados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

b) um coordenador e dois suplentes indicados pela Procuradoria-Geral Federal (PGF); e

c) um coordenador e dois suplentes indicados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

II - a Equipe de Execução, composta paritariamente por Procurador da Fazenda Nacional, Procurador Federal e Perito Federal Agrário, em cada Estado.

§ 1º Os Coordenadores do Comitê Central de Gestão Estratégica, bem como seus suplentes, serão indicados pelos correspondentes subscritores desta Portaria Conjunta, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 2º Os Coordenadores do Comitê Central de Gestão Estratégica indicarão os demais componentes do próprio Comitê, bem como os componentes da Equipe de Execução, discriminando os estados que serão abrangidos.

Art. 3º Os órgãos e unidades do Incra, da PGF e da PGFN deverão prestar apoio e informações ao G-Adjudicação, incluindo o acesso aos sistemas institucionais que forem necessários para o desempenho dos trabalhos.

Art. 4º Os resultados da atuação do G-Adjudicação deverão ser informados em relatórios semestrais ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ao Ministério da Fazenda (MF), ao Incra, à PGFN e à PGF.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO RISCADO JÚNIOR
Procurador-Geral da Fazenda Nacional

RENATO RODRIGUES VIEIRA
Procurador-Geral Federal

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN
Presidente do Incra

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 745, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Alerta de Oferta de Fundos de Investimento Inexistentes

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 08 de dezembro de 2015, com fundamento no art. 9º, § 1º, inciso III, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e considerando que:

a. a CVM constatou que a ANDRE CRISTIANO DI DONATO - EPP (CNPJ: 14.122.366/0001-48), que também utiliza a denominação "HORIZON CONSULTORIA EM MARKETING E VENDAS", e o Sr. ANDRÉ CRISTIANO DI DONATO (CPF: 024.611.597-18) vêm oferecendo publicamente no Brasil oportunidades de investimento que induzem os investidores a acreditarem que se tratam de aplicações em fundos de investimento, na verdade, inexistentes, deliberou:

I - alertar os participantes do mercado de valores mobiliários e o público em geral sobre o fato de que a ANDRE CRISTIANO DI DONATO - EPP, estabelecida na cidade de Santana de Parnaíba/SP, e o Sr. ANDRÉ CRISTIANO DI DONATO, por não preencherem os requisitos previstos na regulamentação da CVM, não podem ofertar publicamente qualquer tipo de investimento em valores mobiliários; e

II - que esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO P. GOMES PEREIRA

DELIBERAÇÃO Nº 746, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Atuação irregular no mercado de valores mobiliários por parte de pessoas não autorizadas pela CVM, nos termos dos arts. 15, 19, § 4º, e 23 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e arts. 7º e 17 da Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014, e art. 3º da Instrução CVM nº 306, de 5 de maio de 1999

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 08 de dezembro de 2015, com fundamento no art. 9º, § 1º, incisos III e IV, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e considerando que:

a. a CVM apurou a existência de indícios de que o Sr. ALEXANDER JAMES BALL, CPF nº 231.160.298-57, por meio do sítio da VILA NOVA ADVISORY MANAGEMENT LTDA, CNPJ 07.481.437/0001-33, com endereço na Internet em http://www.vnam.com/ vem oferecendo publicamente no Brasil serviços de administração de carteira e distribuição de valores mobiliários;

b. as atividades de prestação de serviços de distribuição e administração de carteira de valores mobiliários dependem de prévia autorização da CVM; e

c. o exercício das atividades de distribuição e administração de carteira de valores mobiliários sem a observância dos requisitos legais ou regulamentares autorizam a CVM a determinar a suspensão de tais procedimentos, na forma do art. 20 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis, e caracterizam, ainda e em tese, os crimes previstos no art. 27-E da Lei nº 6.385, de 1976, e no art. 7º, inciso II, da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, deliberou:

I - alertar os participantes do mercado de valores mobiliários e o público em geral sobre o fato de que ALEXANDER JAMES BALL e VILA NOVA ADVISORY MANAGEMENT LTDA não estão autorizados por esta Autarquia a exercer quaisquer atividades no mercado de valores mobiliários; e

II - determinar a ALEXANDER JAMES BALL e à VILA NOVA ADVISORY MANAGEMENT LTDA a imediata suspensão da veiculação no Brasil de qualquer oferta de serviços de distribuição e administração de carteiras de valores mobiliários alertando que a não observância da presente determinação os sujeitará à imposição de multa cominatória diária, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), sem prejuízo da responsabilidade pelas infrações já cometidas antes da publicação desta Deliberação, com a imposição da penalidade cabível, nos termos do art. 11 da Lei nº 6.385, de 1976, após o regular processo administrativo sancionador; e

III - que esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO P. GOMES PEREIRA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 10 de dezembro de 2015

Habilitação para exercer a atividade de distribuição e revenda de ECF.

Nº 233 - O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto na cláusula décima sétima do Convênio ICMS 09/09, de 03 de abril de 2009, torna público que está habilitado a exercer a atividade de distribuição e revenda de equipamentos Emissores de Cupom Fiscal (ECF) o seguinte estabelecimento:

DENOMINAÇÃO	CNPJ	ENDEREÇO
MHI AUTOMAÇÃO EIRELI ME	23.440.557/0001-49	SCLRN 708 BLOCO E LOJA 03 ASA NORTE - BRASILIA DF- CEP: 70740555
C. M. FERREIRA SISTEMAS - ME	12.480.589/0001-51	RUA AMERICANO DO BRASIL, Nº 139 - QD. 71 - LT. 13 - SALA 02 CENTRO CIDADE: PALMEIRAS DE GOIAS - GO CEP: 76.190-000

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

Nº 234 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Compufour Software Ltda	00.445.335/0001-13	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: POL216 2015 , nome: Clipp Store , versão: 2016 , código MD-5: 2D6D1D58169B5A0EC65F6C073FC8AE4F *FISCAL
Compufour Software Ltda	00.445.335/0001-13	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: POL2172015, nome: Clipp Cheff , versão: 2016 , código MD-5: 8A54C9E2901BFACB467CAE83392B7358 *FISCAL
Compufour Software Ltda	00.445.335/0001-13	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: POL2182015, nome: Clipp Service , versão: 2016 , código MD-5: 735819503392E78DCE91E993DAA69A4E *FISCAL
Panico e Massarico Sistemas Ltda	17.580.237/0001-91	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: POL22 82015, nome: Pegasus LP - Gerenciamento Comercial , versão: 2 .0 , código MD-5: 63B13EC5F2ECEA953CE3ADA95FE5F785 *PEGASUS

2. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PRS

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Wiebbelling KW I n formtica Ltda	03.995.946/0001-23	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: PRS0242015, nome: P oSKW , versão: 5.00.01 , código MD-5: 3a5100ce6e2cfc 3f777ed43e4f2a66f5 *pdv

3. Universidade Federal de Goiás - UFG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
SISGRI SISTEMAS DE GESTÃO LTDA.	02.435.301/0001-73	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: UFG0032015R02, nome: SISGRI AGRIBUSINESS - PONTO DE VENDAS , versão: 3.5.17.2 , código MD-5: 69878722b61836d8feeef9cff95c358b *SAgrVecf

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

Nº 235 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
W. E. Logus Informática Ltda - ME	02.421.499/0001-36	Laudo de Análise Fun cional de PAF-ECF número: POL226 2015, nome: EFICAZ PAF-ECF , versão: 2.0 , código MD-5: A700DF82CA39802D44C5487B85660748 *EFICAZPAF
Empreendimentos Pague Menos S/A	06.626.253/0001-51	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL2282015, nome Cosmo ECF , versão: 14.0.0 , código MD-5: B61AD4FF1E83F4DCD2EF1615286AC7E6 *ECFFL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2. Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - INA

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
TECNOWEB INFORMÁTICA LTDA - ME	14.237.989/0001-66	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: INA0162015, nome: Sammi , versão: 2.00 , código MD-5: 08A091D5CA6D6294F5C6F0E793ECEC2C

3. Instituto Filadélfia de Londrina - IFL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
MÓVEIS ROMERA LTDA	75.587.915/0193-25	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: IFL0332015, nome: PAF ROMERA , versão: 5.0 , código MD-5: Da08363fff24005cce7473c314a8cc55

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Secretário-Executivo nº 231/15, de 9 de dezembro de 2015, publicado no DOU de 10 de dezembro de 2015, Seção 1, página 17, onde se lê: "Nº 231 - O Secretário ...", leia-se: "Nº 232 - O Secretário ...".

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.598, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre o Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 578, 579 e 595 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, no art. 22 do Anexo da Diretriz do Mercosul/CCM nº 32, de 2008, internalizada pelo Decreto nº 6.870, de 4 de junho de 2009, e em observância aos princípios da Estrutura Normativa SAFE da Organização Mundial de Aduanas (OMA), resolve:

Art. 1º O Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (Programa OEA) será disciplinado de acordo com as disposições desta Instrução Normativa.

§ 1º Entende-se por Operador Econômico Autorizado (OEA) o interveniente em operação de comércio exterior envolvido na movimentação internacional de mercadorias a qualquer título que, mediante o cumprimento voluntário dos critérios de segurança aplicados à cadeia logística ou das obrigações tributárias e aduaneiras, conforme a modalidade de certificação, demonstre atendimento aos níveis de conformidade e confiabilidade exigidos pelo Programa OEA e seja certificado nos termos desta Instrução Normativa.

§ 2º O Programa OEA tem caráter voluntário e a não adesão por parte dos intervenientes não implica impedimento ou limitação na atuação do interveniente em operações regulares de comércio exterior.

§ 3º Os benefícios concedidos pelo Programa OEA restringem-se aos operadores certificados nos termos desta Instrução Normativa.

CAPÍTULO I

DOS ASPECTOS GERAIS

Seção I

Dos Princípios e dos Objetivos

Art. 2º O Programa OEA será regido pelos seguintes princípios:

I - facilitação;
II - agilidade;
III - simplificação;
IV - transparência;
V - confiança;
VI - voluntariedade;
VII - parceria público-privada;
VIII - gestão de riscos;
IX - padrões internacionais de segurança;
X - conformidade aos procedimentos e à legislação; e
XI - ênfase na comunicação por meio digital.

Art. 3º São objetivos do Programa OEA:

I - proporcionar maior agilidade e previsibilidade no fluxo do comércio internacional;

II - buscar a adesão crescente de operadores econômicos, inclusive pequenas e médias empresas;

III - incrementar a gestão do risco das operações aduaneiras;

IV - firmar Acordos de Reconhecimento Mútuo (ARM) que atendam aos interesses do Brasil;

V - implementar processos de trabalho que visem à modernização da Aduana;

VI - intensificar a harmonização dos processos de trabalho com outros órgãos regulatórios do comércio exterior;

VII - elevar o nível de confiança no relacionamento entre os operadores econômicos, a sociedade e a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);

VIII - priorizar as ações da Aduana com foco nos operadores de comércio exterior de alto risco ou de risco desconhecido; e

IX - considerar a implementação de outros padrões que contribuam com a segurança da cadeia logística.

Seção II

Dos Intervenientes

Art. 4º Poderão ser certificados os seguintes intervenientes da cadeia logística:

I - o importador;
II - o exportador;
III - o transportador;
IV - o agente de carga;
V - o depositário de mercadoria sob controle aduaneiro;
VI - o operador portuário ou aeroportuário; e
VII - o despachante aduaneiro.

§ 1º A certificação será concedida para:

I - o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do estabelecimento matriz, extensivo a todos os estabelecimentos do requerente, nas hipóteses de que tratam os incisos I a IV do caput;

II - o CNPJ do estabelecimento, na hipótese de que tratam os incisos V e VI do caput; ou

III - o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), na hipótese de que trata o inciso VII do caput.

§ 2º Os intervenientes de que tratam os incisos I e II do caput somente poderão ser certificados se atuarem exclusivamente por conta própria.

§ 3º A Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana) poderá estender a certificação OEA a outros intervenientes da cadeia logística no fluxo do comércio exterior.

Seção III

Das Modalidades de Certificação

Art. 5º O Programa OEA possibilitará a certificação do operador nas seguintes modalidades:

I - OEA-Segurança (OEA-S), com base em critérios de segurança aplicados à cadeia logística no fluxo das operações de comércio exterior;

II - OEA-Conformidade (OEA-C), com base em critérios de cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras, e que apresenta níveis diferenciados quanto aos critérios exigidos e aos benefícios concedidos:

a) OEA-C Nível 1; e
b) OEA-C Nível 2; e

III - OEA-Pleno (OEA-P), com base nos critérios referidos nos incisos I e II.

§ 1º A certificação será concedida por modalidade e por função do interveniente na cadeia logística.

§ 2º A certificação em OEA-C Nível 1 não será pré-requisito para a certificação em OEA-C Nível 2 ou em OEA-P.

Art. 6º São critérios de segurança aplicados à cadeia logística, de que trata o inciso I do caput do art. 5º, a serem cumpridos para fins de certificação como OEA-S e OEA-P:

I - controle de unidades de carga;
II - controle de acesso físico;
III - procedimentos de segurança;
IV - treinamento em segurança e conscientização de ameaças; e
V - segurança física das instalações.

Art. 7º São critérios de conformidade em relação às obrigações tributárias e aduaneiras, de que trata o inciso II do caput do art. 5º, a serem cumpridos para fins de certificação como OEA-C Nível 1, OEA-C Nível 2 e OEA-P:

I - sistema de contabilidade e registro fiscal;
II - política de verificação documental e controle de estoque;
III - descrição completa das mercadorias;
IV - capacitação e desenvolvimento;
V - classificação fiscal;
VI - operações indiretas;
VII - operações cambiais;
VIII - apuração da base de cálculo dos tributos e do preço das exportações;
IX - cumprimento das normas relativas a regimes especiais e aplicados em áreas especiais, suspensões, isenções e demais benefícios fiscais no âmbito aduaneiro;
X - regra de origem; e
XI - rastreabilidade das mercadorias.

Parágrafo único. Para a modalidade de certificação OEA-C Nível 1 não será exigida a entrega do Relatório Complementar de Validação de que trata o art. 14, inciso I, alínea "c".

Seção IV

Dos Benefícios

Art. 8º Aos operadores certificados no Programa OEA, serão concedidos benefícios que se relacionem com a facilitação dos procedimentos aduaneiros, no País ou no exterior.

§ 1º Os benefícios poderão ser de caráter geral ou concedidos de acordo com a modalidade de certificação, a função do operador na cadeia logística ou o grau de conformidade.

§ 2º O OEA poderá usufruir dos benefícios concedidos para sua modalidade de certificação em qualquer unidade aduaneira.

§ 3º A Coana poderá conceder outros benefícios, além dos estabelecidos nesta Instrução Normativa.

Art. 9º São benefícios de caráter geral, extensivos a todas as modalidades de certificação:

I - o Centro OEA divulgará o nome do operador no sítio da RFB, após a publicação do respectivo Ato Declaratório Executivo (ADE), caso o OEA assim o solicite no Requerimento de Certificação, constante do Anexo I desta Instrução Normativa;

II - fica permitida a utilização da logomarca do Programa Brasileiro de OEA, conforme especificado na Portaria RFB nº 768, de 5 de junho de 2015;

III - o Coordenador Nacional do Centro OEA designará um servidor como ponto de contato para a comunicação entre a RFB e o OEA, para esclarecimento de dúvidas relacionadas ao Programa Brasileiro de OEA e a procedimentos aduaneiros;

IV - o Centro OEA dará prioridade na análise do pedido de certificação de operador que já tenha sido certificado em outra modalidade ou nível do Programa Brasileiro de OEA;

V - será facultado ao OEA usufruir dos benefícios e vantagens dos Acordos de Reconhecimento Mútuo que a RFB venha a assinar com as Aduanas de outros países;

VI - o OEA poderá participar da formulação de propostas para alteração da legislação e dos procedimentos aduaneiros que visem ao aperfeiçoamento do Programa Brasileiro de OEA, por meio do Fórum Consultivo, de que trata o art. 26;

VII - as unidades de despacho aduaneiro da RFB dispensarão o OEA de exigências formalizadas na habilitação a regimes aduaneiros especiais ou aplicados em áreas especiais que já tenham sido cumpridas no procedimento de certificação no Programa Brasileiro de OEA; e

VIII - os OEA poderão participar de seminários e treinamentos organizados conjuntamente com o Centro OEA.

Art. 10. São benefícios específicos para o operador certificado na modalidade OEA-S e OEA-P:

I - a seleção para canais de conferência dos despachos de exportação do exportador OEA terá seu percentual reduzido em relação aos demais;

II - a parametrização das declarações aduaneiras do exportador OEA será executada de forma imediata após o envio para despacho da Declaração de Exportação (DE);

III - a DE do exportador OEA selecionada para conferência será processada pelas unidades da RFB de forma prioritária, nos termos de ato específico emitido pela Coana; e

IV - será dispensada a apresentação de garantia no trânsito aduaneiro cujo beneficiário seja transportador OEA.

Art. 11. São benefícios específicos para o operador certificado na modalidade OEA-C Nível 1, OEA-C Nível 2 e OEA-P:

I - a consulta sobre classificação fiscal de mercadorias, formulada nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.464, de 8 de maio de 2014, desde que atendidos os quesitos de que tratam os arts. 5º e 6º da referida Instrução Normativa, terá solução proferida em até 40 (quarenta) dias, a contar da protocolização da consulta ou de seu saneamento, quando necessário; e

II - será dispensada a apresentação de garantia para o importador OEA na concessão do regime de admissão temporária para utilização econômica.

Art. 12. São benefícios específicos para o operador certificado na modalidade OEA-C Nível 2 E OEA-P:

I - a seleção para canais de conferência dos despachos de importação do importador OEA terá seu percentual reduzido em relação aos demais;

II - a parametrização das declarações aduaneiras do importador OEA será executada de forma imediata após o registro da Declaração de Importação (DI);

III - a DI do importador OEA selecionada para conferência será processada pelas unidades da RFB de forma prioritária, nos termos de ato específico emitido pela Coana;

IV - no modal marítimo, será permitido ao importador OEA registrar a DI antes da chegada da carga ao território aduaneiro, com aplicação de seleção parametrizada imediata; e

V - a DI registrada por importador OEA para o regime aduaneiro de admissão temporária poderá ser selecionada para o canal verde de conferência aduaneira, dispensados o exame documental e a verificação da mercadoria.

CAPÍTULO II

DA CERTIFICAÇÃO

Seção I

Das Condições para Certificação

Art. 13. Para certificação no Programa OEA, deverá ser observado o atendimento de:

I - requisitos de admissibilidade, que tornam o operador apto a participar do processo de certificação no Programa OEA;

II - critérios de elegibilidade, que indicam a confiabilidade do operador; e

III - critérios específicos por modalidade ou por interveniente, constantes dos arts. art. 6º e art. 7º e do Anexo II desta Instrução Normativa.

q§ 1º O atendimento do disposto nos incisos I e II do caput aplica-se a todas as modalidades de certificação previstas no art. 5º.

§ 2º Na hipótese em que o requerente já esteja certificado em alguma modalidade OEA, serão analisados apenas os critérios específicos da nova modalidade requerida e que não tenham sido considerados quando de sua 1ª (primeira) certificação.

§ 3º O requerente deverá designar um funcionário como ponto de contato com a RFB, com acesso a diversos setores da empresa, para tratar da prestação das informações necessárias durante o processo de certificação como OEA, bem como das solicitações apresentadas por ambas as partes após a certificação.

Seção II

Dos Requisitos de Admissibilidade

Art. 14. São requisitos de admissibilidade:

I - formalização do pedido de certificação, mediante formação de dossiê digital de atendimento (DDA), na forma prevista no art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.412, de 22 de novembro de 2013, instruído com:

a) Requerimento de Certificação como OEA, constante do Anexo I desta Instrução Normativa;

b) Questionário de Autoavaliação (QAA), constante do Anexo II desta Instrução Normativa; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

c) Relatório Complementar de Validação, constante do Anexo III desta Instrução Normativa, apenas para as modalidades de certificação OEA-C Nível 2 e OEA-P;

II - adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE);

III - adesão à Escrituração Contábil Digital (ECD), instituída pela Instrução Normativa RFB nº 1.420, de 19 de dezembro de 2013;

IV - comprovação de regularidade fiscal, por meio da Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;

V - inscrição no CNPJ e recolhimento de tributos federais há mais de 24 (vinte e quatro) meses;

VI - atuação como interveniente em atividade passível de certificação como OEA por, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses;

VII - autorização para o requerente operar em sua área de atuação, nos termos estabelecidos pelo órgão de controle específico, quando for o caso;

VIII - experiência mínima de 3 (três) anos e aprovação em exame de qualificação técnica instituído por meio da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, para o despachante aduaneiro; e

IX - inexistência de indeferimento de pedido de certificação ao Programa OEA nos últimos 6 (seis) meses.

§ 1º Somente será apreciada a admissibilidade do pedido de certificação instruído com os documentos de que trata o inciso I do caput completamente preenchidos, bem como juntado o documento referente à autorização de que trata o inciso VII, quando for o caso.

§ 2º O disposto nos incisos V e VI do caput não se aplica nas hipóteses de requerimentos de certificação apresentados por:

I - filial, no território brasileiro, de matriz internacional que já seja certificada por algum outro país em programa de operador econômico autorizado equivalente ao contido nesta Instrução Normativa e alinhado com as diretrizes preconizadas pela Organização Mundial de Aduanas (OMA);

II - empresas cujo quadro societário seja composto, majoritariamente, por pessoas jurídicas certificadas como OEA;

III - importadores ou exportadores que tenham realizado no mínimo 100 (cem) operações de comércio exterior por mês de existência; ou

IV - pessoa jurídica sucessora de uma empresa certificada como OEA, resultante de processo de fusão, cisão ou incorporação, desde que permaneça sob o controle administrativo do mesmo grupo controlador da empresa sucedida.

§ 3º O prazo a que se refere o inciso IX do caput não se aplica nos casos em que o requerente tiver, no curso da análise de pedido anterior, justificado a impossibilidade de atendimento dos requisitos ou critérios exigidos pela RFB.

§ 4º As informações prestadas no pedido de certificação vinculam o requerente e os signatários dos documentos apresentados, produzindo os efeitos legais pertinentes, no caso de comprovação de omissão ou de apresentação de informação inverídica.

§ 5º Constatado o atendimento dos requisitos definidos neste artigo, será efetuada a análise dos critérios de elegibilidade e dos critérios específicos por modalidade, com base nas informações prestadas pelo requerente e nas obtidas por meio de consultas nos sistemas da RFB.

Seção III

Dos Critérios de Elegibilidade

Art. 15. São critérios de elegibilidade:

I - histórico de cumprimento da legislação aduaneira;

II - sistema informatizado de gestão comercial, contábil, financeira e operacional, com registros que permitam procedimentos de auditoria em formato estabelecido pela RFB;

III - solvência financeira adequada para manter e aperfeiçoar as medidas que garantam a segurança de sua atividade na cadeia logística e o cumprimento da legislação tributária e aduaneira;

IV - política para seleção de parceiros comerciais; e

V - política de recursos humanos.

Parágrafo único. Para fins de análise do atendimento ao disposto no inciso I do caput, serão considerados:

I - o prazo de 5 (cinco) anos, anterior à data de formação do DDA, acrescido do período de análise do pedido de certificação pelo Centro OEA;

II - a lavratura de auto por infração à legislação aduaneira, cometida de forma reiterada ou não, e, no caso em que a requerente seja pessoa jurídica, cometida também pelas pessoas físicas com poder de administração na requerente;

III - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem; e

IV - as medidas corretivas adotadas em relação à infração constatada.

Art. 16. É critério de exclusão da elegibilidade a decisão definitiva administrativa ou judicial que determine a aplicação das sanções administrativas de suspensão ou cassação, previstas nos incisos II e III do caput do art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, ao requerente ou às pessoas físicas com poder de administração, enquanto durarem seus efeitos.

Parágrafo único. Na hipótese em que o processo administrativo ou judicial esteja pendente de decisão definitiva, a análise do pedido de certificação no Programa OEA ficará suspensa até o seu proferimento.

Seção IV

Dos Prazos

Art. 17. O prazo para conclusão da análise será de até:

I - 15 (quinze) dias, para análise dos requisitos de admissibilidade, contados da juntada dos documentos elencados no art. 14; e

II - 90 (noventa) dias, para análise dos critérios de elegibilidade e dos critérios específicos por modalidade, contados da data da decisão pela admissibilidade do requerimento.

§ 1º O prazo de que trata o inciso II do caput poderá ser prorrogado por igual período na hipótese de pedido de certificação na modalidade OEA-P.

§ 2º Constatado o não atendimento dos requisitos de admissibilidade, o requerente será intimado a sanear o processo.

§ 3º O não atendimento da exigência para saneamento do processo de que trata o § 2º, no prazo definido pela RFB, implicará o arquivamento do processo.

§ 4º No curso da análise dos critérios de elegibilidade e dos critérios específicos por modalidade, poderá ser solicitado esclarecimento ou documento adicional, quando necessário para a apreciação do pedido formulado.

§ 5º Suspendem-se os prazos mencionados nos incisos I e II do caput até que o requerente atenda às exigências efetuadas pela RFB.

§ 6º A pedido do requerente, poderão ser prorrogados os prazos para saneamento ou apresentação de esclarecimentos ou documentos adicionais.

§ 7º Constatado o não cumprimento dos critérios de elegibilidade ou dos critérios específicos por modalidade de certificação, o pedido de certificação será indeferido.

§ 8º Na hipótese de indeferimento do pedido de certificação, caberá apresentação de recurso, em instância única, no prazo de até 30 (trinta) dias da ciência do indeferimento, ao Chefe da Gerência de Fiscalização e Controle de Intervenientes (Gefin) da Coana.

Seção V

Da Autorização

Art. 18. A certificação será concedida em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, por meio de Ato Declaratório Executivo (ADE) emitido pelo Coordenador Nacional do Centro OEA, publicado no Diário Oficial da União (DOU).

§ 1º O ADE a que se refere o caput indicará a função do interveniente na cadeia logística e sua modalidade de certificação, nos termos dos arts. 4º e 5º.

§ 2º A certificação de que trata o caput poderá ser acompanhada de recomendações que visem ao aumento do grau de segurança e de conformidade.

§ 3º As recomendações de que trata o § 2º serão consideradas quando das definições relativas à revisão da certificação de que trata o art. 23.

§ 4º A concessão de certificação não implica homologação pela RFB das informações apresentadas no pedido de certificação.

Art. 19. Depois da publicação do ADE de que trata o caput do art. 18, será expedido o Certificado de OEA e, caso o OEA solicite, será divulgada a sua participação no Programa OEA, por meio do sítio da RFB na Internet, no endereço <http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/aduaneira /importacao-e-exportacao/oea>.

CAPÍTULO III

DA PÓS-CERTIFICAÇÃO

Seção I

Das Condições para Permanência no Programa OEA

Art. 20. Para fins de permanência no Programa, caberá ao OEA a manutenção do atendimento aos requisitos e critérios necessários para a obtenção da certificação e as demais disposições constantes nesta Instrução Normativa.

§ 1º O OEA será submetido a acompanhamento permanente pelo Centro OEA e deverá manter atualizados seus dados cadastrais.

§ 2º A atualização dos dados cadastrais junto ao Centro OEA não dispensa o OEA da atualização de dados nos demais sistemas da RFB, prevista em legislação específica.

§ 3º A ocorrência de quaisquer fatos que comprometam o atendimento dos requisitos e critérios necessários para a manutenção da certificação deverá ser comunicada ao Centro OEA.

§ 4º O Centro OEA deverá ser consultado quando houver dúvida quanto à relevância dos fatos a que se refere o § 3º.

§ 5º O OEA certificado na modalidade OEA-P poderá ter sua certificação alterada para OEA-S ou OEA-C a pedido ou quando deixar de atender critérios específicos daquela modalidade.

Art. 21. A constatação do não atendimento das condições para permanência no Programa OEA poderá acarretar a exclusão do operador certificado como OEA.

§ 1º A exclusão de que trata o caput será precedida de recomendações para ajuste, no curso do acompanhamento periódico realizado pelo Centro OEA.

§ 2º A título preventivo, poderá ser determinada a exclusão temporária do OEA na ocorrência de fato que comprometa ou inviabilize o exercício de sua função na cadeia logística ou que coloque em risco a integridade do Programa OEA.

§ 3º A exclusão a título preventivo, de que trata o § 2º, terá o prazo máximo de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado mediante justificativa.

Art. 22. Poderá ser mantida a certificação no Programa OEA, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, da pessoa jurídica sucessora de outra, resultante de processo de fusão, cisão ou incorporação, desde que permaneça sob o controle administrativo do mesmo grupo controlador da empresa já certificada como OEA.

§ 1º A pessoa jurídica sucessora deverá apresentar pedido de certificação, nos termos do art. 14, exceto em relação aos documentos previstos nas alíneas "b" e "c" do inciso I do caput do art. 14, que poderão ser juntados posteriormente.

§ 2º Constatado o atendimento dos demais requisitos de admissibilidade de que trata o art. 14, o Coordenador Nacional do Centro OEA expedirá um ADE provisório, pelo prazo mencionado no caput.

§ 3º Publicado o ADE provisório de que trata o § 2º, o requerente terá o prazo de até 90 (noventa) dias para juntar os documentos previstos nas alíneas "b" e "c" do inciso I do caput do art. 14, caso não tenham sido ainda juntados ao dossiê.

§ 4º Juntados todos os documentos previstos no inciso I do caput do art. 14, terá início a análise dos critérios de elegibilidade e dos critérios específicos por modalidade, nos prazos estabelecidos no art. 17.

§ 5º Os critérios de elegibilidade e os critérios específicos por modalidade poderão ter seu escopo e nível de inspeção reduzidos, a critério do Centro OEA e tendo em vista o histórico da empresa.

§ 6º O ADE provisório de que trata o § 2º poderá ter seu prazo prorrogado pelo Coordenador Nacional do Centro OEA quando necessário para a conclusão da análise do pedido de certificação OEA.

Seção II

Da Revisão da Certificação

Art. 23. O OEA será periodicamente submetido a procedimento de revisão de sua certificação pelo prazo de 3 (três) anos, para todas as modalidades de certificação.

§ 1º O prazo de que trata o caput poderá ser prorrogado em até 2 (dois) anos, caso se constate aumento do grau de segurança ou de conformidade do OEA em relação à sua situação no momento da certificação ou da última revisão realizada.

§ 2º A revisão da certificação terá início a partir da comunicação pelo Centro OEA.

§ 3º Para fins de revisão da certificação, será exigido do OEA certificado na modalidade OEA-C Nível 2 e OEA-P a entrega de novo Relatório Complementar de Validação, de que trata a alínea "c" do inciso I do caput do art. 14.

§ 4º O Relatório de que trata o § 3º poderá ter escopo e nível de inspeção reduzidos, caso se constate aumento do grau de segurança ou de conformidade do OEA em relação à sua situação no momento da certificação ou da última revisão realizada.

Seção III

Da Exclusão a Pedido do Programa OEA

Art. 24. A exclusão do Programa OEA, a pedido do operador certificado como OEA, poderá ser efetuada a qualquer tempo, mediante a publicação do respectivo ADE no DOU.

Art. 25. A exclusão a pedido poderá ser temporária, em prazo definido pelo Centro OEA, condicionado o retorno do operador excluído à constatação de atendimento aos requisitos para permanência no Programa OEA.

Seção IV

Do Fórum Consultivo

Art. 26. O Fórum Consultivo OEA tem como objetivo constituir canal permanente de comunicação entre o OEA e a RFB, no âmbito do Programa OEA.

§ 1º Caberá ao Fórum Consultivo OEA analisar as demandas apresentadas pelos operadores certificados como OEA ou pela sociedade, relativas ao Programa OEA, e propor o aprimoramento técnico e normativo do Programa.

§ 2º O Fórum Consultivo OEA não constitui órgão integrante da administração direta ou indireta da União, possuindo função consultiva e propositiva.

§ 3º A composição do Fórum Consultivo OEA, a periodicidade das reuniões de trabalho e o seu funcionamento estão disciplinados no Anexo IV desta Instrução Normativa.

CAPÍTULO IV

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

Art. 27. O OEA ficará sujeito às seguintes sanções administrativas, nos termos do art. 76 da Lei nº 10.833, de 2003:

I - advertência;

II - suspensão da certificação; ou

III - cassação da certificação.

§ 1º As sanções previstas neste artigo serão aplicadas mediante processo administrativo próprio, instaurado com a lavratura de auto de infração, acompanhado de termo de constatação.

§ 2º Feita a intimação, a não apresentação de impugnação no prazo de 20 (vinte) dias implicará revelia, cabendo a imediata aplicação da penalidade.

§ 3º Apresentada a impugnação, a autoridade preparadora terá o prazo de 15 (quinze) dias para remessa do processo a julgamento.

§ 4º O prazo a que se refere o § 3º poderá ser prorrogado quando for necessária a realização de diligências ou perícias.

Art. 28. Compete ao Coordenador Nacional do Centro OEA a aplicação das sanções administrativas de que trata o art. 27.

Parágrafo único. Da decisão que aplicar a sanção cabe recurso, a ser apresentado em 30 (trinta) dias, ao Chefe da Gefin, que o julgará em instância final administrativa.

Art. 29. A aplicação de penalidades ao OEA nas operações de comércio exterior, por infrações à legislação aduaneira, e as representações fiscais para fins penais terão efeitos, no que couber, no âmbito do Programa OEA.

Art. 30. As sanções administrativas e demais penalidades aplicadas ao OEA serão registradas no seu processo de certificação no Programa OEA, para fins de composição de seu histórico.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 31. O pedido de certificação nas modalidades OEA-C e OEA-P poderá ser apresentado a partir de 1º de março de 2016.

Art. 32. Ficam incorporados ao Programa OEA os atos do projeto piloto do Programa OEA, praticados antes da publicação desta Instrução Normativa, que representem auditoria e fiscalização baseadas em normas da RFB.

§ 1º Na data de publicação desta Instrução Normativa, a empresa participante do projeto piloto que atender aos requisitos de admissibilidade de que trata o art. 14 será certificada provisoriamente, até 30 de março de 2016, na modalidade OEA-C Nível 2.

§ 2º Quando da conclusão da análise dos critérios de elegibilidade e dos critérios específicos por modalidade, será providenciada a certificação definitiva para aqueles que demonstrarem atendimento das condições para certificação como OEA, com publicação de novo ADE, em conformidade com o disposto no art. 18.

Art. 33. A empresa que se encontra habilitada ao Despacho Aduaneiro Expresso (Linha Azul), de que trata a Instrução Normativa SRF nº 476, de 13 de dezembro de 2004, na data de publicação desta Instrução Normativa e manifeste interesse será certificada proviso-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

riamente como OEA-C Nível 1, com manutenção dos benefícios utilizados como empresa habilitada à Linha Azul, até:

I - 31 de dezembro de 2016, na hipótese em que o último relatório de auditoria de controle interno tenha sido apresentado até 31 de dezembro de 2013; ou

II - o prazo de 3 (três) anos, contado da data da habilitação à Linha Azul, na hipótese em que a empresa tenha sido habilitada à Linha Azul ou tenha apresentado o último relatório de auditoria de controle interno após 31 de dezembro de 2013.

§ 1º O interessado deverá apresentar sua manifestação até 1º de março de 2016, em qualquer unidade da RFB, mediante formação de dossiê digital de atendimento, instruído com solicitação de certificação provisória e cópia do ADE de habilitação à Linha Azul.

§ 2º A certificação provisória será concedida por meio de ADE emitido pelo Coordenador Nacional do Centro OEA, publicado no DOU.

§ 3º Vencidos os prazos de que tratam os incisos I e II do caput, sem que tenham sido adotadas as providências de pedido da certificação OEA de que trata o art. 14, será revogada automaticamente a certificação provisória.

Art. 34. A empresa que se encontra habilitada à Linha Azul na data de publicação desta Instrução Normativa e que não se manifeste ou que manifeste não ter interesse em se certificar provisoriamente como OEA, nos termos do caput do art. 33, irá usufruir dos benefícios da Linha Azul até 1º de março de 2016.

Art. 35. A empresa que tenha solicitado habilitação à Linha Azul e não tenha obtido deferimento até a data de publicação desta Instrução Normativa terá sua solicitação arquivada.

Parágrafo único. Na hipótese de que trata o caput, o interessado em se certificar como OEA deverá apresentar novo pedido, nos termos desta Instrução Normativa, que terá tratamento prioritário pelo Centro OEA.

Art. 36. A Coana poderá alterar os Anexos desta Instrução Normativa e, no âmbito de sua competência, editar as normas complementares necessárias para aplicação do disposto nesta Instrução Normativa

Parágrafo único. Previamente às modificações de que trata o caput, será consultado o Fórum Consultivo, exceto quando se tratar de alterações em caráter de urgência ou de baixa relevância.

Art. 37. O despachante aduaneiro interessado em ser certificado como OEA, cuja inscrição no Registro de Despachantes Aduaneiros mantido pela RFB prescindiu de avaliação da capacidade profissional, poderá participar do exame de qualificação técnica previsto na Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 2011.

Art. 38. Ficam aprovados os Anexos I a IV desta Instrução Normativa, disponíveis no sítio da RFB na Internet, no endereço <http://normas.receita.fazenda.gov.br>.

Art. 39. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

Art. 40. Ficam revogados:

I - na data de publicação desta Instrução Normativa:

a) os arts. 3º a 10 da Instrução Normativa SRF nº 476, de 13 de dezembro de 2004;

b) o inciso IV do § 1º e o § 2º do art. 11 da Instrução Normativa SRF nº 476, de 13 de dezembro de 2004; e

c) a Instrução Normativa RFB nº 1.521, de 4 dezembro de 2014; e

II - em 1º de março de 2016, os arts. 1º, 2º e do 11 ao 28 da Instrução Normativa SRF nº 476, de 13 de dezembro de 2004.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

ATO DECLARATÓRIO INTERPRETATIVO Nº 10, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre o alcance do inciso XVI do § 3º do art. 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 302 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, no inciso XVI do § 3º do art. 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e no item 8 do Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.436, de 30 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º O disposto no inciso XVI do § 3º do art. 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, aplica-se às empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos da legislação específica.

Parágrafo único. Empresas que tenham como atividade econômica principal outro ramo de negócio, ainda que exerçam atividades enquadradas nas classes da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) citadas especificamente para as empresas de que trata o caput, não fazem jus à desoneração.

Art. 2º As empresas que têm como atividade econômica principal a edição de livros classificada na classe 5811-5/00 da CNAE 2.0, por não serem empresas jornalísticas e de radiodifusão, não estão sujeitas à contribuição previdenciária substitutiva de que trata o inciso XVI do § 3º do art. 8º da Lei nº 12.546, de 2011, devendo recolher as contribuições previdenciárias previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Art. 3º As empresas que têm como atividade econômica principal, nos termos da legislação, a edição de revistas e periódicos classificada na classe 5813-1/00 da CNAE 2.0, por serem empresas jornalísticas, estão sujeitas à contribuição previdenciária substitutiva de que trata o inciso XVI do § 3º do art. 8º da Lei nº 12.546, de 2011.

Art. 4º Ficam modificadas as conclusões em contrário constantes em Soluções de Consulta ou em Soluções de Divergência emitidas antes da publicação deste Ato Declaratório Interpretativo (ADI), independentemente de comunicação aos consulentes.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

ATO DECLARATÓRIO INTERPRETATIVO Nº 11, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre o conceito de empresa aplicável aos arts. 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para o período anterior à 4 de abril de 2013.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, declara:

Art. 1º. O conceito de empresa, aplicável aos arts. 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 2011, é o constante no art. 9º, VII, da referida Lei, com a redação dada pela Lei nº 12.844, de 2013, inclusive para o período anterior a sua inclusão.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

SUBSECRETARIA DE ADUANA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA
CENTRO DE CLASSIFICAÇÃO FISCAL DE MERCADORIAS

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 28, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Soluciona divergência e reforma a Solução de Consulta SRRF/2ªRF/DIANA nº 7, de 16 de dezembro de 2009. Código NCM: 8528.72.00 Mercadoria: Aparelho multifuncional, destinado a veículos automotores, contendo, em um mesmo corpo, leitor de DVD, receptores de radiodifusão (AM/FM), de sinal de TV e de posicionamento global por satélite (GPS), transmissor/receptor de sinais via bluetooth e tela a cores de cristal líquido (LCD) de 7" touchscreen, denominado comercialmente de "Central Multimídia para Veículos".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 e 3 c) (texto da posição 85.28) e RGI 6 (textos da subposição de primeiro nível 8528.7 e da subposição de segundo nível 8528.72), da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 94, de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 7.660, de 2011, e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

CLAUDIA ELENA FIGUEIRA CARDOSO NAVARRO
Presidente do Comitê

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 29, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Soluciona divergência e reforma a Solução de Consulta SRRF/2ªRF/DIANA nº 5, de 26 de novembro de 2009. Código NCM: 8527.21.00 Mercadoria: Aparelho multifuncional, destinado a veículos automotores, contendo, em um mesmo corpo, leitor de DVD, receptores de radiodifusão (AM/FM) e de posicionamento global por satélite (GPS), transmissor/receptor de sinais via bluetooth, unidade de disco rígido com capacidade de 30GB e tela a cores de cristal líquido (LCD) de 7" touchscreen, denominado comercialmente de "Auto Rádio com DVD, HD interno e GPS integrado".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 e 3 c) (texto da posição 85.27) e RGI 6 (textos da subposição de primeiro nível 8527.2 e da subposição de segundo nível 8527.21), da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 94, de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 7.660, de 2011, e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

CLAUDIA ELENA FIGUEIRA CARDOSO NAVARRO
Presidente do Comitê

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 30, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Soluciona divergência e reforma a Solução de Consulta SRRF/6ªRF/DIANA nº 19, de 14 de maio de 2013. Código NCM: 8527.21.00 Mercadoria: Aparelho multifuncional, destinado a veículos automotores, contendo, em um mesmo corpo, leitor de CD, receptores de radiodifusão (AM/FM) e de posicionamento global por satélite (GPS) e transmissor/receptor de sinais via bluetooth.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 e 3 c) (texto da posição 85.27) e RGI 6 (textos da subposição de primeiro nível 8527.2 e da subposição de segundo nível 8527.21), da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 94, de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 7.660, de 2011, e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

CLAUDIA ELENA FIGUEIRA CARDOSO NAVARRO
Presidente do Comitê

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 31, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Reforma de ofício a Solução de Consulta SRRF/2ªRF/DIANA nº 6, de 1 de dezembro de 2009. Código NCM: 8528.72.00 Mercadoria: Aparelho multifuncional, destinado a veículos automotores, contendo, em um mesmo corpo, receptores de sinal de TV e de posicionamento global por satélite (GPS), destinado a utilização conjunta com um autorrádio com tela de LCD integrada ou outro equipamento similar de reprodução de som e imagem, denominado comercialmente de "Módulo GPS e Sintonizador de TV".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 e 3 c) (texto da posição 85.28) e RGI 6 (textos da subposição de primeiro nível 8528.7 e da subposição de segundo nível 8528.72), da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 94, de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 7.660, de 2011, e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

CLAUDIA ELENA FIGUEIRA CARDOSO NAVARRO
Presidente do Comitê

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 320, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2015

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 9031.80.99 Mercadoria: Máquina de controle da usinagem de engrenagens, própria para testar a área de contato dos dentes da hélice da coroa e do pinhão, montados nos eixos da máquina e postos a girar em contato entre si, simulando o acoplamento destas peças em um motor em funcionamento, possibilitando a identificação de possíveis erros de confecção.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 90.31), RGI-6 (texto da subposição 9031.80) e RGC-1 (textos do item 901.80.9 e subitem 9031.80.99) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 2011, com alterações posteriores, e da TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 2011, com alterações posteriores.

ÁLVARO AUGUSTO DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 321, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2015

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 2106.90.30 Mercadoria: Composto à base de mel com extrato de própolis, sabor guaco, gengibre e agrião, apresentado em frasco de vidro âmbar com 200g.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da Nota 1 a) do Capítulo 30 e da posição 21.06) e 6 (texto da subposição de 1º nível fechada 2106.90) e RGC 1 (texto do item 2106.90.30), constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 8 de dezembro de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011; e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008, e alterações posteriores.

FERNANDO KENJI MYAMOTO
Vice-Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 322, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 2934.99.69 Mercadoria: Insumo farmacêutico denominado olanzapina, CAS number 132539-06-1, princípio ativo utilizado na fabricação de medicamento antipsicótico, com grau de pureza mínimo de 98%, apresentado na forma de pó cristalino de coloração amarela e acondicionado em tambores.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (textos da Nota 1 a) do Captítulo 29 e da posição 29.34) e RGI 6 (textos da subposição de 1º nível 2934.9 e da subposição de 2º nível 2934.99) e RGC 1 (textos do item 2934.99.6 e do subitem 2934.99.69), da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 8 de dezembro de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011; e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008, e alterações posteriores.

FERNANDO KENJI MYAMOTO
Vice-Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 323, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8716.90.90 Mercadoria: Roda de aço, com medida de 22,5" x 8,25", equipada com pneumático de borracha, sem câmara de ar, com medida 295/80 R 22.5, com capacidade máxima de carga de 3.550 kg.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 87.16), RGI 3 c) e RGI 6 (texto da subposição 8716.90) e RGC-1 (textos do item 8716.90.90) da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 8 de dezembro de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, e em subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Nesh), aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008, e alterações posteriores.

FERNANDO KENJI MYAMOTO
Vice-Presidente da 3ª Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 324, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 1515.90.90 Mercadoria: Óleo de microalga, composto de triglicerídeos de ácidos graxos, com concentração predominante de ácido oleico (C18:1) (= 80% em peso), e o restante constituído de ácido palmitoleico (C16) e ácido linoleico (C18:2), com ponto de fusão entre 0 e 20ºC, obtido por processo de fermentação aeróbica do açúcar, extraído por prensagem mecânica e clarificado em centrífuga de decantação, denominado high-oleic.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 15.15) e RGI 6 (texto da subposição 1515.90) e na Regra Geral Complementar da Nomenclatura Comum do Mercosul RGC 1 (texto do item 1515.90.90) constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 2011, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

FERNANDO KENJI MYAMOTO
Vice-Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 325, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 2306.90.90 Mercadoria: Resíduo seco do processo de extração do óleo produzido por microalgas monocelulares, por processo de fermentação aeróbica do açúcar, na forma de grânulos de coloração marrom.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 23.06) e RGI 6 (texto da subposição 2306.90) e na Regra Geral Complementar da Nomenclatura Comum do Mercosul RGC 1 (texto do item 2306.90.90) constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 2011, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

FERNANDO KENJI MYAMOTO
Vice-Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 326, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM 0801.11.00 "Ex" 01 da TIPI Mercadoria:: Coco ralado flocado desidratado, contendo 5% de açúcar, para ser usado no preparo de doces, bolos e tortas, apresentado em embalagens plásticas de 100 g e 1 kg.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (texto da posição 08.01) e 6 (textos da subposição de primeiro nível 0801.1 e da subposição de segundo nível 0801.11.00) e RGC/TIPI (texto do "Ex" 01 do código 0801.11.00) da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Resolução Camex n.º 94, de 2011, e da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto n.º 7.660, de 2011, e em subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Nesh), aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela Instrução Normativa (IN) RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 327, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM 0801.11.00 "Ex" 01 da TIPI Mercadoria: Coco ralado desidratado, contendo 3% de maltodextrina e 1% de açúcar, para ser usado no preparo de doces, bolos e tortas, apresentado em embalagens plásticas de 100 g e 1 kg.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (texto da posição 08.01) e 6 (textos da subposição de primeiro nível 0801.1 e da subposição de segundo nível 0801.11.00) e RGC/TIPI (texto do "Ex" 01 do código 0801.11.00) da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Resolução Camex n.º 94, de 2011, e da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto n.º 7.660, de 2011, e em subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Nesh), aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela Instrução Normativa (IN) RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 328, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM 0801.11.00 "Ex" 01 da TIPI Mercadoria:: Coco ralado desidratado, contendo 4% de maltodextrina e 2% de açúcar, para ser usado no preparo de doces, bolos e tortas, apresentado em embalagens plásticas de 100 g e 1 kg.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (texto da posição 08.01) e 6 (textos da subposição de primeiro nível 0801.1 e da subposição de segundo nível 0801.11.00) e RGC/TIPI (texto do "Ex" 01 do código 0801.11.00) da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Resolução Camex n.º 94, de 2011, e da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto n.º 7.660, de 2011, e em subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (Nesh), aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela Instrução Normativa (IN) RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 329, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 3921.11.00 Mercadoria: Chapa de poliestireno expandido, medindo 1.840 mm x 1.340 mm x 140 mm, com peso de 3,8 kg e densidade de 11 kg/m3, utilizada em guarnição interna de colchão ortopédico.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (Nota 10 do Capítulo 39 e texto da posição 39.21) e RGI/SH 6 (textos das subposições 3921.1 e 3921.11), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Resolução Camex n.º 94, de 2011, e da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto n.º 7.660, de 2011.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 330, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Reforma a Solução de Consulta Coana nº 50, de 13 de fevereiro de 2015. Código NCM: 8708.70.10 Mercadoria: Roda de aço em 5 peças (4 anéis), com largura de 19,50", diâmetro de 25", peso de 200 kg, com doze furos de fixação ao veículo, para eixos propulsores de dumpers concebidos para serem utilizados fora de rodovias da subposição 8704.10, podendo também ser empregada em veículos das posições 84.25 a 84.30.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 e 3 c) (Nota 3 da Seção XVII e texto da posição 87.08), RGI/SH 6 (texto da subposição 8708.70) e RGC/NCM 1 (texto do item 8708.70.10), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Resolução Camex n.º 94, de 2011, e da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto n.º 7.660, de 2011.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 331, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 3901.90.90 Mercadoria: Copolímero de etileno, metacrilato de metila e glicidil metacrilato, com predominância do etileno, na forma de pellets, apresentado em embalagens contendo 500 kg.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (Notas 3 "c", 4 e 6 "b" do Capítulo 39 e texto da posição 39.01), RGI/SH 6 (texto da subposição 3901.90) e RGC/NCM 1 (alínea a) 2º) da Nota 1 de Subposições do Capítulo 39 e texto do item 3901.90.90), da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Resolução Camex n.º 94, de 2011, e da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto n.º 7.660, de 2011.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 332, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM 3824.90.29 Mercadoria: Agente acidulante e antiumectante em pó, constituído de ácido cítrico e fosfato tricálcico (10 %), acondicionado em sacos de 25 kg, utilizado nas preparações em pó para fazer bebidas.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI/SH 1 (texto da posição 38.24) e 6 (texto da subposição 3824.90) e RGC/NCM 1 (texto do item 3824.90.2 e do subitem 3824.90.29), da TEC, aprovada pela Resolução Camex n.º 94, de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 7.660, de 2011, e subsídios extraídos das NESH, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 333, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM 8502.39.00 Mercadoria: Grupo eletrogêneo denominado "turbogerador a gás", constituído por gerador elétrico e turbina a gás, unidos por acoplamento rígido, classifica-se no código NCM 8502.39.00. Os demais sistemas auxiliares e acessórios são classificados separadamente e seguem seu próprio regime.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 85.02) e RGI 6 (texto da subposição de primeiro nível 8502.3 e da subposição de segundo nível 8502.39) da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 94, de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 7.660, de 2011, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. no 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB no 807, de 2008, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 334, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM 8537.10.90 Mercadoria: Painel elétrico de baixa tensão (alimentado com 690 V e 230 V), instalado no interior da nacele do aerogerador, cuja função principal é controlar todos os acionamentos e equipamentos de monitoração que estão instalados na nacele, contendo disjuntores, relés, contatores, controlador lógico programável (CLP), dentre outros, além de aparelhos auxiliares, tais como transformadores, supressores de surto, luminária, termostatos e higrostato, denominado comercialmente "painel de controle top".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (Nota 2 a) da Seção XVI e texto da posição 85.37), RGI 6 (textos da subposição de primeiro nível 8537.10) e RGC 1 (texto do item 8537.10.90) da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 94, de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 7.660, de 2011, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 807, de 2008, com alterações posteriores.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 335, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2015

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8504.40.21 Mercadoria: Fonte de alimentação de energia elétrica para funcionamento e carga da bateria interna de computadores portáteis, tablets, modem roteadores, etc., provido de conexão padrão USB, denominada comercialmente "Carregador de acumulador".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 85.04), RGI 6 (texto da subposição 8504.40) e RGC 1 (textos do item 8504.40.2 e subitem 8504.40.21) constante da TEC aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 2011, e da Tipi aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 2011, e subsídios extraídos das Nesh aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN SRF nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 336, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2015

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 9405.10.99 Mercadoria: Luminária de emergência, com luz produzida por diodos emissores de luz (LED), própria para fornecer iluminação em ambientes internos em caso de falta de energia elétrica, para fixação em parede ou teto, constituída com corpo de plástico, bateria recarregável de íon de lítio, 30 LED e lente de acrílico transparente.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 94.05), RGI 6 (texto da subposição de 9405.10) e RGC-1 (textos do item 9405.10.9 e do subitem 9405.10.99) constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 94, de 2011, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 7.660, de 2011.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 548, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.722076/2015-81 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca BMW, modelo 75WB KX61, ano 2011, modelo 2012, cor branca, chassi WBAKX6101CC782573, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 11/2269394-1, de 30/11/2011, pela Alfândega do Porto de Santos, de propriedade da Embaixada da República Federal da Alemanha, CNPJ nº 03.871.338/0001-07, para o Sr. Waisman Alves Barbosa, CPF nº 904.547.076-49.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

ALEXANDRE MARTINS ANGOTI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DOURADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DOURADOS/MS, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 95, de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto nos Art. 32, 33 e 34 da Instrução Normativa/RFB nº 1.042 de 10 de Junho de 2010, resolve:

Art. 1º Declarar NULO o CPF abaixo relacionado:

CPF	NOME	PROC. ADMINISTRATIVO
026.081.911-50	BALBINO PERALTA DELGADO	13161.721859/2015-40

ELVIS CAIÇARA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Habilita a empresa que menciona ao procedimento simplificado de internação.

O INSPETOR-CHEFE SUBSTITUTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS/AM, no uso da competência estabelecida pelo § 3º do art. 810, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), com a redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e atendendo ao que consta nos autos do processo administrativo em referência, declara:

I - Habilitada ao procedimento simplificado de internação a TRANSFIRE FABRICAÇÃO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS LTDA, CNPJ nº 21.785.364/0001-02, Processo nº 12266.722767/2015-46, nos termos do artigo 13 da Instrução Normativa SRF nº 242, de 06/11/2002.

II - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observada a validação mensal prevista no §2º do art. 6º da Instrução Normativa SRF nº 242 de 06/11/2002.

III - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CALBO GARCIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Divulga enquadramento de bebidas, segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA, no uso da competência delegada pela Portaria RFB nº 1.069, de 07 de julho de 2008, e tendo em vista o disposto nos arts. 149 e 150 do Decreto nº 4.544, de 26 de dezembro de 2002 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ripi), alterado pelo Decreto nº 6.158, de 16 de julho de 2007, declara:

Art. 1º - O produto relacionado neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passa a ser classificado ou a ter sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

HAMILTON SOBRAL GUEDES

ANEXO ÚNICO

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
10.646.524/0001-08	MONTE NEGRO	De 181ml até 375ml	2208.40.00	C

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015

Alfandega parte adicional da instalação portuária explorada pela empresa Tecon Salvador S/A, CNPJ nº 03.642.342/0001-01, localizada no Porto Organizado de Salvador.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada através das Portarias SRF nº 1.743, de 12 de agosto de 1998, e RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e tendo em vista o constante do Processo n° 12689.000397/00-46, resolve:

Art. 1º Alfandegar uma área adicional de 16.929,80m2, a ser acrescentada à área de 100.985,17m2, alfandegada através do Ato Declaratório SRRF05 nº 27, de 23 de junho de 2000, passando a perfazer, após a expansão da instalação portuária, um total de 117.914.97m2.

Art. 2º Fica mantido o código Siscomex 5.92.13.02-7 para o recinto alfandegado.

Art. 3º Cumprirá à empresa administradora do recinto ressarcir ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - Fundaf, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, de acordo com o disposto no art. 815 do Decreto nº 6.759/2009, adotando-se para este fim a sistemática estabelecida na Instrução Normativa SRF nº 48, de 23 de agosto de 1996.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ROMEU SILVA QUEIROZ

PORTARIA Nº 402, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições conferidas pelo art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º O Superintendente e os Superintendentes Adjuntos são responsáveis, na qualidade de ordenadores de despesa, pela execução orçamentária e financeira, inclusive para assinatura de ordens bancárias, no âmbito da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal.

Art. 2º O chefe da Divisão de Programação e Logística, o Encarregado do Setor Financeiro e respectivos substitutos são responsáveis, na qualidade de gestores financeiros, pela execução orçamentária e financeira, inclusive para assinatura de ordens bancárias, no âmbito da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal.

Art. 3º Fica revogada a Portaria SRRF05 nº 377, de 09 de novembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ROMEU SILVA QUEIROZ

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 184, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Declara baixada a inscrição da empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, DOU de 17/05/2012, e tendo em vista o disposto no art. 27, inciso IV, da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1470, de 19 de agosto de 2011 alterada pela IN RFB nº 1511, de 06 de novembro de 2014 e considerando o que consta no Dossiê Administrativo nº 10010.009658/1215-88, declara:

Art. 1º - Baixada de ofício a inscrição nº 00.682.545/0001-25 a empresa individual, TANIA LÚCIA PEIXOTO REIS, em virtude do seu cancelamento no órgão de registro.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 185, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Declara baixada a inscrição da empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, DOU de 17/05/2012, e tendo em vista o disposto no art. 27, inciso IV, da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1470, de 19 de agosto de 2011 alterada pela IN RFB nº 1511, de 06 de novembro de 2014 e considerando o que consta no Dossiê Administrativo nº 10680.724606/2015-71, declara:

Art. 1º - Baixada de ofício a inscrição nº 23.158.652/0001-54 a empresa COMERCIAL MARAJOARA LTDA - ME, em virtude do seu cancelamento no órgão de registro.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ) que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS/MG, no uso das atribuições que lhe é conferido pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº. 203, de 14 de Maio de 2012 e tendo em vista o disposto no artigo 81 da Lei nº 9.430/96, c/c o artigo 37, inciso III, da Instrução Normativa RFB Nº. 1.470, de 30 de Maio de 2014 e, ainda, no que ficou apurado no processo administrativo Nº. 10670.721219/2015-00, declara:

Art. 1º Inapta a Associação Mantenedora de Estabelecimentos Escolares, Promoção e Ação Social (Amas Brasil), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº. 21.360.821/0001-09, porquanto ficou caracterizada a irregularidade em operações do comércio exterior por não comprovar a origem, disponibilidade e efetiva transferência de recursos empregados em operações do comércio exterior, na forma prevista em lei.

Art. 2º A partir da data de publicação deste ato, serão considerados inidôneos os documentos emitidos por essa empresa, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado.

Art. 3º O presente ato terá validade após publicação no Diário Oficial da União.

GILMAR DA SILVA MEDEIROS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 83, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, fundamentado ainda nos art. 29, § 5º, e 33 da Lei Complementar nº 123, de 2006, no art. 75 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, e considerando o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 18470.724917/2015-17, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) a pessoa jurídica, a seguir identificada, em virtude da constatação das infrações previstas nos incisos VI e X do art. 29 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Nome Empresarial: HONORIO DE MIRANDA LTDA - ME
CNPJ: 12.125.264/0001-50

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir do dia 1º de janeiro de 2011, conforme disposto no parágrafo 1º do artigo 29 da Lei Complementar nº 123/2006. Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, conforme disposto no art. 39 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Parágrafo único. Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á efetiva.

ALFREDO LUIZ VALLE DO NASCIMENTO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 84, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, fundamentado ainda nos art. 29, § 5º, e 33 da Lei Complementar nº 123, de 2006, no art. 75 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, e considerando o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 18470.729773/2015-95, resolve:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) a pessoa jurídica, a seguir identificada, em virtude da constatação das infrações previstas nos incisos VIII e X do art. 29 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Nome Empresarial: SAO MIGUEL ARCANJO ALIMENTOS LTDA - ME
CNPJ: 10.661.327/0001-68

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir do dia 1º de janeiro de 2011, conforme disposto no parágrafo 1º do artigo 29 da Lei Complementar nº 123/2006.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, conforme disposto no art. 39 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Parágrafo único. Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á efetiva.

ALFREDO LUIZ VALLE DO NASCIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS
SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Habilita a pessoa jurídica no Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria de Semicondutores-PADIS.

A CHEFE SUBSTITUTA DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - DRF EM CAMPINAS, no uso das atribuições prescritas no art. 295, II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 23 de dezembro de 2010, com base no art. 1º, III, da Portaria de delegação de competência da DRF/Campinas Nº 22, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no DOU de 23/02/2011, e Portaria DRF/CPS Nº 26, de 31/03/2015, tendo em vista o disposto na Lei no 11.484/2007, no Decreto no 6.233/2007 e na Instrução Normativa RFB Nº 852/2008, e considerando o que do processo 10010.025975/1115-89 consta, declara:

Art. 1° - HABILITADA no Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria de Semicondutores - PADIS a pessoa jurídica BRPHOTONICS PRODUTOS OPTOELETRÔNICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 19.455.907/0001-73.

Art. 2° - Os critérios, prazos, condições e benefícios deverão obedecer ao disposto na legislação de regência e na Portaria Interministerial MCTI/MDIC Nº 725, de 19 de agosto de 2015.

Art. 3° - Este ato declaratório executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALINE VERNET PASSOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GUARULHOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 102, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Concede registro especial obrigatório para estabelecimento importador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GUARULHOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 314 inciso VI, da Portaria MF Nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no artigo 3º, da Instrução Normativa SRF Nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto Nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e de acordo com o processo administrativo Nº 10010.022.559/0315-09, de 13/03/2015, declara:

Artigo 1º - Inscrita no Registro especial como importador de bebidas alcoólicas, sob o número 08111/0102, o estabelecimento da Pessoa Jurídica DAVO SUPERMERCADOS LTDA, CNPJ Nº 52.130.481/0021-05, situada na Av. Ítalo Adami, 1809, Morro Branco, Itaquaquecetuba/SP CEP: 08573-000.

Artigo 2º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

PAULO MARQUES DE MACEDO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 210, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Declara a baixa de ofício de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

A DELEGADA-ADJUNTA DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, com base na Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e alterações posteriores e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014 e alterações posteriores, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º Baixar de ofício a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da pessoa jurídica abaixo relacionada, com fulcro no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 2014:

Empresa:	CNPJ nº:	Processo:
WARTEC TECNOLOGIA EM GERADORES LTDA - EPP	03.879.559/0001-21	19515.720534/2015-79

Art. 2º A presente declaração de baixa baseia-se na falta de regularização cadastral, para a qual o contribuinte foi intimado, conforme o Edital de Intimação nº 36, de 29 de julho de 2015, publicado no DOU nº 146, de 3 de agosto de 2015, pág.81, Seção 3, e Retificação, publicada no DOU nº 201, de 21 de outubro de 2015, pág. 89, Seção 3, constatando-se, assim, a inexistência de fato da mencionada pessoa jurídica, de acordo com os registros contidos no processo administrativo acima mencionado.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ROSA MARIA SARAIVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2015

Ampliação de área alfandegada.

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida pela Portaria RFB nº 1.882, de 03 de novembro de 2014 e pelo art. 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e à vista do que consta do processo administrativo nº 10909.000533/2007-04, declara:

Art. 1º O art. 1º do Ato Declaratório Executivo SRRF09 nº 19, de 14 de março de 2008, publicado no Diário Oficial da União-DOU de 18 de março de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica alfandegada, a título permanente, até 26 de outubro de 2040, a área de 55.969,54 m2, composta de cais de atracação, armazéns, pátios e demais edificações, situada na Av. Nereu Ramos, 600, Salseiros, Itajaí (SC), administrada pela empresa TEPORTI TERMINAL PORTUÁRIO DE ITAJAÍ LTDA., CNPJ 03.788.529/0001-00, para operar como Terminal de Uso Privado, nos termos da Resolução nº 501 e do Termo de Autorização nº 227, de 13 de setembro de 2005, DOU de 19 de setembro de 2005, adequado à Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, pelo Contrato de Adesão (Adaptação) nº 97, de 26 de outubro de 2015, extrato publicado no DOU 28 de outubro de 2015, expedidos pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ." (NR)

Art. 2º Permanecem inalteradas e eficazes as demais disposições do ADE acima identificado.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO CESAR MOSCATTO

PORTARIA Nº 683, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Transfere Atribuições Temporariamente

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 9ª REGIÃO FISCAL, designado pela Portaria RFB n° 1882/2014, e no uso das atribuições que lhe confere o artigo 301, combinado com o que dispõe o § 1º do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, e a Portaria RFB nº 359, de 25 de março de 2013, publicada do Diário Oficial da União de 26 de março de 2013, resolve:

Art.1º Transferir, até 31 de dezembro de 2016, para a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, as competências previstas no art. 231 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, em relação às demandas dos contribuintes domiciliados nos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos,Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná.

Parágrafo único. Os contribuintes domiciliados nos municípios de que trata o caput poderão, opcionalmente, demandar a Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Paranaguá para atendimento e execução das atividades previstas nos incisos I a VII do art. 231 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria SRRF09 nº. 457, de 7 de junho de 2013.

REINALDO CESAR MOSCATTO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 78, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Declara baixadas de ofício as inscrições no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ) de empresas com registro cancelado na Junta Comercial do Paraná e que fizeram uso de documento falso perante a RFB.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA-PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 224, inciso III; artigo 302, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e alterações, com fundamento nos artigos 27, inciso IV, 31, §1º, 46 e da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30/05/2014, declara:

Art. 1º BAIXADAS DE OFÍCIO, no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ), as empresas abaixo relacionadas, por ter sido constatado, além da utilização de documento falso perante a Receita Federal do Brasil apontado em representação pra fins penais, o cancelamento das empresas perante o órgão de registro.

Art. 2º Este Ato Declaratório produz efeitos a partir da data de sua publicação.

CNPJ	EMPRESA
03.563.373/0001-69	GRAFICA E EDITORA METALGRAF LTDA. - ME
03.442.817/0001-08	JOSÉ APARECIDO PORTO - ME

LUIZ FERNANDO DA SILVA COSTA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS

PORTARIA Nº 129, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Exclui pessoas jurídicas do REFIS.

A DELEGADA-ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS - RS, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estarem configuradas as hipóteses de exclusão previstas nos incisos II e XI do art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, relativamente a qualquer dos tributos e contribuições abrangidos pelo Refis e não auferimento de receita bruta por nove meses consecutivos -, as pessoas jurídicas abaixo relacionadas, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016, conforme despachos decisórios exarados nos processos administrativos indicados.

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO
94.800.059/0001-08	JUSCINEIA NASCIMENTO VIANA & CIA LTDA - ME	11040.720219/2015-63
89.748.198/0001-08	INDUSTRIA E COM DE PRODUTOS ALIMENTICIOS PIRES LTDA - ME	11040.720206/2015-94

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA REGINA GOMES LOBO

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA CONJUNTA Nº 7, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Altera os arts. 1º e 2º da Portaria Conjunta SOF/STN nº 1, de 16 de abril de 2015, que dispõe sobre o encaminhamento das informações de restos a pagar bloqueados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 8.407, de 24 de fevereiro de 2015, e

Considerando a alteração, pelo Decreto nº 8.551, de 29 de outubro de 2015, dos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 8.407, de 24 de fevereiro de 2015, resolvem:

Art. 1º Os arts. 1º e 2º da Portaria Conjunta SOF/STN nº 1, de 16 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 20 de abril de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O requerimento para manutenção de restos a pagar não processados, de que trata o inciso II do § 1º do art. 2º do Decreto nº 8.407, de 24 de fevereiro de 2015, relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, inscritos em 2013, e das demais despesas, inscritos em 2013 e em 2014, cuja execução não tenha previsão de início até 31 de dezembro de 2015, deverá ser encaminhado pelos órgãos setoriais de planejamento, orçamento e administração ou equivalentes à Secretaria de Orçamento Federal - SOF e à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, até 15 de dezembro de 2015, após avaliação quanto a real necessidade de sua manutenção.

§ 5º A SOF e a STN encaminharão aos órgãos setoriais de planejamento, orçamento e administração ou equivalentes, pelos meios previstos no § 4º, até 31 de janeiro de 2016, manifestação conjunta acerca dos requerimentos de manutenção de restos a pagar não processados, indicando aqueles passíveis de desbloqueio" (NR)

"Art. 2º As informações quanto ao início das despesas de restos a pagar não processados inscritos após 31 de dezembro de 2013, relativos ao PAC, de que trata o parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 8.407, de 2015, cuja execução ainda não tenha iniciado, deverão ser encaminhadas à SOF e à STN, até 31 de dezembro de 2015, na forma estabelecida no Anexo III a esta Portaria, devendo ser observados os procedimentos descritos nos §§ 3º e 4º do art. 1º desta Portaria." (NR)Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTHER DWECK
Secretária de Orçamento Federal

MARCELO BARBOSA SAINTIVE
Secretário do Tesouro Nacional

SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 738, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 123, de 23 de abril de 2015, tendo em vista o disposto na Portaria nº 143, de 12 de março de 2004, e na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com o disposto no Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992, na Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, na Portaria nº 652 MEFP/MARA, de 1º de outubro de 1992, e na Instrução Normativa Conjunta INCRA/STN nº 01, de 07 de julho de 1995, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de 3.727 (três mil setecentos e vinte e sete) Títulos da Dívida Agrária - TDAs, na forma escritural, no valor de R$ 349.219,90 (trezentos e quarenta e nove mil, duzentos e dezenove reais e noventa centavos), relacionados na Solicitação de Lançamento/INCRA nºs 139/15:

Data de Lançamento	Valor Nominal de Lançamento (R$)	Prazo de Vencimento	Taxa de Juros	Quantidade	Financeiro Total (R$)
01/11/2012	93,70	5 anos	3% a.a.	3.727	349.219,90
Total				3.727	349.219,90

Art. 2º Autorizar o cancelamento de 3.727 (três mil setecentos e vinte e sete) Títulos da Dívida Agrária - TDAs, na forma escritural, no valor de R$ 349.219,90 (trezentos e quarenta e nove mil, duzentos e dezenove reais e noventa centavos), em cumprimento a decisão judicial e despacho autorizativo, conforme Ofício INCRA nºs 745/2015-P, de 26.11.2015:

Data de Lançamento	Valor Nominal de Lançamento (R$)	Prazo de Vencimento	Taxa de Juros	Quantidade			Financeiro Total (R$)
				Resgatada	Vincenda	Total	
01/03/2013	93,70	18 anos	2% a.a.	219	3.508	3.727	349.219,90
Total				219	3.508	3.727	349.219,90

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA FERREIRA PASSOS

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 6.412, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria n. 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36, combinado com o artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta dos processos Susep 15414.005013/2015-75 e 15414.005014/2015-10, resolve:

Art. 1° Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, CNPJ n. 33.041.062/0001-09 e SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ n. 33.822.131/0001-03, ambas com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, nas assembleias gerais extraordinárias realizadas em 30 de novembro de 2015:

I - Ampliação da área geográfica de atuação de SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS para todo o território nacional;

II - Cisão parcial do patrimônio de SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, com versão da parcela cindida, composta da carteira de seguros de grandes riscos industriais e comerciais, para SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, nos termos do instrumento de protocolo e justificação de cisão parcial celebrado em 30 de novembro de 2015;

III - Redução do capital social de SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS em R$ 59.816.158,35, passando para R$ 1.956.762.298,13, dividido em 453 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal;

IV - Aumento do capital social de SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS em R$ 59.816.158,35, elevando-o para R$ 69.681.969,77, dividido em 572.048 ações ordinárias e 572.048 ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal; e

V - Alteração dos artigos 5° e consolidação dos estatutos sociais de SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS e SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

Art. 2º Ratificar que SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS se encontra autorizada a operar seguros de danos em todo o território nacional.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO WESTENBERGER

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES

PORTARIA Nº 1.295, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O COORDENADOR GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES da SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Diretor de Autorizações da Susep, por meio da Portaria Susep/Dirat n. 259, de 7 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo SUSEP 15414.004484/2015-66, resolve:

Art. 1° Aprovar a reforma e consolidação do estatuto social de ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., CNPJ n. 17.197.385/0001-21, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, conforme deliberado por seus acionistas na assembleia geral extraordinária realizada em 23 de setembro de 2015.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO BOTELHO GASPAR
Substituto

PORTARIA Nº 1.296, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O COORDENADOR GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES da SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Diretor de Autorizações da Susep, por meio da Portaria Susep/Dirat n. 259, de 7 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo SUSEP 15414.004485/2015-19, resolve:

Art. 1° Aprovar a reforma e consolidação do estatuto social de ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ n. 01.206.480/0001-04, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado por seu único acionista na assembleia geral extraordinária realizada em 23 de setembro de 2015.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO BOTELHO GASPAR
Substituto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 251, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Autoriza o empenho e a transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de Ipumirim - SC.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no D.O.U., de 17 de agosto de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar a o empenho e repasse de recursos ao Município de Ipumirim - SC, no valor de R$ 464.259,22 (quatrocentos e sessenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e nove reais e vinte e dois centavos), para a execução de obras de reconstrução de danos causados por enxurradas ou inundações, descrita no Plano de Trabalho juntado ao processo n° 59050.001109/2014-25.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, Classificação orçamentária; PT: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação do recurso parcela única.

Art. 4° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.047, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.006036/2010-99, do Ministério da Justiça, resolve:

ANULAR a Portaria nº 1.733, de 10 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União do dia 13 subsequente, que determinou a expulsão do Território Nacional de BARNABAS SALVI MUKUKO, de nacionalidade burundiana, filho de Salvi Makuko e de Cecília Patrick, nascido no Burundi, em 3 de março de 1986, por força de decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
COORDENAÇÃO-GERAL PROCESSUAL

ATA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 59

Dia: 10.12.2015
Hora: 15:00
Presidente: Vinícius Marques de Carvalho
Secretário do Plenário: Paulo Eduardo Silva de Oliveira

A distribuição é realizada em blocos de modo que o processo seja sorteado aos Conselheiros excluindo-se os nomes dos sorteados anteriormente, até que reste uma opção, mantendo-se, desta forma, uma distribuição numericamente igualitária entre os Conselheiros. Assim, a distribuição iniciará sem os nomes dos Conselheiros Gilvandro Vasconcelos Coelho Araújo, Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, João Paulo de Resende e Alexandre Cordeiro que na 94ª e 96ª SOD foram os relatores sorteados.

Foi distribuído pelo sistema de sorteio o seguinte feito.

Procedimento Administrativo de Apuração de Ato de Concentração nº 08700.011836/2015-49

Representante: CADE ex officio

Representadas: Technicolor S.A e Cisco Systems, Inc

Advogados: Marcel Medon Santos, Maria Eugênia Novis e outros

Relator: Conselheiro Paulo Burnier da Silveira

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO
Presidente do Conselho

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 9 de dezembro de 2015

Nº 1559 - Processo Administrativo nº 08700.004617/2013-41 (Apartado Restrito nº 08700.011937/2014-39). Representante: Cade ex officio. Representados: Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda, Balfour Beatty Rail Power Systems Brazil, Bombardier Transportation Brasil Ltda, CAF Brasil Indústria e Comércio Brasil Indústria e Comércio, Caterpillar Brasil Ltda, Empresa Empresa Tejofran de Saneamento e Serviços Ltda de Saneamento e Serviços Ltda, Hyundai-Rotem Co. Ltd., IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., MGE Equipamentos e Serviços Rodoviários Ltda, Mitsui & Co. (Brasil) S.A., MPE - Montagens e Projetos Especiais S.A., PROCINT - Projetos e Consultoria Internacional S/C Ltda., Serveng-Civilsan S/A - Empresas Associadas de Engenharia, Siemens Ltda, TC/BR Tecnologia e Consultoria Brasileira S/A, Temoinsa do Brasil Ltda, Trans Sistemas de Transportes S.A, Lucy Elisabete Pereira Teixeira (representando ConsTech Assessoria e Consultoria Internacional Ltda.), Adagir de Salles Abreu Filho, Albert Fernando Blum, Amador Francisco Rodriguez Peñin, Andoni Sarasola Altuna, Andras Mukics Mesics, Antonio Joaquim Charro, Antonio Dias Felipe, Arthur Gomes Teixeira, Ben-Hur Coutinho Viana de Souza, Carlos Alberto Alves Roso, Carlos Alberto Penna Leopoldo, Carlos Eduardo Teixeira, Daniel Mischa Leibold, David Lopes, Edgard Camargo de Toledo Filho, Edson Yassuo Hira, Eduardo Cesar Basaglia, Edyval Antônio Campanelli Junior, Everton Rheinheimer, Fleury Pissaia, Francisco de Assiz Perroni, Francisco Essi Amigo, Haroldo Oliveira de Carvalho, Homero Lobo de Vasconsellos, Isidro Ramon Fondevila Quinonero, Jan-Malte Hans Jochen Orthmann, José Manuel Uribe Regueiro, José Ricardo Garcia Valladão, Juarez Barcellos Filho, Júlio César Leitão, Luiz Antonio Taulois da Costa, Luiz Fernando Ferrari, Manuel Carlos do Rio Filho, Marcelo Zugaiar dos Santos, Marco Antônio Barreiro Contin, Marco Vinicius Barbi Missawa, Marcos José Ribeiro, Maria Aparecida Ramos Bartholetti, Masao Suzuki, Massimo Andrea Giavina Bian-Chi, Maurício Evandro Chagas Memória, Moises Smaire Neto, Murilo Rodrigues da Cunha, Nelson Branco Marchetti, Newton José Leme Duarte, Paulo José de Carvalho Borges Junior, Paulo Munk Machado, Paulo Roberto Stuart, Paulo Rubens Fonetenle Albuquerque, Peter Andreas Golitz, Philipe Emile Michel Dufosse, Philippe Delleur, Reinaldo Goulart de Andrade, Renato Grillo Ely, Ricardo Mario Lamenza Alzogaray, Rinaldo Marques Tsuruda, Rodrigo Otávio Lobo da Costa, Ronaldo Cavalieri, Ronaldo Hikari Moriyama, Rosângela Lorena de Sousa Tsuruda, Ruy Marcos Grieco, Sergio Valente Lombardi, Stephanie Brun-Brunet, Telmo Giolito Porto, Wagner Ibarrola, Wagner Tadeu Ribeiro e Wilson Daré. Advogados: Leonor Augusta Giovine Cordovil, Carolina Saito da Costa, Sérgio Varella Bruna, Isadora Postal Telli, Pedro Sérgio Costa Zanotta, Rodrigo Orlandini, Raquel Batista de S. Franca, Arnaldo Penteado Laudisio, Paulo Fernando de Moura, Daniel Marcelino, Ana Cecilia Pires Santoro, Paola Regina Petrozziello Pugliese, Pedro Sergio Costa Zanotta, Adriana Mourão Nogueira, Luiz Carlos Seixas, Marcello Alencar de Araújo, Priscila Brolio Gonçalves, Andrea Fabrino Hoffmann Formiga, Luiz Fernando Prado de Miranda, Flávio Luiz Yarshell, Carlos Roberto Fornes Mateucci, Frederico Centeno Dutra, Rodrigo Zingales Oller do Nascimento, Daniel Oliveira Andreoli, Marcelo Mendes Montragio, Ricardo Inglez de Souza, Raisa Dvorah Rechter Luciana Dutra de Oliveira Silveira, Aluízio José de Almeida Cherubini, José Manoel de Arruda Alvim Netto, Leonardo Maniglia Duarte, Rodrigo da Silva Alves dos Santos, Karen Ramos de Luna, Joao Paulo Fernandes de Carvalho, Luiz Carlos Lopes Madeira, Marcia Lyra Bergamo, Bruno Soares de Alvarenga, Anderson Alves de Albuquerque, André Marques Gilberto, Álvaro Adelino Marques Bayeux, Caio Mário da Silva Pereira Neto, Schermann Chrystie Miranda e Silva, Bárbara Mendes Lôbo, Carla Maria Martins Gomes, Fernando Augusto Pinto, Leonardo Lima Cordeiro, Ivan Henrique Moraes Lima, Braz Martins Neto, Martleide Perroti, Mônica Moya Martins Wolff, Thiago Brügger da Bouza, Stephanie Passos Guimarães, Eduardo Humberto Dalcamim, Bruno de Siqueira Pereira, Fabíola Carolina Lisboa Cammarota de Abreu, Luciano Inácio de Souza, Túlio Freitas do Egito Coelho, João Anselmo dos Santos Junior, Eduardo Caminati Anders, Luiz Fernando S. Lippi Coimbra, Miguel Pereira Neto, Flavia Guimarães Leardini, Roberto Trigueiro Fontes, Thomas George Macrander, Eric Hadmann Jasper, Ivo Teixeira Gico Júnior, Henrique Di Yorio Benedito, José Carlos Magalhães Teixeira Filho, Anna Carolina Barros Regatieri, Rosane Rosolen de Azevedo Ribeiro, Rabih Nasser, Osmar Mendes Paixão Côrtes, André Lozano Andrade, Alberto Abasolo Marino, Vicente Bagnoli, Alexandre Augusto Reis Bastos, Daniel Santos Guimarães e outros. Acolho a Nota Técnica nº 116/2015, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica, decido: a) pela retificação do Despacho nº 430/2015, devendo serem declarados revéis no presente feito os Representados Philippe Delleur e Stephanie Brun-Brunet, sem prejuízo do previsto no parágrafo único do art. 71 da Lei nº 12.529/2011; b) pelo deferimento parcial do pedido de reconsideração da RHA, conforme item III da referida Nota Técnica; c) pela instauração de Processo Administrativo em face da Adtranz Sistemas Eletromecânicos Ltda., nos termos dos arts. 13, V, e 69 e seguintes, da Lei nº 12.529/11 c.c. art. 146 e seguintes do Regimento Interno do Cade, a fim de investigar as condutas passíveis de enquadramento nos artigos no art. 20, incisos I a IV, c/c. art. 21, incisos I, II, III, IV e VIII, da Lei nº 8.884/94, bem como art. 36, incisos I a IV c/c seu § 3º, inciso I, alíneas "a", "c" e "d", e inciso II da Lei nº 12.529/2011, com apuração de sua responsabilidade no Processo Administrativo nº 08700.000448/2015-32 (Apartado de Acesso Restrito nº 08700.000449/2015-87), conforme item IV da referida Nota Técnica; d) pela juntada de cópia integral da Nota Técnica nº 116/2015 no Apartado de Acesso Restrito nº 08700.000449/2015-87; e) pelo indeferimento das preliminares reiteradas e apresentadas pelos Representados, por falta de amparo legal; f) pelo deferimento das provas documentais solicitadas pelos Representados Amador Francisco Rodriguez Peñin, Andoni Sarasola Altuna, CAF Brasil Indústria e Comércio, José Manuel Uribe Regueiro, Wagner Ibarrola, Arthur Teixeira, Lucy Elisabete Pereira Teixeira (responsável pela ConsTech Assessoria e Consultoria Internacional Ltda.), PROCINT - Projetos e Consultoria Internacional S/C Ltda., Ben-Hur Souza, Luiz Antonio Taulois da Costa, David Lopes, Edgard Filho, Massimo Bian-chi, Paulo Machado, Trans Sistemas, Homero Vasconsellos, Moises Neto, Serveng, Marcos Missawa, Maurício Memória, Mitsui, Murilo Cunha, Paulo Albuquerque, Ronaldo Cavalieri, Temoinsa e Wilson Daré; g) pelo deferimento das provas testemunhais solicitadas pelos Representados Alstom, Andras Mesics, Antonio Charro, Eduardo Basaglia, Francisco Perroni, Francisco Amigo, Isidro Quinonero, Júlio Leitão, Luiz Ferrari, Marco Contin, Maria Bartholetti, Paulo Júnior, Paulo Stuart, Philipe Dufosse, Rinaldo Tsuruda, Rosângela Tsuruda, Ruy Grieco, Wagner Ribeiro, Antonio Dias Felipe, Manuel Carlos do Rio Filho, Marcos José Ribeiro, Reinaldo Goulart de Andrade, Empresa Tejofran de Saneamento e Serviços Ltda, Telmo Giolito Porto, Ben-Hur Souza, Luiz Costa, Bombardier Transportation Brasil Ltda, Caterpillar, MGE, David Lopes, Edgard Filho, Massimo Bian-chi, Paulo Machado, Trans Sistemas, Edson Hira, Juarez Filho, Edyval Junior, Fleury Pissaia, IESA, Hyundai, Marcelo Santos, Marcos Missawa, Masao Suzuki, Mitsui, Murilo Cunha e Ricardo Alzogarey; h) pelo indeferimento das provas testemunhais solicitadas pelos Representados Andoni Sarasola Altuna, Caf Brasil Indústria e Comércio, José Manuel Uribe Regueiro, Wagner Ibarrola e Ronaldo Cavalieri; i) pelo deferimento da prova pericial solicitada pelos Representados Antonio Dias Felipe, Manuel Carlos do Rio Filho, Marcos José Ribeiro, Reinaldo Goulart de Andrade, Empresa Tejofran de Saneamento e Serviços ltda, Telmo Giolito Porto, conforme item IV.7 da referida Nota Técnica; j) pelo indeferimento das provas periciais solicitadas pelos Representados Albert Fernando Blum, Bombardier Transportation Brasil Ltda e Haroldo Carvalho; k) pela intimação da Siemens, para que no prazo de 10 dias, contados em dobro nos termos do art. 63, IV, do RI-Cade, apresente manifestação quanto ao pedido dos Representados Albert Fernando Blum e Bombardier Transportation Brasil Ltda, conforme itens IV.1 e IV.10, da referida Nota Técnica; l) pela intimação da Siemens, para que no prazo de 10 dias, contados em dobro nos termos do art. 63, IV, do RI-Cade, reapresente o documento indicado no item IV.2 da referida Nota Técnica; m) pelo indeferimento do pedido de vista às instalações, solicitado pela Representada Bombardier Transportation Brasil Ltda; n) pelo indeferimento do pedido referente ao envio de ofícios pela SG/Cade, solicitado pela Representada Bombardier Transportation Brasil Ltda; o) pelo deferimento do pedido referente ao envio de ofícios pela SG/Cade, solicitado pelo Representado Masao Suzuki; p) pelo indeferimento do pedido para que, caso sejam juntados novos documentos e informações aos autos, seja concedido 60 (sessenta) dias para que o Representado Masao Suzuki adite sua defesa; q) pelo deferimento parcial do pedido referente ao envio de ofícios pela SG/Cade, solicitado pela Representada Alstom, conforme item IV.2 da referida Nota Técnica; r) pelo deferimento do pedido de retificação do nome do Representado Ricardo Mario Lamenza Alzogarey para Ricardo Mario Lamenza Alzogaray; s) pelo indeferimento do pedido de reconsideração apresentado pelo Representado Ronaldo Hikari Moriyama, conforme item IV.30 da referida Nota Técnica; t) pela colheita de depoimentos dos Beneficiários do Acordo de Leniência; u) pela notificação dos Srs. Daniel Mischa Leibold, Everton Rheinheimer, Jan-Malte Hans Jochen Orthmann, Nelson Branco Marchetti, Newton José Leme Duarte, Peter Andreas Golitz, Antonio Charro, Eduardo Basaglia, Francisco Perroni, Francisco Amigo, Isidro Quinonero, Júlio Leitão, Luiz Ferrari, Marco Contin, Maria Bartholetti, Paulo Júnior, Paulo Stuart, Philipe Dufosse, Rinaldo Tsuruda, Rosângela Tsuruda, Ruy Grieco, Wagner Ribeiro, Ronaldo Cavalieri, Reinaldo Goulart de Andrade, David Lopes, Dong Ik Woo, Serge Van Themsch, Geraldo Phillipe Hertz Filho, Cesar Ponce de Leon, José Luiz Lavorente, Sérgio Corrêa Brasil, Carlos Mendonça da Silva, Simone Frossard Gemi, Marcelo Samogin, Arnaldo Pinto, Carlos Alexandre da Cunha, Ernani Fagundes, Jairo Leite Favario, José Kalil Neto, Marcelo Nery Costa, Mario Fiorati, Milton Frasson, Oscar Wolf, Osvaldo Spuri, Pedro Gherardi Neto, Sérgio Henrique Passos Avelleda, Sérgio Luiz Gonçalves Ferreira, Wilson Linder Vieira, Vicente Abate, José Antônio Fernandes Martins, Carlos Alberto Alves, Michael Marcello Cunha, Paulo Roberto Almeida da Rocha, Eder Luciano Saizaki, Michel Weil, Henry Munhoz, Edson Ghiro, Avelino Figueiredo Júnior, Maria das Graças Gurgel, Manoel Mendes, Fernando Niero de Sousa, Ligia Scavone, Júlio Roberto de Oliveira, Oh Hyun Kwonº, Cristiane Caselli Misse dos Santos, Kazuhisa Ota, Hiroshi Fujikawa, Eduardo Vanuchi, Luis José Berenguer, Eder Luciano Saizaki, Edvaldo Segura Ramos, Paulo Augusto Viana de Alvarenga, Antal Harter e Eurico Baptista Ribeiro Filho para que compareçam à sede do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, localizada na SEPN 515 Conjunto D, Lote 4, Ed. Carlos Taurisano, Sala de Reu-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

nião 01 da Superintendência - Geral, Cep: 70770-504, na cidade de Brasília/DF, nas datas e horários indicados na referida Nota Técnica; e v) pela notificação dos Representados acerca das datas e dos horários designados para a realização das oitivas.

EDUARDO FRADE RODRIGUES

Nº 1560 - Ato de Concentração nº 08700.009426/2015-38. Requerentes: CLARO S.A, BRASIL TELECOMUNICAÇÕES S.A. Advogados: Pedro A.A. Dutra, Daniel Santos Guimarães e outros. Acolho o Parecer Técnico nº 18/2015/CGAA4/SGA1/SG, de 9 de dezembro de 2015 e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive com sua motivação. Decido pela aprovação, sem restrições, do referido ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11. Ao Setor Processual.

Nº 1562. Processos Administrativos nº 08012.000504/2005-15 e nº 08012.008142/2011-59. Representante: SDE Ex officio. Representados: Associação Comercial dos Transportadores Autônomos - ACTA e Sindicato dos Transportadores Rodoviários de Cargas a Granel de Santos, Cubatão e Guarujá - SINDIGRAN. Advogados: Kátia Cristina da Trindade Aguiar, Tathiana Gimenis Prieto Alvarez e Rivaldo Lopes. Decido pelo encerramento da fase instrutória, ficando os Representados notificados para a apresentação de novas alegações em 05 (cinco) dias úteis, contados em dobro, nos termos do art. 73 da Lei nº 12.529/2011 c.c. art. 156 do Regimento Interno do Cade, a fim de que, em seguida, a Superintendência-Geral profira suas conclusões definitivas acerca dos fatos. Ao Setor Processual.

Nº 1564 - Ato de Concentração nº 08700.011197/2015-11. Requerentes: Schlumberger Holdings Corporation, Cameron International Corporation. Advogados: Marcelo Procópio Calliari, Joana Temudo Cianfarani, Eduardo Molan Gaban, Paulo L. Casagrande e outros. Natureza da operação: Aquisição de controle unitário. Setor econômico envolvido: Produtos e serviços para indústria de petróleo e gás. Decido pela aprovação sem restrições.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Substituto

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 4.492, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4057 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUBCONDOMINIO RIOMAR RECIFE, CNPJ nº 16.888.022/0001-70 para atuar em Pernambuco.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 4.495, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4158 - DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO DO SHOPPING CENTER IGUATEMI FLORIANOPOLIS, CNPJ nº 08.853.289/0001-01 para atuar em Santa Catarina.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 4.511, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4570 - DPF/SAG/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COOP. DISTR. GER. DE ENERGIA DAS MISSÕES - CERMISSÕES, CNPJ nº 97.081.434/0001-03 para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2466/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 4.663, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4902 - DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve:

CONCEDER autorização à empresa AGRO INDUSTRIAL TABU S.A, CNPJ nº 09.053.646/0001-01, sediada na Paraíba, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (dois) Revólveres calibre 38
40 (quarenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.675, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/5045 - DPF/STS/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa RUIZ ESCOLA DE FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 03.199.375/0001-10, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10000 (dez mil) Munições calibre .380
10000 (dez mil) Munições calibre 12
27024 (vinte e sete mil e vinte e quatro) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.703, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4662 - DPF/CAC/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ATLANTA SUL SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 07.904.502/0001-96, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2482/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.716, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/4749 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUHAI - VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 66.654.179/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2531/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.740, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3354 - DPF/CCM/SC, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa EMPRETEC VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 20.668.624/0001-99, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 2287/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.763, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/5137 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa STAR SERVICE VIGILANTIA LTDA, CNPJ nº 13.933.458/0001-45, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (dois) Revólveres calibre 38
70 (setenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.766, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/5243 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa NE SEGURANÇA PRIVADA EIRELE - EPP, CNPJ nº 21.206.811/0001-13, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
6 (seis) Revólveres calibre 38
108 (cento e oito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.767, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/5245 - DPF/VAG/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GVS3 SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.241.374/0001-48, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
6 (seis) Espingardas calibre 12
12 (doze) Pistolas calibre .380
6 (seis) Revólveres calibre 38
540 (quinhentas e quarenta) Munições calibre .380
48 (quarenta e oito) Munições calibre 12
108 (cento e oito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.769, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/5254 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CENTRO DE TREINAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA., CNPJ nº 39.302.369/0001-94, sediada no Espírito Santo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4 (quatro) Pistolas calibre .380
8 (oito) Revólveres calibre 38
4050 (quatro mil e cinquenta) Munições calibre 12
75000 (setenta e cinco mil) Espoletas calibre 38
15860 (quinze mil e oitocentos e sessenta) Gramas de pólvora
80442 (oitenta mil e quatrocentos e quarenta e dois) Projéteis calibre 38
3570 (três mil e quinhentos e setenta) Projéteis calibre .380

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC)
10 (dez) Granadas fumígenas lacrimogêneas (CS ou OC)
10 (dez) Granadas fumígenas de sinalização

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DESPACHO DA COORDENADORA-GERAL

Nº 262 - A Coordenadora-Geral de Controle de Segurança Privada, no uso de suas atribuições, conforme o disposto nos arts. 22 e 34 da Portaria nº 2.877/11 - MJ e art. 1º, o § 2º do art. 1º da Portaria nº 346/2006-DG/DPF, DETERMINA que, A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2016, os processos administrativos de COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA sejam protocolizados e tramitados somente pelo Sistema GESP - Gestão Eletrônica de Segurança Privada.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS DA CHEFE
Em 10 de dezembro de 2015

A Chefe da Divisão de Nacionalidade e Naturalização, do Departamento de Estrangeiros, da Secretaria Nacional de Justiça, no uso das suas atribuições legais, com fulcro no Art. 1º, da Portaria nº 02, de 21 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2012, resolve:
Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional argentina LAURA VERONICA RUIZ ZOIA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome constante do seu registro, passando LAURA VERONICA RUIZ ZOIA para LAURA VERONICA RUIZ.
Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional portuguesa ANA MONTENEGRO CORREIA LOURO, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome constante do seu registro, passando ANA MONTENEGRO CORREIA LOURO para ANA MONTENEGRO CORREIA LOURO APPS.
Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional portuguesa MARGARIDA DE MOURA DE FREITAS, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome constante do seu registro, passando MARGARIDA DE MOURA DE FREITAS para MARGARIDA MOURA DE FREITAS.
Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional angolana TERESA ODETE DIOGO PEDRO, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome constante do seu registro, passando TERESA ODETE DIOGO PEDRO para TERESA ODETH DIOGO PEDRO NARCISO.
Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional nigeriano CHUKWUMA KEN ENYORAH, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome constante do seu registro, passando CHUKWUMA KEN ENYORAH para CHUKWUMA KEN ENYIORAH.
Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional cubana MERCEDES NODA PEREYRA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome da genitora constante do seu registro, passando de MERCEDES NODA PEREIRA para MERCEDES NODA PEREYRA.
Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional boliviana AMERICA DEL CARMEN CUELLAR CUELLAR, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome da genitora constante do seu registro, passando de ELIA DEL CARMEN CUELLAR IBANEZ para ELIA CUELLAR IBAÑEZ.
Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional boliviana DAISY PATRICIA MERCADO BENAVENTE, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome da genitora constante do seu registro, passando de CORINA BENAVENTE VARGAS para LUISA CORINA BENAVENTE VARGAS.
Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional italiano VALENTINO GALLO, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome da genitora constante do seu registro, passando de ANNA AMOROSANO para ANNA AMORESANO.
Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional boliviana ROXANA ROJAS DE GRAGEDA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome do genitor constante do seu registro, passando de MANUEL ROJAS TORRICO para JESUS MANUEL ROJAS TORRICO.
Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional uruguaio LUIS ADOLFO SARUBBI SALLES, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome do genitor constante do seu registro, passando de ADOLFO SARUBBI MARCELLARO para ADOLFO SARUBBI MACELLARO.
Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional japonês YOSHIKAZU TAKEUCHI, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome do genitor constante do seu registro, passando de FUMIO TAKEUCHI para SHINICHI TAKEUCHI.
Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional sul-coreana BITNA LEE, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome dos genitores constante do seu registro, passando YOUNG WOO LEE para YOUNGWOO LEE e SUNG YOUNG PARK para SUNYOUNG PARK.
Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional francês NICOLAS JEAN YVES TAMION, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome dos genitores constante do seu registro, passando de ROLAND TAMION para ROLAND LOUIS TAMION e YVETTE TAMION para YVETTE IRENE GABRIELLE BRUBIAN.
Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional colombiano HINDERMAN CORREDOR CAMACHO, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome dos genitores constante do seu registro, passando de HONORIO CORREDOR RUBIANO para HONORIO CORREDOR e MARY CAMACHO DE CORREDOR para MERY CAMACHO.
Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional uruguaio RICARDO ANDRES GODAY FRANCO, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome dos genitores constante do seu registro, passando DANIEL EDUARDO GODAY para DANIEL EDUARDO GODAY ALEXANDRO e MARIA DEL CARMEN FRANCO para MARIA DEL CARMEN FRANCO MURUA.
Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional haitiano FRITZNER ADONIS, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome dos genitores constante do seu registro, passando de JEAN BAPTISTE ADONIS para NORILIEN ADONIS e ANDREA PHILOSTIN para MARIE SYLLE VALERIS.
Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional angolano AQUELINO JOSE DE FIGUEIREDO NARCISO, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome e o nome do genitor constante do seu registro, passando de AQUELINO JOSE DE FIGUEIREDO NARCISO para AQUILINO JOSÉ DE FIGUEIREDO NARCISO e o nome do genitor de NARCISO JOSE DA SILVA NETO para NARCISO JOSÉ SILVA NETO.
Deferir o pedido de Averbação de Nacionalidade formulado em favor da nacional portuguesa TERESA MARIA GOMES VIEIRA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado a nacionalidade constante do seu registro, passando de portuguesa para angolana, com a perda da nacionalidade primitiva.

Em 25 de novembro de 2015

No uso das atribuições a mim conferidas, decido:
Tendo em vista que os naturalizandos não foram localizados ou não mais residem no endereço declarado nos autos, o que impossibilita a correta instrução do feito, determino o arquivamento dos processos abaixo indicados:
Processo nº 08505.033864/2014-42, SICONG CHEN.

Em 27 de novembro de 2015

No uso das atribuições a mim conferidas, decido:
Tendo em vista a falta de cumprimento de exigências formuladas por esta Divisão, determino o arquivamento dos processos abaixo indicados, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/99.
Processo nº 08438.002382/2013-19, ESTELA PATRICIA PINEIRO BARTZ.

Em 10 de dezembro de 2015

No uso das atribuições a mim conferidas, decido:
Tendo em vista que os naturalizandos não foram localizados ou não mais residem no endereço declarado nos autos, o que impossibilita a correta instrução do feito, determino o arquivamento dos processos abaixo indicados:
Processo nº 08505058157201388, RAUL BONNE HERNANDEZ.
Processo nº 08505.054685/2014-49, NICHOLAS ADIMOHA.

SIMONE ELIZA CASAGRANDE

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 166, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Série: SILICON VALLEY - 1ª TEMPORADA COMPLETA (SILICON VALLEY - THE COMPLETE SEASON 1, Estados Unidos da América - 2014)
Episódio(s): 01 A 08
Diretor(es): Mike Judge/Alec Berg/Tricia Brock/Maggie Carey
Distribuidor(es): SONY DADC BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO VIDEO-FONOGRÁFICA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.031566/2015-80
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Série: DOCTOR WHO - A OITAVA TEMPORADA COMPLETA (DOCTOR WHO - SERIES 8, Reino Unido - 2014)
Episódio(s): 01 A 12
Produtor(es): Marcus Wilson/Denise Raul
Diretor(es): Farren Blackburn/Nick Hurran/Saul Metzstein/Douglas Mackinnnon
Distribuidor(es): LK-TEL Distribuidora de Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.032993/2015-85
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: CONTATOS 3 - A FOTOGRAFIA CONCEITUAL (CONTACTS - LA PHOTOGRAPHIE CONCEPTUELLE, França - 2002 A 2004)
Produtor(es): Art France
Distribuidor(es): BRETZ FILMES DISTRIBUIDORA E PRODUTORA LTDA - EPP
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Sexo e Nudez
Processo: 08000.033180/2015-11
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: COCORICÓ - JOGOS DE COCORICOLÂNDIA (Brasil - 2015)
Produtor(es): TV Cultura
Diretor(es): TV Cultura
Distribuidor(es): PARAMOUNT HOME MEDIA DISTRIBUTION BRAZIL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Infantil
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.034629/2015-50
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: MIA MADRE (Itália - 2015)
Produtor(es): Sacher Film
Diretor(es): Nanni Moretti
Distribuidor(es): ANTONIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFORNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.034884/2015-01
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: DE ONDE EU TE VEJO (Brasil - 2015)
Produtor(es): Denise Gomes/Paula Cosenza
Diretor(es): Luiz Villaça
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.036102/2015-60
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: O CAÇADOR E A RAINHA DE GELO (THE HUNTSMAN WINTER`S WAR, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Joe Roth
Diretor(es): Cedric Nicolas-Troyan
Distribuidor(es): Columbia Tristar Buena Vista Films of Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Aventura/Ação
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.036357/2015-22
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: CAPITÃO AMÉRICA - GUERRA CIVIL (CAPTAIN AMERICA - CIVIL WAR, Estados Unidos da América - 2015/2016)
Diretor(es): Anthony Russo/Joe Russo
Distribuidor(es): The Walt Disney Company (Brasil) Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ação/Ficção
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.036359/2015-11
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: SPOTLIGHT - SEGREDOS REVELADOS (SPOTLIGHT, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Michael Bederman

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Diretor(es): Tom Mccarthy
Distribuidor(es): Columbia Tristar Buena Vista Films of Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.036361/2015-91
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: WARCRAFT (Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Charles Roven/Thomas Tull/John Jashni/Outros
Diretor(es): Duncan Jones
Distribuidor(es): Columbia Tristar Buena Vista Films of Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.036363/2015-80
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: O QUARTO DE JACK (ROOM, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Jeff Arkuss
Diretor(es): Lenny Abrahamson
Distribuidor(es): Columbia Tristar Buena Vista Films of Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Angústia
Processo: 08000.036364/2015-24
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: IRMÃO DE ESPIÃO (GRIMSBY, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Peter Bayham
Diretor(es): Louis Leterrier
Distribuidor(es): Columbia Tristar Buena Vista Films of Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Aventura
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08000.036365/2015-79
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: ORGULHO E PRECONCEITO E ZUMBIS (PRIDE AND PREJUDICE AND ZOMBIES, Estados Unidos da América - 2015/2016)
Produtor(es): Sue Baden-Powell
Diretor(es): Burr Steers
Distribuidor(es): Columbia Tristar Buena Vista Films of Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Aventura/Suspense
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.036368/2015-11
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: CASAMENTO GREGO 2 (MY BIG FAT GREEK WEEDING 2, Estados Unidos da América - 2015/2016)
Produtor(es): Tom Hanks/Rita Wilson/Gary Goetzman
Diretor(es): Kirk Jones
Distribuidor(es): Columbia Tristar Buena Vista Films of Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.036606/2015-80
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: ANOMALISA (Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Charlie Kaufman/Duke Johnson
Diretor(es): Charlie Kaufman/Duke Johnson
Distribuidor(es): Paramount Pictures Brasil Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação/Drama
Tipo de Análise: Link de Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.036607/2015-24
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: ANGRY BIRDS - O FILME (THE ANGRY BIRDS MOVIE, Estados Unidos da América - 2015/2016)
Produtor(es): Mikael Her/David Maisel
Diretor(es): Clay Kaytis/Fergal Reilly
Distribuidor(es): Columbia Tristar Buena Vista Films of Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.036608/2015-79
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: UM HOMEM ENTRE GIGANTES (CONCUSSION, Estados Unidos da América - 2015/2016)
Produtor(es):
Diretor(es): Peter Landesman
Distribuidor(es): Columbia Tristar Buena Vista Films of Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.036609/2015-13
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: RESSURREIÇÃO (RISEN, Estados Unidos da América - 2015/2016)
Produtor(es): Jose Luis Escolar/Scott Holroyd
Diretor(es): Kevin Reynolds
Distribuidor(es): Columbia Tristar Buena Vista Films of Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.036610/2015-48
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: STAR WARS - O DESPERTAR DA FORÇA (STAR WARS - EPISODE VII - THE FORCE AWAKENS, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Lucasfilm/Bad Robot
Diretor(es): JJ. Abrams
Distribuidor(es): The Walt Disney Company (Brasil) Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Ação/Aventura/Ficção
Tipo de Análise: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.036690/2015-31
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: JUVENTUDE E LUTAS ECUMÊNICAS (Brasil - 2014)
Produtor(es): KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
Diretor(es): Juliana Radler/SUMAUMA Videos
Distribuidor(es): Não informado
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000948/2015-82
Requerente: KOINONIA PRESENÇA ECUMÊNICA E SERVIÇO

Conjunto de Episódios: O POVO BRASILEIRO (Brasil - 2000)
Episódio(s): 10
Produtor(es): Superfilmes
Diretor(es): Isa Grinspum Ferraz
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001195/2015-22
Requerente: CINEMATOGRÁFICA SUPERFILMES

Filme: BOULEZ + (Brasil - 2015)
Produtor(es): SESC - Serviço Social do Comércio/Adm Regional do Estado de São Paulo
Diretor(es): Flo Menezes
Distribuidor(es): SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO/ADM REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001210/2015-32
Requerente: SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO/ADM REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filme: CANTO DO RIO EM SOL (SONG TO RIO IN SOL, Brasil - 2015)
Produtor(es): Filmes do Serro Ltda.
Diretor(es): Maria de Andrade/Lais de Azevedo Rodrigues
Distribuidor(es): Não se Aplica
Classificação Pretendida: Livre
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001260/2015-10
Requerente: FILMES DO SERRO LTDA.

Filme: ORAÇÃO DO AMOR SELVAGEM (Brasil - 2015)
Produtor(es): Filmesquevoam
Diretor(es): Chico Faganello
Distribuidor(es): Pandora Filmes
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001263/2015-53
Requerente: PROVIDENCE DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA - EPP

Filme: O BOM DINOSSAURO (THE GOOD DINOSAUR, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Pixar Animation Studios/Walt Disney Pictures
Diretor(es): Peter Sohn
Distribuidor(es): The Walt Disney Company (Brasil) Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação/Aventura/Infantil
Tipo de Análise: Digital
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.036691/2015-86
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: TOMIE OHTAKE (Brasil - 2015)
Produtor(es): TV Cultura
Diretor(es): Helio Goldsztejn
Distribuidor(es): TV Cultura
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001248/2015-13
Requerente: FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RADIO E TV EDUCATIVA

Filme: UM RIO QUE VEM DE LONGE (Brasil - 2015)
Produtor(es): Hy Brazil Filmes
Diretor(es): Anna Azevedo
Distribuidor(es): HY BRAZIL FILMES
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário/Cultura
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001278/2015-11
Requerente: HY BRAZIL 2001 FILMES E LIVROS LTDA.

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

COORDENAÇÃO DE ENTIDADES SOCIAIS DIVISÃO DE QUALIFICAÇÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS

DESPACHO DA CHEFE
Em 9 de dezembro de 2015

1. Considerando que se frustraram, em função de mudança de endereço, as tentativas ordinárias de intimação do Interessado acerca da Representação Administrativa que tramita em seu desfavor no Ministério da Justiça;
2. Considerando o disposto no parágrafo 4º do art. 26 da Lei nº 9.784/99, intimo a entidade Instituto Confiancce, CNPJ nº 07.317.015/0001-27, via Diário Oficial, para que tome ciência da Representação Administrativa nº08001.004399/2015-94, que pode ensejar a perda da sua qualificação como OSCIP e promova a atualização do seu endereço (sob pena de cancelamento da sua qualificação como OSCIP, conforme dispõe o art. 5º do Decreto nº 3.100/99, que regulamenta a Lei 9.790/99.)
3. Concede-se prazo de 10 (dez) dias, para apresentação da defesa, nos termos dos artigos 38 e 39 da Lei nº 9.784/99.

1. Considerando que se frustraram, em função de mudança de endereço, as tentativas ordinárias de intimação do Interessado acerca da Representação Administrativa que tramita em seu desfavor no Ministério da Justiça;
2. Considerando o disposto no parágrafo 4º do art. 26 da Lei nº 9.784/99, intimo a entidade Instituto Confiancce, CNPJ nº 07.317.015/0001-27, via Diário Oficial, para que tome ciência da Representação Administrativa nº08001.004025/2015-79, que pode ensejar a perda da sua qualificação como OSCIP e promova a atualização do seu endereço (sob pena de cancelamento da sua qualificação como OSCIP, conforme dispõe o art. 5º do Decreto nº 3.100/99, que regulamenta a Lei 9.790/99.)
3. Concede-se prazo de 10 (dez) dias, para apresentação da defesa, nos termos dos artigos 38 e 39 da Lei nº 9.784/99.

PAULA MOREIRA JACOBSON

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PARA GRANDES EVENTOS

PORTARIA Nº 124, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PARA GRANDES EVENTOS, no uso das atribuições conferidas pelo art.38-G do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria MJ nº 2.164, de 29 de setembro de 2011, e pela Portaria MJ nº 889, de 26 de maio de 2014, combinados com os artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência ao servidor CRISTIANO BARBOSA SAMPAIO, Diretor de Operações da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça para atuar como Ordenador de Despesa por Delegação, Interino, no que se refere aos atos necessários à gestão e execução orçamentária e financeira dos recursos consignados na Unidade Gestora 200248 - Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, no período de 14 a 24 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria da SESGE entra em vigor na data de sua publicação.

ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.961, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Associação Hospitalar Santa Rosália.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 03 de dezembro de 2015, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33902.072680/2005-71, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, na forma do disposto nos incisos I e III do art. 82, da RN 197, de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica determinado que a operadora Associação Hospitalar Santa Rosália, registro ANS nº 40.850-6, inscrita no CNPJ sob o nº 25.104.902/0001-07, promova a alienação da sua carteira no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da intimação a que se refere o art. 10 da RN nº 112, de 28 de setembro de 2005.

Art. 2º Fica suspensa a comercialização de planos ou produtos da operadora Associação Hospitalar Santa Rosália, com base no artigo 9º, § 4º, da Lei 9.656/1998.

Art. 3º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.962, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora SB Saúde Ltda. Sociedade Simples.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 03 de dezembro de 2015, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33902.366494/2015-72, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, na forma do disposto nos incisos I e III do art. 82, da RN 197, de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica determinado que a operadora SB Saúde Ltda. Sociedade Simples, registro ANS nº 36.046-5, inscrita no CNPJ sob o nº 00.512.543/0001-98, promova a alienação da sua carteira no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da intimação a que se refere o art. 10 da RN nº 112, de 28 de setembro de 2005.

Art. 2º Fica suspensa a comercialização de planos ou produtos da operadora SB Saúde Ltda. Sociedade Simples, com base no artigo 9º, § 4º, da Lei 9.656/1998.

Art. 3º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.963, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Unimed de Taubaté Cooperativa de Trabalho Médico.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 03 de dezembro de 2015, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33902.024606/2015-11, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, na forma do disposto nos incisos I e III do art. 82, da RN 197, de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica determinado que a operadora Unimed de Taubaté Cooperativa de Trabalho Médico, registro ANS nº 36.328-6, inscrita no CNPJ sob o nº 45.171.402/0001-97, promova a alienação da sua carteira no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da intimação a que se refere o art. 10 da RN nº 112, de 28 de setembro de 2005.

Art. 2º Fica suspensa a comercialização de planos ou produtos da operadora Unimed de Taubaté Cooperativa de Trabalho Médico, com base no artigo 9º, § 4º, da Lei 9.656/1998.

Art. 3º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.964, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora SEDEG Assistência Odontológica Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 03 de dezembro de 2015, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves constantes do processo administrativo nº 33902.142835/2005-44, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor Presidente, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e III do art. 82 da RN nº 197, de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da operadora SEDEG Assistência Odontológica Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 42.281.006/0001-24, registro ANS nº 40.860-3, exerçam a portabilidade especial de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, na forma prevista na Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2008, alterada pela Resolução Normativa nº 252, de 28 de abril de 2011, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade especial de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na SEDEG Assistência Odontológica Ltda. pode exercer a portabilidade especial de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino.

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências tratada nesse artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade especial de carências tratada nesse artigo os requisitos previstos nos incisos I e II e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do artigo 3º de Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§ 2º Aplicam-se à portabilidade especial de carências os requisitos previstos nos incisos III, IV e V e o disposto no § 1º do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§ 3º Serão consideradas, para fins de compatibilidade dos planos e como parâmetro de comercialização, as Notas Técnicas de Registro de Produto - NTRP, vigentes na data da publicação desta Resolução Operacional.

§ 4º Terá validade de 5 (cinco) dias o relatório que indica o plano de destino extraído do módulo "portabilidade especial" do Guia de Planos do sítio eletrônico da ANS na internet.

§ 5º A comprovação de cumprimento do requisito previsto no inciso I do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009, dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos quatro boletos vencidos, referentes ao período dos últimos seis meses anteriores a 09 de junho de 2014.

Art. 2º No caso de o boleto de pagamento englobar o pagamento de mais de um beneficiário de plano individual e/ou familiar, e sendo impossível a discriminação individualizada das contraprestações pecuniárias, considerar-se-á o valor global do boleto para efeito da compatibilidade de produtos da portabilidade extraordinária.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.965, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Unimed do Guarujá Cooperativa de Trabalho Médico.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 03 de dezembro de 2015, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves constantes do processo administrativo nº 33902.572154/2013-17, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor Presidente, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e III do art. 82 da RN nº 197, de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da operadora Unimed do Guarujá Cooperativa de Trabalho Médico, inscrita no CNPJ sob o nº 74.244.062/0001-85, registro ANS nº 30.666-5, exerçam a portabilidade especial de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, na forma prevista na Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2008, alterada pela Resolução Normativa nº 252, de 28 de abril de 2011, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade especial de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na Unimed do Guarujá Cooperativa de Trabalho Médico pode exercer a portabilidade especial de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino.

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências tratada nesse artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade especial de carências tratada nesse artigo os requisitos previstos nos incisos I e II e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do artigo 3º de Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§ 2º Aplicam-se à portabilidade especial de carências os requisitos previstos nos incisos III, IV e V e o disposto no § 1º do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§ 3º Serão consideradas, para fins de compatibilidade dos planos e como parâmetro de comercialização, as Notas Técnicas de Registro de Produto - NTRP, vigentes na data da publicação desta Resolução Operacional.

§ 4º Terá validade de 5 (cinco) dias o relatório que indica o plano de destino extraído do módulo "portabilidade especial" do Guia de Planos do sítio eletrônico da ANS na internet.

§ 5º A comprovação de cumprimento do requisito previsto no inciso I do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009, dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos quatro boletos vencidos, referentes ao período dos últimos seis meses anteriores a 09 de junho de 2014.

Art. 2º No caso de o boleto de pagamento englobar o pagamento de mais de um beneficiário de plano individual e/ou familiar, e sendo impossível a discriminação individualizada das contraprestações pecuniárias, considerar-se-á o valor global do boleto para efeito da compatibilidade de produtos da portabilidade extraordinária.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.966, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da CIME - Cirurgia e Medicina S/C Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do art. 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, em conformidade com o com o § 7º, do art.7º-A da RN nº 186, de 14 de janeiro de 2014, em reunião ordinária, realizada em 03 de dezembro de 2015, considerando as anormalidades econômico-financeiras, assistenciais e administrativas graves, constantes no processo administrativo nº 33902.118802/2015-55, e considerando o relevante interesse público e o risco de dano irreversível à saúde dos consumidores, adota e o Diretor-Presidente da ANS, determina a publicação da seguinte Resolução Operacional:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da CIME - Cirurgia e Medicina S/C Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 47.559.372/0001-16, registro ANS nº 32.334-9, exerçam a portabilidade extraordinária de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade extraordinária de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na CIME - Cirurgia e Medicina S/C Ltda. pode exercer a portabilidade extraordinária de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino; e

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo os requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º todos do artigo 3º da RN nº 186, de 2009.

§ 2º Aplica-se à portabilidade extraordinária de carências o requisito previsto no inciso V do art. 3º da RN nº 186, de 2009.

§ 3º Serão considerados como parâmetros de comercialização as Notas Técnicas de Registro de Produto - NTRP vigentes na data de publicação desta Resolução Operacional.

§ 4º A comprovação da adimplência do beneficiário junto à operadora do plano de origem dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos 4 (quatro) boletos vencidos, referentes ao período dos últimos 6 (seis) meses.

§ 5º O beneficiário da CIME - Cirurgia e Medicina S/C Ltda. exercerá a portabilidade extraordinária, observando-se o seguinte:

I - poderá escolher diretamente na operadora de destino plano enquadrado em qualquer faixa de preço; e

II - poderá ser exigido o cumprimento de carência no plano de destino somente para as coberturas não previstas no tipo de plano de origem (sem internação, internação sem obstetrícia, internação com obstetrícia).

§ 6º A operadora de destino deverá:

I - aceitar, após pagamento da primeira mensalidade, imediatamente o consumidor que atender aos requisitos disciplinados nesta RO, não se aplicando o disposto no art. 9º e no § 1º do art. 11 da RN nº 186, de 2009;

II - divulgar em seus postos de venda a listagem dos planos a que se refere o inciso I do § 5º desta Resolução, com os respectivos preços máximos dos produtos; e

III - no caso do beneficiário da CIME - Cirurgia e Medicina S/C Ltda. estar internado, a portabilidade extraordinária poderá ser exercida por seu representante legal.

Art. 2º No caso de o boleto de pagamento englobar o pagamento de mais de um beneficiário de plano individual e/ou familiar, e sendo impossível a discriminação individualizada das contraprestações pecuniárias, considera-se o valor global do boleto em relação a cada um dos beneficiários para efeito de exercício da portabilidade extraordinária.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.967, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Pontual Saúde Assistência Médica Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do art. 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, em conformidade com o com o § 7º, do art.7º-A da RN nº 186, de 14 de janeiro de 2014, em reunião ordinária, realizada em 03 de dezembro de 2015, considerando as anormalidades econômico-financeiras, assistenciais e administrativas graves, constantes no processo administrativo nº 33902.082327/2005-08, e considerando o relevante interesse público e o risco de dano irreversível à saúde dos consumidores, adota e o Diretor-Presidente da ANS, determina a publicação da seguinte Resolução Operacional:

Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da Pontual Saúde Assistência Médica Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 04.113.414/0001-88, registro ANS nº 41.341-1, exerçam a portabilidade extraordinária de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade extraordinária de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na Pontual Saúde Assistência Médica Ltda. pode exercer a portabilidade extraordinária de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino; e

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo os requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º todos do artigo 3º da RN nº 186, de 2009.

§ 2º Aplica-se à portabilidade extraordinária de carências o requisito previsto no inciso V do art. 3º da RN nº 186, de 2009.

§ 3º Serão considerados como parâmetros de comercialização as Notas Técnicas de Registro de Produto - NTRP vigentes na data de publicação desta Resolução Operacional.

§ 4º A comprovação da adimplência do beneficiário junto à operadora do plano de origem dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos 4 (quatro) boletos vencidos, referentes ao período dos últimos 6 (seis) meses.

§ 5º O beneficiário da Pontual Saúde Assistência Médica Ltda. exercerá a portabilidade extraordinária, observando-se o seguinte:

I - poderá escolher diretamente na operadora de destino plano enquadrado em qualquer faixa de preço; e

II - poderá ser exigido o cumprimento de carência no plano de destino somente para as coberturas não previstas no tipo de plano de origem (sem internação, internação sem obstetrícia, internação com obstetrícia).

§ 6º A operadora de destino deverá:

I - aceitar, após pagamento da primeira mensalidade, imediatamente o consumidor que atender aos requisitos disciplinados nesta RO, não se aplicando o disposto no art. 9º e no § 1º do art. 11 da RN nº 186, de 2009;

II - divulgar em seus postos de venda a listagem dos planos a que se refere o inciso I do § 5º desta Resolução, com os respectivos preços máximos dos produtos; e

III - no caso do beneficiário da Pontual Saúde Assistência Médica Ltda. estar internado, a portabilidade extraordinária poderá ser exercida por seu representante legal.

Art. 2º No caso de o boleto de pagamento englobar o pagamento de mais de um beneficiário de plano individual e/ou familiar, e sendo impossível a discriminação individualizada das contraprestações pecuniárias, considera-se o valor global do boleto em relação a cada um dos beneficiários para efeito de exercício da portabilidade extraordinária.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.968, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da SMS Assistência Médica Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do art. 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, em conformidade com o com o § 7º, do art.7º-A da RN nº 186, de 14 de janeiro de 2014, em reunião ordinária, realizada em 03 de dezembro de 2015, considerando as anormalidades econômico-financeiras, assistenciais e administrativas graves, constantes no processo administrativo nº 33902.000783/2015-10, e considerando o relevante interesse público e o risco de dano irreversível à saúde dos consumidores, adota e o Diretor-Presidente da ANS, determina a publicação da seguinte Resolução Operacional:

Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da SMS Assistência Médica Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 31.754.070/0001-69, registro ANS nº 31.140-5, exerçam a portabilidade extraordinária de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade extraordinária de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na SMS Assistência Médica Ltda. pode exercer a portabilidade extraordinária de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino; e

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo os requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º todos do artigo 3º da RN nº 186, de 2009.

§ 2º Aplica-se à portabilidade extraordinária de carências o requisito previsto no inciso V do art. 3º da RN nº 186, de 2009.

§ 3º Serão considerados como parâmetros de comercialização as Notas Técnicas de Registro de Produto - NTRP vigentes na data de publicação desta Resolução Operacional.

§ 4º A comprovação da adimplência do beneficiário junto à operadora do plano de origem dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos 4 (quatro) boletos vencidos, referentes ao período dos últimos 6 (seis) meses.

§ 5º O beneficiário da SMS Assistência Médica Ltda. exercerá a portabilidade extraordinária, observando-se o seguinte:

I - poderá escolher diretamente na operadora de destino plano enquadrado em qualquer faixa de preço; e

II - poderá ser exigido o cumprimento de carência no plano de destino somente para as coberturas não previstas no tipo de plano de origem (sem internação, internação sem obstetrícia, internação com obstetrícia).

§ 6º A operadora de destino deverá:

I - aceitar, após pagamento da primeira mensalidade, imediatamente o consumidor que atender aos requisitos disciplinados nesta RO, não se aplicando o disposto no art. 9º e no § 1º do art. 11 da RN nº 186, de 2009;

II - divulgar em seus postos de venda a listagem dos planos a que se refere o inciso I do § 5º desta Resolução, com os respectivos preços máximos dos produtos; e

III - no caso do beneficiário da SMS Assistência Médica Ltda. estar internado, a portabilidade extraordinária poderá ser exercida por seu representante legal.

Art. 2º No caso de o boleto de pagamento englobar o pagamento de mais de um beneficiário de plano individual e/ou familiar, e sendo impossível a discriminação individualizada das contraprestações pecuniárias, considera-se o valor global do boleto em relação a cada um dos beneficiários para efeito de exercício da portabilidade extraordinária.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.969, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Green Life Assistência Médica e Odontológica Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do art. 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, em conformidade com o com o § 7º, do art.7º-A da RN nº 186, de 14 de janeiro de 2014, em reunião ordinária, realizada em 03 de dezembro de 2015, considerando as anormalidades econômico-financeiras, assistenciais e administrativas graves, constantes no processo administrativo nº 33902.132951/2007-17, e considerando o relevante interesse público e o risco de dano irreversível à saúde dos consumidores, adota e o Diretor-Presidente da ANS, determina a publicação da seguinte Resolução Operacional:

Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da operadora Green Life Assistência Médica e Odontológica Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 03.571.385/0001-35, registro ANS nº 41.047-1, exerçam a portabilidade extraordinária de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade extraordinária de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na Green Life Assistência Médica e Odontológica Ltda., pode exercer a portabilidade extraordinária de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino; e

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo os requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º todos do artigo 3º da RN nº 186, de 2009.

§ 2º Aplica-se à portabilidade extraordinária de carências o requisito previsto no inciso V do art. 3º da RN nº 186, de 2009.

§ 3º Serão considerados como parâmetros de comercialização as Notas Técnicas de Registro de Produto - NTRP vigentes na data de publicação desta Resolução Operacional.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 4º A comprovação da adimplência do beneficiário junto à operadora do plano de origem dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos 4 (quatro) boletos vencidos, referentes ao período dos últimos 6 (seis) meses.

§ 5º O beneficiário da Green Life Assistência Médica e Odontológica Ltda., exercerá a portabilidade extraordinária, observando-se o seguinte:

I - poderá escolher diretamente na operadora de destino plano enquadrado em qualquer faixa de preço; e

II - poderá ser exigido o cumprimento de carência no plano de destino somente para as coberturas não previstas no tipo de plano de origem (sem internação, internação sem obstetrícia, internação com obstetrícia).

§ 6º A operadora de destino deverá:

I - aceitar, após pagamento da primeira mensalidade, imediatamente o consumidor que atender aos requisitos disciplinados nesta RO, não se aplicando o disposto no art. 9º e no § 1º do art. 11 da RN nº 186, de 2009;

II - divulgar em seus postos de venda a listagem dos planos a que se refere o inciso I do § 5º desta Resolução, com os respectivos preços máximos dos produtos; e

III - no caso do beneficiário da Green Life Assistência Médica e Odontológica Ltda., estar internado, a portabilidade extraordinária poderá ser exercida por seu representante legal.

§ 7º A operadora de destino deverá aceitar através da portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo todos os beneficiários descritos nas alíneas do inciso II do art. 2º da Resolução Normativa - RN nº 137, de 2006.

Art. 2º No caso de o boleto de pagamento englobar o pagamento de mais de um beneficiário de plano individual e/ou familiar, e sendo impossível a discriminação individualizada das contraprestações pecuniárias, considera-se o valor global do boleto em relação a cada um dos beneficiários para efeito de exercício da portabilidade extraordinária.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

DECISÕES DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 397ª Reunião de Diretoria Colegiada, realizada em 26 de março de 2014, aprovou o voto relator no seguinte processo administrativo:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
33902.018261/2008-37	Unimed do Estado do Mato Grosso do SUL - Federação Estadual das Cooperativas Médicas	DIPRO	Não envio do DIOPS - Art. 20, caput, da Lei 9656/98 c/c art. 3º da RE- DIOPE n.º 01/01	10.000,00 (dez mil reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 429ª Reunião de Diretoria Colegiada, realizada em 16 de setembro de 2015, aprovou o voto relator no seguinte processo administrativo:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
25789.033904/2011-93	ASSISTÊNCIA MÉDICA SÃO MIGUEL LTDA	DIDES	Rescisão Unilateral de Contrato - Art. 13, parágrafo único, Inciso II da Lei 9656/98	32.064,00 (trinta e dois mil e sessenta e quatro reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor - Presidente

NÚCLEO MINAS GERAIS

DECISÕES DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

O Chefe do NUCLEO DA ANS MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 132, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/011/2012, seção 1, fl. 41, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25779.014949/2014-21	AMIL ASSISTENCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305	29.309.127/0001-79	Exigir desde 1º. 11.2013 da beneficiária Sr. E.M.S., contraprestação pecuniária em valor superior ao cobrado dos empregados ativos vinculados ao contrato da empresa. (art. 25, da Lei 9656/98).	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25779.020098/2014-55	CASA DE CARIDADE DE MURIAE - HOSPITAL SÃO PAULO	333514	22.780.498/0001-95	Deixar de garantir, a beneficiária M.H.Q.M.S., usuária de plano ambulatorial + hospitalar, os procedimentos, em 13 de março de 2014. (art.12, inciso II, alínea "a" da Lei 9656/98).	128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais)
25779.002591/2014-93	COOPERATIVA DE USUÁRIOS ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR DO SICOOB LTDA - VIVAMED SAUDE	314170	00.152.753/0001-12	Estabelecer valor de coparticipação que caracterize financiamento integral dos procedimentos realizados pela beneficiária L.A.B., em 10.12.2013. (art. 1°, §1°, alínea "d" da Lei 9656/98, c/c art. 2°, inciso VII, da CONSU n° 8, de 1998).	12.000,00 (doze mil reais)
25779.016904/2014-91	UNIMED RIO ,COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO	393321	42.163.881/0001-01	Deixar de garantir, no dia 08/05/2014, cobertura obrigatória, prevista em Lei, ao procedimento de Ressonância Magnética de encéfalo, para a beneficiária A.O.B., solicitado em caráter de emergência. (art.35-C, inciso I, da Lei 9656/98).	110.000,00 (cento dez mil reais)

RICARDO CASTRO RAMOS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 329, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em Circuito Deliberativo - CD_DN 450/2015, realizada em 27 de novembro de 2015, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI e no § 2º do art. 15 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VII, § 1º do art. 58 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015 e em conformidade com a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 04 de abril de 2008 e Portaria nº 616, de 24 de abril de 2012, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 146/2015 - COREF/SUCOM.

Empresa: FIRMENICH CIA LTDA
CNPJ: 61.360.574/0001-65
Processo nº: 25351.664132/2014-18
Expediente do recurso nº 0301740/15-1

JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR
Diretor-Presidente

ARESTO N° 330, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em Reunião Ordinária Pública - ROP 021/2015, realizada em 29 de outubro de 2015, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI e no § 2º do art. 15 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VII, § 1º do art. 58 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015 e em conformidade com a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 04 de abril de 2008 e Portaria nº 616, de 24 de abril de 2012, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 275/2015 - COREF/SUCOM.

Empresa: APSEN FARMACÊUTICA S A
CNPJ: 62.462.015/0001-29
Processo nº: 25351.665899/2014-81
Expediente do recurso nº 705321/15-5

JARBAS BARBOSA DA SILVA JUNIOR
Diretor-Presidente

RETIFICAÇÃO

No Despacho n° 116, de 1 de dezembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União n° 230, de 2 de dezembro de 2015, seção 1, pág. 40,

Onde se lê:

"Diretor Relator: Fernando Mendes Garcia Neto"

Leia-se:

"Diretor Relator: Renato Alencar Porto"

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.404, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 09 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada nº 46, de 22 de outubro de 2015, publicada no DOU de 23 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto nos incisos VII e VIII do art. 52, aliado ao inciso I e § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA A TERCEIROS

considerando os arts. 12, 59 , 63, I e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 15°, do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação de divulgação e exposição à venda de produtos sob regime de Vigilância Sanitária sem cadastro ou registro Anvisa, pela empresa R.F. Campos Importação e Exportação Ltda ME, que não possui Autorização de Funcionamento para atividade de importação, distribuição de Produtos para Saúde (Correlatos), resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da importação, distribuição, comercialização, uso e divulgação, inclusive por meio do endereço eletrônico http://www.hidrolinfa.com.br/ do equipamento HIDROLINFA com finalidade de embelezamento e estética, inclusive suas partes e acessórios, importados pela empresa R.F. Campos Importação e Exportação Ltda ME (CNPJ: 12065138/0001-58).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento de todos os produtos descritos no art. 1º existentes no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.405, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 09 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada nº 46, de 22 de outubro de 2015, publicada no DOU de 23 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto nos incisos VII e VIII do art. 52, aliado ao inciso I e § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015,

considerando os arts. 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XXVI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da divulgação irregular do produto COLCHÕES FOTOMAG, por meio do endereço eletrônico http://www.fotomag.com.br , no qual estão sendo atribuídas diversas indicações terapêuticas ao produto tais como: "Ativação da circulação sanguínea, Aceleração da regeneração óssea em fratura, Melhora da fixação da vitamina D", resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo território nacional, a suspensão de todas as publicidades que atribuam propriedades terapêuticas não estabelecidas pela legislação sanitária vigente, relativas ao produto COLCHÕES FOTOMAG, pela empresa Photonmag Indústria e Comercio de Produtos Magnetizados Ltda - ME (CNPJ: 12053402/0001-33).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.406, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 09 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada nº 46, de 22 de outubro de 2015, publicada no DOU de 23 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto nos incisos VII e VIII do art. 52, aliado ao inciso I e § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015,

considerando o art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

considerando a publicação da Autorização de Funcionamento de Empresa, publicada no Diário Oficial da União nº 69, de 13 de abril de 2015, através da Resolução nº. 1.080, de 09 de abril de 2015, resolve:

Art. 1º Revogar parcialmente a Resolução-RE nº 2.167, de 31 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 146 de 03 de agosto de 2015, Seção 01, pág. 132, que havia determinado a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso de todos os produtos fabricados pela empresa Valdison Batista da Silva - ME, nome de fantasia: Burana Cosméticos (CNPJ: 06227291/0001-46), localizada à Rua 19, s/n, Quadra 35, Lote 19, Bairro Alto da Bela Vista, Itaberaí, Goiás, CEP: 76630-000.

Art. 2º Permanece em vigor, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso de todos os produtos fabricados pela empresa Valdison Batista da Silva - ME anteriores à 13 de abril de 2015, data de publicação da Autorização de Funcionamento de Empresa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.407, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 09 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada nº 46, de 22 de outubro de 2015, publicada no DOU de 23 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto nos incisos VII e VIII do art. 52, aliado ao inciso I e § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015,

considerando os arts. 21, 22, 23 e 56 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969,

considerando o art. 7º, XXVI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação de publicidade irregular do produto TRIPLO X NUTRATA, por meio dos endereços eletrônicos www.lojanutrata.com.br e www.shopsport.com.br, nos quais estão sendo atribuídas alegações de propriedades funcionais ou de saúde aos produtos, sem comprovação, tais como: "Promove metabolização da gordura", "Aliado perfeito a definição corporal", "Ajuda a controlar o colesterol"; resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo território nacional, a suspensão de todas as publicidades que atribuam propriedades funcionais ou de saúde não permitidas pela legislação sanitária vigente, relativas ao produto TRIPLO X NUTRATA, fabricante não identificado, distribuído pela empresa MMC Comercio de Produtos Alimenticios e Cosméticos Ltda. (CNPJ: 17103570/0001-00).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.408, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 09 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada nº 46, de 22 de outubro de 2015, publicada no DOU de 23 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto nos incisos VII e VIII do art. 52, aliado ao inciso I e § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015,

considerando os arts. 12, 50, 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando, ainda, a comprovação da comercialização dos produtos REPEL-NEEM REPELENTE NATURAL USO HUMANO E DOMÉSTICO, SABONETE DE NEEM-HUMANO e ÓLEO DE NEEM sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, pela empresa Pará - Indústria e Comércio de Óleos Vegetais Ltda. - EPP, que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso dos produtos REPEL-NEEM - REPELENTE NATURAL USO HUMANO E DOMÉSTICO, SABONETE DE NEEM - HUMANO e ÓLEO DE NEEM, bem como todos os demais produtos cosméticos fabricados pela empresa Pará - Indústria e Comércio de Óleos Vegetais Ltda. - EPP (CNPJ 08188487/0001-90), localizada na Estrada PA 440, Km 10, Rural, São João de Pirabas/PA.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1°.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE N° 3.409, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 09 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada nº 46, de 22 de outubro de 2015, publicada no DOU de 23 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto nos incisos VII e VIII do art. 52, aliado ao inciso I e § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015,

considerando o art. 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o comunicado de recolhimento voluntário encaminhado pela empresa Zambon Laboratórios Farmacêuticos Ltda., em razão da detecção de resultados insatisfatórios de impurezas durante análise dos lotes A12922, A12977 e A13258, do medicamento RINOFLUIMUCIL (acetilcisteína + acetato de tuaminoeptano), solução nasal, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo o território nacional, da distribuição, comercialização e uso dos lotes A12922, A12977 e A13258 (Val.: 05/2016) do medicamento RINOFLUIMUCIL (acetilcisteína + acetato de tuaminoeptano), solução nasal, da empresa Zambon Laboratórios Farmacêuticos Ltda. (CNPJ: 61100004/0001-36).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º, na forma da Resolução-RDC nº 55/2005.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.410, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 09 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada nº 46, de 22 de outubro de 2015, publicada no DOU de 23 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto nos incisos VII e VIII do art. 52, aliado ao inciso I e § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015,

considerando os arts. 12, 50, 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da comercialização irregular do produto CLORO LÍQUIDO - ALVEJANTE CONCENTRADO - marca Louro sem registro/notificação na Anvisa, pela empresa Lorenzetti Quimica Ltda.;

considerando a comprovação da divulgação irregular dos produtos TÁ-BOA ALVEJANTE COM DETERGENTE e SABÃO LÍQUIDO MAXI sem registro/notificação na Anvisa, por meio do sítio eletrônico http://uselouro.com.br/, pela empresa Lorenzetti Quimica Ltda., resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, comercialização e uso do produto CLORO LÍQUIDO - ALVEJANTE CONCENTRADO - marca LOURO, além da suspensão de todas as publicidades dos produtos TÁ-BOA ALVEJANTE COM DETERGENTE e SABÃO LÍQUIDO MAXI divulgados pelo sítio eletrônico http://uselouro.com.br/ fabricados pela empresa Lorenzetti Quimica Ltda. (CNPJ: 80416225/0001-62).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.411, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 09 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada nº 46, de 22 de outubro de 2015, publicada no DOU de 23 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto nos incisos VII e VIII do art. 52, aliado ao inciso I e § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015,

considerando o art. 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o comunicado de recolhimento voluntário encaminhado pela empresa EMS S/A, em razão da ausência de um blister de 10 comprimidos no cartucho para o lote 774514 do medicamento CLORIDRATO DE VERAPAMIL 80 mg, comprimidos revestidos, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo o território nacional, da distribuição, comercialização e uso do lote 774514 (Val.: 07/2017) do medicamento CLORIDRATO DE VERAPAMIL 80 mg, comprimidos revestidos, fabricado pela empresa EMS S/A (CNPJ: 57507378/0003-65).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º, na forma da Resolução-RDC nº 55/2005.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.412, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 09 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada nº 46, de 22 de outubro de 2015, publicada no DOU de 23 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto nos incisos VII e VIII do art. 52, aliado ao inciso I e § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

considerando o art. 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando as premissas de qualidade consignadas na Resolução RDC nº 17, de 16 de abril de 2010;

considerando as não-conformidades detectadas durante inspeção para verificação de requerimentos de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos na empresa Laboratórios Lesvi S.L., fabricante de FORMAS FARMACÊUTICAS SÓLIDAS não estéreis para uso oral, que foi considerada insatisfatória, resolve:

Art. 1º Determinar como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da importação de todas as FORMAS FARMACÊUTICAS SÓLIDAS não estéreis para uso oral, fabricadas pela empresa Laboratórios Lesvi SL, localizada na Avgda Barcelona, 69-08970, Sant Joan Despi, Barcelona, Espanha.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.413, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 09 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada nº 46, de 22 de outubro de 2015, publicada no DOU de 23 de outubro de 2015, tendo em vista o disposto nos incisos VII e VIII do art. 52, aliado ao inciso I e § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015,

considerando o art. 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

considerando o Laudo de Análise Fiscal inicial n.º 2182.00/2015, emitido pelo Instituto Adolfo Lutz, que apresentou resultado insatisfatório no ensaio de Formaldeído, para o lote SLFL3036 do cosmético INGEL MAX, marca FOREVERLISS, 1000 mL, resolve:

Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a interdição cautelar do lote SLFL3036 (Val.: 04/05/2018) do cosmético INGEL MAX, marca FOREVERLISS, 1000 mL, fabricado por Frielo Ind. e Com. de Cosméticos Ltda-ME (CNPJ: 13647062/0001-31).

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e vigorará pelo prazo de noventa dias.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS SUJEITOS À VIGILÂNCIA SANITÁRIA COORDENAÇÃO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO

DESPACHO DA COORDENADORA

Em 10 de dezembro de 2015

Nº 151 - A Coordenação de Análise e Julgamento de Processo Administrativo Sanitário da agência nacional de vigilância sanitária - anvisa, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso i, do art. 170, do regimento interno aprovado nos termos do anexo i da resolução da diretoria colegiada - rdc n. 29 da anvisa, de 21 de julho de 2015, publicado na seção 1, do dou n. 139, de 23 de julho 2015, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: ALLERGAN PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA

25351.003497/2010-08 - AIS:004407/10-5 - GFIMP/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: ARTCO COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA

25351.525183/2010-38 - AIS:690875/10-6 - GFIMP1/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: ASSOCIACAO BRASILEIRA DO COMERCIO FARMACEUTICO

25351.525196/2010-37 - AIS:690891/10-8 - GFIMP1/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: COMPANHIA BRASILEIRA DE LATICINIOS-CBL

25351.555757/2010-16 - AIS:732957/10-1 - GFIMP1/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: COOP SUL-RIO GRANDENSE DE LATICINIOS LTDA-COSULATI

25351.557939/2010-54 - AIS:735838/10-5 - GGFIS/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: COSMED INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS E MEDICAMENTOS S.A.

25351.413734/2010-58 - AIS:540388/10-0 - GFIMP1/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: DIGITAL SITE LTDA

25351.645619/2010-85 - AIS:851898/10-0 - GFIMP/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: E MIDIA PROPAGANDA E MARKETING LTDA

25351.381743/2010-00 - AIS:498465/10-0 - GFIMP/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: EDITORA ABRIL S/A

25351.376778/2010-07 - AIS:492103/10-8 - GFIMP/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: EDITORA ABRIL S/A

25351.520025/2010-74 - AIS:684038/10-8 - GFIMP/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: EDITORA ABRIL S/A

25351.413672/2010-62 - AIS:540310/10-3 - GFIMP1/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: EDITORA CARAS SA

25351.402684/2010-45 - AIS:525678/10-0 - GFIMP/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: EDITORA GLOBO S/A

25351.482565/2010-56 - AIS:634013/10-0 - GFIMP/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: EDITORA JORNALISTICA ALBERTO S.A

25351.527120/2010-44 - AIS:693237/10-1 - GFIMP1/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: EDITORA O ESTADO DO PARANA SA

25351.582792/2010-26 - AIS:768714/10-1 - GFIMP1/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: EM SOLUÇÕES PARA INTERNET LTDA

25351.473477/2010-29 - AIS:621799/10-1 - GFIMP/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: FUNDACAO CASPER LIBERO

25351.402615/2010-41 - AIS:525596/10-1 - GFIMP/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: G R UM EDITORA LTDA.

25351.519419/2010-19 - AIS:683229/10-6 - GFIMP/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: HYPERMARCAS S/A

25351.495696/2010-37 - AIS:651390/10-5 - GFIMP/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: IPE - INFORPRINT PRICE EDITORA LTDA. - EPP

25351.473873/2010-51 - AIS:622322/10-2 - GFIMP/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: LIGA LIFE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME

25351.411280/2010-68 - AIS:537145/10-7 - GFIMP/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: OLVEBRA INDUSTRIAL

25351.526304/2010-39 - AIS:692218/10-0 - GFIMP1/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: PLASTSIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP

25351.469001/2010-13 - AIS:615286/10-4 - GFIMP/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA

25351.466854/2010-58 - AIS:612229/10-9 - GFIMP/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: RADIO E TELEVISAO TAROBA LTDA

25351.424151/2010-44 - AIS:553992/10-7 - GFIMP/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: RADIO GLOBO DE SAO PAULO LTDA

25351.221258/2010-85 - AIS:290793/10-3 - GFIMP/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: RADIO PAIQUERE LTDA EPP

25351.156366/2010-47 - AIS:207890/10-2 - GFIMP/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A

25351.600170/2010-35 - AIS:792001/10-6 - GFIMP1/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: S/A O ESTADO DE SAO PAULO

25351.413774/2010-25 - AIS:540439/10-8 - GFIMP/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: SOMPUR VALE DO PARAÍBA RADIODIFUSÃO LTDA

25351.330660/2010-98 - AIS:430286/10-9 - GFIMP1/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: SP PUBLIMETRO S/A

25351.330628/2010-33 - AIS:430244/10-3 - GFIMP/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

MARY LUCE BARBOSA DA SILVA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 939, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 14, inciso VIII do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.335, de 19 de outubro de 2010, publicado no DOU de 20 de outubro de 2010, combinado com o art. 103, inciso VIII do Regimento Interno da Funasa aprovado pela Portaria GM/MS nº 270, de 27 de fevereiro de 2014,

Considerando os critérios de elegibilidade e priorização estabelecidos pela Portaria Funasa nº 348 de 10 de novembro de 2015 dispõe:

Art. 1º Tornar pública a seleção de municípios do estado do Rio Grande do Norte para capacitação e elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), oferecendo assessoria, apoio, suporte, orientações e supervisão técnica aos municípios na elaboração de seus planos, conforme ANEXO I desta Portaria.

Art. 2º Os municípios selecionados serão apoiados no âmbito do Termo de Execução Descentralizada a ser formalizado entre a Funasa e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Art. 3º Conforme portaria de seleção, o município selecionado deverá se comprometer em:

a) Elaborar, juntamente com a UFRN, o Plano de Mobilização Social;

b) Garantir a plena divulgação dos eventos à sociedade no intuito de assegurar a ampla participação da população em todo o processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico;

c) Fornecer e garantir estrutura física e logística para realização dos eventos de participação social;

d) Indicar representantes do quadro do Poder Público Municipal, conforme orientações do Termo de Referência Funasa/2012 para Elaboração de PMSB, para compor o Comitê Executivo para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico;

e) Indicar representantes do Poder Público Municipal, conforme orientações do Termo de Referência Funasa/2012 para Elaboração de PMSB, para compor o Comitê de Coordenação para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico;

f) Buscar e fornecer as informações solicitadas pela UFRN que subsidiarão a elaboração dos produtos que compõem o Plano Municipal de Saneamento Básico;

g)Elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico com o apoio da equipe multidisciplinar da UFRN.

Art. 4º Fica o Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica - NICT, da respectiva Superintendência Estadual, responsável pelo acompanhamento e aprovação da execução física do Termo de Execução Descentralizada com a UFRN.

Art. 5º Os municípios que não atenderem aos itens estabelecidos na Portaria 348, de 3 10 de novembro de 2015 serão excluídos da seleção, a qualquer momento, a partir de emissão de nota da UFRN, aprovada pelo Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica, que registre a ausência do município nas capacitações ou o não cumprimento das exigências quanto ao fornecimento de dados e desenvolvimento das atividades de mobilização social.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO HENRIQUE DE CARVALHO PIRES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO I

Municípios selecionados conforme Portaria Funasa 348 de 10 de novembro de 2015

Classificação	Município	Nota
1	Patu	3,5415
2	Jaçanã	3,3404
3	Sítio Novo	3,3232
4	Serra de São Bento	3,3103
5	Governador Dix-Sept Rosado	3,0219
6	Coronel Ezequiel	3,0191
7	Tenente Laurentino Cruz	3,0122
8	Januário Cicco	2,9960
9	Serrinha dos Pintos	2,9704
10	Almino Afonso	2,9570
11	Luís Gomes	2,9564
12	Alexandria	2,9359
13	Senador Georgino Avelino	2,9270
14	Janduís	2,9254
15	Campo Redondo	2,9239
16	Presidente Juscelino	2,9218
17	Lagoa d'Anta	2,9208
18	Serrinha	2,9201
19	Várzea	2,9153
20	Paraú	2,8909
21	São José do Campestre	2,8821
22	Caiçara do Rio do Vento	2,8789
23	Augusto Severo	2,8723
24	Montanhas	2,8650
25	Senador Elói de Souza	2,8618
26	Caraúbas	2,8597
27	Florânia	2,8461
28	Marcelino Vieira	2,8425
29	Água Nova	2,8329
30	Major Sales	2,8327
31	São Bento do Trairí	2,8264
32	José da Penha	2,8187
33	Bom Jesus	2,8155
34	São Pedro	2,8107
35	Nova Cruz	2,8039
36	Riachuelo	2,8011
37	Tangará	2,7946
38	Ruy Barbosa	2,7868
39	Santo Antônio	2,7786
40	São Rafael	2,7691
41	São Tomé	2,7669
42	Monte das Gameleiras	2,7663
43	João Câmara	2,7637
44	Rafael Fernandes	2,7587
45	Santa Maria	2,7393
46	São Francisco do Oeste	2,7317
47	São João do Sabugi	2,7223
48	Itajá	2,7136
49	Grossos	2,7051
50	Encanto	2,7029
51	Pilões	2,6954
52	Frutuoso Gomes	2,6645
53	Goianinha	2,6444
54	Riacho de Santana	2,6364
55	Jucurutu	2,6190
56	Canguaretama	2,6063
57	Monte Alegre	2,6021
58	Jandaíra	2,5992
59	Tibau	2,5963
60	Currais Novos	2,5598
61	Passagem	2,5249
62	Pedro Velho	2,5183
63	Alto do Rodrigues	2,4652
64	Paraná	2,4326
65	São José de Mipibu	2,4272
66	Lucrécia	2,4134
67	Nísia Floresta	2,4042
68	Touros	2,3618
69	Tibau do Sul	2,3477
70	Rio do Fogo	2,3323
71	Serra do Mel	2,1879
72	Jundiá	2,1493
73	Passa e Fica	2,0416
74	Areia Branca	1,7567

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.244, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2015

Altera o número de leitos da Unidade de Terapia Intensiva Adulto e habilita o número de leitos da Unidade de Terapia Intensiva Coronariana - UCO no Hospital São Luiz de Araras - Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araras - Araras/SP e no Hospital de Base de São José do Rio Preto - Fundação Faculdade Regional de Medicina de São José do Rio Preto/SP.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 3432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, que estabelece critérios de classificação e cadastramento para as Unidades de Tratamento Intensivo;

Considerando a Portaria nº 2.994/GM/MS, de 13 de dezembro de 2011, que aprova a linha de cuidado do Infarto agudo do miocárdio e o protocolo de síndromes coronarianas; e

Considerando a solicitação do respectivo Estado, resolve:

Art. 1º Fica alterado o número de leitos da Unidade de Terapia Intensiva Adulto, do hospital a seguir relacionado:

SÃO PAULO

CNES	Hospital	Nº leitos
2081253	Hospital São Luiz de Araras - Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araras - Araras/SP	
26.04		10

Art. 2º Fica habilitado o número de leitos da Unidade de Terapia Intensiva Coronariana - UCO, dos hospitais a seguir relacionados:

SÃO PAULO

CNES	Hospital	Nº leitos
2081253	Hospital São Luiz de Araras - Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araras - Araras/SP	
26.09		04

CNES	Hospital	Nº leitos
2077396	Hospital de Base de São José do Rio Preto - Fundação Faculdade Regional de Medicina de São José do Rio Preto/SP	
26.08		14

Art. 3º Fica determinado que a referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria GM/MS nº 2.994, de 13 de dezembro de 2011, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos à 02 de outubro de 2015.

Art. 5º Fica revogada a Portaria 1.030/SAS/MS, de 02 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 190 de 05 de outubro de 2015, seção 1, página 690.

ALBERTO BELTRAME

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria nº 346/SGTES/MS, de 9 de dezembro de 2015, publicada no DOU nº 236, de 10 de dezembro de 2015, seção 1, página 53.

Onde se lê

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.065347/2014-32	IDAIRYS MATOS MATOS	33005092	RJ	NITERÓI

Leia-se

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.065347/2014-32	IDAIRYS MATOS MATOS	3300509	RJ	NITERÓI

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 627, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Altera o artigo 31 da Portaria nº 395, de 22 de julho de 2015, que estabelece os critérios e os procedimentos específicos para a avaliação de desempenho institucional e individual para pagamento da GDAPS e concessão da progressão e promoção dos servidores ocupantes da carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, no âmbito do Ministério das Cidades

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 8º da Lei nº 12.094, de 19 novembro de 2009, e o Decreto nº 8.435, de 22 de abril de 2015, resolve:

Art. 1º Alterar o artigo 31 da Portaria nº 395, de 22 de julho de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"CAPÍTULO XI

DO DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA, DA CAPACITAÇÃO E DA PROGRESSÃO E PROMOÇÃO

Art. 31. Na implementação das ações de formação e desenvolvimento dos servidores Analistas Técnicos de Políticas Sociais - ATPS, será considerada a Política de Capacitação do MCidades, instituída por meio do Plano Anual de Capacitação - PAC, e em conformidade com o Decreto nº 5.707, de 2006.

§ 1º Considera-se capacitação o processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais.

§ 2º Cabe, à CGRH/SPOA/SE/MCIDADES, coordenar as ações de capacitação e os processos de desenvolvimento na carreira de que trata o Decreto nº 8.435, de 2015.

§ 3º O desenvolvimento do servidor na Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

§ 4º Considera-se progressão funcional a passagem do servidor de um padrão para outro imediatamente superior, dentro de uma mesma classe; e promoção, a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o padrão inicial da classe imediatamente superior, observados os seguintes requisitos:

I - para fins de progressão funcional:

a) cumprimento do interstício de 18 (dezoito) meses de efetivo exercício em cada padrão; e

b) resultado médio superior a 80% (oitenta por cento) do limite máximo da pontuação nas avaliações de desempenho individual de que trata o art. 4º, no interstício considerado para a progressão.

II - para fins de promoção:

a) cumprimento do interstício de 18 (dezoito) meses de efetivo exercício no último padrão de cada classe;

b) resultado médio superior a 90% (noventa por cento) do limite máximo da pontuação nas avaliações de desempenho individual de que trata o art. 4º, no interstício considerado para a promoção;

c) na mudança da classe A para a classe B, o servidor deverá ter participado de eventos de capacitação com conteúdos correlatos às atribuições do cargo e com carga horária total igual ou superior a 120 (cento e vinte) horas, no interstício considerado para a promoção; e

d) na mudança da classe B para a classe Especial, o servidor deverá ter participado de eventos de capacitação com conteúdos correlatos às atribuições do cargo e com carga horária igual ou superior a 360 (trezentas e sessenta) horas, no interstício considerado para a promoção.

§ 5º Para fins de progressão, o interstício referido na alínea "a" do inciso I do § 4º terá redução de um terço, mediante resultado de avaliação de desempenho e contribuição excepcional para o desempenho institucional, sendo a redução limitada em até 10% (dez por cento) do número de vagas em cada cargo.

§ 6º A redução de que trata o § 5º será disciplinada em norma específica do Ministério das Cidades, de acordo com as diretrizes e normas complementares, que deverão ser editadas pelo dirigente do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal, conforme § 3º, art. 23 do Decreto nº 8.435, de 2015.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 7º A carga horária mencionada nas alíneas "c" e "d" do inciso II do §4º será dividida em conteúdos transversais do cargo e em conteúdos associados à respectiva especialidade.

§ 8º A divisão de que trata o §7º não poderá resultar em carga horária inferior a um terço para os conteúdos transversais ou para os conteúdos associados à respectiva especialidade.

I - Os atos de concessão de promoção em que haja mudança de classe somente produzirão efeitos financeiros a partir do 1º (primeiro) dia subsequente à data em que o servidor houver comprovado a participação em processos pedagógicos na carga horária mínima referida nas alíneas "c" e "d" do inciso II do § 4º do art. 31;

II - Para concessão da promoção, poderão ser considerados:

a) os eventos de capacitação realizados em instituições nacionais ou estrangeiras, independentemente da forma de realização, e que estejam associados à especialidade do cargo e diretamente relacionados às atribuições do servidor;

b) os eventos de capacitação cujos conteúdos sejam transversais, ou seja, perpassem por todas as atribuições das unidades de trabalho e/ou equipes de trabalho do MCidades e contribuam para o desenvolvimento de competências individuais, independentemente da especificidade do cargo;

c) as ações de capacitação que tenham sido realizadas no interesse da Administração, associadas à especialidade do cargo e diretamente relacionadas às atribuições do servidor;

d) os cursos de especialização, mestrado ou doutorado, reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), que estejam associados à especialidade do cargo e diretamente relacionados às atribuições do servidor.

§ 9º O interstício de 18 (dezoito) meses de efetivo exercício para a progressão funcional e para a promoção, de que tratam este artigo, será, conforme o art. 17, § 2º, da Lei nº 12.094, de 2009:

I - contado da data de exercício do servidor no cargo;

II - contado em dias, descontados os afastamentos remunerados que não forem legalmente considerados de efetivo exercício; e

III - interrompido nos casos em que o servidor se afastar sem remuneração e reiniciado a partir do retorno à atividade."

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 632, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Estabelece regras transitórias e complementares ao Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o inciso III do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o art. 1° do Anexo I do Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003, resolve:

Art. 1º A Síntese do Projeto Aprovado - SPA de cada etapa dos Termos de Compromisso vigentes e dos celebrados após a publicação desta Portaria será homologada pelo Ministro das Cidades, observados os requisitos estabelecidos no Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento - MICE/PAC, aprovado pela Portaria nº 164, de 12 de abril de 2013, do Ministério das Cidades.

§ 1º A homologação da SPA constitui requisito para o início do procedimento licitatório, ressalvadas as etapas cujo edital tenha sido publicado antes da edição desta Portaria.

§ 2º As disposições deste artigo não se aplicam à SPA de reprogramação.

Art. 2º A Autorização de Início de Execução do Objeto - AIO de cada etapa dos Termos de Compromisso vigentes e dos celebrados após a publicação desta Portaria será emitida pelo Ministro das Cidades, com base em manifestação da mandatária acerca do cumprimento dos requisitos estabelecidos no MICE/PAC.

Art. 3º Fica suspensa a aplicação do subitem 15.3 do MICE/PAC para os Termos de Compromisso vigentes e os celebrados após a publicação desta Portaria, desde que os requisitos para obtenção de AIO tenham sido cumpridos pelo compromissário dentro do prazo previsto naquele subitem, conforme avaliação feita pela Mandatária, ressalvada a realização do procedimento licitatório.

Art. 4º Fica vedada a utilização de rendimentos de aplicação e de saldo residual para ampliação de metas nos Termos de Compromisso vigentes e nos celebrados após a publicação desta Portaria.

Art. 5º Para os Termos de Compromisso vigentes e os celebrados após a publicação desta portaria que contemplem recursos para elaboração de estudos e projetos, estes devem constituir etapa independente da execução da obra.

Art. 6º A partir da data de publicação desta Portaria, a celebração de todos os Termos de Compromisso deverá ser autorizada pelo Ministro das Cidades.

Art. 7º As disposições desta Portaria não se aplicam aos Termos de Compromisso de que trata a Portaria nº 524, de 19 de dezembro de 2013, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 8º As disposições contidas nos artigos 1º e 2º desta Portaria não se aplicam aos Termos de Compromisso celebrados a partir da manifestação de interesse de entes públicos divulgada pelas Portarias nº 375, de 11 de julho de 2014, e nº 652, de 13 de outubro de 2014.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se suas disposições até 31 de dezembro de 2016, ficando revogadas as Portarias nº 368, de 2 de julho de 2015; nº 441, de 20 de agosto de 2015; e nº 537, de 9 de outubro de 2015.

GILBERTO KASSAB

CONSELHO DAS CIDADES

RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº 183, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Recomenda, ao Governo do Estado do Pará, adoção das medidas necessárias para retomada do funcionamento do Conselho Estadual das Cidades do Pará.

O CONSELHO DAS CIDADES, no uso das suas atribuições, estabelecidas pelo Decreto nº 5.790, de 25 de maio de 2006, adota, mediante votação, e seu presidente torna pública a seguinte resolução de Plenário:

Art.1º Recomendar, ao Governo do Estado do Pará, que tome as providências necessárias para garantir a retomada das atividades do Conselho Estadual das Cidades do Pará, criado por meio da Lei nº 7.087, de 16 de janeiro de 2008, do Estado do Pará.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB
Presidente do Conselho

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 252, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 19, da Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB;

Considerando o que dispõe o artigo 3º, inciso VII, alínea "d", da Portaria nº 1279, de 23.12.2010, do DENATRAN;

Considerando o que consta do processo nº 80000.027821/2015-17; resolve:

Art. 1º Credenciar, por 02 (dois) anos, a partir da publicação desta Portaria, nos termos do Artigo 3º, inciso VII, alínea "e" da Portaria nº 1279, de 23 de dezembro de 2010, do DENATRAN, a pessoa jurídica SERTTEL LTDA/PE, sediada na Rua Poeta Carlos Drummond de Andrade, n.º 500, bairro da Várzea, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 24.144.040/0001-75 para atuar como empresa produtora/fornecedora de sistema informatizado de Talonário Eletrônico.

Art. 2º Homologar a certificação do sistema informatizado (software) "AIT MOBILE WINDOWS" do sistema talonário eletrônico submetido à auditoria do Instituto OMNIS, credenciado pelo DENATRAN.

Art. 3º A alteração nos códigos da aplicação do sistema, qualquer que seja a extensão da modificação, cancelará automaticamente a certificação e, consequentemente, a sua homologação, sendo exigida nova homologação.

Art. 4º A credenciada ao fornecer/comercializar o sistema informatizado do talão eletrônico deverá oficiar ao DENATRAN informando o nome, CNPJ e endereço do órgão que utilizará o sistema.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

PORTARIA Nº 255, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.025091/2015-10, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica ITAFORT - INSTITUTO TÉCNICO AUTOMOTIVO, FORMAÇÃO EM SEGURANÇA LTDA - ME, CNPJ nº 05.198.048/0001-70, situada no Município de Fortaleza - CE, na Avenida Carneiro de Mendonça, 750, Demócrito Rocha, CEP 60.440-160 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

PORTARIA Nº 253, DE 10 DE DEZEMBRO 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 19, da Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB;

Considerando o que dispõe o artigo 3º, inciso VII, alínea "d", da Portaria nº 1279, de 23.12.2010, do DENATRAN;

Considerando o que consta do processo nº 80000.028604/2015-44; resolve:

Art. 1º Credenciar, por 02 (dois) anos, a partir da publicação desta Portaria, nos termos do Artigo 3º, inciso VII, alínea "e" da Portaria nº 1279, de 23 de dezembro de 2010, do DENATRAN, a pessoa jurídica DSIN TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA-EPP, sediada na Rua Plinio Amaral, 384 - JD, Itaipu- CEP: 17519-520, Marília-SP, inscrita no CNPJ n.º 07.342.481/0001-62 para atuar como empresa produtora/fornecedora de sistema informatizado de Talonário Eletrônico.

Art. 2º Homologar a certificação do sistema informatizado (software) DSIN - Talão Eletrônico de Multas do sistema talonário eletrônico submetido à auditoria do Instituto OMNIS, credenciado pelo DENATRAN.

Art. 3º A alteração nos códigos da aplicação do sistema, qualquer que seja a extensão da modificação, cancelará automaticamente a certificação e, consequentemente, a sua homologação, sendo exigida nova homologação.

Art. 4º A credenciada ao fornecer/comercializar o sistema informatizado do talão eletrônico deverá oficiar ao DENATRAN informando o nome, CNPJ e endereço do órgão que utilizará o sistema.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

PORTARIA Nº 254, DE 10 DE DEZEMBRO 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 19, da Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB;

Considerando o que dispõe o artigo 3º, inciso VII, alínea "d", da Portaria nº 1279, de 23.12.2010, do DENATRAN;

Considerando o que consta do processo nº 80000.027822/2015-61; resolve:

Art. 1º Credenciar, por 02 (dois) anos, a partir da publicação desta Portaria, nos termos do Artigo 3º, inciso VII, alínea "e" da Portaria nº 1279, de 23 de dezembro de 2010, do DENATRAN, a pessoa jurídica SERTTEL LTDA/PE, sediada na Rua Poeta Carlos Drummond de Andrade, n.º 500, bairro da Várzea, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 24.144.040/0001-75 para atuar como empresa produtora/fornecedora de sistema informatizado de Talonário Eletrônico.

Art. 2º Homologar a certificação do sistema informatizado (software) "AIT MOBILE ANDROID" do sistema talonário eletrônico submetido à auditoria do Instituto OMNIS, credenciado pelo DENATRAN.

Art. 3º A alteração nos códigos da aplicação do sistema, qualquer que seja a extensão da modificação, cancelará automaticamente a certificação e, consequentemente, a sua homologação, sendo exigida nova homologação.

Art. 4º A credenciada ao fornecer/comercializar o sistema informatizado do talão eletrônico deverá oficiar ao DENATRAN informando o nome, CNPJ e endereço do órgão que utilizará o sistema.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.037, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.053977/2012-38, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização a ASSOCIAÇÃO CULTURAL VALE DOS BOIS, com sede à Avenida São João, nº 78, OD. 29, Lt. 02, Bairro Centro, na localidade de Campestre de Goiás / GO, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

ATO Nº 6.259, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo nº 53500. 000968/2004. Art. 1º Aprovar a posteriori a transferência de controle da Simonet Provider Telecomunicações Ltda - ME., CNPJ n.º 05.890.739/0001-30, realizada por meio de sua 2ª Alteração Contratual.

FILIPE SIMAS DE ANDRADE
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

DESPACHOS DO GERENTE

Aplica às entidades abaixo relacionadas as sanções de ADVERTÊNCIA e/ou MULTA, em conformidade com o artigo 173, incisos I e II, da Lei 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos indicados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Sanção	Enquadramento Legal	Despacho
53532.001352/2012	Associação dos Moradores do 3º Distrito de Aliança/PE	Aliança/PE	03.038.788/0001-13	Advertência e Multa (R$ 712,50)	Art. 5º do anexo à Res. nº 571/2001 c/c arts. 78 e 82 do anexo à Res. nº 259/2001, art. 40, XXII, do Decreto nº 2.615/1998 e art. 18 do anexo à Res. nº 303/2002.	3259 de 07/05/2015
53532.001467/2011	Associação Livre Comunitária de Capoeiras	Capoeiras/PE	02.467.127/0001-40	Multa (R$ 1.006,05)	Itens 19.1.3, 19.1.4 e 19.3.2, "b", da Norma MC nº 01/2011.	3273 de 07/05/2015
53532.002530/2012	Carlos André de Oliveira (Rádio Filadélfia)	Paulista/PE	932.471.254-34	Advertência e Multa (R$ 2.392,08)	Arts. 4º e 55, V, "b" do anexo à Res. nº 242/2000 e art. 163 da Lei nº 9.472/1997 c/c art. 17 do anexo à Res. nº 259/2001.	3512 de 15/05/2015
53532.002002/2012	Tropical do Agreste Ltda.	Lajedo/PE	02.371.493/0001-00	Multa (R$ 5.262,57)	Art. 163 da Lei nº 9.472/1997 c/c art. 17 do anexo à Res. nº 259/2001.	3515 de 15/05/2015
53539.001241/2014	Associação Comunitária Nossa Senhora de Fátima	Tenório/PB	03.278.848/0001-75	Advertência e Multa (R$ 1.425,00)	Art. 40, XXII, do Decreto nº 2.615/1998, item 19.3.2.b da Norma nº 01/2001 e art. 18 do anexo à Res. nº 303/2002.	3517 de 15/05/2015
53532.003350/2013	Detelpe - Departamento de Telecomunicações de Pernambuco	Tacaratu/PE	11.219.607/0001-83	Advertência	Itens 9.1.1, 9.3.5, 9.3.1 e 12.5 do anexo à Res. nº 284/2001 c/c arts. 78 e 82 do anexo à Res. nº 259/2001, c/c item 2.6 da Portaria MC nº 799/1973.	3518 de 15/05/2015
53532.003331/2013	Prefeitura Municipal de Bom Conselho	Bom Conselho /PE	11.285.954/0001-04	Advertência e Multa (R$ 3.562,50)	Itens 7.3, 9.4.1.1, 9.3.1 e 12.5 do anexo à Res. nº 284/2001 c/c arts. 78 e 82 do anexo à Res. nº 259/2001, c/c art. 55, V, "b", do anexo à Res. nº 242/2000, c/c item 2.6 da Portaria MC nº 799/1973 e art. 18 do anexo à Res. nº 303/2002.	3519 de 15/05/2015
53536.000018/2015	Prefeitura Municipal de Maribondo	Maribondo/AL	12.236.873/0001-87	Advertência e Multa (R$ 3.562,50)	Art. 3º, I, c/c art. 5º do anexo à Res. nº 571/2001, arts. 78 e 82 do anexo à Res. nº 259/2001 e art. 18 do anexo à Res. nº 303/2002.	3521 de 15/05/2015
53539.001385/2012	Adailson da Silva Batista ME	João Pessoa/PB	11.438.111/0001-09	Multa (R$ 440,00)	Art. 131 da Lei nº 9.472/1997 c/c item 8.1 da Norma nº 13/1997, art. 52 do anexo à Res. nº 73/1998, art. 17 do anexo à Res. nº 259/2001 c/c art. 163 da Lei nº 9.472/1997.	3528 de 15/05/2015
53539.000313/2013	Prefeitura Municipal de Sumé	Sumé/PB	08.874.935/0001-09	Multa (R$ 7.196,25)	Itens 7.3, 9.1.1, 9.3.5, 9.3.1 e 12.5 do anexo à Res. nº 284/2001 c/c arts. 78 e 82 do anexo à Res. nº 259/2001, c/c art. 18 do anexo à Res. nº 303/2002.	3533 de 15/05/2015
53532.000439/2013	Fundação Evangélica de Radiodifusão de Pernambuco	Recife/PE	11.432.242/0001-70	Multa (R$ 4.878,30)	Item 6.4.1 do anexo à Res. nº 67/1998 c/c arts. 78 e 82 do anexo à Res. nº 259/2001, e art. 18 do anexo à Res. nº 303/2002.	3535 de 15/05/2015
53539.000606/2012	Televisão Tambaú Ltda.	Maturéia/PB	12.912.622/0001-75	Multa (R$ 3.189,43)	Art. 163 da Lei nº 9.472/1997 c/c art. 17 do anexo à Res. nº 259/2001.	3539 de 18/05/2015
53539.000456/2013	Rádio Comunitária Araçá FM	Mari/PB	02.471.543/0001-12	Advertência e Multa (R$ 797,36)	Art. 4º c/c art. 55, V, "b" do anexo à Res. nº 242/2000 art. 2º da Portaria MC nº 252/2013 c/c art. 17 do anexo à Res. nº 259/2001 c/c art. 163 da Lei nº 9.472/1997.	3541 de 18/05/2015
53539.000199/2013	Rádio Independente do Cariri Ltda.	Serra Branca/PB	12.686.416/0001-94	Multa (R$ 797,36)	Art. 163 da Lei nº 9.472/1997 c/c art. 17 do anexo à Res. nº 259/2001.	3543 de 18/05/2015
53532.002259/2013	Elon Miqueias Geroncio Barbosa	Recife/PE	047.582.364-88	Multa (R$ 2.672,75)	Art. 131 da Lei nº 9.472/1997 c/c art. 10 do anexo à Res. nº 614/2013.	3672 de 20/05/2015
53532.000044/2013	Fundação Ômega de Comunicação e Ação Social	Serra Talhada/PE	08.954.213/0001-64	Multa (R$ 797,36)	Art. 163 da Lei nº 9.472/1997 c/c art. 17 do anexo à Res. nº 259/2001.	3675 de 20/05/2015
53539.000707/2013	Televisão Tambaú Ltda.	Cubati e Picuí/PB	12.912.622/0001-75	Multa (R$ 3.996,41)	Art. 163 da Lei nº 9.472/1997 c/c art. 17 do anexo à Res. nº 259/2001.	3680 de 20/05/2015
53539.001114/2013	Televisão Tambaú Ltda.	Esperança/PB	12.912.622/0001-75	Multa (R$ 3.508,38)	Art. 163 da Lei nº 9.472/1997 c/c art. 17 do anexo à Res. nº 259/2001.	3715 de 21/05/2015
53539.001440/2013	Televisão Tambaú Ltda.	Alagoa Grande/PB	12.912.622/0001-75	Multa (R$ 3.508,38)	Art. 163 da Lei nº 9.472/1997 c/c art. 17 do anexo à Res. nº 259/2001.	3718 de 21/05/2015
53532.002999/2013	Alexandre Silva Aureliano ME (Carnaíba Net)	Carnaíba/PE	09.355.484/0001-66	Multa (R$ 5.345,49)	Art. 131 da Lei nº 9.472/1997 c/c art. 10 do anexo à Res. nº 614/2013.	4005 de 27/05/2015
53532.001675/2013	Eduardo de Castro Lira Neto - ME	Carpina/PE	10.776.806/0001-20	Multa (R$ 5.345,49)	Art. 131 da Lei nº 9.472/1997 c/c art. 10 do anexo à Res. nº 272/2001.	4012 de 27/05/2015
53532.002475/2013	Associação dos Defensores do Rio Ipojuca	Caruaru/PE	10.897.412/0001-20	Multa (R$ 1.196,04)	Art. 163 da Lei nº 9.472/1997 c/c art. 17 do anexo à Res. nº 259/2001.	4039 de 27/05/2015
53539.000248/2015	Empresa de Comunicações da Paraíba Ltda.	Areia/PB	01.764.849/0001-02	Multa (R$ 797,36)	Art. 2º da Portaria MC nº 252/2013 c/c art. 17 do anexo à Res. nº 259/2001 c/c art. 163 da Lei nº 9.472/1997.	4125 de 29/05/2015
53532.000215/2015	Telefônica Brasil S/A	Tacaratu/PE	02.558.157/0001-62	Multa (R$ 5.000,00)	Art. 162 da Lei nº 9.472/1997 c/c art. 72 do anexo à Res. nº 477/2007	4275 de 05/06/2015
53539.000115/2015	José Luciano Araújo Feitosa (AF TELECOM)	Campina Grande/PB	319.131.564-00	Multa (R$ 2.672,75)	Art. 131 da Lei nº 9.472/1997 c/c art. 10 do anexo à Res. nº 614/2013.	4566 de 16/06/2015
53539.001312/2012	Senado Federal	João Pessoa/PB	00.530.279/0001-15	Multa (R$ 3.189,43)	Art. 163 da Lei nº 9.472/1997 c/c art. 17 do anexo à Res. nº 259/2001.	4732 de 19/06/2015
53532.000630/2013	Rádio Monumento FM Ltda (Rádio JC FM Ltda)	Olinda/PE	08.878.910/0001-83	Advertência	Arts. 78 e 82 do anexo à Res. nº 259/2001 c/c item 5.2.1.1 do anexo à Res. nº 67/1998.	4735 de 19/06/2015
53539.000379/2013	Conectrio Comércio e Serviços de Telefonia Ltda.	Campina Grande/PB	11.105.504/0001-92	Multa (R$ 6.380,00)	Art. 4º c/c art. 55, IV, "c", do anexo à Res. nº 242/2000	4944 de 25/06/2015
53532.000564/2015	Fundação Padre Adelmar da Mata Valença	Garanhuns/PE	04.639.767/0001-16	Advertência	Itens 3.2.7 e 6.4.1 do anexo à Res. nº 67/1998.	5299 de 02/07/2015
53536.000226/2015	Prefeitura Municipal de Cajueiro	Cajueiro/AL	12.333.738/0001-50	Advertência e Multa (R$ 3.562,50)	Arts. 78 e 82 do anexo à Res. nº 259/2001 e art. 18 do anexo à Res. nº 303/2002.	7186 de 26/08/2015
53539.000788/2013	Prefeitura Municipal de Mataraca	Mataraca/PB	08.898.256/0001-70	Multa (R$ 3.633,10)	Art. 163 da Lei nº 9.472/1997 c/c art. 17 do anexo à Res. nº 259/2001.	7501 de 01/09/2015

Em atenção ao disposto no art. 82, VI, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução n.º 612/2013, decide ARQUIVAR, os processos sem aplicação de sanção, relacionados abaixo:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	A ção	Enquadramento Legal	Despacho
53532.000380/2005	Radiodifusão Comunitária Coroa Grande FM	S. José da Coroa Grande/PE	06.885.680/0001-54	Arquivamento	Art. 53 do anexo à Res. nº 612/2013	3842 de 29/07/2014

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

53539.000484/2013	Vivo S/A	João Pessoa/PB	02.449.992/0425-92	Arquivamento	Art. 53 do anexo à Res. nº 612/2013	9056 de 09/10/2015
53532.003314/2014	Associação dos Moradores do Loteamento Bonanza II	Moreno/PE	41.009.580/0001-65	Arquivamento	Art. 53 do anexo à Res. nº 612/2013	9795 de 29/10/2015
53539.000512/2013	Claro S/A	João Pessoa/PB	40.432.544/0064-20	Arquivamento	Art. 53 do anexo à Res. nº 612/2013	9442 de 22/10/2015
53539.000511/2013	Claro S/A	Campina Grande/PB	40.432.544/0077-45	Arquivamento	Art. 53 do anexo à Res. n.º 612/2013	9445 de 22/10/2015
53532.003143/2014	Rádio Cultura do Nordeste Ltda ME	Caruaru/PE	10.003.163/0001-00	Arquivamento	Art. 53 do anexo à Res. nº 612/2013	10656 de 30/11/2015
53539.001086/2014	Rádio Panati Ltda	Patos/PB	09.172.917/0001-48	Arquivamento	Art. 53 do anexo à Res. nº 612/2013	1045 de 20/02/2015
53000.028258/2010	Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Alto do Madeiro de Itaporanga	Itaporanga/PB	01.244.940/0001-99	Arquivamento	Art. 53 do anexo à Res. nº 612/2013	2862 de 24/04/2015
53539.000010/2003	Carlos Eduardo Araújo de Farias	João Pessoa/PB	038.409.844-40	Arquivamento	Art. 53 do anexo à Res. nº 612/2013	3685 de 20/05/2015
53539.000391/2013	Senado Federal	João Pessoa/PB	00.530.279/0001-15	Arquivamento	Art. 53 do anexo à Res. nº 612/2013	3254 de 07/05/2015
53539.000196/2015	João Charles Martins Araújo	Patos/PB	09.175.648/0001-73	Arquivamento	Art. 53 do anexo à Res. nº 612/2013	4692 de 18/06/2015
53536.000792/2013	Associação Comunitária São Francisco	Traipu/AL	09.329.640/0001-14	Arquivamento	Art. 52 da Lei nº 9.784/1999	5989 de 22/07/2015

Aplica às entidades abaixo relacionadas as sanções de ADVERTÊNCIA e/ou MULTA, em conformidade com o artigo 173, incisos I e II, da Lei 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos indicados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Sanção	Enquadramento Legal	Despacho
53000.042007/2009	Associação Cultural Comunitária Rádio Provisão FM	Caruaru/PE	04.876.309/0001-09	Advertência e Multa (R$ 1.320,00)	Item 18.3.2.1 da Norma nº 01/2004, arts. 63, § 1º, 78 e 82 do anexo à Res. nº 259/2001, item 18.3.2.2 da Norma nº 01/2004 e art. 18 do anexo à Res. nº 303/2002.	6068 de 13/12/2013
53532.000843/2013	Sociedade de Radiodifusão Comunitária Couraço	Cachoeirinha/PE	01.604.911/0001-90	Advertência e Multa (R$ 1.425,00)	Itens 19.1.4 e 19.3.2.b da Norma 01/2011 e art. 18 do anexo à Res. nº 303/2002.	7101 de 18/12/2014
53532.002477/2013	Associação da Rádio Comunitária Rio Bonito	Bonito/PE	02.791.674/0001-87	Advertência e Multa (R$ 712,50)	Art. 3º, I, c/c art. 5º do anexo à Res. nº 571/2011 e art. 18 do anexo à Res. nº 303/2002.	7102 de 18/12/2014
53539.000538/2013	Prefeitura Municipal de Picuí	Picuí/PB	08.741.399/0001-73	Advertência e Multa (R$ 3.633,10)	Arts. 4º e 55, V, "b", do anexo à Res. nº 242/2000 c/c art. 162, §2º, da Lei nº 9.472/1997, art. 163 da Lei nº 9.472/1997 c/c art. 17 do anexo à Res. nº 259/2001.	648 de 05/02/2015
53532.000707/2013	Fundação Manoel Paes	Brejão/PE	12.660.536/0001-12	Advertência e Multa (R$ 712,50)	Art. 40, XXV, do Decreto nº 2.615/1998 e art. 18 do anexo à Res. nº 303/2002.	723 de 09/02/2015
53532.001027/2014	Associação Cultural e Comunitária Luiz Moraes	Vicência/PE	02.992.502/0001-71	Multa (R$ 287,85)	Art. 40, XXII, do Decreto nº 2.615/1998 e Item 19.1.4 da Norma nº 01/2011.	724 de 09/02/2015
53539.001054/2013	Prefeitura Municipal de Santa Luzia	Santa Luzia/PB	09.090.689/0001-67	Advertência e Multa (R$ 4.420,71)	Arts. 4º e 55, V, "b" do anexo à Res. nº 242/2000 c/c art. 162, §2º, da Lei nº 9.472/1997, art. 163 da Lei nº 9.472/1997 c/c art. 17 do anexo à Res. nº 259/2001.	725 de 09/02/2015
53532.000516/2013	Universidade Federal de Pernambuco	Recife/PE	24.134.488/0001-08	Multa (R$ 2.612,50)	Art. 18 do anexo à Res. nº 303/2002.	726 de 09/02/2015
53532.001252/2014	Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos	Cabo de Santo Agostinho/PE	03.004.577/0001-60	Multa (R$ 927,68)	Art. 40, XXII, do Decreto nº 2.615/1998 e art. 18 do anexo à Res. nº 303/2002.	1044 de 20/02/2015
53539.000215/2011	Sociedade Paraibana de Comunicação Ltda.	João Pessoa/PB	01.890.043/0001-52	Advertência e Multa (R$ 10.725,00)	Itens 9.1.1, 9.3.1, 9.3.5 e 12.5 do anexo à Res. nº 284/2001 c/c arts. 78 e 82 do anexo à Res. nº 259/2001, c/c item 2.5.2 da Portaria MC nº 38/74, arts. 4º e 55, V, "b", do anexo à Res. nº 242/2000 e item 7.9.2 do anexo à Res. nº 284/2001.	1050 de 20/02/2015
53532.001024/2014	Associação Rádio Comunitária Salgadinho FM	Salgadinho/PE	02.869.232/0001-06	Advertência e Multa (R$ 712,50)	Art. 40, XXII, do Decreto nº 2.615/1998 e art. 18 do anexo à Res. nº 303/2002.	1058 de 20/02/2015
53539.000451/2014	Rádio Comunitária Sapé FM	Sapé/PB	02.459.797/0001-15	Advertência e Multa (R$ 1.425,00)	Art. 3º, I, c/c art. 5º do anexo à Res. nº 571/2011, item 19.3.2.b da Norma nº 01/2011 e art. 18 do anexo à Res. nº 303/2002.	1072 de 23/02/2015
53539.000554/2014	Fundação Mariana Moreira Alves	Triunfo/PB	03.076.562/0001-07	Advertência e Multa (R$ 712,50)	Art. 40, XXII, do Decreto nº 2.615/1998, item 19.1.3 da Norma nº 01/2011 e art. 18 do anexo à Res. nº 303/2002.	1079 de 23/02/2015
53539.000565/2014	Associação Comunitária Rádio Beneficente do Município de Uiraúna	Uiraúna/PB	04.551.650/0001-86	Multa (R$ 927,68)	Art. 3º, I, c/c art. 5º do anexo à Res. nº 571/2011 e ao item 19.3.2.b da Norma nº 01/2011.	1084 de 23/02/2015
53532.000709/2013	Associação Comunitária de Radiodifusão de Canhotinho	Canhotinho/PE	02.524.327/0001-98	Advertência e Multa (R$ 712,50)	Art. 40, XXII, do Decreto nº 2.615/1998, e art. 18 do anexo à Res. nº 303/2002.	1660 de 13/03/2015
53539.000746/2013	Associação de Radiodifusão Comunitária Pedroregense	Pedro Régis/PB	05.228.546/0001-18	Multa (R$ 1.425,00)	Item 19.3.2.b da Norma nº 01/2011 e art. 18 do anexo à Res. nº 303/2002.	1663 de 13/03/2015
53539.000564/2013	Associação Comunitária Taperoaense - ASCOMTAP	Taperoá/PB	04.786.669/0001-01	Advertência e Multa (R$ 1.425,00)	Art. 40, XXII, do Decreto nº 2.615/1998, item 19.3.2.b da Norma nº 01/2011 e art. 18 do anexo à Res. nº 303/2002.	1666 de 13/03/2015
53539.001271/2013	Fundação Massaranduba	Massaranduba/PB	04.926.003/0001-01	Advertência e Multa (R$ 712,50)	Art. 3º, I, c/c art. 5º do anexo à Res. nº 571/2011 e art. 18 do anexo à Res. nº 303/2002.	1736 de 17/03/2015
53539.000580/2013	Prefeitura Municipal de Belém	Belém/PB	08.928.517/0006-61	Advertência	Arts. 4º e 55, V, "b", do anexo à Res. nº 242/2000.	1738 de 17/03/2015
53532.003217/2013	Fundação Assistencial, Educacional e Cultural de Petrolina - FAEPE	Petrolina/PE	24.303.216/0001-94	Multa (R$ 1.017,45)	Art. 40, XXII e XXV, do Decreto nº 2.615/1998 e art. 18 do anexo à Res. nº 303/2002.	1790 de 19/03/2015
53532.003228/2013	Rádio Comunitária Conquista	Recife/PE	03.347.253/0001-24	Advertência e Multa (R$ 4.784,15)	Arts. 4º e 55, V, "b", do anexo à Res. nº 242/2000 c/c art. 162 §2º, da Lei nº 9.472/1997, art. 163 da Lei nº 9.472/1997 c/c art. 17 do anexo à Res. nº 259/2001.	1933 de 24/03/2015
53532.003332/2014	Radio Felicidade FM Ltda.	Cabrobó/PE	01.873.889/0001-84	Advertência e Multa (R$ 3.150,00)	Item 5.2.1.1 do anexo à Res. nº 67/1998 c/c arts. 78 e 82 do anexo à Res. nº 259/2001 e art. 18 do anexo à Res. nº 303/2002.	2050 de 27/03/2015
53539.001088/2014	Sistema Itatiunga de Comunicação Ltda.	Patos/PB	11.984.747/0001-48	Advertência	Item 4.1.4 do anexo à Res. nº 116/1999	2056 de 27/03/2015
53536.000623/2013	Associação Comunitária de Tanque Darca (Clube de Mães de Tanque D'Arca)	Tanque D'Arca/AL	12.705.406/0001-59	Multa (R$ 712,50)	Art. 18 do anexo à Res. nº 303/2002.	2221 de 31/03/2015
53000.017593/2010	Rádio Serrana Ltda.	Araruna/PB	12.684.189/0001-68	Advertência e Multa (R$ 6.000,00)	Arts. 78 e 82 do anexo à Res. nº 259/2001, item 6.2 do anexo à Res. nº 116/1999 c/c art. 55, V, "b", do anexo à Res. nº 242/2000, itens 6.1.6 e 6.3.1, "c" e "j", do anexo à Res. 116/1999 e art. 18 do anexo à Res. nº 303/2002.	2482 de 10/04/2015
53539.001036/2014	Rádio Independência de Catolé do Rocha Ltda.	Catolé do Rocha/PB	09.286.972/0001-69	Multa (R$ 805,33)	Art. 163 da Lei nº 9.472/1997 c/c art. 17 do anexo à Res. nº 259/2001.	2527 de 13/04/2015
53532.002254/2013	Antônio Francisco da Costa Júnior	Igarassu/PE	009.618.714-07	Advertência e Multa (R$ 2.392,08)	Arts. 4º e 55, V, "b", do anexo à Res. nº 242/2000 c/c art. 162 §2º, da Lei nº 9.472/1997, art. 163 da Lei nº 9.472/1997 c/c art. 17 do anexo à Res. nº 259/2001.	2631 de 16/04/2015
53539.001348/2014	Associação Comunitária da Cidade de Quixabá	Quixabá/PB	07.797.968/0001-30	Advertência e Multa (R$ 1.425,00)	Art. 40, XXII, do Decreto nº 2.615/1998 c/c arts. 78 e 82 do anexo à Res. nº 259/2001, itens 19.1.3 e 19.3.2, "b", da Norma nº 01/2011 e art. 18 do anexo à Res. nº 303/2002.	2686 de 17/04/2015
53532.004112/2014	Associação de Desenvolvimento Comunitário do Município de Cupira	Cupira/PE	12.886.305/0001-21	Multa (R$ 712,50)	Art. 18 do anexo à Res. nº 303/2002.	2689 de 17/04/2015
53536.000689/2014	Sistema Alagoano de Radiodifusão Ltda.	Água Branca/AL	04.945.890/0001-65	Multa (R$ 4.879,83)	Art. 163 da Lei nº 9.472/1997 e art. 17 do anexo à Res. nº 259/2001.	2697 de 17/04/2015
53532.002720/2013	Associação Comunitária Portal do Sertão	Arcoverde/PE	06.020.271/0001-95	Advertência e Multa (R$ 1.425,00)	Art. 3º, I, c/c art. 5º do anexo à Res. nº 571/2011, item 19.3.2.b da Norma nº 01/2011 e art. 18 do anexo à Res. nº 303/2002.	2698 de 17/04/2015
53539.000834/2013	Empresa de Televisão João Pessoa Ltda.	JuazeirinhoPB	24.294.209/0001-73	Multa (R$ 3.508,38)	Art. 163 da Lei nº 9.472/1997 c/c 17 do anexo à Res. nº 259/2001.	2760 de 22/04/2015
53539.000198/2013	Rádio Independente do Cariri Ltda.	Serra Branca/PB	12.686.416/0001-94	Advertência e Multa (R$ 7.000,00)	Arts. 78 e 82 do anexo à Res. nº 259/2001, itens 3.2.3, 3.2.7, 5.2.4, 5.3.1.1, 7.1.4 e 7.1.5 do anexo à Res. nº 67/1998 e art. 18 do anexo à Res. nº 303/2002.	2779 de 22/04/2015

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SÉRGIO ALVES CAVENDISH

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS
DO RIO JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 6.658, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Expede autorização à TECNOIL COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, CNPJ nº 42.369.306/0001-60 para exploração do serviço do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Gerente

ATO Nº 6.659, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) VENTURA PETROLEO S.A., CNPJ nº 01.785.706/0001-79 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Gerente

UNIDADE OPERACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHOS DO GERENTE

Aplica às entidades abaixo relacionadas às sanções, em conformidade com o artigo 173, incisos I e II, da Lei nº 9.472/97, por infrações aos dispositivos normativos indicados:

Nº do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Sanção	Enquadramento Legal	Despacho
53500.005645/2015	LEIA PEREIRA DA SILVA	Brasília - DF	787.689.501-87	Multa	Art. 17 do Anexo à Resolução nº 259/2001 c/c art. 163 da Lei nº 9.472/1997.	10.358,de 19.11.2015
53539.000756/2014	RÁDIO MARINGÁ DE POMBAL LTDA	Pombal - PB	09.357.559/0001-48	Advertência	Art. 54 e 55, V, "b" do anexo á Resolução n° 242/2000.	9.991, de 06.11.2015
53536.000362/2014	RADIO PRINCESA DAS MATAS LTDA	Viçosa - AL	01.762.896/0001-09	Multa	Art. 162 da Lei nº 9.472/1997.	10.524 de 26.11.2015
53539.000880/2014	ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE COMUNICAÇÃO DE SÃO DOMINGOS DO CARIRI	São João do Cariri - PB	05.192.404/0001-48	Multa	Itens 19.1.3 e 19.3.2 "b" da Norma MC n° 01/2011, e art. 18 da Resolução nº 303/2002.	4.002 de 27.05.2015
53500.015017/2015	EMPRESA FORMOSENSE DE RADIODIFUSÃO	Formosa - GO	02.281.764/0001-28	Multa	Art. 17 e 78 da Resolução n° 259/2001, bem como art. 163 da Lei n° 9.472/1997.	10.821 de 08.12.2015
53500.010596/2015	ACPVDFE - ASSOCIAÇÃO CULTURAL PROJEÇÃO E VIDA DF E ENTORNO	Brasília - DF	08.014.571/0001-97	Advertência	Art. 3°, I c/c art. 5° da Resolução n° 571/2011.	10.486 de 25.11.2015

MARIA APARECIDA MUNIZ FIDELIS DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Nº 6.644 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) CONDOMINIO DO PARKSHOPPING, CNPJ nº 00.719.294/0001-06 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 6.649 - Processo n° 53500.208282/2015-10. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à ALGAR MULTIMÍDIA S/A, CNPJ nº 04.622.116/0001-13, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 25 de Setembro de 2017, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

Nº 6.652 - Processo no 53500.208100/2015-01. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à TECNOWIRELESS ASSESSORIA E SOLUCOES EM REDES SEM FIO LTDA., CNPJ no 09.165.783/0001-38, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 27 de Fevereiro de 2029, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Nº 6.657 Processo n° 53508.201828/2015-23. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, associada à Autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal, até 30 de Abril de 2023, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

Nº 6.660 Processo n° 53500.206544/2015-01 . Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à FLY LINK LTDA, CNPJ nº 05.005.524/0001-99, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 12 de Novembro de 2017, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES
E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 8 de dezembro de 2015

Nº 3.974 - Processo nº 48500.004855/2015-90. Interessado: Clealco Açúcar e Álcool S.A.. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UTE Clealco Penápolis, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UTE.AI.SP.035137-7.01, com 35.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Penápolis, no estado de São Paulo. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.975 - Processo nº 48500.002528/2015-01. Interessado: Clealco Açúcar e Álcool S.A.. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) para fins de ampliação da UTE Clealco Clementina em 35.000 kW, outorgada por meio da Resolução nº 645, de 25 de julho de 2006, com 11.200 kW, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UTE.AI.SP.035137-7.01. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 9 de dezembro de 2015

Nº 3.982 Processo nº: 48500.002007/2006-11. Interessada: Santa Helena Energia S.A. Decisão: registrar a alteração de razão social da empresa Santa Helena Energia Ltda. para Santa Helena Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.150.746/0001-60, autorizada a implantar e explorar a PCH Ypê, por meio da Portaria MME nº 46/2014. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.985. Processo nº 48500.002519/2015-11. Interessado: Granol Indústria, Comércio e Exportação S.A. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UTE Granol AN, com 16.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Anápolis, estado de Goiás, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UTE.FL.GO.035152-0.01. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.988. Processo nº 48500.003573/2015-75. Interessado: Alberto Luiz Braga Mello Junior. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH Ariró, cadastrada sob o CEG PCH.PH.RJ.035331-0.01, situada no rio Ariró, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro; (ii) esse DRI-PCH é de exclusividade da citada empresa e não serão permitidas transferências de titularidade antes da entrega do Sumário Executivo; (iii) a empresa terá o prazo de até 14 (quatorze) meses para a elaboração do projeto básico e apresentação na ANEEL do Sumário Executivo, as correspondentes ART e o arquivo digital contendo o projeto básico desenvolvido, conforme orientações disponíveis no sitio da ANEEL; e (iv) considerando que o presente eixo integra inventário aprovado anteriormente à Resolução Normativa nº 673, publicada em 31 de agosto de 2015, não serão admitidas outras solicitações de DRI-PCH para o mesmo aproveitamento. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 10 de dezembro de 2015

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação comercial a partir do dia 11 de dezembro de 2015.

Nº 3.995. Processo nº 48500.005493/2008-25. Interessados: Energia Sustentável do Brasil S.A. Usina: UHE Jirau. Unidade Geradora: UG20 de 75.000 kW. Localização: Município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Nº 3.996. Processo nº 48500.006996/2013-85. Interessados: Lindner Geração de Energia Elétrica Ltda. Usina: CGH Rudolf Lindner. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 350 kW cada, e UG3, de 135 kW, totalizando 835 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina.

Nº 3.998. Processo nº 48500.003263/2014-70. Interessados: Eólica Hermenegildo III S.A. Usina: EOL Verace 35. Unidades Geradoras: UG1 a UG5, de 1.790 kW cada, totalizando 8.950 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 3.997. Processo nº 48500.003984/2008-31. Interessado: Santo Antônio Energia S.A. Decisão: Liberar unidade geradora para início de operação em teste a partir de 11 de dezembro de 2015. Usina: UHE Santo Antônio. Unidade Geradora: UG40 de 73.290 kW. Localização: Município de Porto Velho, Estado de Rondônia. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.999 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e com base nos processos relacionados a seguir, resolve liberar as unidades geradoras das usinas eólicas - EOLs listadas para início da operação comercial a partir do dia 11 de dezembro de 2015, quando a energia produzida pelas unidades geradoras deverá estar disponível ao sistema.

EOL - UF	Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG	Titularidade	Unidades Geradoras	Processo
Morro Branco I - BA	EOL.CV.BA.031336-0.01	Morro Branco I Energética S.A.	UG8, UG9 e UG10, totalizando 7.050 kW	48500.001269/2014-11
Mussambê - BA	EOL.CV.BA.031352-1.01	Mussambê Energética S.A.	UG13 de 2.350 kW	48500.001289/2014-83

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 8 de dezembro de 2015

Nº 3.968 . Processo nº 48500.006130/2013-74. Interessada: CELG Distribuição S.A. Decisão: anuir ao pedido da Interessada para prorrogação do prazo para a constituição de garantias, autorizada pelo Despacho nº 2.561, de 7/8/2015, em 90 (noventa) dias, a contar de 7 de novembro de 2015. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

SIDNEY MATOS DA SILVA
Substituto

Em 9 de dezembro de 2015

Nº 3.978 Processo nº 48500.005473/2015-83. Interessada: Copel Distribuição S.A. Decisão: anuir ao pedido da interessada (Cedente) para transferência não onerosa de materiais instalados na Linhas de Transmissão de 230 kV Bateias - Campo Comprido 1 e 2, para a Copel Geração e Transmissão S.A. (Cessionária), ressalvando que as partes deverão observar as disposições, do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), pertinentes ao caso. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.979. Processo nº: 48500.00003637/2015-38. Interessadas: Matrinchã Transmissora de Energia S.A. (contratante) e a Itumbiara Transmissora de Energia S.A. (contratada). Decisão: anuir com alteração do prazo de execução do Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção, firmado entre as Interessadas, para 4 (quatro) anos. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.980. Processo nº 48500.005558/2015-61. Interessada: Light Energia S.A. Decisão: anuir ao pedido da Light Energia S.A. (Locadora) para firmar contrato de locação com João de Oliveira Domingos (Locatário), referente ao imóvel de titularidade da Locadora situado em Piraí, Estado do Rio de janeiro, no valor de R$ 536,61 (quinhentos e trinta e seis reais e sessenta e um centavos) mensais, devendo ser cumpridas as disposições constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), pertinentes ao caso. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 10 de dezembro de 2015

Nº 3.993 Processo nº 48500.003257/2015-01. Interessada: Energest S.A. Decisão: considerar atendida, pela Interessada, a exigência de envio dos documentos comprobatórios da formalização da operação anuída pela Resolução Autorizativa nº 5.510, de 13 de outubro de 2015. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.994 Documento nº 48513.030514/2015-00. Interessada: Ampla Energia e Serviços S.A. Decisão: anuir ao Instrumento Particular de Mútuo a ser firmado entre a Interessada (mutuária) e suas partes relacionadas Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF, Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA e Enel Brasil S.A. - ENEL (mutuantes), no valor de até R$ 1.750.000.000,00 (um bilhão, setecentos e cinquenta milhões de reais), com prazo de 48 (quarenta e oito) meses a partir de sua pactuação. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 4.000 Processo nº: 48500.005449/2015-44. Interessada: Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA. Decisão: anuir aos pedidos da Interessada para i) constituição de recebíveis e de alienação fiduciária de propriedade da concessionária em garantia à primeira Emissão de Debêntures Simples a ser firmado com a Vinci Fundo Gestora de Recursos Ltda., no valor de R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), pelo prazo total de 96 (noventa e seis) meses; e ii) à constituição de recebíveis como garantia à celebração de operação de crédito, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de até R$ 863.190.622,00 (oitocentos e sessenta e três milhões, cento e noventa mil, seiscentos e vinte e dois reais), pelo prazo de 110 (cento e dez) meses, para financiamento de investimentos na concessão. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

RETIFICAÇÃO

No ANEXO do Despacho Nº 3.369, de 02 de outubro de 2015, publicado no Diário Oficial nº 192, de 07 de outubro de 2015, seção 1, página 35, volume 152, foi retificado o Anexo: A íntegra deste Despacho e respectivo anexo está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 10 de dezembro de 2015

Nº 4.004 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições regimentais e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.000619/2015-02, decide: (i) conhecer e dar provimento à solicitação da empresa Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. para revisão do Custo Variável Unitário - CVU da usina termelétrica Norte Fluminense 4, no valor de 279,71 R$/MWh (duzentos e setenta e nove reais e setenta e um centavos por megawatt-hora), a ser aplicado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a partir da primeira revisão do Programa Mensal de Operação - PMO após a publicação deste Despacho; (ii) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a utilização do valor indicado no item "i" para fins de contabilização da geração verificada na citada usina a partir de 1º de novembro de 2015.

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 10 de dezembro de 2015

Nº 4.002 Processos nºs 48500.000181/2014-73, 48500.002771/2015-11, 48500.002772/2015-66, 48500.003972/2015-36. Interessados: DME Distribuição S.A. - DMED (compradora) e Bolt Serviços e Comercialização de Energia Ltda., Brasil Comercializadora de Energia Ltda., Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., a Ecel Elétron Comercializadora de Energia Ltda., Federal Energia Ltda., Safira Administração e Comercialização de Energia Ltda., Seal Trade Comércio e Serviços Ltda. e Solenergias Comercializadora de Energia Ltda. (vendedoras). Decisão: registrar os Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica e o Primeiro Termo Aditivo. A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE DADOS TÉCNICOS

AUTORIZAÇÃO Nº 1.095 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O Superintendente de Dados Técnicos da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 89, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 11, de 17 de Fevereiro de 2011, nas normas, padrões e regulamentos da ANP, no contrato nº 9.046/2015, publicado no DOU em 05/10/2015, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48610.011710/2015-06, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa GLOBAL SERVIÇOS GEOFÍSICOS LTDA., com sede na Av. Jornalista Ricardo Marinho, nº 360 - salas 106/108, Edifício Cosmopolitan, Barra da Tijuca, CEP 22631-350 - Rio de Janeiro-RJ, autorizada a realizar aquisição e processamento PSTM (Pre Stack Time Migration) e POSTM (Pos Stack Time Migration) de 142.000 (cento e quarenta e dois mil) pontos de vibração sísmica de reflexão bidimensional terrestre, no âmbito dos dados sísmicos 2D de FOMENTO, na Bacia dos Parecis.

O polígono do projeto fica limitado pelas seguintes coordenadas geográficas:

Vertice	Latitude	Longitude
1	-11:31:00,053	-61:29:00,015
2	-09:56:00,020	-52:18:00,025
3	-12:33:00,023	-51:12:00,002
4	-14:09:00,045	-51:43:00,026
5	-15:38:00,059	-59:00:00,019

Datum: SIRGAS 2000

Art. 2º A empresa GLOBAL SERVIÇOS GEOFÍSICOS LTDA. fica obrigada a enviar a ANP cópias autenticadas das licenças ambientais, ou, cópia da desobrigação da licença ambiental, face à característica da fonte de vibração ser evasiva.

Art. 3º Em decorrência da Autorização definida no Art 1º e em conformidade com os termos da Resolução ANP n° 11/2011, fica a GLOBAL SERVIÇOS GEOFÍSICOS LTDA. compromissada a enviar à ANP os dados brutos adquiridos e de todas as versões processadas e comercializadas, bem como todas as notificações, relatórios e outros documentos exigidos pela regulamentação em vigor.

Art. 4º De acordo com os padrões técnicos da ANP, fica determinado que todos os documentos e arquivos digitais referentes aos dados sísmicos entregues pela GLOBAL SERVIÇOS GEOFÍSICOS LTDA. deverão ser identificados com o código «ES-0319», sendo estabelecido o nome do programa em 0319_2D_VIBROSEIS_ANP_PARECIS.

Art. 5º Estabelece-se o uso do datum SIRGAS 2000 para todos os dados georeferenciados a serem entregues à ANP. O arquivo EBCDIC, no cartão C39, deve constar o datum SIRGAS2000, sem espaço, e o DATUM CODE 03.

Art. 6º Fica a GLOBAL SERVIÇOS GEOFÍSICOS LTDA. obrigada a observar na internet, no endereço www.anp.gov.br, os formatos de formulários e os padrões vigentes em que os dados e informações deverão ser entregues à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Art. 7º Esta autorização limita-se à execução da atividade descritas no Art. 1º acima.

Art. 8º Esta autorização é válida pelo período de 2 anos.

Art. 9º A presente autorização entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAULO ALEXANDRE SOUZA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 1.096, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.002111/2012-41, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a PETRÓLEO SABBÁ S.A., CNPJ n.º 04.169.215/0023-05, habilitada na ANP como distribuidora de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B e outros combustíveis automotivos, autorizada a operar as instalações de armazenamento de combustíveis localizadas no Porto de Itaqui, S/N, São Luís - MA. CEP: 65085-370. Localização: Latitude 2°34'36.79"S, Longitude 44°21'55.60"O.

As instalações de armazenamento, cuja Autorização está sendo solicitada, são constituídas pelos tanques aéreos verticais apresentados na tabela a seguir. A capacidade total é de 34.415,82 m³.

Tanque n.º	Diâmetro (m)	Altura (m)	Volume (m³)	Produto Classe
1	18,28	11,98	3.200,17	I, II e III
3	15,84	11,80	2.347,18	I, II e III
4	18,29	11,79	3.128,29	I, II e III
13	24,83	19,20	9.325,36	II e III
14	24,83	19,20	9.328,99	II e III
15	18,85	12,54	3.519,17	II e III
16	17,17	13,10	3.048,29	II e III
20	9,54	7,20	518,37	IIIB

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º A PETRÓLEO SABBÁ S.A., CNPJ n.º 04.169.215/0023-05, deverá encaminhar, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada da solicitação de renovação deste licenciamento, no prazo regulamentar, protocolizado junto ao órgão ambiental competente, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua emissão, sob pena de revogação desta Autorização.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

AUTORIZAÇÃO Nº 1.097, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, E GÁS NATURAL BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de Agosto de 2011, e o que consta do Processo 48620.000152/2005-54, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa IDAZA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 01.787.793/0018-41, habilitada na ANP como distribuidora de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel e óleo diesel B, autorizada a operar ampliação das instalações localizadas na Rua Bernardo Gonçalves Kuster, n° 1022, Lote 07 - Quadra A - Distrito Industrial - Bairro São Miguel - Município de Lages - SC - CEP: 88525-060. Lat.: -27.820570; Long.: -50.294106.

A ampliação das instalações de armazenamento compreende os tanques aéreos verticais apresentados na tabela a seguir, perfazendo, com a inclusão dos tanques nº 09, nº 10, nº 11 e nº 12, a capacidade total de armazenamento de 9496,58 m³.

TANQUE	DIÂMETRO (m)	ALT/COMP (m)	VOLUME (m³)	PRODUTO (Classe)
09	13,35	14,96	2096,88	Classe I, II ou III
10	13,36	14,97	2100,83	Classe II ou III
11	13,36	14,96	2099,91	Classe II ou III
12	13,34	14,96	2099,61	Classe I, II ou III

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3° IDAZA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA., CNPJ nº 01.787.793/0018-41, deverá encaminhar, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada da solicitação de renovação deste licenciamento, no prazo regulamentar, protocolizado junto ao órgão ambiental competente, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua emissão, sob pena de revogação desta Autorização.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 10 de dezembro de 2015

Nº 1.704 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº. 92, de maio de 2004, nos termos do artigo 41, inciso II, alíneas 'a', 'c' e 'g' da Resolução ANP n° 58/2014 e do artigo 17, II, da Resolução ANP n° 42/2011, em virtude da existência de indícios de paralisação injustificada da atividade de distribuição de combustíveis líquidos e no que consta do processo n. º 48610.006727/2013-71, torna pública a revogação da Autorização ANP n° 579, publicada no DOU em 19/11/2009 ao exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel especificada ou autorizada pela ANP e outros combustíveis automotivos outorgada à sociedade Webpetro Distribuidora de Combustíveis Ltda., inscrita no CNPJ sob o n. º 35.464.692/0001-03, situada Avenida Niterói com Copacabana, S/N, Quadra 4 Lote RI/19, Setor Comercial, Senador Canedo - GO - CEP: 75.250-000. Revogam-se as demais disposições em contrário.

Nº 1.705 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n° 92/2004 e com fundamento no art. 25, II, "b", "c", "d" e "e" da Resolução ANP n° 8/2007 e nos elementos do processo administrativo nº 48610.005068/2015-18, torna pública a revogação da Autorização ANP nº 212, publicada no DOU em 10/6/2008, para o exercício da atividade de transportador-revendedor-retalhista (TRR), outorgada à MARPETRO TRANSPORTE DE COMBUSTÍVEIS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 04.948.652/0001-03. Revogam-se as disposições em contrário.

Nº 1.706 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n° 92, de 26 de maio de 2004, com fundamento no artigo 41, I, "c" da Resolução ANP 58/2014 e no que consta no Processo Administrativo ANP nº 48610.005317/2014-94, torna público o cancelamento da autorização para exercício da atividade de distribuidor de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos concedida à ELLO-PUMA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 04.654.590/0001-27, por requerimento da própria interessada. Revogam-se as demais disposições em contrário.

Nº 1.707 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº. 92, de maio de 2004, com base no disposto nos termos do artigo 25, inciso II, alíneas "b" e "e" da Resolução ANP nº 8, de março de 2007 e no que consta do processo n. º 48610.004055/2014-41, torna pública a revogação da Autorização nº 437, publicada no DOU em 15/7/2010, para o exercício da atividade de transportador-revendedor-retalhista (TRR) da sociedade Camará Petróleo Ltda., inscrita no CNPJ sob o n. º 39.395.132/0001-03, situada na Rua Dr. Vicente Burian, 207, fundos, Camará, Serra - ES. Revogam-se as demais disposições em contrário.

Nº 1.708 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº. 92, de maio de 2004, nos termos do artigo 41, inciso II, alíneas 'a' e 'g' da Resolução ANP n° 58/2014 e do artigo 17, II, da Resolução ANP n° 42/2011 e no que consta do processo n. º 48610.010410/2013-30, torna pública a revogação da Autorização ANP n° 299, publicada no DOU de 26/5/2010 ao exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos da sociedade Continental Distribuidora de Combustíveis Ltda., inscrita no CNPJ sob o n. º 11.532.297/0001-52, situada Avenida Professora Gabriela Correia de Miranda, S/N, Mod 06-B Bloco 02 Sala 02, Distrito Industrial Brasil Central, Senador Canedo - GO - CEP: 75.250-000. Revogam-se as demais disposições em contrário.

Nº 1.709 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº. 92, de maio de 2004, nos termos do artigo 27, inciso II, alíneas 'b', 'c', 'd' e 'e' da Resolução ANP n° 24/2006, com fins de apurar existência de indícios de paralisação injustificada da atividade de distribuição de solventes, no que consta do processo n. º 48610.005069/2015-62, torna pública a revogação da Autorização nº 479, publicada no DOU em 4/11/2008, para o exercício da atividade de distribuição de solventes da sociedade Petropoli Química Ltda.-EPP., inscrita no CNPJ sob o n. º 01.225.831/0001-24, situada na Tr. Novo Horizonte, 14, N H VL Olinda, CEP 09.943-090, Diadema - SP. Revogam-se as demais disposições em contrário.

Nº 1.710 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n° 92, de 26 de maio de 2004, com fundamento no artigo 25, II, "b", "c", "d" e "e" da Resolução ANP 8/2007 e no que consta no Processo Administrativo ANP nº 48610.008962/2015-40, torna público a revogação da Autorização ANP nº 99, bem como da habilitação do Despacho 354/2009, publicados no DOU em 18/2/2009, para exercício da atividade transportador-revendedor-retalhista concedida à AMIGÃO REVENDEDOR DE DIESEL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 00.109.567/0001-09. Revogam-se as disposições em contrário.

Nº 1.711 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº. 92, de maio de 2004, nos termos do artigo 41, inciso II, alíneas 'a' e 'g' da Resolução ANP n° 58/2014 e do artigo 17, inciso II da Resolução ANP n° 42/2011, com fins de apuração de irregularidades no exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos, bem como para verificação quanto ao atendimento em caráter permanente dos requisitos, no que consta do processo n. º 48610.004186/2013-47, torna pública a revogação da autorização sob registro n° 0502, nos termos do Despacho do Diretor n° 24/1999, publicado no Diário Oficial da União em 25/1/1999 para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da sociedade Gpetro Distribuidora de Petróleo Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 01.755.775/0001-30, situada na Rod Regis Bittencourt, s/n, Km 276,1 Fundos, CEP 06.818-300, Jardim dos Oliveiras, Embu das Artes - SP. Revogam-se as demais disposições em contrário.

Nº 1.712 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, ao POSTO 10 PARK LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº 03.106.307/0002-40, mediante Processo Judicial 0009308-03.2014.4.02.5101, tendo em vista o indeferimento da liminar.

AURELIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

RETIFICAÇÃO

No DOU de 9/12/2015, Seção 1, pág. 107, incluam-se, por terem sido omitidos: Nº 1.688 e Nº 1.689, respectivamente.

(p/Coejo)

SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO DA SECRETÁRIA EXECUTIVA
Em 10 de dezembro de 2015

Nº 1.703 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Resolução de Diretoria nº 985, de 2 de dezembro de 2015, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 826, de 2 de dezembro de 2015, com base na Proposta de Ação nº 935, de 21 de outubro de 2015, e no processo nº 48610.001957/2014-25, resolveu aprovar o Plano de Desenvolvimento do Campo de Cherne, bacia de Campos (Contrato de Concessão 48000.003727/97-62), operado pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), determinando que se cumpram as exigências contidas na Nota Técnica nº 0216/2015/SDP, nos termos da cláusula 9.4 do Contrato de Concessão.

LUCIANA GONÇALVES DE MATTOS VIEIRA

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2015

Extrato da Ata nº 202/CA/2015 realizada em 18.09.2015, às 14h30min e continuada em 22.09.2015, às 14h30min na Sede da Companhia, localizada no SGAN, Quadra 603, Conjunto J, parte A, 1º andar, em Brasília, Distrito Federal. O Conselho de Administração mediante prévia convocação dos Conselheiros determinada pelo Presidente do Conselho e na forma das disposições estatutárias em vigor, reuniu-se, em sua ducentésima segunda reunião, para deliberação sobre os assuntos constantes da Ordem do Dia, a saber: I) Eleição do Senhor Stênio Petrovich Pereira para o cargo de Diretor da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, conforme Ofício nº 488/2015-GM-MME, de 11.09.2015; II) Assuntos Diversos. A reunião foi presidida pelo Conselheiro-Presidente, Carlos Nogueira da Costa Junior e contou com a presença do Conselheiro-Vice-Presidente, Manoel Barretto da Rocha Neto, das Conselheiras Ladice Pontes Peixoto e Janaina Gomes Pires da Silva e do Conselheiro Demetrius Ferreira e Cruz, atuando como Secretário Palmiro Franco Capone, Secretário-Geral da CPRM. O Conselheiro Presidente agradeceu a presença de todos e justificou a ausência do Conselheiro Jarbas Raimundo de Aldano Matos, por motivo de férias e por se encontrar em viagem ao exterior. Abriu a reunião e esclareceu que o adiamento de 17.09.2015 para 18.09.2015, ocorreu em consequência de ter sido convocado para reunião na Casa Civil da Presidência da República. Em seguida, solicitou a suspensão da reunião, por motivo de força maior, para sua continuação no próximo dia 22.09.2015 (terça-feira), às 11h, mantendo a pauta da convocação inicial, que consiste na eleição de Diretor. A reunião foi retomada no dia 22.09.2015, às 14h30min ao invés das 11h, por motivo de agenda dos Conselheiros. Estavam presentes, na sede da CPRM, em Brasília o Conselheiro-Presidente, Carlos Nogueira da Costa Junior, o Conselheiro-Vice-Presidente, Manoel Barretto da Rocha Neto, a Conselheira Ladice Pontes Peixoto, e o Conselheiro Demetrius Ferreira e Cruz. No escritório do Rio de Janeiro, por videoconferência, estavam presentes a Conselheira Janaina Gomes Pires da Silva e o Secretário-Geral Palmiro Franco Capone. Em prosseguimento, o Presidente do Conselho submeteu aos membros do Conselho o Ofício nº 518/2015 - GM - MME, de 21.09.2015, do Chefe de Gabinete do Ministro de Minas e Energia, dirigido ao Presidente do Conselho de Administração, nos seguintes termos: 1. "De ordem do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia e em aditamento ao

Ofício nº 488/2015 - GM - MME, de 11.09.2015, solicito a Vossa Senhoria determinar providências no sentido de eleger o Senhor Stênio Petrovich Pereira, para exercer o cargo de Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM. 2. Ademais, informo que o indicado foi aprovado pela Casa Civil da Presidência da República, conforme dispõe o art. 1º, § 4º, do Decreto nº 757, de 19.02.1993". A investidura do Diretor eleito se dará dentro do prazo estipulado pelo

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

art.149 e seu parágrafo único da Lei 6.404, de 15.12.1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações. O Presidente do Conselho de Administração, conforme disposições estatutárias, com base no Estatuto Social da CPRM, submeteu aos seus membros o nome do novo diretor, que foi pelo Conselho declarado eleito, pela maioria de votos (quatro votos a favor e um voto contra, da Conselheira Representante dos Empregados Janaina Gomes Pires da Silva). Diretor Eleito: STÊNIO PETROVICH PEREIRA, brasileiro, casado, geólogo e advogado, natural de Natal, Rio Grande do Norte, portador da Carteira de Identidade da OAB/RN nº 3.333, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 182.858.054-68, domiciliado em Brasília/DF, na AOS 4, Bloco B, apto. 119, Cruzeiro, CEP 70.660-042, com mandato de 03 (três) anos, contados da data da assinatura do Termo de Posse, conforme determina o § 3º do art.17, do Estatuto Social da CPRM. O Diretor eleito assinará Termo de Posse e Compromisso em Livro Próprio, na forma do inciso II do art.21, do Estatuto, Termo também assinado pelo Ministro do Estado de Minas e Energia e pelo Presidente do Conselho de Administração. Em seguida, o Conselheiro-Presidente solicitou registrar votos de agradecimento pela atuação do Ex-Diretor Thales de Queiroz Sampaio, à frente da Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial, nesses últimos 4 anos, ao tempo de desejar ao novo Diretor uma profícua gestão em prol da Empresa e do Setor Mineral Brasileiro, cumprindo as determinações da Exma. Senhora Presidenta da República e do Exmo. Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, traduzidas em políticas públicas governamentais. Não havendo mais assuntos, a reunião foi encerrada, solicitando-se ao Secretário a lavratura da presente Ata. Assinado: CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR, Presidente; MANOEL BARRETTO DA ROCHA NETO, Vice-Presidente; DEMETRIUS FERREIRA E CRUZ, Conselheiro; LADICE PONTES PEIXOTO, Conselheira; JANAINA GOMES PIRES DA SILVA, Conselheira; PALMIRO FRANCO CAPONE, Secretário-Geral. Arquivamento da Ata na Junta Comercial do Distrito Federal em 25.11.2015 sob o nº 20150997450 - Gisela Simiema Ceschin - Presidente da JCDF.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 47/2015RR

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

16090/2015-884.097/2012-CERZINANDO DE SOUZA PESSANHA-

RELAÇÃO Nº 61/2015RO

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

16051/2015-886.040/2015-FLORIDA INDUSTRIA E COMERCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA ME-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

16052/2015-886.049/2004-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-
16053/2015-886.051/2004-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-
16054/2015-886.052/2004-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-
16055/2015-886.465/2004-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-
16056/2015-886.480/2004-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-
16057/2015-886.483/2004-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-
16058/2015-886.486/2004-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-
16059/2015-886.489/2004-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-
16060/2015-886.490/2004-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-
16061/2015-886.492/2004-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-
16062/2015-886.494/2004-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-
16063/2015-886.207/2007-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-
16064/2015-886.311/2009-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-
16065/2015-886.424/2010-VALENTIM MANDUCA PACIOS-
16066/2015-886.467/2010-PEDRO BARBOSA NETO-
16067/2015-886.307/2011-EXPEDITO MOURA DE CARVALHO DANTAS-
16068/2015-886.462/2011-MANAGEMENT ADMINISTRAÇÃO, SERVIÇOS E COMÉRCIO IMP. E EXP. LTDA.-
16069/2015-886.465/2011-MANAGEMENT ADMINISTRAÇÃO, SERVIÇOS E COMÉRCIO IMP. E EXP. LTDA.-
16070/2015-886.483/2011-WALDEMIR RODRIGUES DE AGUIAR-
16071/2015-886.571/2011-ANTONIO RODRIGUES PEREIRA-
16072/2015-886.014/2012-BRAULIO RODRIGUES DE SOUSA-
16073/2015-886.015/2012-WHITE SOLDER METALURGIA E MINERAÇÃO LTDA-
16074/2015-886.043/2012-WHITE SOLDER METALURGIA E MINERAÇÃO LTDA-
16075/2015-886.045/2012-LOURIVAL GOEDERT-
16076/2015-886.061/2012-CONCREX NORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-
16077/2015-886.088/2012-METALMIG MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-

RELAÇÃO Nº 100/2015SE

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

16030/2015-878.009/2015-SERGIO RICARDO SILVA MARTINS-
16031/2015-878.084/2015-A3 MINERAÇÃO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME-
16032/2015-878.085/2015-A3 MINERAÇÃO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME-
16033/2015-878.089/2015-TAICOCA MINERAÇÃO TRANSPORTES LTDA-
16034/2015-878.090/2015-TAICOCA MINERAÇÃO TRANSPORTES LTDA-
16035/2015-878.096/2015-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
16036/2015-878.097/2015-GEOBRAS SERVIÇOS GEOLÓGICOS LTDA ME-
16037/2015-878.099/2015-TAICOCA MINERAÇÃO TRANSPORTES LTDA-
16038/2015-878.101/2015-CAMPO SOLOS MINERAÇÃO E TRANSPORTES LIMITADA ME-
16039/2015-878.103/2015-CERÂMICA SERGIPE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-
16040/2015-878.104/2015-CERÂMICA SERGIPE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-
16041/2015-878.105/2015-CERÂMICA SERGIPE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-
16042/2015-878.106/2015-CERÂMICA SERGIPE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-
16043/2015-878.143/2015-JAZIDA CAJUEIRO LTDA ME-
16044/2015-878.144/2015-COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODÍ-
16045/2015-878.146/2015-COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODÍ-
16046/2015-878.147/2015-MINERAÇÃO SÃO JORGE-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

16047/2015-878.113/2011-B&A POTÁSSIO MINERAÇÃO LTDA-
16048/2015-878.107/2015-TRIUNFO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-
16049/2015-878.108/2015-TRIUNFO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-
16050/2015-878.109/2015-TRIUNFO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-

RELAÇÃO Nº 125/2015RS

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

15752/2015-811.281/2015-BRITAGEM MONTENEGRO LTDA-
15753/2015-811.284/2015-BRITAGEM MONTENEGRO LTDA-
15754/2015-811.287/2015-MÁRCIO BATALHA & CIA. LTDA.-
15755/2015-811.355/2015-MA MING KWONG-
15756/2015-811.356/2015-ELAINE ZANATTA REBESCHINI-
15757/2015-811.361/2015-F C C MAGNUS E CIA. LTDA. ME-
15758/2015-811.374/2015-FABIO AVILA DA COSTA-
15759/2015-811.385/2015-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-
15760/2015-811.387/2015-JAZIDA TATUIRA-EXTRAÇÃO DE AREIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO-ME-
15761/2015-811.403/2015-CONSTRUTOR THIELE LTDA-
15762/2015-811.417/2015-STANGHERLIN TERRAPLENAGEM-
15763/2015-811.421/2015-CERÂMICA KASPARY LTDA-
15764/2015-811.422/2015-CONPASUL CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
15765/2015-811.465/2015-FRANCISCO JOSÉ COELHO-
15766/2015-811.475/2015-EBRAX CONSTRUTORA LTDA-
15767/2015-811.487/2015-ICCILA INDÚSTRIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES IBAGÉ LTDA-
15768/2015-811.488/2015-C & F MINERACAO E TRANSPORTES LTDA-
15769/2015-811.517/2015-GERALDO OSVALDO WERB-
15770/2015-811.519/2015-GILMAR G. DA SILVA ME-
15771/2015-811.557/2015-EMERSON ETGETON-
15772/2015-811.558/2015-EMERSON ETGETON-
15773/2015-811.559/2015-EMERSON ETGETON-
15774/2015-811.560/2015-EMERSON ETGETON-
15775/2015-811.580/2015-PI MINERACAO LTDA-
15776/2015-811.581/2015-LUCIANO ECHER-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

15777/2015-810.826/2015-JAZIDA ECKERT LTDA-
15778/2015-811.285/2015-COMÉRCIO E SERVIÇOS IMIGRANTE LTDA ME-
15779/2015-811.286/2015-COMÉRCIO E SERVIÇOS IMIGRANTE LTDA ME-
15780/2015-811.289/2015-BRIPAC CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
15781/2015-811.297/2015-JORGE LUIZ LASTE-
15782/2015-811.345/2015-OCX CONSTRUTORA & PROJETOS LTDA.-
15783/2015-811.363/2015-MINERAÇÃO NOVA PETRÓPOLIS LTDA.-
15784/2015-811.372/2015-ADELAR DA SILVA NOGUEIRA-
15785/2015-811.373/2015-FABIO AVILA DA COSTA-
15786/2015-811.378/2015-CAPITANIO & CIA LTDA-
15787/2015-811.386/2015-ECOTERRA MINERAÇÃO LTDA-
15788/2015-811.412/2015-PAULO NUNES DOS SANTOS-
15789/2015-811.423/2015-CONPASUL CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
15790/2015-811.424/2015-BRIPAC CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
15791/2015-811.436/2015-CALLIARI COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.-
15792/2015-811.440/2015-MINERAÇÃO NIZOLI LTDA.-
15793/2015-811.458/2015-RAFAEL VIOLA MOTTIN-
15794/2015-811.464/2015-SERRA LEOA MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA-
15795/2015-811.466/2015-TECNOCLAY MIN IND COMERCIO LTDA-
15796/2015-811.467/2015-CARBONIFERA METROPOLITANA SA-
15797/2015-811.471/2015-TRANSPORTES ZEMAI LTDA ME-
15798/2015-811.474/2015-EBRAX CONSTRUTORA LTDA-
15799/2015-811.479/2015-TELMA LUCIANE ROSA DA SILVA-
15800/2015-811.481/2015-CEZAR LUIZ DA SILVA-
15801/2015-811.486/2015-BRITAMIL MINERAÇÃO E BRITAGEM LTDA-
15802/2015-811.490/2015-C & F MINERACAO E TRANSPORTES LTDA-
15803/2015-811.494/2015-GEOCOMPANY RS ESTUDOS E PROJETOS DE GEOLOGIA LTDA-
15804/2015-811.500/2015-MASTERMAC INTERMEDIAÇÃO, PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA.-
15805/2015-811.505/2015-COMÉRCIO DE AREIA MARTINS LTDA-
15806/2015-811.506/2015-CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S A-
15807/2015-811.516/2015-GERALDO OSVALDO WERB-
15808/2015-811.520/2015-ECJ TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES LTDA ME-
15809/2015-811.542/2015-ARGISUL MINERAÇÃO LTDA-
15810/2015-811.543/2015-ARGISUL MINERAÇÃO LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

15811/2015-811.514/2015-BORDER PROPECÇÕES MINERAIS LTDA.-

RELAÇÃO Nº 167/2015MT

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

15970/2015-867.147/2012-MINERAÇAO BIOMINER LTDA-
15971/2015-866.711/2013-RILDO LORENZON-
15972/2015-866.713/2013-CENTRO DE GERENCIAMENTOS DE RESIDUAIS CUIABÁ LIMITADA-
15973/2015-866.720/2013-P.A. GOLD MINERAÇÃO E METALURGIA LTDA.-
15974/2015-866.725/2013-BRITASA MINERADORA CONFRESA LTDA-
15975/2015-866.726/2013-BRITASA MINERADORA CONFRESA LTDA-
15976/2015-866.741/2013-CASCA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

15977/2015-866.761/2013-JOAO PAULO BALDO GASPAR-
15978/2015-866.778/2013-OSMAR DE SOUZA REIS-
15979/2015-866.939/2013-COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTOS MINERAIS DE POCONÉ LTDA.-
15980/2015-867.024/2013-MOIZES CANDIDO DE ARAUJO-
15981/2015-867.121/2013-CARLOS A R DA SILVA ME-
15982/2015-867.130/2013-IMPÉRIO INVESTIMENTOS, REFLORESTAMENTO E MINERAÇÃO LTDA EPP-
15983/2015-867.160/2013-GILMAR MATOS QUEIROZ-
15984/2015-867.175/2013-ROBERTO BASSO-
15985/2015-867.188/2013-TRANSTERRA MINERAÇÃO E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI EPP-
15986/2015-867.284/2013-FERNANDO ALECIO COSTA-
15987/2015-867.321/2013-RICARDO DE VASCONCELOS CLETO-
15988/2015-867.324/2013-INDÚSTRIA DE PRODUTOS CERÂMICOS FAAT LTDA-
15989/2015-867.357/2013-DEMENECK MINERADORA LTDA-
15990/2015-867.371/2013-COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTOS MINERAIS DE POCONÉ LTDA.-
15991/2015-867.398/2013-J. A. DE CARVALHO ME-
15992/2015-867.404/2013-RIO NOVO MINERAÇÃO LTDA.-
15993/2015-867.405/2013-RODRIGO RIBAS SILES-
15994/2015-867.409/2013-VALE DO RIO MANSO MINERAÇÃO LTDA.-
15995/2015-866.014/2014-NX GOLD S.A-
15996/2015-866.031/2014-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA-
15997/2015-866.041/2014-ANAILSON CAETANO DE SOUZA & CIA LTDA EPP-
15998/2015-866.042/2014-ANAILSON CAETANO DE SOUZA & CIA LTDA EPP-
15999/2015-866.044/2014-EUZEBIO PEREIRA DE ALMEIDA-
16000/2015-866.147/2014-BMM PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA-
16001/2015-866.153/2014-NILTON DA SILVA-
16002/2015-866.180/2014-GEOLOGIA MINERAÇÃO E ASSESSORIA LTDA.-
16003/2015-866.210/2014-CAVALCA CONSTRUÇÕES E MINERAÇÃO LTDA.-
16004/2015-866.213/2014-HERMES GALDINO PEREIRA DA SILVA-
16005/2015-866.214/2014-HERMES GALDINO PEREIRA DA SILVA-
16006/2015-866.071/2015-JOSE VITOR DE RESENDE-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

16007/2015-866.624/2013-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-
16008/2015-866.679/2013-BRITASA MINERADORA CONFRESA LTDA-
16009/2015-866.866/2013-AGENOR CASONATTO-
16010/2015-867.131/2013-IMPÉRIO INVESTIMENTOS, REFLORESTAMENTO E MINERAÇÃO LTDA EPP-
16011/2015-867.158/2013-VALE DO RIO MANSO MINERAÇÃO LTDA.-
16012/2015-867.179/2013-ROBERTO NUNES RONDON-
16013/2015-867.245/2013-FLORESTA VIVA EXPLORAÇÃO DE MADEIRA E TERRAPLANAGEM LTDA-
16014/2015-867.275/2013-GIULIANO FINIMUNDI VERDI-
16015/2015-867.325/2013-JOSÉ ABILIO MANSO RAIMUNDO DA ROCHA-
16016/2015-867.361/2013-ROBERTO RODRIGUES DE ALMEIDA-
16017/2015-867.362/2013-ROBERTO RODRIGUES DE ALMEIDA-
16018/2015-867.369/2013-ROBERTO RODRIGUES DE ALMEIDA-
16019/2015-867.370/2013-ROBERTO RODRIGUES DE ALMEIDA-
16020/2015-867.407/2013-EGIDIO FREDERICO-
16021/2015-867.416/2013-TORIO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
16022/2015-867.418/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
16023/2015-867.419/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
16024/2015-867.420/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
16025/2015-866.013/2014-NX GOLD S.A-
16026/2015-866.015/2014-NX GOLD S.A-
16027/2015-866.039/2014-ANAILSON CAETANO DE SOUZA & CIA LTDA EPP-
16028/2015-866.040/2014-ANAILSON CAETANO DE SOUZA & CIA LTDA EPP-
16029/2015-866.138/2014-ELTON ROGERIO LEITE MORAES-

RELAÇÃO Nº 196/2015MS

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

16078/2015-868.093/2015-FONTE MATERIAIS AGREGADOS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP-
16079/2015-868.158/2015-PEDRAS MORRO ALTO LTDA ME-
16080/2015-868.201/2015-EXTRAÇÃO DE AREIA E PEDREGULHO RIBEIRINHA LTDA-
16081/2015-868.203/2015-EXTRAÇÃO DE AREIA E PEDREGULHO RIBEIRINHA LTDA-
16082/2015-868.207/2015-AREIEIRO SAARA LTDA ME-
16083/2015-868.209/2015-EXTRAÇÃO DE AREIA E PEDREGULHO RIBEIRINHA LTDA-
16084/2015-868.210/2015-EXTRAÇÃO DE AREIA E PEDREGULHO RIBEIRINHA LTDA-
16085/2015-868.254/2015-MINERAÇÃO E COMÉRCIO MINERSTONE LTDA ME-
16086/2015-868.255/2015-MINERAÇÃO E COMÉRCIO MINERSTONE LTDA ME-
16087/2015-868.256/2015-MINERAÇÃO E COMÉRCIO MINERSTONE LTDA ME-
16088/2015-868.257/2015-MINERAÇÃO E COMÉRCIO MINERSTONE LTDA ME-
16089/2015-868.258/2015-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA-

RELAÇÃO Nº 295/2015PA

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

15812/2015-851.794/2013-TRATERRA TERRAPLENAGEM E REFLORESTAMENTO LTDA-
15813/2015-850.181/2015-PEDRA PRETA AGREGADOS MINERAÇÃO LTDA.-
15814/2015-850.233/2015-LAURO NAZARÉ BARROS-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

15815/2015-851.150/2011-VALE S A-
15816/2015-850.124/2013-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A-
15817/2015-850.130/2013-TERRATIVA MINERAIS S.A.-
15818/2015-850.131/2013-MINERAÇÃO IRAJA S A.-
15819/2015-850.183/2013-VALDINEI MAURO DE SOUZA-
15820/2015-850.207/2013-TALON FERROUS MINERAÇÃO LTDA.-
15821/2015-850.209/2013-TALON FERROUS MINERAÇÃO LTDA.-
15822/2015-850.272/2013-ÁGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA.-
15823/2015-850.320/2013-JOSÉ ISAIAS LISBOA MACHADO-
15824/2015-850.452/2013-GONÇALO FERREIRA LIMA NETO-
15825/2015-850.524/2013-JESSÉ DA SILVA-
15826/2015-850.555/2013-MINERAÇÃO REGENT BRASIL LTDA.-
15827/2015-850.557/2013-MINERAÇÃO REGENT BRASIL LTDA.-
15828/2015-850.641/2013-VALTEMIRO GONÇALVES DE ARAUJO-
15829/2015-850.642/2013-VALTEMIRO GONÇALVES DE ARAUJO-
15830/2015-850.645/2013-MARIA ROSINEIDE COSTA BILBY-
15831/2015-850.651/2013-CONSTRUTORA GOLDENFISC LTDA ME-
15832/2015-850.658/2013-MARCIA GONCALVES SOARES-
15833/2015-850.659/2013-WAGNER DELATORE-
15834/2015-850.660/2013-EDSON JOSÉ AMORIM-
15835/2015-850.681/2013-GENAILDO PEREIRA VERAS-
15836/2015-850.695/2013-COSME JOSÉ SALLES-
15837/2015-850.728/2013-EURIPEDES GONÇALVES DE ANDRADE-
15838/2015-850.742/2013-ANTONIO REGINALDO ROCHA MORAES-
15839/2015-850.858/2013-ANDORRA PARTICIPAÇÕES E EMPRENDIMENTOS LTDA-
15840/2015-850.885/2013-MINERAÇÃO RIO DEZOITO LTDA EPP-
15841/2015-850.887/2013-BELO SUN MINERAÇÃO LTDA-
15842/2015-850.888/2013-CALTINS CALCÁRIO TOCANTINS LTDA-
15843/2015-851.134/2013-JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MELO-
15844/2015-851.135/2013-JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MELO-
15845/2015-851.149/2013-M. DE A.DELGADO LTDA EPP-
15846/2015-851.160/2013-BERSAJONE MOURA-
15847/2015-851.162/2013-JOÃO EDSON BECALI-
15848/2015-851.261/2013-HILDENOR CRUZ BARROS JUNIOR-
15849/2015-851.305/2013-RIO VERMELHO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE DIAMANTES LTDA-
15850/2015-851.352/2013-ALLAN CARVALHO MONTEIRO VIEIRA-
15851/2015-851.353/2013-COSME JOSÉ SALLES FILHO-
15852/2015-851.433/2013-EDENILDO LUSTOSA ALVES-
15853/2015-851.463/2013-ÁGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA.-
15854/2015-851.464/2013-COSME JOSÉ SALLES-
15855/2015-851.474/2013-SILVIO FRANCISCO DE SOUZA-
15856/2015-851.523/2013-FRANCISCO SEVERINO BARBOSA JUNIOR-
15857/2015-851.531/2013-AGP COMÉRCIO EXPORTAÇÃO MINERAÇÃO E EXTRAÇÃO LTDA-
15858/2015-851.560/2013-JOSÉ ANTONIO DA SILVA-
15859/2015-851.561/2013-JOSÉ ANTONIO DA SILVA-
15860/2015-851.715/2013-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-
15861/2015-851.719/2013-ROSÂNGELA MARIA BOSOI-
15862/2015-851.757/2013-ARAGUAIA NÍQUEL MINERAÇÃO LTDA.-
15863/2015-851.761/2013-F.C. CUNHA DE OLIVEIRA ME-
15864/2015-851.775/2013-MAGR TERRAPLENAGEM LTDA ME-
15865/2015-851.776/2013-MAGR TERRAPLENAGEM LTDA ME-
15866/2015-851.777/2013-MAGR TERRAPLENAGEM LTDA ME-
15867/2015-851.778/2013-MAGR TERRAPLENAGEM LTDA ME-
15868/2015-851.800/2013-SERABI MINERAÇÃO S.A.-
15869/2015-851.803/2013-ARAGUAIA NÍQUEL MINERAÇÃO LTDA.-
15870/2015-852.065/2013-ANTÔNIO JOSÉ TAVAREZ DA LUZ-
15871/2015-850.644/2015-ALLMINING MINERAÇÃO LTDA ME-

RELAÇÃO Nº 296/2015PA

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

15872/2015-850.613/2015-QUANTUM MINERAL LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

15873/2015-855.785/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-
15874/2015-855.786/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-
15875/2015-850.425/2006-TAMIN MINERAÇÃO LTDA-
15876/2015-850.426/2006-TAMIN MINERAÇÃO LTDA-
15877/2015-850.428/2006-TAMIN MINERAÇÃO LTDA-
15878/2015-850.441/2006-TAMIN MINERAÇÃO LTDA-
15879/2015-850.442/2006-TAMIN MINERAÇÃO LTDA-
15880/2015-850.892/2006-AVB MINERAÇÃO LTDA.-
15881/2015-850.097/2008-RECURSOS MINERAIS DO BRASIL S.A-
15882/2015-850.165/2008-BIOCHIN IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA.-
15883/2015-851.281/2008-VALE S A-
15884/2015-850.065/2010-RODRIGO MILANI-
15885/2015-850.097/2010-JAIR JOSÉ SILVA ARAÚJO-
15886/2015-850.500/2010-PASQUAL LUIZ SPILLERE-
15887/2015-850.323/2011-JOSÉ ISAIAS LISBOA MACHADO-
15888/2015-850.562/2011-SÉRGIO ROBERTO VIEIRA TEIXEIRA-
15889/2015-850.747/2012-RIO VERDE MINERAÇÃO E PESQUISA DA AMAZONIA S A-
15890/2015-850.069/2013-LUIZ AUGUSTO MINOSSO-
15891/2015-850.074/2013-VEGAS MINERAÇAO LTDA-
15892/2015-850.084/2013-BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S.A.-
15893/2015-850.226/2013-CELSO LUIS KEMPF-
15894/2015-850.254/2013-EDILSON VIANA ROCHA-
15895/2015-850.303/2013-CLAUDIR DOLINSKI-
15896/2015-850.693/2013-PAULO CAVALCANTI TRAVEN-
15897/2015-850.741/2013-ANTONIO REGINALDO ROCHA MORAES-
15898/2015-851.053/2013-JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MELO-
15899/2015-851.059/2013-VALDINEI MAURO DE SOUZA-
15900/2015-851.064/2013-JONAS MATOS DA SILVA-
15901/2015-851.066/2013-JULIO CESAR ROSILHO-
15902/2015-851.067/2013-JULIO CESAR ROSILHO-
15903/2015-851.074/2013-AGROPECUÁRIA E COMÉRCIO GOIÁS LTDA-
15904/2015-851.075/2013-AGROPECUÁRIA E COMÉRCIO GOIÁS LTDA-
15905/2015-851.085/2013-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-
15906/2015-851.087/2013-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-
15907/2015-851.224/2013-M. DE A.DELGADO LTDA EPP-
15908/2015-851.229/2013-JOAQUIM CARLOS LIMA-
15909/2015-851.230/2013-JOAQUIM CARLOS LIMA-
15910/2015-851.278/2013-XIANGSE BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
15911/2015-851.279/2013-XIANGSE BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
15912/2015-851.280/2013-XIANGSE BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
15913/2015-851.281/2013-XIANGSE BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
15914/2015-851.282/2013-XIANGSE BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
15915/2015-851.283/2013-XIANGSE BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
15916/2015-851.284/2013-XIANGSE BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
15917/2015-851.285/2013-XIANGSE BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
15918/2015-851.286/2013-XIANGSE BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
15919/2015-851.287/2013-XIANGSE BRASIL MINERAÇÃO LTDA-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

15920/2015-851.288/2013-XIANGSE BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
15921/2015-851.290/2013-XIANGSE BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
15922/2015-851.291/2013-XIANGSE BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
15923/2015-851.292/2013-XIANGSE BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
15924/2015-851.302/2013-RIO VERMELHO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE DIAMANTES LTDA-
15925/2015-851.640/2013-ARAGUAIA E TOCANTINS MINERAÇÃO LTDA-
15926/2015-851.956/2013-HELIO MARTINS CUNHA-
15927/2015-852.073/2013-MAGR TERRAPLENAGEM LTDA ME-
15928/2015-852.089/2013-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-
15929/2015-850.514/2015-EDILSON VIANA ROCHA-

RELAÇÃO Nº 360/2015GO

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

15930/2015-861.594/2011-AREIAL DO VALE LTDA-
15931/2015-860.681/2015-ANTONIO LUCIO DE MATTOS & CIA LTDA-
15932/2015-860.879/2015-FREDERICO ARANTES SANTOS-
15933/2015-861.090/2015-RAFAEL SILVEIRA COSTA-
15934/2015-861.100/2015-FERNANDO ALVARES DA SILVA-
15935/2015-861.102/2015-AREIA GOIÁS MINERAÇÃO LTDA-
15936/2015-861.103/2015-AREIA GOIÁS MINERAÇÃO LTDA-
15937/2015-861.104/2015-AREIA GOIÁS MINERAÇÃO LTDA-
15938/2015-861.105/2015-AREIA GOIÁS MINERAÇÃO LTDA-
15939/2015-861.109/2015-MINERAÇÃO CAPA BRANCA LTDA-
15940/2015-861.110/2015-MINERAÇÃO CAPA BRANCA LTDA-
15941/2015-861.111/2015-EDSON DA SILVA-
15942/2015-861.153/2015-BRITAGO MINERAÇÃO IND. E COM. LTDA-
15943/2015-861.278/2015-EUSEBIO MANOEL DA SILVA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

15944/2015-860.787/2015-MARIA APARECIDA VILAS BOAS DE ALMEIDA-
15945/2015-860.891/2015-PAULO FERREIRA DE SOUZA-
15946/2015-861.223/2015-ITAMAR GONÇALVES NAVES-
15947/2015-861.276/2015-VRM GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA.-
15948/2015-861.286/2015-CENTRO MINERAÇÃO LTDA-
15949/2015-861.334/2015-ITAMAR LUIZ MEIRELES SACHETTO-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

15950/2015-860.862/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
15951/2015-861.023/2015-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME-
15952/2015-861.025/2015-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME-
15953/2015-861.070/2015-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-
15954/2015-861.071/2015-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-
15955/2015-861.072/2015-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-
15956/2015-861.073/2015-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-
15957/2015-861.074/2015-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-
15958/2015-861.075/2015-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-
15959/2015-861.079/2015-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-
15960/2015-861.080/2015-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-
15961/2015-861.082/2015-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-
15962/2015-861.083/2015-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-
15963/2015-861.084/2015-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-
15964/2015-861.085/2015-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-
15965/2015-861.086/2015-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-
15966/2015-861.087/2015-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-
15967/2015-861.088/2015-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-
15968/2015-861.283/2015-LUNDERSSON MORAES DA SILVA-
15969/2015-861.285/2015-CPX GOIANA MINERAÇÃO S A-

TELTON ELBER CORREA
Interino

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 92/2015

Fase de Autorização de Pesquisa

Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)

Chardson Almeida da Silva - 880122/12 - A.I. 201/15

Embloco Indústria e Comércio de Artefatos de Cimento e Concreto Ltda - 880011/14 - A.I. 231/15

Terra & Mar Mineração Ltda Epp - 880092/14 - A.I. 233/15

FERNANDO LOPES BURGOS

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 183/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)

800.523/2015-RAIMUNDO ALVES DE ABREU FILHO ME

800.604/2015-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A

Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)

800.607/2014-ASPERBRAS ENERGIA LTDA

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina arquivamento Auto de infração(230)

800.067/2011-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-AI N°291/2015

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

800.461/2015-RAIMUNDO ALVES DE ABREU FILHO ME- Cessionário:DAVID DUARTE SAMPAIO- CPF ou CNPJ 745.718.423-68- Alvará n°12.570/2015

Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)

800.298/2005-FRANCISCO CHUCHA SOUZA SABOIA- Área de 1.000 para 600,01-GRANITO

Fase de Requerimento de Lavra

Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)

800.577/2008-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1833/2015-180 dias

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

848.079/2014-UNIÃO BRASILEIRA DE AGREGADOS LTDA.- ALVARÁ n° 12.094/2007 - Cessionário: MARÉ CIMENTO LTDA- CNPJ 05.659.785/0036-52

Fase de Concessão de Lavra

Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)

800.585/1993-SERRABELLA MINERAÇÃO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA LTDA- AI N° 318/2015 e 319/2015

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

800.585/1993-SERRABELLA MINERAÇÃO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA LTDA-OF. N°1809/2015, 1810/2015, 1811/2015

Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)

800.585/1993-SERRABELLA MINERAÇÃO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA LTDA-OF. N°1808/2015

800.224/2001-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1835/2015

Fase de Licenciamento

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

801.051/2010-A. S. DA SILVA REBOUÇAS & CIA LTDA ME- Registro de Licença N°:1157/2011 - Vencimento em 28/11/2025

Fase de Requerimento de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

800.524/2015-IMOBILIÁRIA RAIMUNDO MACIEL LTDA-OF. N°1830/2015

800.628/2015-CERÂMICA RANCHO DO TIJOLO LTDA. ME-OF. N°1821/2015

RELAÇÃO Nº 185/2015

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)

Buriti Ecológica Indústria Cerâmica Ltda me - 800343/14 - Not.246/2015 - R$ 3.202,03, 800344/14 - Not.248/2015 - R$ 3.249,78, 800345/14 - Not.252/2015 - R$ 3.233,96

c & m Construção e Serviços LTDA. me - 800810/13 - Not.242/2015 - R$ 2.615,79

Geocorr Gestora de Ativos Minerários Ltda - 800199/14 - Not.244/2015 - R$ 3.032,21, 800197/14 - Not.240/2015 - R$ 3.160,60

Helder Pinheiro Teles de Vasconcelos - 800032/14 - Not.234/2015 - R$ 3.169,14, 800033/14 - Not.236/2015 - R$ 3.230,26

Hgn Mineração Ltda - 800689/14 - Not.258/2015 - R$ 656,21

Hsak Mineração Ltda - 801088/08 - Not.206/2015 - R$ 2.908,20

Irapuan Roberto de Paula - 800622/14 - Not.250/2015 - R$ 423,10

Joaquim Sampaio Martins - 800799/11 - Not.214/2015 - R$ 3.012,76

lm Industria de Produtos Ceramicos Ltda - 800400/12 - Not.218/2015 - R$ 3.174,67

Luisiana Mineração LTDA. - 800712/13 - Not.238/2015 - R$ 3.272,65, 800354/10 - Not.210/2015 - R$ 4.638,36

Mara de Queiroz Rocha Diogenes M.E. - 800629/14 - Not.254/2015 - R$ 642,79

Maria Eliete Paz Rebouças me - 800675/14 - Not.256/2015 - R$ 1.284,36

Padreco Granitos Ltda me - 800331/13 - Not.230/2015 - R$ 2.357,39, 800554/13 - Not.232/2015 - R$ 743,07

Pitta Pinheiro & Oliveira Filho Empreendimentos Imobiliarios e Mineração Ltda - 800021/12 - Not.220/2015 - R$ 2.574,49, 800702/12 - Not.222/2015 - R$ 21,02, 800704/12 - Not.224/2015 - R$ 69,28, 800703/12 - Not.226/2015 - R$ 15,78, 800705/12 - Not.228/2015 - R$ 11,29, 800024/12 - Not.216/2015 - R$ 3.214,59, 800022/12 - Not.208/2015 - R$ 3.124,46, 800023/12 - Not.212/2015 - R$ 2.543,73

RELAÇÃO Nº 186/2015

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Buriti Ecológica Indústria Cerâmica Ltda me - 800343/14 - Not.247/2015 - R$ 2.866,03, 800344/14 - Not.249/2015 - R$ 2.866,03, 800345/14 - Not.253/2015 - R$ 2.866,03

c & m Construção e Serviços LTDA. me - 800810/13 - Not.243/2015 - R$ 2.866,03

Geocorr Gestora de Ativos Minerários Ltda - 800199/14 - Not.245/2015 - R$ 2.866,03, 800197/14 - Not.241/2015 - R$ 2.866,03

Helder Pinheiro Teles de Vasconcelos - 800032/14 - Not.235/2015 - R$ 2.866,03, 800033/14 - Not.237/2015 - R$ 2.866,03

Hgn Mineração Ltda - 800689/14 - Not.259/2015 - R$ 2.866,03

Hsak Mineração Ltda - 801088/08 - Not.207/2015 - R$ 5.732,05

Irapuan Roberto de Paula - 800622/14 - Not.251/2015 - R$ 2.866,03

Joaquim Sampaio Martins - 800799/11 - Not.215/2015 - R$ 2.866,03

lm Industria de Produtos Ceramicos Ltda - 800400/12 - Not.219/2015 - R$ 2.866,03

Luisiana Mineração LTDA. - 800354/10 - Not.211/2015 - R$ 2.866,03, 800712/13 - Not.239/2015 - R$ 2.866,03

Mara de Queiroz Rocha Diogenes M.E. - 800629/14 - Not.255/2015 - R$ 2.866,03

Maria Eliete Paz Rebouças me - 800675/14 - Not.257/2015 - R$ 2.866,03

Mendelssohn Erwin Kieling Cardona Pereira - 800177/15 - Not.205/2015 - R$ 2.796,30

Padreco Granitos Ltda me - 800331/13 - Not.231/2015 - R$ 2.866,03, 800554/13 - Not.233/2015 - R$ 2.866,03

Pitta Pinheiro & Oliveira Filho Empreendimentos Imobiliarios e Mineração Ltda - 800024/12 - Not.217/2015 - R$ 2.866,03, 800022/12 - Not.209/2015 - R$ 2.866,03, 800023/12 - Not.213/2015 - R$ 2.866,03, 800021/12 - Not.221/2015 - R$ 2.866,03, 800702/12 - Not.223/2015 - R$ 2.866,03, 800704/12 - Not.225/2015 - R$ 2.866,03, 800703/12 - Not.227/2015 - R$ 2.866,03, 800705/12 - Not.229/2015 - R$ 2.866,03

RELAÇÃO Nº 188/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa

Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)

800.198/2015-CMN CENTRAL MINERAL DO NORDESTE LTDA- DOU de 02/12/2015

RICARDO BEZERRA DE SENA

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 167/2015

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)

Areião Santa Rita Ltda me - 896065/10 - A.I. 621/15

Carlos Augusto Pretti Moraes - 897001/09 - A.I. 620/15

RELAÇÃO Nº 173/2015

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Buffon Negócios e Participações Ltda - 896167/14 - Not.305/2015 - R$ 2.796,56

Ceramica Porto Ltda - 896486/14 - Not.303/2015 - R$ 2.796,56

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Evidencia Mineração Marmores e Granitos Ltda me - 896453/14 - Not.313/2015 - R$ 2.796,56
Marcelo Cordeiro da Silva - 896547/14 - Not.317/2015 - R$ 2.796,56
Marcone Guimarães Brito - 896658/13 - Not.309/2015 - R$ 2.796,56
Mineração vg Ltda me - 896649/13 - Not.307/2015 - R$ 2.796,56
Nadir Rosa Tonoli me - 896219/01 - Not.318/2015 - R$ 6.598,80, 896219/01 - Not.319/2015 - R$ 6.598,80, 896219/01 - Not.320/2015 - R$ 6.598,80, 896219/01 - Not.321/2015 - R$ 6.598,80, 896219/01 - Not.322/2015 - R$ 6.598,80, 896219/01 - Not.323/2015 - R$ 6.598,80
Rts Serviços e Transportes Ltda me - 896457/13 - Not.324/2015 - R$ 2.813,93, 896363/11 - Not.325/2015 - R$ 2.813,93, 896360/11 - Not.326/2015 - R$ 2.813,93, 896362/11 - Not.327/2015 - R$ 2.813,93
Suely Rodrigues Campos - 896553/14 - Not.311/2015 - R$ 2.796,56
Wellington Menelli - 896528/12 - Not.315/2015 - R$ 2.796,56

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 158/2015

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Ceramica Baruc Ltda me - 866019/11 - Not.158/2015 - R$ 1.499,31, 866265/11 - Not.159/2015 - R$ 1.616,65
Cooperareia Cooperativa de Extração de Substancias Minerais - 866629/09 - Not.157/2015 - R$ 133,95
Cooperativa Dos Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto Coogavepe - 867138/11 - Not.166/2015 - R$ 809,57
Copacel Indústria e Comercio de Calcário e Cereais Ltda - 866409/11 - Not.162/2015 - R$ 1.450,47
Davi Machado - 866489/11 - Not.163/2015 - R$ 26,50
Delzuita de Abreu me - 866720/11 - Not.164/2015 - R$ 131,40
Mr3 Mineração Ltda Epp - 866846/11 - Not.165/2015 - R$ 6,25
Ricardo Pereira Junqueira - 866351/07 - Not.156/2015 - R$ 1.753,91
Rodolfo Magalhães Coelho - 866322/11 - Not.160/2015 - R$ 9.270,24, 866323/11 - Not.161/2015 - R$ 3.217,60

RELAÇÃO Nº 161/2015

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)
Walmir Almeida Sampaio - 866060/09

RELAÇÃO Nº 169/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
866.111/2015-AMANDA FRANCIELLE FERREIRA DE CAMPOS SILVA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
866.322/1991-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-OF. N°144/15-Cad
866.379/2000-MINERAÇÃO TARAUACA INDUSTRIA E COMERCIO S A-OF. N°143/15-Cad
867.390/2013-ADRIANO WEBER-OF. N°147/15-Cad
867.208/2014-JOSE FRANCISCO RAMPELOTO DE MORAES-OF. N°146/15-Cad
866.440/2015-MANOEL MONTEIRO DA SILVA FILHO-OF. N°149/15-Cad
866.491/2015-COOPEAREIA COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA-OF. N°145/15-Cad
866.519/2015-JOSÉ ABILIO MANSO RAIMUNDO DA ROCHA-OF. N°148/15-Cad
Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
866.429/2004-CIA MINERADORA OURO MT S.A.- Área de 963,59 ha para 757,31 ha-Ouro
867.252/2005-GRABEN MINERAÇÃO S A- Área de 9.626,16 ha para 5.712,06 ha-Ouro
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
866.182/2007-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA-AI N°542/15
866.059/2008-MINERAÇAO MONTE AZUL LTDA-AI N°548/15
866.938/2008-ERG MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-AI N°544/15
866.941/2008-ERG MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-AI N°546/15
866.957/2008-ERG MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-AI N°545/15
866.135/2009-REBEQUI & PINHEIRO LTDA - ME-AI N°523/15
866.227/2009-WAGNER LOPES GHELER SERVIÇOS ME-AI N°547/15
866.860/2009-REBEQUI & PINHEIRO LTDA - ME-AI N°527/15
866.861/2009-REBEQUI & PINHEIRO LTDA - ME-AI N°526/15
866.865/2009-REBEQUI & PINHEIRO LTDA - ME-AI N°525/15
866.767/2010-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°543/15
866.484/2012-REBEQUI & PINHEIRO LTDA - ME-AI N°524/15
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
866.900/2012-ALTEMIR LOPES DA SILVA-OF. N°140/15-Cad
866.026/2015-ALEX SANDRO AROCA ALVES GALVES-OF. N°141/15-Cad
866.270/2015-DAVID BANCOW FILHO - ME-OF. N°142/15-Cad

MARCIO CORREIA DE AMORIM

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 197/2015

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Cláudio da Silva Simião - 868081/12, 868082/12, 868083/12

RELAÇÃO Nº 198/2015

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Copasa Engenharia e Construções Ltda - 868349/12 - Not.125/2015 - R$ 3.271,28, 868220/13 - Not.127/2015 - R$ 1.373,19, 868222/13 - Not.129/2015 - R$ 3.118,48, 868223/13 - Not.131/2015 - R$ 190,70, 868224/13 - Not.133/2015 - R$ 3.045,33, 868226/13 - Not.135/2015 - R$ 3.152,84, 868227/13 - Not.137/2015 - R$ 3.020,69
Fernando Reis Giordano - 868072/02 - Not.141/2015 - R$ 2.927,71
Gerson Prata Junior - 868007/14 - Not.139/2015 - R$ 3.179,77

RELAÇÃO Nº 199/2015

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Anderson Weber me - 868065/11 - Not.147/2015 - R$ 3.145,74, 868065/11 - Not.148/2015 - R$ 5.314,72
Areeiro Rochedo Ltda - 868041/01 - Not.149/2015 - R$ 3.145,74, 868041/01 - Not.150/2015 - R$ 5.314,72
Areieiro Jardim Ltda me - 868408/07 - Not.144/2015 - R$ 2.753,14
Cebrainne Mineração e Comércio Ltda me - 868008/04 - Not.143/2015 - R$ 5.506,28
Copasa Engenharia e Construções Ltda - 868349/12 - Not.126/2015 - R$ 3.093,64, 868220/13 - Not.128/2015 - R$ 3.093,64, 868222/13 - Not.130/2015 - R$ 3.093,64, 868223/13 - Not.132/2015 - R$ 3.093,64, 868224/13 - Not.134/2015 - R$ 3.093,64, 868226/13 - Not.136/2015 - R$ 3.093,64, 868227/13 - Not.138/2015 - R$ 3.093,64
Fernando Reis Giordano - 868072/02 - Not.142/2015 - R$ 3.093,64
Gerson Prata Junior - 868007/14 - Not.140/2015 - R$ 3.093,64
Odir Pierezan - 868282/12 - Not.145/2015 - R$ 3.145,74, 868282/12 - Not.146/2015 - R$ 5.314,72

ROMUALDO HOMOBONO PAES DE ANDRADE
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 422/2015

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Francisco Suelissandro Sarmento - 846146/14 - Not.101/2015 - R$ 2.674,73
Granistone s a - 846249/14 - Not.106/2015 - R$ 2.674,73
Hamilton Rodrigues Filho - 846226/13 - Not.108/2015 - R$ 2.674,73
Invista Empreendimentos Imobiliarios Ltda - 846023/15 - Not.107/2015 - R$ 2.674,73
Isaac Fernandes da Silva - 846241/13 - Not.97/2015 - R$ 2.857,08
Marcus Vinícius Fernandes de Melo - 846140/13 - Not.99/2015 - R$ 5.349,46, 846406/12 - Not.100/2015 - R$ 2.674,73, 846482/12 - Not.109/2015 - R$ 2.674,73
Mineração Diamantina Ltda - 846069/14 - Not.105/2015 - R$ 2.674,73
Pollyanna Pereira Gomes - 846704/11 - Not.102/2015 - R$ 2.674,73
Rawlinson Bezerra de Lima - 846389/12 - Not.104/2015 - R$ 5.349,46

RELAÇÃO Nº 423/2015

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Isaac Fernandes da Silva - 846241/13 - Not.96/2015 - R$ 2.877,29
Marcus Vinícius Fernandes de Melo - 846140/13 - Not.98/2015 - R$ 6.066,63
Rawlinson Bezerra de Lima - 846389/12 - Not.103/2015 - R$ 6.129,61

GUILHERME HENRIQUE SILVEIRA E SILVA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 221/2015

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Camilo Hemerly Simonelli - 848332/12 - Not.290/2015 - R$ 2.296,43
Granero e Pereira Mineração e Construçao Ltda - 848346/13 - Not.294/2015 - R$ 2.261,24
Gustavo Bezerra de Menezes Gomes de Mattos me - 848418/12 - Not.293/2015 - R$ 2.390,41
Pedreira Potiguar Ltda - 848154/14 - Not.295/2015 - R$ 29,96
r. r. s. Galdino me - 848294/14 - Not.296/2015 - R$ 364,64
Raimundo Antonio da Silva - 848527/10 - Not.291/2015 - R$ 148,61
Zurenildo Roseno da Silva - 848381/13 - Not.292/2015 - R$ 139,56

ROGER GARIBALDI MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO 126/2015

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Alta Meridional Pesquisa e Mineração Ltda - 810648/08, 810921/08, 810518/10
Cláudio Vogel - 811688/12
Companhia Brasileira do Cobre - 811620/12
Elmar Wurch Filho - 811118/13
Marcio Jesus Dias Peres - 810945/13
Margaret Izabel Roveda Grando - 810968/13
Mineradora Extremo Sul Ltda - 811090/13

SÉRGIO BIZARRO CÉSAR

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 63/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
886.646/2008-JOSÉ REGO GUIMARÃES-OF. N°633/2015
886.357/2010-RCA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA-OF. N°455/2013
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
886.578/2007-PUMA METALS MINERAÇÃO LTDA
886.120/2008-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
886.498/2011-WEST COAST DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
886.546/2011-THIAGO DE LIMA ALBANES
886.173/2012-VALE S A
886.202/2012-ELETROLIGAS LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
886.503/2011-DHEYNE CARLA DA SILVA EPP
886.583/2011-ZULMIRA SUARES GRECO ME
886.108/2012-J. COSTA MOREIRA ME
886.097/2013-ZULMIRA SUARES GRECO ME
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
886.469/2004-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°11.162/2015
886.473/2004-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°11.165/2015
886.474/2004-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°11.166/2015

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

886.478/2004-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°11.167/2015
886.479/2004-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°11.168/2015
886.512/2004-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°11.169/2015
886.197/2007-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°11.170/2015
886.200/2007-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°11.171/2015
886.202/2007-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°11.172/2015
886.203/2007-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°11.173/2015
886.208/2007-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°11.174/2015
886.244/2007-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°11.175/2015
886.119/2008-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°12601/19/10/2015
886.123/2008-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°12.602/2015
886.124/2008-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°12.603/2015
886.125/2008-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°12604/2015
886.142/2008-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°12605/2015
886.201/2008-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°12606/2015
886.380/2008-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°12607/2015
886.107/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°12609/2015
886.111/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°12610/2015
886.114/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°12611/2015
886.115/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°12612/2015
886.116/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°12613/19/10/2013
886.155/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°12614/2015
886.200/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°12615/2015
886.201/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°12612/2015
886.226/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°12617/2015
886.227/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°12618/2015
886.228/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°12619/2015
886.234/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°12620/2015
886.235/2010-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A -Alvará N°12621/2015
886.341/2011-MULTICOMMERCE COM. IMP. EXP. LTDA -Alvará N°13163/2011
886.477/2011-CARLOS ALBERTO ALVES GOMES -Alvará N°19436/2011
886.516/2011-LUIZ MALHEIROS TOURINHO -Alvará N°2707/2012
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
880.590/1994-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
880.593/1994-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
886.344/2010-SINTERTEC MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA.
886.413/2011-ESTANHO DE RONDONIA S A
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
886.503/2011-DHEYNE CARLA DA SILVA EPP
886.583/2011-ZULMIRA SUARES GRECO ME
886.097/2013-ZULMIRA SUARES GRECO ME
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
886.124/2015-COOPERATIVA MINERADORA DOS GARIMPEIROS DE ARIQUEMES-OF. N°627/2015
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
886.116/2002-BASE SOLIDA EIRELI EPP-OF. N°637/2015
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
886.116/2002-BASE SOLIDA EIRELI EPP-PORTO VELHO/RO, CANDEIAS DO JAMARI/RO - Guia n° 54/2015-42.000toneladas-Areia- Validade:11/11/2015
Fase de
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
886.576/2014-ZULMIRA SUARES GRECO ME-Registro de Licença N°71/2015 de 04/11/2015-Vencimento em 14/03/2024
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
886.577/2014-ZULMIRA SUARES GRECO ME-Registro de Licença N°72/2015 de 10/11/2015-Vencimento em 14/03/2024
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
886.547/2014-LORIDES ALVES FERREIRA-OF. N°471/2015

DEOLINDO DE CARVALHO NETO
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 241/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
815.665/2015-A. J. POTTER & CIA LTDA-OF. N°4746/2015
815.687/2015-WINTERPLAN COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°4747/2015
815.688/2015-WINTERPLAN COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°4743/2015
815.704/2015-ADELIR DA SILVA VARGAS-OF. N°4757/2015
815.719/2015-RENE ROGÉRIO COSTA-OF. N°4745/2015
815.742/2015-LEOPOLDO CLAUDINEI JANUÁRIO ME-OF. N°4744/2015
815.783/2015-ILSON LUIZ FANTONI-OF. N°4748/2015
815.804/2015-ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI-OF. N°4751/2015
815.809/2015-NILSO CHIESA-OF. N°4752/2015
815.811/2015-RF REFLORESTADORA LTDA-OF. N°4750/2015
815.890/2015-DOLORES CORREIA-OF. N°4749/2015
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
815.891/2013-AIRTON BERNARDO ROVEDA- Alvará n°13.011/2013 - Cessionario:815.846/2015, 815.847/2013, 815.848/2015, 815.849/2015, 815.850/2015 e 815.851/2015-COMERCIAL VALE DO CANOAS LTDA- CPF ou CNPJ 22094388/0001-70
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.627/2013-CONSTRUTEC COMERCIO DE ARGAMASSAS E REJUNTES-OF. N°4756/2015
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
815.635/2011-BRIFORT COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA ME-GARUVA/SC, ITAPOÁ/SC - Guia n° 125/2015-50.000toneladas/ano-Areia- Validade:04/12/2016
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
815.143/2011-BRITADOR OESTE LTDA ME- Área de 295,76 ha para 50 ha-Basalto e Saibro
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
815.613/2011-ILSON CESAR WARMLING ME-Cascalho/Seixos
815.614/2011-ILSON CESAR WARMLING ME-Cascalho/Seixos
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.528/2009-MINERADORA DE CORINDON AGUIAS CATARINENSE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°4753/2015
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.127/2009-CECHINEL E MASIEIRO COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA-BOM JARDIM DA SERRA/SC - Guia n° 124/2015-16.500toneladas/ano-Basalto(rocha ornamental)- Validade:04/12/2016
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
815.457/2004-TRANSPORTES WILDNER LTDA.
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)
001.492/1936-CARBONIFERA METROPOLITANA SA-Argila Industrial
Fase de Licenciamento
Aprova Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(707)
815.631/2011-DIRCE DOS ANJOS JUNIOR
815.632/2011-DIRCE DOS ANJOS JUNIOR
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.005/1992-CONSTRUTORA DELL´ANTONIA LTDA-OF. N°4737/2015
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
815.570/2015-PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA-OF. N°4742/2015
815.725/2015-PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE-OF. N°4739/2015
815.736/2015-PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO-OF. N°4741/2015
815.737/2015-PREFEITURA DE CAPÃO ALTO-OF. N°4754/2015
815.777/2015-PREFEITURA DE POMERODE-OF. N°4740/2015
815.778/2015-PREFEITURA DE POMERODE-OF. N°4740/2015
815.779/2015-PREFEITURA DE POMERODE-OF. N°4740/2015
Fase de Disponibilidade
Não conhece proposta de habilitação protocolizado fora do prazo ou em desacordo com a legislação(1116)
815.118/1994-CEDRO ENGENHARIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA, CNPJ Nº 85281889/0001-85
815.304/2008-FRANNA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ Nº 08332974/0001-84
No julgamento das habilitações para área em disponibilidade, DECLARO:(1803)
815.118/1994- HABILITADOS os proponentes: SETEP CONSTRUÇÕES S/A, CNPJ Nº 83665141/0001-50, ANDINA ENGENHARIA LTDA, CNPJ Nº 06698320/0001-43, SAN MARCOS REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA, CNPJ Nº 03952525/0001-15 e INABILITADOS os proponentes: x-x
815.304/2008- HABILITADOS os proponentes: EXTRAÇÃO E TERRAPLENAGEM DAZHAREIA LTDA, CNPJ Nº 07155480/0001-09 e INABILITADOS os proponentes: x-x

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 103/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Companhia Industrial de Cimento Apodí - 878028/13 - A.I. 72/15
Irailde Oliveira do Nascimento - 878072/13 - A.I. 73/15
José Lourival Dos Santos Areia e Pedras me - 878103/14 - A.I. 71/15
Ozoxi Industria e Comercio de Equipamentos Para Sistemas Ambientais Ltda - 878017/15 - A.I. 74/15

GEORGE EUSTÁQUIO SILVA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 168/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Agua Azul Mineradora,incorporradora,extração e Frotagem de Minerios LTDA. - 864126/12, 864128/12
Laurivaldo Dias - 864737/11, 864065/12

RELAÇÃO Nº 169/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Marilucio Tiago Dos Santos - 864411/14 - A.I. 341/15
Mineração Vale do Araguaia LTDA. - 864336/14 - A.I. 338/15
Phyladelfia Extração IND. e Comercio de Minerios Ltda - 864275/14 - A.I. 275/15
Uarian Ferreira da Silva - 864405/14 - A.I. 340/15

RELAÇÃO Nº 170/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)
Ana Leussidone Benedetti Ottoni - 864418/13
Inecol Industria Engenharia e Comercio Ltda - 864363/13
José Wagner Praxedes - 864214/14
Ramos e Fernandes Ltda - 864001/12
Xixto Mineração Indústria e Comércio LTDA. - 864143/14

FÁBIO LÚCIO MARTINS JÚNIOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, autarquia federal criada pelo Decreto-Lei n° 1.110, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei Federal n° 7.231, de 23 de outubro de 1984, e restabelecido pelo Decreto Legislativo n° 02, de 02 de março de 1989, por intermédio de seu coordenador, conforme estabelecido no inciso I, do artigo 7º, combinado com as atribuições conferidas pelo inciso I, do artigo 9º, ambos do anexo I, da Estrutura Regimental do Incra, aprovada pelo Decreto Federal nº 6.812, de 03 de abril de 2009, tendo em vista a decisão adotada em sua 341ª reunião ordinária realizada em 1º de dezembro de 2015, e

CONSIDERANDO o inciso I, do artigo 13, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria MDA nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 09 de abril de 2009.

CONSIDERANDO o disposto na Norma de Execução nº 33, de 14 de julho de 2003, publicada no Diário Oficial da união de 23 de julho de 2003.

CONSIDERANDO o contido nos Processos Administrativos 54293.000403/2014-73, 54290.000305/2009-79, 54290.000407/2014-51, 54290.000406/2014-15, 54290.000398/2014-04, 54290.000410/2014-75, 54290.000413/2014-17, 54290.000405/2014-62, 54290.000399/2014-43, resolve:

Art. 1º Aprovar as cessões de uso dos bens imóveis, discriminados a seguir, localizados nos núcleos urbanos de Projetos de Assentamento-PA, no município de Sidrolândia/MS à Prefeitura Municipal de Sidrolândia/MS: 4 (quatro) áreas, localizadas no PA Capão Bonito II, denominadas: Núcleo Rural, com área de 10,4818 ha e benfeitorias; Núcleo Secundário 01, com área de 3,0026 ha sem benfeitorias; Núcleo Secundário 02, com área de 2,8786 ha sem benfeitorias e Núcleo Secundário 03, com área de 5,5890 ha sem benfeitorias; 1 (uma) área sem benfeitorias localizada no PA Alambari Fetagri, denominada Núcleo Social - Fetagri, com área de 10,4353 ha; 2 (duas) áreas com benfeitorias localizadas no PA vista Alegre, com as seguintes identificações: Núcleo Social, com área de 8,9105 ha e benfeitorias; Retiro Nossa Senhora, com área de 1,1924 ha e benfeitorias; 1 (uma) área sem benfeitorias localizada no PA Alambari CUT, denominada Núcleo Social 2, com área de 24,9967 ha; 2 (duas) áreas e suas benfeitorias, se for o caso, localizadas no PA Santa Lúcia I, denominadas: Área do Cata Vento com 1,0187 ha sem benfeitorias e Núcleo Social com área de 5,2337 ha e benfeitorias; 9 (nove) áreas localizadas no PA Jibóia, denominadas: Núcleo 01, com área de 1,9325 sem benfeitorias; Núcleo 02, com área de 2,3374 ha sem benfeitorias; Núcleo 03, com área de 2,3389 ha sem benfeitorias; Núcleo 04, com área de 2,3474 ha sem benfeitorias; Núcleo 05, com área de 2,1345 ha sem benfeitorias; Núcleo 06, com área de 1,0855 ha sem benfeitorias; Núcleo 07, com área de 1,0031 ha sem benfeitorias; Núcleo 08, com área de 12,5079 ha com benfeitorias e Núcleo 09, com área de 5,1906 ha sem benfeitorias; 4 (quatro) áreas localizadas no PA Nazareth, denominadas: Núcleo Social 1, com área de 7,1748 ha e benfeitorias; Área da Antiga Sede, com 4,9186 ha e benfeitorias; Centro Comercial, com área de 1,9181, sem benfeitorias e Alça Retorno Rodovia BR-163, com 1,0539 ha sem benfeitorias; 16 (dezesseis) áreas localizadas no PA Geraldo Garcia, denominadas: Núcleo Comunitário 01, com área de 2,0008 ha, sem benfeitorias; Núcleo Comunitário 02, com área de 1,0012 ha sem benfeitorias; Núcleo Comunitário 03, com área de 1,0012 ha sem benfeitorias; Núcleo Comunitário 04, com área de 1,0011 ha sem benfeitorias; Núcleo Comunitário 05, com área de 0,9996 ha sem benfeitorias; Núcleo Comunitário 06, com área de 1,9963 ha sem benfeitorias; Núcleo Comunitário 07, com área de 1,0006 ha sem benfeitorias; Núcleo Comunitário 08, com área de 1,0002 ha sem benfeitorias; Núcleo Comunitário 09, com área de 1,0466, sem benfeitorias; Núcleo Comunitário 10, com área de 1,0002 ha sem benfeitorias; Núcleo Comunitário 11, com área de 1,0002 ha sem benfeitorias; Núcleo Comunitário 12, com área de 1,0019 ha sem benfeitorias; Núcleo Comunitário 13, com área de 14,2243 ha e benfeitorias; Núcleo Comunitário 14, com área de 0,9996 ha sem benfeitorias; Núcleo Comunitário 15, com área de 1,0000 ha sem benfeitorias e Núcleo Comunitário 16, com área de 17,3055 ha e benfeitorias; 1 (uma) área e suas benfeitorias, localizada no PA Santa Lúcia I, denominada Antiga sede da fazenda Santa Lúcia, com área de 1,0371 ha, com a finalidade de instalar nesses locais serviços de educação, saúde, esporte, lazer, assistência religiosa, associações e cooperativas, para atender toda a população local, especialmente beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária-PNRA, em conformidade com a Norma de Execução INCRA 33/2003.

Art. 2º - Autorizar o senhor Superintendente Regional do Incra no Estado de Mato Grosso do Sul, para no uso das atribuições que lhe confere o art. 132, inciso VI, do Regimento Interno do Incra, assinar os respectivos Contratos de Cessão de Uso, conforme previsto na citada norma de execução e demais atos necessários.

HUMBERTO DE MELLO PEREIRA
Coordenador do Comitê

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria/INCRA/SR-17/RO/GAB/Nº 07, de 09 de abril de 2001, publicada no Diário Oficial da União nº 76 seção 1, página 59, de 19 de abril de 2001, que criou o Projeto de Assentamento Padre Ezequiel, localizado em parte dos municípios de Nova União, Mirante da Serra e Urupá, código SIPRA, nº RO0127000, Onde se Lê: "área de 6.048,4427 ha. (seis mil, quarenta e oito hectares, quarenta e quatro ares e vinte e sete centiares), Leia-se: 6.031,4683 ha. (seis mil, trinta e um hectares, quarenta e seis ares e oitenta e três centiares).

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 112, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Delega à Secretária Nacional de Assistência Social competência para assinar, em nome do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Termo de Conciliação Judicial, no âmbito da Ação Civil Pública nº 0000384-81.2015.5.14.0402.

A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, o art. 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e o art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999,

Considerando o teor da Nota n. 00281/2015/CONJUR-MDS/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Delegar à Secretária Nacional de Assistência Social competência para assinar, em nome do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Termo de Conciliação Judicial, no âmbito da Ação Civil Pública nº 0000384-81.2015.5.14.0402.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TEREZA CAMPELLO

PORTARIA Nº 113, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Regulamenta o cofinanciamento federal do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e a transferência de recursos na modalidade fundo a fundo e dá outras providências.

A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, da Constituição, tendo em vista o disposto no inciso II do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, na Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, na Lei nº 9.604, de 05 de fevereiro de 1998, no art. 8º da Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, no Decreto nº 5.085, de 19 de maio de 2004, e no art. 13 do Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012, nos art.11-A a 11-J do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e

Considerando a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social;

Considerando a Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, que institui a Política Nacional de Assistência Social;

Considerando a Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS;

Considerando o Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012, que regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social; resolve:

Art. 1º Regulamentar o cofinanciamento federal, na modalidade fundo a fundo, dos serviços e do aprimoramento da gestão por meio de Blocos de Financiamento da assistência social, bem como dos Programas e Projetos socioassistenciais.

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 2º Para fins dessa Portaria considera-se:

I - Bloco de Financiamento: são conjuntos de recursos destinados ao cofinanciamento federal das ações socioassistenciais, calculados com base no somatório dos componentes que os integram e vinculados a uma finalidade;

II - bloqueio de recursos: a interrupção temporária do repasse de recursos, que, a partir da regularização das situações que lhe deram ensejo, impõe ao Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS o seu restabelecimento, inclusive com a transferência retroativa de recursos;

III - suspensão de recursos: a interrupção temporária do repasse de recursos, que, a partir da regularização das situações que lhe deram ensejo, impõe ao FNAS o seu restabelecimento, sem transferência retroativa de recursos; e

IV - receita: o resultado do somatório do saldo apurado no final do exercício anterior, do repasse de recurso e das aplicações financeiras do exercício.

V - competência: período a que se refere a despesa federal, conforme o cronograma de cofinanciamento federal das ações socioassistenciais, independentemente do momento do seu efetivo repasse.

CAPÍTULO II

Do Plano de Ação

Art. 3º O Plano de Ação consiste em instrumento informatizado de planejamento, constante do SUASWeb, disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS para lançamento de dados e validação anual das informações relativas às aplicações e transferências regulares e automáticas, na modalidade fundo a fundo, do cofinanciamento federal, estadual, municipal e do Distrito Federal da assistência social.

§ 1º As informações contidas no Plano de Ação deverão estar em consonância com o Plano de Assistência Social dos respectivos Estados, Municípios e o Distrito Federal, conforme previsto no inciso III do artigo 30 da Lei nº 8.742, de 1993.

§ 2º Deverão integrar o Plano de Ação as transferências e aplicações destinadas a cofinanciar a totalidade das ações, inclusive as instituídas durante o exercício financeiro, para ampliar a cobertura da rede, bem como para complementar ou fortalecer as ações existentes.

Art. 4º O lançamento das informações que compõem o Plano de Ação dos Estados, Municípios e o Distrito Federal e sua avaliação pelo respectivo Conselho de Assistência Social deverão ocorrer eletronicamente, a cada exercício.

§ 1º A abertura do Plano de Ação dar-se-á por meio de Portaria da Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS, preferencialmente até o final do exercício anterior ao de referência.

§ 2º A SNAS poderá prorrogar o prazo de lançamento das informações do Plano de Ação nos termos deste artigo, em casos devidamente justificados.

§ 3º O lançamento das informações no Plano de Ação, pelos gestores, realizar-se-á no prazo de 60 (sessenta) dias da abertura deste.

§ 4º Após o término do prazo de lançamento das informações pelos gestores nos termos do parágrafo anterior, o Conselho de Assistência Social competente deverá se manifestar em até 30 (trinta) dias mediante preenchimento de parecer em sistema informatizado disponibilizado pelo MDS.

§ 5º Após o prazo disciplinado nos §§ 3º e 4º deste artigo, e não lançadas as informações no Plano de Ação e respectiva avaliação do Conselho de Assistência Social competente, a SNAS suspenderá o repasse dos Blocos de Financiamento disciplinados nos incisos I a IV do art. 7º e de Programas e Projetos, do exercício de referência do respectivo Plano de Ação, até que todo o ciclo de preenchimento ocorra, com o parecer favorável do Conselho de Assistência Social.

Art. 5º As transferências das competências dos recursos do exercício do Plano ficam asseguradas do início do exercício até o término do período de preenchimento e aprovação do Plano de Ação.

Art. 6º As informações referentes à previsão financeira do repasse do cofinanciamento federal serão lançadas pela SNAS com base na partilha de recursos federais pactuada na Comissão Intergestores Tripartite - CIT, de acordo com os critérios deliberados pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, e servirão como base para as transferências regulares e automáticas, na modalidade fundo a fundo.

CAPÍTULO III

Dos Blocos de Financiamento

Art. 7º Os recursos federais destinados ao cofinanciamento dos serviços e do incentivo financeiro à gestão passam a ser organizados e transferidos pelos seguintes Blocos de Financiamento:

I - Bloco da Proteção Social Básica;

II - Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade;

III - Bloco da Proteção Social Especial de Alta Complexidade;

IV - Bloco da Gestão do SUAS; e

V - Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único.

Art. 8º São componentes dos Blocos de Financiamento da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade, Proteção Social Especial de Alta Complexidade os serviços já instituídos e tipificados e os que venham a ser criados no âmbito de cada Proteção.

Art. 9º O Bloco de Financiamento da Gestão do SUAS tem como componente o Índice de Gestão Descentralizada do SUAS.

Parágrafo único. A transferência de recursos financeiros para apoio à gestão e execução local do Índice de Gestão Descentralizada do SUAS observará seu regulamento específico.

Art. 10 O Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único tem como componente o Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família.

Parágrafo único. A transferência de recursos financeiros para apoio à gestão e execução local do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único observará seu regulamento específico.

Art. 11 Os componentes dos Blocos de Financiamento são as unidades de apuração do valor a ser repassado aos entes, considerando os critérios de partilha e demais normas.

Parágrafo único. Os componentes dos Blocos de Financiamento diferenciam-se das atividades a serem desenvolvidas pelos serviços ou das ações dos Índices de Gestão Descentralizadas.

Art. 12 Os recursos a serem transferidos para cada Bloco e seus respectivos componentes devem estar registrados pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS em memórias de cálculo, disponibilizadas no SUASWeb.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CAPÍTULO IV

Das Transferências

Art. 13 A SNAS e a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC encaminharão ao FNAS as informações necessárias para a realização da transferência do cofinanciamento federal.

Parágrafo único. A SNAS poderá suspender, bloquear e realizar outras medidas administrativas no âmbito do monitoramento da execução dos serviços, respeitadas as normas que regem a matéria.

Art. 14 Os recursos da parcela do cofinanciamento federal serão transferidos aos Fundos de Assistência Social dos Estados, Municípios e o Distrito Federal, na modalidade fundo a fundo, observadas:

I - as especificidades dos componentes de cada Bloco de Financiamento; e

II - as especificidades dos Programas e Projetos de acordo com as normas que os regem.

Parágrafo único. O FNAS providenciará, para cada Bloco de Financiamento, Programa ou Projeto, a abertura de conta corrente específica e vinculada aos Fundos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, observando a inscrição destes no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, em conformidade com o estabelecido em regulamento específico da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 15 Conforme disponibilidade financeira, o FNAS poderá repassar valores parciais para os Programas, Projetos e Blocos de Financiamento disciplinados nos incisos I a IV do art. 7º, de acordo com seus componentes.

Art. 16 Os recursos do cofinanciamento federal deverão ser depositados e geridos em conta bancária específica, com instituição financeira oficial federal que possua acordo de cooperação com o MDS, e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão automaticamente aplicados em fundos de aplicação financeira de curto prazo, lastreados em títulos da dívida pública federal, com resgates automáticos.

§ 1º O acordo de cooperação com a instituição financeira de que trata o caput deverá prever, para manutenção da regularidade das contas pelos ordenadores de despesa, os procedimentos de registros necessários ao cumprimento do disposto no caput.

§ 2º Cabe ao ente recebedor definir se os recursos financeiros devem ser mantidos em fundos de aplicação financeira de curto prazo ou transferidos para caderneta de poupança, com base em sua previsão de desembolso.

§ 3º Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente utilizados na consecução das ações de assistência social a ele referenciadas, estando sujeitos às mesmas finalidades e condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

§ 4º Fica vedada a aplicação de recursos em conta centralizadora ou qualquer outro mecanismo semelhante.

Art. 17 Serão suspensos os repasses federais para o Bloco de Financiamento da Gestão do SUAS no caso em que o Conselho de Assistência Social não informar a aprovação total dos gastos dos recursos transferidos do Bloco de Financiamento da Gestão do SUAS, no prazo estabelecido no § 2º do art. 42 desta Portaria em sistema disponibilizado pelo MDS.

§ 1º A suspensão do repasse de recursos do Bloco de Financiamento da Gestão do SUAS ocorrerá a partir do mês subsequente ao do descumprimento do prazo previsto no caput.

§ 2º Será restabelecido o repasse no mês subsequente ao da aprovação total, devidamente informada por meio do Demonstrativo Sintético.

§ 3º As transferências dos recursos das competências ficam asseguradas até o término do período de preenchimento do Parecer do Conselho de Assistência Social, desde que não haja pendências de exercícios anteriores.

Art. 18 O FNAS promoverá a abertura de contas correntes especificas nos respectivos fundos para movimentação dos recursos referentes ao cofinanciamento estadual, municipal e do Distrito Federal para cada Bloco de Financiamento, Programa e Projeto.

Parágrafo único. O cofinanciamento estadual, municipal e do Distrito Federal contidos nas contas correntes abertas na forma do caput estarão sujeitos às normas específicas de cada ente.

CAPÍTULO V

Da Execução

Art. 19 A execução financeira dos recursos do cofinanciamento federal deve:

I - no caso dos Blocos de Financiamento, ser compatível com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, com os respectivos Plano de Assistência Social e Plano de Ação, e demais normativos que os regem.

II - no caso dos Programas e Projetos, ser compatível com os respectivos Plano de Assistência Social e Plano de Ação, e demais normativos que os regem.

Art. 20 Os recursos referentes a cada Bloco de Financiamento, Programa e Projeto devem ser aplicados exclusivamente nas ações e finalidades definidas para estes.

Art. 21 Os recursos dos Blocos de Financiamento referidos nos incisos I a III do art. 7º podem ser utilizados para qualquer serviço do respectivo Bloco, desde que sejam asseguradas as ofertas das ações pactuadas, dentro dos padrões e condições normatizadas.

Art. 22 O percentual para gasto com a equipe de referência, estipulado pelo CNAS, será apurado considerando as despesas com recursos dos Programas, Projetos e dos Blocos de Financiamento referidos nos incisos I a III do art. 7º, com o pagamento de pessoal da equipe de referência no exercício de apuração.

§ 1º O percentual será obtido pela razão entre a despesa com a equipe de referência e a receita apurada.

§ 2º O percentual será apurado, separadamente, nos Blocos da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade e para cada Programa ou Projeto.

§ 3º Será considerado como gasto inelegível o valor que ultrapassar o limite estabelecido e apurado na forma deste artigo.

§ 4º Os pagamentos realizados a pessoa física ou jurídica devido à prestação de serviço, de qualquer natureza, não são computados no cálculo do percentual para gasto com pagamento de pessoal da equipe de referência.

§ 5º É vedada a aplicação dos recursos oriundos do Bloco da Gestão do SUAS para o pagamento de pessoal, conforme disciplinado no parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 7.636/2011.

Art. 23 A execução dos recursos do cofinanciamento federal deverá ser realizada exclusivamente nas contas vinculadas aos respectivos Blocos de Financiamento, Programas e Projetos.

§ 1º As parcelas do cofinanciamento estadual, municipal e do Distrito Federal não poderão ser depositadas nas contas vinculadas ao cofinanciamento federal.

§ 2º Para fins de pagamento de pessoal, desde que observadas as orientações do FNAS, o gestor poderá transferir o valor para outra unidade administrativa do ente a fim de realizar o pagamento.

Art. 24 A execução dos recursos repassados será acompanhada e fiscalizada:

I - pela SNAS e pelos Conselhos de Assistência Social, observadas as respectivas competências, de modo a verificar a regularidade dos atos praticados e a prestação dos serviços, quanto aos recursos dos Programas, Projetos e dos Blocos de Financiamento referidos nos incisos I a III do art. 7º; e

II - pelos Conselhos de Assistência Social, observadas as respectivas competências, de modo a verificar a regularidade dos atos praticados, quanto aos recursos dos Blocos de Financiamento referidos nos incisos IV e V do art. 7º.

Art. 25 Compete aos Estados, Municípios e o Distrito Federal zelar pela boa e regular utilização dos recursos transferidos pela União executados direta ou indiretamente por estes.

Parágrafo único. Os entes serão responsáveis pela boa e regular utilização do recurso, devendo, sempre quando solicitados, encaminhar informações, documentos ou realizar devolução de recursos à União, nos casos de comprovada irregularidade na execução dos serviços, programas e projetos, inclusive por meio das entidades e organizações de assistência social, ou de irregularidade na apuração dos índices de gestão, conforme o caso.

Art. 26 A devolução de recursos provenientes de impropriedades e/ou irregularidades na utilização e execução do cofinanciamento federal deverá ser efetuada por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, tendo como favorecido o FNAS, salvo nos casos:

I - de devolução com recursos próprios do ente para as respectivas contas vinculadas, durante o exercício financeiro do recebimento do recurso, devido a eventuais impropriedades e/ou irregularidades ocorridas neste, referentes aos serviços, programas e projetos, após análise e autorização do FNAS;

II - de solicitação e aprovação de compensação ao FNAS das parcelas subsequentes do valor impugnado, nos casos de impropriedades e/ou irregularidades apuradas.

III - dos Blocos de Financiamento de Gestão do SUAS e de Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, em que deverão ser observadas as sistemáticas e as normas do Índice de Gestão Descentralizada do SUAS e do Programa Bolsa Família.

Art. 27 Para fins desta Portaria, os recursos serão executados na forma do disposto no Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, devendo a utilização dos recursos ser operacionalizada por meio de aplicativo disponibilizado pela instituição financeira oficial federal que tenha acordo de cooperação técnica com o MDS e que viabilize a movimentação eletrônica de recursos.

Art. 28 Após o fim da vigência dos Programas e Projetos, o recurso existente em conta deverá ser devolvido por meio de GRU ao FNAS, salvo disposição específica.

Parágrafo único. Poderá ser realizado pagamento em data posterior à vigência, desde que as fases de empenho e liquidação da despesa tenham ocorrido durante a vigência do Programa ou Projeto.

Art. 29 Os recursos repassados para os Programas ou Projetos, cuja lógica de financiamento é de ressarcimento por atividades já realizadas, podem ser utilizados na execução futura dos respectivos Programas ou Projetos ou ainda em outra finalidade da Assistência Social.

CAPÍTULO VI

Da Reprogramação

SEÇÃO I

Blocos de Serviços

Art. 30 Os recursos financeiros repassados pelo FNAS aos Fundos de Assistência Social dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, existentes em 31 de dezembro de cada ano, poderão ser reprogramados para o exercício seguinte à conta do Bloco de Financiamento a que pertencem.

§ 1º No caso de descontinuidade na execução dos serviços, o FNAS apurará os meses que apresentaram interrupção na oferta, determinando:

I - a devolução do valor equivalente às parcelas mensais do período verificado; ou

II - a compensação do valor correspondente, à conta das parcelas subsequentes do componente respectivo.

§ 2º A parcela mensal será calculada com base no valor do componente atrelado ao serviço que deixou de ser executado, cabendo à FNAS a avaliação do valor a ser glosado.

SEÇÃO II

Bloco de Gestão

Art. 31 Os saldos referentes aos Blocos de Financiamento da Gestão do SUAS e da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, existentes em 31 de dezembro de cada ano, poderão ser reprogramados para o exercício seguinte dentro do próprio Bloco a que pertencem.

Parágrafo único. Os recursos reprogramados dos Blocos de Financiamento da Gestão do SUAS e da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único serão utilizados na forma dos normativos específicos que os regem.

SEÇÃO III

Programas e Projetos

Art. 32 Os saldos referentes aos Programas e Projetos, existentes em 31 de dezembro de cada ano, poderão ser reprogramados para o exercício seguinte para utilização no próprio Programa ou Projeto a que pertencem até o término de vigência destes.

CAPÍTULO VII

Da Prestação de Contas

Art. 33 Os recursos dos Blocos de Financiamento da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade, Proteção Social Especial de Alta Complexidade, dos Programas e dos Projetos terão suas Prestações de Contas registradas em instrumento denominado Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico Financeira, contido no sistema informatizado SUASWeb, cujos dados deverão ser lançados pelos gestores estaduais, municipais e do Distrito Federal e submetidos à manifestação do Conselho de Assistência Social competente, quanto ao cumprimento das finalidades dos recursos.

§ 1º A abertura do Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico Financeira dar-se-á por meio de Portaria da SNAS, preferencialmente até o final do primeiro semestre do exercício subsequente ao de referência da prestação de contas.

§ 2º A SNAS poderá prorrogar o prazo de lançamento das informações de prestação de contas nos termos deste artigo, em casos devidamente justificados.

§ 3º O lançamento das informações pelos gestores, de que trata o caput, realizar-se-á no prazo de 60 (sessenta) dias da abertura do Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico Financeira.

§ 4º O Conselho de Assistência Social competente deverá se manifestar acerca do cumprimento das finalidades dos repasses, da execução dos serviços, programas e projetos socioassistenciais em até 30 (trinta) dias, contados a partir do término do prazo de lançamento das informações pelos gestores, nos termos do parágrafo anterior.

§ 5º Compete à SNAS a análise das contas prestadas pelos gestores e avaliadas pelos Conselhos de Assistência Social, realizadas por meio do SUASWeb.

§ 6º A análise efetuada pela SNAS compreende a utilização dos recursos federais para o cofinanciamento dos serviços, programas e projetos socioassistenciais.

Art. 34 A SNAS poderá requisitar esclarecimentos complementares visando à apuração dos fatos, quando houver indícios de informações inverídicas ou insuficientes, e aplicar as sanções cabíveis, bem como encaminhar aos órgãos competentes para as devidas providências quando for o caso.

§ 1º O FNAS definirá a forma do cumprimento de diligências, que poderá ocorrer por meio de:

I - apresentação da prestação de contas retificadora em meio eletrônico mediante reabertura do Demonstrativo, a ser solicitada pelo FNAS;

II - apresentação de documentação e/ou justificativas; e

III - devolução de recursos.

§ 2º As diligências devem ser cumpridas no prazo definido na comunicação, a contar do seu recebimento.

§ 3º Quando não for possível a comunicação por meio de documento expedido pelo FNAS ou por qualquer outro meio, será publicado edital de notificação no Diário Oficial da União.

§ 4º Determinada a diligência, decorrido o prazo do seu cumprimento sem manifestação dos interessados, ou tendo sido prestadas informações insuficientes ou incompletas, ou ainda apresentados dados incapazes de sanear os indícios de irregularidade, será emitido relatório final acerca das contas, salvo a hipótese de o FNAS considerar necessária a expedição de nova diligência.

§ 5º O FNAS poderá conceder prorrogação de prazo para atendimento a diligência.

Art. 35 O Ordenador de Despesa do FNAS verificará a regularidade das contas, decidindo:

I - pela aprovação, quando estiverem regulares;

II - pela aprovação com ressalvas, quando evidenciada impropriedade ou qualquer outra falha de natureza formal;

III - pela reprovação parcial ou total, quando constatadas falhas que comprometam a sua regularidade e que resultarem em dano ao erário; e

IV - pelo encaminhamento para Tomada de Contas Especial em razão da omissão no dever de prestar contas.

§ 1º Erros formais ou falhas que incidam sobre o conjunto da prestação de contas, mas não impliquem dano ao erário, não ensejam sua reprovação ou reavaliação, devendo o fato ser comunicado no Relatório de Atividades do Gestor nas próximas contas anuais do Ordenador de Despesas.

§ 2º A aprovação da prestação de contas não exclui a possibilidade de reanálise, a qualquer tempo, nos casos em que existir indícios de irregularidades.

§ 3º Quando o dano ao erário apurado for igual ou inferior ao valor mínimo disciplinado para inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal - Cadin, o Ordenador de Despesa do FNAS poderá decidir pela aprovação com ressalvas da prestação de contas.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 36 O FNAS notificará os gestores responsáveis da obrigação de prestar contas quando encerrado o prazo para sua apresentação. Permanecendo a omissão, poderá ser iniciada a instauração da Tomada de Contas Especial, no valor da receita para o exercício das contas em análise.

§ 1º Serão considerados omissos no dever de prestar contas, os gestores que não enviarem a prestação de contas eletronicamente por intermédio do preenchimento do Demonstrativo Sintético ou em meio físico com a apresentação da documentação comprobatória dos gastos.

§ 2º A Prestação de Contas será considerada recebida eletronicamente quando da devida autenticação de entrega entendida como validação necessária, que ocorre na ocasião da confirmação do envio das informações pelo gestor e do Parecer do Conselho.

Art. 37 Compete ao gestor sucessor apresentar a prestação de contas, quando o gestor anterior não tenha feito, dos recursos federais recebidos por seu antecessor, ou, na impossibilidade, apresentar as medidas legais visando ao resguardo do patrimônio público, sob pena de corresponsabilidade.

Art. 38 O Ordenador de Despesa do FNAS solicitará a abertura de Tomada de Contas Especial, conforme legislação específica, nos casos em que deliberar pela reprovação parcial ou total da prestação de contas dos recursos federais por existência de dano ao erário ou por comprovada omissão no dever de prestar contas.

Art. 39 A Tomada de Contas Especial será instaurada depois de esgotadas as providências administrativas a cargo do FNAS pela ocorrência de algum dos seguintes fatos:

I - a prestação de contas que não for apresentada, observados os prazos fixados no art. 33 e o disposto no art. 36, desta Portaria; e

II - a prestação de contas não for aprovada em decorrência de:

a) desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;

b) não devolução de saldos que porventura tenham sido solicitados; e

c) outros motivos que ensejem dano ao erário.

Parágrafo único. A Tomada de Contas Especial poderá ser instaurada, ainda, por determinação do Tribunal de Contas da União - TCU, mesmo não esgotadas as medidas administrativas internas.

Art. 40 No caso da apresentação da prestação de contas ou recolhimento do débito imputado, antes do encaminhamento da Tomada de Contas Especial ao Tribunal de Contas da União, será realizada a análise da documentação e adotados os seguintes procedimentos:

I - se aprovada a prestação de contas ou comprovado o recolhimento integral do débito, o Ordenador de Despesa do FNAS deverá:

a) comunicar a aprovação ao órgão onde se encontre a Tomada de Contas Especial, visando ao arquivamento do processo;

b) registrar a baixa da responsabilidade.

II - se não aprovada a prestação de contas, o Ordenador de Despesa do FNAS deverá:

a) comunicar o fato ao órgão onde se encontre a Tomada de Contas Especial para que adote as providências necessárias ao prosseguimento do feito; e

b) manter a inscrição de responsabilidade.

Art. 41 No caso da apresentação da prestação de contas ou recolhimento do débito imputado, após o encaminhamento da Tomada de Contas Especial ao TCU, o Ordenador de Despesa do FNAS informará ao Tribunal.

Parágrafo único. O Ordenador de Despesa do FNAS aguardará o pronunciamento do TCU para tomar as medidas administrativas necessárias.

Art. 42 Os recursos dos Blocos de Financiamento da Gestão, de que tratam os incisos IV e V do art. 7º, terão sua execução registrada em instrumento denominado Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico Financeira, contido no sistema informatizado SUASWeb, cujos dados deverão ser lançados pelos gestores estaduais, municipais e do Distrito Federal e submetidos à manifestação do Conselho de Assistência Social competente, quanto à sua adequada execução e aplicação conforme normativos próprios.

§ 1º O Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira, para os Blocos de Financiamento da Gestão do SUAS e da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único é um instrumento de caráter informacional para o MDS, não tendo valor de prestação de contas para o gestor federal, conforme normativos que disciplinam a matéria.

§ 2º Os prazos para apresentação do Demonstrativo Sintético respeitarão preliminarmente o disposto no art. 33, podendo ser prorrogados, individualmente, mediante ato próprio.

§ 3º As regras relativas à prestação de contas desta Portaria não se aplicam aos Blocos de Financiamento constantes do caput, salvo disposição expressa.

CAPÍTULO VIII

Disposições Transitórias

Art. 43 Os gestores dos respectivos Fundos de Assistência Social terão até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da abertura das novas contas correntes sob a lógica da presente Portaria, para realizar as transferências dos saldos das contas anteriores à publicação desta para as novas contas correntes, referentes a cada Bloco de Financiamento, Programa e Projeto.

§ 1º Os Gestores deverão transferir os recursos existentes nas contas vinculadas:

I - para a conta do Bloco de Financiamento correspondente da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade, quando se tratar de recursos referentes aos serviços das respectivas Proteções.

II - para a conta do Bloco da Gestão do SUAS, quando se tratar de recursos referentes ao Índice de Gestão Descentralizada do SUAS.

III - para a conta do Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, quando se tratar de recursos referentes ao Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família.

IV - para as respectivas contas abertas dos Programas e Projetos, quando se tratar de recursos referentes aos Programas e Projetos.

§ 2º Os saldos remanescentes dos recursos transferidos na modalidade fundo a fundo cujas contas foram abertas anteriormente a 2005, deverão ser transferidos para as novas contas de cada Bloco de Financiamento, conforme a seguinte correlação:

I - para a conta do Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica:

a) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;

b) Programa de Atenção à Criança;

c) Programa de Atenção à Pessoa Idosa; e

d) Agente Jovem.

II - para a conta do Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade os recursos do Programa ao Portador de Deficiência.

III - para a conta do Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade os recursos de Abrigo.

§ 3º Os tipos de contas que porventura não tenham sido mencionados neste artigo deverão ter os saldos transferidos conforme orientação do FNAS.

§ 4º Os saldos dos recursos financeiros repassados pelo FNAS aos Fundos de Assistência Social dos municípios e do Distrito Federal, por meio do Piso Básico Variável I e II e do Piso Variável de Média Complexidade deverão ser transferidos e utilizados no Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica.

Art. 44 Transcorridos 90 (noventa) dias a contar da abertura das contas correntes, os saldos remanejados para as contas dos Blocos de Financiamento na forma do § 2º do art. 43, serão considerados para fins de apuração do índice de suspensão, na forma da Portaria MDS nº 36 de 25 de abril de 2014.

Art. 45 O gestor que decidir pela não utilização dos recursos existentes nas contas anteriores à publicação desta Portaria, ou ainda, não transferir os recursos para as novas contas dos Programas, Projetos e dos Blocos de Financiamento disciplinados nos incisos de I a IV do art. 7º, deverá devolver os saldos no prazo estipulado no art. 43, por meio de GRU, comunicando o fato ao FNAS.

Art. 46 Após transcorrido o prazo do art. 43, sem que tenha ocorrido a devolução ou a transferência dos recursos para as novas contas vinculadas aos Programas, Projetos e dos Blocos de Financiamento disciplinados nos incisos de I a IV do art. 7º, o ente terá o repasse de recurso destes suspenso, até que a situação seja regularizada com a devolução ou transferência dos recursos.

Art. 47 O gestor, após devolver o recurso na forma do disposto nessa Portaria, deverá comunicar o FNAS do procedimento adotado.

§ 1º O FNAS poderá solicitar a instituição financeira oficial federal o encerramento das contas correntes anteriores à sistemática adotada por esta Portaria, após a abertura das novas contas.

§ 2º O ente não poderá creditar qualquer valor nas contas anteriores à sistemática adotada por esta Portaria, após a abertura das novas contas.

Art. 48 A aplicação automática pela instituição financeira oficial federal a que se refere o art. 16 e a execução dos recursos do cofinanciamento federal por meio eletrônico a que se refere o art. 27 estará condicionada à disponibilidade da funcionalidade pela referida instituição.

Art. 49 Após a abertura das novas contas, os recursos do cofinanciamento federal serão depositados na conta específica do respectivo Programa, Projeto e dos Blocos de Financiamento, independentemente da competência do pagamento.

Parágrafo único. As transferências serão realizadas nas contas atuais até a abertura das novas contas vinculadas aos Programas, Projetos e dos Blocos de Financiamento, aplicando as demais disposições desta Portaria.

CAPÍTULO IX

Disposições Gerais

Art. 50 A SNAS poderá expedir atos complementares necessários à matéria disciplinada nesta Portaria.

Art. 51 São de responsabilidade de seus declarantes e presumem-se verdadeiras as informações lançadas eletronicamente em sistemas disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 52 Os Estados, Municípios e o Distrito Federal que não realizaram a implantação ou expansão no prazo estipulado ou que desistirem da execução, devem devolver o valor repassado devidamente atualizado, por meio de GRU ao FNAS.

§1º Os Estados, Municípios e o Distrito Federal poderão solicitar à SNAS a compensação do valor repassado nas parcelas posteriores à conta do Bloco, estando assim desonerados da referida implantação ou expansão.

§ 2º Poderão ser aplicadas as regras estabelecidas nesta Portaria para as implantações e expansões pactuadas e não executadas a partir do exercício de 2012, sendo necessária a realização de correspondência com os componentes dos Blocos de Financiamento na forma do art. 43.

§ 3º Os Estados, Municípios e o Distrito Federal que não possuírem outro componente atrelado ao Bloco de Financiamento deverão devolver os recursos repassados, por meio de GRU, ao FNAS.

Art. 53 As informações do SUASWeb serão automaticamente migradas para as novas ferramentas eletrônicas que porventura forem criadas visando ao aprimoramento dos repasses relativos ao cofinanciamento federal, bem como das prestações de contas, respeitadas as normas aplicáveis.

Art. 54 As informações extraídas dos sistemas do MDS serão consideradas documentos para fins de comprovação nos processos instituídos no âmbito do Ministério.

Art. 55 Os documentos comprobatórios relativos à execução dos recursos dos Programas, Projetos e dos Blocos de Financiamento deverão ser mantidos arquivados em boa ordem e conservação, devidamente identificados e à disposição da SNAS e dos órgãos de controle interno e externo, no prazo estabelecido no inciso II do art. 6º, da Instrução Normativa nº 71, de 28 de novembro de 2012, do Tribunal de Contas da União, ou norma superveniente.

Parágrafo único. No caso dos incisos IV e V do art. 7º, os documentos deverão ser mantidos e guardados para fins de verificação da fidedignidade das informações dos índices de gestão.

Art. 56 A SNAS terá acesso às informações dos saldos e extratos das contas correntes abertas pelo FNAS, bem como dos documentos relativos à execução dos recursos federais.

Parágrafo único. As informações constantes do caput poderão ser publicadas inclusive em meio eletrônico pela SNAS.

Art. 57 A SNAS divulgará oficialmente os valores dos recursos repassados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento federal, em relatório eletrônico disponibilizado nos canais de comunicação do MDS, para efeitos do determinado na Lei nº 9.452/1997.

Art. 58 O inciso III e o Parágrafo único do art. 3º da Portaria MDS nº 36 de 25 de abril de 2014 passarão a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

III - priorizar o repasse de recursos, conforme a disponibilidade financeira, aos entes federativos que estiverem com menor saldo nas contas dos respectivos Fundos de Assistência Social, observando os saldos individualizados dos Programas, Projetos e dos Blocos de Financiamento da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade, Proteção Social de Alta Complexidade e da Gestão do SUAS.

Parágrafo único. A apuração, suspensão e o restabelecimento serão realizados separadamente nos Blocos de Financiamento da Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social de Alta Complexidade." (NR)

Art. 59 A apuração a partir de abril de 2016 referente à Portaria MDS nº 36, de 25 de abril de 2014, terá como base o disposto nesta Portaria.

Art. 60 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2016.

Art. 61 Fica revogada a Portaria MDS nº 625 de 10 de agosto de 2010.

TEREZA CAMPELLO

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 254, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 outubro de 1988, do Conmetro.

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para cronotacógrafos, aprovado pela Portaria Inmetro n° 201/2004, e,

Considerando o constante do processo Inmetro nº 52600.044499/2015, resolve:

Art. 1º - Alterar o Artigo 1º da Portaria Inmetro/Dimel nº 127 de 11 de junho de 2015.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 255, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 outubro de 1988, do Conmetro.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico de esfigmomanômetros mecânicos de medição não-invasiva, aprovado pela Portaria Inmetro n° 153/2005, e,

Considerando o constante do processo Inmetro nº 52600.031681/2015, resolve:

Dar nova redação ao subitem 1.6.4 e ao item 5, daPortaria Inmetro/Dimel nº036 de 31 de março de 2003, de acordo com as condições especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

PORTARIA Nº 37, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DO INMETRO/SUPERINTENDÊNCIA DE GOIÁS, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe conferem o art. 118 do Anexo da Portaria Inmetro nº 165 de 2 de abril de 2013, publicada no DOU em 4 de abril de 2013 e Portaria nº 123 de 30 de abril de 2015 do Ministério de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, publicado no DOU em 4 de maio de 2015, resolve:

Art. 1º Determinar que sejam procedidas as Verificações Metrológicas referente a mudança de tarifa nos taxímetros instalados nos veículos do Serviço de Transporte Individual de Passageiros ou Bens (TAXI) de Trindade /GO, no período de 16 de dezembro a 17 de dezembro de 2015.

Art. 2º Para as verificações metrológicas os permissionários de táxis ou seus prepostos deverão comparecer ao INMETRO á Rua 132 nº 660, Setor Sul, Goiânia - GO das 08h 30 min ás 11h 30 min e das 13h 30min ás 16h 30 min munidos de seus veículos com respectiva documentação, o último certificado de verificação.

Art. 3º A verificação dos taxímetros ocorrerá por ordem de chegada.

Art. 4º Os taxímetros que não forem verificados por qualquer pretexto no prazo estabelecido, só poderão fazê-los no dia 18 de dezembro de 2015 impreterivelmente.

Art. 5º O não cumprimento ao disposto no Art. 1º, ou não justificados, sujeitam aos infratores às penalidades na forma da lei.

Art. 6º Revogam-se as disposições contrárias.

ROGÉRIO PAPALARDO ARANTES

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 821, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 04/11/2015, 01/12/2015 e na reunião extraordinária realizada em 22/10/2015 e 19/11/2015.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 289, de 26 de outubro de 2015, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 04/11/2015, 01/12/2015 e na reunião extraordinária realizada em 22/10/2015 e 19/11/2015.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO DE CASTRO PATRÍCIO
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.002255/2015-84
Proponente: Associação Amigos do Basquete de Joinville
Título: Centro de Formação Esportiva em Basquetebol - Continuação
Registro: 02SC018922008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 05.921.206/0001-78
Cidade: Joinville UF: SC
Valor aprovado para captação: R$ 1.209.579,34
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 5382 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 8457-3
Período de Captação até: 31/12/2016
2 - Processo: 58701.003476/2015-70
Proponente: Associação Esportiva Janeth Arcain
Título: Núcleos Esportivos Educacionais Santo André e Cubatão Ano V
Registro: 02SP003292007
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 05.243.334/0001-00
Cidade: Santo André UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 1.384.440,10
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 7000 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 6859-4
Período de Captação até: 31/12/2016
3 - Processo: 58701.000236/2015-13
Proponente: Instituto Povo do Mar
Título: Brawzinho - Campeonato Mundial de Windsurf 2015
Registro: 02CE104732012
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 12.621.205/0001-73
Cidade: Fortaleza UF: CE
Valor aprovado para captação: R$ 366.734,91
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3647 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 31753-5
Período de Captação até: 04/11/2016
4 - Processo: 58701.003491/2015-18
Proponente: Liga Desportiva ADESC
Título: Academias - Saúde do Motorista
Registro: 02SC087072011
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 10.809.160/0001-30
Cidade: São Ludgero UF: SC
Valor aprovado para captação: R$ 365.193,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3692 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 17904-3
Período de Captação até: 31/12/2016
5- Processo: 58701.002994/2014-95
Proponente: Associação Desportiva de Futsal Uberlândia
Título: Uberlândia Futsal
Registro: 02MG128982013
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 13.291.099/0001-70
Cidade: Uberlândia UF: MG
Valor aprovado para captação: R$ 584.183,33
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1501 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 45035-9
Período de Captação até: 31/12/2016
6- Processo: 58701.005862/2015-04
Proponente: Instituto Celere
Título: Viver Bem
Registro: 02DF152002015
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 10.344.418/0001-99
Cidade: Brasília UF: DF
Valor aprovado para captação: R$ 3.913.353,82
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1191 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 39747-4
Período de Captação até: 31/12/2016
7- Processo: 58701.003903/2015-10
Proponente: Instituto Nacional do Desenvolvimento
Título: Programa de Desenvolvimento de Jovens Talentos - Alex Barros
Registro: 02SP069452010
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 10.774.006/0001-70
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 1.395.520,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0813 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 40495-0
Período de Captação até: 31/12/2016
8- Processo: 58701.003043/2015-14
Proponente: Instituto Remo Meu Rumo
Título: Remar é muito mais que um esporte
Registro: 02SP145522015
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 20.057.732/0001-25
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 1.593.996,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3043 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 22581-9
Período de Captação até: 31/12/2016
9- Processo: 58701.005870/2015-42
Proponente: Instituto Celere
Título: Brasileirão de Boxe
Registro: 02DF152002015
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 10.334.418/0001-99
Cidade: Brasília UF: DF
Valor aprovado para captação: R$ 6.780.240,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1191 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 39748-2
Período de Captação até: 31/12/2016
10- Processo: 58701.003455/2015-54
Proponente: Instituto Escola de Esporte Cidadã
Título: Night Run Costão do Santinho 2016
Registro: 02SC100832012
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 13.201.012/0001-26
Cidade: Florianópolis UF: SC
Valor aprovado para captação: R$ 293.287,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1453 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 64048-4
Período de Captação até: 26/03/2016

ANEXO II

1 - Processo: 58701.004482/2014-63
Proponente: Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Rio de Janeiro
Título: Pólo Aquático do Futuro
Valor aprovado para captação: R$ 391.865,83
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3309 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 6228-6
Período de Captação até: 31/12/2016
2- Processo: 58701.007654/2013-70
Proponente: Associação Atlética Banco do Brasil - Guaraí
Título: AABB Guaraí
Valor aprovado para captação: R$ 381.772,29
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2094 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 26591-8
Período de Captação até: 31/12/2016
3- Processo: 58701.003867/2015-94
Proponente: Associação Nacional dos Servidores da Polícia Federal em Goiás
Título: XIII Jogos Nacionais De Integração dos Servidores da Polícia Federal
Valor aprovado para captação: R$ 496.555,52
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3656 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 29297-4
Período de Captação até: 31/12/2016

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 1.382, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre as condições de operação a serem observadas para o Sistema Hidráulico Paraíba do Sul, que compreende tanto os reservatórios localizados na bacia quanto as estruturas de transposição das águas do rio Paraíba do Sul para o Sistema Guandu.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 95, incisos III e XVII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 2020, de 15 de dezembro de 2014, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 594ª Reunião Ordinária, realizada em 07 de dezembro de 2015, o SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - DAEE, do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o art. 11 do Regulamento, aprovado pelo Decreto Estadual nº 52.636, de 3 de fevereiro de 1971, a DIRETORA-GERAL DO INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - IGAM, do Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 9° do Regulamento, aprovado pelo Decreto Estadual n° 46.636, de 28 de outubro de 2014, e o PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, do Estado do Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe confere o art. 14 do Regulamento, aprovado pelo Decreto Estadual nº 41.628 de 12 de janeiro de 2009, com base no Processo ANA nº 02501.000897/2003-15,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

considerando o disposto no art. 4º, inciso XII e § 3º, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que estabelece caber à ANA definir e fiscalizar as condições de operação de reservatórios, por agentes públicos e privados, visando a garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, conforme estabelecido nos planos de recursos hídricos das respectivas bacias hidrográficas, e que no caso de reservatórios de aproveitamentos hidrelétricos a definição será efetuada em articulação com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

considerando a importância da bacia do rio Paraíba do Sul para o abastecimento de várias cidades do seu vale e, também, para as Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Campinas;

considerando que o compartilhamento dos recursos hídricos da bacia do rio Paraíba do Sul deve se inspirar nos princípios do aproveitamento múltiplo, racional, harmônico e integrado, visando sempre ao benefício de todas as partes;

considerando que os volumes armazenados abaixo dos níveis mínimos operacionais dos reservatórios do Sistema Hidráulico Paraíba do Sul representam uma reserva estratégica para uso em situações de escassez pelos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo;

considerando que as condições de operação para os reservatórios do Sistema Hidráulico Paraíba do Sul devem garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, resolvem:

Art.1º Estabelecer as seguintes condições a serem observadas pelo ONS para a operação do Sistema Hidráulico Paraíba do Sul, que compreende tanto os reservatórios localizados na bacia quanto as estruturas de transposição das águas do rio Paraíba do Sul para o Sistema Guandu:

I - a vazão a jusante dos aproveitamentos deve respeitar os seguintes limites mínimos:

a) Paraibuna: 10 m³/s (instantânea);

b) Santa Branca: 30 m³/s (instantânea);

c) Jaguari: 4 m³/s (instantânea);

d) Funil: 70 m³/s (instantânea);

e) Santa Cecília: 71 m³/s (instantânea);

f) Bombeada para o rio Guandu em Santa Cecília: 119 m³/s (média diária); e

g) Pereira Passos: 120 m³/s (instantânea).

II - será considerada como operação normal para o Sistema Hidráulico Paraíba do Sul aquela cujas vazões instantâneas forem de 71 m³/s (com até 5% de variação acima deste valor) a jusante da barragem de Santa Cecília e de 120 m³/s (com até 2% de variação acima deste valor) a jusante do aproveitamento de Pereira Passos;

III - somente será permitido o aumento das vazões acima do limite de 71 m³/s (com variação de até 5% acima deste valor) a jusante da barragem de Santa Cecília caso seja verificada ao menos uma das seguintes condições:

a) ocorrerem vazões incrementais não controladas no trecho entre os aproveitamentos de Funil e Santa Cecília; ou

b) o reservatório de Funil estiver operando para atender às regras de controle de cheia; ou

c) o Sistema Hidráulico Paraíba do Sul estiver operando acima de 80% do volume útil do reservatório equivalente.

IV - somente será permitido o aumento das vazões a jusante do aproveitamento de Pereira Passos acima do limite mínimo de 120 m³/s (com variação de até 2% acima deste valor), até o limite de 160 m³/s, quando a barragem de Santa Cecília estiver liberando para o rio Paraíba do Sul uma vazão de 90 m³/s ou mais e caso seja verificada ao menos uma das seguintes condições:

a) ocorrerem vazões incrementais não controladas no trecho entre os aproveitamentos de Funil e Santa Cecília; ou

b) o reservatório de Funil estiver operando para atender às regras de controle de cheia; ou

c) o Sistema Hidráulico Paraíba do Sul estiver operando acima de 80% do volume útil do reservatório equivalente.

V - A operação do Sistema Hidráulico Paraíba do Sul deve respeitar os seguintes limites mínimos percentuais de volume útil dos reservatórios, observadas a ordem e os estágios de deplecionamento indicados:

Ordem de deplecionamento		Estágios de deplecionamento (%)		
		1°	2°	3°
1ª	Funil	30	30	30
2ª	Santa Branca	70	40	10
3ª	Paraibuna	80	40	5
4ª	Jaguari	80	50	20

§1º A mudança de estágio de deplecionamento de cada reservatório para o estágio seguinte somente poderá ocorrer quando todos atingirem seus valores mínimos percentuais, permitida uma variação de 5% do valor de referência.

§2º Os limites mínimos de volume útil, a ordem e os estágios de deplecionamento poderão ser revistos pela ANA por meio de comunicado, com anuência dos órgãos gestores estaduais de recursos hídricos de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, desde que devidamente justificado.

Art.2º Para garantir o atendimento das vazões mínimas, estabelecidas no inciso I do Art. 1º, o ONS está autorizado a operar o reservatório de Paraibuna abaixo do nível mínimo operacional normal (694,60m), até o nível que equivale à disponibilização de um volume adicional de 425 milhões de m³, sendo, numa primeira etapa, até o nível que equivale à disponibilização de um volume de 263 milhões de m³.

Parágrafo único. Para a operação do reservatório de Paraibuna abaixo de seu nível mínimo operacional normal, a Companhia Energética de São Paulo - CESP, na qualidade de concessionário do aproveitamento, deverá providenciar laudo técnico-operacional, e o monitoramento associado a avaliações específicas, de forma a garantir a segurança das estruturas hidráulicas e eletromecânicas, identificar os riscos inerentes à operação de deplecionamento e adotar medidas preventivas e mitigadoras dos eventuais impactos ambientais e econômicos.

Art.3° O ONS deverá encaminhar à ANA, anualmente, para avaliação:

I - estudo contendo atualização da curva de segurança de armazenamento para operação normal do Sistema Hidráulico Paraíba do Sul, que apresenta os volumes mínimos necessários do reservatório equivalente da bacia, para cada mês, visando assegurar as condições de operação das usinas hidrelétricas e o atendimento aos requisitos ambientais e de usos múltiplos da água; e

II - Relatório de Diretrizes para as Regras de Controle de Cheias - Bacia do Rio Paraíba do Sul.

Art.4º O ONS poderá solicitar à ANA operação especial, desde que devidamente justificada.

Art.5º Institui-se o Grupo de Assessoramento à Operação do Sistema Hidráulico Paraíba do Sul - GAOPS, com vigência coincidente com a vigência da presente Resolução.

§1º O GAOPS será composto por representantes da ANA, que o coordenará, DAEE, IGAM, INEA, ONS e CEIVAP, nomeados em Portaria específica, a qual poderá definir procedimentos adicionais para o funcionamento do GAOPS.

§2º O GAOPS terá como objetivos realizar o acompanhamento permanente da operação do Sistema Hidráulico Paraíba do Sul, a fim de possibilitar o cumprimento das condições de operação estabelecidas na presente Resolução e analisar e propor soluções alternativas aos órgãos gestores em situações não previstas pelas condições gerais estabelecidas.

Art.6º Esta Resolução não dispensa nem substitui a obtenção pelos agentes responsáveis pelos reservatórios de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art.7º Esta Resolução entrará em vigor após a emissão de comunicado pela ANA, com anuência dos órgãos gestores estaduais de recursos hídricos de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, e somente poderá ser alterada com a prévia concordância destes.

Art.8º Revoga-se a Resolução nº 211, de 26 de maio de 2003, publicada no DOU em 5 de junho de 2003, seção 1, página 42.

VICENTE ANDREU
Diretor-Presidente da ANA

RICARDO DARUIZ BORSARI
Superintendente do DAEE

MARIA DE FÁTIMA CHAGAS DIAS COELHO
Diretora-Geral do IGAM

MARCUS DE ALMEIDA LIMA
Presidente do INEA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

RESOLUÇÕES DE 7 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Portaria nº 100, de 23/05/2013, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 594ª Reunião Ordinária, realizada em 07 de dezembro de 2015, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu indeferir os pedidos de outorga de:

Nº 1.367 - Central Geradora Hidrelétrica Figueiredo, rio Figueiredo - Açude Figueiredo, Município de Iracema/Ceará, aproveitamento hidroelétrico.

Nº 1.368 - Central Geradora Hidrelétrica Anagé, rio Gavião - Açude Anagé, Município de Anagé/Bahia, aproveitamento hidroelétrico.

Nº 1.369 - Central Geradora Hidrelétrica Taquara, Açude Taquara, Município Cariré/Ceará, aproveitamento hidroelétrico.

Nº 1.370 - Central Geradora Hidrelétrica Jucazinho S.A, rio Capibaribe - Açude Jucazinho, Municípios Surubim e Cumaru/Pernambuco, aproveitamento hidroelétrico.

Nº 1.371 - Central Geradora Hidrelétrica Boqueirão, rio Paraíba - Açude Epitácio Pessoa, Município de Boqueirão/Paraíba, aproveitamento hidroelétrico.

Nº 1.372 - Central Geradora Hidrelétrica Orós, rio Jaguaribe - Açude Orós, Município de Orós/Ceará, aproveitamento hidroelétrico.

Nº 1.373 - Central Geradora Hidrelétrica Banabuiú, Rio Banabuiú - Açude Banabuiú, Município de Beberibe/Ceará, aproveitamento hidroelétrico.

Nº 1.374 - Central Geradora Hidrelétrica Flores, Açude Flores, Município de Joselândia/Maranhão, aproveitamento hidroelétrico.

Nº 1.375 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, açude Castanhão (rio Jaguaribe), Município de Alto Santo/Ceará, PCH Castanhão.

Nº 1.376 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, açude Armando Ribeiro Gonçalves (rio Piranhas), Municípios de Açu/RN e Itajá/RN, PCH Armando Ribeiro Gonçalves.

Nº 1.381 - Roberto Lemos, Arroio Candiota, Município de Pedras Altas/Rio Grande do Sul, irrigação, por motivo de indisponibilidade hídrica.

O inteiro teor das Resoluções de indeferimento de outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Portaria nº 100, de 23/05/2013, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 594ª Reunião Ordinária, realizada em 07 de dezembro de 2015, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu emitir as outorgas de direito de uso à:

Nº 1.377 - I Adail Renato Brod e Greice Mara Gehlind Brod, Canal de São Gonçalo, Município de Rio Grande/Rio Grande do Sul, irrigação.

Nº 1.378 - Valtair Kiill, rio Cricaré, Município de Barra de São Francisco/Espírito Santo, irrigação.

Nº 1379 - Arcenio Ancinello Junior, rio Quaraí, Município de Barra do Quaraí/Rio Grande do Sul, irrigação.

Nº 1.380 - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA, rio Pardo, Município de Itambé/Bahia, abastecimento público.

O inteiro teor das Resoluções de outorga de direito de uso de recursos hídricos, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 569, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R$ 112.941.169,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, tendo em vista a autorização constante do art. 4º, caput, incisos I, alínea "a", II, e XIX, alínea "b", item "2", e § 1º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, e a delegação de competência de que trata o art. 1º do Decreto nº 8.555, de 6 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R$ 112.941.169,00 (cento e doze milhões, novecentos e quarenta e um mil, cento e sessenta e nove reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON BARBOSA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXOS

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2014	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização							352.390
		Atividades							
20 545	2014 2161	Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas							352.390
20 545	2014 2161 0001	Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas - Nacional							352.390
			F	3	2	90	0	100	352.390
	2105	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento							21.364.907
		Atividades							
20 122	2105 2000	Administração da Unidade							21.364.907
20 122	2105 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							21.364.907
			F	3	2	90	0	100	15.797.180
			F	4	2	90	0	100	5.567.727
TOTAL - FISCAL									21.717.297
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									21.717.297

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							700.000
		Projetos							
04 123	2110 1151	Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios							700.000
04 123	2110 1151 0001	Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - Nacional							700.000
			F	4	2	90	0	148	700.000
TOTAL - FISCAL									700.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									700.000

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							1.020.000
		Atividades							
04 126	2110 20VG	Gestão dos Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais							1.020.000
04 126	2110 20VG 0001	Gestão dos Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - Nacional							1.020.000
			F	3	2	90	0	132	1.020.000
TOTAL - FISCAL									1.020.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.020.000

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais							20.000
		Operações Especiais							
28 846	0910 00IB	Contribuição à Fundação para Padronização de Relatórios Financeiros Internacionais - IFRS							20.000
28 846	0910 00IB 0001	Contribuição à Fundação para Padronização de Relatórios Financeiros Internacionais - IFRS - Nacional							20.000
			F	3	2	80	0	250	20.000
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							20.500.000
		Atividades							
04 122	2110 2000	Administração da Unidade							20.500.000
04 122	2110 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							20.500.000
			F	3	2	90	0	250	20.500.000
TOTAL - FISCAL									20.520.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.520.000

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28904 - Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2047	Micro e Pequenas Empresas							1.312.558
		Operações Especiais							
28 846	2047 0473	Honra de Aval decorrente de Garantia do Risco das Operações de Financiamento a Micro, Pequenas e Médias Empresas (Lei nº 9.531, de 1997)							1.312.558
28 846	2047 0473 0001	Honra de Aval decorrente de Garantia do Risco das Operações de Financiamento a Micro, Pequenas e Médias Empresas (Lei nº 9.531, de 1997) - Nacional							1.312.558
			F	3	2	90	0	100	1.312.558
TOTAL - FISCAL									1.312.558
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.312.558

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0910		Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais							4.000
		Operações Especiais							
28 846	0910 00NH	Contribuição ao Consórcio World Wide WEB - W3C							4.000
28 846	0910 00NH 0001	Contribuição ao Consórcio World Wide WEB - W3C - Nacional							4.000
			F	3	2	80	0	100	4.000
TOTAL - FISCAL									4.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.000

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2125		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão							5.200.000
		Atividades							
04 122	2125 2000	Administração da Unidade							5.200.000
04 122	2125 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							5.200.000
			F	3	2	90	0	100	5.200.000
TOTAL - FISCAL									5.200.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.200.000

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47210 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2125		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão							350.000
		Atividades							
04 122	2125 2000	Administração da Unidade							350.000
04 122	2125 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							350.000
			F	3	2	90	0	100	350.000
TOTAL - FISCAL									350.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									350.000

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário
UNIDADE: 49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2120		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário							23.940.111
		Atividades							
21 122	2120 2000	Administração da Unidade							23.940.111
21 122	2120 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							23.940.111
			F	3	2	90	0	100	23.940.111
TOTAL - FISCAL									23.940.111
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.940.111

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário
UNIDADE: 49201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2120		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário							20.000.000
		Atividades							
21 122	2120 2000	Administração da Unidade							20.000.000
21 122	2120 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							20.000.000
			F	3	2	90	0	176	20.000.000
TOTAL - FISCAL									20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000.000

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54101 - Ministério do Turismo

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2076		Turismo							15.000.000
		Projetos							
23 695	2076 10V0	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística							15.000.000
23 695	2076 10V0 0001	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Nacional							15.000.000
			F	4	2	40	0	100	15.000.000
TOTAL - FISCAL									15.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									15.000.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais							3.177.203
		Operações Especiais							
28 846	0910 00ET	Contribuição ao Fundo da Agricultura Familiar do Mercosul - FAF (MDA)							385.000
28 846	0910 00ET 0002	Contribuição ao Fundo da Agricultura Familiar do Mercosul - FAF (MDA) - No Exterior	F	3	2	80	0	100	385.000
28 846	0910 0185	Contribuição à Comissão Latino-Americana de Aviação Civil - CLAC (PR)							92.203
28 846	0910 0185 0002	Contribuição à Comissão Latino-Americana de Aviação Civil - CLAC (PR) - No Exterior	F	3	2	80	0	100	92.203
28 846	0910 0186	Contribuição à Organização de Aviação Civil Internacional - OACI (PR)							2.700.000
28 846	0910 0186 0002	Contribuição à Organização de Aviação Civil Internacional - OACI (PR) - No Exterior	F	3	2	80	0	100	2.700.000
TOTAL - FISCAL									3.177.203
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.177.203

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2014	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização							352.390
		Projetos							
20 545	2014 147S	Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico							352.390
20 545	2014 147S 0001	Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico - Nacional	F	3	2	90	0	100	352.390
	2028	Defesa Agropecuária							1.364.907
		Atividades							
20 125	2028 20ZX	Fiscalização de Atividades Agropecuárias							1.364.907
20 125	2028 20ZX 0001	Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Nacional	F	3	2	90	0	100	1.364.907
TOTAL - FISCAL									1.717.297
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.717.297

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2014	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização							20.000.000
		Projetos							
20 605	2014 151O	Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora da CONAB							20.000.000
20 605	2014 151O 0001	Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora da CONAB - Nacional	F	4	2	90	0	100	20.000.000
TOTAL - FISCAL									20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000.000

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							700.000
		Projetos							
04 123	2110 1151	Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios							700.000
04 123	2110 1151 0001	Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - Nacional	F	3	2	90	0	148	700.000
TOTAL - FISCAL									700.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									700.000

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							1.020.000
		Atividades							
04 126	2110 20VG	Gestão dos Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais							1.020.000
04 126	2110 20VG 0001	Gestão dos Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - Nacional	F	4	2	90	0	132	1.020.000
TOTAL - FISCAL									1.020.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.020.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2039	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional							17.020.000
		Atividades							
04 126	2039 2089	Gestão do Sistema de Informações Banco Central do Brasil - SISBACEN							17.000.000
04 126	2039 2089 0001	Gestão do Sistema de Informações Banco Central do Brasil - SISBACEN - Nacional							17.000.000
			F	4	2	90	0	250	17.000.000
04 121	2039 2098	Formulação e Gerenciamento da Política Monetária, Cambial e de Crédito							20.000
04 121	2039 2098 0001	Formulação e Gerenciamento da Política Monetária, Cambial e de Crédito - Nacional							20.000
			F	3	2	90	0	250	20.000
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							3.500.000
		Atividades							
04 122	2110 2000	Administração da Unidade							3.500.000
04 122	2110 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							3.500.000
			F	4	2	90	0	250	3.500.000
TOTAL - FISCAL									20.520.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.520.000

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2055	Desenvolvimento Produtivo							1.312.558
		Atividades							
22 661	2055 210E	Promoção do Desenvolvimento Industrial							1.312.558
22 661	2055 210E 0001	Promoção do Desenvolvimento Industrial - Nacional							1.312.558
			F	3	2	90	0	100	1.312.558
TOTAL - FISCAL									1.312.558
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.312.558

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2125	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão							5.204.000
		Atividades							
04 122	2125 2000	Administração da Unidade							5.204.000
04 122	2125 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							5.204.000
			F	3	2	90	0	100	704.000
			F	4	2	90	0	100	4.500.000
TOTAL - FISCAL									5.204.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.204.000

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47210 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública							350.000
		Atividades							
04 128	2038 20U9	Desenvolvimento de Competências de Agentes Públicos, Pesquisa e Disseminação de Conhecimento em Gestão Pública							350.000
04 128	2038 20U9 0001	Desenvolvimento de Competências de Agentes Públicos, Pesquisa e Disseminação de Conhecimento em Gestão Pública - Nacional							350.000
			F	3	2	90	0	100	350.000
TOTAL - FISCAL									350.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									350.000

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário
UNIDADE: 49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2012	Agricultura Familiar							24.325.111
		Atividades							
21 606	2012 210O	Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar							23.940.111
21 606	2012 210O 0001	Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar - Nacional							23.940.111
			F	3	2	90	0	100	23.940.111
21 606	2012 210V	Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar							385.000
21 606	2012 210V 0001	Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar - Nacional							385.000
			F	3	2	90	0	100	385.000
TOTAL - FISCAL									24.325.111
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									24.325.111

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário
UNIDADE: 49201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2066	Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária							20.000.000
		Atividades							
21 631	2066 211A	Desenvolvimento de Assentamentos Rurais							20.000.000
21 631	2066 211A 0001	Desenvolvimento de Assentamentos Rurais - Nacional							20.000.000
			F	4	2	90	0	176	20.000.000
TOTAL - FISCAL									20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000.000

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54101 - Ministério do Turismo
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2076	Turismo							14.400.000
		Atividades							
23 695	2076 20Y3	Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional							8.700.000
23 695	2076 20Y3 0001	Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional - Nacional							8.700.000
			F	3	2	90	0	100	8.700.000
23 695	2076 20Y4	Articulação e Ordenamento Turístico							5.700.000
23 695	2076 20Y4 0001	Articulação e Ordenamento Turístico - Nacional							5.700.000
			F	3	2	90	0	100	5.700.000
TOTAL - FISCAL									14.400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									14.400.000

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54201 - EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2076	Turismo							600.000
		Atividades							
23 695	2076 20Y5	Promoção Turística do Brasil no Exterior							600.000
23 695	2076 20Y5 0001	Promoção Turística do Brasil no Exterior - Nacional							600.000
			F	3	2	90	0	100	600.000
TOTAL - FISCAL									600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									600.000

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil
UNIDADE: 62201 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2017	Aviação Civil							2.792.203
		Atividades							
26 125	2017 2912	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil							2.792.203
26 125	2017 2912 0001	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil - Nacional							2.792.203
			F	3	2	90	0	100	2.792.203
TOTAL - FISCAL									2.792.203
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.792.203

PORTARIA Nº 570, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$ 22.704.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, tendo em vista a autorização constante do art. 4º, caput, inciso XVII, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, e a delegação de competência de que trata o art. 1º do Decreto nº 8.555, de 6 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$ 22.704.000,00 (vinte e dois milhões, setecentos e quatro mil reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON BARBOSA

ANEXO

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes							22.704.000
		Projetos							
26 572	2126 13EJ	Implantação do Centro Nacional de Supervisão Operacional - CNSO							22.704.000
26 572	2126 13EJ 0001	Implantação do Centro Nacional de Supervisão Operacional - CNSO - Nacional							22.704.000
			F	3	3	90	0	100	4.004.000
			F	4	3	90	0	100	18.700.000
TOTAL - FISCAL									22.704.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									22.704.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes							8.900.000
		Atividades							
26 121	2126 20UA	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes (Programa de Aceleração do Crescimento)							8.900.000
26 121	2126 20UA 0001	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes (Programa de Aceleração do Crescimento) - Nacional	F	3	3	90	0	100	8.900.000
TOTAL - FISCAL									8.900.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.900.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39253 - Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes							13.804.000
		Atividades							
26 121	2126 20UA	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes (Programa de Aceleração do Crescimento)							13.804.000
26 121	2126 20UA 0001	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes (Programa de Aceleração do Crescimento) - Nacional	F	4	3	90	0	100	13.804.000
TOTAL - FISCAL									13.804.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									13.804.000

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 111, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista o disposto no art. 7º, caput, incisos II e III, e § 1º, do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, e a delegação de competência de que trata o art. 2º, incisos I e II, da Portaria MP nº 168, de 22 de maio de 2015, resolve:

Art. 1º Remanejar os limites estabelecidos no Anexo I do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, e ajustar o detalhamento constante do Anexo I da Portaria MP nº 168, de 22 de maio de 2015, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTHER DWECK

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO -DESPESAS DISCRICIONÁRIAS (RP 2)
(Anexo I da Portaria MP nº 168, de 22 de maio de 2015)
R$ 1,00

ÓRGÃOS		Disponível
49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário	750.000
58000	Ministério da Pesca e Aquicultura	30.400.000
TOTAL		31.150.000

Inclui recursos de todas as fontes.

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO - DESPESAS DISCRICIONÁRIAS (RP 2)
(Anexo I da Portaria MP nº 168, de 22 de maio de 2015)
R$ 1,00

ÓRGÃOS		Disponível
22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	30.400.000
51000	Ministério do Esporte	750.000
TOTAL		31.150.000

Inclui recursos de todas as fontes.

PORTARIA Nº 112, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista o disposto no art. 7º, caput, incisos II e III, e § 1º, do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, e a delegação de competência de que trata o art. 2º, incisos I e II, da Portaria MP nº 168, de 22 de maio de 2015, resolve:

Art. 1º Remanejar os limites estabelecidos no Anexo I do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, e ajustar o detalhamento constante dos Anexos I, II e V da Portaria MP nº 168, de 22 de maio de 2015, na forma dos Anexos I, II, III e IV desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTHER DWECK

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC (RP 3)
(Anexo II da Portaria MP nº 168, de 22 de maio de 2015)
R$ 1,00

ÓRGÃOS		Disponível
51000	Ministério do Esporte	90.000.000
56000	Ministério das Cidades	220.000.000
TOTAL		310.000.000

Inclui recursos de todas as fontes.

ANEXO II

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO DE EMENDAS INDIVIDUAIS (RP 6)
(Anexo V da Portaria MP nº 168, de 22 de maio de 2015)
R$ 1,00

ÓRGÃOS		Disponível
22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	400.000
24000	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	1.000.000
42000	Ministério da Cultura	150.000
44000	Ministério do Meio Ambiente	462.383
	Reserva	482.026.353
TOTAL		484.038.736

Inclui recursos de todas as fontes.

ANEXO III

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO - DESPESAS DISCRICIONÁRIAS (RP 2)
(Anexo I da Portaria MP nº 168, de 22 de maio de 2015)
R$ 1,00

ÓRGÃOS		Disponível
20000	Presidência da República	200.000
22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	26.978.000
24000	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	2.500.000
26000	Ministério da Educação	13.200.000
30000	Ministério da Justiça	11.052.000
36000	Ministério da Saúde	317.896.999
38000	Ministério do Trabalho e Emprego	1.000.000
42000	Ministério da Cultura	2.400.000
44000	Ministério do Meio Ambiente	200.000
49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário	14.380.000
51000	Ministério do Esporte	35.265.000
52000	Ministério da Defesa	29.275.000
53000	Ministério da Integração Nacional	24.545.000
54000	Ministério do Turismo	59.230.066
55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	7.680.000
56000	Ministério das Cidades	147.252.072
58000	Ministério da Pesca e Aquicultura	2.900.000
64000	Secretaria de Direitos Humanos	590.000
65000	Secretaria de Políticas para as Mulheres	1.200.000
69000	Secretaria da Micro e Pequena Empresa	1.950.000
TOTAL		699.694.137

Inclui recursos de todas as fontes.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO IV

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO DE EMENDAS INDIVIDUAIS (RP 6)

(Anexo V da Portaria MP nº 168, de 22 de maio de 2015)

R$ 1,00

ÓRGÃOS		Disponível
26000	Ministério da Educação	5.337.008
36000	Ministério da Saúde	58.339.994
51000	Ministério do Esporte	5.324.687
52000	Ministério da Defesa	3.202.388
53000	Ministério da Integração Nacional	700.273
54000	Ministério do Turismo	5.618.015
55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	1.762.383
56000	Ministério das Cidades	13.849.851
64000	Secretaria de Direitos Humanos	60.000
65000	Secretaria de Políticas para as Mulheres	150.000
TOTAL		94.344.599

Inclui recursos de todas as fontes.

COMERCIA

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA N° 198, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

A SECRETÁRIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art.5º, parágrafo único do Decreto-Lei 2.398/87, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636/98, e no processo nº 04967.202225/2015-26, resolve:

Art.1º Declarar de interesse do serviço público para fins de regularização fundiária de interesse social, o imóvel da União, classificado como terreno de marinha e acrescidos, localizado na área denominada como Morro da Cabocla, Município de Arraial do Cabo, Estado de Rio de Janeiro, com área de 325.793,97 m², inscrito sob o RIP nº 5927.00031.500-8, devidamente registrado no Ofício Único de Arraial do Cabo da Comarca do Rio de Janeiro, sob a Matrícula n° 7751, livro nº 2.

Art. 2º O imóvel descrito no art.1º é de interesse do serviço público para fins de execução de projeto de regularização fundiária de interesse social, em beneficio de, aproximadamente, 1.500 (mil e quinhentas) famílias de baixa renda que residem no local.

Art. 3º A Superintendência do Patrimônio da União no Rio de Janeiro dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da circunscrição e ao Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CASSANDRA MARONI NUNES

PORTARIA Nº 237, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º, inciso IV, da Portaria MP nº 30, de 16 de março de 2000, com a redação dada pela Portaria MP nº 211, de 28 de abril de 2010, no art. 52, inciso XXVII, do Anexo XII da Portaria GM-MP nº 220, de 25 de junho de 2014 (Regimento Interno-SPU), no art. 41, inciso II, do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, tendo em vista o disposto no art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e os elementos que integram o Processo nº 05047.000029/2002-49, resolve:

Art. 1º Revogar a autorização contida na Portaria SPU nº 183, de 10 de julho de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2007, Seção 1, página 143.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRYCK ARAUJO CARVALHO



Ministério do Trabalho e Previdência Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 212, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e no art. 31 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, para o mês de dezembro de 2015, os fatores de atualização:

I - das contribuições vertidas de janeiro de 1967 a junho de 1975, para fins de cálculo do pecúlio (dupla cota) correspondente, serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,001297- Taxa Referencial-TR do mês de novembro de 2015;

II - das contribuições vertidas de julho de 1975 a julho de 1991, para fins de cálculo de pecúlio (simples), serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,004601 - Taxa Referencial-TR do mês de novembro de 2015 mais juros;

III - das contribuições vertidas a partir de agosto de 1991, para fins de cálculo de pecúlio (novo), serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,001297 - Taxa Referencial-TR do mês de novembro de 2015; e

IV - dos salários-de-contribuição, para fins de concessão de benefícios no âmbito de Acordos Internacionais, serão apurados mediante a aplicação do índice de 1,011100.

Art. 2º A atualização monetária dos salários-de-contribuição para a apuração do salário-de-benefício, de que trata o art. 33 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e a atualização monetária das parcelas relativas aos benefícios pagos com atraso, de que trata o art. 175 do referido Regulamento, no mês de dezembro, será efetuada mediante a aplicação do índice de 1,011100.

Art. 3º A atualização de que tratam os §§ 2º a 5º do art. 154 do RPS, será efetuada com base no mesmo índice a que se refere o art. 2º.

Art. 4º Se após a atualização monetária dos valores de que tratam os §§ 2º a 5º do art. 154 e o art. 175 do RPS, os valores devidos forem inferiores ao valor original da dívida, deverão ser mantidos os valores originais.

Art. 5º As respectivas tabelas com os fatores de atualização, mês a mês, encontram-se na rede mundial de computadores, no sítio http://www.previdencia.gov.br, página "Legislação".

Art. 6º O Ministério do Trabalho e Previdência Social, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL ROSSETTO

PORTARIA Nº 214, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Altera a Portaria/MTE n.º 841 de 19 de junho de 2015, que define os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional para fins da apuração da Gratificação de Desempenho de Atividade em Políticas Sociais - GDAPS e do desenvolvimento na carreira para os servidores ocupantes dos cargos de Analistas Técnicos de Políticas Sociais no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o que dispõe o art. 8º da Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009, e o disposto no Decreto nº 8.435, de 22 de abril de 2015, resolve:

Art. 1º O art. 29 da Portaria/MTE nº 841 de 19 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 22 de junho de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 29..."

(...)

§ 2º Para fins deste artigo, a progressão funcional e a promoção serão computados a partir da data de entrada em exercício do servidor no cargo.

§ 3º Por capacitação entende-se processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais, que incluem cursos presenciais e à distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da Administração Pública, conforme disposto no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro 2006, art. 2º.

§ 4º Para fins de promoção, poderão ser considerados eventos de capacitação realizados em instituições nacionais ou estrangeiras, cujos conteúdos sejam compatíveis com as atribuições do cargo, em analogia ao Decreto nº 6.530 de 4 de agosto de 2008, art. 7º.

§ 5º A ação de capacitação será considerada para fins de promoção desde que:

I - seja promovida pelo MTE, situação em que, por definição, será considerada de interesse da Administração e compatível com as atribuições do cargo;

II - seja considerada de interesse da Administração e compatível com as atribuições do cargo, mediante solicitação de análise pela CGRH em formulário próprio, independentemente da forma de realização, instituição promotora ou participação do MTE no custeio ou organização.

§ 6º Para fins de promoção, os conteúdos da capacitação serão:

I - associados à especialidade do cargo: quando diretamente relacionados às atribuições específicas do cargo;

II - transversais: quando contribuem para o desenvolvimento de competências individuais de interesse do MTE, independentemente das atribuições específicas do cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MIGUEL ROSSETTO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 211 de 09 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº. 236, de 10 de dezembro de 2015, seção 2, página 83, no art. 5º, item 15.22.

Onde se lê:

"a) a inclinação a deve ser entre 70º (setenta graus) e 90° (noventa graus) em relação à horizontal, conforme Figura 2 deste Anexo; ou

b) no caso de inclinação a menor que 70° (setenta graus), as dimensões dos degraus devem atender à equação (2B + G) 700 mm, onde B é a distância vertical, em mm, e G a distância horizontal, em mm, entre degraus, permanecendo as dimensões restantes conforme Figura 2 deste Anexo."

Leia-se:

"a) a inclinação α deve ser entre 70º (setenta graus) e 90° (noventa graus) em relação à horizontal, conforme Figura 2 deste Anexo; ou

b) no caso de inclinação α menor que 70° (setenta graus), as dimensões dos degraus devem atender à equação (2B + G) ≤ 700 mm, onde B é a distância vertical, em mm, e G a distância horizontal, em mm, entre degraus, permanecendo as dimensões restantes conforme Figura 2 deste Anexo."

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DESPACHOS DA COORDENADORA-GERAL
Em 10 de dezembro de 2015

Nº 45 - Assunto: Alienação de imóvel do PND.
Ementa: Homologação e Adjudicação de Imóvel - Leilão nº 02/2015.
Fundamentação Legal: Lei nº 11.481 de 31.05.2007, Lei nº 8.666 de 21.06.1993 e demais normas em vigor.

RELATÓRIO

Trata-se de Homologação dos procedimentos licitatórios adotados no processo 35000.000289/2015-36, referente ao Leilão nº 02/2015 e Adjudicação do Imóvel ao arrematante.

FUNDAMENTAÇÃO

A Coordenação-Geral de Licitações e Contratos, considerando os vários pronunciamentos constantes no processo, bem como a regularidade dos procedimentos licitatórios, estando o mesmo instruído de acordo com as normas legais vigentes e no uso das atribuições contidas no Regimento Interno, aprovado pela Portaria MPS nº 296 de 09.11.2009. Delegação de competência que foram conferidas pelo Senhor Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS à Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos através do inciso I, da Portaria/INSS/PRES nº 281, de 18/03/2010, publicada no D.O.U. nº 53, de 19/03/2010.

DECISÃO

HOMOLOGO os procedimentos licitatórios adotados no processo 35000.000289/2015-36, referente ao Leilão nº 02/2015 e ADJUDICO o imóvel sito à AOS 04, BLOCO D, APTO. 610,VAGA DE GARAGEM Nº 24, Brasília/DF ao respectivo arrematante, Sra. Sofia Fernandes de Lima Lira, pelo valor de R$ 615.000,00 (seiscentos e quinze mil reais) à vista.

À Equipe de Apoio, conforme Portaria/INSS/DIROFL nº 75, de 21.07.2014, para dar prosseguimento ao processo.

Nº 46 - Assunto: Alienação de imóvel do PND.
Ementa: Homologação e Adjudicação de Imóvel - Leilão nº 02/2015.
Fundamentação Legal: Lei nº 11.481 de 31.05.2007, Lei nº 8.666 de 21.06.1993 e demais normas em vigor.

RELATÓRIO

Trata-se de Homologação dos procedimentos licitatórios adotados no processo 35000.000265/2015-87, referente ao Leilão nº 02/2015 e Adjudicação do Imóvel ao arrematante.

FUNDAMENTAÇÃO

A Coordenação-Geral de Licitações e Contratos, considerando os vários pronunciamentos constantes no processo, bem como a regularidade dos procedimentos licitatórios, estando o mesmo instruído de acordo com as normas legais vigentes e no uso das atribuições contidas no Regimento Interno, aprovado pela Portaria MPS nº 296 de 09.11.2009. Delegação de competência que foram conferidas pelo Senhor Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS à Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos através do inciso I, da Portaria/INSS/PRES nº 281, de 18/03/2010, publicada no D.O.U. nº 53, de 19/03/2010.

DECISÃO

HOMOLOGO os procedimentos licitatórios adotados no processo 35000.000265/2015-87, referente ao Leilão nº 02/2015 e ADJUDICO o imóvel sito à AOS 04, BLOCO E, APTO. 611, VAGA DE GARAGEM Nº 23, Brasília/DF ao respectivo arrematante, Sr. Jardel Antonio Savioti, pelo valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) à vista.

À Equipe de Apoio, conforme Portaria/INSS/DIROFL nº 75, de 21.07.2014, para dar prosseguimento ao processo.

Nº 47 - Assunto: Alienação de imóvel do PND.
Ementa: Homologação e Adjudicação de Imóvel - Leilão nº 02/2015.
Fundamentação Legal: Lei nº 11.481 de 31.05.2007, Lei nº 8.666 de 21.06.1993 e demais normas em vigor.

RELATÓRIO

Trata-se de Homologação dos procedimentos licitatórios adotados no processo 35000.000481/2015-22, referente ao Leilão nº 02/2015 e Adjudicação do Imóvel ao arrematante.

FUNDAMENTAÇÃO

A Coordenação-Geral de Licitações e Contratos, considerando os vários pronunciamentos constantes no processo, bem como a regularidade dos procedimentos licitatórios, estando o mesmo instruído de acordo com as normas legais vigentes e no uso das atribuições contidas no Regimento Interno, aprovado pela Portaria MPS nº 296 de 09.11.2009. Delegação de competência que foram conferidas pelo Senhor Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS à Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos através do inciso I, da Portaria/INSS/PRES nº 281, de 18/03/2010, publicada no D.O.U. nº 53, de 19/03/2010.

DECISÃO

HOMOLOGO os procedimentos licitatórios adotados no processo 35000.000481/2015-22, referente ao Leilão nº 02/2015 e ADJUDICO o imóvel sito à AOS 04, BLOCO E, APTO. 209, VAGA DE GARAGEM Nº 103, Brasília/DF ao respectivo arrematante, Sra. Marina Silverio Martins Brito Oliveira, pelo valor de R$ 584.000,00 (quinhentos e oitenta e quatro mil reais) à vista.

Ao Leiloeiro e Equipe de Apoio, conforme Portaria/INSS/DIROFL nº 75, de 21.07.2014, para dar prosseguimento ao processo.

GILVANEIRE CAVALCANTI BELTRÃO

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 10 de dezembro de 2015

O Coordenador-Geral de Recursos Substituto da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46670.002678/2012-87	023089504	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	RJ

ANTÔNIO RIBEIRO RODRIGUES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 9 de dezembro de 2015

Em cumprimento à decisão judicial prolatada nos autos do Processo 0000959-06.2015.5.10.0013, em trâmite na 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do TRT da 10ª Região, o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 27 da Portaria 326, de 1º de março de 2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46206.139315/2014-44
Entidade	ANERSINDICAL - Sindicato Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais
CNPJ	09.051.787/0001-95
Fundamento	NT 1398/2015/CGRS/SRT/MTPS

Tendo em vista a decisão judicial prolatada nos autos do Processo Judicial 000521-04.2012.5.15.0091, da 4ª Vara do Trabalho de Bauru/SP, e Processo Judicial 10226-58.2014.5.15.0090 da 3ª Vara do Trabalho de Bauru/SP, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região; a Nota Técnica 587/2015/AIP/SRT/MTE; a Portaria Ministerial 326/2013, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, EXCLUI da representação do sindstadteesp - sindicato dos trabalhadores, INSTRUTORES, despachante e transporte escolar e anexo do estado de são Paulo, CNPJ 59.974.857/0001-55, Processo Administrativo 24440.015048/91-11, os municípios de Águas de Santa Bárbara, Agudos, Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Álvaro de Carvalho, Alvinlândia, Anhembi, Anhumas, Arandu, Arco-íris, Areiópolis, Assis, Avaí, Avanhandava, Avaré, Balbinos, Barão de Antonina, Barra Bonita, Bastos, Bauru, Bernardino de Campos, Bocaina, Borebi, Botucatu, Braúna, Brotas, Cabrália Paulista, Cafelândia, Caiabu, Caiuá, Campos Novos Paulista, Cândido Mota, Canitar, Cerqueira César, Chavantes, Cruzália, Dois Córregos, Duartina, Echaporã, Emilianópolis, Espírito Santo do Turvo, Euclides da Cunha Paulista, Fartura, Fernão, Flora Rica, Gália, Garça, Getulina, Guaiçara, Herculândia, Iacanga, Iacri, Iaras, Ibirarema, Ibitinga, Ipeê, Igaraçu do Tietê, Indiana, Inúbia Paulista, Irapuru, Itaju, Itapuí, Itirapina, Jaú, João Ramalho, Júlio Mesquita, Junqueirópolis, Lençóis Paulista, Lins, Lucianópolis, Luiziânia, Lupércio, Lutécia, Macatuba, Marabá Paulista, Maracaí, Mariápolis, Marília, Mineiros do Tietê, Mirante do Paranapanema, Nantes, Óleo, Oscar Bressane, Osvaldo Cruz, Ourinhos, Paraguaçu Paulista, Paranapanema, Paulistânia, Pederneiras, Pedrinhas Paulista, Piquerobi, Piraju, Pirapozinho, Piratininga, Platina, Pongaí, Pracinha, Pratânia, Presidente Alves, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Promissão, Quatá, Queiroz, Quintana, Rancharia, Regente Feijó, Reginópolis, Ribeirão do Sul, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sabino, Sagres, Salto Grande, Santa Cruz do Rio Pardo, Santa Maria da Serra, Santo Expedito, Santópolis do Aguapeí, São Manuel, São Pedro do Turvo, Taciba, Taguaí, Tarumã, Torrinha, Tupã, Ubirajara, Uru e Vera Cruz; INCLUI na representação do SINTRAED - TRAB.INSTR.DIRET EM CFC A E B DESP E ANEXOS BRU E REG, CNPJ 04.198.463/0001-60, Processo Administrativo 46000.009344/2002-55, a categoria dos trabalhadores em transporte escolar e NOTIFICA o sindstadteesp - sindicato dos trabalhadores, INSTRUTORES, despachante e transporte escolar e anexo do estado de São Paulo, CNPJ 59.974.857/0001-55, Processo Administrativo 24440.015048/91-11, e o SINTRAED - TRAB.INSTR.DIRET EM CFC A E B DESP E ANEXOS BRU E REG, CNPJ 04.198.463/0001-60, Processo Administrativo 46000.009344/2002-55, para que no prazo de 60 dias encaminhem novo estatuto social, sob pena de suspensão de seus registros, nos termos do art. 30 da Portaria 326/13.

RITA MARIA PINHEIRO
Substituta

Em 9 de dezembro de 2015

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 5º da Portaria 186, de 10 de abril de 2008 c/c o art. 27 da Portaria 326, de 1º de março de 2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46213.008620/2012-34
Entidade	SINDICATO ESTADUAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DA EDUCACAO DE PERNAMBUCO - SINDEDUCACAO
CNPJ	15.368.421/0001-47
Fundamento	NT 1399/2015/CGRS/SRT/MTPS

Processo	46218.006012/2012-45
Entidade	Sindicato dos Municipários de Bom Jesus/RS
CNPJ	08.715.350/0001-46
Fundamento	NT 1401/2015/CGRS/SRT/MTPS

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 5º da Portaria 186, de 10 de abril de 2008 c/c os arts. 26 e 27 da Portaria 326, de 1º de março de 2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR e ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46231.000612/2012-21
Entidade	SINDAF-NF - Sindicato dos Agricultores Familiares de Nova Friburgo - RJ
CNPJ	15.083.216/0001-35
Fundamento	NT 1400/2015/CGRS/SRT/MTPS

Com fulcro nos termos da Decisão Judicial exarada nos autos do Processo 0001592-44.2015.5.10.0004, em trâmite na 4ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 26 da Portaria 326, de 1º de março de 2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46219.026448/2014-11
Entidade	SINDIPESADO - SP - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes, Remoção de Cargas Especiais, Indivisíveis, Excedentes em Peso e Dimensão, Pesadas e Excepcionais do Estado de São Paulo
CNPJ	09.551.018/0001-56
Fundamento	NT 1390/2015/CGRS/SRT/MTPS

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento à decisão judicial prolatada no Processo 0001031-23.2015.5.10.0003, interposto na 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, e com respaldo no art. 26 da Portaria 326, de 1º de março de 2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46205.007824/2014-19
Entidade	Sindicato dos Empregados no Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios de Fortaleza
CNPJ	05.391.366/0001-52
Fundamento	NT 1391/2015/CGRS/SRT/MTPS

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013, nos Artigos 53 e 54 da Lei 9.784/99 e na Nota Técnica 1392/2015/CGRS/SRT/MTPS, resolve ANULAR o ato de publicação do Pedido de Alteração Estatutária 46218.003843/2011-84, de interesse do STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paim Filho, CNPJ 91.273.409/0001-37, publicado no Diário Oficial da União - DOU de 21/07/2015, Seção I, pág. 94, n.° 137, nos termos dos Arts. 53 e 54 da Lei 9.784/99; e, consequentemente, INDEFERIR o processo administrativo 46218.003843/2011-84, nos termos dos arts. 25, parágrafo único e 26, inciso I, da Portaria 326/2013.

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

Em cumprimento à decisão judicial prolatada nos autos do Processo 0001665-95.2015.5.10.0010, interposto na 10ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 26 da Portaria 326, publicada no DOU em 11 de março de 2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR o processo do sindicato abaixo relacionado, em observância ao disposto no art. 26, inciso I, da Portaria 326/2013:

Processo	46222.002443/2015-16
Entidade	SINTRACOMGMAR - Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Atacadista e Varejista de Gêneros Alimentícios de Marabá e Região
CNPJ	22.007.578/0001-02
Fundamento	NT 1397/2015/CGRS/SRT/MTPS

Com fulcro nos termos da decisão judicial exarada nos autos do Processo Judicial 0000539-16.2015.5.10.0008, em trâmite na 8ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 326, de 1° de março de 2013.

Processo	46211.000726/2014-71
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores Empregados no Comércio Atacadista e Varejista de Brumadinho e Região - SINTRECOM/BRUMADINHO
CNPJ	19.527.788/0001-17
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Intermunicipal: Minas Gerais: Bom Sucesso, Bonfim, Brumadinho, Carmo do Cajuru, Carmópolis de Minas, Crucilândia, Itaguara, Itatiaiuçu, Mário Campos, Passa Tempo, Piedade dos Gerais, Piracema, Rio Manso e Sarzedo
Categoria Profissional	Profissional dos Trabalhadores Empregados no Comércio Atacadista e Varejista

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento à decisão judicial prolatada no Processo 0001828-81.2015.5.10.0008, interposto na 8ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 326, de 1° de março de 2013.

Processo	46311.001220/2014-51
Entidade	Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores Agentes de Combate as Endemias da Regional Sul do Maranhão
CNPJ	11.465.644/0001-71
Abrangência	Intermunicipal
Categoria Profissional	Agentes de combate as Endemias

Base Territorial: Maranhão: Açailândia, Amarante do Maranhão, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Buritirana, Campestre do Maranhão, Cidelândia, Davinópolis, Estreito, Formosa da Serra Negra, Fortaleza dos Nogueiras, Governador Edison Lobão, Itinga do Maranhão, João Lisboa, Lajeado Novo, Loreto, Montes Altos, Nova Colinas, Porto Franco, Riachão, Ribamar Fiquene, Sambaíba, São Félix de Balsas, São Francisco do Brejão, São João do Paraíso, São Pedro da Água Branca, São Pedro dos Crentes, São Raimundo das Mangabeiras, Senador La Rocque, Tasso Fragoso e Vila Nova dos Martírios

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pelas entidades abaixo mencionadas, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188, de 05 de julho de 2007 e da Portaria 326, de 1º de março de 2013.

Processo	46223.003370/2011-46
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Jatobá/MA - STTR
CNPJ	04.339.260/0001-47
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Maranão: Jatobá

Categoria Profissional: Trabalhadores e trabalhadoras rurais: os assalariados e assalariadas rurais, permanentes, safristas, e eventuais que exerçam suas atividades na agricultura, criação de animais, silvicultura, hortifruticultura e extrativismo rural, e os agricultores que exerçam suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e extrativistas

Processo	46226.004258/2011-01
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Rio Sono - TO
CNPJ	33.204.587/0001-00
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Tocantins: Rio Sono
Categoria Profissional	Trabalhadores e trabalhadoras rurais: como assalariados e assalariadas rurais, permanentes, safristas e eventuais na agricultura, criação de animais, silvicultura e extrativismo rural; e agricultores e agricultoras que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários, extrativista

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de abril de 2013 e na Nota Técnica 1402/2015/CGRS/SRT/MTPS, resolve ARQUIVAR as impugnações 46000.001814/2014-76 e 46000.001914/2014-01, nos termos do art. 18, incisos III e IX, da Portaria 326/2013; e DEFERIR o Registro de Alteração Estatutária ao SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, Processo 46268.003034/2011-87, CNPJ 56.359.292/0001-08, para representar a categoria dos Trabalhadores rurais os trabalhadores empregados, assalariados em geral, que exercem atividades como trabalhadores nos seguintes setores: a) -Canavieiros: Cortadores, bituqueiros, carregadores, plantadores, e preparadores de aceiros; b) -Citricultura: Plantadores, tratadores, colhedores de frutas e carregadores; c) -Cultura diversificada: Preparadores de terras, semeadores, tratadores, colhedores, carregadores de culturas diversas inclusive viveiros (em esfufas ou não) de horticultura, floricultura, fruticultura e mudas em geral; d) -Granjeiros: Criadores e tratadores de pequenos animais (aves, coelhos, porcos, etc.) para abate ou comercialização de seus produtos; e) -Pecuária: Criadores, cuidadores e tratadores de animais, incluindo os retireiros, os inseminadores artificiais, aqueles que extraem e congelam o semên do gado em geral; f)Reflorestamento, corte de madeira e resinagem: Aqueles que desenvolve a atividade de florestamento e reflorestamento incuíndo o plantio, o tratamento e o corte de árvores, bem como a extração de sua resina; e g) -Extrativismo rural: Aqueles que desenvolvem atividadess de extração vegetal ou animal, silvicultores agropecuários, produtores de carvão vegetal. Parágrafo Segundo: - Nos setores mencionados no parágrafo primeiro, incluem-se os trataristas, os operadores de máquinas, os aplicadores de defensivos agrícolas, os caldeireiros, os irrigadores, os administradores de propriedades rurais e pequenos produtores (proprietários ou não que exerçam atividades rurais, individualmente ou em regime de economia familiar, executando em condições de mútua dependência e colaboração, como ajuda eventual de terceiros., com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Bady Bassitt, Cedral, Ipiguá, Nova Aliança e São José do Rio Preto-SP.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013 e na Nota Técnica 1389/2015/CGRS/SRT/MTPS, resolve DEFERIR o registro sindical ao SINPOSPETRO NITERÓI E REGIÃO - Sindicato dos Empregados em Posto de Serviços de Com-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

bustíveis e Derivados de Petróleo, Troca de Óleo, Lava Rápidos e Loja de Conveniência de Niterói e Região, Processo 46215.004300/2014-57, CNPJ 19.569.506/0001-44, para representar "Os empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo, Troca de Óleo, Lava-Rápidos e Loja de Conveniência, que exerçam função de: Frentista diurno e noturno, gerente, caixa, pessoal de escritório, lavador, valeteiro, enxugador, lubrificador, encarregado, chefe de pista, gerente, recepcionista, vendedor e/ou atendente da loja de conveniência, promotor de vendas, faxineiro" nos municípios de Araruama, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Iguaba Grande, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Petrópolis, São Gonçalo, Saquarema, Tanguá e Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro e EXCLUIR a categoria "Os empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo, Troca de Óleo, Lava-Rápidos e Loja de Conveniência, que exerçam função de: Frentista diurno e noturno, gerente, caixa, pessoal de escritório, lavador, valeteiro, enxugador, lubrificador, encarregado, chefe de pista, gerente, recepcionista, vendedor e/ou atendente da loja de conveniência, promotor de vendas, faxineiro" nos municípios de Araruama, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Iguaba Grande, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Petrópolis, São Gonçalo, Saquarema, Tanguá e Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro, da representação do SINPOSPETRO- RJ - Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ 07.367.053/0001-94, Processo 46000.007576/2005-11.

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA N.º 209, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 233, de 07/12/2015, Seção 1, página 91, onde se lê: "tendo em vista o disposto no artigo 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999", leia-se: "tendo em vista o disposto nos artigos 14 e 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RORAIMA

PORTARIA Nº 96, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DO TRABALHO E EMPREGO EM RORAIMA-SUBSTITUTO, no de sua competência que lhe foi subdelegada pelas Portarias/MTE nº2.002, de 18 de dezembro de 2014, publicada no DOU Nº 246, de 19 de dezembro de 2014 e tendo em vista a instituição ministerial do Sistema HOMOLOGNET e a normatização pela Secretaria de Relações do Trabalho, de acordo com a Portaria GM/MTE nº1.620 e a Instrução Normativa/SRT/MTE nº15, ambas de 14/07/2010, resolve:

Art. 1º - Fica estabelecida a obrigatoriedade da utilização do Sistema HOMOLOGNET a partir de 21 de dezembro de 2015, na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Roraima, para fins de assistência e homologação de rescisão de contrato de trabalho: "O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão, do contrato de trabalho, firmado por empregado com mais de 1(um) ano de serviço, só será válido quando feito com a assistência do respectivo Sindicato ou perante autoridade do Ministério do Trabalho e Previdência Social" (art.477, § 1º, da CLT).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANI DE SOUZA BAESSO.
Substituto

Ministério dos Transportes

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 10 de dezembro de 2015

Referência: Processo ANTT nº 50500.346301/2015-17. Interessada: Agência Nacional de Transportes Terrestres. Assunto: Concessão para Exploração de Trechos de Rodovias Federais. Despacho: Considerando a Nota Técnica emitida pelo Departamento de Concessões da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes e a manifestação emitida pela Consultoria Jurídica, e tendo em vista o Despacho do Ministro de 10/09/2015, publicado no DOU em 11/09/2015, o qual considera os estudos desenvolvidos pela Empresa Global de Projetos Ltda. - EGP como vinculados à concessão e de utilidade para a licitação; tendo em vista que o valor de ressarcimento aprovado pelo referido Despacho ministerial, no importe de R$ 3.343.169,40, diz respeito ao valor máximo nominal para ressarcimento; tendo em vista o disposto no inciso III do §8º do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e na Portaria MT nº 106, de 26 de julho de 2013, resolvo aprovar o Plano de Outorga apresentado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT que visa à concessão para exploração das Rodovias BR-364/GO, entre a divisa MG/GO e o entroncamento com a BR-060(A)/GO, e a BR-365/MG, entre o entroncamento com a LMG 749 (contorno oeste - Uberlândia) e o entroncamento com a BR-364(B) (divisa MG/GO), compreendendo a extensão de 437,0 km.

ANTONIO CARLOS RODRIGUES

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

PORTARIA Nº 670, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de reestruturação da operação regional desta Agência, resolve:

Art. 1º Subordinar às Unidades Regionais os seguintes Postos de Fiscalização sediados nas suas respectivas áreas de abrangência:

a) UNIDADE REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL - URRS

Posto de Fiscalização Rodoviário de Pelotas/RS;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Porto Alegre/RS.

b) UNIDADE REGIONAL DE SÃO PAULO - URSP

Posto de Fiscalização Rodoviário de Atibaia/SP;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Campinas/SP;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Campo Grande/MS;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Cascavel/PR;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Curitiba/PR;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Franca/SP;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Foz do Iguaçu/PR;

Posto de Fiscalização Rodoviário de Lins/SP;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Londrina/PR;

Posto de Fiscalização Rodoviário de Mandirituba/PR;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Maringá/PR;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Ourinhos/SP;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Ponta Grossa/PR;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Presidente Prudente/SP;

Posto de Fiscalização Rodoviário de Registro/SP;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Ribeirão Preto/SP;

Posto de Fiscalização Rodoviário de Roseira/SP;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Santos/SP;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de São José do Rio Preto/SP;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de São José dos Campos/SP;

Posto de Fiscalização Rodoviário de São José dos Pinhais/PR;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Tietê/SP e Sala de Atendimento no Terminal de Barra Funda/SP.

c) UNIDADE REGIONAL DO RIO DE JANEIRO - URRJ

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Angra dos Reis/RJ;

Posto de Fiscalização Rodoviário de Areal/RJ;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Barra Mansa/RJ;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Cachoeiro do Itapemirim/ES;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Campos dos Goytacazes/RJ;

Posto de Fiscalização Rodoviário de Casimiro de Abreu/RJ;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Itaperuna/RJ;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Niterói/RJ;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Novo Rio/RJ;

Posto de Fiscalização Rodoviário de Parada Modelo/RJ;

Posto de Fiscalização Rodoviário de Paraíba do Sul/RJ;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Petrópolis/RJ;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Resende/RJ;

Posto de Fiscalização Rodoviário de Seropédica/RJ;

Posto de Fiscalização Rodoviário de Serra/ES;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Três Rios/RJ;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Vitória/ES;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Volta Redonda/RJ.

d) UNIDADE REGIONAL DE MINAS GERAIS - URMG

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Belo Horizonte/MG;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Governador Valadares/MG;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Juiz de Fora/MG;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Montes Claros/MG;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Pouso Alegre/MG;

Posto de Fiscalização Rodoviário de Pouso Alegre/MG;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Uberaba/MG;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Uberlândia/MG.

e) UNIDADE REGIONAL DA BAHIA - URBA

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Feira de Santana/BA;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Teixeira de Freitas/BA;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Salvador/BA;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Aracajú/SE.

f) UNIDADE REGIONAL DO CEARÁ - URCE

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Floriano/PI;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Fortaleza/CE e Sala de Atendimento no Terminal Rodoviário Antonio Bezerra/CE;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Juazeiro do Norte/CE;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Parnaíba/PI;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Picos/PI;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Teresina/PI.

g) UNIDADE REGIONAL DO MARANHÃO - URMA

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Araguaína/TO;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Belém/PA;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Imperatriz/MA;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Marabá/PA;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Macapá/AP;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Palmas/TO;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Peritoró/MA;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Santa Inês/MA;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de São Luis/MA.

h) UNIDADE REGIONAL DE PERNAMBUCO - URPE

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Recife/PE;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Salgueiro/PE;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Caruaru/PE;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Petrolina/PE;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de João Pessoa/PB;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Campina Grande/PB;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Maceió/AL;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Juazeiro/BA;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Natal/RN.

i) UNIDADE REGIONAL DO CENTRO NORTE - URCN

Posto de Fiscalização/Atendimento na Nova Rodoviária de Brasília/DF;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário do Plano Piloto/Metropolitano de Brasília/DF;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Taguatinga/DF;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Manaus/AM;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Goiânia/GO;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Jataí/GO;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Ponto de Entroncamento de Jataí/GO;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Cuiabá/MT;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Boa Vista/RR;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Porto Velho/RO;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Rio Branco/AC.

j) UNIDADE REGIONAL DE SANTA CATARINA - URSC

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Balneário Camboriú/SC;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Chapecó/SC;

Posto de Fiscalização Rodoviário de Correia Pinto/SC;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Florianópolis/SC;

Posto de Fiscalização Rodoviário de Itapema/SC;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Joinville/SC;

Posto de Fiscalização/Atendimento no Terminal Rodoviário de Lages/SC;

Art. 2º Determinar que as equipes alocadas nos Postos de Fiscalização de Fronteira - PFF fiquem vinculados à Unidade Regional da seguinte forma:

a) UNIDADE REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL - URRS

Posto de Fiscalização de Fronteira na Aduana de Chuí/RS;

Posto de Fiscalização de Fronteira na Aduana de São Borja/RS;

Posto de Fiscalização de Fronteira na Aduana de Uruguaiana/RS.

b) UNIDADE REGIONAL DE SÃO PAULO - URSP

Posto de Fiscalização de Fronteira na Aduana de Foz do Iguaçu/PR - Ponte Internacional da Amizade;

Posto de Fiscalização de Fronteira na Aduana de Foz do Iguaçu/PR - Ponte Tancredo Neves.

Art. 3º Determinar que as equipes alocadas nos Postos de Pesagem Veicular - PPV fiquem vinculados à Unidade Regional da seguinte forma:

a) UNIDADE REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL - URRS.

Posto de Pesagem Veicular da BR-290 km 65,0 sentido Porto Alegre/Osório (Gravataí);

Posto de Pesagem Veicular da BR-290 km 65,0 sentido Osório/Porto Alegre (Gravataí);

Posto de Pesagem Veicular da BR-290 km 110,0 sentido Porto Alegre/Guaíba (Eldorado);

Posto de Pesagem Veicular da BR-392 km 48 sentido Pelotas/Rio Grande (Rio Grande - Capão Seco);

Posto de Pesagem Veicular da BR-116 km 509,3 sentido Pelotas/Camaquã (Retiro).

b) UNIDADE REGIONAL DE SÃO PAULO - URSP

Posto de Pesagem Veicular da BR-116 km 1,0 sentido São Paulo/Rio de Janeiro (Queluz);

Posto de Pesagem Veicular da BR-116 km 179,0 sentido Rio de Janeiro/São Paulo (Guararema);

Posto de Pesagem Veicular da BR-116 km 207,5 sentido São Paulo/Rio de Janeiro (Guarulhos/Bonsucesso);

Posto de Pesagem Veicular da BR-116 km 208,0 sentido Rio de Janeiro/São Paulo (Itapecerica da Serra);

Posto de Pesagem Veicular da BR-116 km 387,0 sentido Curitiba/São Paulo (Miracatu);

Posto de Pesagem Veicular da BR-116, bases em São Paulo;

Posto de Pesagem Veicular da BR-116 km 130,0, sentido Curitiba/Porto Alegre (Fazenda Rios Grande);

Posto de Pesagem Veicular da BR-116 km 193,0 sentido Porto Alegre/Curitiba (Rio Negro - Campo do Tenente);

Posto de Pesagem Veicular da BR-116, bases no Paraná;

Posto de Pesagem Veicular da BR-163/MS km 734 sentido Cuiabá/Campo Grande (Coxim);

Posto de Pesagem Veicular da BR-163/MS km 323,39 sentido Campo Grande/Dourados (Rio Brilhante).

c) UNIDADE REGIONAL DO RIO DE JANEIRO - URRJ

Posto de Pesagem Veicular da BR-116 km 217,95 sentido Rio de Janeiro/São Paulo (Paracambi);

Posto de Pesagem Veicular da BR-116 km 301,9 sentido Rio de Janeiro/São Paulo (Resende);

Posto de Pesagem Veicular da BR-116 km 217,0 sentido São Paulo/Rio de Janeiro (Paracambi);

Posto de Pesagem Veicular da BR-116 km 250,0 sentido São Paulo/Rio de Janeiro (Piraí);

Posto de Pesagem Veicular da BR-116 km 7,7 sentido Além Paraíba/Teresópolis (Além Paraíba);

Posto de Pesagem Veicular da BR-116 km 127,0 sentido Rio de Janeiro/Teresópolis (Três Rios);

Posto de Pesagem Veicular da BR-116 km 131,0 sentido Teresópolis/Rio de Janeiro (Magé - Guapimirim);

Posto de Pesagem Veicular da BR-040 km 104,0 sentido Rio de Janeiro/ Juiz de Fora (Xerém - Duque de Caxias);

Posto de Pesagem Veicular da BR-040 km 802,0 sentido Juiz de Fora/Rio de Janeiro (Matias Barbosa);

Posto de Pesagem Veicular da BR-393 km 137,0 sentido Volta Redonda/Além Paraíba (Sapucaia);

Posto de Pesagem Veicular da BR-393 km 275,0 sentido Volta Redonda/Além Paraíba (Barra do Piraí);

Posto de Pesagem Veicular da BR-393;

Posto de pesagem veicular da BR-101, bases no Rio de Janeiro;

Posto de Pesagem Veicular da BR-101/ES km 137,5 sentido Salvador/Vitória (Linhares);

Posto de Pesagem Veicular da BR-101/ES km 249,5 sentido Vitória/Salvador (Serra);

Posto de Pesagem Veicular da BR-101/ES km 301,7 sentido Vitória/Rio de Janeiro (Viana);

Posto de Pesagem Veicular da BR-101/ES km 390,5 sentido Rio de Janeiro/Vitória (Rio Novo do Sul);

Posto de Pesagem Veicular da BR-116 km 71 sentido Além Paraíba/Rio de Janeiro (Teresópolis).

d) UNIDADE REGIONAL DE MINAS GERAIS - URMG

Posto de Pesagem Veicular da BR-381 km 690,5 sentido Belo Horizonte/São Paulo (Lavras);

Posto de Pesagem Veicular da BR-381, bases em Minas Gerais;

Posto de Pesagem Veicular da BR-381 km 844,5 sentido São Paulo/Belo Horizonte (São Sebastião da Bela Vista);

Posto de Pesagem Veicular da BR-262/MG km 673 sentido Araxá/Belo Horizonte (Araxá);

Posto de Pesagem Veicular da BR-153/MG km 175 sentido São Paulo/Goiânia (Comendador Gomes);

Posto de Pesagem Veicular da BR-040/MG km 663,5 sentido Carandaí/Barbacena (Carandaí);
Posto de Pesagem Veicular da BR-040/MG km 148 sentido Paracatu/Entroncamento de Patos de Minas (João Pinheiro);Posto de Pesagem Veicular da BR-101/ES km 309,5 sentido Belo Horizonte/Sete Lagos. (Ribeirão das Neves).

e) UNIDADE REGIONAL DE SANTA CATARINA - URSC

Posto de Pesagem Veicular da BR-101 km 14,5 sentido Florianópolis/Curitiba (Garuva);

Posto de Pesagem Veicular da BR-101 km 152,5, sentido Curitiba/Florianópolis (Itapema);

Posto de Pesagem Veicular da BR-101, bases em Santa Catarina.

Art. 4º Em casos excepcionais, por ato do Diretor-Geral, poderão ser criadas estruturas temporárias para administrar ações vinculadas a Postos de Fiscalização/Atendimento, com características especiais, que justifiquem uma supervisão local e imediata.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as Portarias nº 205 de 29 de maio de 2014, nº 399 de 20 de outubro de 2014 e nº 129 de 19 de março de 2015.

JORGE BASTOS

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 4.946, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015

Defere o pedido de Autorização Especial do serviço Aparecida de Goiânia/GO - Palmas/TO à empresa KANDANGO TRANSPORTE E TURISMO LTDA..

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DCN - 259, de 13 de novembro de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.177047/2015-92, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Autorização Especial do serviço Aparecida de Goiânia/GO - Palmas/TO à empresa KANDANGO TRANSPORTE E TURISMO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.233.439/0001-52.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 4.954, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Determina à Concessionária MRS Logística S/A que construa nova passarela para travessia de pedestres sobre a linha ferroviária concedida, no Município de Seropédica/RJ.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no art. 6º, § 1º, da Lei nº 8.987, de 12 de fevereiro de 1995; art. 4º, inciso I, art. 10, § 3º e art. 54, incisos II e VI, do Decreto nº 1.832, de 4 de março de 1996; e no Voto DSL - 070, de 3 de dezembro de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.212255/2015-45; e

CONSIDERANDO o disposto na Cláusula Quinta, Item 5.2, §§ 2º e 3º; e na Cláusula Nona, Item 9.1, incisos VIII, XVI e XXIII, resolve:

Art. 1º Determinar à Concessionária MRS Logística S/A que construa nova passarela para travessia de pedestres sobre a linha ferroviária concedida, no Município de Seropédica/RJ, sem que tal obrigação possa ensejar o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 4.955, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Indefere o pedido de Autorização Especial do serviço Icaraí de Minas (MG) - Taguatinga (DF) à empresa Expresso Ramos Ltda.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMB - 080, de 4 de dezembro de 2015, na Deliberação nº 093, de 11 de março de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.141146/2015-36, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização Especial do serviço Icaraí de Minas (MG) - Taguatinga (DF) à empresa Expresso Ramos Ltda.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 4.956, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Indefere o pedido de transferência de serviço da empresa Reunidas S.A. - Transportes Coletivos para empresa Reunidas Turismo S.A.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto nas Resoluções nº 2.868, de 4 de setembro de 2008, e nº 3.076, de 26 de março de 2009, e fundamentada no Voto DMB - 083, de 4 de dezembro de 2015 e no que consta do Processo nº 50500.215293/2015-50, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de transferência do serviço Santa Rosa (RS) - Joinville (SC), prefixo nº 10-1341-01, operado no regime de autorização especial, da empresa Reunidas S.A. - Transportes Coletivos para a empresa Reunidas Turismo S.A.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 4.957, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Autoriza a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições que lhe conferem os arts. 24, inciso V, 26, incisos II e III, 43 e 44, da Lei n.º 10.233, de 05 de julho de 2001, fundamentada no Voto DCN - 283, de 4 de dezembro de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.368503/2015-10, resolve:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º A Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS deverá disponibilizar às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Resolução no Diário Oficial da União.

Art. 3º A não observância ao art. 9º da Resolução nº 4.777, de 06 de julho de 2015, implica na renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º A ANTT deverá declarar a nulidade do Termo de Autorização quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados os princípios da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A ANTT poderá extinguir a autorização mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apurada em processo regular instaurado conforme disposto em Resolução.

Art. 6º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução nº 4.777/2015 e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 7º A não observância ao disposto nesta Resolução implicará na aplicação das sanções previstas em Resolução específica.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

ANEXO

Razão Social: AGÊNCIA CANYON DO SÃO FRANSCISCO VIAGENS E TURISMO LTDA.
TAF nº: 29.7063 - CNPJ: 07.898.336/0001-62
Razão Social: ALEXANDRO PEREIRA DA SILVA - ME
TAF nº: 43.8131 - CNPJ: 01.128.270/0001-45
Razão Social: ANC TURISMO LTDA. - ME
TAF nº: 43.9053 - CNPJ: 09.321.649/0001-89
Razão Social: ANGELA MARIA OLIVEIRA SOUZA - ME
TAF nº: 31.8142 - CNPJ: 18.464.284/0001-32
Razão Social: ARARA AZUL TURISMO LTDA. - ME
TAF nº: 32.7200 - CNPJ: 13.125.913/0001-86
Razão Social: ARITUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA.
TAF nº: 32.3220 - CNPJ: 01.712.282/0001-12
Razão Social: ARMINDO CARLOS VENTURA - ME
TAF nº: 31.9065 - CNPJ: 22.331.178/0001-58
Razão Social: ATRIO TRANSPORTE RODOVIARIO DE PASSAGEIROS LTDA - ME

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TAF nº: 41.9068 - CNPJ: 04.271.533/0001-69
Razão Social: AUTO VIAÇÃO M.M. SOUZA TURISMO LTDA.
TAF nº: 35.1665 - CNPJ: 55.140.818/0001-00
Razão Social: AVILADAHER ESCOLAR E TURISMO - ME
TAF nº: 52.7814 - CNPJ: 14.588.658/0001-70
Razão Social: AW TRANSPORTE E FRETAMENTO LTDA - ME
TAF nº: 31.9057 - CNPJ: 23.153.722/0001-81
Razão Social: BR 500 TRASNPORTES EIRELI
TAF nº: 33.9061 - CNPJ: 04.850.455/0001-57
Razão Social: BRASIL TURISMO E FRETAMENTO LTDA. - ME
TAF nº: 31.9054 - CNPJ: 17.094.439/0001-23
Razão Social: BRITES & FIGUEIREDO TRANSPORTES LTDA. - ME
TAF nº: 31.6330 - CNPJ: 10.486.003/0001-30
Razão Social: BUTIATUR - EXPRESSO DE VIAGENS LTDA.
TAF nº: 43.2918 - CNPJ: 02.238.124/0001-35
Razão Social: C & B VIAGENS LTDA. - ME
TAF nº: 31.9062 - CNPJ: 23.302.827/0001-55
Razão Social: CEMA TRANSPORTES LTDA. - ME
TAF nº: 41.7760 - CNPJ: 14.728.231/0001-20
Razão Social: CIBELI MARIA DALCORTIVO - ME
TAF nº: 41.8009 - CNPJ: 10.293.870/0001-50
Razão Social: COMERCIO DE DOCES REGINA MARTINS LTDA.
TAF nº: 41.7929 - CNPJ: 80.213.176/0001-60
Razão Social: CRISTINA MARIA MARTINS VIEIRA LOCAÇÕES - ME
TAF nº: 31.9066 - CNPJ: 12.561.065/0001-95
Razão Social: CUNHA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. - ME
TAF nº: 33.6415 - CNPJ: 10.686.507/0001-02
Razão Social: DU TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA. - ME
TAF nº: 35.6411 - CNPJ: 01.687.889/0001-90
Razão Social: E. J. I. FIEL TURISMO LTDA.
TAF nº: 33.1976 - CNPJ: 03.632.896/0001-10
Razão Social: EDITE VIAGENS E TURISMO LTDA. - EPP
TAF nº: 41.6849 - CNPJ: 07.115.712/0001-03
Razão Social: EDVALTER & EDVAGNER LTDA. - ME
TAF nº: 31.7996 - CNPJ: 08.094.003/0001-43
Razão Social: ELIS M. P. GIRARDELLO TRANSPORTES
TAF nº: 43.7223 - CNPJ: 13.566.318/0001-86
Razão Social: EMPRESA DE ONIBUS NOSSA SENHORA DA PENHA S/A
TAF nº: 41.1017 - CNPJ: 76.539.600/0001-94
Razão Social: EXPRESSO CRISTÁLIA LTDA.
TAF nº: 35.3091 - CNPJ: 46.379.152/0001-48
Razão Social: F. S. VIAGENS E TURISMO LTDA. - ME
TAF nº: 23.9055 - CNPJ: 21.278.083/0001-55
Razão Social: FABIO BEGHINI SIQUEIRA - ME
TAF nº: 31.9067 - CNPJ: 18.695.334/0001-92
Razão Social: FALCON TRANSPORTES LTDA. - ME
TAF nº: 53.9075 - CNPJ: 08.790.864/0001-66
Razão Social: FC RECEPTIVO TURISTICO LTDA. - ME
TAF nº: 31.9059 - CNPJ: 20.443.472/0001-26
Razão Social: GILBERTO FERREIRA DA SILVA E CIA LTDA.
TAF nº: 41.7186 - CNPJ: 04.367.062/0001-97
Razão Social: GIRLENE RODRIGUES ARAUJO EIRELI - ME
TAF nº: 50.9058 - CNPJ: 20.053.349/0001-07
Razão Social: GOLDEN BUS LTDA.
TAF nº: 31.2802 - CNPJ: 03.284.559/0001-89
Razão Social: GUIMATUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA.
TAF n.º: 50.7062 - CNPJ: 10.788.896/0001-79
Razão Social: HELIODORA TURISMO LTDA. - ME
TAF nº: 31.0522 - CNPJ: 25.512.971/0001-41
Razão Social: HYD BRAZILIAN TOURS VIAGENS LTDA.
TAF nº: 33.7384 - CNPJ: 02.447.633/0001-78
Razão Social: IRAIDES PIMENTA DE FREITAS
TAF nº: 31.6199 - CNPJ: 10.217.473/0001-07
Razão Social: ITACOL - ITAOCARA COLETIVOS LTDA. - ME
TAF nº: 33.2304 - CNPJ: 00.535.947/0001-05
Razão Social: ITAMAR ANDRE KNOP - ME
TAF nº: 43.9074 - CNPJ: 03.877.619/0001-77
Razão Social: J. E. SILVA DE JESUS - ME
TAF nº: 53.9063 - CNPJ: 18.128.236/0001-73
Razão Social: JOSE ZEFERINO DIAS TRANSPORTE - ME
TAF nº: 35.8045 - CNPJ: 17.833.218/0001-20
Razão Social: L & J TRANSPORTE RODOVIARIO DE PASSAGEIROS LTDA. - ME
TAF nº: 31.9064 - CNPJ: 18.126.246/0001-70
Razão Social: LORRAINE TRANSPORTE E TURISMO LTDA.
TAF nº: 31.6112 - CNPJ: 09.628.161/0001-07
Razão Social: M. R. GOMES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS - ME
TAF nº: 22.9069 - CNPJ: 23.167.159/0001-09
Razão Social: MARCELO SOARES RIBEIRO - ME
TAF nº: 24.8134 - CNPJ: 18.009.800/0001-39
Razão Social: MEGATUR LTDA EPP
TAF nº: 32.2436 - CNPJ: 35.959.147/0001-98
Razão Social: NAMBEI TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA.
TAF nº: 35.0646 - CNPJ: 58.717.489/0001-05
Razão Social: PAPA-LEGUAS TURISMO LTDA.
TAF nº: 21.6420 - CNPJ: 10.530.257/0001-09
Razão Social: PAULO SERGIO TRANSPORTE E TURISMO LTDA.
TAF nº: 32.9072 - CNPJ: 19.129.996/0001-68
Razão Social: PEVIDOR TURISMO LTDA. - ME
TAF nº: 51.6938 - CNPJ: 12.211.981/0001-03
Razão Social: PIACERE VIAGENS E TURISMO EIRELI - EPP
TAF nº: 42.8095 - CNPJ: 04.032.919/0001-18
Razão Social: PRODUTIVA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA.
TAF nº: 43.5195 - CNPJ: 02.405.127/0001-16
Razão Social: RIBEIRO JUNIOR TRANSPORTES TURISMO LOCAÇÕES E EVENTOS LTDA.
TAF nº: 35.4560 - CNPJ: 07.068.266/0001-15
Razão Social: RIONETUR TRANSPORTES LTDA. - ME
TAF nº: 41.2790 - CNPJ: 00.118.709/0001-96
Razão Social: SAIRATUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA.
TAF nº: 43.0639 - CNPJ: 02.021.100/0001-20
Razão Social: SANTOS & ARAUJO TRANSPORTES LTDA.
TAF nº: 52.7884 - CNPJ: 17.393.721/0001-01
Razão Social: SILVEIRA E GONÇALVES TURISMO LTDA. - ME
TAF nº: 31.8119 - CNPJ: 15.192.376/0001-12
Razão Social: SINVAL TUR LTDA.
TAF nº: 25.1089 - CNPJ: 05.010.994/0001-40
Razão Social: SOLANGE ANNA MARCANTE DALLAGNOL TRANSPORTE DE PASSGEIROS
TAF nº: 41.9056 - CNPJ: 22.219.094/0001-27
Razão Social: SONHAR TRANSPORTES E TUIRSMO LTDA. - ME
TAF nº: 31.9060 - CNPJ: 21.758.260/0001-09
Razão Social: SV VIEIRA SERVIÇOS - ME
TAF nº: 31.8111 - CNPJ: 18.020.341/0001-94
Razão Social: TONIETTO TURISMO LTDA. - ME
TAF nº: 43.4312 - CNPJ: 01.415.684/0001-55
Razão Social: TRANSPORTES IRMÃOS CÉ LTDA.
TAF nº: 43.3061 - CNPJ: 87.297.040/0001-25
Razão Social: UNIÃO-TUR LTDA.
TAF nº: 31.3974 - CNPJ: 07.009.918/0001-40
Razão Social: VIAÇAO CAMPESTRE LTDA. - ME
TAF nº: 31.8117 - CNPJ: 09.254.364/0001-72
Razão Social: VIAÇÃO JOSEPH HYGGOR LTDA. - ME
TAF nº: 28.8187 - CNPJ: 05.469.602/0001-06
Razão Social: VIAÇAO MARVIN LTDA. - ME
TAF nº: 31.9070 - CNPJ: 22.891.614/0001-43
Razão Social: VIAÇÃO RODRIGUES LOCAÇÃO E TRANSPORTE LTDA. - ME
TAF nº: 32.9073 - CNPJ: 20.509.123/0001-60
Razão Social: VIVIAN RG 2007 LOCAÇAO DE TRANSPORTE E TURISMO LTDA.
TAF nº: 33.5482 - CNPJ: 08.612.553/0001-07
Razão Social: W A LOCAÇÃO E TRANSPORTES EIRELI
TAF nº: 31.9071 - CNPJ: 15.753.642/0001-39
Razão Social: W. T. TRANSPORTE TURISMO LTDA. - ME
TAF nº: 52.4334 - CNPJ: 01.349.595/0001-58
Razão Social: WELBERT TURISMO LTDA.
TAF nº: 31.1381 - CNPJ: 02.803.661/0001-80
Razão Social: WEST SUL TURISMO LTDA.
TAF nº: 43.7067 - CNPJ: 11.865.543/0001-98

RESOLUÇÃO Nº 4.958, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Aplica a pena alternativa de multa à empresa EXPRESSO SÃO BENTO LTDA..

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DCN - 280, de 4 de dezembro de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.118302/2015-65, resolve:

Art. 1º Aplicar a pena alternativa de multa à empresa EXPRESSO SÃO BENTO LTDA. inscrita no CNPJ sob o nº 76.544.501/0001-09, no valor de R$ 20.317,26 (vinte mil, trezentos e dezessete reais e vinte e seis centavos), em conformidade com o art. 5º da Resolução nº 3.705, de 26 de março de 2009.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 4.959, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Aplica a Pena de Declaração de Inidoneidade à empresa EXPRESSO RAMOS LTDA., com a consequente cassação do Certificado de Registro para Fretamento - CRF.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DCN - 281, de 4 de dezembro de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.040891/2011-35, resolve:

Art. 1º Aplicar a Pena de Declaração de Inidoneidade à empresa EXPRESSO RAMOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 07.347.588/0001-01, pelo prazo de 03 (três) anos, com a consequente cassação de seu Certificado de Registro para Fretamento - CRF, em conformidade os §§ 1º e 5º do art. 36, e o inciso VI do art. 86, ambos do Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998, bem como o art. 61, inciso VI da Resolução nº 4.777, de 06 de julho de 2015, c/c o artigo 78-A, incisos IV e V da Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 4.960, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Autoriza a empresa JS Serviços Logísticos Ltda. para operar o serviço Cabedelo (PB) - Igarassu (PE).

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMB - 086, de 8 de dezembro de 2015, na Deliberação nº 093, de 11 de março de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.116826/2015-11, resolve:

Art. 1º Autorizar o pedido de Autorização Especial do serviço Cabedelo (PB) - Igarassu (PE) à empresa JS Serviços Logísticos Ltda.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 4.961, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Autoriza a transferência de serviços da empresa Viação Nasser Ltda. para empresa Viação Santa Cruz Ltda.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto nas Resoluções nº 2.868, de 4 de setembro de 2008, e nº 3.076, de 26 de março de 2009, e fundamentada no Voto DMV - 098, de 9 de dezembro de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.215858/2015-07, resolve:

Art. 1º Autorizar o pedido de transferência dos serviços GUAXUPÉ (MG) - MOCOCA (SP), prefixo nº 06-0399-00, GUAXUPÉ (MG) - SÃO PAULO (SP), prefixo nº 06-0494-00, GUAXUPÉ (MG) - SÃO PAULO (SP), VIA CASA BRANCA (SP), prefixo nº 06-0495-00, MONTE BELO (MG) - SÃO PAULO (SP), prefixo nº 06-0495-01, GUAXUPÉ (MG) - SÃO PAULO (SP), VIA MOCOCA (SP), prefixo nº 06-0575-00, SÃO SEBASTIÃO DO PARAISO (MG) - SÃO PAULO (SP), prefixo nº 06-0578-00, SÃO SEBASTIÃO DO PARAISO (MG) - SÃO PAULO (SP), prefixo nº 06-0578-01, SÃO SEBASTIÃO DO PARAISO (MG) - CAMPINAS (SP), VIA ARCEBURGO, prefixo nº 06-0579-00, MONTE SANTO DE MINAS (MG) - MOCOCA (SP), prefixo nº 06-0580-20, GUAXUPÉ (MG) - CAMPINAS (SP), VIA MOCOCA (SP), prefixo nº 06-0899-00, GUAXUPÉ (MG) - CAMPINAS (SP), VIA CASA BRANCA, prefixo nº 06-0900-00, GUAXUPÉ (MG) - SÃO JOSÉ DO RIO PARDO (SP), prefixo nº 06-0907-00, SÃO SEBASTIÃO DO PARAISO (MG) - MOCOCA (SP), prefixo nº 06-0921-00, SÃO SEBASTIÃO DO PARAISO (MG) - CAMPINAS (SP), VIA MILAGRES, prefixo nº 06-0958-00 e GUAXUPÉ (MG) - TAPIRATIBA (SP), prefixo nº 06-1471-00, operados no regime de autorização especial, da Viação Nasser Ltda. para Viação Santa Cruz Ltda.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 397, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 069, de 3 de dezembro de 2015, e

CONSIDERANDO as disposições contidas nos arts. 24, VIII, 26, VII, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; nos arts. 3º, IX e XXII, e 5º, VII, do anexo do Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002; nas manifestações das áreas técnica e jurídica procedidas nos autos do Processo nº 50515.049735/2014-13, delibera:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Conhecer o Recurso interposto pela Concessionária Autopista Régis Bittencurt Sul S.A e, no mérito, negar-lhe provimento, julgando improcedentes os argumentos trazidos, conforme fundamentado nos autos do processo em epígrafe.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 402, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 084, de 30 de novembro de 2015, e no que consta do Processo n.º 50500.329553/2015-73, delibera:

Art. 1º Encaminhar ao Exm.º Senhor Ministro de Estado dos Transportes a proposta de Declaração de Utilidade Pública de imóveis adjacentes à Rodovia BR-163/MS, abrangidos e delimitados pelas coordenadas topográficas descritas nas plantas e nos memoriais descritivos constantes do referido processo, situados no município de Bandeirantes, no estado de Mato Grosso do Sul, necessários à execução das obras de implantação de dispositivo tipo diamante no km 550+100m.

Art. 2º As descrições das áreas mencionadas no art. 1º constam do Anexo a esta Deliberação.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

ANEXO

I - Área 01, a ser declarada de utilidade pública, conforme planta DE-06-BR163/MS-550-1-D03-001, situa-se às margens da Rodovia BR-163/MS, no km 550+100m, na Pista Sul, no Município de Bandeirantes e na Comarca de Bandeirantes, com linha de divisa partindo do ponto denominado 01 de coordenadas N=7796917,972388 e E=775034,773170, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2 - em linha reta com azimute 168°19'49", distância de 26,61m; segmento 2 - 3 - em linha reta com azimute 167°20'44", distância de 28,89m; segmento 3 - 4 - em linha reta com azimute 165°59'47", distância de 47,18m; segmento 4 - 5 - em linha reta com azimute 165°26'19", distância de 44,85m; segmento 5 - 6 - em linha reta com azimute 324°13'59", distância de 156,44m; segmento 6 - 7 - em linha reta com azimute 266°59'54", distância de 15,16m; segmento 7 - 8 - em linha reta com azimute 76°25'24", distância de 59,55m; segmento 8 - 1 - em linha reta com azimute 76°56'18", distância de 14,67m; perfazendo uma área de 4.370,12m² (quatro mil, trezentos e setenta metros quadrados e doze decímetros quadrados);

II - Área 02, a ser declarada de utilidade pública, conforme planta DE-06-BR163/MS-550-1-D03-001, situa-se às margens da Rodovia BR-163/MS, no km 550+100m, na Pista Sul, no Município de Bandeirantes e na Comarca de Bandeirantes, com linha de divisa partindo do ponto denominado 01 de coordenadas N=7797095,646690 e E=775009,614305, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2 - em linha reta com azimute 174°15'35", distância de 47,35m; segmento 2 - 3 - em linha reta com azimute 172°39'15", distância de 43,16m; segmento 3 - 4 - em linha reta com azimute 171°19'55", distância de 31,39m; segmento 4 - 5 - em linha reta com azimute 169°55'7", distância de 19,79m; segmento 5 - 6 - em linha reta com azimute 261°25'34", distância de 14,71m; segmento 6 - 7 - em linha reta com azimute 261°29'39", distância de 12,71m; segmento 7 - 8 - em linha reta com azimute 257°43'57", distância de 52,47m; segmento 8 - 9 - em linha reta com azimute 70°41'1", distância de 20,64m; segmento 9 - 1 - em linha reta com azimute 15°12'36", distância de 154,22m; perfazendo uma área de 4.140,52m² (quatro mil, cento e quarenta metros quadrados e cinquenta e dois decímetros quadrados); e

III - Área 03, a ser declarada de utilidade pública, conforme planta DE-06-BR163/MS-550-1-D03-001, situa-se às margens da Rodovia BR-163/MS, no km 550+100m, no Pista Norte, no Município de Bandeirantes e no Comarca de Bandeirantes, com linha de divisa partindo do ponto denominado 01 de coordenadas N=7796724,591358 e E=775155,053215, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2 - em linha reta com azimute 345°9'34", distância de 115,12m; segmento 2 - 3 - em linha reta com azimute 345°40'20", distância de 27,66m; segmento 3 - 4 - em linha reta com azimute 346°51'9", distância de 35,98m; segmento 4 - 5 - em linha reta com azimute 348°9'33", distância de 34,49m; segmento 5 - 6 - em linha reta com azimute 349°36'15", distância de 38,25m; segmento 6 - 7 - em linha reta com azimute 350°29'29", distância de 26,15m; segmento 7 - 8 - em linha reta com azimute 351°43'34", distância de 30,38m; segmento 8 - 9 - em linha reta com azimute 353°17'22", distância de 56,66m; segmento 9 - 10 - em linha reta com azimute 354°54'48", distância de 30,91m; segmento 10 - 11 - em linha reta com azimute 355°51'8", distância de 19,73m; segmento 11 - 12 - em linha reta com azimute 85°57'25", distância de 11,83m; segmento 12 - 13 - em linha reta com azimute 175°50'1", distância de 37,54m; segmento 13 - 14 - em linha reta com azimute 156°43'11", distância de 108,01m; segmento 14 - 15 - em linha reta com azimute 78°12'5", distância de 20,81m; segmento 15 - 16 - em linha reta com azimute 173°16'49", distância de 33,06m; segmento 16 - 17 - em linha reta com azimute 256°21'37", distância de 10,52m; segmento 17 - 18 - em linha reta com azimute 181°25'18", distância de 13,57m; segmento 18 - 19 - em linha reta com azimute 102°31'3", distância de 32,16m; segmento 19 - 20 - em linha reta com azimute 197°46'2", distância de 40,19m; segmento 20 - 21 - em linha reta com azimute 281°2'0", distância de 17,98m; segmento 21 - 1 - em linha reta com azimute 178°16'4", distância de 184,94m; perfazendo uma área de 12.636,50m² (doze mil, seiscentos e trinta e seis metros quadrados e cinquenta decímetros quadrados).

DELIBERAÇÃO Nº 403, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 085, de 30 de novembro de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.329556/2015-15, delibera:

Art. 1º Encaminhar ao Exm.º Senhor Ministro de Estado dos Transportes a proposta de Declaração de Utilidade Pública de imóveis adjacentes à Rodovia BR-163/MS, abrangidos e delimitados pelas coordenadas topográficas descritas nas plantas e nos memoriais descritivos constantes do referido processo, situados no município de Rio Brilhante, no estado de Mato Grosso do Sul, necessários à execução das obras de implantação de dispositivo tipo diamante no km 323+300m.

Art. 2º As descrições das áreas mencionadas no art. 1º constam do Anexo a esta Deliberação.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

ANEXO

I - Área 01, a ser declarada de utilidade pública, conforme planta DE-06-BR163/MS-323-3-D03-001, situa-se às margens da Rodovia BR-163/MS, no km 323+300m, na Pista Sul, no Município de Rio Brilhante e na Comarca de Rio Brilhante, consta pertencer a AGRÍCOLA PANORAMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. E/OU OUTROS, com linha de divisa partindo do ponto denominado 01 de coordenadas N=7588984,602931 e E=755693,288315, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2 - em linha reta com azimute 181°38'19", distância de 37,56m; segmento 2 - 3 - em linha reta com azimute 190°10'51", distância de 48,46m; segmento 3 - 4 - em linha reta com azimute 188°27'56", distância de 16,17m; segmento 4 - 5 - em linha reta com azimute 2°34'36", distância de 111,03m; segmento 5 - 1 - em linha reta com azimute 144°0'5", distância de 11,96m; perfazendo uma área de 573,54m² (quinhentos e setenta e três metros quadrados e cinquenta e quatro decímetros quadrados);

II - Área 02, a ser declarada de utilidade pública, conforme planta DE-06-BR163/MS-323-3-D03-001, situa-se às margens da Rodovia BR-163/MS, no km 323+300m, na Pista Sul, no Município de Rio Brilhante e na Comarca de Rio Brilhante, consta pertencer a NERI MACHADO DOS SANTOS - ME E/OU OUTROS, com linha de divisa partindo do ponto denominado 01 de coordenadas N=7589130,388852 e E=755655,722345, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2 - em linha reta com azimute 214°29'47", distância de 5,52m; segmento 2 - 3 - em linha reta com azimute 244°9'38", distância de 9,10m; segmento 3 - 4 - em linha reta com azimute 263°54'29", distância de 12,27m; segmento 4 - 5 - em linha reta com azimute 294°34'0", distância de 16,97m; segmento 5 - 1 - em linha reta com azimute 85°56'24", distância de 39,05m; perfazendo uma área de 215,79m² (duzentos e quinze metros quadrados e setenta e nove decímetros quadrados); e

III - Área 03, a ser declarada de utilidade pública, conforme planta DE-06-BR163/MS-323-3-D03-001, situa-se às margens da Rodovia BR-163/MS, no km 323+300m, na Pista Norte, no Município de Rio Brilhante e na Comarca de Rio Brilhante, consta pertencer a HÉLIO VIEIRA ROCHA E S/M MARIA BIANCHI ROCHA E/OU OUTROS, com linha de divisa partindo do ponto denominado 01 de coordenadas N=7588861,381879 e E=755762,327660, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2 - em linha reta com azimute 358°27'57", distância de 13,29m; segmento 2 - 3 - em linha reta com azimute 358°24'9", distância de 25,00m; segmento 3 - 4 - em linha reta com azimute 0°52'0", distância de 28,76m; segmento 4 - 5 - em linha reta com azimute 1°38'19", distância de 330,32m; segmento 5 - 6 - em linha reta com azimute 4°51'15", distância de 32,40m; segmento 6 - 7 - em linha reta com azimute 163°28'35", distância de 217,37m; segmento 7 - 1 - em linha reta com azimute 198°21'45", distância de 232,97m; perfazendo uma área de 15.326,35m² (quinze mil, trezentos e vinte e seis metros quadrados e trinta e cinco decímetros quadrados).

DELIBERAÇÃO Nº 404, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 086, de 30 de novembro de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.329557/2015-51, delibera:

Art. 1º Encaminhar ao Exm.º Senhor Ministro de Estado dos Transportes a proposta de Declaração de Utilidade Pública de imóveis adjacentes à Rodovia BR-163/MS, abrangidos e delimitados pelas coordenadas topográficas descritas nas plantas e nos memoriais descritivos constantes do referido processo, situados no município de Juti, no estado de Mato Grosso do Sul, necessários à execução das obras de implantação de dispositivo tipo retorno em desnível no km 160+200m.

Art. 2º As descrições das áreas mencionadas no art. 1º constam do Anexo a esta Deliberação.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

ANEXO

I - Área 01, a ser declarada de utilidade pública, conforme planta DE-06-BR163/MS-160-2-D03-001, situa-se às margens da Rodovia BR-163/MS, no km 160+200m, na Pista Sul, no Município de Juti e na Comarca de Caarapó, com linha de divisa partindo do ponto denominado 01 de coordenadas N=7462828,166676 e E=755482,513396, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2 - em linha reta com azimute 303°42'32", distância de 205,38m; segmento 2 - 3 - em linha reta com azimute 17°26'21", distância de 65,36m; segmento 3 - 4 - em linha reta com azimute 128°28'44", distância de 289,69m; segmento 4 - 1 - em linha reta com azimute 272°58'19", distância de 75,62m; perfazendo uma área de 12.804,28m² (doze mil, oitocentos e quatro metros quadrados e vinte e oito decímetros quadrados); e

II - Área 02, a ser declarada de utilidade pública, conforme planta DE-06-BR163/MS-160-2-D03-001, situa-se às margens da Rodovia BR-163/MS, no km 160+200m, na Pista Norte, no Município de Juti e na Comarca de Caarapó, com linha de divisa partindo do ponto denominado 01 de coordenadas N=7462775,512680 e E=755731,842418, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2 - em linha reta com azimute 308°28'21", distância de 467,70m; segmento 2 - 3 - em linha reta com azimute 75°8'18", distância de 71,99m; segmento 3 - 4 - em linha reta com azimute 129°31'52", distância de 311,03m; segmento 4 - 1 - em linha reta com azimute 153°2'39", distância de 125,05m; perfazendo uma área de 21.263,07m² (vinte e um mil, duzentos e sessenta e três metros quadrados e sete decímetros quadrados).

DELIBERAÇÃO Nº 405, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 087, de 30 de novembro de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.214881/2015-76, delibera:

Art. 1º Encaminhar ao Exm.º Senhor Ministro de Estado dos Transportes a proposta de Declaração de Utilidade Pública de imóveis adjacentes à Rodovia BR-163/MS, abrangidos e delimitados pelas coordenadas topográficas descritas nas plantas e nos memoriais descritivos constantes do referido processo, situados no município de Pará de Minas, no estado de Minas Gerais, necessário à execução das obras de implantação do Posto de Pesagem Veicular - PPV 06 no km 427+300m, na Pista Oeste.

Art. 2º As descrições das áreas mencionadas no art. 1º constam do Anexo a esta Deliberação.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

ANEXO

I - Área 01 - Duas frações de terras, com as seguintes dimensões, divisas e confrontações. A área um inicia-se no Ponto 01 com coordenadas UTM's S=7800509.113 e W=516759.692, situado na extremidade leste da área, junto à cerca que faz divisa com a faixa de domínio da Rodovia BR-262/MG, seguindo por 53,87m até o Ponto 02 com coordenadas UTM's S=7800561.135 e W=516745.719. Do Ponto 02 parte-se para o Ponto 03 com coordenadas UTM's S=7800488.428 e W=516471.397 com distância de 283,79m. Daí segue até o Ponto 09 com coordenadas UTM's S=7800430.948 e W=516486.632 com distância de 59,46m. Seguindo até retornar ao Ponto 01, por uma distância de 284,03m. Partindo-se do ponto 9 inicia-se a área dois e deste segue até o Ponto 04 com coordenadas UTM's S=7800481.224 e W=516473.265 com distância de 52,02m. Daí segue até o Ponto 05 com coordenadas UTM's S=7800377.154 e W=516256.323 com distância de 240,61m. Daí segue até o Ponto 06 com coordenadas UTM's S=7800337.307 e W=516275.438 com distância de 44,25m. Do Ponto 06 parte-se para o Ponto 07 com coordenadas UTM's S=7800382.541 e W=516367.949 com distância de 103,02m. Do ponto P7 vai para o ponto P8 com coordenadas UTM's S=7800415.729 e W=516441.282 com distância de 80,44m. Daí segue até retornar ao Ponto 09, por uma distância de 47,83m, conforme croqui em anexo, com áreas superficiais somadas de 26.668m² (vinte seis mil, seiscentos e sessenta e oito metros quadrados).

DELIBERAÇÃO Nº 406, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 088, de 30 de novembro de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.214894/2015-45, delibera:

Art. 1º Encaminhar ao Exm.º Senhor Ministro de Estado dos Transportes a proposta de Declaração de Utilidade Pública de imóvel adjacente à Rodovia Transbrasiliana, BR-153/GO, abrangidos e delimitados pelas coordenadas topográficas descritas nas plantas e no memorial descritivo constante do referido processo, situado no município de Hidrolândia, no estado de Goiás, necessário à execução das obras de implantação do Posto de Pesagem Veicular - PPV 01 no km 548+100m, na Pista Sul.

Art. 2º As descrições das áreas mencionadas no art. 1º constam do Anexo a esta Deliberação.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

I - Área 01, Duas frações de terras, com as seguintes dimensões, divisas e confrontações. A área um inicia-se no Ponto 01 com coordenadas UTM's S=8107026.6048 e W=690012.1485, situado na extremidade noroeste da área, junto à cerca que faz divisa com a faixa de domínio da Rodovia BR-153/GO, seguindo por 18,01m até o Ponto 02 com coordenadas UTM's S=8107019.7850 e W=689995.4820. Do Ponto 02 parte-se para o Ponto 03 com coordenadas UTM's S=8106730.8715 e W=690090.3822 com distância de 304,1m. Daí segue até o Ponto 07 com coordenadas UTM's S=8106735.6198 e W= 690105.8003 com distância de 16,1m. Do Ponto 07 parte-se para o Ponto 08 com coordenadas UTM's S=8106966.8080 e W=6900034.3242 com distância de 242,0m. Seguindo até retornar ao Ponto 01, por uma distância de 63,8m. Partindo-se do ponto 7 inicia-se a área dois e deste segue até o Ponto 04 com coordenadas UTM's S=8106721.8646 e W=690061.1362 com distância de 46,7m. Daí segue até o Ponto 05 com coordenadas UTM's S=8106470.3142 e W=690187.4538 com distância de 46,7m. Daí segue até o Ponto 06 com coordenadas UTM's S=8106735.6198 e W=690105.8003 com distância de 277,6m. Daí segue até retornar ao Ponto 07, por uma distância de 305,7m, conforme croqui em anexo, com áreas superficiais somadas de 18,636m² (dezoito mil, seiscentos e trinta e seis metros quadrados).

DELIBERAÇÃO Nº 407, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 089, de 30 de novembro de 2015, e no que consta do Processo nº 50520.018089/2015-54, delibera:

Art. 1º Rescindir o parcelamento concedido nos autos do mencionado processo à empresa DERRUDER HERMANOS S.R.L, CNPJ nº 17.336.869/0001-04, representante legal da empresa internacional DERRUDER HERMANOS S.RL. (FLECHABUS), de acordo com o art. 9°, da Resolução ANTT n° 3.561 de 12 de agosto de 2010.

Art. 2º Determinar à GEAUT, se pertinente, o prosseguimento da cobrança, com a consequente inscrição da empresa no Cadin e na Dívida Ativa.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 408, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 091, de 2 de dezembro de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.057593/2014-27, delibera:

Art. 1º Aplicar a penalidade de suspensão, pelo prazo de 3 (três) dias, ao servidor ANTÔNIO MANOEL CARVALHAL LOPES, Matrícula SIAPE nº 3356293, por violação ao disposto nos incisos III e XI, do artigo 116 e inciso V, do artigo 117, todos da Lei nº. 8.112/90.

Art. 2º Determinar à Corregedoria que notifique o servidor interessado sobre a presente Deliberação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 410, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 095, de 4 de dezembro de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.353525/2015-77, delibera:

Art. 1º Conhecer o requerimento, e no mérito, conceder o parcelamento dos débitos à empresa FOCUS TURISMO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 16.901.915/0001-08, atualizados até a presente data, em 60 (sessenta) parcelas, em acordo com a Resolução ANTT n° 3.561/2010.

Art. 2º Determinar à GEAUT a expedição do boleto referente à primeira parcela e a baixa do impedimento somente após a quitação integral deste.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 411, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMB - 087, de 9 de dezembro de 2015 e no que consta do Processo nº 50500.356126/2015-68, delibera:

Art. 1º Conhecer o requerimento, e no mérito, conceder o parcelamento dos débitos à empresa EXPRESSO UNIÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 19.350.180/0001-60, atualizados até a presente data, em parcelas mensais e sucessivas até o máximo de 60 (sessenta), desde que cada parcela seja de valor igual ou superior a R$ 1.000,00 (mil reais), em acordo com art. 1º da Resolução ANTT n° 3.561/2010.

Art. 2º Determinar à GEAUT a expedição do boleto referente à primeira parcela e a baixa do impedimento somente após a quitação integral deste.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 412, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMB - 088, de 9 de dezembro de 2015, e no que consta do Processo nº 50510.047918/2015-25, delibera:

Art. 1º Conhecer o requerimento, e no mérito, conceder o parcelamento dos débitos à empresa VIAÇÃO SÃO CRISTÓVÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 20.146.015/0001-70, atualizados até a presente data, em parcelas mensais e sucessivas até o máximo de 60 (sessenta), desde que cada parcela seja de valor igual ou superior a R$ 1.000,00 (mil reais), em acordo com art. 1º da Resolução ANTT n° 3.561/2010.

Art. 2º Determinar à GEAUT a expedição do boleto referente à primeira parcela e a baixa do impedimento somente após a quitação integral deste.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 413, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 076, de 9 de dezembro de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.360360/2015-90, delibera:

Art. 1º Conhecer o requerimento, e no mérito, conceder o parcelamento dos débitos à empresa ROTAS DE VIAÇÃO DO TRIÂNGULO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 18.449.504/0001-59, atualizados até a presente data, em 30 (trinta) parcelas, de acordo com a Resolução ANTT n° 3.561, de 12 de agosto de 2010.

Art. 2º Determinar à GEAUT a expedição do boleto referente à primeira parcela e a baixa do impedimento somente após a quitação integral deste.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 234ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2015

Ao primeiro dia de dezembro de dois mil e quinze às dez horas e vinte minutos, iniciou-se com transmissão via intranet do MPT e via Youtube, a Ducentésima Trigésima Quarta (234a) Sessão Ordinária da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, na sala de reuniões do CSMPT da Procuradoria-Geral do Trabalho localizada no Setor Comercial Sul, Edifício Parque Cidade Corporate, em Brasília-DF. Presentes a Coordenadora, Junia Soares Nader, os Subprocuradores-Gerais do Trabalho Andréa Isa Rípoli e Manoel Jorge e Silva Neto e a Procuradora Regional do Trabalho, Abiael Franco Santos. Ausente justificadamente ao início da sessão a Dra. Junia Bonfante Raymundo e, ausente justificadamente à sessão o Dr. Luercy Lino Lopes. Por motivos institucionais (acompanhamento de Reunião de Coordenadoria Nacional Temática), o Dr. Manoel Jorge e Silva Neto e a Dra. Abiael Franco Santos se ausentaram da sessão às 14 horas.

Após, passou-se à ordem do dia:

1) ASSUNTOS GERAIS. A) Ofício nº 282/2015 - CSMPT que solicita o encaminhamento de sugestões sobre a resolução que trata sobre o plantão nos ramos do MPU. Foi deliberado, por unanimidade, atendendo solicitação constante do ofício encaminhado pela Conselheira Secretaria do CSMPT, Dra. Sandra Lia Simón, em atenção ao despacho exarado pela Subprocuradora-Geral do Trabalho, Dra. Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre, nos autos do Processo CSMPT 2.00.000.034475/2015-83, sugerir que sejam feitas escalas semanais de trabalho por 7 (sete) dias corridos, iniciando-se às segundas-feiras, em cada unidade do Ministério Público do Trabalho, mediante designação de seus Membros utilizando-se a ordem inversa de antiguidade, excluídos o Procurador-Geral do Trabalho, o Vice Procurador-Geral do Trabalho, o Corregedor-Geral do Trabalho e o Ouvidor Geral do Trabalho, na Procuradoria-Geral do Trabalho; os Procuradores-Chefes e os Procuradores Chefes Substitutos/Adjuntos nas Procuradorias Regionais do Trabalho. B) Processo CSMPT nº 2.00.000.002070/2015-86016712/2015-24 sobre a resolução CNMP nº 118, que dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no Âmbito do Ministério Público. Após amplos debates sobre o tema, foi deliberado por unanimidade, aprovar a manifestação apresentada pelo Dr. Manoel Jorge e Silva Neto, com os acréscimos feitos pela Dra. Abiael Franco Santos e Dra. Andréa Isa Ripoli, a qual será encaminhada imediatamente à Exma. Relatora do feito no CSMPT, Dra. Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.

2) CONSULTA

Processo NF-005847.2015.02.000/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), DENUNCIADO: HOLCIM BRASIL SA (CIMINAS) - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas feito pela Dra. Junia Bonfante Raymundo.

Processo IC-000004.2004.23.001/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: DENUNCIANTE: LUIZ MARCOS RODRIGUES E MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, DENUNCIANTE: SUBDELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO EM RONDONÓPOLIS - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. Retirado de pauta a pedido da Relatora.

Processo PAJ-000154.2010.04.002/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO , RÉU: URBANO AGROINDUSTRIAL LTDA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer a consulta e, no mérito, por unanimidade, respondê-la no sentido de que a repactuação da multa em acordo judicial, que contempla a manutenção, no novo compromisso, das obrigações de fazer da condenação, com a consequente renegociação ou mesmo isenção das multas previstas no ajuste original, equipara-se ao aditamento do TAC, disciplinado no § 5°, do art. 14-A, da Resolução 69/2007/CSMPT, sendo desnecessária a autorização do Órgão de revisão, para essa finalidade, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000265.2015.01.007/9 - Assunto: 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: Investigado: MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer a consulta e, no mérito, por unanimidade, ratificar o declínio de competência nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000266.2015.01.007/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: Investigado: MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS, DENUNCIANTE: ANÔNIMO - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer a consulta e, no mérito, por unanimidade, respondê-la pelo reconhecimento e referendo a remessa dos autos ao Ministério Público Estadual com atribuição para atuar no caso nos termos do voto do(a) relator(a). A Dra. Junia Soares Nader ressalvou seu entendimento pessoal quanto à desnecessidade de referendar notícias de fato.

Processo NF-000270.2015.01.007/4 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: Investigado: MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS, DENUNCIANTE: ANÔNIMO - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer a consulta e, no mérito, por unanimidade, respondê-la homologando a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Comarca de Petrópolis, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002546.2015.03.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REPRESENTADO: MUNICÍPIO DE VESPASIANO, REPRESENTANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer a consulta e, no mérito, por unanimidade, respondê-la homologando a remessa dos autos ao Ministério Público de Minas Gerais, nos termos do voto do(a) relator(a).

3)CONFLITOS DE ATRIBUIÇÕES

Processo NF-007103.2015.02.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: SUSCITANTE: VALDIRENE SILVA DE ASSIS, SUSCITADO: TATIANA LEAL BIVAR SIMONETTI - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas feito pela Dra. Andréa Isa Ripoli.

Processo IC-000019.2011.01.007/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: HELOISE INGERSOLL SÁ, SUSCITADO: ÉRICKA RODRIGUES DUARTE - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do conflito negativo de atribuição suscitado fora do prazo estabelecido no artigo 3°, §1°, da Resolução CSMPT 69/2007 , nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000552.2015.03.002/6 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, em virtude do descumprimento do decêndio previsto o artigo 3°, §1°, da Resolução 69/2007 do CSMPT, não conheçer do declínio de atribuição, mantendo-se incólume a distribuição a quo, no sentido de atribuir a condução do expediente à Exma. Sra. Procurador do Trabalho Lia Magnoler Guedes de Azevedo Rodriguez , nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000296.2015.03.009/0 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: PAULO PENTEADO CRESTANA - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, decidir pela incompetência deste Órgão revisional para dirimir o conflito de atribuições e determinar a remessa dos autos ao Exmo. Procurador-Geral do Trabalho, para que se digne encaminhar os autos ao Exmo. Procurador-Geral da República , nos termos do artigo 8°, §4° da LC 75/93, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000381.2015.03.009/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITADO: PAULO PENTEADO CRESTANA, SUSCITANTE: THIAGO MILANEZ ANDRAUS - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atuação do Membro ora suscitado Dr. PAULO PENTEADO CRESTANA, Procurador do Trabalho oficiante na Procuradoria do Trabalho no Município de Pouso Alegre, nos termos do voto do(a) relator(a).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo NF-003001.2015.04.000/5 - Assunto: - Interessados: SUSCITANTE: ANDRÉA FERREIRA BASTOS, SUSCITADO: PAULA ROUSSEFF ARAUJO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho PAULA ROUSSEFF ARAUJO, Membro suscitada, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002158.2015.05.000/5 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: SUSCITANTE: RÔMULO BARRETO DE ALMEIDA, SUSCITADO: FLÁVIA VILAS BOAS DE MOURA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho Rômulo Barreto de Almeida, Membro suscitante , nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000590.2015.11.000/8 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: DIEGO CASTELAN SANCHES, SUSCITADO: MARCUS CRUZ DA PONTE SOUZA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o conflito negativo de atribuições, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000974.2015.17.000/7 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: SUSCITANTE: LEVI SCATOLIN , SUSCITADO: VALÉRIO SOARES HERINGER - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho Levi Scatolin, Membro suscitante, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000199.2015.18.003/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITADO: MEICIVAN LEMES LIMA , SUSCITANTE: MARIA DAS GRAÇAS PRADO FLEURY - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, decidir pelo não conhecimento do conflito negativo de atribuições, já que extemporânea a manifestação do Procurador, seja na condição de suscitado seja na de suscitante, mantendo-se a distribuição que confere a presidência do procedimento ao Ofício 18 da PTM de Anápolis, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000235.2015.18.003/2 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITADO: MEICIVAN LEMES LIMA , SUSCITANTE: CIRÊNI BATISTA RIBEIRO - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, em virtude do descumprimento do decêndio previsto no artigo 3°, §1°, da Resolução 69/2007 do CSMPT, não conheço do declínio de atribuição, mantendo-se incólume a distribuição a quo, no sentido de atribuir a condução do expediente ao Exmo. Sr. Procurador do Trabalho Meicivan Lemes Lima, nos termos do voto do(a) relator(a).

4) ANULAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA

Processo IC-000282.2005.04.000/0 - Assunto: 3.CONAFRET, 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ, DENUNCIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a retificação do TAC, nos termos do voto do(a) Relator(a).

5) PROCEDIMENTOS NÃO HOMOLOGADOS

Processo IC-002283.2015.03.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, INQUIRIDO: KRITERION PESQUISAS E TRATAMENTO DE DADOS EIRELI-ME - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Relatora apresentou voto no sentido de não homologar o arquivamento do feito. A Dra. Junia Soares Nader apresentou divergência para homologar o arquivamento do feito. Após, a Dra. Andréa Isa Rípoli requereu vistas dos autos.

Processo NF-000074.2015.03.001/2 - Assunto: 2.CONAETE - Interessados: REPRESENTANTE: DENUNCIANTE ANÔNIMO, REPRESENTADO: EG POÇOS ARTESIANOS - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas feito pela Dra. Junia Soares Nader.

Processo IC-000591.2008.11.000/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, INQUIRIDO: MILLENNIUM CENTER - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, decidir pela homologação parcial da presente promoção, alcançando o arquivamento proposto em 11/07/2011, bem como o resultante da regularização na concessão dos intervalos intra e interjornada, deixando de homologar o arquivamento no que se refere à jornada extraordinária pactuada no formato 13X35 , nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001633.2011.06.000/7 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO: CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO , DENUNCIANTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE) - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM PERNAMBUCO (SRTE/PE) - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, declarar a nulidade da promoção de arquivamento, por ausência de fundamentação, determinando o retorno dos autos ao Membro oficiante na origem para os devidos fins, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002162.2011.06.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: CONTAX S/A, DENUNCIANTE: ANDERSON JOSÉ CABRAL DE MEDEIROS - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000140.2011.08.003/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: CONSTRUTORA TAPARI LTDA EPP (AMAZONAS MACIEL) - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000012.2011.12.003/3 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: DENUNCIADO: MUNICÍPIO DE ANCHIETA, DENUNCIADO: PREFEITO DE ANCHIETA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento e não referendar a remessa dos autos ao Ministério Público Estadual, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000048.2011.12.003/1 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ., INQUIRIDO: PREFEITO DE CUNHATAÍ - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento e não referendar a remessa dos autos ao Ministério Público Estadual, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000962.2011.15.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), INVESTIGADO: ROBIEL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. Retirado de pauta a pedido da Relatora.

Processo IC-001055.2013.01.000/6 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INVESTIGADO: GENERALI BRASIL SEGUROS S.A, INVESTIGADO: IBM BRASIL - INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. Devolvido o feito após pedido de vistas feito pela Dra. Junia Bonfante Raymundo que apresentou voto concordando com a Relatora, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo IC-003420.2013.01.000/5 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), INVESTIGADO: GIRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EIRELI - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, decidir pela conversão do julgamento em diligência, com devolução dos autos ao Membro oficiante, para os devidos fins, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000363.2013.08.001/6 - Assunto: 2.CONAETE - Interessados: INQUIRIDO: ALUSA ENGENHARIA S/A, DENUNCIANTE: MPE/AP - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FERREIRA GOMES - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000155.2014.03.001/9 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INQUIRIDO: COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG, DENUNCIANTE: DENUNCIANTE ANÔNIMO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001188.2014.04.000/2 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INQUIRIDO: SINDISAÚDE - SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM, TÉCNICOS, DUCHISTAS, MASSAGISTAS E EMPREGADOS EM HOSPITAIS E CASAS DE SAÚDE DO RS, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000516.2014.05.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO, INQUIRIDO: VIA VAREJO S/A - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000048.2014.06.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: SEG-ELETRÔNICA SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, declarar a nulidade da promoção de arquivamento, por ausência de fundamentação, determinando o retorno dos autos ao Membro oficiante na origem para os devidos fins, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001369.2014.08.000/4 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: NORTE SHOPPING BELEM S/A , DENUNCIANTE: COORDENADORIA NACIONAL DA COORDIGUALDADE - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000076.2015.01.001/1 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), INVESTIGADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO EM BARRA DO PIRAÍ - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001547.2015.05.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: DENUNCIANTE: PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO, INQUIRIDO: ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL BLOCO CARNAVALESCO VAMOS NESSA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000028.2015.13.002/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: MPT 13ª REGIÃO -PTM PATOS/PB, INVESTIGADO: BORGES ELETROMOVEIS LTDA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Junia Soares Nader que homologava a promoção de arquivamento.

Processo PP-000234.2015.13.002/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: MPT 13ª REGIÃO -PTM PATOS/PB, INVESTIGADO: ANTONIO LUCIO DE OLIVEIRA E CIA LTDA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Junia Soares Nader que homologava a promoção de arquivamento.

Processo PP-002485.2015.15.000/7 - Assunto: 2.CONAETE - Interessados: INVESTIGADO: CONSTRAN S/A CONTRUCOES E COMERCIO, DENUNCIANTE: OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000341.2015.16.000/6 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: REPRESENTADO: ESTADO DO MARANHÃO, REPRESENTADO: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO - SEDUC, REPRESENTANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000153.2015.19.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: ANÔNIMO, INQUIRIDO: ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S.A. - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000260.2015.21.001/1 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: Usibras - Usina Brasileira de Óleos e Castanha Ltda., DENUNCIANTE: PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000041.2015.24.000/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: IBOPE MONITOR DE MEIOS PUBLICITARIOS LTDA, DENUNCIANTE: EDER JORGE ALGARVE - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

6) RECURSOS ADMINISTRATIVOS DELIBERADOS

Processo IC-000532.2011.15.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: UNICAMP - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000051.2012.04.000/4 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: DENUNCIANTE: SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE PORTO ALEGRE, INQUIRIDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001573.2013.06.000/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REPRESENTADO: TRANSPORTADORA OLINDENSE LTDA, REPRESENTANTE: ANTONIO TEODORO DA SILVA - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000461.2013.13.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: AGRO INDUSTRIAL TABU LTDA, DENUNCIANTE: TRT 13º REGIÃO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000268.2014.06.000/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: BRASPACK - EMBALAGENS DO NORDESTE S.A. , DENUNCIANTE: DERALDO DE JESUS ARGOLO - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo PP-000946.2014.07.000/3 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INVESTIGADO: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A - BNB, DENUNCIANTE: SINDPD/CE - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM PROCESSAMENTO DE DADOS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E SIMILARES DO ESTADO DO CEARA, INVESTIGADO: STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA S.A - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000072.2014.09.003/4 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 8.CONALIS - Interessados: DENUNCIANTE: SITEPD - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS PRIVADAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE CURITIBA, DENUNCIANTE: SINDPDPR - SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO PARANÁ, INQUIRIDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS E CURSOS DE INFORMÁTICA, CONSULTORIA EM SISTEMAS DE INFORMÁTICA, DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE INFORMÁTICA, ATIVIDADES DE BANCOS DE DADOS (PROVEDORES DE ACESSO), MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E VENDA DE MÁQUINAS DE ESCRITÓRIOS E EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA, OUTRAS ATIVIDADES DE INFORMÁTICA NÃO ESPECIFICADAS, DO NORTE, NOROESTE, OESTE E SUDOESTE DO PARANÁ - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a). A Dra. Abiael Franco Santos não votou no presente feito, mas consignou sua divergência considerando o que foi tratado na Reunião da Coordenadoria Nacional de Liberdade Sindical - CONALIS.

Processo PP-001927.2014.15.000/6 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INVESTIGADO: NPCC -NUCLEO DE PERICIAS CRIMINALISTICAS DE CAMPINAS - SUPERINTENDENCIA DE POLICIA TECNICO-CIENTIFICA DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA DO ESTADO DE SAO PAULO, DENUNCIANTE: HAMILTON SANT'ANA MOREIRA, DENUNCIANTE: RICARDO DA SILVA AURELIANO, DENUNCIANTE: ANGELA SAMPAIO DE MARA - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002744.2015.01.000/7 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: Investigado: SIMAGO SERVICO EM ELETRICIDADE LTDA ME, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento parcial ao recurso, homologando parcialmente a promoção de arquivamento no que se refere aos temas 09.02.01 (desvio de função), 09.04 (CTPS e registro de empregados) e 09.14.01 (alimentação do trabalhador), com determinação de retorno dos autos à Regional de origem para as providências pertinentes ao prosseguimento das investigações, que deverá abranger não só os demais temas restantes cadastrados (09.06.03 e 09.01), como também o indicado pelo temário unificado do MPT Digital sob o n° 06.01.01 (assédio moral), nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-003405.2015.01.000/3 - Assunto: 5.CONATPA - Interessados: DENUNCIANTE: SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ATIVIDADES SUBAQUÁTICAS E AFINS, Investigado: SINDICATO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES EM ATIVIDADES SUBAQUÁTICAS - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-003576.2015.01.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: Investigado: BIMBO DO BRASIL LTDA , DENUNCIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO, CONFEITARIA, PRODUTOS DE CACAU E BALAS, TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ E DE PRODUTOS DIETÉTICOS, NUTRICIONAIS E MACROBIÓTICOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-003594.2015.01.000/2 - Assunto: 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: Investigado: CLUBE DE REGATAS VASCO DA GAMA, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-003611.2015.02.000/3 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), INVESTIGADO: FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS (TV CULTURA) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004640.2015.02.000/5 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: DENUNCIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), DENUNCIADO: POIESIS - INSTITUTO DE APOIO A CULTURA A LÍNGUA E A LITERATURA (POIESIS ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE CULTURA) - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-006716.2015.02.000/2 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP - Interessados: DENUNCIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), DENUNCIADO: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001352.2015.03.000/7 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: REPRESENTANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, REPRESENTADO: RN COMÉRCIO VAREJISTA S/A - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002500.2015.03.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT, 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REPRESENTADO: DENUNCIANTE SIGILOSO, REPRESENTADO: RIZVI INTERNACIONAL LTDA - EPP - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a). A Dra. Abiael Franco Santos não votou no presente feito, mas consignou ressalva de entendimento quanto à jornada de trabalho e repouso.

Processo PP-002230.2015.04.000/4 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: DENUNCIANTE: MARÇAL RODRIGUES MENDES, DENUNCIADO: SINDICATO DOS ÁRBITROS DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002446.2015.04.000/8 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REPRESENTADO: COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE - PROCEMPA, REPRESENTANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000892.2015.05.000/1 - Assunto: 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: FACS SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA , DENUNCIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001143.2015.05.000/3 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: REPRESENTADO: MUNICÍPIO DE CAMAÇARI, REPRESENTANTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA NO ESTADO DA BAHIA - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. Retirado de pauta a pedido do relator.

Processo NF-001744.2015.09.000/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: BANCO DO BRASIL S/A, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001560.2015.10.000/5 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REPRESENTADO: COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL- CAESB, REPRESENTANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000956.2015.11.000/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: REPRESENTADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS, ELÉTRICAS, ELETRO-ELETRÔNICAS, INFORMÁTICA, FONOGRÁFICAS, MULTIMÍDIA, TELECOMUNICAÇÕES, CONSTRUÇÃO NAVAL, MATERIAIS E COMPONENTES ELETRÔNICOS, REPRESENTANTE: EDILSON PINHEIRO DA SILVA, REPRESENTANTE: WELLINGTON DE SOUZA GONÇALVES - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002472.2015.15.000/4 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: REPRESENTADO: MUNICIPIO DE VALINHOS, REPRESENTANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000461.2015.15.002/4 - Assunto: 2.CONAETE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REPRESENTANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE CRUZEIRO, REPRESENTADO: EXEMPLO EMPREENDIMENTOS DE ENGENHARIA LTDA - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por maioria, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Junia Soares Nader.

Processo PP-000358.2015.15.003/1 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INVESTIGADO: COMPANHIA TROLEIBUS ARARAQUARA, DENUNCIANTE: ANTONIO ALONSO RUAS FILHO - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000282.2015.15.006/1 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE PRADÓPOLIS, DENUNCIANTE: JOSÉ OLINTO DE SOUZA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001084.2015.18.000/9 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: DENUNCIADO: EVPAR PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA - Relator: Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000291.2015.24.000/4 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INQUIRIDO: SINDICATO DOS SECURITÁRIOS DO MATO GROSSO DO SUL, INQUIRIDO: TIAGO ALVES DA SILVA, DENUNCIANTE: RENATA BARBOSA LACERDA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

7) REMESSA NÃO CONHECIDA

Processo PP-000052.2008.17.003/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REQUERENTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO - SRTE/ES), REQUERIDO: CONFECÇÕES RBB LTDA - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000032.2009.16.000/9 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: DENUNCIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE CÂNDIDO MENDES - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000066.2009.16.000/2 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: DENUNCIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, INVESTIGADO: Município de Olinda Nova do Maranhão - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo ATAC-001447.2009.19.000/1 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: Compromissado: DROGARIA TORRES, MPT: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000063.2013.17.003/8 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: DENUNCIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES DO MÁRMORE E GRANITO DO ESPÍRITO SANTO, INQUIRIDO: GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000715.2014.01.000/4 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INVESTIGADO: UNIÃO FEDERAL (MINISTÉRIO DA SAÚDE) INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo MED-001898.2014.04.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REQUERIDO: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, REQUERIDO: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE , REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000414.2014.10.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT, 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: HOSPITAL SANTA HELENA S/A, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000049.2014.17.003/9 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: GMA TRANSPORTES LTDA - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo NF-001283.2015.13.000/7 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: REPRESENTADO: INSTITUTO DE PNEUMOLOGIA DA PARAÍBA LTDA - EPP, REPRESENTADO: WALMIRA CARTACHO QUEIROGA LOPES, REPRESENTANTE: DENISE RIBEIRO DA SILVA, REPRESENTANTE: SOLANGE GOMES FARIAS, REPRESENTANTE: ANTÔNIA DE FÁTIMA BATISTA DA SILVA, REPRESENTANTE: FERNANDO RICARDO TOSCANO BARBOSA, REPRESENTANTE: JOSEFA SANTOS DE SOUZA, REPRESENTANTE: MARLUCE DOS SANTOS MORENO, REPRESENTANTE: KÁTIA KELLY TRAJANO DA SILVA - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a).

8) HOMOLOGAÇÕES POR DESTAQUE

Processo IC-001065.2012.01.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INVESTIGADO: ESPECIFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, DENUNCIANTE: LEONARDO FERNANDES PEREIRA - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) redator designado Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. Vencida a Relatora. Registra-se a ressalva de Dra. Andréa Isa Ripoli que não votou, mas consignou entendimento convergente com a Relatora.

Processo NF-000106.2015.01.008/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), Investigado: EMPORIO PARATY LTDA - EPP - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) redator(a) designada Dra. Junia Soares Nader. Vencida a Relatora.

Processo IC-000994.2006.09.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: SÉRGIO LUIS NOGOZZEKY, DENUNCIANTE: DRA. MARIANE JOSVIAK - PROCURADORA DO TRABALHO DA PRT DA 9ª REGIÃO - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000306.2014.03.009/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: MG SUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA, DENUNCIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000148.2014.04.001/6 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: DENUNCIANTE: 3ª VARA DO TRABALHO DE PASSO FUNDO, INQUIRIDO: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001871.2014.15.000/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: MUNICIPIO DE ARARAS, DENUNCIANTE: SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE ARARAS, DENUNCIANTE: JOSE RAUL DOS SANTOS - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento e referendar o declínio de atribuição ao Ministério Público Estadual, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002752.2014.15.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: AUTO ONIBUS NARDELLI LTDA. - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002840.2015.04.000/4 - Assunto: 4.CONAP, 6.COORDIGUALDADE - Interessados: REPRESENTANTE: ANTÔNIO ALESSANDRO DA ROSA DUTRA, REPRESENTADO: COMANDO DO EXÉRCITO (COMANDO DA 3ª REGIÃO MILITAR - REGIÃO DOM DIOGO DE SOUZA) - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a remessa dos autos ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000500.2015.15.000/6 - Assunto: 1.CODEMAT, 6.COORDIGUALDADE, 8.CONALIS - Interessados: DENUNCIANTE: (SOB SIGILO), INVESTIGADO: ODEBRECHT AMBIENTAL - RIO CLARO S.A - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

9) HOMOLOGAÇÕES POR DESTAQUE

Processo NF-000760.2015.16.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: REPRESENTADO: UNIDADE MISTA MAIOBÃO, REPRESENTANTE: MARTA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter o julgamento em diligência com devolução dos autos ao Membro oficiante para as providências cabíveis, nos termos do voto do(a) relator(a).

10) HOMOLOGAÇÕES DE ARQUIVAMENTO: Foi deliberado, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento dos procedimentos a seguir listados:

PRT 1ª Região-RJ - IC-001598.2005.01.000/5, IC-000963.2005.01.003/7, IC-000620.2009.01.000/1, IC-001610.2009.01.000/5, IC-005654.2009.01.001/3, IC-000154.2010.01.000/7, IC-000131.2010.01.004/7, IC-000291.2010.01.004/9, IC-000089.2011.01.000/5, IC-001039.2011.01.000/1, IC-001324.2011.01.000/0, IC-001445.2011.01.000/5, IC-001446.2011.01.000/0, IC-001800.2011.01.000/1, IC-002801.2011.01.000/5, IC-002986.2011.01.000/0, IC-003304.2011.01.000/3, IC-003978.2011.01.000/3, IC-004210.2011.01.000/9, IC-004368.2011.01.000/1, IC-004696.2011.01.000/1, IC-004959.2011.01.000/4, IC-000154.2011.01.002/1, IC-000067.2012.01.000/8, IC-000204.2012.01.000/4, IC-001730.2012.01.000/5, IC-002218.2012.01.000/8, IC-002483.2012.01.000/0, IC-002661.2012.01.000/0, IC-003302.2012.01.000/4, IC-003372.2012.01.000/9, IC-003613.2012.01.000/8, IC-004263.2012.01.000/9, IC-004442.2012.01.000/5, IC-004451.2012.01.000/6, IC-004766.2012.01.000/1, IC-000335.2012.01.001/1, IC-000346.2012.01.003/7, IC-001001.2012.01.004/3, IC-001007.2012.01.004/6, IC-001083.2012.01.004/5, IC-000593.2012.01.006/3, IC-000194.2013.01.000/4, IC-000411.2013.01.000/1, IC-000438.2013.01.000/0, IC-000535.2013.01.000/0, IC-000664.2013.01.000/3, IC-000839.2013.01.000/0, IC-001331.2013.01.000/3, IC-001505.2013.01.000/0, IC-001667.2013.01.000/7, IC-002064.2013.01.000/5, IC-002469.2013.01.000/1, IC-003016.2013.01.000/2, IC-003141.2013.01.000/1, IC-003281.2013.01.000/4, IC-003369.2013.01.000/2, IC-003487.2013.01.000/1, IC-003668.2013.01.000/9, IC-003766.2013.01.000/5, IC-003852.2013.01.000/4, IC-000089.2013.01.001/4, IC-000295.2013.01.001/0, IC-000319.2013.01.001/5, IC-000534.2013.01.001/4, IC-000476.2013.01.003/0, IC-000535.2013.01.004/3, IC-000841.2013.01.004/0, IC-000865.2013.01.004/0, IC-000950.2013.01.004/9, IC-000983.2013.01.004/0, IC-000280.2013.01.006/5, IC-000163.2014.01.000/9, PP-000331.2014.01.000/0, IC-000360.2014.01.000/6, IC-000524.2014.01.000/9, IC-000546.2014.01.000/6, IC-000661.2014.01.000/7, IC-000854.2014.01.000/5, IC-000998.2014.01.000/8, IC-001039.2014.01.000/7, IC-001291.2014.01.000/6, IC-001423.2014.01.000/7, IC-001632.2014.01.000/2, IC-001720.2014.01.000/2, IC-001740.2014.01.000/5, IC-001758.2014.01.000/5, IC-001880.2014.01.000/8, IC-001956.2014.01.000/9, IC-002031.2014.01.000/1, NF-002085.2014.01.000/5, IC-002210.2014.01.000/8, IC-002461.2014.01.000/0, IC-002568.2014.01.000/5, IC-002645.2014.01.000/3, NF-002647.2014.01.000/4, IC-002811.2014.01.000/7, IC-002849.2014.01.000/0, PP-003026.2014.01.000/0, IC-003032.2014.01.000/5, IC-003452.2014.01.000/7, PP-003651.2014.01.000/6, IC-003717.2014.01.000/0, IC-003734.2014.01.000/7, IC-003785.2014.01.000/4, IC-003794.2014.01.000/5, IC-003796.2014.01.000/6, IC-003849.2014.01.000/8, IC-003878.2014.01.000/1, IC-003997.2014.01.000/6, IC-004135.2014.01.000/7, IC-004146.2014.01.000/9, IC-004384.2014.01.000/8, IC-004453.2014.01.000/0, IC-004477.2014.01.000/5, IC-004540.2014.01.000/5, IC-004568.2014.01.000/1, IC-004582.2014.01.000/1, IC-004601.2014.01.000/2, IC-000051.2014.01.001/5, IC-000116.2014.01.001/2, IC-000185.2014.01.001/7, IC-000239.2014.01.001/4, IC-000283.2014.01.001/2, IC-000288.2014.01.001/4, IC-000344.2014.01.001/8, IC-000366.2014.01.001/5, IC-000381.2014.01.001/8, IC-000432.2014.01.001/6, IC-000448.2014.01.001/1, IC-000525.2014.01.001/6, IC-000578.2014.01.001/1, IC-000083.2014.01.002/6, IC-000163.2014.01.002/0, IC-000158.2014.01.003/6, IC-000706.2014.01.004/7, IC-000760.2014.01.004/8, IC-000830.2014.01.004/9, IC-000981.2014.01.004/0, IC-001038.2014.01.004/4, IC-000510.2014.01.005/0, IC-000554.2014.01.005/5, IC-000555.2014.01.005/1, IC-000189.2014.01.006/7, IC-000538.2014.01.006/7, IC-000574.2014.01.006/0, IC-000689.2014.01.006/8, IC-000096.2014.01.007/5, IC-000325.2014.01.007/5, NF-000080.2015.01.000/4, IC-000190.2015.01.000/4, PP-000202.2015.01.000/0, IC-000316.2015.01.000/0, PP-000515.2015.01.000/0, IC-000530.2015.01.000/3, IC-000556.2015.01.000/6, IC-000568.2015.01.000/6, IC-000657.2015.01.000/0, IC-000676.2015.01.000/9, PP-000807.2015.01.000/0, IC-001035.2015.01.000/7, IC-001068.2015.01.000/2, IC-001277.2015.01.000/8, NF-001283.2015.01.000/2, IC-001350.2015.01.000/4, NF-001442.2015.01.000/6, PP-001510.2015.01.000/3, PP-001611.2015.01.000/6, IC-001666.2015.01.000/5, IC-001702.2015.01.000/2, PP-001721.2015.01.000/0, NF-001864.2015.01.000/9, PP-001895.2015.01.000/3, PP-002002.2015.01.000/0, PP-002034.2015.01.000/0, IC-002035.2015.01.000/5, NF-002105.2015.01.000/3, IC-002160.2015.01.000/4, PP-002198.2015.01.000/7, PP-002266.2015.01.000/4, NF-002285.2015.01.000/1, IC-002456.2015.01.000/2, NF-002529.2015.01.000/7, NF-002599.2015.01.000/1, IC-002638.2015.01.000/5, IC-002698.2015.01.000/3, NF-002728.2015.01.000/6, PP-002854.2015.01.000/0, NF-002867.2015.01.000/3, NF-003099.2015.01.000/3, NF-003233.2015.01.000/7, NF-003239.2015.01.000/0, NF-003358.2015.01.000/4, NF-003366.2015.01.000/0, NF-003433.2015.01.000/1, NF-003511.2015.01.000/5, NF-003661.2015.01.000/4, NF-003717.2015.01.000/2, IC-000304.2015.01.001/1, IC-000001.2015.01.002/0, IC-000032.2015.01.002/1, IC-000210.2015.01.004/8, IC-000355.2015.01.004/7, IC-000365.2015.01.004/4, IC-000461.2015.01.004/7, IC-000525.2015.01.004/1, IC-000585.2015.01.004/5, PP-000766.2015.01.004/3, IC-000005.2015.01.005/1, IC-000021.2015.01.005/1, IC-000085.2015.01.005/0, IC-000196.2015.01.005/7, IC-000344.2015.01.005/4, PP-000351.2015.01.005/2, IC-000062.2015.01.006/3, IC-000153.2015.01.006/0, NF-000165.2015.01.006/0, PP-000210.2015.01.006/0, IC-000511.2015.01.006/0, IC-000554.2015.01.006/9, IC-000193.2015.01.007/0, PP-000248.2015.01.007/8, PP-000039.2015.01.008/3, NF-000109.2015.01.008/3 - PRT 2ª Região-SP - IC-000308.2009.02.004/5, IC-001173.2010.02.000/0, IC-001764.2010.02.000/3, IC-002680.2010.02.000/5, IC-000246.2010.02.002/4, IC-000231.2010.02.004/7, IC-003387.2011.02.000/1, IC-000243.2011.02.001/7, IC-000493.2012.02.000/1, IC-000975.2012.02.000/0, IC-001910.2012.02.000/8, IC-003188.2012.02.000/4, IC-003707.2012.02.000/1, IC-006175.2012.02.000/6, IC-000313.2012.02.001/6, IC-000074.2012.02.004/4, IC-000407.2013.02.000/4, IC-000703.2013.02.000/3, IC-000906.2013.02.000/9, IC-001054.2013.02.000/1, IC-001530.2013.02.000/3, IC-002247.2013.02.000/4, IC-002684.2013.02.000/2, IC-002790.2013.02.000/4, IC-002872.2013.02.000/0, IC-003084.2013.02.000/7, IC-003110.2013.02.000/8, IC-003539.2013.02.000/9, IC-003944.2013.02.000/7, IC-003983.2013.02.000/7, IC-004206.2013.02.000/0, IC-004263.2013.02.000/1, IC-004329.2013.02.000/6, IC-004330.2013.02.000/3, IC-000278.2013.02.002/7, IC-000387.2013.02.002/6, IC-000410.2013.02.002/9, IC-000409.2013.02.003/0, IC-000035.2013.02.004/2, IC-000639.2014.02.000/8, IC-000669.2014.02.000/0, IC-000697.2014.02.000/9, IC-000754.2014.02.000/9, IC-001048.2014.02.000/9, IC-001260.2014.02.000/2, IC-001282.2014.02.000/6, IC-001336.2014.02.000/3, IC-001502.2014.02.000/7, IC-001734.2014.02.000/1, IC-001866.2014.02.000/9, IC-002136.2014.02.000/7, IC-002192.2014.02.000/3, NF-002205.2014.02.000/0, IC-002276.2014.02.000/0, IC-002508.2014.02.000/8, IC-002957.2014.02.000/3, IC-002997.2014.02.000/9, IC-003291.2014.02.000/3, IC-003315.2014.02.000/1, IC-003574.2014.02.000/9, IC-003664.2014.02.000/0, IC-003730.2014.02.000/6, IC-003761.2014.02.000/0, IC-003854.2014.02.000/8, IC-003992.2014.02.000/0, IC-004114.2014.02.000/0, PP-004294.2014.02.000/8, IC-004394.2014.02.000/5, IC-004933.2014.02.000/5, IC-004983.2014.02.000/7, IC-005016.2014.02.000/1, IC-005084.2014.02.000/5, IC-005110.2014.02.000/6, IC-005274.2014.02.000/3, IC-005282.2014.02.000/9, IC-005444.2014.02.000/9, IC-005481.2014.02.000/8, IC-005593.2014.02.000/2, IC-005649.2014.02.000/0, IC-005655.2014.02.000/5, IC-005702.2014.02.000/4, IC-005795.2014.02.000/8, IC-005874.2014.02.000/7, IC-006066.2014.02.000/1, PP-006236.2014.02.000/7, IC-006337.2014.02.000/0, IC-006530.2014.02.000/6, IC-006600.2014.02.000/4, IC-006626.2014.02.000/0, IC-006683.2014.02.000/1, PP-006852.2014.02.000/1, IC-006878.2014.02.000/7, IC-000217.2014.02.001/9, IC-000308.2014.02.001/6, IC-000366.2014.02.001/7, IC-000554.2014.02.001/0, IC-000563.2014.02.001/4, IC-000629.2014.02.001/1, PP-000224.2014.02.002/8, PP-000337.2014.02.002/2, IC-000440.2014.02.002/3, PP-000571.2014.02.002/0, IC-000584.2014.02.002/6, IC-000109.2014.02.003/8, IC-000215.2014.02.003/8, IC-000428.2014.02.003/0, PP-000141.2014.02.004/7, PP-000233.2014.02.005/1, IC-000269.2014.02.005/1, IC-000013.2015.02.000/1, IC-000068.2015.02.000/9, IC-000507.2015.02.000/8, IC-000844.2015.02.000/2, PP-000944.2015.02.000/0, IC-000994.2015.02.000/7, PP-001008.2015.02.000/5, IC-001013.2015.02.000/4, IC-001028.2015.02.000/8, IC-001043.2015.02.000/3, PP-001147.2015.02.000/2, IC-001171.2015.02.000/9, PP-001418.2015.02.000/0, PP-001622.2015.02.000/9, PP-001753.2015.02.000/0, IC-001814.2015.02.000/8, PP-002157.2015.02.000/7, IC-002226.2015.02.000/0, PP-002436.2015.02.000/0, PP-002449.2015.02.000/3, PP-002494.2015.02.000/8, IC-002751.2015.02.000/8, PP-003328.2015.02.000/6, IC-003376.2015.02.000/7, PP-003704.2015.02.000/0, PP-003866.2015.02.000/7, IC-003869.2015.02.000/3, IC-003913.2015.02.000/6, PP-004170.2015.02.000/8, PP-004230.2015.02.000/0, PP-004378.2015.02.000/6, PP-005045.2015.02.000/7, IC-005098.2015.02.000/5, PP-005413.2015.02.000/6, PP-005562.2015.02.000/0, NF-005742.2015.02.000/1, PP-005748.2015.02.000/4, PP-005764.2015.02.000/5, NF-006004.2015.02.000/4, NF-006053.2015.02.000/0, IC-000091.2015.02.001/4, IC-000439.2015.02.001/5, IC-000505.2015.02.001/6, IC-000640.2015.02.001/1, NF-000512.2015.02.002/5, NF-000547.2015.02.002/9, NF-000578.2015.02.002/7, NF-000580.2015.02.002/3, NF-000581.2015.02.002/0, NF-000582.2015.02.002/6, NF-000588.2015.02.002/4, NF-000590.2015.02.002/0, NF-000594.2015.02.002/6, NF-000608.2015.02.002/4, NF-000610.2015.02.002/0, NF-000611.2015.02.002/7, NF-000615.2015.02.002/2, NF-000617.2015.02.002/5, NF-000618.2015.02.002/1, NF-000622.2015.02.002/0, NF-000623.2015.02.002/7, NF-000624.2015.02.002/3, NF-000627.2015.02.002/2, NF-000628.2015.02.002/9, NF-000630.2015.02.002/5, NF-000631.2015.02.002/1, NF-000633.2015.02.002/4, NF-000636.2015.02.002/3, NF-000638.2015.02.002/6, NF-000640.2015.02.002/2, NF-000641.2015.02.002/9, NF-000642.2015.02.002/5, NF-000643.2015.02.002/1, NF-000644.2015.02.002/8, NF-000645.2015.02.002/4, NF-000648.2015.02.002/3, NF-000649.2015.02.002/0, NF-000651.2015.02.002/6, NF-000655.2015.02.002/1, NF-000656.2015.02.002/8, NF-000657.2015.02.002/4, NF-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

000658.2015.02.002/0, NF-000659.2015.02.002/7, NF-
000663.2015.02.002/6, NF-000664.2015.02.002/2, NF-
000665.2015.02.002/9, NF-000666.2015.02.002/5, NF-
000667.2015.02.002/1, NF-000668.2015.02.002/8, NF-
000669.2015.02.002/4, NF-000672.2015.02.002/7, NF-
000673.2015.02.002/3, NF-000681.2015.02.002/8, NF-
000684.2015.02.002/7, NF-000691.2015.02.002/5, NF-
000719.2015.02.002/6, IC-000366.2015.02.003/1, IC-
000377.2015.02.003/5, NF-000440.2015.02.003/7 - PRT 3ª Região-MG - IC-000028.2008.03.004/2, IC-000398.2009.03.001/3, IC-
000146.2010.03.001/7, IC-000355.2010.03.001/4, IC-
000099.2010.03.007/8, IC-001104.2011.03.000/4, IC-
000150.2011.03.001/9, IC-000247.2011.03.001/4, IC-
000262.2011.03.001/7, IC-000433.2011.03.001/8, IC-
000550.2011.03.001/1, IC-000721.2011.03.001/2, IC-
000036.2011.03.005/7, IC-000156.2011.03.010/7, IC-
000984.2012.03.000/3, IC-001094.2012.03.000/6, IC-
002416.2012.03.000/3, IC-002440.2012.03.000/0, IC-
000447.2012.03.001/3, IC-000144.2012.03.007/5, IC-
000156.2012.03.008/6, IC-001237.2013.03.000/0, IC-
002124.2013.03.000/9, IC-002668.2013.03.000/2, IC-
003054.2013.03.000/9, IC-000140.2013.03.001/7, IC-
000055.2013.03.005/3, IC-000145.2013.03.005/2, IC-
000011.2013.03.008/7, IC-000474.2014.03.000/0, IC-
000728.2014.03.000/4, IC-001182.2014.03.000/0, IC-
001425.2014.03.000/0, IC-001507.2014.03.000/5, IC-
001574.2014.03.000/3, IC-001663.2014.03.000/9, IC-
001711.2014.03.000/3, IC-001965.2014.03.000/1, IC-
002101.2014.03.000/1, IC-002377.2014.03.000/3, IC-
003062.2014.03.000/6, IC-003177.2014.03.000/7, IC-
003349.2014.03.000/3, PP-003373.2014.03.000/0, IC-
003465.2014.03.000/1, IC-003565.2014.03.000/9, IC-
003572.2014.03.000/9, IC-003598.2014.03.000/4, IC-
003658.2014.03.000/6, IC-000055.2014.03.001/0, PP-
000081.2014.03.001/5, IC-000091.2014.03.001/3, IC-
000141.2014.03.001/6, IC-000308.2014.03.001/8, IC-
000364.2014.03.001/6, IC-000413.2014.03.001/1, NF-
000434.2014.03.001/2, NF-000488.2014.03.001/4, IC-
000610.2014.03.001/9, IC-000811.2014.03.001/1, IC-
000272.2014.03.002/6, IC-000437.2014.03.002/5, IC-
000226.2014.03.005/7, IC-000113.2014.03.006/1, IC-
000202.2014.03.006/6, IC-000235.2014.03.006/7, IC-
000245.2014.03.006/4, IC-000126.2014.03.007/9, IC-
000241.2014.03.008/0, IC-000303.2014.03.008/2, IC-
000005.2014.03.009/5, IC-000172.2014.03.010/4, IC-
000263.2014.03.010/9, IC-000075.2015.03.000/8, IC-
000343.2015.03.000/7, PP-000565.2015.03.000/0, PP-
000594.2015.03.000/6, IC-000608.2015.03.000/4, IC-
000622.2015.03.000/0, IC-000889.2015.03.000/5, IC-
000894.2015.03.000/0, IC-000963.2015.03.000/0, IC-
001060.2015.03.000/0, IC-001101.2015.03.000/5, IC-
001197.2015.03.000/5, IC-001204.2015.03.000/9, IC-
001256.2015.03.000/1, IC-001324.2015.03.000/9, IC-
001491.2015.03.000/4, IC-001579.2015.03.000/2, IC-
001703.2015.03.000/0, IC-001766.2015.03.000/4, PP-
001887.2015.03.000/0, IC-001947.2015.03.000/1, IC-
001978.2015.03.000/6, PP-002058.2015.03.000/6, NF-
002131.2015.03.000/2, PP-002141.2015.03.000/9, PP-
002182.2015.03.000/0, IC-002240.2015.03.000/0, IC-
002245.2015.03.000/8, NF-002316.2015.03.000/1, PP-
002334.2015.03.000/3, IC-002429.2015.03.000/1, NF-
002790.2015.03.000/9, PP-000008.2015.03.001/2, IC-
000073.2015.03.001/5, NF-000093.2015.03.001/1, NF-
000146.2015.03.001/0, NF-000191.2015.03.001/5, NF-
000287.2015.03.001/4, NF-000324.2015.03.001/0, NF-
000354.2015.03.001/1, NF-000459.2015.03.001/1, NF-
000530.2015.03.001/8, IC-000599.2015.03.001/9, IC-
000237.2015.03.002/1, IC-000272.2015.03.002/9, IC-
000067.2015.03.003/0, IC-000140.2015.03.003/4, PP-
000194.2015.03.003/6, IC-000171.2015.03.005/4, IC-
000191.2015.03.005/9, IC-000193.2015.03.005/1, PP-
000015.2015.03.006/0, IC-000105.2015.03.006/0, IC-
000208.2015.03.006/7, IC-000118.2015.03.007/7, IC-
000226.2015.03.007/0, IC-000231.2015.03.007/5, IC-
000324.2015.03.007/5, PP-000126.2015.03.008/2, IC-
000061.2015.03.009/7, PP-000169.2015.03.010/4, PP-
000179.2015.03.010/1 - PRT 4ª Região-RS - PP-
000698.2003.04.000/2, IC-000189.2007.04.000/1, IC-
000113.2008.04.001/6, IC-000115.2008.04.001/9, IC-
000010.2008.04.005/0, IC-000023.2008.04.005/0, IC-
000342.2009.04.000/0, IC-000122.2009.04.001/0, IC-
000368.2009.04.001/3, IC-000328.2010.04.000/2, IC-
000943.2010.04.000/4, IC-001280.2010.04.000/0, IC-
001403.2010.04.000/0, IC-000073.2010.04.002/1, IC-
000023.2010.04.005/6, IC-000059.2011.04.000/9, IC-
000583.2011.04.000/3, IC-000192.2011.04.001/2, IC-
000062.2011.04.006/7, IC-000327.2011.04.006/4, IC-
000280.2011.04.008/7, IC-000112.2012.04.000/6, IC-
001174.2012.04.000/1, IC-001936.2012.04.000/5, IC-
002108.2012.04.000/7, IC-000438.2012.04.001/4, IC-
000043.2012.04.005/0, IC-000039.2012.04.006/7, IC-
000659.2012.04.006/6, IC-000697.2012.04.006/2, IC-
000762.2012.04.006/7, IC-000831.2012.04.006/7, IC-
000186.2013.04.000/5, IC-000618.2013.04.000/8, IC-
000686.2013.04.000/6, IC-000866.2013.04.000/8, IC-
001318.2013.04.000/1, IC-001516.2013.04.000/5, IC-
001616.2013.04.000/2, IC-001714.2013.04.000/9, IC-
001796.2013.04.000/0, IC-001839.2013.04.000/6, IC-
002167.2013.04.000/1, IC-002302.2013.04.000/0, IC-
002333.2013.04.000/4, IC-002415.2013.04.000/0, IC-
002439.2013.04.000/4, IC-002639.2013.04.000/9, IC-
002680.2013.04.000/1, IC-002681.2013.04.000/7, IC-
000116.2013.04.001/5, IC-000132.2013.04.001/4, IC-
000294.2013.04.004/1, IC-000325.2013.04.004/5, IC-
000038.2013.04.005/1, IC-000070.2013.04.005/6, IC-
000128.2013.04.005/9, IC-000486.2013.04.006/5, IC-
000667.2013.04.006/3, IC-000198.2013.04.007/1, IC-
000324.2013.04.007/1, IC-000059.2013.04.008/0, IC-
000137.2013.04.008/2, IC-000223.2014.04.000/0, IC-
000588.2014.04.000/0, IC-000591.2014.04.000/2, IC-
000623.2014.04.000/2, IC-000783.2014.04.000/4, PP-
000804.2014.04.000/4, IC-000807.2014.04.000/3, IC-
000907.2014.04.000/8, IC-000966.2014.04.000/5, IC-
001018.2014.04.000/0, IC-001575.2014.04.000/0, IC-
001827.2014.04.000/0, IC-001847.2014.04.000/2, IC-
002039.2014.04.000/7, IC-002057.2014.04.000/9, IC-
002089.2014.04.000/9, IC-002218.2014.04.000/3, IC-
002269.2014.04.000/0, IC-002381.2014.04.000/7, IC-
002432.2014.04.000/8, IC-002531.2014.04.000/0, IC-
002538.2014.04.000/8, IC-002613.2014.04.000/5, IC-
002841.2014.04.000/8, IC-002852.2014.04.000/0, IC-
002904.2014.04.000/6, IC-002940.2014.04.000/0, IC-
003029.2014.04.000/9, PP-003124.2014.04.000/9, IC-
003132.2014.04.000/4, IC-003164.2014.04.000/4, IC-
003174.2014.04.000/0, IC-003190.2014.04.000/1, IC-
003215.2014.04.000/5, IC-003273.2014.04.000/2, IC-
003279.2014.04.000/5, PP-003296.2014.04.000/1, PP-
003331.2014.04.000/3, IC-003347.2014.04.000/2, IC-
003386.2014.04.000/2, PP-003401.2014.04.000/1, PP-
003458.2014.04.000/1, IC-003488.2014.04.000/0, IC-
003492.2014.04.000/4, IC-000126.2014.04.001/9, IC-
000188.2014.04.001/5, IC-000250.2014.04.001/7, IC-
000335.2014.04.001/6, IC-000115.2014.04.002/2, IC-
000231.2014.04.002/0, IC-000413.2014.04.002/4, IC-
000011.2014.04.003/4, IC-000048.2014.04.003/0, IC-
000244.2014.04.003/0, IC-000242.2014.04.004/5, PP-
000255.2014.04.004/7, IC-000323.2014.04.004/5, IC-
000481.2014.04.004/0, IC-000004.2014.04.005/1, IC-
000011.2014.04.005/0, IC-000148.2014.04.005/0, IC-
000189.2014.04.005/1, IC-000255.2014.04.005/6, IC-
000141.2014.04.006/2, IC-000159.2014.04.006/0, IC-
000228.2014.04.006/0, IC-000480.2014.04.006/9, IC-
000500.2014.04.006/0, IC-000594.2014.04.006/0, IC-
000514.2014.04.007/0, IC-000363.2014.04.008/8, IC-
000438.2014.04.008/0, PP-000026.2015.04.000/3, IC-
000068.2015.04.000/0, IC-000082.2015.04.000/3, IC-
000113.2015.04.000/7, IC-000456.2015.04.000/0, PP-
000488.2015.04.000/4, IC-000524.2015.04.000/3, IC-
000701.2015.04.000/6, IC-000929.2015.04.000/8, PP-
000934.2015.04.000/3, PP-001012.2015.04.000/0, IC-
001024.2015.04.000/8, PP-001031.2015.04.000/8, PP-
001036.2015.04.000/4, PP-001081.2015.04.000/9, PP-
001268.2015.04.000/9, PP-001301.2015.04.000/0, IC-
001348.2015.04.000/3, IC-001370.2015.04.000/0, NF-
001488.2015.04.000/6, PP-001493.2015.04.000/5, IC-
001496.2015.04.000/1, IC-001797.2015.04.000/9, NF-
001810.2015.04.000/7, PP-001894.2015.04.000/0, NF-
001914.2015.04.000/6, IC-001928.2015.04.000/4, NF-
001929.2015.04.000/0, NF-001937.2015.04.000/5, PP-
002000.2015.04.000/0, NF-002082.2015.04.000/2, NF-
002110.2015.04.000/4, NF-002133.2015.04.000/3, NF-
002150.2015.04.000/0, NF-002176.2015.04.000/5, NF-
002264.2015.04.000/5, NF-002290.2015.04.000/2, PP-
002377.2015.04.000/5, NF-002409.2015.04.000/9, IC-
002411.2015.04.000/1, NF-002414.2015.04.000/8, NF-
002445.2015.04.000/2, NF-002470.2015.04.000/4, NF-
002475.2015.04.000/1, NF-002497.2015.04.000/6, NF-
002503.2015.04.000/3, NF-002554.2015.04.000/0, NF-
002564.2015.04.000/7, NF-002585.2015.04.000/5, NF-
002601.2015.04.000/0, NF-002675.2015.04.000/6, NF-
002723.2015.04.000/0, NF-002755.2015.04.000/0, PP-
002764.2015.04.000/1, NF-002914.2015.04.000/5, NF-
002921.2015.04.000/5, IC-000188.2015.04.001/8, IC-
000240.2015.04.001/6, IC-000030.2015.04.002/0, PP-
000217.2015.04.002/7, NF-000246.2015.04.002/2, NF-
000251.2015.04.002/8, NF-000252.2015.04.002/4, PP-
000213.2015.04.003/4, IC-000078.2015.04.004/0, PP-
000122.2015.04.004/3, IC-000180.2015.04.004/4, PP-
000207.2015.04.004/6, PP-000213.2015.04.004/2, IC-
000278.2015.04.004/3, IC-000067.2015.04.006/9, PP-
000283.2015.04.006/5, IC-000468.2015.04.006/9, IC-
000600.2015.04.006/0, IC-000015.2015.04.007/4, IC-
000054.2015.04.007/4, IC-000056.2015.04.007/4, IC-
000108.2015.04.007/9, PP-000262.2015.04.007/2, IC-
000265.2015.04.007/4, PP-000306.2015.04.007/2, IC-
000115.2015.04.008/0, IC-000336.2015.04.008/8, PP-
000392.2015.04.008/0 - PRT 5ª Região-BA - IC-
000107.2008.05.006/0, IC-001064.2009.05.000/9, IC-
001568.2009.05.000/7, IC-001853.2009.05.000/5, IC-
000940.2010.05.000/7, IC-001318.2010.05.000/7, IC-
000012.2010.05.005/3, IC-000434.2010.05.006/0, IC-
000560.2011.05.000/1, IC-000928.2011.05.000/6, IC-
001835.2011.05.000/1, IC-002008.2011.05.000/9, IC-
000003.2011.05.001/0, IC-000290.2011.05.001/0, IC-
000017.2011.05.006/5, IC-000488.2011.05.006/4, IC-
000978.2012.05.000/5, IC-001488.2012.05.000/2, IC-
002250.2012.05.000/3, IC-002714.2012.05.000/6, IC-
002799.2012.05.000/4, PP-002807.2012.05.000/3, IC-
000204.2012.05.001/2, IC-000097.2012.05.005/2, IC-
000107.2012.05.005/7, IC-000567.2012.05.006/4, PP-
000050.2013.05.000/3, IC-000184.2013.05.000/4, IC-
000515.2013.05.000/2, IC-000767.2013.05.000/8, IC-
001416.2013.05.000/9, IC-000116.2013.05.001/7, IC-
000217.2013.05.006/6, IC-000188.2014.05.000/2, IC-
000677.2014.05.000/0, NF-000782.2014.05.000/3, IC-
000937.2014.05.000/5, IC-001108.2014.05.000/3, IC-
001293.2014.05.000/0, IC-001568.2014.05.000/0, IC-
001572.2014.05.000/4, IC-001646.2014.05.000/4, IC-
001705.2014.05.000/0, IC-001736.2014.05.000/5, IC-
001738.2014.05.000/6, IC-001739.2014.05.000/1, IC-
001807.2014.05.000/9, PP-002194.2014.05.000/7, PP-
002221.2014.05.000/3, IC-002483.2014.05.000/7, PP-
002595.2014.05.000/1, IC-000040.2014.05.002/2, IC-
000096.2014.05.002/7, IC-000145.2014.05.002/6, IC-
000016.2014.05.005/7, IC-000112.2014.05.006/9, IC-
000126.2014.05.006/1, IC-000135.2014.05.006/2, PP-
000046.2015.05.000/6, PP-000220.2015.05.000/9, IC-
000438.2015.05.000/3, IC-000572.2015.05.000/2, IC-
000605.2015.05.000/9, PP-001171.2015.05.000/1, PP-
001333.2015.05.000/1, PP-001339.2015.05.000/4, IC-
001342.2015.05.000/2, PP-001356.2015.05.000/0, IC-
001395.2015.05.000/0, IC-001591.2015.05.000/3, NF-
001747.2015.05.000/9, NF-001792.2015.05.000/3, PP-
001828.2015.05.000/9, NF-001968.2015.05.000/1, NF-
001987.2015.05.000/9, NF-002003.2015.05.000/9, PP-
002021.2015.05.000/0, NF-002094.2015.05.000/1, NF-
002147.2015.05.000/3, NF-002224.2015.05.000/1, NF-
002298.2015.05.000/8, NF-002342.2015.05.000/0, IC-
000052.2015.05.001/7, IC-000065.2015.05.001/7, IC-
000120.2015.05.001/1, IC-000126.2015.05.001/0, IC-
000131.2015.05.001/5, PP-000241.2015.05.001/0, NF-
000135.2015.05.003/2 - PRT 6ª Região-PE - IC-
000451.2006.06.000/4, IC-000435.2007.06.000/8, IC-
000929.2007.06.000/7, IC-001436.2008.06.000/9, IC-
000891.2009.06.000/4, IC-000124.2010.06.000/4, IC-
000222.2010.06.000/0, IC-000993.2010.06.000/4, IC-
001843.2011.06.000/8, PP-000916.2012.06.000/0, IC-
001714.2012.06.000/9, IC-002202.2012.06.000/3, IC-
002569.2012.06.000/1, IC-000303.2013.06.000/8, IC-
001355.2013.06.000/2, IC-001577.2013.06.000/0, IC-
000146.2013.06.002/1, IC-000152.2013.06.002/3, PP-
000126.2013.06.000/8, IC-000210.2014.06.000/0, IC-
000233.2014.06.000/4, IC-000415.2014.06.000/9, IC-
000459.2014.06.000/3, IC-000499.2014.06.000/2, IC-
000523.2014.06.000/1, IC-000593.2014.06.000/2, IC-
000692.2014.06.000/4, PP-000936.2014.06.000/0, IC-
001182.2014.06.000/2, IC-001196.2014.06.000/0, IC-
001223.2014.06.000/7, IC-002003.2014.06.000/8, IC-
002424.2014.06.000/5, IC-000202.2014.06.001/7, IC-
000216.2014.06.001/0, IC-000195.2014.06.002/4, IC-
000224.2014.06.002/5, IC-000279.2014.06.002/3, IC-
000349.2014.06.002/0, IC-000488.2014.06.002/0, IC-
000497.2014.06.002/1, IC-000516.2014.06.002/5, IC-
000102.2015.06.000/0, IC-000114.2015.06.000/0, IC-
000591.2015.06.000/2, IC-000746.2015.06.000/4, PP-
001094.2015.06.000/4, IC-001250.2015.06.000/1, PP-
001386.2015.06.000/0, IC-001404.2015.06.000/6, IC-
001435.2015.06.000/0, IC-001469.2015.06.000/1, PP-
000109.2015.06.001/6, PP-000247.2015.06.002/1 - PRT 7ª Região-CE - IC-000398.2008.07.000/7, IC-001807.2008.07.000/5, PP-
002025.2008.07.000/7, IC-000273.2008.07.002/4, IC-
000621.2009.07.000/9, IC-000475.2009.07.002/6, IC-
000313.2009.07.003/2, IC-000106.2010.07.002/6, IC-
000719.2011.07.000/2, IC-000701.2012.07.000/7, IC-
000061.2012.07.002/4, IC-000088.2012.07.002/1, IC-
000541.2013.07.000/2, IC-001125.2013.07.000/0, IC-
000215.2013.07.002/3, IC-000115.2014.07.000/6, IC-
000191.2014.07.000/9, IC-000690.2014.07.000/3, IC-
000844.2014.07.000/9, IC-000932.2014.07.000/7, IC-
001413.2014.07.000/7, PP-001529.2014.07.000/3, IC-
001615.2014.07.000/2, IC-001637.2014.07.000/6, IC-
001789.2014.07.000/6, IC-001842.2014.07.000/0, IC-
000008.2014.07.001/2, PP-000208.2014.07.002/6, IC-
000131.2014.07.003/3, PP-000004.2015.07.000/5, IC-
000038.2015.07.000/1, IC-000134.2015.07.000/0, IC-
000139.2015.07.000/2, PP-000471.2015.07.000/5, PP-
000715.2015.07.000/1, PP-000787.2015.07.000/5, PP-
000858.2015.07.000/8, PP-000903.2015.07.000/8, PP-
000961.2015.07.000/9, PP-000987.2015.07.000/1, NF-
001024.2015.07.000/1, PP-001341.2015.07.000/0, PP-
001367.2015.07.000/5, PP-001453.2015.07.000/4, PP-
000096.2015.07.001/7, PP-000183.2015.07.001/9, PP-
000077.2015.07.003/0 - PRT 8ª Região-PA - IC-
000267.2008.08.002/0, IC-000199.2008.08.003/0, IC-
000150.2010.08.002/0, IC-000521.2011.08.000/7, IC-
000577.2011.08.000/1, IC-000602.2011.08.000/7, IC-
000954.2011.08.000/0, PP-000412.2011.08.002/4, IC-
000303.2012.08.001/0, IC-000284.2012.08.002/4, IC-
000679.2012.08.002/1, IC-000220.2012.08.003/3, IC-
000428.2013.08.000/9, IC-000655.2013.08.000/8, IC-
001369.2013.08.000/0, IC-000046.2013.08.001/0, IC-
000081.2013.08.001/7, IC-000268.2013.08.001/0, IC-
000341.2013.08.001/9, IC-000477.2013.08.001/7, IC-
000261.2013.08.002/3, IC-000519.2013.08.002/2, IC-
000113.2013.08.003/0, IC-000159.2013.08.003/7, IC-
000301.2014.08.000/4, IC-000390.2014.08.000/3, IC-
001307.2014.08.000/5, IC-001309.2014.08.000/6, IC-
001455.2014.08.000/3, IC-001481.2014.08.000/0, PP-
001491.2014.08.000/5, IC-001585.2014.08.000/0, PP-
001644.2014.08.000/6, IC-000016.2014.08.001/0, PP-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

000163.2014.08.001/2, IC-000219.2014.08.001/2, IC-000155.2015.09.008/9, IC-000225.2015.09.008/5, IC-001007.2012.13.000/8, IC-001244.2012.13.000/1, IC-
000220.2014.08.001/2, NF-000229.2014.08.001/6, PP-000232.2015.09.008/3, IC-000022.2015.09.009/8, IC-000435.2013.13.000/4, IC-000569.2013.13.000/0, IC-
000233.2014.08.001/5, PP-000235.2014.08.001/1, IC-000036.2015.09.009/5, IC-000152.2015.09.009/0, IC-000864.2013.13.000/2, IC-000970.2013.13.000/2, IC-
000005.2014.08.002/5, IC-000042.2014.08.002/6, IC-000164.2015.09.009/0, IC-000182.2015.09.009/2, PP-001362.2013.13.000/2, IC-001493.2013.13.000/4, IC-
000095.2014.08.002/9, IC-000123.2014.08.002/1, IC-000074.2015.09.010/9, PP-000145.2015.09.010/5 - PRT 10ª Região-001510.2013.13.000/4, IC-001564.2013.13.000/8, IC-
000260.2014.08.002/2, IC-000278.2014.08.002/0, PP-DF - IC-000085.2009.10.003/2, IC-000094.2010.10.003/6, IC-001606.2013.13.000/8, IC-001646.2013.13.000/3, IC-
000323.2014.08.002/3, PP-000346.2014.08.002/7, PP-000272.2012.10.000/2, IC-000682.2012.10.000/2, IC-001742.2013.13.000/9, IC-000092.2013.13.002/7, IC-
000395.2014.08.002/1, IC-000171.2014.08.003/8, IC-000929.2012.10.000/8, IC-001162.2012.10.000/1, IC-000002.2014.13.000/7, IC-000006.2014.13.000/0, PP-
000207.2014.08.003/3, PP-000027.2015.08.000/5, PP-000138.2012.10.001/1, IC-000216.2012.10.001/2, IC-000284.2014.13.000/0, IC-000339.2014.13.000/4, NF-
000059.2015.08.000/4, IC-000065.2015.08.000/3, IC-000121.2012.10.002/8, IC-000259.2012.10.002/9, IC-000638.2014.13.000/2, PP-000663.2014.13.000/2, IC-
000204.2015.08.000/5, PP-000235.2015.08.000/3, PP-000042.2012.10.003/8, IC-000198.2013.10.000/0, IC-000969.2014.13.000/5, PP-001016.2014.13.000/2, NF-
000267.2015.08.000/8, IC-000429.2015.08.000/8, IC-000254.2013.10.000/3, IC-000792.2013.10.000/0, IC-001017.2014.13.000/8, NF-001048.2014.13.000/2, IC-
000548.2015.08.000/4, PP-000599.2015.08.000/7, PP-000132.2013.10.002/4, IC-000214.2013.10.002/0, IC-001199.2014.13.000/7, IC-001273.2014.13.000/9, IC-
000776.2015.08.000/0, NF-000875.2015.08.000/1, PP-000241.2013.10.002/3, IC-000073.2013.10.003/3, IC-001285.2014.13.000/6, PP-001500.2014.13.000/0, PP-
000892.2015.08.000/7, PP-000904.2015.08.000/2, IC-000086.2013.10.003/3, IC-000097.2013.10.003/9, IC-000001.2015.13.000/3, IC-000103.2015.13.000/0, NF-
000942.2015.08.000/9, NF-000953.2015.08.000/5, IC-000103.2013.10.003/7, IC-000106.2013.10.003/6, IC-000121.2015.13.000/2, PP-000190.2015.13.000/7, PP-
000974.2015.08.000/3, IC-001035.2015.08.000/3, NF-000107.2013.10.003/2, IC-000108.2013.10.003/9, IC-000231.2015.13.000/8, IC-000662.2015.13.000/9, NF-
001083.2015.08.000/2, IC-000064.2015.08.002/2, IC-000109.2013.10.003/5, IC-000111.2013.10.003/1, IC-000711.2015.13.000/4, NF-000737.2015.13.000/7, IC-
000175.2015.08.002/9, PP-000229.2015.08.002/6, IC-000118.2013.10.003/6, IC-000131.2013.10.003/6, IC-000808.2015.13.000/0, NF-000852.2015.13.000/8, NF-
000259.2015.08.002/8, IC-000270.2015.08.002/0, IC-000133.2013.10.003/9, IC-000135.2013.10.003/1, IC-001049.2015.13.000/0, NF-001116.2015.13.000/1, NF-
000275.2015.08.002/1, IC-000280.2015.08.002/7, IC-000136.2013.10.003/8, IC-000137.2013.10.003/4, IC-001144.2015.13.000/0, NF-001149.2015.13.000/7, NF-
000284.2015.08.002/2, IC-000298.2015.08.002/8 - PRT 9ª Região-PR - IC-000433.2008.09.004/8, IC-000513.2009.09.004/4, IC-000139.2013.10.003/7, IC-000140.2013.10.003/7, IC-001177.2015.13.000/5, PP-000030.2015.13.002/0, PP-
000141.2013.10.003/3, IC-000142.2013.10.003/0, IC-000034.2015.13.002/0, PP-000036.2015.13.002/4, PP-
001228.2010.09.000/0, IC-000236.2010.09.001/8, IC-000143.2013.10.003/6, IC-000144.2013.10.003/2, IC-000244.2015.13.002/0, PP-000252.2015.13.002/5, PP-
000257.2011.09.001/2, IC-000114.2011.09.004/9, IC-000145.2013.10.003/9, IC-000147.2013.10.003/1, IC-000260.2015.13.002/0, PP-000290.2015.13.002/1 - PRT 14ª Região-
000213.2011.09.005/1, IC-000232.2011.09.005/0, IC-000176.2013.10.003/7, IC-000266.2014.10.000/6, IC-RO - IC-000133.2010.14.002/6, IC-000224.2011.14.001/8, IC-
001273.2012.09.000/8, IC-002524.2012.09.000/1, IC-000889.2014.10.000/9, IC-000918.2014.10.000/0, IC-000105.2011.14.002/0, IC-000133.2012.14.000/5, IC-
000274.2012.09.001/0, IC-000200.2012.09.003/6, IC-001059.2014.10.000/0, IC-001119.2014.10.000/1, IC-000817.2012.14.000/3, IC-000046.2012.14.001/2, IC-
000027.2012.09.004/4, IC-000051.2012.09.007/0, IC-001422.2014.10.000/1, IC-001434.2014.10.000/9, IC-000226.2012.14.001/3, PP-000413.2012.14.001/3, IC-
000783.2013.09.000/4, IC-000803.2013.09.000/4, IC-001521.2014.10.000/3, IC-001531.2014.10.000/0, IC-000297.2013.14.000/5, IC-000410.2013.14.000/9, IC-
001005.2013.09.000/1, IC-001332.2013.09.000/6, IC-001986.2014.10.000/8, IC-002307.2014.10.000/7, PP-000582.2013.14.000/0, IC-000823.2013.14.000/8, IC-
001647.2013.09.000/1, IC-001649.2013.09.000/2, IC-002328.2014.10.000/5, IC-002338.2014.10.000/1, IC-000867.2013.14.000/2, IC-000177.2013.14.001/0, IC-
000020.2013.09.001/1, IC-000314.2013.09.001/8, IC-000048.2014.10.002/8, IC-000094.2014.10.002/0, IC-000195.2014.14.000/7, IC-000204.2014.14.000/3, IC-
000464.2013.09.001/2, IC-000125.2013.09.005/9, IC-000097.2014.10.002/1, IC-000183.2014.10.002/0, IC-000266.2014.14.000/0, IC-000310.2014.14.000/3, IC-
000286.2013.09.006/8, IC-000077.2013.09.007/4, IC-000008.2014.10.003/3, IC-000015.2014.10.003/2, IC-000582.2014.14.000/3, IC-000590.2014.14.000/8, IC-
000087.2013.09.007/2, IC-000246.2013.09.007/0, IC-000023.2014.10.003/6, IC-000037.2014.10.003/3, IC-000209.2014.14.001/3, IC-000234.2014.14.001/3, IC-
000076.2014.09.000/8, IC-000243.2014.09.000/7, IC-000100.2014.10.003/0, PP-000032.2015.10.000/8, IC-000263.2014.14.001/9, IC-000353.2014.14.001/0, IC-
000335.2014.09.000/0, IC-000400.2014.09.000/5, IC-000087.2015.10.000/5, IC-000221.2015.10.000/8, IC-000111.2014.14.002/0, IC-000128.2014.14.002/1, IC-
000534.2014.09.000/0, IC-000671.2014.09.000/9, IC-000234.2015.10.000/4, IC-000263.2015.10.000/0, IC-000159.2014.14.002/0, IC-000246.2014.14.002/1, IC-
000682.2014.09.000/2, IC-000895.2014.09.000/5, IC-000443.2015.10.000/1, IC-000472.2015.10.000/7, IC-000305.2014.14.002/4, PP-000019.2015.14.000/0, PP-
000984.2014.09.000/0, IC-001131.2014.09.000/8, PP-000584.2015.10.000/5, PP-000608.2015.10.000/0, PP-000105.2015.14.000/4, PP-000212.2015.14.000/0, NF-
001478.2014.09.000/3, IC-001484.2014.09.000/8, IC-000699.2015.10.000/2, IC-000724.2015.10.000/8, IC-000245.2015.14.000/1, NF-000321.2015.14.000/0, NF-
001643.2014.09.000/1, IC-001668.2014.09.000/1, IC-000832.2015.10.000/0, IC-000948.2015.10.000/4, PP-000334.2015.14.000/6, NF-000511.2015.14.000/9, NF-
001739.2014.09.000/5, IC-001800.2014.09.000/4, IC-000979.2015.10.000/2, PP-001094.2015.10.000/0, PP-000550.2015.14.000/1 - PRT 15ª Região-Campinas - IC-
001882.2014.09.000/6, IC-002156.2014.09.000/6, IC-001454.2015.10.000/3, PP-001463.2015.10.000/4, PP-001032.2010.15.000/2, IC-001613.2010.15.000/9, IC-
002278.2014.09.000/7, IC-002305.2014.09.000/3, IC-001467.2015.10.000/6, IC-001584.2015.10.000/0, PP-002031.2010.15.000/5, IC-001017.2011.15.000/9, IC-
000127.2014.09.001/0, IC-000214.2014.09.001/2, IC-001589.2015.10.000/7, IC-001607.2015.10.000/2, NF-000328.2012.15.000/7, IC-001293.2012.15.000/4, IC-
000249.2014.09.001/6, IC-000475.2014.09.001/9, IC-001654.2015.10.000/8, NF-001730.2015.10.000/0, NF-001360.2012.15.000/6, IC-001897.2012.15.000/0, IC-
000117.2014.09.003/5, IC-000120.2014.09.003/8, IC-001821.2015.10.000/7, NF-001831.2015.10.000/3, IC-000318.2012.15.006/9, IC-000464.2012.15.006/8, IC-
000178.2014.09.003/5, IC-000285.2014.09.003/1, IC-001884.2015.10.000/1, IC-001890.2015.10.000/6, NF-000477.2012.15.008/0, IC-000385.2013.15.000/4, IC-
000303.2014.09.003/8, PP-000415.2014.09.003/7, IC-001921.2015.10.000/4, IC-002022.2015.10.000/2, NF-000915.2013.15.000/2, IC-000965.2013.15.000/9, IC-
000432.2014.09.003/2, PP-000446.2014.09.003/5, PP-002207.2015.10.000/1, IC-000001.2015.10.001/7, IC-001412.2013.15.000/4, IC-001546.2013.15.000/2, IC-
000454.2014.09.003/0, IC-000507.2014.09.003/0, PP-000136.2015.10.001/7, PP-000140.2015.10.001/6, IC-001911.2013.15.000/5, IC-001954.2013.15.000/7, IC-
000539.2014.09.003/5, IC-000589.2014.09.003/1, PP-000025.2015.10.002/3, IC-000043.2015.10.002/5 - PRT 11ª Região-002031.2013.15.000/0, IC-002079.2013.15.000/0, IC-
000592.2014.09.003/4, PP-000608.2014.09.003/5, IC-AM - IC-000085.2007.11.000/5, IC-002148.2008.11.000/6, IC-002236.2013.15.000/2, IC-002375.2013.15.000/0, IC-
000636.2014.09.003/3, PP-000642.2014.09.003/5, PP-000135.2010.11.000/0, IC-000017.2011.11.001/6, IC-002528.2013.15.000/9, IC-002560.2013.15.000/0, IC-
000647.2014.09.003/7, PP-000652.2014.09.003/3, IC-000283.2012.11.000/7, IC-000349.2012.11.000/4, IC-000183.2013.15.002/1, IC-000572.2013.15.002/0, IC-
000125.2014.09.004/0, IC-000128.2014.09.004/0, IC-000424.2012.11.000/6, IC-001222.2012.11.000/1, IC-000617.2013.15.002/7, IC-000053.2013.15.004/7, IC-
000131.2014.09.004/2, PP-000080.2014.09.005/1, IC-001555.2012.11.000/9, IC-001587.2012.11.000/9, IC-000309.2013.15.007/9, IC-000036.2013.15.008/6, IC-
000134.2014.09.005/2, IC-000135.2014.09.005/9, IC-000161.2013.11.000/4, IC-000733.2013.11.000/4, IC-000195.2014.15.000/8, IC-000205.2014.15.000/0, IC-
000189.2014.09.005/0, PP-000262.2014.09.005/0, IC-000969.2013.11.000/0, IC-000028.2014.11.000/1, IC-000273.2014.15.000/9, IC-000353.2014.15.000/2, IC-
000267.2014.09.005/1, IC-000269.2014.09.005/4, IC-000346.2014.11.000/0, IC-000511.2014.11.000/3, IC-000386.2014.15.000/3, IC-000468.2014.15.000/0, IC-
000198.2014.09.006/2, IC-000220.2014.09.006/9, IC-000659.2014.11.000/1, IC-000754.2014.11.000/8, IC-000681.2014.15.000/6, IC-000682.2014.15.000/2, IC-
000026.2014.09.007/0, IC-000076.2014.09.007/0, IC-000810.2014.11.000/1, IC-000831.2014.11.000/2, IC-000891.2014.15.000/0, IC-000909.2014.15.000/3, IC-
000287.2014.09.008/0, IC-000047.2014.09.009/7, IC-000913.2014.11.000/9, IC-001105.2014.11.000/1, IC-001069.2014.15.000/7, IC-001106.2014.15.000/0, IC-
000268.2014.09.009/1, IC-000276.2014.09.009/3, IC-001179.2014.11.000/8, IC-001306.2014.11.000/1, IC-001447.2014.15.000/2, IC-001790.2014.15.000/8, IC-
000002.2014.09.010/0, PP-000009.2015.09.000/0, IC-001424.2014.11.000/0, IC-000036.2015.11.000/9, IC-001815.2014.15.000/1, IC-002210.2014.15.000/9, IC-
000103.2015.09.000/2, PP-000218.2015.09.000/0, PP-000063.2015.11.000/1, IC-000101.2015.11.000/6, IC-002827.2014.15.000/7, IC-002858.2014.15.000/1, IC-
000251.2015.09.000/4, IC-000281.2015.09.000/6, IC-000110.2015.11.000/7, IC-000662.2015.11.000/7, IC-002926.2014.15.000/9, IC-003178.2014.15.000/1, IC-
000291.2015.09.000/3, IC-000311.2015.09.000/3, IC-000689.2015.11.000/6, IC-000031.2015.11.001/3 - PRT 12ª Região-000680.2014.15.001/8, IC-000045.2014.15.002/5, PP-
000483.2015.09.000/5, PP-000562.2015.09.000/2, PP-SC - IC-000397.2008.12.000/1, IC-002975.2008.12.000/5, IC-000178.2014.15.002/9, IC-000213.2014.15.002/1, IC-
000672.2015.09.000/8, PP-000781.2015.09.000/7, PP-000663.2010.12.000/0, IC-000015.2011.12.002/4, IC-000400.2014.15.002/1, IC-000460.2014.15.002/5, IC-
000792.2015.09.000/0, PP-000850.2015.09.000/7, PP-000087.2011.12.003/7, IC-000088.2011.12.003/4, IC-000473.2014.15.002/1, IC-000625.2014.15.002/4, IC-
000908.2015.09.000/0, PP-001009.2015.09.000/7, PP-000097.2011.12.003/5, IC-000076.2012.12.004/6, IC-000647.2014.15.002/1, IC-000042.2014.15.004/5, IC-
001020.2015.09.000/0, IC-001092.2015.09.000/6, PP-000236.2013.12.000/3, IC-000462.2013.12.000/6, PP-000179.2014.15.004/1, IC-000325.2014.15.005/4, IC-
001214.2015.09.000/0, PP-001220.2015.09.000/5, PP-000511.2013.12.000/1, IC-000027.2013.12.003/5, IC-000174.2014.15.006/6, IC-000418.2014.15.006/1, IC-
001227.2015.09.000/3, PP-001237.2015.09.000/0, PP-000092.2013.12.004/7, IC-000038.2013.12.005/2, IC-000621.2014.15.006/1, IC-000376.2014.15.007/3, IC-
001257.2015.09.000/2, PP-001397.2015.09.000/5, PP-000271.2013.12.005/1, IC-000144.2014.12.000/2, IC-000416.2014.15.007/8, IC-000493.2014.15.007/7, IC-
001414.2015.09.000/5, PP-001451.2015.09.000/4, NF-000563.2014.12.000/3, IC-000718.2014.12.000/5, IC-000174.2014.15.008/2, IC-000694.2014.15.008/8, IC-
001561.2015.09.000/8, PP-001642.2015.09.000/8, PP-001200.2014.12.000/0, IC-001221.2014.12.000/8, IC-000761.2014.15.008/5, IC-000813.2014.15.008/5, IC-
001686.2015.09.000/5, PP-001738.2015.09.000/1, PP-001238.2014.12.000/2, PP-001264.2014.12.000/0, IC-000466.2015.15.000/0, IC-000508.2015.15.000/7, IC-
001766.2015.09.000/0, NF-001787.2015.09.000/8, IC-000075.2014.12.001/3, IC-000512.2014.12.001/7, IC-000523.2015.15.000/0, PP-000696.2015.15.000/8, PP-
001861.2015.09.000/0, PP-001983.2015.09.000/0, NF-000583.2014.12.001/6, IC-000022.2014.12.002/1, IC-000727.2015.15.000/1, PP-000944.2015.15.000/3, PP-
002150.2015.09.000/5, NF-002292.2015.09.000/9, IC-000081.2014.12.002/3, IC-000013.2014.12.006/4, IC-000970.2015.15.000/0, PP-001025.2015.15.000/1, PP-
000028.2015.09.001/7, PP-000076.2015.09.001/0, IC-000092.2014.12.006/0, IC-000122.2014.12.006/4, IC-001056.2015.15.000/6, PP-001100.2015.15.000/9, PP-
000116.2015.09.001/0, NF-000003.2015.09.003/9, PP-000128.2014.12.006/2, IC-000144.2014.12.006/1, IC-001165.2015.15.000/4, PP-001178.2015.15.000/7, PP-
000006.2015.09.003/3, NF-000012.2015.09.003/8, NF-000056.2015.12.000/7, IC-000183.2015.12.000/8, PP-001238.2015.15.000/9, PP-001260.2015.15.000/4, PP-
000068.2015.09.003/3, PP-000165.2015.09.003/1, NF-000538.2015.12.000/6, PP-000846.2015.12.000/5, PP-001267.2015.15.000/2, PP-001399.2015.15.000/0, NF-
000182.2015.09.003/7, NF-000323.2015.09.003/5, IC-000849.2015.12.000/4, IC-001033.2015.12.000/2, IC-001620.2015.15.000/8, PP-001660.2015.15.000/3, PP-
000047.2015.09.004/7, IC-000049.2015.09.004/1, IC-000021.2015.12.001/7, PP-000026.2015.12.001/3, IC-001785.2015.15.000/0, IC-001881.2015.15.000/6, PP-
000061.2015.09.004/4, IC-000175.2015.09.004/0, IC-000186.2015.12.001/5, IC-000197.2015.12.001/7, IC-001945.2015.15.000/0, PP-001951.2015.15.000/4, PP-
000005.2015.09.005/0, IC-000046.2015.09.005/6, IC-000354.2015.12.001/7, NF-000546.2015.12.001/9, NF-001980.2015.15.000/8, PP-002033.2015.15.000/5, IC-
000088.2015.09.005/3, IC-000030.2015.09.006/6, PP-000552.2015.12.001/0, NF-000597.2015.12.001/1, PP-002118.2015.15.000/7, PP-002153.2015.15.000/5, NF-
000126.2015.09.006/1, IC-000135.2015.09.006/2, IC-000066.2015.12.002/7, IC-000110.2015.12.002/4, NF-002215.2015.15.000/8, PP-002319.2015.15.000/7, PP-
000016.2015.09.007/5, IC-000023.2015.09.007/1, IC-000223.2015.12.002/9, NF-000293.2015.12.002/0, IC-002345.2015.15.000/4, PP-002443.2015.15.000/0, NF-
000027.2015.09.007/0, PP-000070.2015.09.007/0, IC-000069.2015.12.003/0, PP-000034.2015.12.005/2, IC-002645.2015.15.000/6, PP-000287.2015.15.001/2, PP-
000131.2015.09.007/8, PP-000140.2015.09.007/9, PP-000004.2015.12.006/6, PP-000077.2015.12.006/6 - PRT 13ª Região-000603.2015.15.001/1, PP-000621.2015.15.001/3, PP-
000152.2015.09.007/9, PP-000182.2015.09.007/0, PP-PB - IC-019504.2010.13.000/3, IC-019726.2010.13.000/6, IC-000631.2015.15.001/0, PP-000657.2015.15.001/3, PP-
000191.2015.09.007/1, IC-000096.2015.09.008/2, IC-000055.2011.13.000/7, IC-000331.2011.13.000/5, IC-000683.2015.15.001/0, PP-000723.2015.15.001/4, IC-
000107.2015.09.008/5, IC-000112.2015.09.008/0, IC-000028.2012.13.000/8, IC-000706.2012.13.000/0, PP-000048.2015.15.002/0, IC-000116.2015.15.002/5, IC-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

000291.2015.15.002/0, PP-000342.2015.15.002/8, PP-000133.2015.15.003/9, IC-000278.2015.15.003/8, NF-000504.2015.15.003/6, IC-000009.2015.15.004/1, PP-000041.2015.15.004/1, PP-000074.2015.15.004/8, PP-000203.2015.15.004/3, IC-000076.2015.15.005/3, PP-000126.2015.15.005/7, PP-000033.2015.15.006/0, IC-000097.2015.15.006/8, PP-000297.2015.15.006/0, PP-000343.2015.15.006/7, PP-000364.2015.15.006/8, IC-000371.2015.15.006/5, NF-000410.2015.15.006/4, IC-000488.2015.15.006/6, PP-000530.2015.15.006/7, PP-000646.2015.15.006/0, IC-000104.2015.15.007/6, PP-000179.2015.15.007/9, PP-000247.2015.15.007/2, IC-000034.2015.15.008/9, IC-000043.2015.15.008/0, IC-000285.2015.15.008/7, IC-000302.2015.15.008/8 - PRT 16ª Região-MA - PP-000037.2009.16.000/5, IC-000387.2009.16.000/0, IC-000614.2009.16.000/5, IC-000697.2010.16.000/1, IC-000083.2011.16.000/2, IC-000290.2011.16.000/7, IC-000309.2011.16.000/7, IC-000461.2011.16.000/8, IC-000226.2011.16.001/2, IC-000252.2012.16.000/3, IC-000449.2012.16.000/7, IC-000915.2012.16.000/0, IC-000960.2012.16.000/5, PP-000104.2013.16.000/4, IC-000293.2013.16.000/1, IC-000422.2013.16.000/0, IC-000483.2013.16.000/0, IC-000488.2013.16.000/2, IC-000590.2013.16.000/7, IC-000925.2013.16.000/0, IC-000277.2013.16.001/0, IC-000303.2013.16.001/2, IC-000086.2014.16.000/5, IC-000257.2014.16.000/0, IC-000377.2014.16.000/3, IC-000528.2014.16.000/0, IC-000650.2014.16.000/9, IC-000048.2014.16.001/8, IC-000097.2014.16.001/1, IC-000189.2014.16.001/5, NF-000194.2014.16.001/0, IC-000002.2015.16.000/0, IC-000081.2015.16.000/2, IC-000412.2015.16.000/9, NF-000521.2015.16.000/8, IC-000581.2015.16.000/1, IC-000608.2015.16.000/6, NF-000765.2015.16.000/9, PP-000811.2015.16.000/5, NF-000816.2015.16.000/7, IC-000891.2015.16.000/3, NF-000917.2015.16.000/1, NF-000182.2015.16.001/3, NF-000085.2015.16.003/4 - PRT 17ª Região-ES - IC-000344.2009.17.000/3, IC-000436.2010.17.000/6, IC-000433.2011.17.000/0, IC-000005.2011.17.003/4, IC-000027.2012.17.000/8, IC-000627.2012.17.000/7, IC-000819.2012.17.000/9, IC-000823.2012.17.000/8, IC-000270.2012.17.003/0, IC-000334.2013.17.000/3, IC-000433.2013.17.000/5, IC-000970.2013.17.000/6, IC-001363.2013.17.000/0, IC-000116.2013.17.001/3, IC-000163.2013.17.001/0, IC-000176.2013.17.002/5, IC-000277.2013.17.003/8, IC-000290.2013.17.003/8, IC-000385.2013.17.003/0, IC-000151.2014.17.000/5, IC-000995.2014.17.000/5, IC-001091.2014.17.000/9, IC-001306.2014.17.000/0, IC-001355.2014.17.000/7, IC-001412.2014.17.000/2, IC-001482.2014.17.000/7, PP-000279.2014.17.001/7, IC-000057.2014.17.002/1, IC-000160.2014.17.002/2, IC-000173.2014.17.002/9, IC-000175.2014.17.002/1, IC-000207.2014.17.002/1, IC-000208.2014.17.002/4, IC-000183.2014.17.003/4, IC-000313.2014.17.003/0, IC-000318.2014.17.003/6, IC-000031.2015.17.000/3, IC-000071.2015.17.000/6, PP-000314.2015.17.000/4, PP-000377.2015.17.000/7, PP-000411.2015.17.000/3, PP-000429.2015.17.000/1, PP-000439.2015.17.000/9, PP-000442.2015.17.000/1, PP-000467.2015.17.000/8, PP-000476.2015.17.000/9, PP-000582.2015.17.000/9, PP-000585.2015.17.000/8, PP-000729.2015.17.000/6, PP-000730.2015.17.000/6, PP-000757.2015.17.000/5, PP-000874.2015.17.000/9, NF-000885.2015.17.000/2, IC-000022.2015.17.001/3, IC-000039.2015.17.001/2, IC-000046.2015.17.001/9, IC-000071.2015.17.001/7, PP-000105.2015.17.001/3, PP-000116.2015.17.003/5, IC-000134.2015.17.003/7, IC-000226.2015.17.003/0, IC-000234.2015.17.003/5 - PRT 18ª Região-GO - IC-000054.2010.18.002/7, IC-000720.2011.18.000/9, IC-000735.2011.18.000/8, IC-001198.2011.18.000/7, IC-000298.2012.18.000/2, IC-000816.2012.18.000/0, IC-000913.2012.18.000/0, IC-001046.2012.18.000/9, IC-001130.2012.18.000/7, IC-001224.2012.18.000/0, IC-000211.2012.18.001/8, IC-000517.2013.18.000/5, IC-000554.2013.18.000/5, IC-000703.2013.18.000/9, IC-000956.2013.18.000/0, IC-001072.2013.18.000/8, IC-000258.2013.18.001/4, IC-000104.2013.18.002/2, IC-000175.2013.18.003/8, IC-000381.2013.18.003/6, IC-000009.2014.18.000/8, IC-000043.2014.18.000/4, IC-000119.2014.18.000/8, IC-000131.2014.18.000/1, IC-000132.2014.18.000/8, IC-000311.2014.18.000/3, IC-000694.2014.18.000/5, IC-000835.2014.18.000/4, IC-000885.2014.18.000/0, IC-001107.2014.18.000/0, IC-001182.2014.18.000/3, IC-001253.2014.18.000/7, IC-001457.2014.18.000/3, IC-001521.2014.18.000/9, IC-001535.2014.18.000/7, IC-001600.2014.18.000/8, IC-001759.2014.18.000/6, IC-001850.2014.18.000/4, IC-001914.2014.18.000/8, IC-002031.2014.18.000/7, IC-000226.2014.18.001/2, IC-000345.2014.18.001/9, IC-000125.2014.18.002/6, IC-000318.2014.18.002/4, IC-000406.2014.18.003/0, IC-000090.2015.18.000/7, IC-000154.2015.18.000/8, IC-000291.2015.18.000/6, IC-000365.2015.18.000/8, IC-000554.2015.18.000/0, IC-000670.2015.18.000/8, IC-000811.2015.18.000/7, IC-000816.2015.18.000/9, IC-000885.2015.18.000/3, IC-000934.2015.18.000/9, PP-000935.2015.18.000/5, IC-000989.2015.18.000/7, IC-001026.2015.18.000/1, IC-001029.2015.18.000/8, IC-001089.2015.18.000/6, NF-001151.2015.18.000/0, NF-001171.2015.18.000/3, NF-001286.2015.18.000/4, NF-001295.2015.18.000/5, IC-001300.2015.18.000/8, IC-000167.2015.18.001/2, IC-000040.2015.18.002/8, IC-000057.2015.18.002/7, IC-000069.2015.18.002/2, IC-000082.2015.18.002/5, IC-000126.2015.18.002/1, IC-000162.2015.18.002/9, IC-000204.2015.18.002/6, IC-000040.2015.18.003/9, IC-000103.2015.18.003/0 - PRT 19ª Região-AL - IC-000133.2013.19.000/2, IC-000553.2013.19.000/0, IC-000752.2013.19.000/0, IC-001114.2013.19.000/6, IC-001628.2013.19.000/0, IC-000176.2013.19.001/9, IC-000310.2013.19.001/3, IC-000180.2014.19.000/2, IC-000242.2014.19.000/4, IC-000473.2014.19.000/9, IC-001039.2014.19.000/0, IC-001347.2014.19.000/8, IC-001422.2014.19.000/5, IC-000090.2014.19.001/6, IC-000240.2014.19.001/0, IC-000280.2014.19.001/9, IC-000638.2015.19.000/0, IC-000704.2015.19.000/1, IC-000745.2015.19.000/7, NF-000912.2015.19.000/2, IC-001019.2015.19.000/0, IC-000046.2015.19.001/2, PP-000092.2015.19.001/4, IC-000107.2015.19.001/0 - PRT 20ª Região-SE - IC-001328.2012.20.000/4, IC-000502.2013.20.000/0, IC-000752.2013.20.000/3, IC-000844.2013.20.000/7, IC-000946.2013.20.000/8, IC-001015.2013.20.000/1, IC-001047.2013.20.000/1, IC-001254.2013.20.000/6, IC-001556.2013.20.000/9, IC-001602.2013.20.000/2, IC-000452.2014.20.000/1, IC-000538.2014.20.000/3, IC-000573.2014.20.000/0, IC-000574.2014.20.000/7, IC-001095.2014.20.000/4, IC-000001.2014.20.001/6, IC-000067.2014.20.001/9, IC-000022.2015.20.000/2, IC-000175.2015.20.000/3, IC-000573.2015.20.000/3, IC-000575.2015.20.000/6, NF-000946.2015.20.000/3, IC-001015.2015.20.000/5, NF-001044.2015.20.000/9, NF-001174.2015.20.000/5, NF-001185.2015.20.000/7, NF-001187.2015.20.000/8, NF-001215.2015.20.000/0, IC-000076.2015.20.001/3, NF-000094.2015.20.001/5 - PRT 21ª Região-RN - IC-000050.2012.21.000/3, IC-001247.2013.21.000/4, IC-000188.2013.21.001/3, IC-000216.2013.21.001/8, IC-000076.2014.21.000/0, IC-000163.2014.21.000/1, IC-000651.2014.21.000/2, IC-000743.2014.21.000/6, IC-000842.2014.21.000/8, IC-000927.2014.21.000/3, IC-001042.2014.21.000/4, IC-001171.2014.21.000/5, IC-001357.2014.21.000/0, IC-001400.2014.21.000/7, IC-001424.2014.21.000/1, IC-001502.2014.21.000/5, PP-001602.2014.21.000/2, PP-001640.2014.21.000/7, IC-000134.2014.21.002/2, PP-000065.2015.21.000/9, IC-000129.2015.21.000/3, IC-000274.2015.21.000/6, IC-000417.2015.21.000/8, IC-000662.2015.21.000/9, IC-000673.2015.21.000/2, NF-000982.2015.21.000/8, IC-000021.2015.21.001/8, IC-000040.2015.21.001/7, IC-000086.2015.21.001/3, NF-000104.2015.21.001/5, IC-000177.2015.21.001/5, NF-000308.2015.21.001/7, PP-000033.2015.21.002/1, PP-000037.2015.21.002/0, PP-000082.2015.21.002/5, PP-000086.2015.21.002/4 - PRT 22ª Região-PI - IC-000675.2012.22.000/8, IC-000922.2013.22.000/0, IC-001002.2013.22.000/5, IC-000288.2014.22.000/7, IC-000550.2014.22.000/9, IC-000902.2014.22.000/8, IC-000309.2014.22.001/1, IC-000320.2014.22.001/9, PP-000130.2015.22.000/4, PP-000663.2015.22.000/6 - PRT 23ª Região-MT - IC-000605.2012.23.000/8, IC-000209.2012.23.004/3, IC-000146.2013.23.000/5, IC-000172.2013.23.000/1, IC-000308.2013.23.000/5, IC-000309.2013.23.000/1, IC-000382.2013.23.000/5, IC-000113.2013.23.001/2, IC-000263.2013.23.004/1, IC-000271.2013.23.004/6, IC-000323.2013.23.004/0, IC-000437.2013.23.004/1, IC-000085.2013.23.005/6, IC-000099.2013.23.005/3, IC-000135.2013.23.005/2, IC-000112.2014.23.000/0, IC-000154.2014.23.000/2, IC-000306.2014.23.000/5, IC-000419.2014.23.000/0, IC-000687.2014.23.000/4, IC-000058.2014.23.001/3, IC-000067.2014.23.001/4, IC-000130.2014.23.001/0, IC-000142.2014.23.001/0, IC-000152.2014.23.001/8, IC-000243.2014.23.001/5, IC-000267.2014.23.001/5, IC-000315.2014.23.001/4, IC-000351.2014.23.001/8, IC-000360.2014.23.001/9, IC-000023.2014.23.004/5, IC-000082.2014.23.004/7, IC-000304.2014.23.004/5, IC-000372.2014.23.004/3, IC-000135.2014.23.005/5, IC-000154.2014.23.005/3, IC-000167.2015.23.000/1, IC-000168.2015.23.000/8, IC-000284.2015.23.000/5, NF-000295.2015.23.000/9, NF-000306.2015.23.000/8, IC-000315.2015.23.000/9, IC-000002.2015.23.001/7, IC-000047.2015.23.001/8, IC-000200.2015.23.001/0, IC-000060.2015.23.002/8, IC-000009.2015.23.004/0, IC-000020.2015.23.004/7, IC-000083.2015.23.004/8, IC-000100.2015.23.004/6, IC-000162.2015.23.004/2 - PRT 24ª Região-MS - IC-000635.2012.24.000/0, IC-000036.2012.24.003/9, IC-000038.2012.24.003/3, IC-000041.2012.24.003/0, IC-000350.2013.24.000/1, IC-000590.2013.24.000/7, IC-000715.2013.24.000/7, IC-000754.2013.24.000/0, IC-000833.2013.24.000/7, IC-000898.2013.24.000/2, IC-000948.2013.24.000/4, IC-000966.2013.24.000/6, IC-000035.2014.24.000/6, IC-000226.2014.24.000/2, IC-000316.2014.24.000/3, IC-000362.2014.24.000/4, IC-000394.2014.24.000/9, IC-000768.2014.24.000/5, IC-000329.2014.24.002/6, IC-000016.2014.24.003/0, IC-000168.2015.24.000/9, IC-000200.2015.24.000/2, NF-000281.2015.24.000/7, IC-000499.2015.24.000/1, PP-000095.2015.24.001/0, PP-000126.2015.24.001/5, IC-000028.2015.24.002/5, IC-000020.2015.24.003/8, NF-000023.2015.24.003/0, IC-000032.2015.24.003/0, IC-000033.2015.24.003/8, IC-000038.2015.24.003/4.

Ata lavrada nesta Sessão e encaminhada a todos os Membros da CCR/MPT para leitura e aprovação, com posterior publicação no Diário Oficial da União.

Encerrou-se a sessão às dezesseis horas e trinta minutos.

JÚNIA SOARES NADER
Coordenadora

ANDRÉA ISA RÍPOLI
Membro

MANOEL JORGE E SILVA NETO
Membro

ABIAEL FRANCO SANTOS
Membro
Suplente

JUNIA BONFANTE RAYMUNDO
Membro
Suplente

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 376ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 5 DE OUTUBRO DE 2015

Aos cinco dias do mês de outubro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da CCR/MPM, na Sede da Procuradoria-Geral da Justiça Militar, em Brasília, Setor de Embaixadas Norte, Lote 43, reuniu-se a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar. Presentes Membros titulares e Suplentes, Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz (Coordenador), Dr. Mário Sérgio Marques Soares e Dr. Giovanni Rattacaso (Suplentes). Aberta a Reunião às 15h40, o Coordenador agradeceu a presença de todos.

1. MANIFESTAÇÕES:

1.1 Processo: Procedimento Administrativo de Verificação de Prisão Militar - PAVPM 0000087-74.2015.1501. (MPM 2944/2015).
Origem: PJM Curitiba - 1º Ofício Geral.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO DE DEPENDÊNCIAS PRISIONAIS DE ORGANIZAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO. BASE DE APOIO E ADMINISTRAÇÃO DA 5ª DIVISÃO DO EXÉRCITO (CURITIBA/PR). Atividade extrajudicial do 1º Ofício Geral da Procuradoria de Justiça Militar em Curitiba/PR. Controle externo da polícia judiciária militar. Adequação das instalações carcerárias e cumprimento das normas constitucionais, legais e regulamentares destinadas aos presos disciplinares e de justiça. Atendimento às exigências legais. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.2 Processo: Procedimento Administrativo 0000202-89.2015.1105. (MPM 2925/2015).
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. COMUNICAÇÃO DE PRISÃO EM FLAGRANTE. AUTOS JÁ SUBMETIDOS AO JUÍZO COMPETENTE. ARQUIVAMENTO. Procedimento Administrativo instaurado a partir de comunicação da prisão em flagrante do militar Danilo Costa David, pela suposta prática do crime previsto no artigo 265 do CPM. Os fatos já estão submetidos ao Juízo da 3ª Auditoria da 1ª CJM, sob o acompanhamento do Órgão Ministerial. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.3. Processo: Procedimento Administrativo 0000172-07.2015.1105. (MPM 2674/2015).
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Giovanni Rattacaso.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. COMUNICAÇÃO DE APF. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL JUDICIÁRIA CASTRENSE. Observância da legislação em vigor. APF em trâmite na 4ª Auditoria da 1ª CJM. Arquivamento do feito. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.4. Processo: Procedimento Administrativo 0000194-93.2015.1105. (MPM 2922/2015).
Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.
Relator: Dr. Giovanni Rattacaso.
Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. COMUNICAÇÃO DE PRISÃO DE DESERTOR. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL JUDICIÁRIA CASTRENSE. Observância da legislação em

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

vigor. IPD em trâmite na 4ª Auditoria da 1ª CJM. Arquivamento do feito. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.5. Processo: Procedimento Administrativo de Verificação de Prisão Militar - PAVPM 0000131-76.2015.1105. (MPM 2742/2015).

Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.

Relator: Dr. Giovanni Rattacaso.

Ementa: PAVPM. INSPEÇÃO CARCERÁRIA NO 1º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO ESCOLA (RIO DE JANEIRO/RJ). Solicitação do MPM para adequações das instalações físicas e regularização da condição numérica de presos. Providências adotadas pela Organização Militar. Cumprimento das normas legais em vigor. Arquivamento do feito. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.6. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000056-50.2014.1701. (MPM 1012/2015).

Origem: PJM Recife- 1º Ofício Geral.

Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO DE CIVIL. CONCURSO PARA SARGENTO TEMPORÁRIO DO EXÉRCITO. SUPOSTAS IRREGULARIDADES. Improcedência da denúncia. Fatos remanescentes de atribuição do MPF. Homologa-se o arquivamento no âmbito do MPM, por inexistência de crime militar. Homologa-se o *declínio de atribuições* para o MPF, no que se refere ao suposto descumprimento da Lei nº 8.429/1992.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento e o *declínio de atribuições* à Procuradoria da República de Pernambuco.

1.7. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000064-58.2015.1106. (MPM 2626/2015).

Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.

Relator: Dr. Giovanni Rattacaso.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. PEÇA DE INFORMAÇÃO. REPRESENTAÇÃO INSTAURADA VIA MENSAGEM ELETRÔNICA. Suposta obtenção indevida de vale transporte por soldado, através de declaração falsa de endereço. Arquivamento de Inquérito Policial Militar anterior em que se apurou os mesmos fatos. Inexistência de novas provas. Arquivamento na origem. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.8. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000044-92.2014.1301. (MPM 0220/2015 e 1374/2015).

Origem: PJM Porto Alegre - 1º Ofício Geral.

Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. PUBLICAÇÃO DE SUPOSTA AMEAÇA EM PÁGINA DO FACEBOOK. MILITAR DO EXÉRCITO. FATO OBJETO DE APURAÇÃO POR IPM. A abertura de inquérito pela autoridade militar torna desnecessário prosseguir a investigação direta conduzida na PJM. Arquivamento homologação.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.9. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000030-18.2015.1901. (MPM 2707/2015).

Origem: PJM Campo Grande - 1º Ofício Geral.

Relator: Dr. Giovanni Rattacaso.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. MATÉRIAS VEICULADAS NA IMPRENSA SOBRE SUPOSTOS ENFRENTAMENTOS ENTRE FORÇAS MILITARES BRASILEIRAS E PARAGUAIAS. DILIGÊNCIAS. NÃO COMPROVAÇÃO. Operação Ágata desencadeada pelo Comando Militar do Oeste sem incidentes. Ausência de crime militar. Notícia de incidente envolvendo Patrulha da Marinha no Lago de Itaipu/PR, sem qualquer relação com a Operação Ágata. Remessa de cópia à PJM Curitiba/PR. Arquivamento na origem. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento e acatar a remessa de cópia dos autos à PJM Curitiba.

1.10. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000054-87.2014.1301. (MPM 0299/2015).

Origem: PJM Porto Alegre - 1º Ofício Geral.

Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO DE CIVIL. SUPOSTA IRREGULARIDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE PNR JURISDICIONADO AO EXÉRCITO. Insuficiência das informações contidas na Representação. Recusa da Representante em esclarecer o teor da denúncia. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.11. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000048-27.2015.1701. (MPM 2777/2015).

Origem: PJM Recife - 2º Ofício Geral.

Relator: Dr. Giovanni Rattacaso.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTA AGRESSÃO FÍSICA E AMEAÇA PERPETRADAS POR MILITARES EM DESFAVOR DE MENOR CIVIL. Não comprovação. Denunciante não compareceu ao MPM. Arquivamento na origem. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.12. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000125-09.2014.1105. (MPM 0404/2015).

Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.

Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE ESCALA DE SERVIÇO EM ORGANIZAÇÃO MILITAR DA MARINHA. Ausência de indícios de crime militar. Conduta do Comando determinada pela necessidade do serviço. Homologa-se o arquivamento.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.13. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000045-16.2015.1301. (MPM 2896/2015).

Origem: PJM Porto Alegre - 3º Ofício Geral.

Relator: Dr. Giovanni Rattacaso.

Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. COMUNICAÇÃO DE PRISÃO DE DESERTOR. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL JUDICIÁRIA CASTRENSE. Observância da legislação em vigor. IPD em trâmite na 1ª Auditoria da 3ª CJM. Denúncia oferecida. Arquivamento do feito. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.14. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000013-62.2014.1106. (MPM 0985/2015).

Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.

Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO. SUPOSTO ABUSO DE AUTORIDADE DECORRENTE DE PUNIÇÃO DISCIPLINAR. ARQUIVAMENTO. Fato do âmbito administrativo judicializado perante a Justiça Federal. Ausência de indícios de crime militar. Homologa-se o arquivamento.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.15. Processo: Procedimento Investigatório Criminal 0000220-10.2014.1105. (MPM 2771/2015).

Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.

Relator: Dr. Giovanni Rattacaso.

Ementa: PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL. REPRESENTAÇÃO DE SUBOFICIAL DA RESERVA DA AERONÁUTICA SOBRE SUPOSTAS IRREGULARIDADES E TRATAMENTO DESCORTÊS COM SUBORDINADOS, POR PARTE DO DIRETOR DE NOSOCÔMIO MILITAR LOCALIZADO NO RIO DE JANEIRO/RJ. Diligências realizadas pelo MPM. Oitiva do representante. Matéria Administrativa. Ausência de crime militar. Arquivamento na origem. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.16. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000014-07.2014.1302. (MPM 1033/2015).

Origem: PJM Bagé - 3º Ofício Geral.

Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO. DENÚNCIA DE MAUS-TRATOS NA INSTRUÇÃO. CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS DO EXÉRCITO EM UNIDADE OPERACIONAL. ARQUIVAMENTO. Improcedência dos fatos. Ausência de indícios de crime militar. Homologa-se o arquivamento.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.17. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000001-38.2015.1301. (MPM 1096/2015).

Origem: PJM Porto Alegre - 2º Ofício Geral.

Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO DE SEGUNDO SARGENTO DO EXÉRCITO. SOLICITAÇÃO DE MEDICAÇÃO ESPECIAL. DEMORA NO ATENDIMENTO. ARQUIVAMENTO. Matéria do âmbito administrativo sem repercussão penal. Ausência de indícios de crime militar. Homologa-se o arquivamento.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.18. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000118-58.2014.1106. (MPM 0510/2015).

Origem: 5ª PJM Rio de Janeiro - 2º Ofício Especializado.

Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. DENÚNCIA ANÔNIMA. SUPOSTA OCORRÊNCIA DE ABUSO CONTRA PRAÇA. Fatos inconsistentes e sem base fática plausível. Improcedência. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.19. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000009-43.2015.1201. (MPM 0338/2015).

Origem: 1ª PJM São Paulo - 1º Ofício Geral.

Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. REPRESENTAÇÃO. SUPOSTA AMEAÇA POR MEIO DE REDE SOCIAL DIGITAL. Fato objeto de investigação no âmbito de outra Procuradoria do MPM. *Declínio de atribuições* para a 2ª PJM/SP. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.20. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000063-40.2014.1202. (MPM 0021/2015).

Origem: 2ª PJM São Paulo - 2º Ofício Geral.

Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. REPRESENTAÇÃO ANÔNIMA. FATOS SUPOSTAMENTE OCORRIDOS EM DESTACAMENTO DE CONTROLE AÉREO. Matéria objeto de outros procedimentos instaurados no MPM, já arquivados. Improcedência. Arquivamento na instância. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.21. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000002-77.2014.1701. (MPM 0425/2015).

Origem: PJM Recife - 3º Ofício Geral.

Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.

Decisão: Retirado de Pauta, por Decisão do Relator.

1.22. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000249-41.2014.1106. (MPM 1271/2015).

Origem: 6ª PJM Rio de Janeiro - 1º Ofício Especializado.

Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.

Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. REPRESENTAÇÃO DE PRIMEIRO SARGENTO DO EXÉRCITO. SUPOSTO DESVIO DE FINALIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO DE MOVIMENTAÇÃO FUNCIONAL. DENÚNCIA DE OUTRAS IRREGULARIDADES. Atos administrativos diversos determinados por Oficial Superior e Oficial-General. Matéria do âmbito administrativo sem repercussão penal. Atribuição originária do Procurador-Geral da Justiça Militar quanto ao fato atribuído ao Oficial General. Homologados o Arquivamento parcial e o *declínio de atribuições*.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento parcial e o *declínio de atribuições* em favor do Procurador-Geral, em face de conduta atribuída à Oficial-General do Exército.

1.23. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000031-57.2015.2001. (MPM 2917/2015).

Origem: PJM Fortaleza - 1º Ofício Geral.

Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.

Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. DENÚNCIA DE MILITAR. EXCLUSÃO DE CURSO DE FORMAÇÃO. RETENÇÃO DE CERTIFICADO DE ISENÇÃO. QUESTÃO ADMINISTRATIVA. ARQUIVAMENTO. Procedimento Administrativo iniciado a partir de denúncia feita por militar relatando ter sido excluído injustamente de curso de formação. Alegação de retenção de certificado de isenção. Questão de natureza administrativa. Inexistência de crime. Arquivamento homologado.

Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.24. Processo: Notícia de Fato (PI) 0000034-70.2014.1601. (MPM 1341/2015).

Origem: PJM Juiz de Fora - 3º Ofício Geral.

Relator: Dr. José Garcia de Freitas Júnior.

Decisão: O Dr. Giovanni Rattacaso apresentou *Voto Vista* divergente do Relator, reconhecendo a atribuição da PJM em Juiz de Fora, o qual foi apreciado pelos membros desta sessão e será decidido em outra sessão, com a presença do Relator.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Coordenador, Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz, declarou finda a reunião às 16h35. Para constar, eu, Renata Rabello Peixoto Cruz, lavrei esta Ata, a qual será assinada por ele e por mim.

PÉRICLES AURÉLIO L. DE QUEIROZ
Coordenador da Câmara

RENATA RABELLO PEIXOTO CRUZ
Secretária

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CORREGEDORIA-GERAL

PORTARIA Nº 13, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 137 c/c o artigo 139, I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; no artigo 4º, inciso I, da Resolução nº 22, de 29 de novembro de 1996, do Conselho Superior do Ministério Público Militar; e na Resolução nº 43, de 16 de junho de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, resolve:

I - Determinar a promoção de Correição Extraordinária na Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro, conforme o cronograma abaixo:

- 5ª e 6ª Procuradorias da Justiça Militar, dias 7 e 8 de janeiro de 2016;
- 3ª e 4ª Procuradorias da Justiça Militar, dias 14 e 15 de janeiro de 2016; e
- 1ª e 2ª Procuradorias da Justiça Militar, dias 21 e 22 de janeiro de 2016;

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HERMINIA CELIA RAYMUNDO

PROCURADORIA DA JUSTIÇA MILITAR EM CURITIBA

RECOMENDAÇÃO Nº 1, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

Os Órgãos do MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, adiante firmados,

CONSIDERANDO o MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR como ramo do Ministério Público da União (art. 128, inc. I, da Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB - e art. 24 da Lei Complementar nº 75/93) e, em consequência, sua missão constitucional de promover a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da CRFB);

CONSIDERANDO a função institucional do MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR em zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos aos direitos assegurados na CRFB e aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, relativos à Administração Pública, promovendo, para tanto, as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, inc. II, da CRFB, e art. 5º, inc. I, caput e letra "h", da Lei Complementar 75/93);

CONSIDERANDO que o controle externo da atividade de polícia judiciária militar é atividade de responsabilidade direta e exclusiva do MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR (art. 129, inc. VII, da CRFB e arts. 3º, 9º e 117, inc. II, da LC nº 75/93);

CONSIDERANDO o teor do artigo 55 do CPPM, que prescreve que "cabe ao Ministério Público fiscalizar o cumprimento da lei penal militar, tendo em atenção especial o resguardo das normas de hierarquia e disciplina, como bases da organização das Forças Armadas".

CONSIDERANDO que, por vezes, as Autoridades de Polícia Judiciária Militar deixam de lavrar o competente Auto de Prisão em Flagrante ou de determinar a instauração de Inquérito Policial Militar e limitam-se a realizar prisão disciplinar para pronta intervenção, ou a deflagrar Sindicância ou Formulários de Apuração de Transgressão Disciplinar para a averiguação de fatos, em tese, delituosos;

CONSIDERANDO que a legislação administrativa castrense é clara ao estabelecer que no concurso de crime militar e de contravenção ou transgressão disciplinar, quando forem da mesma natureza, será aplicada somente a pena relativa ao crime (arts. 42 e 46 da Lei nº 6.880/1980) e quando a conduta praticada estiver tipificada em lei como crime ou contravenção penal, não se caracterizará transgressão disciplinar (art. 14, §§ 1º e 4º, do Decreto nº 4346/2002).

CONSIDERANDO, de igual sorte, que a legislação processual penal militar preconiza que compete à Autoridade de Polícia Judiciária Militar não só efetuar a prisão daquele que esteja em flagrante delito (arts. 221 e 243 do CPPM), como também apurar os crimes militares e sua autoria, por meio da instauração ex officio de Inquérito Policial Militar, que é a apuração sumária de fato, que, nos termos legais, configure crime militar, e de sua autoria (arts. 7º, alínea h, 8º, alínea a, 9º, caput, e 10, alínea a, tudo do CPPM).

CONSIDERANDO que, nos últimos meses, o Órgão Ministerial determinou a instauração de 10 (dez) Inquéritos Policiais Militares em desfavor de agentes públicos que, detendo o poder de polícia judiciária militar para determinar a célere e necessária instauração de Inquérito Policial Militar, deixaram de fazê-lo, o que, em alguns casos, pode caracterizar crimes como prevaricação (art. 319, CPM) ou condescendência criminosa (art. 322, CPM);

CONSIDERANDO que compete ao MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR expedir recomendações visando o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover, devendo fixar prazo para a adoção das medidas cabíveis (art. 129, inc. VI, da CRFB e art. 6º, inc. XX, da LC 75/93), resolvem:

Expedir a presente Recomendação nº 01/2015-PJM/Curitiba/PR, com o seguinte teor:

No âmbito dos estados do Paraná e Santa Catarina, as Autoridades de Polícia Judiciária Militar deverão instaurar o competente Inquérito Policial Militar sempre que evidenciados indícios de autoria e materialidade de crime militar, remetendo-se cópia da respectiva portaria de instauração a esta Procuradoria da Justiça Militar.

Ocorrendo situação de flagrante delito mostra-se, igualmente, compulsória a lavratura do respectivo Auto de Prisão em Flagrante Delito, com a imediata comunicação a esta Procuradoria de Justiça Militar em Curitiba/PR, observando-se, para tanto, o disposto na Portaria nº 01/08/PJM/Curitiba/PR, de 15/09/2008, publicada no Diário da Justiça nº 184 de 23/09/2008 que trata do regime de plantão em finais de semana, feriados e período de recesso, e sem prejuízo dos demais Órgãos que, por lei, devam ser informados.

Nos casos em que uma conduta esteja prevista como crime militar e transgressão disciplinar, afigura-se obrigatória a instauração de Inquérito Policial Militar, ou a lavratura de Auto de Prisão em Flagrante.

Em situações de elevada complexidade ou exigência da manutenção das normas ou princípios de hierarquia e disciplina militares, a autoridade de Polícia Judiciária Militar poderá valer-se de orientação do Órgão do Ministério Público incumbido do controle externo da atividade policial e destinatário dos Inquéritos Policiais Militares e Autos de Prisão em Flagrante, por meio de comunicação com o Plantão Ministerial.

Ressalta-se, no entanto, que a comunicação e orientação supracitada deve ser realizada sem prejuízo do disposto no artigo 12 do CPPM, que cuida das medidas preliminares ao inquérito.

Esta Recomendação entrará em vigor a partir de sua publicação. Publique-se em Boletim de Serviço e Diário de Justiça."

Curitiba, 1º de dezembro de 2015.
REJANE BATISTA DE SOUZA BARBOSA
Procuradora de Justiça Militar

ANDRÉ LUIZ DE SÁ SANTOS
Promotor de Justiça Militar

ALEXANDRE REIS DE CARVALHO
Promotor de Justiça Militar

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

REVOGAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 42

As Câmaras de Coordenação e Revisão Reunidas em Matéria Criminal, no exercício das atribuições previstas no art. 11, inciso II, da Resolução nº 203, de 03.09.2015, do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Considerando o que consta do Procedimento Administrativo nº 08190.031685/15-81, julgado na 38ª Sessão Extraordinária, realizada no dia 02 de dezembro de 2015, decide REVOGAR o Enunciado nº 42, publicado no DJ, Seção 1, de 05.07.2004, p. 108/109, cujo teor era o que se segue:

ENUNCIADO Nº 42: 1º) Toda e qualquer requisição por parte de órgãos do Ministério Público, não atuantes nas Promotorias de Justiça de Defesa da Infância e Juventude, de certidões ou cópia de procedimentos que tramitam perante a Vara da Infância e da Juventude, dado ao caráter sigiloso atribuído por lei, deverá ser dirigida ao Magistrado em exercício naquele Juízo, face às disposições do art. 144 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

2º) No caso de não acolhimento do pedido, caberá ao órgão requisitante tomar as providências judiciais cabíveis à espécie.

3º) Aos Promotores de Justiça atuantes nas Promotorias de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude é vedada a remessa a terceiros de cópias de qualquer ato ou documento contido nos autos, protegidos pelo sigilo judicial, aos quais têm acesso em razão de suas atribuições, sob pena de estarem descumprindo a norma legal e seu dever de zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias assegurados às crianças e aos adolescentes.

4º) Os Promotores de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, ao verificar a existência de indícios de crimes praticados por pessoas imputáveis contra menores, deverão requerer ao Juiz a extração de cópia dos autos, para que sejam encaminhadas ao órgão competente para o seu exame e persecução criminal, e, em caso de indeferimento, procederá como no item segundo. (PA nº 08190.020404/00-41) (antigo enunciado 22).

Brasília, 2 de dezembro de 2015.
FERNANDO CEZAR PEREIRA VALENTE
Procurador de Justiça
Membro Titular da 2ª Câmara Criminal
Relator

ANTONIO EZEQUIEL DE ARAÚJO NETO
Procurador de Justiça
Coordenador da 1ª Câmara Criminal
Em exercício

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 274, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Altera a Resolução-TCU nº 225, de 13 de maio de 2009, que estabelece critérios para a emissão e utilização de passagens aéreas.

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, com base no que estabelece o § 3º do art. 73 da Constituição Federal e no uso das suas competências legais, resolve:

Art. 1º Fica incluído o § 3º no art. 3º da Resolução-TCU nº 225, de 13 de maio de 2009, nos seguintes termos:

"Art. 3º (...)

(...)

§ 3º Excepcionalmente, a própria autoridade poderá realizar a compra direta das passagens aéreas de seu interesse, situação em que o Tribunal realizará o ressarcimento pertinente, no prazo de até cinco dias, mediante a apresentação da documentação comprobatória da compra e dos cartões de embarque utilizados, sem prejuízo de ser dada a devida transparência no Portal do TCU.

Art. 2º Fica incorporado à Resolução-TCU nº 225/2009, naquilo que for compatível com seu objeto, o disposto no art. 29 da Portaria TCU nº 304/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 9 de dezembro de 2015.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente do Tribunal
Em exercício

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 75, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre os procedimentos atinentes ao cálculo das quotas de participação, ao acompanhamento e à fiscalização da entrega dos recursos a que se refere o parágrafo único do art. 161 da Constituição Federal e legislação correlata.

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas competências constitucionais, legais e regimentais, e

Considerando que lhe compete efetuar, observada a legislação pertinente, o cálculo das quotas referentes aos fundos de participação a que alude o parágrafo único do art. 161 da Constituição Federal, fiscalizando a entrega dos respectivos recursos, acompanhando, junto aos órgãos competentes da União, a classificação das receitas que lhes dão origem (Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, art. 1º, inciso VI, e Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, art. 5º, caput);

Considerando que compete à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apurar a renda per capita para os efeitos da Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios, bem como a renda domiciliar per capita, a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e a variação real anual do Produto Interno Bruto (PIB), para os efeitos da Lei Complementar nº 62, de 1989, com a redação dada pela Lei Complementar nº 143, de 17 de julho de 2013, e publicar a relação das populações dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para os fins previstos no inciso VI do art. 1º da Lei nº 8.443, de 1992, conforme o art. 102 e parágrafos da mesma norma;

Considerando o conteúdo das Leis Complementares nº 61, de 26 de dezembro de 1989, e nº 65, de 15 de abril de 1991, que estabelecem normas para a participação dos Estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados (IPI);

Considerando o conteúdo da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, alterada pela Lei nº 10.866, de 4 de maio de 2004, que estabelece normas para a participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no § 4º do art. 177 da Constituição Federal;

Considerando que lhe assiste, no âmbito de sua competência e jurisdição, o poder regulamentar, podendo, em consequência, expedir atos e instruções normativas sobre matéria de suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devem ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade (Lei nº 8.443, de 1992, art. 3º);

Considerando, por fim, o disposto no Capítulo Fiscalização, seção Objeto da Fiscalização, subseção Fiscalização das Transferências Constitucionais e Legais, do seu Regimento Interno, resolve:

Seção I
Do objeto

Art. 1º O cálculo das quotas dos recursos a que se refere o parágrafo único do art. 161 da Constituição Federal será feito com base na relação das populações por Estados e Municípios prevista no art. 102 da Lei nº 8.443, de 1992, nos dados de renda per capita mencionados no art. 5º da Lei Complementar nº 91, de 1997, nos valores de renda domiciliar per capita previstos no § 3º do art. 2º da Lei Complementar nº 62, de 1989, com a redação dada pela Lei Complementar nº 143, de 2013, no valor total em dólares das exportações brasileiras de que trata o § 5º do art. 1º da Lei Complementar nº 61, de 1989, na extensão da malha viária federal e estadual pavimentada existente em cada Estado e no Distrito Federal e no consumo, em cada Estado e no Distrito Federal, dos combustíveis a que a Cide se aplica, previstos no § 2º do art. 1º-A da Lei nº 10.336, de 2001, com a redação dada pela Lei nº 10.866, de 2004, observando-se, para tanto, os critérios fixados pela legislação infraconstitucional vigente.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º O acompanhamento e a fiscalização da entrega dos recursos de que trata o artigo anterior serão realizados mediante inspeções, levantamentos, auditorias e análise de demonstrativos próprios, relatórios, dados e informações pertinentes, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia, economicidade e efetividade, na forma da legislação vigente e desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. Compete à Secretaria de Controle Externo responsável pela fiscalização e acompanhamento das transferências constitucionais realizar os trabalhos decorrentes desta Instrução Normativa.

Seção II
Do cálculo das quotas

Art. 3º A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entidade competente do Poder Executivo federal, fará publicar no Diário Oficial da União, para os fins previstos no inciso VI do art. 1º da Lei nº 8.443, de 1992, a relação das populações, conforme os incisos I e II do art. 102 da mesma lei:

I - até 31 de dezembro de cada ano, no caso dos Estados e do Distrito Federal;

II - até 31 de agosto de cada ano, no caso dos Municípios.

§ 1º A Fundação IBGE poderá, a seu critério, publicar as populações dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na mesma data, desde que respeitados os prazos estabelecidos nos incisos I e II do caput, efetuando nova publicação das populações dos Estados e do Distrito Federal apenas no caso de haver alterações após a publicação original.

§ 2º A Fundação IBGE encaminhará ao Tribunal as relações referidas neste artigo, mediante transmissão eletrônica de dados, indicando, quando for o caso, os municípios a serem instalados no ano seguinte e os respectivos municípios de origem, as populações cedidas e as remanescentes, bem como as alterações de população decorrentes de decisão judicial e as alterações de topônimos ocorridas no período:

I - até 31 de janeiro de cada ano, no caso dos Estados e do Distrito Federal;

II - até 31 de outubro de cada ano, no caso dos Municípios.

§ 3º A Fundação IBGE poderá, a seu critério, encaminhar as relações das populações dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na mesma data, desde que respeitados os prazos estabelecidos nos incisos I e II do § 2º.

§ 4º A Fundação IBGE fará nova comunicação das populações sempre que houver, transcorridos os prazos fixados nos incisos I e II do caput do art. 102 da Lei nº 8.443, de 1992, a criação de novo Estado ou Município a ser implantado no exercício subsequente.

§ 5º A Fundação IBGE informará oficialmente ao Tribunal a renda per capita de cada Unidade da Federação, apurada para os efeitos da Lei Complementar nº 91, de 1997, tão logo os dados estejam disponíveis.

§ 6º A Fundação IBGE informará oficialmente ao Tribunal, até 28 de fevereiro de cada ano, a renda domiciliar per capita apurada para os efeitos da Lei Complementar nº 62, de 1989, com a redação dada pela Lei Complementar nº 143, de 2013, devendo ser efetuada nova comunicação, tão logo os dados estejam disponíveis, sempre que houver, após a informação original, a criação de novo Estado a ser implantado no exercício subsequente.

§ 7º Os dados de que tratam os §§ 2º, 3º, 4º, 5º e 6º deverão vir acompanhados de nota técnica explicitando a metodologia empregada, cuja definição compete à Fundação IBGE.

Art. 4º O Tribunal fará publicar no Diário Oficial da União e comunicará ao Banco do Brasil S.A., conforme os prazos a seguir especificados, os coeficientes individuais de participação nos fundos previstos no art. 159, inciso I, alíneas "a", "b", "d" e "e", da Constituição Federal que prevalecerão no exercício subsequente, nos termos do art. 92 da Lei nº 5.172, de 22 de outubro de 1966:

I - até o último dia útil do mês de março de cada exercício financeiro, para cada Estado e para o Distrito Federal;

II - até o último dia útil de cada exercício financeiro, para cada Município.

§ 1º O Tribunal fará nova comunicação sempre que houver, transcorrido o prazo fixado no inciso I do caput do art. 92 da Lei nº 5.172, de 1966, a criação de novo Estado a ser implantado no exercício subsequente.

§ 2º As Unidades Federadas e os Municípios disporão de trinta dias, a partir da publicação referida no caput, para apresentar contestação, juntando desde logo as provas em que se fundamentar.

§ 3º O Tribunal deverá manifestar-se sobre a contestação mencionada no parágrafo antecedente no prazo de trinta dias contados da data do seu recebimento.

Art. 5º Para a finalidade prevista no art. 2º da Lei Complementar nº 61, de 1989, o órgão encarregado do controle das exportações fornecerá ao Tribunal, de forma consolidada, até o dia 25 do mês de julho de cada ano, mediante transmissão eletrônica de dados, discriminado por unidade da federação e apurado na forma da lei, o valor total em dólares das exportações ocorridas nos doze meses antecedentes a primeiro de julho do ano imediatamente anterior ao da aplicação dos coeficientes de rateio.

Art. 6º O Tribunal aprovará e publicará no Diário Oficial da União, até o último dia útil do mês de julho de cada ano, observados os critérios vigentes, os coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal nos recursos de que trata o art. 159, inciso II, da Constituição Federal.

§ 1º As Unidades Federadas disporão de trinta dias, a partir da publicação referida no caput, para apresentar contestação, juntando desde logo as provas em que se fundamentar.

§ 2º O Tribunal deverá manifestar-se a sobre contestação mencionada no parágrafo antecedente no prazo de trinta dias contados da data do seu recebimento.

Art. 7º Para a finalidade prevista no § 4º do art. 1º-A e no § 2º do art. 1º-B, ambos da Lei 10.336/2001 e acrescidos pela Lei 10.866/2004, as seguintes informações deverão ser enviadas ao Tribunal, até o último dia útil de janeiro, mediante transmissão eletrônica de dados, pelos órgãos correspondentes:

I - a extensão da malha viária federal e estadual pavimentada existente em cada Estado e no Distrito Federal, pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT);

II - o consumo, em cada Estado e no Distrito Federal, dos combustíveis a que a Cide se aplica, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Art. 8º O Tribunal publicará no Diário Oficial da União, até 15 de fevereiro de cada ano, observados os critérios vigentes, os percentuais individuais de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios nos recursos de que trata o art. 159, inciso III, da Constituição Federal.

§ 1º As Unidades Federadas e os Municípios disporão de quinze dias, a partir da publicação referida no caput, para apresentar o recurso para retificação previsto no § 5º do art. 1º-A da Lei nº 10.336, de 2001, incluído pela Lei nº 10.866, de 2004.

§ 2º O Tribunal deverá manifestar-se sobre o recurso mencionado no parágrafo antecedente até o último dia útil de março de cada ano, republicando os percentuais com as eventuais alterações decorrentes da aceitação do recurso, conforme previsto no inciso III do § 4º do art. 1º-A da Lei nº 10.336, de 2001, incluído pela Lei nº 10.866, de 2004.

Seção III
Do acompanhamento

Art. 9º O acompanhamento dos recursos a que se referem o parágrafo único do art. 161 da Constituição Federal e o inciso I do art. 253 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União será feito, de forma seletiva e periódica, mediante informações obtidas:

I - nos demonstrativos e documentos solicitados pelo Tribunal ou colocados à sua disposição;

II - no Diário Oficial da União e nos sistemas informatizados adotados pela administração pública federal;

III - por meio de denúncias ou representações.

§ 1º A Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda disponibilizará ao Tribunal, mediante transmissão eletrônica de dados, informações acerca da composição das transferências constitucionais a que se refere o art. 159, incisos I e II, da Constituição Federal, com base nas informações fornecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, abrangendo, por tributo, no período correspondente a cada distribuição:

I - a receita classificada, detalhando, pelo menos, as parcelas originárias de pessoas físicas, pessoas jurídicas, multas e juros, e retidas na fonte;

II - as restituições e as deduções legais;

III - os valores devidos a cada fundo;

IV - as classificações por estimativa das receitas, quando houver;

V - as classificações ou reclassificações dos valores de depósitos judiciais - dívida ativa, quando houver.

§ 2º O Banco do Brasil S.A. repassará, nos prazos legais, para contas únicas e específicas dos Governos Estaduais, do Distrito Federal e dos Municípios, instituídas para esse fim e mantidas em suas agências, os valores destinados às transferências constitucionais de que trata o parágrafo anterior, comunicando ao Tribunal o crédito desses recursos, discriminadamente, por modalidade, tributo e beneficiário, mediante transmissão eletrônica de dados.

§ 3º Para cumprimento do disposto neste artigo, os órgãos e entidades acima nominados disporão de até dois dias úteis após cada repasse para o envio das informações a esta Corte de Contas.

§ 4º O Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) disponibilizará ao Tribunal, mediante transmissão eletrônica de dados, informações acerca da arrecadação das receitas federais, na forma estabelecida em contrato firmado entre as partes.

§ 5º A Fundação IBGE disponibilizará ao Tribunal, à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e ao Banco do Brasil S.A, mediante transmissão eletrônica de dados, para os fins previstos no inciso II do art. 2º da Lei Complementar nº 62, de 1989, com a redação dada pela Lei Complementar nº 143, de 2013:

I - até o dia 14 de cada mês, a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que vier a substituí-lo, no período entre o mês anterior ao corrente e o mês correspondente ao múltiplo de doze meses, que será utilizada nas distribuições do segundo e do terceiro decêndios do mês corrente e do primeiro decêndio do mês seguinte;

II - até o último dia útil de novembro de cada ano, a variação real anual do Produto Interno Bruto nacional definitivo divulgado no ano corrente, que será utilizada nas distribuições de todo o exercício seguinte.

§ 6º Caso, por motivo justificado oficialmente pela Fundação IBGE, o índice mencionado no inciso I do parágrafo anterior não seja disponibilizado em tempo hábil para a realização do cálculo da distribuição do segundo decêndio do mês corrente, esta deverá ser realizada, excepcionalmente, com base no índice do mês anterior.

Seção IV
Da fiscalização

Art. 10. O Tribunal fiscalizará a entrega dos recursos a que se referem o parágrafo único do art. 161 da Constituição Federal e o inciso I do art. 253 do seu Regimento Interno mediante a realização de inspeções, levantamentos e auditorias, de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional.

§ 1º A fiscalização prevista neste artigo obedecerá, no que couber, às normas internas do Tribunal aplicáveis às inspeções, levantamentos e auditorias.

§ 2º Os trabalhos de fiscalização, objeto desta Instrução Normativa, quando cabíveis, constarão do plano de auditoria de que trata o art. 244 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União.

Art. 11. A fiscalização dos fundos constitucionais far-se-á em todas as etapas e atividades destinadas a promover a realização e a classificação dos impostos de que trata o art. 159 da Carta Magna, abrangendo a gerência e a guarda dos recursos recolhidos até a sua entrega aos Estados, Distrito Federal e Municípios, com a identificação dos responsáveis.

Seção V

Disposições finais

Art. 12. A obstrução ao livre exercício das inspeções e auditorias determinadas e a sonegação de processo, documento ou informação, em inspeções ou auditorias realizadas pelo Tribunal, vinculadas à matéria objeto desta Instrução Normativa, sujeitarão os responsáveis à aplicação da sanção prescrita no art. 58, incisos V e VI, da Lei nº 8.443, de 1992, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei.

Art. 13. Quando, no curso do acompanhamento ou da fiscalização, surgirem dúvidas, lacunas ou omissões de informações, ou ainda, necessidade de apuração de fatos ou atos administrativos, a unidade técnica competente poderá proceder a verificações por meio de:

I - diligência, por intermédio de ofício do titular da unidade técnica ao responsável pelo órgão ou entidade, fixando-lhe prazo razoável para atendimento;

II - inspeção, por determinação do Plenário, das Câmaras ou do relator, mediante proposta fundamentada da unidade técnica.

Parágrafo único. Quando constatado procedimento de que possa resultar dano ao Erário ou irregularidade grave, a subunidade técnica responsável representará, desde logo, com suporte em elementos concretos e convincentes, ao titular da unidade técnica competente, que submeterá a matéria ao relator, com parecer conclusivo.

Art. 14. É responsabilidade dos dirigentes dos órgãos da administração pública federal a guarda e a conservação dos documentos e informações constantes desta Instrução Normativa, e suas respectivas fontes, pelo prazo mínimo de cinco anos, salvo disposição legal em contrário.

Art. 15. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 16. Fica revogada a Instrução Normativa nº 31, de 24 de novembro de 1999.

Em 9 de dezembro de 2015.
AROLDO CEDRAZ
Presidente

ATA Nº 49, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2015
(Sessão Extraordinária)

Presidente: Ministro Aroldo Cedraz de Oliveira
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretária: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às 10 horas e 30 minutos, o Presidente declarou aberta a sessão extraordinária do Plenário e registrou a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira; e do Procurador-Geral, Paulo Soares Bugarin.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Assinalou, também, a presença dos Ministros eméritos Luiz Octávio Gallotti, Ubiratan Aguiar, Guilherme Palmeira, Valmir Campelo, José Jorge, do Ministro-Substituto emérito Lincoln Magalhães da Rocha, do Subprocurador-Geral emérito Sebastião Baptista Affonso e da Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

A Presidência comunicou que a sessão extraordinária destinava-se à entrega do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União às personalidades escolhidas pelo Conselho do Grande-Colar no exercício de 2015: César Asfor Rocha, Eduardo Henrique Accioly Campos (*in memoriam)*, Ferreira Gullar, Jonas Barcellos Corrêa Filho, José Sarney e Pedro Simon e à celebração dos 125 anos de existência do Tribunal, com a concessão de uma medalha comemorativa às seguintes Instituições: Presidência da República, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Supremo Tribunal Federal, Casa Civil, Superior Tribunal de Justiça, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Superior do Trabalho.

Solicitou, então, que os Ministros Walton Alencar Rodrigues e Vital do Rêgo acompanhassem os homenageados à Sala das Sessões.

Após a execução do Hino Nacional, o Presidente, antes de iniciar a solenidade de entrega do Grande Colar do Mérito, procedeu à leitura de um breve histórico sobre a criação do Tribunal de Contas da União e solicitou ao Secretário das Sessões que procedesse à chamada das instituições homenageadas e fez a entrega a seus representantes de medalha especialmente confeccionada para esta data. São elas: Excelentíssimo Ministro Jaques Wagner, representando a Casa Civil; Excelentíssimo Presidente Ministro William de Oliveira Barros, representando o Superior Tribunal Militar, Excelentíssimo Presidente Ministro José Antônio Dias Toffoli, representando o Tribunal Superior Eleitoral e Excelentíssimo Presidente Ministro Antônio José Barros Levenhagen, representando o Tribunal Superior do Trabalho.

A palavra foi concedida ao Ministro Walton Alencar Rodrigues para falar em nome do Tribunal acerca da comemoração dos 125 Anos do Tribunal de Contas da União. (v. Anexo I)

Em seguida o Cerimonial procedeu à leitura do Histórico do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União, cuja íntegra encontra-se no Anexo II desta ata, e o Presidente solicitou ao Secretário das Sessões que fizesse a chamada das personalidades agraciadas e fez a entrega das comendas aos homenageados presentes: José Sarney, Pedro Simon, César Asfor Rocha, Jonas Barcellos Corrêa Filho e Renata de Andrade Lima Campos, que recebeu a homenagem em nome de Eduardo Henrique Accioly Campos (*in memoriam).*

A palavra foi então concedida, sucessivamente, ao Ministro Bruno Dantas, para falar em nome do Tribunal, e ao Excelentíssimo Senhor José Sarney, para discursar pelos homenageados (v. Anexo III).

Ao fim, o Presidente teceu umas palavras acerca da solenidade (v. Anexo IV), agradeceu a todos os presentes e, às 12horas e 48 minutos, encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária

Aprovada em 10 de dezembro de 2015.

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
Presidente

2ª CÂMARA

ATA Nº 42, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Raimundo Carreiro
Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária da Sessão: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às 16 horas, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Augusto Nardes e Ana Arraes; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Vital do Rêgo) e André Luís de Carvalho; e da Representante do Ministério Público, Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva. Ausentes, em missão oficial, o Ministro Vital do Rêgo e o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a Ata n.º 41 referente à Sessão Ordinária realizada em 24 de novembro de 2015.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES (v. textos em Anexo I a esta Ata)

Da Presidência e da Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva:

Encerramento dos trabalhos da Segunda Câmara no exercício de 2015.

O Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti e os demais integrantes da Segunda Câmara associaram-se às comunicações e desejaram a todos boas festas e um próspero ano de 2015.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-005.915/2014-7, TC-026.459/2013-2, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-027.616/2010-0, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;

TC-008.202/2014-1, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes;

TC-001.893/2008-3, TC-016.059/2006-8, TC-027.464/2011-3, TC-045.601/2012-7, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo; e

TC-000.833/2015-0, TC-001.326/2015-5, TC-002.837/2014-5, TC-003.340/2014-7, TC-005.818/2015-0, TC-006.216/2010-2, TC-006.288/2013-8, TC-007.149/2013-1, TC-007.797/2015-0, TC-012.363/2015-4, TC-012.412/2014-7, TC-013.487/2014-0, TC-013.489/2014-3, TC-013.493/2014-0, TC-014.268/2014-0, TC-014.421/2014-3, TC-016.465/2013-0, TC-018.454/2014-3, TC-019.460/2014-7, TC-019.736/2014-2, TC-020.738/2015-3, TC-022.600/2014-0, TC-022.920/2015-3, TC-024.626/2014-7, TC-024.821/2013-6, TC-025.961/2014-4, TC-026.238/2013-6, TC-028.440/2013-7, TC-028.506/2014-6, TC-028.895/2014-2, TC-029.033/2013-6, TC-029.762/2014-6, TC-030.181/2013-5 e TC-032.360/2014-2, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo nº TC-030.349/2008-4, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, o Dr. Paulo Luiz de Toledo Piza - OAB/SP nº 110.031, declinou de apresentar sustentação oral em nome de Nasser Fadalallah Hassan Zakr.

I

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 11003 a 2218.

RELAÇÃO Nº 31/2015 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 11003/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Neide Maria Rossi Ramirez, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.337/2015-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Neide Maria Rossi Ramirez (057.639.671-00).
1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11004/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Reginaldo Rosa Moutinho, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.411/2015-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Reginaldo Rosa Moutinho (009.480.551-20).
1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11005/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Marta Campos da Rocha Braga, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.417/2015-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marta Campos da Rocha Braga (013.050.268-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11006/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 4º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.803/2015-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Maria da Silva (302.990.041-04); Eunice da Silva Santos (458.355.514-87); Francisca Gomes da Silva (699.421.103-72); Maria de Sousa Silva (123.846.073-91); Maria do Socorro Dantona Machado (486.652.821-49); Mauricea Gomes Medeiros (029.907.757-81); Severina Josefa de Santana (438.446.504-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija os fundamentos legais dos atos no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 11007/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Aurelia Gomes Gonçalves, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.816/2015-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Aurelia Gomes Gonçalves (452.103.227-34).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do DNIT no Estado do Rio de Janeiro - DNIT/MT.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11008/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Rosi Souza de Paula, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.848/2015-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Rosi Souza de Paula (051.810.339-03).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Paraná.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11009/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002; 38 e Anexo VI da Resolução nº 164/2003, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 8954/2015-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 20/10/2015, Ata nº 36/2015-Ordinária, relativamente ao seu subitem 1.7.5., onde se lê: "Considerar concluído o monitoramento determinado pelos itens 1.7.1 e 1.7.2 do Acórdão 2692/2015-TCU-2ª Câmara, com o atendimento dos itens respectivos, à exceção da pendência associada ao cumprimento do Acórdão 1104/2015-TCU-1ª Câmara, que se encontra em análise no processo TC 022.663/2011-8 (item 140 a 143);", leia-se: "Considerar concluído o monitoramento determinado pelo item 1.7.1 do Acórdão 2692/2015-TCU-2ª Câmara, com o atendimento dos itens respectivos, à exceção da pendência associada ao cumprimento do Acórdão 1104/2015-TCU-1ª Câmara, que se encontra em análise no processo TC 022.663/2011-8;", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.920/2014-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013)
1.1. Responsáveis: Carlos Alberto Araújo Drummond (033.236.097-00); Jose Marcio da Silva Almeida (657.577.507-15); Luciano de Sousa Campos Pereira (038.094.797-80); Maria das Gracas Cabral Viegas Paranhos (019.195.392-04); Maria de Lourdes Darrochella Lima Sallaberry (344.665.177-20)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/rj
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11010/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis, Sr. Francisco Meton Marques de Lima, Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, e Raquel Mendes Viana Monteiro, Diretora Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, dando- lhes quitação, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-019.240/2014-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013)
1.1. Responsáveis: Francisco Meton Marques de Lima (122.173.953-00); Liana Chaib (227.677.463-00)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região/PI
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Dar ciência ao Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região acerca das impropriedades descritas na proposta da unidade técnica (peça 8, item 41-b), apuradas nas contas de 2013, para adoção de medidas corretivas/preventivas.

ACÓRDÃO Nº 11011/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 201, § 1º do Regimento Interno/TCU, e de acordo com a proposta da unidade técnica (peça 27), em fazer as determinações relacionadas no subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-014.835/2009-5 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2008)
1.1. Responsáveis: Antonio Carlos Paiva Futuro (509.440.457-15); Joaquim Batista de Araujo (181.557.406-25); Julio Cesar de Araujo Nogueira (349.557.477-87); Luiz Antonio Souza da Eira (308.357.981-00); Nivia Beatriz Cussi Sanchez (548.284.906-63); Roberto Costa Guimaraes (167.374.825-20); William Giuliano dos Prazeres (226.230.001-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Integração Nacional (vinculador); Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar ao Ministério da Integração Nacional que:
1.7.1.1.dê continuidade à quantificação do prejuízo ocasionado pela Dispensa de Licitação 9/2008 e pelas contratações decorrentes, nos termos do art. 3º da IN TCU-71/2012, encaminhando a este Tribunal o processo administrativo correspondente, no prazo de quinze dias de sua conclusão;
1.7.1.2.esgotadas as medidas administrativas para caracterização do dano, sem a sua elisão, instaure a competente tomada de contas especial, nos termos do art. 197, § 2º do Regimento Interno do TCU e dos arts. 3º a 5º da IN TCU-71/2012, informando a este Tribunal, no prazo de quinze dias de sua instauração;
1.7.2. Determinar o sobrestamento do julgamento do presente processo de tomada de contas, nos termos dos arts. 10, § 1º, e 11 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 157 e 201, § 1º, do Regimento Interno/TCU, até que seja proferida decisão definitiva no âmbito da eventual TCE a ser instaurada ou que ocorra a elisão do débito no âmbito do processo administrativo de sua apuração.

ACÓRDÃO Nº 11012/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, nos arts. 143, inciso V, alínea "a"; e 212, do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento do seguinte processo, em face da ausência de pressupostos de sua constituição e de seu desenvolvimento válido e regular, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo da determinação relacionada no subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-001.284/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Robson Mendes Silveira (409.382.471-15)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Ivolândia - GO
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar à Superintendência Estadual da Funasa em Goiás que, no prazo de trinta dias, proceda à análise da prestação de contas do Termo de Compromisso TC/PAC 1383/2008, protocolada na entidade em 5/5/2015, e, caso identifique irregularidades na execução do ajuste, instaure nova tomada de contas especial.

ACÓRDÃO Nº 11013/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em, acatar as alegações de defesa da Sra. Juliana Machado Alves, na condição de tesoureira, do Centro de Estudos Cineclubistas de Brasília, à época dos fatos, e signatária do Convênio 412/2007, e em julgar regulares com ressalva as contas do Centro de Estudos Cineclubistas de Brasília, nos termos da instrução da unidade técnica (peça 46), e de acordo com os ajustes sugeridos no parecer do representante do Ministério Público junto a esta Corte (peça 49).

1. Processo TC-001.590/2014-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Centro de Estudos Cineclubistas de Brasília (26.446.211/0001-46); Isabela Araújo Silva (265.392.808-66); Juliana Machado Alves (702.667.861-20)
1.2. Órgão/Entidade: Secretaria Executiva do Ministério do Turismo
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).
1.6. Representação legal: Taizo Goes Gentil (38.812/OAB-DF), representando Centro de Estudos Cineclubistas de Brasília e Juliana Machado Alves.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11014/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, nos termos da instrução da unidade técnica (peça 49), e de acordo com os ajustes sugeridos no parecer do Ministério Público (peça 52) dos autos, em:

a) excluir da relação jurídico-processual a empresa Tecform Veículos Especiais Ltda., uma vez que essa, na condição de contratada, não atuou como gestora de recursos públicos e também não concorreu para a prática de ato que tenha resultado em prejuízo ao erário;

b) julgar regular com ressalva, as contas da Sra. Maria Gorete Leite, ex-Prefeita Municipal de João Câmara/RN, dando- lhe quitação;

c) encaminhar cópia desta deliberação aos responsáveis, por meio de seus advogados, para conhecimento;

d) encerrar o processo e arquivar os autos, com fundamento no art. 169, inciso V, do RI/TCU.

1. Processo TC-008.796/2012-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Maria Gorete Leite (090.603.404-34); Tecform Veículos Especiais Ltda. (07.551.978/0001-90)
1.2. Órgão/Entidade: Município de João Câmara - RN
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (SECEX-RN).
1.6. Representação legal: Mailson Lima Maciel (10732/OAB-PB) e outros, representando Tecform Veículos Especiais Ltda.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

ACÓRDÃO Nº 11015/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002; 38 e Anexo VI da Resolução nº 164/2003, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 4.558/2015-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 28/7/2015, inserido na Ata nº 25/2015-Ordinária, relativamente ao seu item 9.2, onde se lê: "Tesouro Nacional" leia-se: "Fundo Nacional de Saúde" mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.044/2013-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Grinaldo Andrade Nunes (017.120.805-63); Medicar Engenharia Ltda (04.059.145/0001-19).
1.2. Órgão/Entidade: Município de Itatim - BA.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).
1.6. Representação legal: Luis Fernando Suzart - OAB 17.834/BA
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11016/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea d, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002; 38 e Anexo VI da Resolução nº 164/2003, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 9.798/2015-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 3/11/215, inserido na Ata nº 38/2015-Ordinária, relativamente ao seu item 9.2, onde se lê: "(...) atualizada monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;", leia-se: "(...) atualizada monetariamente a partir da data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;" e ao subitem 9.5, onde se lê: "encaminhar cópia da deliberação que vier a ser proferida, bem como do relatório e do voto que a fundamentarem, (...)"encaminhar cópia da presente deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, (...)" mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-029.867/2013-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Belliza Engenharia e Consultoria Ltda (01.651.721/0001-24); Francisco Nobre Filho (108.378.764-00); Henrique Alfredo de Macedo Coelho (083.451.394-34)

1.2. Órgão/Entidade: Município de Florânia - RN.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (SECEX-RN).

1.6. Representação legal: Francisco Nobre de Almeida Neto (4774/OAB-RN), representando Francisco Nobre Filho; Anderson Dantas Correia de Oliveira (9195/OAB-RN), representando Belliza Engenharia e Consultoria Ltda.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11017/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 237, inciso III, c/c o art. 235 do Regimento Interno do TCU, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, e em arquivar os autos, sem prejuízo das providências relacionadas no subitem 1.8 desta deliberação.

1. Processo TC-026.394/2015-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (00.348.003/0001-10)

1.2. Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS (02.520.619/0001-52)

1.3. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. Encaminhar cópia da instrução da unidade técnica (peça 3), acompanhada desta deliberação, à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, para adoção de providências de sua alçada, e para a Secretaria Federal de Controle Interno, conforme determinado pelo art. 106, § 3º, I, da Resolução-TCU 259/2014;

1.8.2. Encaminhar, para conhecimento, cópia da instrução da unidade técnica (peça 3), à Secretaria da 2ª Vara do Trabalho de Pelotas/RS, nos termos do art. 106, § 4º, da mesma resolução.

ACÓRDÃO Nº 11018/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 235, caput e 237, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer da representação formulada pela 48ª Promotoria de Justiça de Natal - Saúde Pública, para, no mérito, considerá-la procedente, e em arquivar os autos sem prejuízo das providências relacionadas no subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-029.612/2014-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (29.745.714/0001-00)

1.2. Órgão/Entidade: Município de Natal - RN

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (SECEX-RN).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Dar ciência ao Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus) e à Secretaria Municipal de Saúde de Natal/RN de que o desconto de valores do Teto dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) de Média e Alta Complexidade (MAC), dados em garantia de empréstimos contraídos por prestador de serviços ao Fundo Municipal de Saúde deve, em cada parcela, ser precedido de comunicação entre o Ministério da Saúde e a Municipalidade, com vistas a evitar dano ao erário, em decorrência do risco de eventual desligamento do contratado prestador de serviços, o que impossibilitaria a redução do valor nos pagamentos ao contratado, como ocorrido entre o Instituto de Traumatologia e Ortopedia do Rio Grande do Norte (Itorn) e a Secretaria Municipal de Saúde de Natal/RN, em 2010, sem que o Ministério paralisasse os descontos tempestivamente, o que só veio a ocorrer em 2013;

1.7.2. Determinar à Secretaria Municipal de Saúde de Natal/RN, com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, apresentar informações à Secex-RN dos resultados das medidas e providências adotadas para o ressarcimento dos valores devidos pelo Instituto de Traumatologia e Ortopedia do Rio Grande do Norte (Itorn) em razão de descontos procedidos no Teto MAC do Fundo Municipal de Saúde de Natal para fazer face a parcelas de empréstimos bancários do Instituto, e que não foram reduzidos dos pagamentos em razão daquele instituto já não mais prestar serviços ao Sistema Único de Saúde do Fundo Municipal local.

1.7.3. Dar ciência desta deliberação, ao representante, ao Ministério da Saúde, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte e à Prefeitura Municipal de Natal/RN, para conhecimento e providências cabíveis.

RELAÇÃO Nº 39/2015 - 2ª Câmara
Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 11019/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-010.932/2008-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Terezinha de Jesus Soares (027.611.812-04)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11020/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-024.135/2015-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Rosalia Maria Passos da Silva (058.187.453-68)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Rondônia

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11021/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-028.340/2015-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Carlos Nunes (882.798.478-04); Gilberto Zamora da Cruz (238.065.670-34); Leocadia Maria das Chagas Meroni (301.671.400-00); Miguel Camilo Junqueira Pereira (184.706.960-68); Nei Louro Biasetto (292.346.110-04); Tania Maria Cabral Beltrão (455.403.490-91); Vilson Valerio Justin (250.947.180-53)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda No Estado do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11022/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-028.923/2015-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Danilo Goncalves Costa (151.951.471-91); Daso Maranhao Coimbra (096.831.601-82); Denise Raimunda Resende de Almeida (207.754.822-34); Deoclecio Pereira de Souza (112.852.811-87); Dilson de Moraes Rocha (090.939.583-72); Dulce Mourao Sabino Rodrigues (334.282.391-72); Edgar Soares (116.974.401-00); Eduardo Soares de Andrade (111.725.334-15); Eldinon Noleto Oliveira (113.400.451-68); Eliab Bezerra de Mello (115.497.001-97)

1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11023/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-028.926/2015-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Joao Bento Galvao de Souza (041.967.752-68); Jorge Luis de Sousa Santos (104.130.304-15); Jorge Mello de Albuquerque (467.074.417-87); Jorge Sebastiao da Silva (084.710.961-53); Jose Aimore de Oliveira Bolina (238.733.700-00); Jose Carlos da Silva Freire (059.444.141-20); Jose Eduardo Correa da Costa (112.408.731-15); Jose Eustaquio Valverde Morais (126.533.901-59); Jose Gentil de Bastos Pereira (297.019.616-68); Jose da Guia dos Santos (155.324.371-49)

1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11024/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-028.119/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Michele Martins Goncalves (978.075.753-87); Olga Lais Loureiro Gomes (021.988.652-03); Patrick Lindenberg da Costa (720.454.002-63); Pedro Paulo Bergo de Almeida (796.410.831-04); Raissa Alves Gomes (038.689.851-07); Ramirallysson Rozeno Bento Dias (043.854.493-50); Ricardo Camilo de Sousa (043.169.209-28); Roberta Costa Sanches Silva (810.346.102-44); Romulo Bezerra de Almeida (786.215.772-91); Silvana Clemente Camargo (035.853.689-80)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11025/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-028.149/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luciana Couto Martins (052.855.146-90); Luciana Tenerelli Alvarez (255.631.778-74); Luciano Augusto da Silva (200.569.758-30); Luis Fernando Giolo (094.040.198-36); Luiz Paulo Pons Idehara (782.985.550-15); Luiza Maria Novais Coutinho Mendes (075.665.286-37); Luiza Rodrigues Guimarães (777.016.745-00); Marcelo Bortoloti Wetler (007.443.067-01); Marcelo José da Silveira (036.876.699-39); Maíra Giannico (175.328.308-61)

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11026/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-028.152/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Reydilla Maria de Holanda (059.125.594-40); Rodrigo Neto Paraizo Macieira (082.690.014-30); Rodrigo da Silva de Almeida (867.341.051-72); Rogerio Rigotti (891.778.351-15); Romildo André Calazans Pacífico (871.505.304-00); Samuel Henrique Tavares Mendes (015.418.376-81); Simone Aparecida Sanches Petrini (279.691.678-29); Thiago Barcellos do Nascimento (104.352.937-37); Tiago Luiz Arruda (008.211.599-09); Victor Hugo Lopes (277.426.438-39)
1.2. Órgão/Entidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11027/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-028.572/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cristiane Goncalves Madureira Duque (033.074.226-42); Daniel Sande Barboza (014.717.565-80); Daniel de Almeida Khoury (836.739.975-72); Deborah Sathler Alvim Moraes (084.766.516-00); Denison Wallace Araujo (081.303.276-86)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11028/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-028.579/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Hegberto Leite Pereira (051.612.304-10); Igor Elias Moreira (022.306.143-39); Irlene Monteiro Santana (026.644.763-51); Itonilson Costa Silva (009.886.475-08); Jaime Viana Maia Junior (062.367.885-37); Jamile Viana Ferreira (042.263.915-00); Janaine Miria de Araujo Alves (051.099.624-80); Jaski Humberto Gurgel Barreto (051.899.983-12); Jezielle Castro Dorea (059.774.725-36); Joana Darc Batista Pereira Cruz (037.710.783-26)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.a.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11029/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-030.291/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marcos Jose Araujo dos Santos (053.607.104-70)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11030/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-030.300/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marcel Bernard Nascimento Quaresma (748.075.012-91)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11031/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-030.304/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Trindade Figueiredo (958.058.930-53); Alvaro Cardoso Naves Filho (062.342.986-13); Alvaro Ivan Stecca (024.883.738-93); Alyne de Andrade Guimaraes (018.896.835-07); Amanda Coqueiro Gregorio (036.028.601-16); Amanda Panhol Bayma (027.836.341-55); Amanda Vilela Junqueira (015.609.476-24); Ana Carolina Bonfim Hamu (023.240.481-08); Ana Caroline de Oliveira Claver (018.832.551-47); Ana Clarice Parente Brasileiro (903.021.252-72)
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11032/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-030.305/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Cristiane Almeida P de Oliveira (041.922.264-21); Ana Miriam da Camara Vilela Tessier (034.636.894-48); Ana Patricia de Sousa Barros (002.137.973-48); Ana Paula Elias de Oliveira (010.079.460-24); Anderson Reis Vieira (087.522.366-41); Andre Luiz Valenga (008.553.379-31); Andre Martins Ressel (011.388.820-11); Andre Pereira Henriques (028.925.831-60); Andre Stefanello Somavilla (952.342.840-34); Andre Ubaldo Roldao (066.342.636-71)
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11033/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-030.312/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carolina Lamkowski Naka (042.371.569-07); Carolina Netto de Almeida (946.222.481-15); Carolina Tavares Resende (060.255.264-86); Caroline Fernandes Pastana (908.277.915-34); Caroline Martino Atkinson (053.938.669-33); Cassia Alexandra Ueta Mascarenhas Andrade (354.033.568-43); Cassiano Cruvinel Garcia (786.622.811-68); Caue Goncalves Mancanares (364.503.318-10); Celina Dias de Carvalho (000.408.537-05); Celso Cavalcante dos Reis de Natale (369.035.478-19)
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11034/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-030.317/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ederson Bruno da Cunha Lana (104.071.826-40); Edna Rosangela Dias Velho (783.977.747-34); Edson Gomez Vilasboas (369.199.828-38); Eduardo Alberi Rossi (005.717.311-71); Eduardo Candotti Rodrigues da Cunha (025.246.591-19); Eduardo Guimaraes Pereira (034.047.101-85); Eduardo Hiramoto (342.779.708-26); Eduardo Urbanski Bueno (017.648.550-35); Elisangela Batista Vieira Salgueiro Dias (163.842.678-37); Elizabeth Lins Cavalcanti (943.996.707-20)
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11035/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-030.320/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fabricio Ponte de Araujo (033.259.063-11); Felipe Augusto Nunes Berquo (017.382.721-76); Felipe Barbieri Comparsi (972.891.590-04); Felipe Coelho Rodrigues de Farias (007.856.001-24); Felipe Guedes Furlan (329.020.068-02); Felipe Jadjiski de Leao (943.023.082-49); Felipe Jose Arruda Neves (052.897.024-07); Felipe Schenato Pineiro (013.465.960-00); Felipe de Amorim Carvalho (011.831.790-30); Felipe de Faria Atta (009.242.271-33)
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11036/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-030.329/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jean Francois Pohli (226.808.308-06); Jean Martins de Souto (988.395.609-63); Jeferson Soares Oliveira (022.970.691-62); Jefferson Rangel Bueno Muniz (023.362.739-18); Jethro Xavier Bitencourt Bezerra (051.700.247-70); Joao Augusto Mendes Vale (024.442.921-97); Joao Francisco Bicalho Goncalves (077.553.816-76); Joao Henrique Pereira Brandao (090.561.196-99); Joao Laterza (007.312.391-99); Joao Paulo Fonseca Borges (096.493.626-73)
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11037/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-030.335/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Leone Santos Soares (089.392.596-96); Lidiane Monteiro Campos Vital de Castro (775.354.722-49); Ligia Vilela Felix (012.840.786-71); Ligiane Sagae Shimabukuro (040.638.546-71); Livia Lancia Noronha Bellato (317.738.018-05); Lola Sarue Stauder (013.413.471-09); Lucailo Almeida Elmiro (627.321.293-72); Lucas Rodrigues de Lima (374.379.268-06); Lucas Vinicius da Silva Neiva (027.835.971-01); Lucas de Castro Folloni (075.112.899-67)
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 11038/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-030.339/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcelo Stelmacki (978.595.089-15); Marcia Kfoury Muinhos (676.905.996-72); Marcio Jose Magalhaes Henriques (011.955.937-40); Marcio Krieger Riquelme (001.013.900-17); Marcio Teixeira Damasceno (791.373.005-63); Marcio Vinicius Limeira Nascimento (820.104.555-68); Marcio de Almeida Monteiro da Costa (817.176.601-34); Marco Antonio Laes (294.981.688-65); Marco Franklin dos Santos Veloso (954.136.261-34); Marco Vales Buratto (936.070.160-20)
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11039/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-030.342/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Maria Fernanda Ferraz Cornelio Nogueira (089.116.954-75); Mariana Antoniazzi Giacomet (000.754.200-31); Mariana Bessa Ribeiro (008.389.623-60); Mariana Kubagawa Sato (345.753.618-01); Mariane Santiago de Souza (009.287.733-88); Mariel Poli Vidal de Oliveira (814.391.050-49); Marilia Coutinho Saraiva (014.516.673-29); Mateus Oliveira Teixeira (055.508.193-17); Matheus Frota Franca (032.571.991-80); Matheus Goncalves (286.192.138-22)
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11040/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-030.347/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Pedro Henrique Nascimento Silva (011.663.471-50); Pedro Humberto Giacomazzi Polydoro (609.025.589-00); Pedro Jordao Salino (110.202.117-25); Pierro Thomaz dos Santos (089.524.056-41); Priscila Furtado dos Santos (021.133.291-74); Priscila Guerra Barbosa da Silva (305.376.248-05); Priscila Karen Santos da Cruz (090.482.366-06); Priscila Mendonca Miranda Boccomino (007.621.951-85); Priscilla Mittanck (049.072.899-52); Rafael Agostin Palmieri (356.216.628-14)
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11041/2015 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de concessão de Pensão Civil em favor de beneficiário de ex-servidor da Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Acre, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação, conforme a sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape, constatou-se que o beneficiário de pensão foi excluído por falecimento, maioridade ou outro motivo;

Considerando o parecer do Ministério Público;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010, por perda de objeto, tendo em vista a maioridade do beneficiário.

1. Processo TC-027.438/2015-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Valmare Aquino de Souza Araujo (936.377.722-72)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Acre
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11042/2015 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de concessão de Pensão Civil em favor de beneficiário de ex-servidor do Banco Central do Brasil, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação, conforme a sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento da interessada;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da beneficiária, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

1. Processo TC-029.815/2015-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Sonia Maria da Silva Mota (637.076.594-53)
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11043/2015 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de concessões de Pensões Civis em favor de beneficiários de ex-servidores da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro, cujos atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação, conforme a sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape, constatou-se que todos os beneficiários de pensão foram excluídos por falecimento, maioridade ou outro motivo;

Considerando o parecer do Ministério Público;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos beneficiários, maioridade ou outro motivo.

1. Processo TC-029.821/2015-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Isis Nobre de Almeida e Castro (504.452.947-87); Luzia Maria Van Erven Nobre (025.493.397-11)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11044/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 207 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis conforme os pareceres emitidos nos autos pela Secretaria e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-026.253/2015-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)
1.1. Responsáveis: Flávio Fagundes Vizentini (580.331.810-87); Luiz Fernando Wowk Penteado (500.577.239-15); Luiz Izidoro Zorzo (292.776.800-59); Maria de Fatima Freitas Labarrere (249.021.870-00); Tadaaqui Hirose (143.949.449-53)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Julgar regulares as contas dos responsáveis Tadaaqui Hirose (CPF 143.949.449-53), Luiz Fernando Wowk Penteado (CPF 500.577.239-15), Maria de Fátima Freitas Labarrère (CPF 249.021.870-00), Luiz Izidoro Zorzo (CPF 292.776.800-59) e Flávio Fagundes Visentini (CPF 580.331.810-87), dando-lhes quitação plena, nos termos dos arts. 1º, inc. I, 16, inc. I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inc. I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU;
1.8. Encaminhar cópia deste Acórdão ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região; e
1.9. Encerrar o presente processo.

ACÓRDÃO Nº 11045/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso II; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 208 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas a seguir relacionadas regulares c/ressalvas e dar quitação aos responsáveis e fazer as seguintes determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-027.472/2013-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)
1.1. Responsáveis: Claudionor Serafim (085.505.302-04); Neusa Mutuco Kawanami Ozorio (995.852.868-15); Paulo Afonso dos Santos Júnior (949.601.352-04); Renan Caron Orleti (615.654.902-15); Vanderlei Viviano Neves (045.814.232-87); Vicente Batista Filho (309.319.594-20)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio - Coordenação Regional de Ji-Paraná/RO - Ministério da Justiça.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (SECEX-RO).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Julgar regulares com ressalvas as contas dos Srs. Vicente Batista Filho (CPF 309.319.594-20) - Coordenador Regional na gestão 2012 -, Vanderlei Viviano Neves (CPF 045.814.232-87) - Coordenador Regional Substituto na gestão 2012-, Renan Caron Orleti (CPF 615.654.902-15) - Chefe da Divisão Técnica de 1º/1/2012 a 19/4/2012 -, Paulo Afonso dos Santos Júnior (CPF 949.601.352-04) - Chefe da Divisão Técnica de 16/7/2012 a 5/12/2012 - e Claudionor Serafim (CPF 085.505.302-04) - Chefe do Serviço de Administração na gestão 2012 - e da Sra. Neusa Mutuco Kawanami Ozório (CPF 995.852.868-15) - Chefe Substituta do Serviço de Administração na gestão 2012-, dando- lhes quitação plena, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU;
1.8. Determinar à Coordenação Regional da Funai em Ji-Paraná/RO, com fundamento no art. 208, §2º do Regimento Interno do TCU, que:
1.8.1. adote ações de controle sobre a inscrição, permanência e reinscrição de restos a pagar de exercícios anteriores ao exercício de sua constituição, de forma a não permitir a permanência indevida do seu registro em suas informações contábeis, consoante disposto na Lei 4.320/64 e demais normativos em vigor;
1.8.2. ao encaminhar os futuros relatórios de gestão, junto às contas dos exercícios subsequentes, informe a situação do processo de doação do imóvel situado na Rua Manoel Franco, nº 1.780, Bairro Nova Brasília, Ji Paraná/RO e sua respectiva inscrição no Spiunet, e as ações adotadas para regularizar a reavaliação do bem imóvel localizado na Rua Rui Barbosa, s/n, setor 1, quadra 109, Porto Velho/RO, sob sua responsabilidade;
1.8.3. consoante proposto no Relatório de Auditoria de Gestão da CGU/RO, apresente nos exercícios futuros um planejamento estruturado de suas ações, de modo que se possa aferir o grau de atingimento dos objetivos estabelecidos para a Unidade em relação aos definidos pelo Órgão Central; adote normativos para execução

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

das rotinas de trabalhos nas áreas de controle interno, patrimônio e compras; aprimore o planejamento anual de compras para manutenção da Unidade, na tentativa de coibir ocorrência de fragmentação de despesas; observe todos os dispositivos que re gem as contratações públicas, inclusive os relativos à obrigatoriedade de licitar, à seleção da proposta mais vantajosa para a administração, à comprovação da publicidade do resultado dos certames e ao enquadramento adequado do fato ao dispositivo legal; evite rasuras nos processos administrativos de aquisições, de maneira a assegurar a confiabilidade das informações; e que alterações e/ou inclusões nos documentos que regem os certames sejam submetidas à assessoria jurídica a fim de resguardar o interesse público e minimizar a ocorrência de irregularidades;

1.9. Determinar à Controladoria Geral da União no Estado de Rondônia que ao realizar a auditoria nas contas da Unidade verifique o atendimento destas recomendações, com fundamento no art. 250, inciso III do Regimento Interno do TCU; e

1.10. Dar ciência à Coordenação Regional da Funai em Ji-Paraná o presente Acórdão, e a Controladoria Geral da União em Rondônia.

ACÓRDÃO Nº 11046/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de expediente subscrito pelo Vereador do município de Xangri- lá/RS, Tadeu Magnus, (peça 1, p.1-2), por meio do qual comunica a esta Corte a ocorrências de irregularidades nos anos de 2010 a 2012 na execução de obras patrocinadas com recursos originários de emendas parlamentares para construção de praças e campos de futebol.

Considerando que no dos 6 (seis) contratos questionados, em 3 (três) as ocorrências não foram confirmadas.

Considerando que em relação às demais situações narradas, constata-se que: os valores envolvidos não são significativos; a representação não está acompanhada de qualquer comprovação ou evidência da sua ocorrência; os convênios/contratos de repasse encontram-se em situação regular perante o SIAFI, seja pela apresentação ou seja pela aprovação das respectivas prestações de contas;

Considerando que, não estão presentes as premissas de risco, materialidade e relevância dos fatos tratados nestes autos.

ACORDAM, com fundamento nos arts. 143, III e 237, III, do RI/TCU, em:

a) Conhecer da presente Representação, uma vez atendidos os requisitos de admissibilidade previstos no art.235, caput, c/c o art.237, parágrafo único do RI/TCU, para considerá-la improcedente;

b) Encaminhar cópia da peça 1, p.1-2 dos autos, da instrução e do presente Acórdão à Prefeitura Municipal de Xangri- lá, ao Ministério do Turismo e ao Ministério do Esporte, para conhecimento e adoção das providências de sua competência, conforme determina o art.106, § 3º, inciso I, da Resolução TCU n.259/2014;

c) Dar ciência deste Acórdão, acompanhado da instrução, ao autor da representação;

d) Arquivar os autos.

1. Processo TC-010.105/2015-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Vereador Tadeu Magnus
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Xangri-lá - RS
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).
1.6. Representação legal: não há.

RELAÇÃO Nº 36/2015 - 2ª Câmara
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 11047/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Maria de Fátima Ramalho, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.383/2015-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V
1.2. Interessada: Maria de Fatima Ramalho (CPF 157.681.631-15).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11048/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.940/2015-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V
1.2. Interessadas: Maria Moura da Silva Alves (CPF 206.207.564-20); Maria Santana Pereira de Morais (CPF 237.612.534-00); Maria Tome Ferreira de Castro (CPF 141.280.044-72); Maria das Gracas Barbosa de Brito (CPF 133.159.944-04); Maria das Neves Queiroz Macena (CPF 262.628.434-34); Maria de Fatima Alexandre (CPF 143.495.661-04); Maria de Fatima Goncalves Lopes (CPF 251.921.914-91); Marilia Figueiredo de Sales (CPF 651.083.704-82); Martina de Barros Gomes (CPF 086.779.804-15).
1.3. Unidade: Universidade Federal da Paraíba.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11049/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria Nelma Maria Pezzin Rocha, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.354/2015-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V
1.2. Interessada: Nelma Maria Pezzin Rocha (CPF 478.876.487-34).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11050/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fulcro no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de aposentadoria de Adelia Lessa Farias, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.436/2015-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V
1.2. Interessada: Adelia Lessa Farias (CPF 076.912.972-20).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11051/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fulcro no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de aposentadoria de José Pedro de Sant'ana, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.442/2015-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V
1.2. Interessado: José Pedro de Sant'ana (CPF 136.819.746-91).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11052/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fulcro no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de aposentadoria dos interessados relacionados abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.460/2015-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V
1.2. Interessadas: Ieda Rafael Gurgel Martins (CPF 515.277.826-20); Joana Gomes Setubal (CPF 201.685.516-91).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11053/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Hélcio Andrade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.935/2015-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Hélcio Andrade (CPF 100.794.596-68).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Lavras.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11054/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.475/2015-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Agrimal Inacio de Araujo (CPF 126.517.451-20); Helio Alves Pimenta (CPF 177.522.641-72); Ilson Ferreira Costa (CPF 199.901.541-04); José Alves Santa Rosa (CPF 139.711.741-91); Maria Ferreira Arcanjo da Silva (CPF 294.021.821-87); Neusa Maria Marques de Souza (CPF 117.192.318-00); Oswaldo Muniz Gomes (CPF 109.331.581-49).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11055/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fulcro no art. 260, § 6º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por inépcia, o ato de aposentadoria de Francisco de Souza; e em fazer a determinação constante do item 1.8 abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.970/2015-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Francisco de Souza (CPF 022.560.023-49).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará - MEC.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. determinar à unidade de origem que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novo ato, livre das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, *caput* e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 11056/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fulcro no art. 260, § 6º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por inépcia, o ato de aposentadoria de Maria José Viana Neves; e em fazer a determinação constante do item 1.8 abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.973/2015-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Maria José Viana Neves (CPF 193.712.763-04).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. determinar à unidade de origem que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novo ato, livre das falhas apontadas, com fundamento nos arts. 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, *caput* e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 11057/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.487/2015-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V
1.2. Interessados: Alice Pozza Feltrin (CPF 276.937.242-49); Arlete Gomes de Souza Borba (CPF 516.602.539-34); Eliane de Cassia Moreira de Lima (CPF 720.965.439-91); Franklin Galvao (CPF 200.598.920-72); Izabel Pflanzer (CPF 072.209.879-00); Lucinda Domingues Rodrigues (CPF 325.695.649-15); Mirian Selenko Martins (CPF 759.274.549-68); Ralph Carvalho Groszewicz (CPF 233.549.419-87); Vera Cecilia Abagge de Paula (CPF 401.532.669-53).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Paraná.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11058/2015 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o acórdão 3689/2009 - 2ª Câmara considerou ilegais atos de aposentadoria e determinou à Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica a adoção das providências decorrentes daquela deliberação, dentre as quais o cadastramento de novos atos na base do Sisac, livres das irregularidades então apontadas;

considerando que o acórdão 1974/2015 - 2ª Câmara registrou que monitoramento do cumprimento daquela deliberação havia apontado a existência de atos ainda não cadastrados e fixou o prazo de 30 (trinta) dias para que a Diretoria de Administração do Pessoal do Comanda da Aeronáutica cadastrasse no Sisac os atos iniciais de aposentadoria dos inativos Geraldo Moreira Leal, Paulo Afonso do Nascimento e Raimundo Nonato dos Santos Lopes, conforme a exigência constante do subitem 9.3.5 do acórdão 3689/2009 - 2ª Câmara;

considerando que o acórdão 3861/2015 - 2ª Câmara autorizou a prorrogação de prazo solicitada pelo Chefe do Centro de Controle Interno do Comando da Aeronáutica por mais trinta dias, a contar do término do prazo fixado no acórdão 1974/2015 - 2ª Câmara;

considerando que aquele Chefe de Controle Interno solicitou nova prorrogação de prazo de 30 (trinta) dias para o cumprimento das determinações;

considerando que já decorreram mais de seis anos e quatro meses desde a prolação do acórdão 3689/2009 - 2ª Câmara e da determinação original do TCU;

considerando que a referida determinação objetiva a regularização das aposentadorias dos interessados junto a este Tribunal;

considerando as prorrogações de prazo já concedidas;

considerando que a Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip manifestou-se contrária ao deferimento do pleito; e

considerando que não se vislumbram dificuldades técnicas que inviabilizem o cumprimento da emissão dos atos determinados, e nem foram apresentados motivos que justificassem a nova prorrogação solicitada,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e" do Regimento Interno, em não deferir o pedido de prorrogação do prazo fixado pelo acórdão 1974/2015 - 2ª Câmara, subscrito pelo Chefe do Centro de Controle Interno da Aeronáutica, constante do Ofício 139/CENCIAR-3/5443, e encaminhar cópia desta deliberação ao solicitante.

1. Processo TC-031.262/2008-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Geraldo Moreira Leal (CPF 050.738.632-91); Maria Aparecida Lima Ferraz (CPF 440.212.167-15); Paulo Afonso do Nascimento (CPF 151.481.731-49); Raimundo Nonato dos Santos Lopes (CPF 056.240.022-20); Sandra Maria Santos da Cunha (CPF 635.888.977-04); Vilma Maria da Silva (CPF 291.089.341-34).
1.3. Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
1.7. Advogado: Fábio Viana Fernandes da Silveira (OAB/DF 20.757).
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11059/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Adalberto dos Santos Júnior, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.830/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Adalberto dos Santos Júnior (CPF 693.617.975-49).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11060/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.719/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Aline Maria de Mello (CPF 986.007.290-68); Aline Tigre (CPF 942.767.650-72); Ana Celeste Dorneles Chaves de Oliveira (CPF 006.852.460-94); Augusto Mota da Costa (CPF 941.541.800-10); Carolina Geske Salini (CPF 001.164.610-12); Claudio Fagundes da Silveira (CPF 974.538.540-91); Cristiane Fraga da Silva (CPF 000.059.170-00); Daiane Boeira Rech Ferrari (CPF 987.494.040-91); Derlise de Fatima Gmintzel Flores (CPF 006.329.780-90); Vinisius da Silva Seeger (CPF 003.411.110-74).
1.3. Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11061/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados e fazer a determinação constante do item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-023.818/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Daiane Dias Marques (CPF 825.624.400-30); Elisiane Lima dos Santos (CPF 830.727.800-72); Gustavo Santos da Silva (CPF 008.024.320-77); Rosane Justo Cardoso (CPF 690.409.820-15); Sandra Wolf (CPF 979.026.080-68); Silvia Teresinha Rosa Silveira (CPF 427.563.160-91); Tatiana Seefeld (CPF 933.285.910-87); Vanessa Bitencourt (CPF 811.658.200-30); Viviane Leao e Silva (CPF 002.151.020-29).
1.3. Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. determinar ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA que: (i) apure eventual descumprimento da jornada de trabalho de Gustavo Santos da Silva, ante a constatação da existência de outro vínculo empregatício mantido por aquele servidor com a entidade privada Associação Educadora São Carlos, desde 23/01/2007, conforme extraído da Relação Anual de Informações Sociais relativa ao exercício de 2014 (RAIS - 2014); (ii) caso seja constatada a incompatibilidade das jornadas de trabalho, adote as providências pertinentes à regularização do cumprimento da jornada no emprego público; (iii) informe este Tribunal acerca do resultado das apurações no prazo de 60 (sessenta) dias;
1.9. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das determinações acima.

ACÓRDÃO Nº 11062/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.858/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Nayana Vigil da Silva Pereira (CPF 013.836.790-61); Patricia Cardoso Kruger (CPF 004.502.290-92); Patricia Nazario Teixeira (CPF 502.697.200-49); Paula Roberta Labres Ribeiro (CPF 826.477.980-87); Santiago Rodrigues dos Santos (CPF 824.559.020-72); Tiana Roci Moreira Pacheco (CPF 992.871.880-68); Vania Beatriz de Assis (CPF 465.414.200-25).
1.3. Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11063/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-023.960/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ana Paula da Silva Luiz Felix (CPF 815.036.440-49); Claudia Parada da Silva (CPF 931.909.720-87); Daiane Olsson de Souza (CPF 025.060.520-11); Gabriela Ratkiewicz Taffarel (CPF 692.990.130-04); Israel Cardoso Rodrigues (CPF 823.615.680-04); Jaqueline Aparecida Martins Roza (CPF 830.824.840-34); Lisiane da Silva Souza (CPF 003.744.140-09); Marcia de Bittencourt (CPF 677.083.740-49); Viviane Tonezer (CPF 003.998.540-70).
1.3. Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5 Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11064/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados e fazer as determinações constante do item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-024.057/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Roselaine Carvalho da Silva (CPF 675.804.590-00); Rudirene Bueno Flores (CPF 011.264.850-98); Simone dos Santos Lima (CPF 676.915.790-04); Tathiana Bard Gloor (CPF 004.343.690-04); Teresinha de Fatima Ninaus Ribeiro (CPF 385.955.320-87); Terezinha de Fatima Gorreis (CPF 997.250.960-53); Ticiane Ribeiro Schultz (CPF 003.552.260-73); Vanda Regina Machado (CPF 352.457.430-00); Vanessa Belo Reyes (CPF 970.659.430-20); Vanessa Rodrigues Viana Pacheco (CPF 006.537.780-07).
1.3. Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.7. Representação legal: não há.
1.8. determinar ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA que: (i) apure eventual descumprimento da jornada de trabalho de Roselaine Carvalho da Silva, ante a constatação da existência de outro vínculo empregatício mantido por aquela empregada na Associação Educadora São Carlos, desde 02/05/2007, conforme extraído da Relação Anual de Informações Sociais relativa ao exercício de 2014 (RAIS - 2014); (ii) caso seja constatada a incompatibilidade das jornadas de trabalho, adote as providências pertinentes à regularização do cumprimento da jornada no emprego público; (iii) informe este Tribunal acerca do resultado das apurações no prazo de 60 (sessenta) dias;
1.9. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das determinações acima.

ACÓRDÃO Nº 11065/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-024.063/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessados: Gustavo Ferreira da Rosa (CPF 933.639.580-72); Ivana Duarte Brum (CPF 010.765.790-27); Jimmy Schmitz Strzykalski (CPF 007.631.270-43); Joseane Stahl Silveira (CPF 004.814.040-66); Juliana Pecanha Antonio (CPF 011.984.430-30); Lauren Medeiros Paniagua (CPF 000.817.460-16); Leandro Cunha da Veiga (CPF 014.293.510-71); Maciel Moresco (CPF 761.723.680-87).
1.3. Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11066/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-024.070/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessados: Flavia Castro de Mello (CPF 006.455.730-86); Gisele de Oliveira Xavier (CPF 994.837.260-34); Iara Hecz Couto (CPF 527.808.300-00); Lidiane Pivetta Teichmann (CPF 003.982.880-89); Marcia Moschini (CPF 538.248.220-91); Naira Silveira Fortes (CPF 602.582.170-49); Priscila Guterres de Oliveira (CPF 010.729.810-41); Vanderlei Araujo Junior (CPF 017.476.530-47).
1.3. Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11067/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados e fazer as determinações constante do item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-024.075/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.3. Interessados: Diego da Costa Silva (CPF 010.964.150-70); Elisiane Fontoura Hermes (CPF 010.391.870-13); Erica Tozawa (CPF 784.611.200-78); Fernanda Acosta de Camargo (CPF 001.075.700-76); Lidiane Caroline Jardim Martins (CPF 011.646.980-36); Marilene Niehues (CPF 950.901.340-49); Paula Steger (CPF 002.092.720-74); Paulo Cesar Silvestrin dos Santos (CPF 625.637.500-91); Tatiane Rosa da Cunha (CPF 018.188.260-46); Vivian Castello Blanco (CPF 001.874.870-81).
1.3. Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. determinar ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA que: (i) apure eventual descumprimento da jornada de trabalho de Paula Steger e Tatiane Rosa da Cunha, ante a constatação da existência de outro vínculo empregatício mantido pelas interessadas na Associação Hospitalar Moinhos desde 04/08/2008 e 01/07/204, bem como na Uniserv União de Serviços Ltda., desde 02/05/2012, respectivamente, conforme extraído da Relação Anual de Informações Sociais relativa ao exercício de 2014 (RAIS - 2014); (ii) caso seja constatada a incompatibilidade das jornadas de trabalho, adote as providências pertinentes à regularização do cumprimento da jornada no emprego público; (iii) informe este Tribunal acerca do resultado das apurações no prazo de 60 (sessenta) dias;
1.9 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das determinações acima.

ACÓRDÃO Nº 11068/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados e fazer as determinações constantes do item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-024.761/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Angela Lima Kaipper (CPF 973.161.130-49); Carina Cadorin (CPF 989.926.780-53); Carolina Ohlweiler Lessa (CPF 007.835.200-26); Giovana Zucchetti (CPF 669.429.500-68); Maria Laura Serpa Stulpen (CPF 428.604.660-53).
1.3. Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. determinar ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA que: (i) apure eventual descumprimento da jornada de trabalho de Carolina Ohlweiler Lessa, ante a constatação da existência de outro vínculo empregatício mantido por aquela empregada no Col. Cen. Nossa Senhora dos Anjos desde 01/03/2007, conforme extraído da Relação Anual de Informações Sociais relativa ao exercício de 2014 (RAIS - 2014); (ii) caso seja constatada a incompatibilidade das jornadas de trabalho, adote as providências pertinentes à regularização do cumprimento da jornada no emprego público; (iii) informe este Tribunal acerca do resultado das apurações no prazo de 60 (sessenta) dias;
1.9. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das determinações acima.

ACÓRDÃO Nº 11069/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-027.235/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessados: Maida Blandina Honorio Magalhães (CPF 073.297.376-74); Marcio Jose Ferreira Pena (CPF 844.530.446-15); Marcos Fernandes de Castro Rodrigues (CPF 089.714.056-78); Maria do Carmo de Oliveira Moreira dos Santos (CPF 314.870.096-15); Marli do Carmo Cupertino (CPF 077.692.066-93).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11070/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-027.239/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessadas: Leila Cristina Pedroso de Paula (CPF 676.949.000-59); Raffaela de Almeida Nazario (CPF 982.237.200-00).
1.3. Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11071/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-027.242/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessados: Jessika Alves Oliveira Pereira (CPF 041.536.803-03); Tamyres Araujo Andrade Donato (CPF 033.291.795-97); Thiago Wesley da Silva e Silva (CPF 044.731.225-14); Valmara Silveira Ponte (CPF 018.196.765-01); Vanessa Rodrigues Paixao Cortes (CPF 732.829.280-68).
1.3. Unidade: Universidade Federal da Bahia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11072/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-027.250/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessados: Grasielly de Oliveira Spinola Cardoso (CPF 078.244.706-60); Gustavo Henrique da Cunha Peixoto Cancado (CPF 038.023.386-00); Herminia Maria Martins Lima Silveira (CPF 034.271.216-07); Isabela Oliveira Cardoso Martins (CPF 081.613.956-32); Julia Gomes de Carvalho Jorge (CPF 080.380.896-85).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11073/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-027.253/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessadas: Rachel Cecilia de Oliveira Costa (CPF 054.924.726-23); Tatiana Carvalho Reis Martins (CPF 046.977.416-92); Tatiane de Oliveira Elias (CPF 970.319.256-49); Tatiane de Oliveira Marques (CPF 048.135.179-51); Terezinha Cristina da Costa Rocha (CPF 058.842.776-44).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11074/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados e fazer as determinações constantes do item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-027.921/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alessandra Teixeira dos Santos (CPF 754.758.550-72); Aline Oliveira Alves (CPF 950.772.190-87); Daiane Lima de Oliveira (CPF 808.241.020-53); Fabricio Fortunato da Silva (CPF 814.635.290-15); Guilherme Azeredo Sichinel (CPF 977.691.930-87); Janaina Arruda de Mello (CPF 961.516.500-00); Jose Ricardo da Silva Silveira (CPF 709.648.660-72); Katia Regina

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Soares Duarte (CPF 910.433.360-87); Marcio Daniel Korte da Silva (CPF 000.183.000-73).

1.3. Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8.determinar ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA que: (i) apure eventual descumprimento da jornada de trabalho de Fabrício Fortunato da Silva, ante a constatação da existência de outro vínculo empregatício mantido por aque le empregado no Rio Grande Emergências Médicas Ltda., a partir de 24/12/2014, conforme extraído da Relação Anual de Informações Sociais relativa ao exercício de 2014 (RAIS - 2014); (ii) caso seja constatada a incompatibilidade das jornadas de trabalho, adote as providências pertinentes à regularização do cumprimento da jornada no emprego público; (iii) informe este Tribunal acerca do resultado das apurações no prazo de 60 (sessenta) dias;

1.9. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das determinações acima.

ACÓRDÃO Nº 11075/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Amanda Carvalho Barbosa, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.128/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV

1.2. Interessada: Amanda Carvalho Barbosa (CPF 796.242.352-87).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11076/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-028.131/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV

1.2. Interessados: Adilson Cesar de Araujo (CPF 505.261.031-91); Adriana Aparecida (CPF 001.172.726-80); Albert Jean Claude Fernandes Sabatier (CPF 444.036.581-72); Alberth Sant Ana Costa da Silva (CPF 049.232.736-07); Alberto Torres Braz (CPF 000.912.321-04); Aldagiza Cardoso de Araujo Melo (CPF 849.210.996-34); Alexandre Morais da Silva (CPF 005.848.341-10); Aline Pinheiro Dantas (CPF 879.305.521-87); Alyne Tada Ferreira Santos (CPF 018.236.001-66); Amanda Carolina Amorim de Sousa (CPF 036.025.431-45).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11077/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-028.138/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV

1.2. Interessados: Ailana Linhares de Sousa Medeiros (CPF 018.388.663-10); Aristides da Rocha Barbosa (CPF 997.658.373-72); Elaine Vigianni Oliveira Teixeira (CPF 618.942.223-34); Geordania Maciel de Souza (CPF 003.780.333-60); Gloria Kalina Moreira Rosa (CPF 443.648.143-34); Itelvina Elias Silvestre (CPF 054.173.223-42); Larissa Albuquerque dos Santos (CPF 604.060.963-09); Marcia Maria Bezerra Gomes Cabral (CPF 617.466.733-20); Rebeca Cavalcante Pinheiro Lima (CPF 041.238.893-60); Samia de Sousa Oliveira (CPF 036.013.513-74).

1.3. Unidade: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11078/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-028.174/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV

1.2. Interessados: Eduardo de Almeida Rodrigues (CPF 013.422.876-65); Thiago da Silva Bernardes (CPF 086.885.056-08).

1.3. Unidade: Universidade Federal de Alfenas.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11079/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-028.176/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV

1.2. Interessados: Glauco Perobelli Costa (CPF 091.821.896-92); Igor de Novaes Fonseca (CPF 068.415.486-20); Wander Clay Pereira Dutra (CPF 061.091.196-10).

1.3. Unidade: Universidade Federal de Lavras.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11080/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Hilda da Consolação Tridade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.180/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV

1.2. Interessada: Hilda da Consolação Trindade (CPF 513.727.036-91).

1.3. Unidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11081/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-028.230/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV

1.2. Interessados: Jessica Mayumi Kiyoku (CPF 074.477.759-32); Lucas Lopes Soares (CPF 090.442.469-33); Lucimara dos Santos (CPF 058.955.839-03).

1.3. Unidade: Universidade Federal do Paraná.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11082/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-028.246/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV

1.2. Interessados: Agda Silva Prado Oliveira (CPF 076.968.106-93); André Cândido Machado (CPF 089.679.176-94); Ariane Milani Lopes (CPF 220.025.758-94); Camila Karen Reis Barbosa (CPF 084.082.876-48); Carolina Mariane Moreira (CPF 076.060.816-46).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11083/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-028.253/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV

1.2. Interessados: Daniel Pessoa Cavalcante (CPF 022.952.743-46); Enio da Costa Romagnome (CPF 018.653.733-62); Fernando Weslley Silva de Oliveira (CPF 003.184.393-01); Giselle Santiago Cabral Raulino (CPF 971.085.453-49); Juana Angelica Felipe Fernandes (CPF 011.231.993-96).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11084/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-028.257/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV

1.2. Interessados: Adriana de Oliveira Santos (CPF 870.702.601-30); Aglailson Gledson Cabral de Oliveira (CPF 029.949.494-23); Ailton Bispo dos Santos Junior (CPF 080.451.817-37); Alcyone Cesar Pereira Silva (CPF 443.702.371-49); Alexandre Guimaraes Rodrigues (CPF 890.511.811-91).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11085/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-028.261/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessados: Carlos Petronio Leite da Silva (CPF 645.939.832-15); Carolina Novaes Xavier de Lima Reynaldo (CPF 033.111.657-05); Cassia Regina Miglioranca Brandao (CPF 052.721.599-69); Christine Rebouças Lourenço (CPF 937.435.481-00); Cinthia Nepomuceno Xavier (CPF 490.605.891-49).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11086/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-028.268/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessados: Douglas Junior Nicolin (CPF 058.646.369-08); Felipe de Almeida La Porta (CPF 088.438.046-77); Fernanda Cordeiro de Almeida (CPF 987.586.325-49); Franciele Bonatto (CPF 074.070.469-99); Geovani Raulino (CPF 046.428.509-70).
1.3. Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11087/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-028.271/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessados: Adriana Olimpia Barbosa Felipe (CPF 984.837.656-91); Augusto Castelli Von Atzingen (CPF 271.080.358-55); Julia Risso Parissi (CPF 394.805.218-22); Marcos dos Santos de Almeida (CPF 045.105.586-19); Natalia Pereira Martins (CPF 089.224.806-88).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Alfenas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11088/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-028.277/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessados: Augusto Brazão (CPF 663.338.732-68); Celivan Ferreira Vieira (CPF 628.602.162-00); Manoel Messias Alves (CPF 727.717.632-49); Marianne Kaliny Ferreira da Silva (CPF 975.178.952-49); Tacildo de Souza Araujo (CPF 938.435.262-49).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11089/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Virgilio Viana Ramires, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.283/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessado: Virgilio Viana Ramires (CPF 684.637.400-06).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11090/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-028.287/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessados: Tiago Alves Calabria (042.569.824-69); Tiago Eduardo da Silva (016.786.915-93).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11091/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Talita Natalia Ferrari, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.291/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessada: Talita Natalia Ferrari (CPF 339.246.188-10).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11092/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-028.300/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessadas: Carina Luisa Ochi Flexor Andrade (CPF 597.519.835-68); Cintia dos Santos Oliveira (CPF 018.887.375-90); Daisy Mara Moreira de Oliveira (CPF 328.267.375-20); Elmara Salgado de Aquino Chagas (CPF 787.535.705-53); Erika Mayra Pereira dos Santos (CPF 777.235.545-91).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11093/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Tatiana Gonçalves Morais, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.309/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessada: Tatiane Goncalves Moraes (CPF 031.508.866-43).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11094/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-028.315/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessados: Vitor Pereira Faro (CPF 847.240.800-00); Vivien Midori Morikawa (CPF 265.005.148-58).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Paraná.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11095/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de pessoal de Danilo Freitas Ramalho da Silva de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.359/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessado: Danilo Freitas Ramalho da Silva (CPF 304.139.898-28).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Abc.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11096/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.364/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessados: Andrey Fernandes Mateus (CPF 758.888.312-04); Bruno Cecim Bicelli (CPF 659.723.172-49); Camila Falconery Cavalcante (CPF 829.541.945-53); Carlos Emidio Pinheiro Linhares (CPF 510.841.632-68); Daniele Lima da Rocha (CPF 559.598.572-00); Dorielton Nunes Barbosa (CPF 008.588.432-42); Edvaldo Rodrigues de Castro (CPF 124.396.902-44); Eleison Marcal Elmescany (CPF 578.532.902-68); Elida do Socorro Monte da Silva (CPF 893.257.882-68); Luiz Gonzaga Feijão da Silva (CPF 834.555.742-20); Orlando Shigueo Ohashi Junior (CPF 518.461.012-04); Raul Henrique da Silva Pinheiro (CPF 914.832.982-72).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11097/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-028.368/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessados: Francildo de Oliveira Silva (CPF 026.868.333-60); Gina Maria Barbosa Arruda (CPF 034.122.223-21); Maria Rosilane da Costa (CPF 880.751.093-68); Paulo Henrique Teixeira da Silva (CPF 007.519.573-99).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11098/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.381/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Aurelio Diaz Herrraiz (CPF 534.688.482-34); Carlos Sérgio Ferreira (CPF 769.547.909-82); Cleber de Oliveira Ferreira (CPF 635.693.452-20); Gisele de Fatima Leite Souza (CPF 220.480.048-14); Ina Isabel de Almeida Rafael Silva (CPF 733.149.782-00); Isis Costa Rodrigues (CPF 856.352.272-87); Janilce Negreiros Ferreira (CPF 474.258.222-53); Joaquim Hudson de Souza Ribeiro (CPF 405.362.032-53); Jonathas Coelho de Souza (CPF 817.323.922-34); José Nivaldo Xavier Moura (CPF 454.848.134-68); Karolina da Costa Sabino (CPF 000.485.382-21); Leonardo Barbosa Lago (CPF 883.873.992-72); Maria do Perpetuo Socorro Borges Carriço (CPF 041.784.366-60); Marie Augusta de Souza Pinto (CPF 336.139.662-04); Mauricio Bacarin Silva (CPF 271.768.548-07); Rafael Wylliams Oliveira Arcos (CPF 854.706.942-91); Renata Batista da Silva (CPF 777.889.582-04); Roberta de Melo Roiz (CPF 002.217.925-97); Suellyn Siqueira de Souza (CPF 878.885.052-87); Taise Costa de Farias (CPF 010.367.215-07).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11099/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.384/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ana Carolina Araujo Silva (CPF 010.136.331-13); Elivelton Ribeiro de Brito (CPF 036.800.831-22).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11100/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.397/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessados: Ana Paula Moreira da Silva (CPF 041.296.386-88); Denise Vieira Franco (CPF 599.185.006-20); Ivan Bretas Vasconcelos (CPF 065.388.346-39).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11101/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de pessoal de Ivonete Iracy de Souto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.402/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessada: Ivonete Iracy de Souto (CPF 003.612.749-39).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11102/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 6º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por inépcia, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados; e em fazer a determinação constante no item 1.8 abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.486/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessados: Angela Cristina de Oliveira Lima (CPF 430.632.095-20); Bartolomeu Santana Filho (CPF 895.520.325-04); Claudia de Souza Santos (CPF 815.572.305-44).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11103/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 6º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por inépcia, o ato de admissão de pessoal de Hildo Anselmo Galter Dalmonech; e em fazer a determinação constante no item 1.8 abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.493/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de assunto: IV
1.2. Interessado: Hildo Anselmo Galter Dalmonech (CPF 054.272.997-00).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11104/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 6º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por inépcia, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados; e em fazer a determinação constante no item 1.8 abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.496/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessadas: Adriana Linhares Drummond (CPF 004.133.451-57); Aline Marcelino Arouca (CPF 036.956.191-04); Amelia Ribeiro de Brito (CPF 736.780.901-68).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11105/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 6º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por inépcia, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados; e em fazer a determinação constante no item 1.8 abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.510/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessados: João Paulo Bart Dias (CPF 103.034.167-26); Sergio Kiepert Rocha (CPF 978.511.087-72).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11106/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-028.836/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessados: Andréia Lucena de Góis Nascimento (CPF 074.239.194-97); Jucelio Batista de Azevedo (CPF 061.204.934-50); Lourena Maria de Aquino Nogueira (CPF 035.055.594-07); Tony Robson da Silva (CPF 080.792.544-60).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11107/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-028.857/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessadas: Debora Ferreira de Lima (CPF 082.838.554-84); Ellyne Henrique Cardoso de Vasconcelos (CPF 096.592.444-01).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11108/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-028.890/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessados: Adley Camargo Ziviani (CPF 119.953.718-74); Alessandra Dias Mendes (CPF 985.794.601-15); Alessandra Silva de Sousa (CPF 714.312.501-63); Alex Helder Cordeiro de Oliveira (CPF 882.522.561-04); Alinne Santana Ferreira (CPF 720.479.411-72).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11109/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-028.897/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessados: Ana Elisa Oliveira dos Santos (CPF 796.110.795-91); Paulo Henrique Reis de Melo (CPF 680.163.444-53); Pedro de Siqueira Campos Filho (CPF 335.703.704-10).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina - Mec.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11110/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-028.902/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessados: Keylly Eyglys Araujo dos Santos (CPF 052.352.114-64); Leonardo Coutinho de Medeiros (CPF 011.690.864-54); Lino Araujo Filho (CPF 044.392.444-91); Lucileide Medeiros Dantas da Silva (CPF 071.350.054-90); Mayara Costa Pinheiro (CPF 065.497.044-05).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11111/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-028.906/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessados: Aline Fagundes dos Santos (CPF 969.600.780-91); Dirceu de Sousa Melo (CPF 016.677.906-76); Edivaldo dos Santos Filho (CPF 098.469.027-19); Fabiana Souza Maximo Pereira (CPF 065.975.016-32); Giovana Ribeiro Ferreira (CPF 067.464.416-60).
1.3. Unidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11112/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-028.909/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Adriana Teixeira Rodrigues (CPF 638.944.166-53); Ana Carolina Bueno e Silva (CPF 068.987.806-03); Evandro Luis de Oliveira Costa (CPF 954.609.696-20).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11113/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-029.563/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2 Interessados: Adao Jose Bourguignon Vedova (CPF 100.609.857-71); Adilla Quinquim Sossai (CPF 128.876.817-61); Eliane Oliveira Lorete (CPF 075.892.227-20); Gabriele Saude Viana (CPF 068.168.986-21); Jaciara da Costa Rodrigues Felix (CPF 077.645.177-47); Josimere Felix de Oliveira Fernandes (CPF 088.381.547-83); Kamila dos Santos (CPF 131.572.127-96); Paula Brumatti Wutkuosky (CPF 129.392.707-40); Rafael Cavalcanti do Carmo (CPF 124.409.947-31); Sandra Demetrio de Souza (CPF 355.616.178-85).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11114/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-029.566/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Danilo Gonçalves da Fonseca (CPF 031.499.721-08); Delcio Maciel Santos (CPF 992.294.631-91); Deuselina de Lima Santos (CPF 560.589.693-87); Diana Angelica Carvalho de Sousa Oliveira (CPF 814.407.403-30); Diego Brum Lima Rocha (CPF 933.111.681-00); Dienner Mory Rodrigues Silva (CPF 008.768.921-95); Dorvalina Teotonia de Carvalho (CPF 704.618.561-15); Edilza Dourado de Castro (CPF 313.535.501-25); Elisangela Marcia Cruz dos Reis (CPF 666.069.771-34); Elizangela Capanema Souza Koboldt (CPF 032.969.906-74).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11115/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-029.586/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Adielson Basilio Almeida de Oliveira (CPF 020.777.192-81); Alessandra Camara de Lima (CPF 954.011.483-72); Alice Carvalho do Nascimento (CPF 787.662.142-20); Amandda de Faria Peixoto (CPF 342.750.998-26); Amelia Jandrea de Souza (CPF 002.151.032-62); Charles Johnson Barros Lima (CPF 948.849.602-97); Cleuson Melo da Silva (CPF 845.134.032-68); Daniel Passos de Oliveira (CPF 008.835.092-45); Delcimar Bezerra da Silva (CPF 417.926.372-68); Diego de Paiva Aguiar (CPF 001.630.342-30).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11116/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Carlos Henrique de Araujo Dutra, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.618/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Carlos Henrique de Araujo Dutra (CPF 048.570.866-38).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11117/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-029.641/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Denilsen Carvalho Gomes (CPF 044.728.479-73); Felipe Comitre (CPF 315.544.358-89); Francielle Delgado Agostini (CPF 052.157.549-42); Gioconda Ghiggi (CPF 005.767.779-43); Janio Cordeiro Moreira (CPF 051.566.606-81).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11118/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-029.645/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Cristiano Merllo (CPF 114.656.007-95); Emanuele Catarina da Silva Oliveira (CPF 120.942.367-73); Erikcsen Augusto Raimundi (CPF 009.754.749-28); Flávio Raposo Pereira (CPF 008.042.087-78); Francisco de Assis Altera (CPF 335.391.206-10).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11119/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-029.651/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Angela Beatriz Souza Bertazzo (CPF 334.574.501-10); Carmen Lucia Costa (CPF 207.211.536-15); Cleudivan Silva Dias (CPF 019.176.431-01); Clovis Batista dos Santos (CPF 881.761.006-25); Cláudio Roberto Araújo Castro (CPF 483.048.401-20).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11120/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-029.664/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Daniela Barreto de Moraes (CPF 610.630.885-34); Danilo Duarte Costa (CPF 065.507.616-62); Davidson Afonso de Ramos (CPF 044.206.466-75); Lizia Colares Vilela (CPF 992.193.106-78); Luiz Henrique Magnani Xavier de Lima (CPF 041.360.199-47).
1.3. Unidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11121/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-029.669/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1.Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Lucas Marchesoti Franco (CPF 066.347.286-58); Luzelia Calegari Santos Moizinho (CPF 966.357.976-53); Marilia Beatriz Ferreira Abdulmassih (CPF 630.142.206-63); Marilia Ines Mendes Barbosa (CPF 603.302.877-53); Suellen Caroline Teixeira (CPF 081.837.376-84).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11122/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-029.670/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Valter Pereira Silva (CPF 035.900.791-00); Wallisen Tadashi Hattori (CPF 026.781.599-90).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11123/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-029.676/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Camila Nascimento da Silva (CPF 066.786.394-05); Carla Giovana Cabral (CPF 743.539.509-91); Catarina Cardoso Sousa França (CPF 008.058.124-23); Clara Monise Silva (CPF 067.757.174-74); Dândara Nayara Azevêdo Dantas (CPF 076.973.904-00).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11124/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-029.682/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Mauricio Moraes Motta (CPF 723.748.297-15); Mayara Silva Fernandes do Rêgo (CPF 085.990.634-56); Nathan Lima Pessoa (CPF 086.606.234-36); Nayama Keila da Silva (CPF 070.813.474-28); Nyladih Theodory Clemente Mattos de Souza (CPF 064.615.636-52).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11125/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de pessoal de Antonio Wallace Lordes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.765/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Antonio Wallace Lordes (CPF 093.511.127-13).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11126/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.771/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessados: Maira Guimaraes Ribeiro (CPF 013.598.013-59); Renan Gomes de Menezes (CPF 028.525.173-29).
1.3. Unidade: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11127/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de pessoal de Karina Tiussi Batisti, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.776/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Karina Tiussi Batisti (CPF 113.346.997-39).
1.3. Unidade: Escola Agrotécnica Federal de Colatina - Mec.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11128/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.782/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Isaac de Medeiros Nogueira (CPF 038.714.154-56); Ivan Soares de Medeiros Junior (CPF 051.657.064-19); Lucifrance Figueiredo da Cunha (CPF 008.307.464-39); Rolemberg Lourenço Bezerra Júnior (CPF 057.248.574-30); Thiago Angels Batista Oliveira (CPF 055.492.274-60).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11129/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de pessoal de Carolina Carvalho de Souza, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.794/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Carolina Carvalho de Souza (CPF 053.496.226-25).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11130/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-030.295/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Bruno Giordano Rosa (CPF 045.793.167-11); Elimara do Rosario Cáo (CPF 022.704.317-07); Jackson Ricardo Marcelino Braz (CPF 125.031.017-20); Jarbas Moreira Minete (CPF 107.095.527-26); Otto Herbert Schuhmacher Dietrich (CPF 072.792.836-83); Samuel Torezani Montovani (CPF 111.488.367-05); Sheila Potratz (CPF 123.039.307-23).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11131/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-030.405/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Jose Luiz Oliveira Vitor (CPF 029.298.182-12); Leonardo Toledo Siqueira (CPF 135.974.067-85); Leonildo Mendes de Souza (CPF 679.825.302-49); Nelma Loureiro Pereira (CPF 383.889.012-49); Regilane Visgueira da Costa Moura (CPF 658.361.203-82); Rozeana Rodrigues Moreira (CPF 572.359.612-87).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 11132/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-030.419/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alessandro Menezes de Souza (CPF 919.555.480-72); Luzimar Ferreira Habs (CPF 808.810.251-00).
1.3. Unidade: Superior Tribunal Militar.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6 Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11133/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-030.438/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Marcel Jose Nazaro Nobre (CPF 010.559.214-51); Marcos Antonio Neves Costa de Freitas (CPF 503.610.314-91); Marilia Linhares de Sousa (CPF 010.017.074-94); Mauricio da Silva Oliveira Junior (CPF 052.431.934-02); Pedro Henrique Pereira (CPF 035.215.014-93); Priscila de Melo Evangelista Maia (CPF 077.122.894-50); Saionara Lucena de Sena (CPF 655.109.844-49); Tiberio de Albuquerque Saraiva (CPF 011.609.044-80); Wilton Teixeira Celestino (CPF 061.652.394-71).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11134/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Tatiane Lima Batista, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.510/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessada: Tatiane Lima Batista (CPF 050.972.843-05).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Cariri.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11135/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Thales Alexandre Carvalho Maia, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.518/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessado: Thales Alexandre Carvalho Maia (CPF 059.593.726-81).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11136/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-030.520/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessados: Fabiana Carvalho da Silva Bispo (CPF 069.004.527-10); Fabiano Cavalcanti Fernandes (CPF 996.750.216-91); Fabio Ferraz Fernandez (CPF 039.314.318-00); Fabio Nogueira Carlucci (CPF 522.500.758-91); Fabrício Ademar Fernandes (CPF 058.943.926-08).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11137/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-030.526/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessados: Adriana Trindade de Souza (CPF 054.299.666-90); Adriana de Almeida Pinto Bracarense (CPF 050.176.126-88); Alexandre Jose Amaro e Castro (CPF 723.848.676-87); Aline Silva Magalhaes (CPF 059.821.366-03); Elisangela Martins de Sa (CPF 070.511.966-18).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11138/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Matheus Rocha de Oliveira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.532/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessado: Matheus Rocha de Oliveira (CPF 004.717.362-95).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11139/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-030.538/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessados: Gerson Barbosa do Nascimento (CPF 523.985.794-68); Juciene Batista Felix Andrade (CPF 042.218.964-26); Juliano Antonio Ferreira Xavier (CPF 792.055.424-15); Laurita Ricardo de Salles (CPF 007.957.678-89); Leonardo Dantas Muniz (CPF 081.997.294-06).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11140/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.561/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessados: Dhonny Lima da Silva (CPF 963.697.792-53); Erlon Veloso da Silva (CPF 410.733.472-49); Louise Cristhine Monteiro Silva da Silva (CPF 517.566.762-91); Mara Libia Viana de Lima (CPF 568.486.842-87); Marlon Luis Miranda Moraes (CPF 989.551.362-34); Maurício Ferreira Gomes (CPF 509.188.002-00); Micheline Cardoso Santos de Campos (CPF 508.985.902-72); Myrle do Socorro Monteiro Santa Brigida (CPF 374.852.532-04); Paulo Roberto Sousa David (CPF 392.840.002-97).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11141/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.564/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessados: Andre de Castro Sena (CPF 025.785.596-35); Daniel Rigamonte Baltar (CPF 712.433.481-00); Dayse Siqueira de Melo Fraga (CPF 004.256.401-83); Luzia Claudia Dias Couto (CPF 622.299.156-49).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11142/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de pessoal de Sabrina Rosa Paz, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.586/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessada: Sabrina Rosa Paz (CPF 969.912.160-20).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11143/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-032.157/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV
1.2. Interessados: Daniel Henrique Scandolara (CPF 010.499.839-39); Indianara Dalago (CPF 073.598.769-66).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11144/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-032.161/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Luciana de Oliveira Adolpho (CPF 007.333.780-30); Tiago Joao Tonin (CPF 012.387.160-32).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11145/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de pensão civil de Jane Holzle Garcia Pedrosa, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.839/2015-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Jane Holzle Garcia Pedrosa (CPF 025.623.076-58).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11146/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de pensão civil de Maria Germana da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.842/2015-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Maria Germana da Silva (CPF 189.899.184-72).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11147/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas do responsável abaixo indicado e dar-lhe quitação; em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 6, à Secretaria Nacional de Segurança Pública e ao responsável; e em arquivar os autos, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno.

1. Processo TC-007.605/2015-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Classe de Assunto: II.
1.2. Responsável: Marcos Roberto Marques da Silva (CPF 210.147.872-20).
1.3. Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Amapá.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá (Secex-AP).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11148/2015 - TCU - 2ª Câmara

Vista esta representação, com pedido de medida cautelar, acerca de possíveis irregularidades no pregão eletrônico 28/2014, conduzido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), tendo como objeto o registro de preços para a contratação de serviços técnicos de informática;

considerando que as potenciais irregularidades indicadas pela representante foram devidamente analisadas pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog) que, ao final do exame, afastou as falhas imputadas e corroborou a legalidade dos procedimentos adotados pela Capes na condução da licitação;

considerando, assim, que não se configuraram perigo na demora ou fumaça do bom direito, pressupostos necessários à adoção de medida cautelar;

considerando que, conforme jurisprudência dominante do TCU, os representantes e denunciantes não são automaticamente interessados nos respectivos processos e têm, em regra, sua atuação processual limitada ao pedido inicial, sendo que os atos seguintes são realizados por condução exclusiva desta Corte de Contas;

considerando que este Tribunal tem como missão constitucional zelar pela observância do interesse público, não lhe cabendo tutelar interesses privados das licitantes;

considerando, por fim, que não há previsão regimental de sustentação oral por aqueles que não são partes no processo, nos termos do art. 144 do Regimento Interno;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 237, inciso VII e parágrafo único, e art. 235, do Regimento Interno, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em conhecer desta representação; em considerá-la improcedente; em indeferir o pedido de medida cautelar e de sustentação oral da empresa Engesoftware Tecnologia S/A; em arquivar os autos e em dar ciência desta deliberação ao representante e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

1. Processo TC-030.818/2015-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe: VI.
1.2. Representante: Engesoftware Tecnologia S/A. (CNPJ: 00.681.946/0001-60).
1.3. Unidade: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.7. Representação legal: Antônio Torreão Braz Filho (9.930/OAB-DF) e outros, representando Engesoftware Consultoria de Sistemas Ltda.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11149/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 235 e 237 do Regimento Interno, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em conhecer desta representação da empresa Sepres Engenharia Ltda. (CNPJ 00.601.780/0001-25) e considerá-la prejudicada, por perda de objeto, em vista da revogação da Tomada de Preços 001/2015 da Universidade Federal de Ouro Preto - Ufop; em dar ciência desta deliberação à Ufop e à representante; em dar a ciência constante do item 1.8 abaixo; e em arquivar os autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 250, inciso I, do Regimento Interno.

1. Processo TC-031.462/2015-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Representante: Sepres Engenharia Ltda. (CNPJ 00.601.780/0001-25).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. dar ciência à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) de que são ilegais: (i) a falta de previsão, na planilha orçamentária, de serviços essenciais e necessários à execução da obra; (ii) a incorreta classificação de itens que devem constar da planilha de referência como custo direto, em atendimento ao acórdão 325/2007-Plenário; (iii) a incorreta alocação de custos relacionados à Construção e Manutenção do Canteiro de Obras, que devem constar da planilha orçamentária, consoante art. 40, XIII, da Lei 8.666/1993.

ACÓRDÃO Nº 11150/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 235 e 237 do Regimento Interno, em conhecer desta representação da Microsens Ltda., CNPJ 78.126.950/0003-16 contra o do Pregão Eletrônico 32/2015 da Universidade Federal Fluminense - UFF; em considerá-la parcialmente procedente; em considerar prejudicado o requerimento de medida cautelar formulado, tendo em vista a perda de objeto decorrente do cancelamento do certame; em dar ciência desta deliberação à UFF e ao representante; em fazer o alerta constante do item 1.8 abaixo; e em arquivar os autos, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno.

1. Processo TC-031.628/2015-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Representante: Microsens Ltda., CNPJ 78.126.950/0003-16.
1.3. Unidade: Universidade Federal Fluminense.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. alertar à Universidade Federal Fluminense que observe a suficiente e precisa definição do objeto, conforme dispõe a Lei 8.666/1993 em seu art. 8º, inciso I, de modo a não se repetir a descrição imprecisa ocorrida no item 12 do Pregão Eletrônico 32/2015, coordenado pela Comissão Permanente de Licitação da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - PROPPI/UFF.

RELAÇÃO Nº 4/2015 - 2ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 11151/2015 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de monitoramento do Acórdão 8.857/2012-TCU-2ª Câmara, proferido na sessão de 27/11/2012, que considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Nely dos Santos Pereira Gomes (CPF 409.117.647-04), em razão do pagamento destacado, por força de decisão judicial, de parcela relativa à URP (percentual de 26,05% de fevereiro de 1989), em desacordo com a jurisprudência deste Tribunal.

Considerando que as determinações constantes do Acórdão 8.857/2012-TCU-2ª Câmara não foram cumpridas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, o qual manteve o pagamento referente à URP (26,05%), no valor de R$ 671,28, a despeito das reestruturações remuneratórias ocorridas na carreira da interessada (assistente em administração), a exemplo da promovida pela Lei 12.778, de 28 de dezembro de 2012;

Considerando que a unidade jurisdicionada não cadastrou no Sisac novo ato de aposentadoria em favor da interessada.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 243 e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em fazer a determinação especificada no subitem 1.7 adiante.

1. Processo TC-016.663/2012-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Nely dos Santos Pereira Gomes (409.117.647-04)
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Reiterar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas as determinações contidas nos subitens 1.8.2 e 1.8.4 do Acórdão 8.857/2012-TCU-2ª Câmara, sob pena de responsabilidade de autoridade administrativa omissa e aplicação da sanção prevista no art. 58, incisos IV e VII, da Lei 8.443/1992, no sentido de que:
1.7.1. exclua dos proventos de Nely dos Santos Pereira (CPF 409.117.647-04) a parcela impugnada por este Tribunal, referente à URP (26,05%), tendo em vista as reestruturações remuneratórias ocorridas na carreira da interessada, a exemplo da promovida pela Lei 12.778, de 28 de dezembro de 2012;
1.7.2. cadastre no Sisac novo ato de aposentadoria de Nely dos Santos Pereira (CPF 409.117.647-04) livre da irregularidade apontada no subitem 1.7.1.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 11152/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal o ato de concessão a seguir relacionado, autorizando-se o registro, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.326/2015-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jorge de Aguiar (029.731.629-04)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11153/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.334/2015-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luiz Henrique Ribeiro da Fonseca (356.593.789-00).
1.2. Órgão: Gerência Executiva do Inss - Curitiba/PR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11154/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.415/2015-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Getulio Augusto dos Anjos (427.909.997-91).
1.2. Órgão: Gerência Executiva do Inss - Florianópolis/SC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11155/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.454/2015-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Raul Edgar de Carvalho Passo (095.310.175-49).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11156/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.480/2015-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Mauro Lopes de Queiroz (068.355.111-68).
1.2. Órgão: Superintendência Estadual do Inss - Campo Grande/MS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11157/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria às interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.933/2015-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Célia Aparecida de Faria (515.618.086-87) e Selma Maria Oliveira Lima (324.331.316-34).
1.2. Órgão: Gerência Executiva do Inss - Divinópolis/MG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11158/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.450/2015-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Sebastiao Augusto Nunes (049.639.626-91).
1.2. Órgão: Gerência Executiva do Inss - Governador Valadares/MG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11159/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.450/2015-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Alvaro Gumurski (088.686.979-04).
1.2. Órgão: Gerência Executiva do Inss - Ponta Grossa/PR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11160/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.476/2015-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonia Mendonça Ferreira (102.506.701-00); Francisco de Paola Neto (315.308.937-04); Helio Ribeiro de Souza (101.725.721-34); Maria das Graças Viana (238.866.171-49) e Maria de Lourdes Annes Dias Vignoli (105.963.137-72).
1.2. Órgão: Ministério das Relações Exteriores.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11161/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, autorizar o registro, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.446/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Mauro Machado Guedes (101.075.377-02)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional do Cinema
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11162/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.222/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carolina Baroni Scussel (072.046.376-90); Fillipe Rodrigues de Carvalho (100.025.176-47) e Georgea de Morais Passos (015.440.111-05).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11163/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.395/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Mariana Machado da Nóbrega (007.174.303-08).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 11164/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.851/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gabriel Fernandes Torralbo (019.495.041-74); Gabriela Carvalho Passos Cardoso (097.285.836-99); Gabriella Roncato Marques Anes de Castro (938.337.681-34); Hukas Jorge de Oliveira (013.535.115-45) e Inaê Picoloto (050.325.539-48).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11165/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.606/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruna Cristina dos Santos (057.985.426-45); Celice Lúcia Sousa Lima (521.426.802-59); Daniel Dias de Carvalho (832.717.592-00); Daniele da Silva de Andrade Figueira (982.067.612-68); Danielle Stéphanie Dias Duarte (025.448.891-95); Diego Rodrigo da Silveira Marron (509.666.422-87); Diego Vinícius Martin Gonçalves (349.733.928-80); Erick Machado Carriço Corrêa (841.065.652-34); Erivaldo Pereira Balbino Silva (075.138.684-76) e Felipe Augusto Barros Campos (063.625.236-10).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11166/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.615/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ailton Santos de Souza (257.952.328-66); Cintia Leão de Faria (009.658.600-19); Juliana Monteiro de Souza (026.860.493-24); Mariana Pereira de Oliveira (005.688.091-06) e Marina de Faria Barreto Lima (033.393.895-00).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11167/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.792/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rodrigo Gondim do Amaral (006.036.251-00).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11168/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.434/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Fettermann de Andrade (954.520.797-34); Jaqueline Maria Cruz de Souza (000.011.607-61); Leticia Mendes Martins do Rego Barros (138.476.367-82); Luciana Neves da Silveira (013.984.887-80); Lucio Reinaldo Lima da Silveira (115.736.767-48); Marcela do Espirito Santo Pedroni (104.770.467-62); Marcelle Reesink Gomes (014.774.375-33); Marco Aurelio da Silva Pereira (131.289.887-90); Mariana Cristina Baggio Guimaraes (007.857.129-41) e Monalisa de Sa Jaegger Amadeu (004.087.171-14).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11169/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.594/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Bruna Braghetti Bueno de Oliveira (332.290.008-89).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11170/2015 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de atos de concessão de pensão civil a beneficiárias de ex-servidores da Fundação Universidade de Mato Grosso habilitadas nas condições de viúva e companheira.

Considerando que os atos de pensão civil, instituídos por Benedito Jose dos Santos (CPF 160.334.691-00) e Francisco Bispo de Arruda (CPF 206.999.641-72), deixaram de produzir efeitos financeiros na folha de pagamento Siape, em decorrência do falecimento das respectivas beneficiárias;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II e 260 §§ 1º e 5º do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil instituído por Ataide Pereira Pinto (CPF 035.255.621-87); e

b) considerar prejudicados, por perda de objeto, os exames de mérito dos atos de concessão instituídos por Benedito Jose dos Santos (CPF 160.334.691-00) e Francisco Bispo de Arruda (CPF 206.999.641-72).

1. Processo TC-014.137/2011-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Anair Marques Vieira (156.887.551-72); Isabel da Silva e Santos (474.382.901-15) e Rosa de Lima Pinto (010.645.271-16).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11171/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-029.810/2015-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Alzira de Carvalho Santana Dantas (000.000.000-00); Alzira de Carvalho Santana Dantas (492.563.945-53) e Iara Joana de Jesus Dantas (056.114.975-51).
1.2. Órgão: Ministério da Previdência Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11172/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno/TCU, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público/TCU, em:

a) julgar regulares com ressalvas as contas dos Srs. João Bosco de Almeida (CPF 059.132.414-87), Marcos Aurélio Madureira da Silva (CPF 154.695.816-91) e José Ailton de Lima (CPF 070.673.994-91), relativamente à gestão da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) no exercício de 2013, dando-lhes quitação, nos termos dos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU;

b) julgar regulares as contas dos Srs. Armando Casado de Araújo (CPF: 671.085.208-34); Altino Ventura Filho (CPF: 002.089.224-15); Ana Lucia Amorim de Brito (CPF: 060.754.618-25); Marcelo Bruto da Costa Correia (CPF: 039.706.014-95); Virginia Parente de Barros (CPF: 289.703.221-91); Edvaldo Gomes de Souza (CPF: 069.456.864-34); lranilton Leal dos Santos (CPF: 100.163.175-72); Pedro Gaudêncio de Castro (CPF: 007.838.893-72); Marcos Spagnol (CPF: 373.995.517-15); Marcelo Cruz (CPF: 316.297.171-34); Pedro Paulo da Cunha (CPF: 813.693.957-87); Antônio de Pádua Ferreira Passos (CPF: 121.595.901-00); Viviane Aparecida da Silva (CPF: 953.009.376-49); Daniel de Araújo Borges (CPF: 505.936.921-87); José Pedro de Alcântara Júnior (CPF: 085.398.554-53); Marcos José Mota de Cerqueira (CPF: 053.701.754-20) e Mozart Bandeira Arnaud (CPF: 137.474.444-15), relativamente à gestão da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) no exercício de 2013, dando-lhes quitação plena, nos termos dos arts. 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU;

c) dar ciência à Chesf sobre a falta do quadro A.5.2.1 - "Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão", identificada no relatório de gestão relativo ao exercício de 2013, o que afronta o disposto na Instrução Normativa TCU 63/2010, na Decisão Normativa TCU 127/2013 e na Portaria TCU 175/2013, com vistas à adoção de providências internas que previnam a ocorrência de outras semelhantes;

d) enviar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Chesf;

e) encerrar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-002.682/2015-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)
1.1. Responsáveis: Altino Ventura Filho (002.089.224-15); Ana Lucia Amorim de Brito (060.754.618-25); Antonio de Pádua Ferreira Passos (121.595.901-00); Armando Casado de Araujo (671.085.208-34); Daniel de Araujo Borges (505.936.921-87); Edvaldo Gomes de Souza (069.456.864-34); Iranilton Leal dos Santos (100.163.175-72); Jose Ailton de Lima (070.673.994-91); José Pedro de Alcântara Júnior (085.398.554-53); João Bosco de Almeida (059.132.414-87); Marcelo Bruto da Costa Correia (039.706.014-95);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Marcelo Cruz (316.297.171-34); Marcos Aurélio Madureira da Silva (154.695.816-91); Marcos Jose Mota de Cerqueira (053.701.754-20); Marcos Spagnol (373.995.517-15); Mozart Bandeira Arnaud (137.474.444-15); Pedro Gaudêncio de Castro (007.838.893-72); Pedro Paulo da Cunha (813.693.957-87); Virginia Parente de Barros (289.703.221-91); Viviane Aparecida da Silva (953.009.376-49).

1.2. Entidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex-PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11173/2015 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Nivaldo Sousa Guimarães, ex-prefeito do Município de Maiquinique/BA, contra os subitens 9.3, 9.4 e 9.6 do Acórdão 630/2014-TCU-2ª Câmara, por meio do qual esta corte julgou irregulares as contas do recorrente, imputando-lhe débito e multa (peça 45).

Considerando, preliminarmente, que a primeira alegação de defesa apresentada contra o acórdão recorrido, em nome do ex-prefeito, foi tida por apócrifa, em razão de não haver, na peça apresentada, a assinatura do recorrente;

Considerando que, após o responsável ser instado a regularizar sua defesa, este não se manifestou, e, por tal razão, o Exmo. Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, relator a quo, recebeu a peça como mera petição, nos termos do art. 50, § 3º, da Resolução-TCU 259/2014;

Considerando que aproximadamente um ano após a notificação da decisão condenatória, o responsável ingressa com novo expediente, que ora se analisa, em que requer a reconsideração do julgado;

Considerando que o prazo para a interposição desse recurso é de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 285 do Regimento Interno do TCU;

Considerando que "a data de início do prazo é contada a partir do primeiro dia em que houver expediente no Tribunal", nos termos do art. 19, §3º, da Resolução TCU 170/2004, o termo a quo para análise da tempestividade foi o dia 22/05/2014, sendo certo que o termo final para sua interposição se deu no dia 05/06/2014;

Considerando que, no caso em exame, já transcorreu o prazo de cento e oitenta dias, e portanto, não há que se falar em exame de fatos novos a autorizar o conhecimento do recurso, nos termos do artigo 32, parágrafo único e inciso I, da Lei 8.443/92, c/c o artigo 285, caput e §2º, do RI/TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 32, inciso I e parágrafo único, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º; 277, inciso I; e 285, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Nivaldo Sousa Guimarães, por restar intempestivo em mais de 180 dias;

b) dar ciência da presente deliberação ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados do teor da decisão que vier a ser adotada.

1. Processo TC-032.065/2011-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Gandelmar Moreira Silveira (198.315.605-15); João José Deoliveira Filho (319.173.305-10); Nivaldo Sousa Guimarães (330.189.105-59); Prefeitura Municipal de Maiquinique - BA (13.751.821/0001-01).

1.2. Recorrente: Nivaldo Sousa Guimarães (330.189.105-59).

1.3. Entidade: Município de Maiquinique - BA.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

1.8. Representação legal: não há.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11174/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em dar quitação ao Sr. Joao Carlos Teatini de Souza Clímaco (CPF: 056.063.901-59), ante o recolhimento integral da multa que lhe foi aplicada pelo Acórdão 6.138/2009-TCU-2ª Câmara, modificada pelo Acórdão 1.121/2014-TCU-2ª Câmara, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.037/2004-5 (TOMADA DE CONTAS SIMPLIFICADA - Exercício: 2003)

1.1. Apensos: 004.767/2015-2 (Solicitação); 019.057/2014-8 (Solicitação); 033.189/2014-5 (Solicitação).

1.2. Responsáveis: Adag Serviços de Publicidade Ltda (62.624.812/0001-65); Adonisede Martins Dantas Filho (099.133.511-20); Edson Dias Pinheiro (539.867.507-97); Ivan Carlos Ferreira Lima (339.476.601-97); Joao Carlos Teatini de Souza Clímaco (056.063.901-59); Pedro Paulo Poppovic (028.398.308-68); Rogerio de Jesus Costa Sousa (392.809.001-10).

1.3. Órgão: Secretaria de Educação à Distância - MEC.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti em substituição ao Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.7. Representação legal: Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250) e outros.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 38/2015 - 2ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 11175/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em arquivar os presentes autos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.660/2011-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Maria Alice Rocha Gomes (CPF 085.255.365-04); Maria Angela Gomes Armede (CPF 075.593.805-49); Marlene Batista da Silva (CPF 040.327.997-68); Zuleika Márcia Ribeiro Costa Janot (CPF 116.096.215-49) e Zuleika Márcia Ribeiro Costa Janot (CPF 116.096.215-49).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT/BA).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11176/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de aposentadoria a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo falecimento de seu interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.748/2011-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Daniel Adelino de Souza Brito (CPF 112.450.422-20) - inicial; e Daniel Adelino de Souza Brito (CPF 112.450.422-20) - alteração.

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (TRT/AM e RR).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11177/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, sem prejuízo de fazer a determinação abaixo indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.774/2015-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Nilo Bandeira (CPF 145.029.761-72); Clea Margarida Boaventura Maciel (CPF 111.914.495-72); Haroldo Perim Coelho (CPF 282.663.667-72); Jose Carlos Francisco da Silva (CPF 179.347.880-53) e Teresinha Lucia de Andrade (CPF 096.878.661-87).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Sefip que corrija o fundamento legal dos atos de aposentadoria no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 11178/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.328/2015-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adilson Jorge de Oliveira (CPF 384.468.396-87); Antonio Avelino Ferreira Ruivo (CPF 068.875.972-68); Erika Fonseca de Barros Aversa (CPF 813.056.307-00); Francisco Araujo Cedro (CPF 189.774.641-53); Gilberto Luiz Luduvig (CPF 132.505.900-53); Joaquim Pereira Pinto (CPF 122.387.325-00); Jorge Alves Carreiro (CPF 399.069.227-53); José Carlos Ferreira Pereira (CPF 318.373.527-04); João Leonardo Queiroz (CPF 436.569.517-72) e Jurandir Lima da Silva (CPF 654.867.497-91).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11179/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.425/2015-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria José Almeida de Souza (CPF 043.273.902-59).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11180/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.187/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alana Carolina Silva Marques (CPF 058.765.825-81); Alessander Queiroz Carneiro (CPF 107.664.637-96); Arthur Zanchetta de Figueiredo (CPF 048.765.643-10); Caio Cesar Lopes de Oliveira (CPF 142.367.447-24); Caio Vinícius Nogueira Borges (CPF 016.432.771-11); Carlos Eduardo Lima dos Santos (CPF 142.152.277-20); Caroline de Almeida Neves (CPF 130.378.947-76); Daniel Lima Santanelli (CPF 144.046.817-63); Daniel Viana Guimarães (CPF 154.064.057-48) e Diego Barros Albuquerque (CPF 012.021.162-99).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Militar de Engenharia (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 11181/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.193/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Tamires Alves da Costa (CPF 142.158.317-84); Tayná Larissa Fischer Vieira (CPF 107.528.774-02); Thiago Sabadini Muniz Pagotto (CPF 165.329.947-90); Victor Hugo Coutinho da Silva (CPF 154.799.187-96); Vinay Pinto da Luz Rao (CPF 456.053.028-92) e Yuri Façanha Bezerra (CPF 048.935.583-82).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Militar de Engenharia (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11182/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.196/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Aline Figueiredo Freitas Pimenta (CPF 784.383.651-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11183/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, motivada pelo desligamento do servidor, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.391/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Fernando Rola Ferreira Filho (CPF 474.548.303-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11184/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.828/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marco Antonio Farias de Oliveira Junior (CPF 080.891.114-75); Victor Gomes de Andrade (CPF 160.419.077-90); Vitor Hugo Carvalho dos Santos (CPF 154.461.257-54) e Willian Luiz Nunes Uchoa (CPF 136.140.657-74).
1.2. Órgão/Entidade: 10º Batalhão de Infantaria (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11185/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.873/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernando Martins Del Nero (CPF 465.522.318-90); Fernando Oliveira Dalla Costa (CPF 099.316.179-00); Gabriel Echevarria Nascimento (CPF 025.468.360-64); Guilherme Proensa (CPF 039.997.860-78); Gustavo Machado de Oliveira (CPF 096.151.249-07); Gustavo Mello Ely (CPF 039.536.420-57); Helder Soares dos Santos (CPF 117.098.237-98); Hermes Torres de Lima (CPF 422.324.178-83); Heverton Luis Mercante Santos (CPF 028.302.840-89) e Igor Barcellos Foiatto (CPF 030.999.320-27).
1.2. Órgão/Entidade: 20º Regimento de Cavalaria Blindado (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11186/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.877/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Renan Silva Mancini (CPF 366.786.188-58); Silvester Stalone Quinelato (CPF 133.639.197-94); Talles Chagas Oliveira (CPF 015.424.110-50); Teylor Strey (CPF 030.488.580-08); Thales Cristiano Oliveira Alves (CPF 032.146.910-07); Thiago Barreto da Costa (CPF 431.438.448-41); Thiago Ferri Lopes (CPF 027.316.950-56); Tiago Borges Amâncio de Lima (CPF 052.279.701-65); Tiago Henrique de Camargo Monqueiro (CPF 420.980.698-63) e Victor da Silveira Pires (CPF 039.915.640-25).
1.2. Órgão/Entidade: 20º Regimento de Cavalaria Blindado (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11187/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.573/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jardson Djair da Costa Braz (CPF 103.591.164-77); Josiel Negrão Brito Pereira (CPF 060.121.945-79); José Alison Henrique Feijó da Silva (CPF 114.535.364-93); Juan Pastor de Castilho Rosa (CPF 118.584.087-76); Luanderson da Paixão Silva (CPF 099.838.034-29); Lucas Albuquerque Patricio de França (CPF 082.661.354-36); Lucas Costa de Macedo (CPF 028.352.015-99); Lucas Ruan Ribeiro Adriano (CPF 073.268.764-01); Luiz Fernando de Melo Correia (CPF 051.887.775-25) e Luã Gregory da Silva Santos (CPF 145.151.037-33).
1.2. Órgão/Entidade: 4º Batalhão de Polícia do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11188/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.575/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Raul Canã Fontes Caldas do Nascimento (CPF 028.866.585-61); Renato Tenorio Pereira Bezerra (CPF 007.660.514-04); Reynan Cesar Lima Baracho (CPF 102.201.374-20); Ricardo Júnio da Silva Carvalho (CPF 109.927.874-08); Rodolfo José de Figueirôa Gomes da Silva (CPF 093.900.094-64); Rodrigo Leandro Gomes da Silva (CPF 094.500.944-54); Rodrigo de Oliveira Santos (CPF 086.417.504-36); Ruy Carlos Santos (CPF 049.580.653-69); Ryan Nascimento Vieira de Barros (CPF 097.977.874-35) e Sérgio Matheus Gomes da Silva (CPF 009.740.184-65).
1.2. Órgão/Entidade: 4º Batalhão de Polícia do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11189/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.412/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Kessy Jhonnes Matheus Marques Magalhães (CPF 051.805.011-48); Larissa Sales Andrade (CPF 055.593.473-02); Leonardo Silva de Melo (CPF 110.433.557-31); Lincoln de Queiroz Vieira (CPF 032.260.163-00); Luan Kaique Cardoso de Souza (CPF 142.029.757-07); Luana Marques Mello Pereira (CPF 157.492.567-90); Lucas Teixeira de Assis (CPF 153.634.617-90); Luis David Peregrino de Farias (CPF 047.852.483-86); Luis Eduardo de Souza Lima (CPF 028.494.353-33) e Marcial Pazos Lopez Junior (CPF 115.681.807-99).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Militar de Engenharia (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11190/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.415/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Thiago Menck Pfeifer Macedo (CPF 029.131.331-00); Ulisses Timbó Barbosa (CPF 167.613.957-55); Victor Hugo Vimercate Silva Oliveira (CPF 131.214.257-06); Vinicius Carvalho Santos (CPF 048.025.821-02); Vitor Amor Wolfgram (CPF 052.772.651-63); Viviane Silva Souza Freitas (CPF 046.516.095-62); Wendel Luís Lisboa de Matos Macieira (CPF 020.637.792-44) e William Luna Batista (CPF 124.567.237-16).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Militar de Engenharia (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11191/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de pensão civil a seguir relacionado, já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, motivada pelo falecimento de sua beneficiária, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.830/2015-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Dorothéa Castro Casanova (CPF 171.112.338-24).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11192/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.174/2015-8 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Barbara de Borba Teixeira (CPF 826.589.000-15).
1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11193/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.965/2006-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Benedito Ribeiro (CPF 122.382.366-00) e Brasilina Nazaré Ribeiro (CPF 004.080.516-63).
1.2. Órgão/Entidade: Quarta Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11194/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.268/2015-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Derly dos Santos Machado (CPF 759.228.940-72); Elba Alves Perottoni (CPF 724.596.200-63); Gelni Sittoni Vaz (CPF 214.913.210-91); Helena Maria Machado da Costa e Silva (CPF 451.229.897-53); Isabel Cristina Neves Severo (CPF 445.380.490-34); Janice Silveira da Silva (CPF 002.517.560-25); Lucia Helena Neves Severo (CPF 439.255.020-68); Maria Eli da Cruz Lopes (CPF 881.837.180-00); Maria Helena Gonçalves Machado (CPF 254.794.820-68); Maria Iara Peres Pereira (CPF 488.230.150-49); Merentina de Vasconcellos Machado (CPF 286.257.730-87); Nara Fontoura da Costa (CPF 876.993.380-49); Nilta Mara Severo Freitas (CPF 178.774.900-20); Rosa Neli Pagnossin Pinto (CPF 677.853.440-00); Sandra Fontoura da Costa (CPF 352.628.690-68); Sheila Patricia Fontoura da Costa (CPF 676.488.000-04); Vilma Terezinha Peres Lopes (CPF 805.727.400-00) e Virginia Elisabete Finkler da Costa (CPF 282.482.100-06).
1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11195/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.269/2015-9 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Jerusa Maria Brasil Vargas (CPF 430.441.740-15); Katyuscia Alissandra Xavier da Cunha (CPF 921.658.420-34); Maria de Lourdes Martins Carvalho (CPF 407.819.330-72); Teresinha Correa da Silva (CPF 354.413.300-82); Valdenir Soares da Rosa (CPF 026.374.090-02) e Vera Regina Games da Rosa (CPF 673.078.410-53).
1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11196/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.274/2015-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Ana Claudia da Cunha de Oliveira (CPF 259.405.622-72); Ana Fernandes de Araujo Pinheiro (CPF 106.824.224-87); Ana Margarida Batista de Araujo Silva (CPF 020.886.444-07); Anete Leida Maria Oliveira da Cunha (CPF 140.571.662-20); Araci Maria da Cunha Monteiro (CPF 066.194.012-87); Clemilda Juvelina da Cruz (CPF 316.266.704-63); Dulcileide Gonçalves da Cruz (CPF 754.189.164-91); Dulcinea Gonçalves da Cruz Franco (CPF 584.526.644-00); Edite Barbosa da Hora (CPF 440.396.464-87); Edleuza Alves Chaves (CPF 644.496.534-91); Eduarda Gonçalves da Cruz (CPF 089.197.934-41); Eraldo Gonçalves da Cruz Junior (CPF 084.622.004-07); Gabriela Alencar Luna (CPF 009.917.824-96); Gildete Dantas de Araujo Luna (CPF 672.353.794-72); Heliney Maria Melo da Cunha (CPF 106.854.132-68); Heloisa Carla Gonçalves da Cruz (CPF 089.197.944-13); Jaciara de Aguiar Ramos (CPF 339.773.484-34); Jupiara de Aguiar Ramos (CPF 339.773.564-53); Jupira de Aguiar Ramos Gil (CPF 076.982.914-72); Luciana Ferreira da Silva Cruz (CPF 084.411.794-33); Maria Eunice Medeiros da Cunha (CPF 434.497.354-20); Maria Izabel Mauricio Coelho (CPF 247.946.864-04); Maria das Neves Cabral (CPF 030.681.434-03); Pedro Henrique Soares da Silva (CPF 709.607.654-92) e Rozangela Gonçalves da Cruz (CPF 036.278.844-85).
1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11197/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.283/2015-1 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Angela Beatriz Trindade Fontoura (CPF 185.698.048-06); Christiani Pereira de Castro Padovani (CPF 105.862.058-45); Deborah Maria Trindade Fontoura (CPF 026.235.228-12); Edith Graciani (CPF 048.738.198-06); Gloria de Fatima Trindade Fontoura Souza (CPF 062.530.288-55); Ilka Dibe de Alarcão Reis (CPF 735.747.597-20); Iramar Moura Costa (CPF 771.620.991-49); Jandira Conceição da Fonseca (CPF 878.022.014-20); Jussara Trindade Fontoura Macedo (CPF 062.528.818-13); Marcia Aparecida Trindade Fontoura (CPF 056.288.848-98); Maria Angélica Alcantara de Castro (CPF 616.361.346-53); Maria Gabriel Câmara de Araujo (CPF 423.645.584-68); Marlene Ramalho Moreira Luz (CPF 016.774.107-10); Odete da Conceição Fernandes (CPF 010.125.047-94); Sonia Maria de Menezes Machado da Silva (CPF 081.231.777-71); Sueli de Castro e Silva (CPF 271.498.128-30) e Valéria Pereira de Castro e Silva Padovani (CPF 105.862.078-99).
1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar (Comando da Aeronáutica).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11198/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.288/2015-3 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Carlos Alberto Rocha Cardoso (CPF 013.960.107-42); Deise da Silva Ferreira (CPF 789.436.638-20); Delza Magalhães Tchelzoff (CPF 803.590.785-91); Denise Ferreira dos Santos (CPF 019.321.858-52); Eliana Teixeira Iório (CPF 801.383.578-20); Jane Shneider Pereyron Mocellin (CPF 299.452.590-91); Katia Regina Francisco de Figueiredo (CPF 837.113.417-72); Leontina Julia Martins Hasegawa (CPF 042.926.089-03); Mafalda Schneider Pereryon Mocellin (CPF 238.392.520-91); Maira dos Santos Ferreira (CPF 285.669.468-39); Maria Adelia de Oliveira (CPF 579.620.738-53); Maria da Conceição de Oliveira (CPF 018.785.884-51); Rita Maria dos Santos (CPF 026.163.938-24) e Vera Maria Ulm de Gouveia Lima (CPF 153.870.467-68).
1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar (Comando da Aeronáutica).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11199/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.294/2015-3 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Erlity Moreira Vilela (CPF 694.305.197-00); Francisca Eliete da Silva (CPF 594.932.917-15); Heloise Simões Vieira Velloso (CPF 403.533.547-91); Julieta Coelho de Carvalho (CPF 026.649.467-65); Leia Ruiz Damasceno (CPF 343.748.177-00); Lenor Leonardo Amaral de Alcantara (CPF 893.059.652-53); Lenora Maria Amaral de Alcantara (CPF 893.058.682-15); Luciane Batista de Oliveira Campos (CPF 776.813.476-15); Maria Clara Monteiro (CPF 335.075.620-49); Mirian Cristina Simões Vieira (CPF 505.457.876-53); Ronildes Maciel de Alcantara (CPF 665.051.433-00); Rosany Maciel de Alcantara (CPF 878.572.783-00); Roseli de Alcantara Aguiar (CPF 793.652.303-06); Sandra Cristina Batista de Oliveira (CPF 109.853.947-81); Therezinha Monteiro Senatore (CPF 053.268.557-12) e Vania Lucia Campos Melo (CPF 281.226.406-30).
1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar (Comando da Aeronáutica).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11200/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.630/2015-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Janaina Cintia Gaeta Zanella Batista (CPF 305.349.028-55); Katia Regina Zanella (CPF 224.491.038-56); Luana Gaeta Zanella Rodrigues (CPF 348.999.188-52) e Mônica Sperandio Zanella Dias Pereira (CPF 085.106.508-29).
1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11201/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-029.692/2015-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Claudia Lucia de Menezes Pimentel (CPF 261.229.017-68); Cleuza de Souza Silva (CPF 025.565.137-64); Emilia de Moura Lemos (CPF 420.222.827-87); Katia Patricia Costa da Penha (CPF 085.973.667-96); Lenia Elane Cintra Lemos (CPF 369.742.777-68); Lezinia Elane Lemos Vilas Boas (CPF 008.808.038-27); Maria Jose Ribeiro Rocha (CPF 091.144.717-28); Maria Luiza Ferreira Lodi (CPF 059.555.137-87); Maria de Fatima Knupp (CPF 902.750.807-06); Naira Regina de Carvalho Garcia (CPF 108.450.667-06) e Sonia Maria Bolis Costa Simas (CPF 032.556.817-07).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11202/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.698/2015-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Andrea Galleto Cusma (246.104.468-63); Antonia Ribon Furquim (058.117.668-58); Francisdalva Nunes Lacerda (902.287.312-91); Giovanna Libera Zanoni de Assis (450.964.678-05); Graziella Loureiro Zanoni de Assis (450.964.158-30); Jaqueline Aparecida Dias da Cruz (121.979.618-29); Mara Andreia Canno Betoni (110.631.108-66); Maria Helena Tavares Reis Teixeira (374.314.978-81); Matheus Loureiro Zanoni de Assis (007.172.722-14); Vanessa Canno Betoni (275.218.368-20); Vilma Aparecida Ferreira Betoni (335.262.648-05) e Érika Galleto Cusma dos Santos (155.070.998-47).

1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11203/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.703/2015-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Elizabeth Santos Neves (CPF 358.444.939-15); Isabela Silva Santos (CPF 022.918.269-05); Maria Luiza Tachechen Tulio (CPF 035.018.249-39); Simone Silva Santos (CPF 470.167.289-00); Tatiane Kaczmarek da Silva Meireles (CPF 059.138.219-98) e Tereza Kozow Meireles (CPF 663.182.200-97).

1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11204/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.706/2015-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Astrid Contente Nobrega (CPF 183.955.466-53); Benedita da Silva Moreira (CPF 584.960.502-97); Edna da Silveira Nobrega (CPF 000.635.728-85); Julihet Sabrina de Lima Gomes (CPF 963.209.902-87); Maria Marlene Cardoso da Silva (CPF 868.726.992-72) e Miracelia de Jesus Lira (CPF 764.831.692-72).

1.2. Órgão/Entidade: Oitava Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11205/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.719/2015-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Anaíde Ferreira de Aguiar (804.127.267-34); Deisy Alves Teixeira (361.362.047-20); Ediléia Maria Bulhões Porto (261.993.698-58); Fernanda do Amaral Esteves (031.525.326-60); Flávia Affonso Teixeira (074.535.107-75); Julia Affonso Teixeira (080.390.007-42); Katyuxya de Jesus Guedes (861.332.172-00); Maria Eni de Oliveira Souza Pereira (040.749.798-61); Maria Estela de Medeiros Lopes (635.310.547-91); Maria Magaly de Medeiros Sampaio (054.950.307-29); Maria de Lourdes Bulhões Porto (147.766.854-34); Mercedes Santos da Paz (984.536.377-68); Raymunda de Souza Ferreira (810.707.307-00); Rosângela Maria Porto de Melo (199.881.094-15); Ruth Fonseca dos Santos (481.974.167-53); Terezinha de Jesus Gomes Guedes (116.253.501-63) e Vládina Regina Porto da Costa (200.120.044-72).

1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11206/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.720/2015-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Altamira dos Santos (CPF 008.852.637-23); Ana Maria Borges de Oliveira (CPF 011.370.197-78); Anellysa Campos e Silva (CPF 036.210.544-80); Araci Soriano de Oliveira (CPF 802.212.111-87); Cleide Gouveia Lavieri (CPF 296.602.037-72); Elaine Maia Duarte (CPF 984.569.387-34); Fatima Soriano de Oliveira (CPF 372.167.837-00); Ivanoska Soriano Bastos de Oliveira (CPF 035.382.367-80); Ivanoska Soriano Lousada (CPF 471.460.011-72); Jonathan Vieira Guilhen (CPF 095.262.874-01); Lucas Otavio Machado Gonda Martinez de Carvalho (CPF 137.576.737-27); Miria Soriano de Oliveira (CPF 332.001.907-44); Mônica Ribeiro da Costa Silva (CPF 735.612.667-20); O`Neyle Luize (CPF 059.476.181-68); Rosiene Ferreira da Costa (CPF 049.003.854-92) e Vilma Carla de Azevedo Santos Guilhen (CPF 833.523.687-91).

1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11207/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.733/2015-4 (REFORMA)

1.1. Interessados: Marcus Ribeiro Galvão (CPF 078.941.037-05); Miguel Angelo de Freitas Mazza (CPF 065.943.877-15); Pedro Paulo Lopes de Souza (CPF 277.608.987-20); Roberto Quintanilha de Lima (CPF 844.488.307-72); Ronoaldo Adriano Cordeiro (CPF 052.640.869-31); Sandro Eduardo Ramos Simões (CPF 030.193.864-46); Satoru Sato (CPF 014.695.769-53) e Vinicius Borchardt Marasca (CPF 003.138.110-32).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11208/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.743/2015-0 (REFORMA)

1.1. Interessados: Orlando Siqueira Sobrinho (CPF 732.220.898-68); Oscar Jose Rigoni (CPF 288.224.719-20); Osni Coimbra dos Santos (CPF 017.891.559-91); Paulo Adenir da Silva Rodrigues (CPF 171.846.900-44); Paulo Roberto dos Santos (CPF 266.237.140-49); Paulo Romi Gomes (CPF 187.967.880-20); Pedro Silva do Amaral (CPF 167.128.119-53); Rene Carlos Becker (CPF 303.650.409-59); Rogerio Alves Correa da Silveira (CPF 160.939.500-00) e Salcirio Rosario dos Santos (CPF 123.876.069-49).

1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11209/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.744/2015-6 (REFORMA)

1.1. Interessados: Samuel Roque da Silva (CPF 356.774.739-87); Thome Jose Angonese (CPF 164.381.670-53); Wagner Garcia de Souza (CPF 398.674.987-04) e Wilson Fernando Goes Farago (CPF 286.980.969-72).

1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11210/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.756/2015-4 (REFORMA)

1.1. Interessados: Leopoldo Alexandre da Costa Lima (CPF 046.758.783-34); Lidimar dos Santos (CPF 748.423.587-34); Luciano Soares de Oliveira (CPF 097.569.227-53); Lucilio Guimarães de Oliveira (CPF 740.773.338-49); Lúcia Rodrigues Carneiro (CPF 671.702.267-15); Mario Celso Rodrigues (CPF 790.184.678-04); Nazareno Murineli Barroso (CPF 027.899.223-49); Nodgi Goyana Gomes (CPF 054.317.604-59); Paulo Afonso de Carvalho (CPF 740.903.728-87) e Pedro Paulo Vaccani dos Santos Filho (CPF 777.295.108-63).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 11211/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) julgar regulares com ressalva, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, as contas dos responsáveis Mário Henrique Costa Borgneth, Leopoldo Nunes da Silva Filho, Lisandro Magalhães Nogueira e Carlos Wendel de Magalhães e dar-lhes quitação;

b) julgar regulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, as contas dos demais responsáveis relacionados no item 1.1 deste Acórdão e dar-lhes quitação plena;

c) considerar cumprida a seguinte determinação exarada à Secretaria Federal de Controle Interno no item 9.9 do Acórdão 522/2013-TCU-Plenário, prolatado na apreciação do processo de tomada de contas do exercício de 2015 da Secretaria Executiva do Ministério da Cultura e suas agregadas:

"*9.9. Determinar à Secretaria Federal de Controle Interno que, nas próximas contas da Secretaria de Audiovisual - SAV, se manifeste sobre o parecer anual da comissão de avaliação do termo de parceria firmado com a Oscip Televisão América Latina - TAL, tema mencionado no subitem 4.1.4.1 do Relatório 170977 da SFCI.*";

d) fazer as determinações abaixo indicadas:

1. Processo TC-019.524/2014-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013)

1.1. Responsáveis: Caio Julio Cesaro (CPF 745.160.519-15); Carlos Wendel de Magalhães (CPF 010.351.658-13); Célia Regina Monteiro André (CPF 116.204.471-34); Daniel Oliveira Albano (CPF 290.562.708-50); Debora Peters (CPF 665.552.800-34); Grabriela Sousa de Queiroz (CPF 303.130.898-09); Hamilton Alves de Souza (CPF 542.360.457-53); João Batista da Silva (CPF 378.321.821-72); Leonardo Barbosa Rossato (CPF 298.219.968-84); Leopoldo Nunes da Silva Filho (CPF 109.520.508-03); Liana Bathomarco Corrêa (CPF 003.682.787-58); Lisandro Magalhães Nogueira (CPF 213.571.701-06); Lisiane Aguiar Taquary de Oliveira (CPF 291.268.001-87); Luiz Carlos Borges Nogueira (CPF 202.524.207-72); Marcelo Otávio de Souza Gomes (CPF 707.037.367-87); Mário Henrique Costa Borgneth (CPF 021.643.158-12); Marta Patrícia Corsi de Filippi (CPF 082.590.718-78); Olga Toshiko Futemma (CPF 837.041.758-20); Renato Luiz da Costa (CPF 894.466.157-04); Roberval Duarte Araújo (CPF 817.620.117-00); Thiago Proença Cremasco (CPF 266.273.098-66); Vivian Malusá (CPF 298.887.108-69) e Wagner Rodrigues Barreiros (CPF 462.632.767-20).

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura (MinC).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1. à Secretaria Executiva do Ministério da Cultura, com fundamento no art. 208, § 2º, do RITCU que, nos próximos relatórios de gestão consolidados, apresente informações acerca do estoque de processos referentes aos projetos custeados por recursos oriundos de renúncia de receitas ainda pendentes de análise das prestações de contas, fazendo constar dados que permitam aferir a evolução resultante das medidas implementadas pelo órgão, em obediência ao item 9.3 do Acórdão 1.385/2011-TCU-Plenário;

1.7.2. à SecexEducação que:

1.7.2.1. dê ciência à Secretaria de Audiovisual (SAV) de que no exercício de 2013:

1.7.2.1.1. não foram implementados indicadores capazes de demonstrar eficiência e transparência à gestão, o que contrariou o princípio constitucional da eficiência, disposto no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988;

1.7.2.1.2. não houve acompanhamento e fiscalização das transferências voluntárias em 2013, o que contrariou o disposto no art. 5º, inciso I, alínea "a" da Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507/2011;

1.7.2.1.3. não houve aferição prévia da capacidade técnica operacional de entidades privadas sem fins lucrativos com as quais contratou, o que contrariou o art. 8º, § 2º, inciso I, da Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507/2011;

1.7.2.2. dê ciência ao Centro Técnico Audiovisual (CTAv) de que no exercício de 2013 não foram implementados indicadores capazes de demonstrar eficiência e transparência à gestão, o que contrariou o princípio constitucional da eficiência, disposto no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988;

1.7.2.3. dê ciência à Cinemateca Brasileira de que no exercício de 2013:

1.7.2.3.1. não foram implementados indicadores capazes de demonstrar eficiência e transparência à gestão, o que contrariou o princípio constitucional da eficiência, disposto no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988;

1.7.2.3.2. houve utilização indevida de pregão eletrônico, na contratação de serviços de Empresa de Engenharia Elétrica para fornecimento e instalação de subestação de média tensão para execução dos Serviços de Instalações Elétrica de média, baixa tensão e sistema de energia auxiliar autônoma (grupo gerador), os quais não estão inseridos no conceito de serviços comuns, contrariando o art. 2º, § 1º, do Decreto nº 5.450, de 31/5/2005, bem como o entendimento dessa Corte de Contas; e

1.7.2.4. envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, à Secretaria de Audiovisual (SAV), ao Centro Técnico Audiovisual (CTAv) e à Cinemateca Brasileira.

ACÓRDÃO Nº 11212/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis relacionados no item 1.1 deste Acórdão e dar-lhes quitação, sem prejuízo de fazer a determinação abaixo indicada, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público:

1. Processo TC-022.404/2013-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)

1.1. Responsáveis: Ana Cristina Rodrigues Maltez (CPF 516.432.191-20); Cícero Antônio Fonseca de Almeida (CPF 717.166.297-72); Ena Elvira Colnago (CPF 579.935.051-00); Eneida Braga Rocha de Lemos (CPF 266.537.701-25); Franco Cesar Bernardes (CPF 505.505.001-20); José do Nascimento Júnior (085.318.568-92); Kaiser Freitas (045.515.818-52); Marcele Regina Nogueira Pereira (CPF 082.583.407-43); Marcelo Helder Maciel Ferreira (CPF 879.526.701-82) e Mário de Souza Chagas (CPF 535.589.877-72).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à SecexEducação que:

1.7.1. informe ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) acerca das seguintes irregularidades:

1.7.1.1. ausência de formalização da Política de Segurança da Informação e Comunicações (Posic), em contrariedade a recomendação do TCU (Acórdão 1.603/2008-TCU-Plenário);

1.7.1.2. Plano Diretor de Tecnologia da Informação deficiente e desatualizado, o que contraria orientações do TCU (Acórdãos 1.558/2003, 2.094/2004, 786/2006 e 1.603/2008-TCU-Plenário);

1.7.1.3. inexistência de metodologia de desenvolvimento de sistemas no setor de Tecnologia da Informação, o que contraria recomendação do TCU (Acórdão 592/2011-TCU-Plenário);

1.7.1.4. remuneração de fornecedor aferida por meio de métrica de homens-hora no Contrato 38/2012, o que contraria o art. 15, § 3º, da IN 4/2010-SLTI/MPOG, bem como a jurisprudência do TCU (Acórdão 786/2006-TCU-Plenário);

1.7.1.5. indicação, no edital do Pregão Eletrônico 6/2012, de valores mínimos a serem pagos para os profissionais da contratada, o que contraria o art. 7º da IN 4/2010-SLTI/MPOG;

1.7.1.6. registro parcial de informações no Relatório de Gestão, em contrariedade à Decisão Normativa TCU nº 124/2012;

1.7.1.7. não publicação da Carta de Serviços ao Cidadão, em contrariedade ao art. 11, caput, do Decreto nº 6.932/2009;

1.7.1.8. deficiente estrutura de pessoal para a gestão do sistema CGU-PAD;

1.7.1.9. divergência entre informações registradas no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e imóveis relacionados no Relatório de Gestão, e validade da avaliação vencida em 13 dos 16 imóveis registrados;

1.7.1.10. não cadastramento de imóvel locado de terceiros no SPIUnet; e

1.7.1.11. aprovação de Planos de Trabalho de convênios sem detalhamento suficiente de itens, de forma a permitir comparação com os preços de mercado, o que contraria a Portaria Interministerial nº 507/2011;

1.7.2. envie cópia deste Acórdão à Controladoria-Geral da União.

ACÓRDÃO Nº 11213/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Ney Alves de Carvalho e dar-lhe quitação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos; bem como, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em julgar regulares as contas da empresa D&M Construções Ltda. e dar-lhe quitação plena, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público, sem prejuízo de fazer as determinações abaixo indicadas:

1. Processo TC-021.581/2012-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: D&M Construções Ltda. (CNPJ 02.361.898/0001-59) e Ney Alves de Carvalho (CPF 046.145.265-00).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Itaguaçu da Bahia/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex/BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/BA que:

1.7.1. envie cópia deste Acórdão, acompanhada de cópia do parecer emitido pelo Ministério Público, ao Sr. Carlos Ney Alves de Carvalho, representante do espólio do Sr. Ney Alves Franco, e à Fundação Nacional de Saúde (Funasa); e

1.7.2. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 11214/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar cumpridas as determinações expedidas à Superintendência da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Ceará (Funasa/CE) e ao Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) por meio dos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 4.304/2014-TCU-2ª Câmara, prolatado na apreciação do TC 009.781/2013-7, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.776/2015-4 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União (TCU).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Itatira/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/CE que:

1.7.1. encaminhe cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, à Superintendência da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Ceará (Funasa/CE) e ao Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs); e

1.7.2. apense os presentes autos ao TC 009.781/2013-7, em obediência aos arts. 36 e 37 da Resolução TCU nº 259/2014.

ACÓRDÃO Nº 11215/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar cumprida a determinação expedida à Fundação Nacional de Saúde - Superintendência Estadual no Estado do Ceará (Funasa/CE) por meio do item 1.7.1 do Acórdão 1.319/2015-TCU-2ª Câmara, arquivar os presentes autos, e fazer a determinação abaixo indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.734/2014-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Exmo. Sr. José Elisnaldo Mota Pinto, Prefeito do Município de Irauçuba/CE.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Irauçuba/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex/CE que envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, à Fundação Nacional de Saúde - Superintendência Estadual no Estado do Ceará (Funasa/CE).

ACÓRDÃO Nº 11216/2015 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação formulada pelo Sr. Thiago de Andrade Ferreira Cavalcanti, prefeito do município de Limoeiro/PE, por meio da qual requer a instauração de tomada de contas especial no âmbito dos Convênios nºs 370481 e 361936, firmados entre o aludido município e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que tinham como objeto, respectivamente, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil Jornada Ampliada e o desenvolvimento do Programa Brasil Criança Cidadã para Erradicação do Trabalho Infanto-juvenil Jornada Ampliada;

Considerando que a autoridade representante é legitimada a representar ao TCU, consoante disposto no inciso III do art. 237 do Regimento Interno do TCU (RITCU);

Considerando, contudo, que os prefeitos municipais não se encontram no exaustivo rol dos legitimados para solicitar fiscalizações a este Tribunal de Contas, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal de 1988 e do art. 38, inciso I, da Lei nº 8.443/1992;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando que, conquanto o representante não tenha acostado aos autos qualquer prova indiciária de irregularidades na execução dos Convênios nºs 370481 e 361936, a pesquisa realizada pela unidade técnica supriu tal lacuna, de modo que a representação deve ser excepcionalmente conhecida;

Considerando que a unidade técnica, consultando o Portal da Transparência em 10/11/2015, verificou que as avenças se encontravam em situação de inadimplência, motivo pelo qual se reportou ao Ministério do Desenvolvimento Social com o objetivo de conhecer a situação dos citados ajustes;

Considerando que, analisando as respostas apresentadas pelo MDS às Peças nºs 7 e 8, a unidade instrutora constatou que, em 6/11/2015, o Convênio nº 391936 foi aprovado parcialmente e o concedente está tomando as providências para a adoção de procedimentos atinentes à abertura de tomada de contas especial (Peça nº 7, p. 7-10);

Considerando que, em relação ao Convênio nº 370481, o MDS informou que a avença foi reprovada em sua totalidade e está tomando as providências atinentes à abertura de tomada de contas especial;

Considerando que o controle e a fiscalização da execução dos convênios, bem como o exame da prestação de contas, é atribuição primária do concedente ou repassador, o qual, se identificar alguma das hipóteses previstas no art. 8º da Lei nº 8.443/1992, deverá instaurar a devida tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, encaminhando-a a este Tribunal para julgamento;

Considerando que, no presente caso, não há que se adotar nenhuma providência, uma vez que o concedente já está adotando as medidas pertinentes para apuração dos fatos e, em caso de manutenção de débito, para identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento;

Considerando, pelo exposto, que, nesta etapa processual, não se mostra adequada uma atuação mais imediata e direta do TCU, a qual pode ser diferida para momento futuro, quando se der o ingresso, neste Tribunal, das tomadas de contas especiais eventualmente instauradas pelo MDS, motivo pelo qual pode ser considerada prejudicada a apreciação de mérito da presente representação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso III e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da presente Representação, para no mérito considerá-la prejudicada, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.029/2015-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Exmo. Sr. Thiago de Andrade Ferreira Cavalcanti, Prefeito do Município de Limoeiro/PE.
1.2. Órgão/Entidade: Município de Limoeiro/PE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secex/PE que:
1.7.1. informe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do término do exercício financeiro em que foi instaurada, para encaminhamento da tomada de contas especial, que porventura venha a ser instaurada, ao TCU (de acordo com o art. 11, da Instrução Normativa TCU nº 71/2012);
1.7.2. envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, ao ilustre representante e ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e
1.7.3. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 11217/2015 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação formulada pela empresa Microsens Ltda., com fundamento no art. 113 da Lei nº 8.666/1993, por meio da qual noticia a ocorrência de possíveis irregularidades no Pregão 4/2015, gerenciado pelo 4º Batalhão de Comunicações - Batalhão Arraial Novo do Bom Jesus (Uasg 160188, CNPJ 09.590.1063/0001-67), com participação de quatorze outras unidades jurisdicionadas, que tem como objeto o registro de preços de equipamentos e materiais para processamento de dados e videoconferência (236 itens relacionados à tecnologia da informação), com a finalidade de compor o Sistema de Registro de Preços Centralizado/2015, coordenado pelo Comando da 7ª Região Militar (SISRP Cntz 7ª RM), para atender às necessidades das Organizações Militares da Guarnição de Olinda, Recife, Jaboatão dos Guararapes e dos demais órgãos participantes;

Considerando que, de acordo com a representante, a publicação do aviso do certame teria se dado na data de 28 de outubro de 2015 e o pregão se iniciado no dia 5 de novembro de 2015, não havendo, por parte da Administração Pública, observância do prazo de oito dias entre a publicação do aviso e a realização do Pregão 4/2015, o que confrontaria o art. 4º, inciso V, da Lei nº 10.520/2002 e o art. 17, § 4º da lei que regulamenta o pregão eletrônico (Lei nº 5.450/2005), motivo pelo qual pleiteia a suspensão e/ou anulação do ato administrativo que confirmou a abertura do pregão na data de 5 de novembro de 2015;

Considerando que, apesar de o Pregão 4/2015 ter sido iniciado no dia 5 de novembro de 2015, a empresa Microsens Ltda. só veio a protocolar a peça exordial destes autos em 16 de novembro de 2015, quando já se encontrava superada a fase de lances na maior parte dos itens, sendo que, em muitos casos, já se avançava até a fase de aceitação;

Considerando que o cerne da argumentação trazida pela empresa Microsens parte da premissa que a data de publicação de aviso do edital teria sido 28 de outubro de 2015, quando essa data corresponde, na verdade, ao aviso de suspensão do pregão;

Considerando que, mediante pesquisa efetuada no Diário Oficial da União (DOU), constata-se que a publicação do aviso ocorreu incialmente em 19 de outubro de 2015 (Peça nº 6) para o pregão que se realizaria em 29 de outubro, portanto, dentro do prazo previsto na legislação;

Considerando que, em regra, a publicação do aviso de nova data não exige o decorrer do prazo de oito dias para a realização da licitação, a não ser quando haja alterações que possam comprovadamente afetar a formulação das propostas (Acórdão 378/2011-TCU-Plenário);

Considerando que, no caso presente, não se registra sequer a ocorrência de qualquer alteração do edital, depreendendo-se da documentação constante à Peça nº 1, p. 6, que a Administração prorrogou o prazo para que se dissipassem quaisquer dúvidas em relação ao edital publicado;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da presente Representação, para no mérito considerá-la improcedente, e fazer as determinações abaixo indicadas:

1. Processo TC-031.692/2015-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Microsens Ltda. (CNPJ 78.126.950/0001-54).
1.2. Órgão/Entidade: 4º Batalhão de Comunicações (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secex/PE que:
1.7.1. envie cópia deste Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, à representante; e
1.7.2. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 11218/2015 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação formulada pela empresa DF Extintores, Cursos, Sistema Contra Incêndio, Informática e Serviços Ltda., com fundamento no inciso VII do art. 237 do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, por meio da qual são noticiadas possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico SRP 11/2015, realizado pelo Colégio Militar de Brasília, com vistas à contratação de empresa especializada na execução de serviços gráficos e editoriais/serviços de produção industrial;

Considerando que a peça exordial traz, em síntese as seguintes alegações:

a) o edital apresenta cláusula de habilitação técnica em desacordo com o previsto na Lei nº 8.666/1993, uma vez que o item 10.1.10 estabelece que a empresa licitante deverá apresentar comprovação de possuir certificado no sindicado ou associação da entidade de classe, pelos serviços compatíveis com o objeto licitado; e

b) o edital estabelece no item 20.1 que o pagamento será efetuado em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado do adimplemento da obrigação, sendo que o § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666/1993 afirma que os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da citada Lei nº 8.666/1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura;

Considerando que, com relação à cláusula de pagamento, observa-se que ela está de acordo com o previsto no art. 40, inciso XIV, alínea "a" da Lei nº 8.666/1993, haja vista que o edital estabelece prazo máximo para pagamento, a ser contado após o adimplemento da obrigação, não excluindo a obrigação de a Administração Pública observar o previsto no § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666/1993 com relação ao prazo para pagamento, nos casos em que os valores não ultrapassarem os limites previstos para dispensa de licitação (art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993);

Considerando que, no que tange à cláusula de habilitação questionada, quando se consulta o andamento da licitação no site de compras do Governo Federal, constata-se que a empresa DF Extintores, Cursos, Sistema Contra Incêndio, Informática e Serviços Ltda. encaminhou ao Colégio Militar impugnação contendo os mesmos questionamentos trazidos na presente representação;

Considerando que a Selog, ao analisar a manifestação do Colégio Militar quanto à referida impugnação da empresa representante, depreendeu que houve interpretação equivocada da entidade educacional sobre o § 1º do art. 30 da Lei nº 8.666/1993, que estabelece que a comprovação de aptidão referida no inciso II do caput do art. 30 (comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação), será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, pois não se pode confundir entidade profissional competente com sindicato ou associação da entidade de classe;

Considerando que, muito embora, o Colégio Militar tenha, em sua resposta, reconhecido o engano, afirmando que não seria cobrado dos licitantes o cumprimento do previsto no item 10.1.10 do edital, concluiu, equivocadamente, que essa alteração não o obrigava a republicar o edital e reabrir os prazos, afrontando o art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/1993, c/c o disposto no art. 9º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 17, inciso III, do Decreto nº 5.450/2005, pois a alteração realizada no edital tinha o condão de afetar a formulação das propostas, uma vez que, superado o impedimento inicial, qualquer empresa potencialmente interessada no certame que não dispusesse da documentação exigida no item 10.1.10 do edital, passou a ter condições de participar da licitação;

Considerando que, apesar de o Colégio Militar ter incorrido na citada irregularidade, ao se consultar o andamento da licitação no sítio de compras do Governo Federal com vistas a verificar se houve prejuízo à competitividade, constata-se que 17 (dezessete) empresas apresentaram propostas, o que não evidencia prejuízo à obtenção da proposta mais vantajosa na licitação, cabendo à unidade jurisdicionada apenas ciência sobre a irregularidade identificada;

Considerando, além disso, que a Selog, ao analisar detidamente o certame questionado nestes autos, anotou, ainda, irregularidade consubstanciada na exigência de vistoria obrigatória para participação dos itens 01 a 09 da licitação, conforme item 10.1.1 do edital, pois, como o pregão envolve a contratação de bens e serviços comuns, pressupõe-se que comporte objeto de compreensão normal pelo mercado, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, não demandando maiores exigências que possam restringir a competitividade do certame;

Considerando que as exigências de vistorias devem ser cabalmente justificadas, demonstrando-se sua imprescindibilidade quando a descrição detalhada do objeto não for suficiente para conhecimento das características e particularidades do objeto licitado, a exemplo do que foi explicitado no Acórdão 2.826/2014-TCU-Plenário (voto do relator):

"*A exigência de visita técnica antes da licitação é admitida, desde que atendidos os seguintes requisitos: (i) demonstração da imprescindibilidade da visita; (...); e (iii) não seja estabelecido prazo exíguo para os licitantes vistoriarem os diversos locais onde os serviços serão executados.*";

Considerando, dessa forma, que se mostra pertinente dar ciência ao Colégio Militar de Brasília de que a exigência de realização de visita técnica como requisito de habilitação do licitante é considerada irregular pelo TCU, a não ser quando for imprescindível para o conhecimento das particularidades do objeto e acompanhada de justificativa fundamentada (Acórdãos 1.955/2014, 1.604/2014 e 714/2014, todos do Plenário, dentre outros);

Considerando, por fim, que se verifica a procedência parcial do presente feito;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da presente Representação, para no mérito considerá-la parcialmente procedente, e fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.711/2015-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: DF Extintores, Cursos, Sistema Contra Incêndio, Informática e Serviços Ltda.
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Militar de Brasília (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6.Representação legal: não há.
1.7. Determinar:
1.7.1. ao Colégio Militar de Brasília que se abstenha de incorrer nas falhas descritas a seguir, identificadas no Pregão Eletrônico 11/2015, de forma a evitar a ocorrência de outras semelhantes:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.7.1.1. a alteração realizada no edital poderia afetar a formulação das propostas, uma vez que, superado o impedimento inicial, qualquer empresa potencialmente interessada no certame que não dispusesse da documentação exigida no item 10.1.10 do edital, passou a ter condições de participar da licitação, fato que deveria ter levado à republicação do edital e reabertura dos prazos inicialmente estabelecidos, conforme previsto no art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/1993, c/c o disposto no art. 9º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 17, inciso III, do Decreto nº 5.450/2005;

1.7.1.2. a exigência de realização de visita técnica como requisito obrigatório para habilitação do licitante (item 10.1.1 do edital) é considerada irregular pelo TCU, a não ser quando for imprescindível para o conhecimento das particularidades do objeto e acompanhada de justificativa fundamentada (Acórdãos 1.955/2014, 1.604/2014 e 714/2014, todos do Plenário, dentre outros);

1.7.2. à Selog que:

1.7.2.1. envie cópia deste Acórdão ao Colégio Militar de Brasília e à representante; e

1.7.2.2. arquive os presentes autos.

II

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 11219 a 11248, a seguir transcritos, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios, votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 11219/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.388/2002-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Recorrente: Euvaldo Bringel Olinda (107.886.033-53).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Ceará.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

8. Representação legal: Gabriel Nogueira Eufrásio (OAB/CE nº 6.745), representando Euvaldo Bringel Olinda

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Euvaldo Bringel Olinda, então Presidente do Sindicato dos Produtores de Frutas do Estado do Ceará - Sindifruta/CE, contra o Acórdão 5.144/2014-TCU-2.ª Câmara, que ao apreciar tomada de contas especial julgou irregulares as contas do recorrente, condenou-o em débito e aplicou-lhe a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443, de 16 de Julho de 1992;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 285 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto por Euvaldo Bringel Olinda e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se inalterada a deliberação recorrida;

9.2. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao recorrente, à Procuradoria da República no Estado do Ceará e à Procuradoria da União no Estado do Ceará - Advocacia-Geral da União (AGU);

10. Ata n° 42/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11219-42/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11220/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.743/2013-5.

1.1. Apenso: 035.050/2014-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Paulo Eduardo Vieira, ex-Presidente da entidade (CPF 372.137.251-49).

4. Entidade: Organização Não Governamental para o Desenvolvimento do Turismo (ONGTUR), atualmente denominada Instituto Brasil 100 (CNPJ 06.168.134/0001-00).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); e Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).

8. Representação legal: Francisca Regina Magalhães Cavalcante (Administradora, CPF 142.838.833-87), representando o Sr. Paulo Eduardo Vieira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Paulo Eduardo Vieira, então Presidente da Organização Não Governamental para o Desenvolvimento do Turismo (ONGTUR), atualmente denominada Instituto Brasil 100, contra o Acórdão nº 6258/2014-TCU-Segunda Câmara que, em sede de tomada de contas especial, julgou irregulares suas contas, condenou-o em débito, solidariamente com a entidade, e aplicou-lhe multa.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, do recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Paulo Eduardo Vieira para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se inalterado o Acórdão nº 6258/2014-TCU-Segunda Câmara;

9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente.

10. Ata n° 42/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11220-42/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11221/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.663/2003-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Amália Nunes de Castro Soares do Nascimento (151.010.613-87); América Morais de Oliveira Silva (105.260.483-87); Angela Coeli Basilio de Gayoso e Almendra (096.711.373-34); Antonia Machado Mesquita (216.806.983-20); Antonio Augusto Drumond Ramos Gondim (645.669.193-15); Antonio Vieira do Nascimento (731.525.607-53); Carlos Eugênio Loureiro Moita (974.504.053-34); Creusa Francisca da Silva (568.878.098-34); Diracilda da Silveira Pereira da Silva (348.074.973-91); Fundação Universidade Federal do Piauí (06.517.387/0001-34); Iraci Medeiros Nunes de Castro (032.858.393-68); José Fernandes da Silva (159.854.153-68); Liana Medeiros Nunes de Castro (629.766.563-04); Lucas Medeiros Nunes de Castro (629.765.753-04); Manoel Ubaldo de Oliveira (007.719.703-82); Maria Claudia Loureiro Alves Muniz Moita (099.024.304-49); Maria Doraci Nogueira Cardoso (096.693.703-10); Maria Ondina Melo Paiva (183.812.433-00); Maria de Lourdes Melo (239.533.303-49); Sara Medeiros Nunes de Castro (629.766.213-49); Singefredo Neto Gondim (025.991.553-04); Vaemir de Moura Ribeiro Sousa (627.539.163-49)

3.2. Responsável: Antonio Padua Carvalho (013.782.443-20).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do cumprimento do Acórdão nº 7.343/2014-TCU-2ª Câmara, o qual rejeitou as razões de justificativas apresentadas pelo ex-diretor de recursos humanos da entidade de origem, aplicou-lhe multa, reiterou as determinações feitas no Acórdão nº 2.868/2007-TCU-2ª Câmara e fez novas determinações.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Lauro Oliveira Viana (CPF 718.405.753-87), superintendente de recursos humanos da Fundação Universidade Federal do Piauí, pelo descumprimento das determinações constantes dos subitens 9.3.1, 9.4, 9.5 (em sua totalidade) e 9.6 (de forma parcial) do Acórdão 7.343/2014-TCU-2ª Câmara;

9.2. aplicar ao responsável a multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 e no art. 268, inciso VII, do Regimento Interno do Tribunal, fixando-a em R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

9.3. com base no art. 28, incisos I e II, da Lei nº 8.443/1992:

9.3.1. determinar o desconto integral ou parcelado da dívida na remuneração do Sr. Lauro Oliveira Viana (CPF 718.405.753-87), observados os limites impostos pela legislação pertinente e, em especial, o disposto no art. 46 da Lei nº 8.112, de 11/12/1990;

9.3.2. autorizar, desde já, a cobrança judicial da dívida na hipótese de não atendimento das notificações cumulada com a ineficácia dos descontos determinados no subitem anterior;

9.4. reiterar à Fundação Universidade Federal do Piauí, conforme já determinado por esta Corte pelos Acórdãos nºs 2.868/2007 e 7.343/2014-TCU, ambos da 2ª Câmara, e sob pena de responsabilização solidária da autoridade administrativa, que:

9.4.1 cesse os pagamentos da parcela referente à incorporação da gratificação de 1/3 do salário anteriormente paga à instituidora Teresa de Jesus Lima Nascimento, atualmente percebida pelo pensionista Antônio Vieira do Nascimento (CPF 731.525.607-53);

9.4.2 apure o montante indevidamente recebido pelo pensionista Antônio Vieira do Nascimento (CPF 731.525.607-53), a título da gratificação de 1/3 do salário, desde a data da ciência do Acórdão nº 2.868/2007-TCU-2ª Câmara e promova, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90, a restituição ao Erário;

9.4.3 relativamente ao Sr. Antônio Pádua Carvalho (CPF 013.782.443-20), ex-diretor de recursos humanos da FUFPI, providencie, nos termos do art. 46 da Lei nº8.112, de 11/12/1990, o recolhimento ao Erário da multa aplicada pelo Acórdão nº 7.343/2014-TCU-2ª Câmara, informando a esta Corte as providências adotadas;

9.5. determinar à Fundação Universidade Federal do Piauí que:

9.5.1 emita e disponibilize no SISAC novo ato de pensão civil em favor de Antônio Vieira do Nascimento (CPF 731.525.607-53), escoimado da irregularidade verificada no Acórdão nº 2.868/2007-TCU-2ª Câmara, nos termos do art. 262, § 2°, do Regimento Interno do TCU;

9.5.2 exclua as rubricas administrativas de irredutibilidade de remuneração, denominadas "VPNI-IRRED.REM.ART.37-XV CF/AP", presentes nas fichas financeiras atualizadas das pensões instituídas por Osvaldo Soares do Nascimento (CPF 001.589.173-91), com reflexos financeiros na pensão percebida por Amália Nunes de Castro Soares do Nascimento (CPF 151.010.613-87), e por Raimundo Nonato Nunes de Castro (CPF 055.339.104-68), com reflexos financeiros na pensão percebida por Iraci Medeiros Nunes de Castro (CPF 032.858.393-68), tendo em vista que já deveriam ter sido absorvidas, considerando, para tanto, os aumentos concedidos após as datas em que foram instituídas, conforme determinação do subitem 9.6 do Acórdão nº 7.343/2014-TCU-2ª Câmara;

9.5.3 a partir do trânsito em julgado do MS 31.412/DF, promova a absorção da vantagem referente à URP de fevereiro de 1989, paga sob a forma de rubrica judicial aos pensionistas Amália Nunes de Castro Soares do Nascimento (CPF 151.010.613-87), Ângela Coeli Basílio de Gayoso e Almendra (CPF 096.711.373-34), Antônia Machado Mesquita (CPF 216.806.983-20), Creusa Francisca da Silva (CPF 568.878.098-34), Iraci Medeiros Nunes de Castro (CPF 032.858.393-68), Manoel Ubaldo de Oliveira (CPF 007.719.703-82), Maria Cláudia Loureiro Alves Muniz Moita (CPF 099.024.304-49), Maria Doraci Nogueira Cardoso (CPF 096.693.703-10), Singefredo Neto Gondim (CPF 025.991.553-04) e Vaemir de Moura Ribeiro Sousa (CPF 627.539.163-49) pelas leis que vierem a alterar a estrutura remuneratória da carreira a que pertenceram os respectivos instituidores com eficácia posterior à referida decisão.

10. Ata n° 42/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11221-42/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11222/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.080/2013-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto II: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

3.2. Responsável: Jarbas Cavalcanti de Oliveira (328.527.894-34).

4. Unidade: Município de São Gonçalo do Amarante/RN.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (Secex/RN).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em razão de impugnação parcial de despesas efetuadas com recursos repassados ao município de São Gonçalo do Amarante/RN, na modalidade Fundo a Fundo, procedentes do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, em:

9.1. considerar revel o Sr. Jarbas Cavalcanti de Oliveira (328.527.894-34), nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Jarbas Cavalcanti de Oliveira, com fundamento nos arts. 1º, inc. I, 16, inc. III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inc. III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inc. I, 209, incs. II e III, 210 e 214, inc. III, do Regimento Interno, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inc. III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

datas discriminadas, até a efetiva quitação do débito, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores já ressarcidos:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
31/12/2006	362.818,71
31/12/2007	163.841,34

9.3. aplicar ao Sr. Jarbas Cavalcanti de Oliveira a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor individual de R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inc. III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inc. II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 42/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11222-42/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11223/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.150/2013-9.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração.

3. Entidade: Município de Icó/CE.

4. Recorrente: Francisco Leite Guimarães Nunes (CPF 326.225.463-00).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: Daniel Teófilo de Souza (OAB/CE 16.252).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia, nesta fase processual, Recurso de Reconsideração interposto contra o Acórdão nº 7.114/2014-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 32, parágrafo único, da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 285, § 2º, do Regimento Interno do TCU, conhecer do presente recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se inalterada a deliberação recorrida;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Procuradoria da República no Estado do Ceará.

10. Ata n° 42/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11223-42/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11224/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.209/2014-5.

1.1. Apensos: 005.073/2015-4; 027.824/2014-4

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Gonçalo Gonçalves Bezerra (CPF 089.197.391-53) e Movimento Brasileiro de Cordel - MBC (CNPJ 02.579.043/0001-07).

4. Entidade: Ministério do Turismo (MTur).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: SecexDesenvolvimento.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão da omissão na prestação de contas final da aplicação dos recursos repassados à entidade Movimento Brasileiro de Cordel - MBC, por força do Convênio/SICONV 709741/2009, no valor de R$ 300.000,00, objetivando dar apoio à realização do evento "Festival Popular Regional de Cantadores Repentistas, Forrozeiros, Poetas e Coquistas Emboladores na Casa do Cantador", nos dias 27 e 28/11/2009, na cidade de Ceilândia/DF,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, em:

9.1. excluir da presente relação processual a entidade Movimento Brasileiro de Cordel - MBC (CNPJ 02.579.043/0001-07);

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Gonçalo Gonçalves Bezerra (CPF 089.197.391-53), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "b", da Lei 8.443, de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e nos arts. 1º, inciso I, 202, § 6º, 209, incisos I e II, e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU;

9.3. aplicar ao Sr. Gonçalo Gonçalves Bezerra (CPF 089.197.391-53) a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a" da Lei 8.443, de 1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a" do RI/TCU) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, a contar da data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo estabelecido, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, com amparo no art. 28, inciso II da Lei 8.443, de 1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde já, nos termos do art. 26 da Lei 8.443, de 1992, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, aos responsáveis, ao Ministério do Turismo, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal, nos termos do art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, e ao Procurador da República Ivan Cláudio Marx, responsável pelo Inquérito Civil nº 1.24.000.000576/2012-21, em atenção à solicitação de informações constante no TC 027.824/2014-4, para adoção das medidas que entenderem cabíveis.

10. Ata n° 42/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11224-42/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11225/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.636/2011-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto I: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Celso Ricardo Ludwig (019.638.819-82); Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares - Cooperhaf (04.801.878/0001-87).

3.2. Recorrentes: Celso Ricardo Ludwig (019.638.819-82); Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares - Cooperhaf (04.801.878/0001-87).

4. Entidade: Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares - Cooperhaf.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (SECEX-SC).

8. Representação legal: Maria Loiva de Andrade Schwerz (OAB-SC 8.264), Geferson Luís Chetsco (OAB-PR 45.333), Claudismar Zupiroli (OAB-DF 12.250).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Celso Ricardo Ludwig, ex-Presidente da Cooperhaf, e pela Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares - Cooperhaf, em face do Acórdão 5034/2012/TCU-2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer, com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, do presente Recurso de Reconsideração, para, no mérito, dar a ele provimento parcial, tornando insubsistente o Acórdão 5034/2012/TCU-2ª Câmara;

9.2. rejeitar as alegações de defesa de Celso Ricardo Ludwig e da Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (Cooperhaf);

9.3. fixar a Celso Ricardo Ludwig e à Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (Cooperhaf), de acordo com o art. 12, § 1º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 202, § 3º do Regimento Interno do TCU, novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, para que recolham aos cofres do Tesouro Nacional a importância de R$ 77.040,00 (setenta e sete mil e quarenta reais), devidamente atualizada, desde a data de 3/2/2005 até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. orientar os responsáveis no sentido de que a liquidação tempestiva da dívida, atualizada monetariamente, saneará o processo e as contas poderão ser julgadas regulares com ressalva, com quitação, mas que, de outra sorte, o não recolhimento ensejará o julgamento pela irregularidade com imputação de débito e aplicação de multa;

9.5. autorizar, desde já, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) meses, na forma e condições do art. 217 do RI/TCU, alertando os recorrentes de que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam, aos recorrentes e aos demais interessados.

10. Ata n° 42/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11225-42/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11226/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.711/2007-7.

1.1. Apenso: 021.641/2007-5

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Prestação de Contas (Exercício: 2006).

3. Interessada/Responsáveis:

3.1. Interessada: Universidade Federal Fluminense (28.523.215/0001-06).

3.2. Responsáveis: Armando Barcellos Neto (955.344.907-72); Cícero Mauro Fialho Rodrigues (221.857.987-15); Jonas de Jesus Ribeiro (810.796.727-53); Luiz Otávio Laxe Vilela (305.694.517-87); Mário Augusto Ronconi (830.965.668-87); Roberto de Souza Salles (434.300.237-34); e outros.

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas da Universidade Federal Fluminense relativa ao exercício de 2006,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, julgar regulares com ressalva as contas de Cícero Mauro Fialho Rodrigues e Mário Augusto Ronconi, dando-lhes quitação;

9.2. com fundamento nos arts 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, julgar regulares as contas dos demais responsáveis arrolados neste processo, dando-lhes quitação plena;

9.3. dar ciência à Universidade Federal Fluminense (UFF) acerca das seguintes irregularidades:

9.3.1. morosidade no ressarcimento de despesas com pessoal cedido e divergência entre o saldo devedor informado pela UFF, decorrente das cessões, e o registrado no SIAFI;

9.3.2. inobservância da jurisprudência do Tribunal de Contas da União no tocante ao relacionamento da Universidade com sua fundação de apoio, identificada no processo 23069.000537/06-84, que trata de contratação da Fundação de Apoio Euclides da Cunha para operacionalizar o projeto Água 2006, em relação aos seguintes pontos:

9.3.2.1. contratação de pessoa física e jurídica pela fundação de apoio para executar parte do contrato;

9.3.2.2. ausência de critério para definição da remuneração da fundação de apoio;

9.3.2.3. falta de detalhamento dos custos do projeto, das instalações a serem utilizadas e das medidas a serem adotadas para combater o desperdício de água; falta de especificação dos materiais de consumo a serem utilizados; ausência de quantificação dos custos operacionais; e ausência de definição do valor de cada fase do projeto;

9.3.3. fragmentação de despesas em compras de cartuchos para impressoras, consertos de aparelhos de ar condicionado, compras de ferramentas, material de informática, mini-DV e pneus, com fuga do procedimento licitatório, em descumprimento ao disposto no art 2º c/c art. 24, inciso II, da Lei 8.666/1993;

9.4. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o integram, à Universidade Federal Fluminense e aos responsáveis indicados no subitem 9.1; e

9.5. arquivar o processo.

10. Ata n° 42/2015 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11226-42/15-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11227/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.053/2015-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Erika Natalia Fernandes (083.208.126-40); Flávia Cristina Magalhães Rocha (047.707.761-79); Francisca Leite Varela (372.121.091-34); Gabriella Gomes da Nóbrega (045.025.381-32); Ianalda Guimarães dos Santos (119.759.381-00); Jeciane Serejo Bernardino (011.885.231-04); Josiléa da Silva Magalhães (008.544.073-67); Luci Zamuner Coelho (244.482.811-91); Lucimar Vasconcelos Costa (116.740.751-20); Luiz Fernando Zamuner Coelho (017.074.451-50); Maria Luísa Braggio Stamm Nogueira (029.551.141-97); Maria de Jesus Santos Serejo (484.314.511-49); Maria de Lourdes Bonatto (477.974.361-34); Marlinez Correia de Castro (010.956.951-26); Maura Antonio Cota (150.817.611-68); Rafaela Nobrega (019.044.121-65).
4. Orgão/Entidade: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de pensão civil referentes a ex-servidores vinculados ao Senado Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, 15 da Resolução do TCU nº 152/2002, e 6º da Resolução do TCU nº 206/2007, em:

9.1. considerar legais os atos instituídos por Ermes Bonatto, José Varela Neto e Newton Castro, concedendo-lhes os respectivos registros;

9.2. destacar os atos instituídos por Custódio Salatiel dos Santos Dias, Hermilo Gomes da Nóbrega, Luís Carlos Nogueira, Manoel Joacir Pereira Bernardino, Marcos Feitosa Rocha, Miguel Honorato dos Santos e Nelson Surcouf Azevedo Coelho, para a realização de diligência junto ao Senado Federal, com vistas a obter documentos (portarias de designações de funções, mapa de tempo de funções) que comprovem os tempos (início, fim e tempo total) por eles ocupados em funções comissionadas ou cargos em comissão;

9.3. arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 42/2015 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11227-42/15-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11228/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.172/2013-1.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.
3. Recorrente: Carlos Frederico de Lemos Moreira Lima (143.159.474-15).
4. Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Rafael Carneiro Leão, OAB/PE 20.841.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas, nos quais foram opostos Embargos de Declaração contra o Acórdão nº 9.386/2015-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes Embargos de Declaração, com base nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los, por inexistir omissão, obscuridade ou contradição a ser corrigida na deliberação recorrida;

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao recorrente.

10. Ata n° 42/2015 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11228-42/15-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11229/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.556/2013-4.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.
3. Recorrentes: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade - CONTRATUH, Paulo Roberto da Silva e Moacyr Roberto Tesch Auersvald.
4. Entidade: Ministério do Turismo.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: André Puppin Macedo, OAB/DF 12.004, e Alexandre Spezia, OAB/DF 20.555.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas, nos quais foram opostos Embargos de Declaração contra o Acórdão nº 5.661/2015-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes Embargos de Declaração, com base nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los, por inexistir omissão, obscuridade ou contradição a ser corrigida na deliberação recorrida;

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, aos recorrentes.

10. Ata n° 42/2015 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11229-42/15-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11230/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.905/2014-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Hamilton Teixeira dos Santos (793.597.441-15); Liga Independente de Quadrilhas Juninas do Distrito Federal e Entorno (04.233.767/0001-11); e Sucesso Serviços de Eventos Ltda. (01.691.503/0001-13).
4. Unidade: Ministério do Turismo.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Ministério do Turismo contra o Sr. Hamilton Teixeira dos Santos, então presidente da Liga Independente de Quadrilhas Juninas do Distrito Federal e Entorno (LINQ-DFE), por não ter apresentado, em sua prestação de contas, documentação capaz de comprovar o cumprimento do objeto do Convênio Siconv 704343/2009;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis, para todos os efeitos, o Sr. Hamilton Teixeira dos Santos, a Liga Independente de Quadrilhas Juninas do Distrito Federal e Entorno e a empresa Kodomokai Produção Organização e Eventos Ltda., atualmente denominada Sucesso Serviços de Eventos Ltda., dando-se prosseguimento ao processo, de acordo com o art.12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 202, § 6º, 209, incisos III, 210, caput, e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, as contas do Sr. Hamilton Teixeira dos Santos, da Liga Independente de Quadrilhas Juninas do Distrito Federal e Entorno e da empresa Kodomokai Produção Organização e Eventos Ltda., atualmente denominada Sucesso Serviços de Eventos Ltda., condenando-os, solidariamente, ao pagamento do débito no valor original de R$ 170.000,00, (cento e setenta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a" da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data de 10/9/2009, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. aplicar, individualmente, ao Sr. Hamilton Teixeira dos Santos, à Liga Independente de Quadrilhas Juninas do Distrito Federal e Entorno (04.233.767/0001-11) e à empresa Kodomokai Produção Organização e Eventos Ltda., atualmente denominada Sucesso Serviços de Eventos Ltda., a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a" da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a data dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde já, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 parcelas mensais e sucessivas, no termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, e do art. 217 do Regimento Interno do TCU, fixando o vencimento da primeira parcela em quinze dias após o recebimento da notificação e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada parcela os encargos devidos, na forma prevista da legislação em vigor, alertando os responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º do Regimento Interno do TCU;

9.6. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Ministério do Turismo, para as providências que entender cabíveis e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 42/2015 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11230-42/15-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 11231/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.349/2008-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (33.654.831/0033-13)
3.2. Responsável: Nasser Fadalallah Hassan Zakr (058.721.558-59)
3.3. Recorrente: Nasser Fadalallah Hassan Zakr (058.721.558-59).
4. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR.
8. Representação legal: Paulo Luiz de Toledo Piza (OAB/SP 110.031).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Nasser Fadalallah Hassan Zakr contra o Acórdão nº 2.608/2014-TCU-Segunda Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, do recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Nasser Fadalallah Hassan Zakr para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, tornando insubsistente o Acórdão nº 2.608/2014-TCU-Segunda Câmara;
9.2. rejeitar, com fundamento nos arts. 12, §§ 1º e 2º, e 22, parágrafo único, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 202, § 3º, do Regimento Interno, as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Nasser Fadalallah Hassan Zakr, fixando-lhe novo e improrrogável prazo de quinze dias, a contar da ciência, para que efetue e comprove perante este Tribunal o recolhimento do valor original de Cr$ 544.133.987,25 (quinhentos e quarenta e quatro milhões, cento e trinta e três mil, novecentos e oitenta e sete cruzeiros e vinte e cinco centavos) aos cofres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), atualizada monetariamente a partir de 29/4/1993, até o dia do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. cientificar o responsável que a liquidação tempestiva do débito, atualizado monetariamente, saneará o processo e as respectivas contas poderão ser julgadas regulares com ressalvas, dando-selhe quitação, nos termos do § 2º do art. 12 da Lei nº 8.443/1992 c/c os §§ 3º e 4º do art. 202 do Regimento Interno deste Tribunal;
9.4. autorizar, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do RI/TCU, o parcelamento do débito, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, esclarecendo que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, de acordo com o § 2º do art. 217 do RI/TCU; e
9.5. enviar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam ao recorrente e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

10. Ata n° 42/2015 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11231-42/15-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11232/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.567/2011-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: Pensão Civil.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Amélia Mendes de Sousa (310.542.693-00); Antonizia Gomes de Sousa (688.825.993-53); Fabio Gomes de Sousa (992.953.263-34); Marcela Gomes de Sousa (992.953.503-91); Nacelio Gomes de Sousa (992.953.853-49).
4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: Gilmar Menezes da Silva Junior; Defensoria Pública da União no Distrito Federal.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessões de pensão civil referente a ex-servidore vinculado ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, e 15 da Resolução do TCU nº 152/2002 em:
9.1. considerar ilegal os ato instituído por Francisco Pereira de Sousa, negando-lhe registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas que:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno do TCU;
9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação, do inteiro teor desta deliberação às interessadas cujo ato foi considerado ilegal, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, cópias dos documentos que comprovem a data em que as interessadas tiveram ciência desta deliberação;
9.4. com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, orientar a entidade de origem acerca da possibilidade de emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas nos autos, para que seja submetido à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, caput, também do Regimento Interno do TCU;
9.5. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 42/2015 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11232-42/15-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11233/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 001.516/2014-0.
2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Domingos Albuquerque Paz (CPF 251.279.343-53), Francisco Sales de Oliveira (CPF 054.856.653-49) e Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão - Fetaema (CNPJ 06.062.327/0001-74).
4. Unidades: Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão - Fetaema, Caixa Econômica Federal e Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão - Secex/MA.
8. Representação legal: Diogo Diniz Ribeiro Cabral (OAB/MA 9.355) e outro, representando a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão - Fetaema.

9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial em que foi solicitado pela Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão - Fetaema parcelamento de débito decorrente da ausência de prestação de contas do Contrato de Repasse 150.211-03/2002/MDA/CAIXA, celebrado no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para capacitação de agricultores e familiares, no Estado do Maranhão.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 26 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 202, §1º, e 217, §1º, do Regimento Interno, em:
9.1. autorizar o recolhimento parcelado do débito no valor original de R$ 105.212,00 (cento e cinco mil e duzentos e doze reais), atualizado monetariamente a partir de 07/12/2004 até o prazo abaixo fixado, aos cofres do Tesouro Nacional, em 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, conforme solicitado pela Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão (Fetaema);
9.2. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de acréscimos legais sobre o valor de cada parcela;
9.3. alertar a responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;
9.4. dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentaram, aos responsáveis, à Caixa Econômica Federal e ao MDA.

10. Ata n° 42/2015 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11233-42/15-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11234/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 004.626/2014-1.
2. Grupo I - Classe I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Recorrente: Paulo dos Santos (CPF 350.078.187-04).
4. Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame interposto por Paulo dos Santos contra o acórdão 2.803/2015-2ª Câmara.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32, 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame, dar-lhe provimento e tornar insubsistente o acórdão 2.803/2015-2ª Câmara;
9.2. considerar legal e registrar o ato de aposentadoria de Paulo dos Santos (peça 8, p. 1-4);
9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

10. Ata n° 42/2015 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11234-42/15-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11235/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.197/2009-0.
1.1. Apenso: TC 020.022/2014-0.
2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração.
3. Embargantes: Associação Nacional de Sindicatos Social Democratas (CNPJ 02.077.209/0001-89), Cooperativa de Trabalho para a Conservação do Solo, Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrícola e Silvicultura - Cotradasp (CNPJ 01.170.902/0001-39) e Enilson Simões de Moura (CPF 133.447.906-25).
4. Unidade: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego - SPPE/MTE.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Thiago Groszewicz Brito (OAB/DF 31.762) e outros, representando a Associação Nacional de Sindicatos Social Democratas, a Cooperativa de Trabalho para a Conservação do Solo, Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrícola e Silvicultura e Enilson Simões de Moura.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Enilson Simões de Moura, Cooperativa de Trabalho para a Conservação do Solo, Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrícola e Silvicultura e Associação Nacional de Sindicatos Social Democratas contra o acórdão 8.666/2015-2ª Câmara.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 287 do Regimento Interno, e ante as razões expostas pela relatora, em:
9.1. conhecer dos embargos e rejeitá-los;
9.2. dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentaram, aos embargantes.

10. Ata n° 42/2015 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 1/12/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11235-42/15-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 11236/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 016.233/2014-0.

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Associação Educacional e Cultural Paulo Freire de Minas Gerais (CNPJ 04.240.443/0001-00) e Corina Ilda da Silva Ferreira (CPF 046.202.006-11).

4. Unidades: Associação Educacional e Cultural Paulo Freire de Minas Gerais e Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres - SPM/PR.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais - Secex/MG.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres - SPM/PR contra Corina Ilda da Silva Ferreira, diretora executiva da Associação Educacional e Cultural Paulo Freire de Minas Gerais, em decorrência da omissão do dever de prestar contas do convênio 106/2010 (Siafi 744704/2010), destinado ao Projeto "Mulheres Ativas II: liderança feminista e capacitação profissional".

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "a" e "c" e § 2º; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Corina Ilda da Silva Ferreira e da Associação Educacional e Cultural Paulo Freire de Minas Gerais;

9.2. condenar Corina Ilda da Silva Ferreira, em solidariedade com a Associação Educacional e Cultural Paulo Freire de Minas Gerais, ao recolhimento ao Tesouro Nacional dos valores a seguir discriminados, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora das datas indicadas até a data do pagamento:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
R$ 15.200,00	5/7/2011
R$ 24.800,00	5/7/2011
R$ 5.000,00	26/8/2011
R$ 40.000,00	26/8/2011

9.3. aplicar à Corina Ilda da Silva Ferreira multa de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com atualização monetária, calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento das notificações e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.8. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 42/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11236-42/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11237/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 028.564/2014-6.

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: In Market Instituto Mineiro de Marketing Ltda. (CNPJ 05.566.407/0001-02) e Walter de Almeida (CPF 570.174.766-20).

4. Unidades: Município de Coroaci/MG e Ministério do Turismo - MTur.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais - Secex/MG.

8. Representação legal: Tércio Vitor Beltrame Rocha (OAB/MG 76.140), representando Walter de Almeida.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) contra Walter de Almeida, ex-prefeito de Coroaci/MG, em decorrência da impugnação total das despesas do Convênio 799/2007, no valor de R$ 99.910,00 e cujo objeto era a *"Promoção do Turismo, por meio da implementação do Projeto intitulado 'Promoção do 59º Aniversário de Coroaci e a Festa de Réveillon 2008'"*.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "b" e "c" e § 2º; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Walter de Almeida e do In Market Instituto Mineiro de Marketing Ltda.;

9.2. condenar solidariamente Walter de Almeida e In Market Instituto Mineiro de Marketing Ltda. ao recolhimento ao Tesouro Nacional de R$ 99.910,00 (noventa e nove mil e novecentos e dez reais), atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora de 04/01/2008 até a data do pagamento;

9.3. aplicar a Walter de Almeida e In Market Instituto Mineiro de Marketing Ltda. multas individuais de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), a serem recolhidas ao Tesouro Nacional, com atualização monetária, calculada da data deste acórdão até o dia do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento das notificações e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos de encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.8. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentaram, ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992; e

9.10. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram ao Ministério do Turismo.

10. Ata n° 42/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11237-42/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11238/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 007.787/2013-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Superintendência Regional do Incra No Estado de Mato Grosso (00.375.972/0016-47)

3.2. Responsáveis: Luiz Marinheiro (300.896.891-00); Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Claro (mt) (15.061.450/0001-61).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Incra No Estado de Mato Grosso.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX-MT).

8. Representação legal :

8.1. Eli dos Santos Salgado (11.232/OAB-MT), representando Luiz Marinheiro e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Claro (mt).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em razão da inexecução parcial do objeto do Convênio nº 19/2004, que tinha por objeto executar serviços de assistência técnica, social e ambiental em projetos de assentamento nos municípios de São José do Rio Claro, Nova Munem, Nova Maringá, Chapada dos Guimarães, Nova Ubiratã e Vera, todos no estado do Mato Grosso,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso I, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Luiz Marinheiro (CPF: 300.896.891-00), Ex-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Claro/MT, e condená-lo, em solidariedade com o referido Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Claro/MT (CNPJ: 15.061.450.0001-61), ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas também a seguir discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

VALOR ORIGINAL (Reais)	DATA DA LIBERAÇÃO
R$ 233.649,26	14/04/2005
R$ 383.446,79	11/11/2005
R$ 159.938,06	02/02/2006
R$ 259.226,39	11/01/2007

9.2. aplicar, individualmente, aos responsáveis, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde já, se requerido, o pagamento das dívidas mencionadas nos itens 9.1 e 9.2 acima, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 16 de junho de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando aos Responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. alertar os Responsáveis que a falta de comprovação dos recolhimentos de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.5. determinar à Secex/MT que inclua nas notificações para o pagamento dos valores mencionados nos itens 9.1 e 9.2 o disposto nos itens 9.3 e 9.4, com fundamento no art. 15 e no art. 18, inciso II, alínea "a", da Resolução n.º 170, de 30 de junho de 2004;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações; e

9.7. dar ciência ao Incra/SR-MT sobre os riscos de dano ao erário (e de responsabilização) potencializados em face de se aprovar a celebração de convênios sem verificar, tecnicamente, a capacidade do proponente quanto às condições para consecução dos objetos propostos.

10. Ata n° 42/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11238-42/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Raimundo Carreiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11239/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.544/2013-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto:

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos da Rocinha (30.121.859/0001-10); Mauricio de Araujo Mattos (056.278.267-20).

4. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (vinculador).

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

8. Representação legal :

8.1. Guilherme Cavalcanti Reis e outros, representando Mauricio de Araujo Mattos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Cultura - MinC em desfavor do Sr. Mauricio de Araújo Mattos, presidente, à época, do Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos da Rocinha- Gresar, em razão da reprovação total da prestação de contas quanto aos recursos repassados por força do Convênio 584/2006, que tinha por objeto fomentar o turismo na cidade do Rio de Janeiro/RJ através de evento em dia comemorativo do aniversário da cidade do Rio de Janeiro/RJ,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso II, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Maurício de Araújo Mattos (CPF: 056.278.267-20), ex-Presidente do Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos da Rocinha (CNPJ: 30.121.859/0001-10), e condená-lo, em solidariedade com a referida Agremiação, ao pagamento da quantia de R$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir de 18/03/2007, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. aplicar, individualmente, aos responsáveis, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde já, se requerido, o pagamento das dívidas mencionadas nos itens 9.1 e 9.2 acima, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 16 de junho de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando aos Responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. alertar os Responsáveis que a falta de comprovação dos recolhimentos de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. determinar à Secex/RJ que inclua nas notificações para o pagamento dos valores mencionados nos itens 9.1 e 9.2 o disposto nos itens 9.3 e 9.4, com fundamento no art. 15 e no art. 18, inciso II, alínea "a", da Resolução n.º 170, de 30 de junho de 2004; e

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações.

10. Ata n° 42/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11239-42/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Raimundo Carreiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11240/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.492/2011-8.

1.1. Apenso: 027.076/2009-1

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração em Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Cléia Maria Trevisan Vedoin (207.425.761-91); Darci José Vedoin (091.757.251-34); Israel Antunes Marques (181.678.701-97); Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda (37.517.158/0001-43)

3.2. Recorrente: Israel Antunes Marques (181.678.701-97).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Denise - MT.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal:

8.1. Valber da Silva Melo (8927/OAB-MT) e outros, representando Cléia Maria Trevisan Vedoin e Planam Indústria, Comércio e Representação Ltda;

8.2. Luiz Antônio Possas de Carvalho (2623/OAB-MT) e outros, representando Israel Antunes Marques.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Israel Antunes Marques, ex-Prefeito do Município de Denise/MT, em face do Acórdão nº 4.256/2013-TCU - 2ª Câmara (peça 32), o qual julgou irregulares as presentes contas, condenando o Recorrente, solidariamente com os demais responsáveis, em débito e, individualmente, em multa,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos art. 32, inciso I e 33, da Lei nº 8.443/1992 e art. 285, caput, do RI/TCU, conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Israel Antunes Marques (CPF 181.678.701-97), para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, dando, por conseguinte, nova redação ao item 9.3 do Acórdão 4.256/2013 - 2ª Câmara, alternando o fundamento do julgamento pela irregularidade das contas do Sr. Israel Antunes Marques, nos seguintes termos:

"9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea b, 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do responsável Israel Antunes Marques;"

9.2. excluir o item 9.4 do Acórdão nº 4.256/2013 - TCU - 2ª Câmara, de forma a elidir a imputação de débito aos responsáveis Sr. Israel Antunes Marques, Sra. Cléia Maria Trevisan Vedoin, Sr. Darci José Vedoin e Planam Indústria Comércio e Representação Ltda., renumerando os demais itens.

9.3. renumerar e dar nova redação ao item 9.5 do Acórdão 4.256/2013 - 2ª Câmara, que passa a ter a seguinte numeração e redação:

"9.4. aplicar ao responsável Israel Antunes Marques a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea a, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, a contar da data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo estabelecido, na forma da legislação em vigor;"

9.5. dar ciência do presente acórdão, encaminhando-o acompanhado do voto e do relatório que o fundamentam, ao Recorrente, ao Fundo Nacional de Saúde, ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS - Denasus, à Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso e aos demais interessados.

10. Ata n° 42/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11240-42/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Raimundo Carreiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11241/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.059/2011-6.

1.1. Apenso: 029.443/2013-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (vinculador) ()

3.2. Responsáveis: Antonio Carlos Vasconcelos Calmon (093.655.915-20); Osmar Ramos (016.486.165-34)

3.3. Recorrente: Osmar Ramos (016.486.165-34).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde - BA.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

8. Representação legal: Fernando Gonçalves da Silva Campinho (OAB/BA 15.656).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interposto pelo Sr. Osmar Santos, ex-Prefeito do Município de São Francisco do Conde/BA, em face do Acórdão nº 2.818/2013-TCU - 2ª Câmara (peça 20), o qual julgou irregulares as presentes contas, condenando o Recorrente em débito e em multa,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos art. 32, inciso I e 33, da Lei nº 8.443/1992 e art. 285, caput, do RI/TCU, conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Osmar Ramos (CPF 016.486.165-34), para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterado o Acórdão nº 2.818/2013 - TCU - 2ª Câmara; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.2. encaminhar cópia do presente acórdão, bem como dos respectivos relatório e voto, ao recorrente, aos demais interessados e à Procuradoria da República no Estado da Bahia.

10. Ata n° 42/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11241-42/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Raimundo Carreiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11242/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.094/2009-0.

1.1. Apenso: 026.889/2008-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério da Saúde (vinculador)

3.2. Responsáveis: Manoel Cardoso Souza Filho (149.202.715-49); Sercol Saneamento & Construções Ltda (02.053.711/0001-50)

3.3. Recorrente: Manoel Cardoso Souza Filho (149.202.715-49).

4. Entidade: Município de Capela - SE.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE).

8. Advogado constituído nos autos: Rafael Resende de Andrade (OAB/SE nº 5201).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Manoel Cardoso Souza Filho em face do Acórdão nº 2.715/2012 - Segunda Câmara, prolatado nesta Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa em virtude de irregularidades identificadas na aplicação dos recursos transferidos ao Município de Capela/SE, por intermédio do Convênio nº 141/98, tendo por objeto a implantação de sistema de abastecimento de água nos povoados de Miranda, Saúde e Quixaba, compreendendo a captação por meio de um flutuante, reservatório elevado, adutoras, casa de química, filtro e redes de distribuição.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/92 combinado com o art. 285, caput, do Regimento Interno do TCU, conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Manoel Cardoso Souza Filho, para, no mérito, dar-lhe provimento e declarar a nulidade do Acórdão nº 2.715/2012 - Segunda Câmara;

9.2. encaminhar os presentes autos ao gabinete do Ministro Vital do Rêgo, sucessor do Ministro José Jorge, relator da deliberação recorrida, para a adoção das providências que entender de direito.

10. Ata n° 42/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11242-42/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Raimundo Carreiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11243/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 026.711/2013-3.

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Gilberto Pinheiro de Mello (CPF n.º 362.224.709-63), ex-prefeito; Maria Luiza Lomonaco Coppla (CPF n.º 329.532.329-15), ex-prefeita.

4. Entidade: Município de São Jerônimo da Serra (PR).

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex/PR).

8. Advogados constituídos nos autos: Adriane Terebinto di Bacco (OAB/PR n.º 49.023).

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial de responsabilidade do Sr. Gilberto Pinheiro de Mello, ex-Prefeito do Município de São Jerônimo da Serra (PR) entre 1993 e 1996 e da Sra. Maria Luiza Lomonaco Coppla, ex-Prefeita do mesmo município entre 1997 e 2000 e entre 2001 e 2004, instaurada em razão, respectivamente de condutas irregulares na execução do Convênio n.º 1.333/1996, firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que teve o aporte de recursos federais no valor de R$ 154.739,00, e da omissão do dever de prestar contas da aplicação desses recursos,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 julgar irregulares as contas do Sr. Gilberto Pinheiro de Mello, com fulcro no art. 1º, inciso I, no art. 16, inciso III, alínea "c", da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 19 e o art. 23, inciso III, da mesma Lei, condenando-o ao pagamento de débito no valor de R$ 154.739,00, a contar de 19/7/1996, abatido do valor restituído de R$ 76,00, fixando-lhe o prazo de 15 dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento desse valor aos cofres do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2 aplicar ao Sr. Gilberto Pinheiro de Mello a multa referida no art. 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, no valor de R$ 15.000,00, fixando-lhes o prazo de 15 dias, a partir da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3 julgar regulares com ressalvas as contas da Sra. Maria Luíza Lomonaco Coppla, com fulcro nos arts. 1º, inciso I e art. 16, inciso III, da Lei n.º 8.443, de 1992, c/c o art. 18 e o art. 23, inciso II, da mesma lei;

9.4 autorizar, desde já, se requerido, o pagamento das dívidas mencionadas nos itens 9.1 e 9.2 em até 36 parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5 alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6 autorizar, desde logo, caso não sejam atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial dos valores acima, na forma da legislação em vigor;

9.7 determinar que a Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná identifique e ouça em audiência os gestores do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação responsáveis pela demora em mais de sete anos para notificarem os responsáveis arrolados nos autos da omissão no dever de prestar contas.

9.8 remeter cópia do presente Acórdão, e ainda do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Paraná, para adoção das providências que julgar pertinentes, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992.

10. Ata n° 42/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11243-42/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Raimundo Carreiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11244/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 046.845/2012-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração em Prestação de Contas.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Agamenon Leite Coutinho (002.991.113-34); Alex Sandro Gonçalves Pereira (905.575.657-15); Alfredo Souza de Moraes Júnior (467.796.711-34); Antonino Falchetti (028.433.048-57); Aécio Pereira Júnior (608.357.021-20); Daniel Amin Ferraz (773.401.086-53); Deuseles Rosa da Silva (365.780.456-00); Edivaldo Del Grande (960.912.908-00); Erikson Camargo Chandoha (176.119.979-04); Geci Pungam (178.673.047-20); Gilson Alceu Bittencourt (572.284.509-49); Guntolf Van Kaick (008.672.849-00); Ismael Silva Lisboa (568.007.117-72); Jose Gerardo Fontelles (002.361.283-53); João Batista Ferri de Oliveira (355.743.130-49); Lucas Vieira Matias (219.814.758-00); Luís Tadeu Prudente Santos (265.831.431-00); Marcio Lopes de Freitas (046.067.008-58); Raimundo Sergio Campo (138.201.336-15); Remy Gorga Neto (317.374.981-20); Ricardo Saud (446.626.456-20); Roberto Marazi (075.138.521-20); Rose Mary Oliveira (000.129.678-74); Ruiter Luiz Andrade Padua (032.927.461-91); Wagner Guerra da Fonseca (048.990.087-91)

3.2. Recorrente: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Sescoop.

4. Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Unidade Nacional.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).

8. Representação legal: Adriene de Faria Lobo (14091/OAB-DF); Aldo Francisco Guedes Leite (26998/OAB-GO); Alessandro dos Santos Ajouz (21276/OAB-DF); Daniela Borba de Godoy (272785/OAB-SP); João Felipe Cunha Pereira (131197/OAB-RJ); Paulo Roberto Galli Chuery (20449/OAB-DF); Roberto Guerrero de Carvalho (12467/OAB-DF), representando Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Unidade Nacional.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de recurso de reconsideração interposto pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Sescoop, contra o Acórdão nº 3.927/2013-TCU-2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Sescoop, contra o Acórdão nº 3.927/2013-TCU-2ª Câmara, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 285 do RI/TCU, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, para o recorrente;

9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 42/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11244-42/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Raimundo Carreiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11245/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 016.223/2006-6

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Maria José Oliveira da Costa, CPF 824.626.827-91

4. Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas do Exército.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Sefip.

8. Representação Legal: não há.

9.Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92 c/c o art. 259, inciso II, do regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato visto à peça 16, relativo, à aposentadoria da Sr.ª Maria José Oliveira da Costa, negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias percebidas indevidamente com fulcro na Súmula 106, da Jurisprudência desta e. Corte de Contas;

9.3. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, comunique a interessada o inteiro teor deste Acórdão, e, após, faça cessar todos os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.1. oriente a interessada no sentido de que sua aposentadoria poderá prosperar, bastando, para tanto, que o órgão de origem emita novo ato concessório, escoimado da irregularidade ora apontada, disponibilizando-o no sistema Sisac, para oportuna deliberação do Tribunal.

9.3.2. observe os termos da IN 55/2007;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 e 9.3.2 *supra*;

9.4.2. dê conhecimento ao órgão de origem do inteiro teor deste Acórdão e das demais peças que o fundamentam.

10. Ata n° 42/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11245-42/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11246/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-020.554/2014-1.

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de contas Especial.

3. Responsáveis: Manoel Gomes de Freitas (CPF 216.579.805-10) e Município de Porto da Folha/SE (CNPJ 13.131.982/0001-00).

4. Unidade: Município de Porto da Folha/SE.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade técnica: Secex/SE.

8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em desfavor de Manoel Gomes de Freitas, ex-Prefeito do Município de Porto da Folha/SE, em razão de irregularidades apuradas na gestão de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. fixar novo e improrrogável prazo de quinze dias ao Município de Porto da Folha/SE, a contar da notificação, para que se comprove, perante este Tribunal, o recolhimento das quantias a seguir especificadas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde (FNS), atualizadas monetariamente a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Data de ocorrência	Valor (R$)
26/2/2008	1.521,18
25/3/2008	14.133,58
25/3/2008	19.231,07
20/3/2008	391,30
7/5/2008	218,70
29/4/2008	6.746,40
31/3/2008	28.094,28

9.2. informar ao ente municipal que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo e permitirá que as contas sejam julgadas regulares com ressalva, dando-lhe quitação, nos termos do § 4º do art. 202 do Regimento Interno do TCU, ao passo que a ausência dessa liquidação tempestiva levará ao julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios nos termos do art. 19 da Lei 8.443/1992; e

9.3. afastar a solidariedade de Manoel Gomes de Freitas em relação ao débito mencionado no subitem 9.1 deste Acórdão.

10. Ata n° 42/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11246-42/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11247/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-034.078/2013-4.

2. Grupo: I - Classe: VI - Assunto: Representação.

3. Responsável: Orlando José de Souza Ramires (CPF 068.602.494-04).

4. Unidade: Governo do Estado de Rondônia.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secex/RO.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação autuada a partir de documentação encaminhada pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE/RO) na qual foi verificada a possível ocorrência de contratação emergencial de insumos médico-hospitalares por dispensa de licitação, decorrente de falta de planejamento, por parte da Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Rondônia (Fhemeron), com a utilização de recursos federais,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, por satisfazer os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Senhor Orlando José de Souza Ramires, Presidente da Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Rondônia (Fhemeron), tendo em vistas que suas alegações não foram suficientes para afastar a falha apontada;

9.3. dar ciência à Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Rondônia (Fhemeron) e à Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia (Sesau/RO) de que, na aquisição por dispensa de licitação, por meio do processo administrativo 01-1732-00092-00/2013, não restou demonstrada que a situação emergencial tenha se originado de fatos novos ou imprevisíveis, e não se tenha originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, o que afronta a jurisprudência deste Tribunal (Acórdãos 1996/2011, 1030/2008 e 1217/2014, todos do Plenário);

9.4. dar ciência deste acórdão, bem como das peças que o fundamentam, ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, à Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Rondônia (Fhemeron) e à Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia (Sesau/RO); e

9.5. arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 42/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11247-42/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 11248/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.680/2010-9.

1.1. Apenso: 019.272/2014-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Lincoln Heimar Saggin (091.293.751-34).

4. Entidade: Município de Torixoréu - MT.

5. Relator: Ministro Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Cintia Maria Costa Saggin Viegas (18.769/OAB-DF) e outros, representando Lincoln Heimar Saggin.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Lincoln Heimar Saggin, ex-prefeito do Município de Torixoréu/MT, contra o Acórdão 8.913/2015-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente.

10. Ata n° 42/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 1/12/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11248-42/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Augusto Nardes, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Ministro Raimundo Carreiro.

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 41 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária

Aprovada em 10 de dezembro de 2015.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

Poder Legislativo

SENADO FEDERAL
DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DE CONTRATAÇÕES

PORTARIA Nº 215, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2015

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DE CONTRATAÇÕES DO SENADO FEDERAL, no exercício da competência estabelecida no inciso VI do artigo 10 do anexo V do Ato da Comissão Diretora nº 12/2014, pelos fundamentos expostos nos autos do Processo nº 00200.017143/2015-99, e com base no item 22.4 do Edital do Pregão Eletrônico nº 069/2015, combinado com o inciso VI do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 9.784/1999, aplica à empresa BOING

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 21.189.579/0001-52, com endereço na Rua Conrado Kohls, 90, Água Verde, Blumenau-SC, CEP, 89.037-425, penalidade de MULTA no valor de R$ 44,99 (quarenta e quatro reais e noventa e nove centavos), cumulada com a pena de impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de 30 (trinta) dias, por não encaminhar a amostra referente ao item 23 exigida no Edital do certame, não mantendo a proposta e, portanto, tumultuando o bom andamento do procedimento, em desacordo com o item 11.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 069/2015.

HUMBERTO LUCENA PEREIRA DA FONSECA

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ACÓRDÃOS(*)

PROCESSO:0000054-95.2015.4.90.0000
ORIGEM:CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
INTERESSADO (A):FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
IMPETRANTE:JOÃO BATISTA DE ARAÚJO RIBEIRO
PROC./ADV.:JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB:RN/5291
IMPETRADO(A):MINISTRO PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

DECISÃO MONOCRÁTICA

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por João Batista de Araújo Ribeiro em face de ato do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que negou provimento ao agravo interposto nos autos nº 0500080-96.2010.4.05.8400, adotando como fundamento a ausência de similitude fático-jurídico entre os julgados cotejados.
O impetrante requer a concessão da segurança para que o incidente de uniformização interposto seja conhecido e provido, determinando-se a implantação, em contra-cheque, da GDIBGE no mesmo patamar que é pago aos servidores ativos.
É o sucinto relatório.
Compulsando os autos, verifico possível irregularidade na decisão que negou provimento ao agravo interposto. Explico.
Contra o acórdão da Turma Recursal do Rio Grande do Norte, a parte autora interpôs Pedido de Uniformização e Recurso Extraordinário.
A Presidência da Turma Recursal admitiu o pedido de uniformização e negou seguimento ao Recurso Extraordinário.
Contra a decisão que negou seguimento ao RE, a parte interpôs Agravo. No entanto, tal Agravo foi apreciado pela Presidência da TNU, que o recebeu equivocadamente como Agravo interposto em face de decisão que inadmitiu o Incidente.
Assim sendo, tenho como de rigor a devolução destes autos à Presidência da TNU para saneamento do vício constatado - se for esse o entendimento de V. Exa.
Por via de consequência, reputo prejudicado o presente Mandado de Segurança.
Cumpra-se. Intimem-se.
São Paulo/SP, 06 de outubro de 2015.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALEZ
Juiz Federal Relator

(*) Republicado por ter saído no Diário Oficial da União, seção 1, página 223, no dia 06/11/2015 com incorreção no original.

PROCESSO:0508706-74.2014.4.05.8300
ORIGEM:1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):MARIA JOSE DA SILVA
PROC./ADV.:DENNIS NUNES
OAB:PE-28 760
RELATOR(A):JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

DECISÃO

1.O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS busca a reforma de acórdão da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco, cuja discussão é a verificação do interesse de agir, diante da existência de acordo em ação civil pública tratando da mesma matéria da ação individual. O Juízo anterior reconheceu o interesse de agir do segurado, no mesmo sentido da sentença.
2.O incidente não foi admitido na origem. Interposto agravo teve a distribuição determinada pela Presidência da TNU.
D E C I D O
3.A matéria já foi apreciada e decidida por este Colegiado Nacional: PEDILEF nº 05088132120144058300, relatora Juíza Federal ANGELA CRISTINA MONTEIRO, DJe 26.06.2015; PEDILEF nº 05003069320134058304, DJe 03.07.2015; PEDILEF nº 05093120520144058300, DJe 07.03.2015, os dois últimos da relatoria do Juiz Federal WILSON JOSÉ WITZEL; e PEDILEF nº 200361840056621, relator Juiz Federal HIGINO CINACCHI JUNIOR, DJe 29.06.2004 no sentido de que embora os interesses pessoais homogêneos possam ser demandados de forma coletiva, tal hipótese não se apresenta como barreira intransponível à tutela individual, ainda que posterior ao ajuizamento de ação civil pública, especialmente em matéria previdenciária, a qual, em regra, trata de verbas de natureza alimentar.
4.Nessas condições, na forma do art. 9º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU nego seguimento ao incidente de uniformização.
5.Intimem-se.
Brasília, 11 de novembro de 2015.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

DECISÕES

PROCESSO: 0500541-26.2014.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): FRANCISCO HERBETH GILO NUNES
PROC./ADV.: RENATO SILVÉRIO PINTO OAB: RN 10.408
ATO DECISÃO
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de isenção do PSS sobre 1/3 de férias e concessão de progressão funcional a servidor que ocupa o cargo de analista do seguro social.
Sustenta a parte ora requerente que o acórdão impugnado diverge da jurisprudência de Turma Recursal da Bahia, no sentido de que, conforme a Lei 11.501/2007, deveria ser considerado o interstício de 18 meses para a progressão/promoção funcional do servidor.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Em causa semelhante, a TNU, no julgamento do PEDILEF 0507237-09.2013.4.05.8500, decidiu que o prazo a ser aplicado é o de 12 (doze) meses. Senão, vejamos:
"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PROGRESSÃO FUNCIONAL. PROMOÇÃO. CRITÉRIOS. SUCESSÃO DE LEIS E DECRETOS. PRINCÍPIO DA PROTEÇAO DA CONFIANÇA. NECESSIDADE REGULAMENTADORA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO.
(...)
4.4 Pois bem. O regulamento cuja vigência daria início à contagem do interstício de 18 (dezoito) meses ainda não foi editado. Sendo assim, não assiste razão à recorrente, pois o lapso temporal a ser aplicado é o de 12 (doze) meses. Ora, conforme a legislação acima transcrita, inexistente o citado regulamento, devem-se observar as disposições aplicáveis aos servidores do Plano de Classificação de Cargos de que trata a da Lei nº 5.645/1970, ou seja, aplica-se o prazo de 12 meses, segundo o Decreto nº 84.669/1980, o qual, conforme já explicado, regulamenta a Lei nº 5.645/70.
4.5 Atente-se que, ao estabelecer que "ato do Poder Executivo regulamentará os critérios de concessão de progressão funcional e promoção de que trata o art. 7º", pretendeu o legislador limitar a imediata aplicação da Lei nº 10.855/2004 quanto a este ponto, porquanto utilizou tempo verbal futuro para estipular que o regramento ali contido deveria ser regulamentado.
4.6 Cumpre esclarecer que, embora não se possa conferir eficácia plena à referida Lei, a progressão funcional e a promoção permanecem resguardadas, pois não foram extirpadas do ordenamento jurídico, tendo havido apenas autorização para alteração de suas condições. Ademais, não seria razoável considerar que, diante da ausência do regulamento, não se procedesse a nenhuma progressão/promoção. Portanto, negar tal direito à parte demandante seria o mesmo que corroborar a falha administrativa mediante a omissão judicial. Cumpre observar também que, se a omissão beneficia o órgão incumbido de regulamentar o tema, é imperioso reconhecer que o mesmo postergaria tal encargo "ad aeternum".
4.7 Neste cenário, mostra-se plenamente cabível a aplicação de regra subsidiária, esta prevista pela própria legislação, conforme já esclarecido (Lei nº 5.645/70 e Decreto nº 84.669/1980)."
Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com entendimento desta TNU, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 5 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502255-27.2014.4.05.8302
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANDRÉ GALINDO ALVES DE QUEIROZ
PROC./ADV.: DIRCEU LEMOS SILVA

DECISÃO

Trata-se de petição apresentada pelo INSS, na qual alega que a decisão proferida por esta Presidência teria julgado matéria diversa daquela discutida nos autos.
É o relatório.
Verifico que, de fato, a decisão prolatada não guarda similitude com a matéria de fundo do presente processo, razão pela qual sua anulação é medida que se impõe.
Passo a analisar o presente feito:
Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, em que se discute a o interstício a ser aplicado para o caso progressão funcional da parte autora.
É o relatório.
Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05072370920134058500, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o prazo a ser aplicado é o de 12 (doze) meses. Senão, vejamos:
"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PROGRESSÃO FUNCIONAL. PROMOÇÃO. CRITÉRIOS. SUCESSÃO DE LEIS E DECRETOS. PRINCÍPIO DA PROTEÇAO DA CONFIANÇA. NECESSIDADE REGULAMENTADORA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO.
(...)
4.4 Pois bem. O regulamento cuja vigência daria início à contagem do interstício de 18 (dezoito) meses ainda não foi editado. Sendo assim, não assiste razão à recorrente, pois o lapso temporal a ser aplicado é o de 12 (doze) meses. Ora, conforme a legislação acima transcrita, inexistente o citado regulamento, devem-se observar as disposições aplicáveis aos servidores do Plano de Classificação de Cargos de que trata a da Lei nº 5.645/1970, ou seja, aplica-se o prazo de 12 meses, segundo o Decreto nº 84.669/1980, o qual, conforme já explicado, regulamenta a Lei nº 5.645/70.
4.5 Atente-se que, ao estabelecer que "ato do Poder Executivo regulamentará os critérios de concessão de progressão funcional e promoção de que trata o art. 7º", pretendeu o legislador limitar a imediata aplicação da Lei nº 10.855/2004 quanto a este ponto, porquanto utilizou tempo verbal futuro para estipular que o regramento ali contido deveria ser regulamentado.
4.6 Cumpre esclarecer que, embora não se possa conferir eficácia plena à referida Lei, a progressão funcional e a promoção permanecem resguardadas, pois não foram extirpadas do ordenamento jurídico, tendo havido apenas autorização para alteração de suas condições. Ademais, não seria razoável considerar que, diante da ausência do regulamento, não se procedesse a nenhuma progressão/promoção. Portanto, negar tal direito à parte demandante seria o mesmo que corroborar a falha administrativa mediante a omissão judicial. Cumpre observar também que, se a omissão beneficia o órgão incumbido de regulamentar o tema, é imperioso reconhecer que o mesmo postergaria tal encargo "ad aeternum".
4.7 Neste cenário, mostra-se plenamente cabível a aplicação de regra subsidiária, esta prevista pela própria legislação, conforme já esclarecido (Lei nº 5.645/70 e Decreto nº 84.669/1980)."
No caso vertente, verifico que o acórdão impugnado adotou entendimento no mesmo sentido da jurisprudência pacificada no âmbito desta TNU.
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, tendo em vista o equívoco, anulo a decisão anterior e, com fundamento no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 24 de novembro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

DECISÕES

PROCESSO: 0522241-70.2014.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): LINDOLFO PEREIRA PERAZZO PEDROZA
PROC./ADV.: ALEXANDRE DE VASCONCELOS OAB: PE-20304

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que julgou procedente pedido de inexigibilidade de imposto de renda sobre complementação de aposentadoria.
Sustenta o requerente que o acórdão recorrido divergiria do recurso de n. 2009.72.56.000891-9, da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina, o que justificaria a revisão dos critérios de cálculo do indébito.
É o relatório.
O aresto recorrido está em conformidade com o entendimento do TNU sobre a matéria:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. CRITÉRIO DE APURAÇÃO DO INDÉBITO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NESTA TNU. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM N. 13. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. 1. A União, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, dando parcial provimento a seu recurso inominado, julgou procedente o pedido de inexigibilidade de imposto de renda sobre complementação de aposentadoria, relativamente às contribuições vertidas pelo autor ao fundo de previdência privada no período de 1989 a 1995, mandando compensar o que foi pago indevidamente. Insurge-se apenas quanto ao critério de apuração do indébito tributário, argumentando a União que, para a liquidação do imposto de renda, deve ser adotado o método do cálculo do montante não-tributável (poupança), segundo o qual os valores recolhidos pelo contribuinte à entidade de previdência privada nos exercícios de 1989 a 1995 deverão ser corrigidos conforme Manual de Cálculos da Justiça Federal, passando a compor dedução dos rendimentos tributados anualmente a título de complementação de aposentadoria. Citou como paradima, o recurso de n. 2009.72.56.000891-9, da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina. 2. O incidente de uniformização de interpretação do direito federal tem cabimento quando fundado em divergência entre decisões de turmas recursais de diferentes Regiões ou quando o acórdão recorrido for proferido em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 3. Ora, este Colegiado, na esteira da jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, fixou o entendimento de que o indébito tributário é calculado com base no valor do imposto de renda recolhido entre 1-1-1989 e 31-12-1995, cujo montante será deduzido dos valores cobrados a tal título incidentes sobre a complementação da aposentadoria. Sobre esse assunto, além da decisão proferida no Pedilef 2006.83.00.515712-4 (DJ 28-10-2008), da relatoria da Srª. Juíza Joana Carolina Pereira. Registra-se, ainda, o acórdão prolatado no Pedilef 2006.72.58.00.3510-1, relator o Sr. Janilson Bezerra de Siqueira, julgado em 27-6-2012, com a seguinte ementa, na parte que interessa: EMENTA: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA CONFIRMADA PELA 2.ª TURMA RECURSAL DE SANTA CATARINA. ALEGAÇÃO DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. DIVERGÊNCIA DEMONSTRADA. CONHECIMENTO DO INCIDENTE. INEXIGIBILIDADE DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE A COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA APENAS ATÉ O LIMITE DO QUE JÁ FOI PAGO A ESSE TÍTULO SOB A ÉGIDE DA LEI N.º 7.713/88. TESE DA ISENÇÃO PARA O FUTURO. REJEIÇÃO. ACOLHIMENTO DA POSIÇÃO DO STJ: NON BIS IN IDEM. DIREITO DA FAZENDA DE APRESENTAR CÁLCULOS QUE DEMONSTREM O VALOR CONSIDERADO DEVIDO. PROVIMENTO PARCIAL DO INCIDENTE. A Fazenda sustenta, ainda, que os valores recolhidos pelo contribuinte a entidade de previdência privada nos exercícios de 1989 a 1995 deverão ser corrigidos pelos índices de correção monetária geral até a data da aposentadoria e o seu somatório deverá ser utilizado como um valor dedutível da base de cálculo dos benefícios da aposentadoria, para fins de apurar-se o imposto de renda incidente sobre a complementação de aposentadoria. Contudo, não é esta a forma de cálculo reconhecida pelo STJ, que entende pela compensação entre o valor recolhido de imposto de renda entre 1989 a 1995 com os valores cobrados a título do imposto atualmente: "Consoante consignado pelo Ministro Castro Meira, no julgamento do recurso repetitivo esta Corte assentou que, tendo em vista as dificuldades em identificar e distinguir, em cada parcela do benefício previdenciário recebido, as contribuições recolhidas pelo segurado e o aporte vertido pela entidade patrocinadora, há de se reconhecer a inexigibilidade do imposto de renda, até o limite do que foi recolhido pelo beneficiário, a título de tal imposto, sob a égide da Lei n.º 7.713/88, devidamente atualizado" (REsp n.º 1282609/RN, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJU 28 nov. 2011). 4. No caso em exame, é de se constatar que o acórdão recorrido está em sintonia com o entendimento deste Colegiado. Incidência, portanto, da questão de ordem n. 13 desta Turma Nacional, segundo a qual "não cabe pedido de uniformização quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.". 5. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95. 6. Pedido de uniformização não conhecido. (PEDILEF 05318667020104058300, Relator Juiz Federal Glaucio Ferreira Maciel Gonçalves, DOU 07/05/2014)

Desta forma, estando o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência da TNU, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509615-19.2014.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): CLEONICE JOSEFA SANTOS SILVA
PROC./ADV.: ALEXANDRE DE VASCONCELOS OAB: PE-20304

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que julgou procedente pedido de inexigibilidade de imposto de renda sobre complementação de aposentadoria.

Sustenta o requerente que o acórdão recorrido divergiria do recurso de n. 2009.72.56.000891-9, da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina, o que justificaria a revisão dos critérios de cálculo do indébito.

É o relatório.

O aresto recorrido está em conformidade com o entendimento do TNU sobre a matéria:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. CRITÉRIO DE APURAÇÃO DO INDÉBITO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NESTA TNU. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM N. 13. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. 1. A União, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, dando parcial provimento a seu recurso inominado, julgou procedente o pedido de inexigibilidade de imposto de renda sobre complementação de aposentadoria, relativamente às contribuições vertidas pelo autor ao fundo de previdência privada no período de 1989 a 1995, mandando compensar o que foi pago indevidamente. Insurge-se apenas quanto ao critério de apuração do indébito tributário, argumentando a União que, para a liquidação do imposto de renda, deve ser adotado o método do cálculo do montante não-tributável (poupança), segundo o qual os valores recolhidos pelo contribuinte à entidade de previdência privada nos exercícios de 1989 a 1995 deverão ser corrigidos conforme Manual de Cálculos da Justiça Federal, passando a compor dedução dos rendimentos tributados anualmente a título de complementação de aposentadoria. Citou como paradima, o recurso de n. 2009.72.56.000891-9, da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina. 2. O incidente de uniformização de interpretação do direito federal tem cabimento quando fundado em divergência entre decisões de turmas recursais de diferentes Regiões ou quando o acórdão recorrido for proferido em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 3. Ora, este Colegiado, na esteira da jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, fixou o entendimento de que o indébito tributário é calculado com base no valor do imposto de renda recolhido entre 1-1-1989 e 31-12-1995, cujo montante será deduzido dos valores cobrados a tal título incidentes sobre a complementação da aposentadoria. Sobre esse assunto, além da decisão proferida no Pedilef 2006.83.00.515712-4 (DJ 28-10-2008), da relatoria da Srª. Juíza Joana Carolina Pereira. Registra-se, ainda, o acórdão prolatado no Pedilef 2006.72.58.00.3510-1, relator o Sr. Janilson Bezerra de Siqueira, julgado em 27-6-2012, com a seguinte ementa, na parte que interessa: EMENTA: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA CONFIRMADA PELA 2.ª TURMA RECURSAL DE SANTA CATARINA. ALEGAÇÃO DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. DIVERGÊNCIA DEMONSTRADA. CONHECIMENTO DO INCIDENTE. INEXIGIBILIDADE DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE A COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA APENAS ATÉ O LIMITE DO QUE JÁ FOI PAGO A ESSE TÍTULO SOB A ÉGIDE DA LEI N.º 7.713/88. TESE DA ISENÇÃO PARA O FUTURO. REJEIÇÃO. ACOLHIMENTO DA POSIÇÃO DO STJ: NON BIS IN IDEM. DIREITO DA FAZENDA DE APRESENTAR CÁLCULOS QUE DEMONSTREM O VALOR CONSIDERADO DEVIDO. PROVIMENTO PARCIAL DO INCIDENTE. A Fazenda sustenta, ainda, que os valores recolhidos pelo contribuinte a entidade de previdência privada nos exercícios de 1989 a 1995 deverão ser corrigidos pelos índices de correção monetária geral até a data da aposentadoria e o seu somatório deverá ser utilizado como um valor dedutível da base de cálculo dos benefícios da aposentadoria, para fins de apurar-se o imposto de renda incidente sobre a complementação de aposentadoria. Contudo, não é esta a forma de cálculo reconhecida pelo STJ, que entende pela compensação entre o valor recolhido de imposto de renda entre 1989 a 1995 com os valores cobrados a título do imposto atualmente: "Consoante consignado pelo Ministro Castro Meira, no julgamento do recurso repetitivo esta Corte assentou que, tendo em vista as dificuldades em identificar e distinguir, em cada parcela do benefício previdenciário recebido, as contribuições recolhidas pelo segurado e o aporte vertido pela entidade patrocinadora, há de se reconhecer a inexigibilidade do imposto de renda, até o limite do que foi recolhido pelo beneficiário, a título de tal imposto, sob a égide da Lei n.º 7.713/88, devidamente atualizado" (REsp n.º 1282609/RN, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJU 28 nov. 2011). 4. No caso em exame, é de se constatar que o acórdão recorrido está em sintonia com o entendimento deste Colegiado. Incidência, portanto, da questão de ordem n. 13 desta Turma Nacional, segundo a qual "não cabe pedido de uniformização quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.". 5. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95. 6. Pedido de uniformização não conhecido. (PEDILEF 05318667020104058300, Relator Juiz Federal Glaucio Ferreira Maciel Gonçalves, DOU 07/05/2014)

Desta forma, estando o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência da TNU, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0512534-15.2013.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): PAULO CÉZAR FALCÃO LIMA
PROC./ADV.: JOSÉ SALES DA SILVA OAB: PE-14225

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que não acolheu a pretensão da Fazenda Nacional de apresentação de cálculos.

Decido.

O presente recurso não comporta provimento.

Com efeito, a comprovação da divergência deve se dar entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507774-91.2011.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): LENI FERRAZ VEIGA
PROC./ADV.: JOSÉ ALBERTO DE ALBUQUERQUE PEREIRA OAB: PE-520-A

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que julgou procedente pedido de inexigibilidade de imposto de renda sobre complementação de aposentadoria.

Sustenta o requerente que o acórdão recorrido divergiria do recurso de n. 2009.72.56.000891-9, da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina, o que justificaria a revisão dos critérios de cálculo do indébito.

É o relatório.

O aresto recorrido está em conformidade com o entendimento do TNU sobre a matéria:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. CRITÉRIO DE APURAÇÃO DO INDÉBITO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NESTA TNU. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM N. 13. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. 1. A União, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, dando parcial provimento a seu recurso inominado, julgou procedente o pedido de inexigibilidade de imposto de renda sobre complementação de aposentadoria, relativamente às contribuições vertidas pelo autor ao fundo de previdência privada no período de 1989 a 1995, mandando compensar o que foi pago indevidamente. Insurge-se apenas quanto ao critério de apuração do indébito tributário, argumentando a União que, para a liquidação do imposto de renda, deve ser adotado o método do cálculo do montante não-tributável (poupança), segundo o qual os valores recolhidos pelo contribuinte à entidade de previdência privada nos exercícios de 1989 a 1995 deverão ser corrigidos conforme Manual de Cálculos da Justiça Federal, passando a compor dedução dos rendimentos tributados anualmente a título de complementação de aposentadoria. Citou como paradima, o recurso de n. 2009.72.56.000891-9, da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina. 2. O incidente de uniformização de interpretação do direito federal tem cabimento quando fundado em divergência entre decisões de turmas recursais de diferentes Regiões ou quando o acórdão recorrido for proferido em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 3. Ora, este Colegiado, na esteira da jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, fixou o entendimento de que o indébito tributário é calculado com base no valor do imposto de renda recolhido entre 1-1-1989 e 31-12-1995, cujo montante será deduzido dos valores cobrados a tal título incidentes sobre a complementação da aposentadoria. Sobre esse assunto, além da decisão proferida no Pedilef 2006.83.00.515712-4 (DJ 28-10-2008), da relatoria da Srª. Juíza Joana Carolina Pereira. Registra-se, ainda, o acórdão prolatado no Pedilef 2006.72.58.00.3510-1, relator o Sr. Janilson Bezerra de Siqueira, julgado em 27-6-2012, com a seguinte ementa, na parte que interessa: EMENTA: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA CONFIRMADA PELA 2.ª TURMA RECURSAL DE SANTA CATARINA. ALEGAÇÃO DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. DIVERGÊNCIA DEMONSTRADA. CONHECIMENTO DO INCIDENTE. INEXIGIBILIDADE DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE A COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA APENAS ATÉ O LIMITE DO QUE JÁ FOI PAGO A ESSE TÍTULO SOB A ÉGIDE DA LEI N.º 7.713/88. TESE DA ISENÇÃO PARA O FUTURO. REJEIÇÃO. ACOLHIMENTO DA POSIÇÃO DO STJ: NON BIS IN IDEM. DIREITO DA FAZENDA DE APRESENTAR CÁLCULOS QUE DEMONSTREM O VALOR CONSIDERADO DEVIDO. PROVIMENTO PARCIAL DO INCIDENTE. A Fazenda sustenta, ainda, que os valores recolhidos pelo contribuinte a entidade de previdência privada nos exercícios de 1989 a 1995 deverão ser corrigidos pelos índices de correção monetária geral até a data da aposentadoria e o seu somatório deverá ser utilizado como um valor dedutível da base de cálculo dos benefícios da aposentadoria, para fins de apurar-se o imposto de renda incidente sobre a complementação de aposentadoria. Contudo, não é esta a forma de cálculo reconhecida pelo STJ, que entende pela compensação entre o valor recolhido de imposto de renda entre 1989 a 1995 com os valores cobrados a título do imposto atualmente: "Consoante consignado pelo Ministro Castro Meira, no julgamento do recurso repetitivo esta Corte assentou que, tendo em vista as dificuldades em identificar e distinguir, em cada parcela do benefício previdenciário recebido, as contribuições recolhidas pelo segurado e o aporte vertido pela entidade patrocinadora, há de se reconhecer a inexigibilidade do imposto de renda, até o limite do que foi recolhido pelo beneficiário, a título de tal imposto, sob a égide da Lei n.º 7.713/88, devidamente atualizado" (REsp n.º 1282609/RN, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJU 28 nov. 2011). 4. No caso em exame, é de se constatar que o acórdão recorrido está em sintonia com o entendimento deste Colegiado. Incidência, portanto, da questão de ordem n. 13 desta Turma Nacional, segundo a qual "não cabe pedido de uniformização quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.". 5. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95. 6. Pedido de uniformização não conhecido. (PEDILEF 05318667020104058300, Relator Juiz Federal Glaucio Ferreira Maciel Gonçalves, DOU 07/05/2014)

Desta forma, estando o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência da TNU, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503664-38.2014.4.05.8302
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOSENILDO CAETANO DA SILVA
PROC./ADV.: NEMÉZIO DE VASCONCELOS JÚNIOR
OAB: PE-18185

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela não incidência de contribuição social sobre a GACEN

Decido. O presente recurso não comporta provimento.

Com efeito, a comprovação da divergência deve se dar entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504150-23.2014.4.05.8302
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOSÉ VIEIRA DE ASSIS
PROC./ADV.: NEMÉZIO DE VASCONCELOS JÚNIOR OAB: PE-18185

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela não incidência de contribuição social sobre a GACEN

Decido. O presente recurso não comporta provimento.

Com efeito, a comprovação da divergência deve se dar entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0528097-54.2010.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARIUSA DE AGUIAR CUNHA
PROC./ADV.: JÚLIA LANCRY C. WERNECK OAB: PE-24023

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que julgou procedente pedido de inexigibilidade de imposto de renda sobre complementação de aposentadoria.

Sustenta o requerente que o acórdão recorrido divergiria do recurso de n. 2009.72.56.000891-9, da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina, o que justificaria a revisão dos critérios de cálculo do indébito.

É o relatório.

O aresto recorrido está em conformidade com o entendimento do TNU sobre a matéria:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. CRITÉRIO DE APURAÇÃO DO INDÉBITO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NESTA TNU. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM N. 13. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. 1. A União, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, dando parcial provimento a seu recurso inominado, julgou procedente o pedido de inexigibilidade de imposto de renda sobre complementação de aposentadoria, relativamente às contribuições vertidas pelo autor ao fundo de previdência privada no período de 1989 a 1995, mandando compensar o que foi pago indevidamente. Insurge-se apenas quanto ao critério de apuração do indébito tributário, argumentando a União que, para a liquidação do imposto de renda, deve ser adotado o método do cálculo do montante não-tributável (poupança), segundo o qual os valores recolhidos pelo contribuinte à entidade de previdência privada nos exercícios de 1989 a 1995 deverão ser corrigidos conforme Manual de Cálculos da Justiça Federal, passando a compor dedução dos rendimentos tributados anualmente a título de complementação de aposentadoria. Citou como paradima, o recurso de n. 2009.72.56.000891-9, da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina. 2. O incidente de uniformização de interpretação do direito federal tem cabimento quando fundado em divergência entre decisões de turmas recursais de diferentes Regiões ou quando o acórdão recorrido for proferido em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 3. Ora, este Colegiado, na esteira da jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, fixou o entendimento de que o indébito tributário é calculado com base no valor do imposto de renda recolhido entre 1-1-1989 e 31-12-1995, cujo montante será deduzido dos valores cobrados a tal título incidentes sobre a complementação da aposentadoria. Sobre esse assunto, além da decisão proferida no Pedilef 2006.83.00.515712-4 (DJ 28-10-2008), da relatoria da Srª. Juíza Joana Carolina Pereira. Registra-se, ainda, o acórdão prolatado no Pedilef 2006.72.58.00.3510-1, relator o Sr. Janilson Bezerra de Siqueira, julgado em 27-6-2012, com a seguinte ementa, na parte que interessa: EMENTA: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA CONFIRMADA PELA 2.ª TURMA RECURSAL DE SANTA CATARINA. ALEGAÇÃO DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. DIVERGÊNCIA DEMONSTRADA. CONHECIMENTO DO INCIDENTE. INEXIGIBILIDADE DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE A COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA APENAS ATÉ O LIMITE DO QUE JÁ FOI PAGO A ESSE TÍTULO SOB A ÉGIDE DA LEI N.º 7.713/88. TESE DA ISENÇÃO PARA O FUTURO. REJEIÇÃO. ACOLHIMENTO DA POSIÇÃO DO STJ: NON BIS IN IDEM. DIREITO DA FAZENDA DE APRESENTAR CÁLCULOS QUE DEMONSTREM O VALOR CONSIDERADO DEVIDO. PROVIMENTO PARCIAL DO INCIDENTE. A Fazenda sustenta, ainda, que os valores recolhidos pelo contribuinte a entidade de previdência privada nos exercícios de 1989 a 1995 deverão ser corrigidos pelos índices de correção monetária geral até a data da aposentadoria e o seu somatório deverá ser utilizado como um valor dedutível da base de cálculo dos benefícios da aposentadoria, para fins de apurar-se o imposto de renda incidente sobre a complementação de aposentadoria. Contudo, não é esta a forma de cálculo reconhecida pelo STJ, que entende pela compensação entre o valor recolhido de imposto de renda entre 1989 a 1995 com os valores cobrados a título do imposto atualmente: "Consoante consignado pelo Ministro Castro Meira, no julgamento do recurso repetitivo esta Corte assentou que, tendo em vista as dificuldades em identificar e distinguir, em cada parcela do benefício previdenciário recebido, as contribuições recolhidas pelo segurado e o aporte vertido pela entidade patrocinadora, há de se reconhecer a inexigibilidade do imposto de renda, até o limite do que foi recolhido pelo beneficiário, a título de tal imposto, sob a égide da Lei n.º 7.713/88, devidamente atualizado" (REsp n.º 1282609/RN, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJU 28 nov. 2011). 4. No caso em exame, é de se constatar que o acórdão recorrido está em sintonia com o entendimento deste Colegiado. Incidência, portanto, da questão de ordem n. 13 desta Turma Nacional, segundo a qual "não cabe pedido de uniformização quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.". 5. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95. 6. Pedido de uniformização não conhecido. (PEDILEF 05318667020104058300, Relator Juiz Federal Glaucio Ferreira Maciel Gonçalves, DOU 07/05/2014)

Desta forma, estando o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência da TNU, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0528097-54.2010.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARIUSA DE AGUIAR CUNHA
PROC./ADV.: JÚLIA LANCRY C. WERNECK OAB: PE-24023

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que julgou procedente pedido de inexigibilidade de imposto de renda sobre complementação de aposentadoria.

Sustenta o requerente que o acórdão recorrido divergiria do recurso de n. 2009.72.56.000891-9, da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina, o que justificaria a revisão dos critérios de cálculo do indébito.

É o relatório.

O aresto recorrido está em conformidade com o entendimento do TNU sobre a matéria:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. CRITÉRIO DE APURAÇÃO DO INDÉBITO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NESTA TNU. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM N. 13. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. 1. A União, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, dando parcial provimento a seu recurso inominado, julgou procedente o pedido de inexigibilidade de imposto de renda sobre complementação de aposentadoria, relativamente às contribuições vertidas pelo autor ao fundo de previdência privada no período de 1989 a 1995, mandando compensar o que foi pago indevidamente. Insurge-se apenas quanto ao critério de apuração do indébito tributário, argumentando a União que, para a liquidação do imposto de renda, deve ser adotado o método do cálculo do montante não-tributável (poupança), segundo o qual os valores recolhidos pelo contribuinte à entidade de previdência privada nos exercícios de 1989 a 1995 deverão ser corrigidos conforme Manual de Cálculos da Justiça Federal, passando a compor

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

dedução dos rendimentos tributados anualmente a título de complementação de aposentadoria. Citou como paradima, o recurso de n. 2009.72.56.000891-9, da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina. 2. O incidente de uniformização de interpretação do direito federal tem cabimento quando fundado em divergência entre decisões de turmas recursais de diferentes Regiões ou quando o acórdão recorrido for proferido em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 3. Ora, este Colegiado, na esteira da jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, fixou o entendimento de que o indébito tributário é calculado com base no valor do imposto de renda recolhido entre 1-1-1989 e 31-12-1995, cujo montante será deduzido dos valores cobrados a tal título incidentes sobre a complementação da aposentadoria. Sobre esse assunto, além da decisão proferida no Pedilef 2006.83.00.515712-4 (DJ 28-10-2008), da relatoria da Srª. Juíza Joana Carolina Pereira. Registra-se, ainda, o acórdão prolatado no Pedilef 2006.72.58.00.3510-1, relator o Sr. Janilson Bezerra de Siqueira, julgado em 27-6-2012, com a seguinte ementa, na parte que interessa: EMENTA: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA CONFIRMADA PELA 2.ª TURMA RECURSAL DE SANTA CATARINA. ALEGAÇÃO DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. DIVERGÊNCIA DEMONSTRADA. CONHECIMENTO DO INCIDENTE. INEXIGIBILIDADE DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE A COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA APENAS ATÉ O LIMITE DO QUE JÁ FOI PAGO A ESSE TÍTULO SOB A ÉGIDE DA LEI N.º 7.713/88. TESE DA ISENÇÃO PARA O FUTURO. REJEIÇÃO. ACOLHIMENTO DA POSIÇÃO DO STJ: NON BIS IN IDEM. DIREITO DA FAZENDA DE APRESENTAR CÁLCULOS QUE DEMONSTREM O VALOR CONSIDERADO DEVIDO. PROVIMENTO PARCIAL DO INCIDENTE. A Fazenda sustenta, ainda, que os valores recolhidos pelo contribuinte a entidade de previdência privada nos exercícios de 1989 a 1995 deverão ser corrigidos pelos índices de correção monetária geral até a data da aposentadoria e o seu somatório deverá ser utilizado como um valor dedutível da base de cálculo dos benefícios da aposentadoria, para fins de apurar-se o imposto de renda incidente sobre a complementação de aposentadoria. Contudo, não é esta a forma de cálculo reconhecida pelo STJ, que entende pela compensação entre o valor recolhido de imposto de renda entre 1989 a 1995 com os valores cobrados a título do imposto atualmente: "Consoante consignado pelo Ministro Castro Meira, no julgamento do recurso repetitivo esta Corte assentou que, tendo em vista as dificuldades em identificar e distinguir, em cada parcela do benefício previdenciário recebido, as contribuições recolhidas pelo segurado e o aporte vertido pela entidade patrocinadora, há de se reconhecer a inexigibilidade do imposto de renda, até o limite do que foi recolhido pelo beneficiário, a título de tal imposto, sob a égide da Lei n.º 7.713/88, devidamente atualizado" (REsp n.º 1282609/RN, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJU 28 nov. 2011). 4. No caso em exame, é de se constatar que o acórdão recorrido está em sintonia com o entendimento deste Colegiado. Incidência, portanto, da questão de ordem n. 13 desta Turma Nacional, segundo a qual "não cabe pedido de uniformização quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.". 5. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95. 6. Pedido de uniformização não conhecido. (PEDILEF 05318667020104058300, Relator Juiz Federal Glaucio Ferreira Maciel Gonçalves, DOU 07/05/2014)

Desta forma, estando o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência da TNU, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0521761-97.2011.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ARIOSVALDO BARBOSA PORTO REIS
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE-20418

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que julgou procedente pedido de inexigibilidade de imposto de renda sobre complementação de aposentadoria.

Sustenta o requerente que o acórdão recorrido divergiria do recurso de n. 2009.72.56.000891-9, da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina, o que justificaria a revisão dos critérios de cálculo do indébito.

É o relatório.

O aresto recorrido está em conformidade com o entendimento do TNU sobre a matéria:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. CRITÉRIO DE APURAÇÃO DO INDÉBITO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NESTA TNU. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM N. 13. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. 1. A União, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, dando parcial provimento a seu recurso inominado, julgou procedente o pedido de inexigibilidade de imposto de renda sobre complementação de aposentadoria, relativamente às contribuições vertidas pelo autor ao fundo de previdência privada no período de 1989 a 1995, mandando compensar o que foi pago indevidamente. Insurge-se apenas quanto ao critério de apuração do indébito tributário, argumentando a União que, para a liquidação do imposto de renda, deve ser adotado o método do cálculo do montante não-tributável (poupança), segundo o qual os valores recolhidos pelo contribuinte à entidade de previdência privada nos exercícios de 1989 a 1995 deverão ser corrigidos conforme Manual de Cálculos da Justiça Federal, passando a compor dedução dos rendimentos tributados anualmente a título de complementação de aposentadoria. Citou como paradima, o recurso de n. 2009.72.56.000891-9, da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina. 2. O incidente de uniformização de interpretação do direito federal tem cabimento quando fundado em divergência entre decisões de turmas recursais de diferentes Regiões ou quando o acórdão recorrido for proferido em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 3. Ora, este Colegiado, na esteira da jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, fixou o entendimento de que o indébito tributário é calculado com base no valor do imposto de renda recolhido entre 1-1-1989 e 31-12-1995, cujo montante será deduzido dos valores cobrados a tal título incidentes sobre a complementação da aposentadoria. Sobre esse assunto, além da decisão proferida no Pedilef 2006.83.00.515712-4 (DJ 28-10-2008), da relatoria da Srª. Juíza Joana Carolina Pereira. Registra-se, ainda, o acórdão prolatado no Pedilef 2006.72.58.00.3510-1, relator o Sr. Janilson Bezerra de Siqueira, julgado em 27-6-2012, com a seguinte ementa, na parte que interessa: EMENTA: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA CONFIRMADA PELA 2.ª TURMA RECURSAL DE SANTA CATARINA. ALEGAÇÃO DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. DIVERGÊNCIA DEMONSTRADA. CONHECIMENTO DO INCIDENTE. INEXIGIBILIDADE DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE A COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA APENAS ATÉ O LIMITE DO QUE JÁ FOI PAGO A ESSE TÍTULO SOB A ÉGIDE DA LEI N.º 7.713/88. TESE DA ISENÇÃO PARA O FUTURO. REJEIÇÃO. ACOLHIMENTO DA POSIÇÃO DO STJ: NON BIS IN IDEM. DIREITO DA FAZENDA DE APRESENTAR CÁLCULOS QUE DEMONSTREM O VALOR CONSIDERADO DEVIDO. PROVIMENTO PARCIAL DO INCIDENTE. A Fazenda sustenta, ainda, que os valores recolhidos pelo contribuinte a entidade de previdência privada nos exercícios de 1989 a 1995 deverão ser corrigidos pelos índices de correção monetária geral até a data da aposentadoria e o seu somatório deverá ser utilizado como um valor dedutível da base de cálculo dos benefícios da aposentadoria, para fins de apurar-se o imposto de renda incidente sobre a complementação de aposentadoria. Contudo, não é esta a forma de cálculo reconhecida pelo STJ, que entende pela compensação entre o valor recolhido de imposto de renda entre 1989 a 1995 com os valores cobrados a título do imposto atualmente: "Consoante consignado pelo Ministro Castro Meira, no julgamento do recurso repetitivo esta Corte assentou que, tendo em vista as dificuldades em identificar e distinguir, em cada parcela do benefício previdenciário recebido, as contribuições recolhidas pelo segurado e o aporte vertido pela entidade patrocinadora, há de se reconhecer a inexigibilidade do imposto de renda, até o limite do que foi recolhido pelo beneficiário, a título de tal imposto, sob a égide da Lei n.º 7.713/88, devidamente atualizado" (REsp n.º 1282609/RN, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJU 28 nov. 2011). 4. No caso em exame, é de se constatar que o acórdão recorrido está em sintonia com o entendimento deste Colegiado. Incidência, portanto, da questão de ordem n. 13 desta Turma Nacional, segundo a qual "não cabe pedido de uniformização quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.". 5. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95. 6. Pedido de uniformização não conhecido. (PEDILEF 05318667020104058300, Relator Juiz Federal Glaucio Ferreira Maciel Gonçalves, DOU 07/05/2014)

Desta forma, estando o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência da TNU, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501563-38.2013.4.05.8310
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JENECI MARQUES VICENTE
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que julgou procedente pedido de inexigibilidade de imposto de renda sobre complementação de aposentadoria.

Sustenta o requerente que o acórdão recorrido divergiria do recurso de n. 2009.72.56.000891-9, da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina, o que justificaria a revisão dos critérios de cálculo do indébito.

É o relatório.

O aresto recorrido está em conformidade com o entendimento do TNU sobre a matéria:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. CRITÉRIO DE APURAÇÃO DO INDÉBITO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NESTA TNU. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM N. 13. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. 1. A União, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, dando parcial provimento a seu recurso inominado, julgou procedente o pedido de inexigibilidade de imposto de renda sobre complementação de aposentadoria, relativamente às contribuições vertidas pelo autor ao fundo de previdência privada no período de 1989 a 1995, mandando compensar o que foi pago indevidamente. Insurge-se apenas quanto ao critério de apuração do indébito tributário, argumentando a União que, para a liquidação do imposto de renda, deve ser adotado o método do cálculo do montante não-tributável (poupança), segundo o qual os valores recolhidos pelo contribuinte à entidade de previdência privada nos exercícios de 1989 a 1995 deverão ser corrigidos conforme Manual de Cálculos da Justiça Federal, passando a compor dedução dos rendimentos tributados anualmente a título de complementação de aposentadoria. Citou como paradima, o recurso de n. 2009.72.56.000891-9, da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina. 2. O incidente de uniformização de interpretação do direito federal tem cabimento quando fundado em divergência entre decisões de turmas recursais de diferentes Regiões ou quando o acórdão recorrido for proferido em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 3. Ora, este Colegiado, na esteira da jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, fixou o entendimento de que o indébito tributário é calculado com base no valor do imposto de renda recolhido entre 1-1-1989 e 31-12-1995, cujo montante será deduzido dos valores cobrados a tal título incidentes sobre a complementação da aposentadoria. Sobre esse assunto, além da decisão proferida no Pedilef 2006.83.00.515712-4 (DJ 28-10-2008), da relatoria da Srª. Juíza Joana Carolina Pereira. Registra-se, ainda, o acórdão prolatado no Pedilef 2006.72.58.00.3510-1, relator o Sr. Janilson Bezerra de Siqueira, julgado em 27-6-2012, com a seguinte ementa, na parte que interessa: EMENTA: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA CONFIRMADA PELA 2.ª TURMA RECURSAL DE SANTA CATARINA. ALEGAÇÃO DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. DIVERGÊNCIA DEMONSTRADA. CONHECIMENTO DO INCIDENTE. INEXIGIBILIDADE DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE A COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA APENAS ATÉ O LIMITE DO QUE JÁ FOI PAGO A ESSE TÍTULO SOB A ÉGIDE DA LEI N.º 7.713/88. TESE DA ISENÇÃO PARA O FUTURO. REJEIÇÃO. ACOLHIMENTO DA POSIÇÃO DO STJ: NON BIS IN IDEM. DIREITO DA FAZENDA DE APRESENTAR CÁLCULOS QUE DEMONSTREM O VALOR CONSIDERADO DEVIDO. PROVIMENTO PARCIAL DO INCIDENTE. A Fazenda sustenta, ainda, que os valores recolhidos pelo contribuinte a entidade de previdência privada nos exercícios de 1989 a 1995 deverão ser corrigidos pelos índices de correção monetária geral até a data da aposentadoria e o seu somatório deverá ser utilizado como um valor dedutível da base de cálculo dos benefícios da aposentadoria, para fins de apurar-se o imposto de renda incidente sobre a complementação de aposentadoria. Contudo, não é esta a forma de cálculo reconhecida pelo STJ, que entende pela compensação entre o valor recolhido de imposto de renda entre 1989 a 1995 com os valores cobrados a título do imposto atualmente: "Consoante consignado pelo Ministro Castro Meira, no julgamento do recurso repetitivo esta Corte assentou que, tendo em vista as dificuldades em identificar e distinguir, em cada parcela do benefício previdenciário recebido, as contribuições recolhidas pelo segurado e o aporte vertido pela entidade patrocinadora, há de se reconhecer a inexigibilidade do imposto de renda, até o limite do que foi recolhido pelo beneficiário, a título de tal imposto, sob a égide da Lei n.º 7.713/88, devidamente atualizado" (REsp n.º 1282609/RN, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJU 28 nov. 2011). 4. No caso em exame, é de se constatar que o acórdão recorrido está em sintonia com o entendimento deste Colegiado. Incidência, portanto, da questão de ordem n. 13 desta Turma Nacional, segundo a qual "não cabe pedido de uniformização quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.". 5. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95. 6. Pedido de uniformização não conhecido. (PEDILEF 05318667020104058300, Relator Juiz Federal Glaucio Ferreira Maciel Gonçalves, DOU 07/05/2014)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Desta forma, estando o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência da TNU, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501259-17.2014.4.05.8306
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOSÉ BERMUDES DA SILVA
PROC./ADV.: RENATA FERREIRA MENDES OAB: PE-29603

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que julgou procedente pedido de inexigibilidade de imposto de renda sobre complementação de aposentadoria.
Sustenta o requerente que o acórdão recorrido divergiria do recurso de n. 2009.72.56.000891-9, da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina, o que justificaria a revisão dos critérios de cálculo do indébito.
É o relatório.
O aresto recorrido está em conformidade com o entendimento do TNU sobre a matéria:
TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. CRITÉRIO DE APURAÇÃO DO INDÉBITO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NESTA TNU. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM N. 13. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. 1. A União, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, dando parcial provimento a seu recurso inominado, julgou procedente o pedido de inexigibilidade de imposto de renda sobre complementação de aposentadoria, relativamente às contribuições vertidas pelo autor ao fundo de previdência privada no período de 1989 a 1995, mandando compensar o que foi pago indevidamente. Insurge-se apenas quanto ao critério de apuração do indébito tributário, argumentando a União que, para a liquidação do imposto de renda, deve ser adotado o método do cálculo do montante não-tributável (poupança), segundo o qual os valores recolhidos pelo contribuinte à entidade de previdência privada nos exercícios de 1989 a 1995 deverão ser corrigidos conforme Manual de Cálculos da Justiça Federal, passando a compor dedução dos rendimentos tributados anualmente a título de complementação de aposentadoria. Citou como paradima, o recurso de n. 2009.72.56.000891-9, da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina. 2. O incidente de uniformização de interpretação do direito federal tem cabimento quando fundado em divergência entre decisões de turmas recursais de diferentes Regiões ou quando o acórdão recorrido for proferido em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 3. Ora, este Colegiado, na esteira da jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, fixou o entendimento de que o indébito tributário é calculado com base no valor do imposto de renda recolhido entre 1-1-1989 e 31-12-1995, cujo montante será deduzido dos valores cobrados a tal título incidentes sobre a complementação da aposentadoria. Sobre esse assunto, além da decisão proferida no Pedilef 2006.83.00.515712-4 (DJ 28-10-2008), da relatoria da Srª. Juíza Joana Carolina Pereira. Registra-se, ainda, o acórdão prolatado no Pedilef 2006.72.58.00.3510-1, relator o Sr. Janilson Bezerra de Siqueira, julgado em 27-6-2012, com a seguinte ementa, na parte que interessa: EMENTA: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA CONFIRMADA PELA 2.ª TURMA RECURSAL DE SANTA CATARINA. ALEGAÇÃO DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. DIVERGÊNCIA DEMONSTRADA. CONHECIMENTO DO INCIDENTE. INEXIGIBILIDADE DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE A COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA APENAS ATÉ O LIMITE DO QUE JÁ FOI PAGO A ESSE TÍTULO SOB A ÉGIDE DA LEI N.º 7.713/88. TESE DA ISENÇÃO PARA O FUTURO. REJEIÇÃO. ACOLHIMENTO DA POSIÇÃO DO STJ: NON BIS IN IDEM. DIREITO DA FAZENDA DE APRESENTAR CÁLCULOS QUE DEMONSTREM O VALOR CONSIDERADO DEVIDO. PROVIMENTO PARCIAL DO INCIDENTE. A Fazenda sustenta, ainda, que os valores recolhidos pelo contribuinte a entidade de previdência privada nos exercícios de 1989 a 1995 deverão ser corrigidos pelos índices de correção monetária geral até a data da aposentadoria e o seu somatório deverá ser utilizado como um valor dedutível da base de cálculo dos benefícios da aposentadoria, para fins de apurar-se o imposto de renda incidente sobre a complementação de aposentadoria. Contudo, não é esta a forma de cálculo reconhecida pelo STJ, que entende pela compensação entre o valor recolhido de imposto de renda entre 1989 a 1995 com os valores cobrados a título do imposto atualmente: "Consoante consignado pelo Ministro Castro Meira, no julgamento do recurso repetitivo esta Corte assentou que, tendo em vista as dificuldades em identificar e distinguir, em cada parcela do benefício previdenciário recebido, as contribuições recolhidas pelo segurado e o aporte vertido pela entidade patrocinadora, há de se reconhecer a inexigibilidade do imposto de renda, até o limite do que foi recolhido pelo beneficiário, a título de tal imposto, sob a égide da Lei n.º 7.713/88, devidamente atualizado" (REsp n.º 1282609/RN, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJU 28 nov. 2011). 4. No caso em exame, é de se constatar que o acórdão recorrido está em sintonia com o entendimento deste Colegiado. Incidência, portanto, da questão de ordem n. 13 desta Turma Nacional, segundo a qual "não cabe pedido de uniformização quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.". 5. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95. 6. Pedido de uniformização não conhecido. (PEDILEF 05318667020104058300, Relator Juiz Federal Glaucio Ferreira Maciel Gonçalves, DOU 07/05/2014)
Desta forma, estando o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência da TNU, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0574144-36.2004.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): GEORGE HENRIQUE RAIMUNDO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que reconheceu o direito à restituição de valores destinados ao custeio do Fundo de Saúde Militar.
Decido.
O entendimento mais atual da TNU é no sentido de não se admitir incidente quando o objeto se destinar ao exame de questão processual, conforme exposto por meio do PEDILEF 00080456820094036301:
"EMENTA/VOTO - PROCESSUAL CIVIL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. MATÉRIA PROCESSUAL. DESCABIMENTO. NÃO CONHECIMENTO. 1. Pretende o autor a anulação da sentença, mantida pelo acórdão, ao fundamento de que não teve oportunidade de se manifestar sobre o laudo pericial, o que caracteriza cerceamento de defesa. 2. Considero que este incidente não merece conhecimento, eis que a matéria nele versada é eminentemente processual, encontrando obstáculo no art. 14 da Lei n.º 9.099/95 para seu julgamento. Sob outra ótica, já que cerceamento de defesa é tema que possui envergadura constitucional, lembro que o tema desafia a interposição de recurso extraordinário, cujo prazo já se esgotou há muito. 3. Sugiro ao em. Presidente desta Turma que imprima, ao resultado deste julgamento, a sistemática prevista no art. 7º letra "a" do Regimento desta Turma, devolvendo às Turmas de origem todos os outros incidentes que versem sobre o mesmo objeto, a fim de que mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida às premissas jurídicas firmadas, já que reflete entendimento consolidado nesta Corte. 4. Incidente não conhecido."
De igual modo, importa consignar a incidência da Súmula nº 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual."
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5014699-70.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): DIAGNÓSTICO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS E BROMATOLOGICAS LTDA EPP
PROC./ADV.: ALTAMIR JORGE BRESSIANI
OAB: SC-11292

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de acórdão que reconheceu a inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
Decido.
A decisão agravada deve ser mantida, porquanto "não restou devidamente demonstrada a divergência jurisprudencial, por falta de similitude fático- jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas" Assim, incide, à espécie, a Questão de Ordem 22 da TNU: "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 15 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510719-22.2009.4.05.8300
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA GUEDES ALCOFORADO
REQUERENTE: IEDA LUDMER GUEDES ALCORORADO
PROC./ADV.: RENATO LUDMER GUEDES ALCOFORADO OAB: PE-21157
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que reconheceu a incidência de imposto de renda sobre valores recebidos a título de abono de permanência
É o relatório.
Verifica-se que o Superior Tribunal de Justiça, no rito do artigo 543-C do Código de Processo Civil, entendeu pela incidência de imposto de renda, conforme se dessume da leitura da seguinte ementa:
"TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ABONO DE PERMANÊNCIA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA.
1. Sujeitam-se incidência do Imposto de Renda os rendimentos recebidos a título de abono de permanência a que se referem o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional 41/2003, e o art. 7º da Lei 10.887/2004. Não há lei que autorize considerar o abono de permanência como rendimento isento.
2. Recurso especial provido.
(REsp 1192556/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/08/2010, DJe 06/09/2010)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509722-54.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): AUXINILDO DE MELO MARTINS
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que afastou a cobrança de PSS sobre APH
É o relatório.
Como bem salientou a decisão que inadmitira o recurso especial, a tese recursal acerca de violação do artigo 111 do CTN não foi devidamente abordada na origem.
Aplica-se na hipótese a Questão de Ordem 10 da TNU, segundo a qual "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 15 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502410-85.2013.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIO ZENILTON VIEIRA
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
"P TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 15 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510744-05.2013.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JEFERSON MACIEL PIMENTEL
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511532-28.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOÃO PAULO DO VALE MADEIRO
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511571-25.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUCIANO GONZAGA VANDERLEY
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511952-33.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARCUS VINICIUS VIANA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511947-11.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARCELO HENRIQUE DE ARAUJO NOGUEIRA
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0512216-50.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JULIANO DE PINHO PESSOA
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511497-68.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: PABLUE PRATA BRAGA
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002317-84.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): LUIZ CARLOS DA ROSA
PROC./ADV.: MARCELLA FERREIRA PEGORINI OAB: SC-28 006

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de acórdão que reconheceu a inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre férias e o terço constitucional de férias de trabalhadores portuários avulsos
Decido.
Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, possuem caráter indenizatório as importâncias pagas a título de conversão em pecúnia de férias não gozadas por trabalhador portuário avulso. Nesse sentido: AgRg no REsp 1.114.982/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 21.10.2009; REsp 1.128.412/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe de 26. 2.2010; AgRg no REsp 1.118.170/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJe de 29.4.2010; REsp 1.148.781/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJe de 29.4.2010; AgRg no REsp 1.154.951/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 3.5.2010. Essa orientação jurisprudencial está em conformidade com a Súmula 386/STJ e o entendimento firmado pela Primeira Seção, por ocasião do julgamento do REsp 1.111.223/SP (Rel. Min. Castro Meira, DJe de 4.5.2009), submetido ao regime de que trata o art. 543-C do CPC.
Não há razão, portanto, para a exigência da exação
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5006287-79.2014.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): HERALDO JOSE SILVEIRA
PROC./ADV.: LEANDRO RODRIGUES ROSA OAB: SP-295308

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que afastou a incidência de contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias.
Decido.
A Primeira Seção do DTJ, ao apreciar o REsp 1.230.957/RS (Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 18.3.2014, aplicando a sistemática prevista no art. 543-C do CPC), pacificou orientação no sentido de que, "em relação ao adicional de férias concernente às férias gozadas, tal importância possui natureza indenizatória/compensatória, e não constitui ganho habitual do empregado, razão pela qual sobre ela não é possível a incidência de contribuição previdenciária (a cargo da empresa)".
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001700-27.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): GERSON GENESIO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: MARCELLA FERREIRA PEGORINI OAB: SC-28 006

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de acórdão que reconheceu a inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre férias e o terço constitucional de férias de trabalhadores portuários avulsos
Decido.
Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, Possuem caráter indenizatório as importâncias pagas a título de conversão em pecúnia de férias não gozadas por trabalhador portuário avulso. Nesse sentido: AgRg no REsp 1.114.982/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 21.10.2009; REsp 1.128.412/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe de 26. 2.2010; AgRg no REsp 1.118.170/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJe de 29.4.2010; REsp 1.148.781/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJe de 29.4.2010; AgRg no REsp 1.154.951/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 3.5.2010. Essa orientação jurisprudencial está em conformidade com a Súmula 386/STJ e o entendimento firmado pela Primeira Seção, por ocasião do julgamento do REsp 1.111.223/SP (Rel. Min. Castro Meira, DJe de 4.5.2009), submetido ao regime de que trata o art. 543-C do CPC.
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Brasília, 15 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511530-58.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ESTELA SOARES DE ALMEIDA
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511529-73.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: KILVIA SOUZA FERREIRA
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511528-88.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO SERGIO SARAIVA LOPES CHAVES
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511524-51.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: GIEDRA ALBUQUERQUE ALFREDO
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511522-81.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOÃO LUCAS DE SOUSA FILHO
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511522-81.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOÃO LUCAS DE SOUSA FILHO
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511513-22.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: DANIELE FERANDES DE ALBUQUERQUE
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511519-29.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: IZAIAS PEREIRA DE ARAÚJO
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511518-44.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDO EDVAN SAMPAIO DUARTE
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511508-97.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: NADIR LIMA DA SILVA
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511509-82.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: PAULO SÉRGIO MARTINS PERES
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511511-52.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CLAUDECI ARAUJO NERY
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511505-45.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JENNIFER MENDES LEMOS
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511950-63.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: SORAIA BEZERRA DE FREITAS ROCHA
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511546-12.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: DEOCLES DUARTE DE OLIVEIRA JUNIOR
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511543-57.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: GIOVANA ARAGAO NUNES
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511536-65.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTÔNIO GIL CANDIDO ROLIM
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511535-80.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANA PAULA CARVALHO MAIA VERAS
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511537-50.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ADRIANA ALVES LIMA BANDEIRA
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511565-18.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: EDSON RICARDO DA SILVA
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0512475-45.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ADILIA SARICA MELO SILVA BASTOS
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511557-41.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: TRICIA MAGDALA CUNHA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511570-40.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: GISELLE PEREIRA DE MELO
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511566-03.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: EDUARDO MACIEL RIBEIRO
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0512062-23.2013.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTÔNIO MARCELO FONTENELE MOREIRA
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511953-18.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA CAVALCANTE DE VASCONCELOS
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0512479-82.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INÁCIO GOMES DE CARVALHO NETO
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511547-94.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO DE ASSIS VIEIRA PINTO
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511540-05.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: AUGUSTO PASSOS SOBRAL
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511514-07.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ALEXANDRE FERREIRA FACÓ
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511538-35.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: REINALDO PEIXOTO DA SILVA JUNIOR
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502237-46.2013.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA AURENI LOPES
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0517173-42.2014.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSÉ AMANDO BEZERRA TORRES
PROC./ADV.: ROBERTO JOSÉ AMORIM CAMPOS OAB: PE-22366
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou benefício assistencial.
Decido.
O aresto proferido na origem determinou que "Na espécie, o laudo pericial (anexo 16) é claro ao informar que o(a) autor(a)/recorrente (29 anos, entregador), apesar de ser portador de HIV (AIDS), não pode ser considerado(a) portador(a) de deficiência com impedimento de longo prazo. Salienta o perito que, embora evidenciados os sintomas da doença (emagrecimento, palidez, sudorese), trata-se de incapacidade temporária, uma vez que o demandante pode obter melhora significativa com tratamento adequado, ainda não iniciado. Outrossim, com base nas informações do laudo social (anexo 26) verifica-se que o demandante, mesmo após o diagnóstico da doença, continuou trabalhando como entregador, de modo que não resta comprovado, no caso, o prejuízo alegado em razão de estigma ou preconceito. Além disso, não há nos autos prova apta a infirmar as conclusões do profissional de confiança do juízo. Não evidenciado, in casu, o impedimento de longo prazo, não se mostra devido o benefício assistencial almejado"
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0517864-11.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LAIANA ANDRE ALVES
PROC./ADV.: JOÃO BOSCO FERNANDES OAB: CE-9761
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou benefício assistencial.
Decido.
O aresto proferido na origem determinou que "Depreende-se do laudo médico que a Autora é portadora de sequela de lesão do dedo da mão esquerda. Aduz o expert que esta moléstia é definitiva e parcial. Atesta, ainda, que o Autor não está incapacitado de exercer as atividades do cotidiano e tampouco as suas atividades laborais habituais"
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0513443-75.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIO JOSÉ FELIX DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: JOÃO BOSCO FERNANDES OAB: CE-9761
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou benefício assistencial.
Decido.
O aresto proferido na origem determinou que "A comprovação dos requisitos concessórios do Amparo Social depende de prova, especialmente os relacionados à condição física do interessado, devendo o benefício assistencial ser, em princípio, denegado quando a perícia médica pelo Juízo concluiu que a parte não é incapaz"
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002510-70.2011.4.04.7014
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: EDEMAR HERMINIO BARATIERI
PROC./ADV.: MARIANA F. CAVALHIERI OAB: PR-45 027
PROC./ADV.: FABIO E. STERZA OAB: PR-59377
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo em incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou o pedido inicial de restituição do Imposto de Renda incidente sobre verbas auferidas por ocasião da adesão do autor ao plano de repactuação promovido pela entidade de previdência privada à qual é vinculado (PETROS).
É o relatório.
A Turma Nacional de Uniformização, por meio do PEDILEF 0003761-84.2009.4.03.6311, firmou o entendimento no sentido de que:
"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. INCENTIVO À ADESÃO AO PROCESSO DE REPACTUAÇÃO DO REGULAMENTO DE PLANO DE BENEFÍCIOS DE FUNDO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. VALOR MONETÁRIO. INCIDÊNCIA DE IRPF. INCIDENTE PROVIDO.
1. A União Federal interpôs pedido de uniformização de jurisprudência em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, sob o fundamento de que a decisão impugnada está em desacordo com entendimento do STJ (REsp 908914 / MG, Resp 960029 / SC, REsp 957.350/CE) ao reconhecer a não incidência do Imposto de Renda sobre os valores recebidos em virtude da adesão à repactuação do plano de previdência complementar da Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS.
2. O STJ já firmou entendimento reconhecendo o caráter remuneratório da verba "valor monetário - repactuação" (REsp 1173279/AM, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/05/2012, DJe 23/05/2012).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3. O tema em questão já foi pacificado por esta Turma Nacional de Uniformização (PEDILEF 05036615120124058400, Relator Juiz Federal Adel Américo de Oliveira, DOU 20/09/2013), quando se reafirmou o entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que incide imposto de renda sobre os valores percebidos a título de "valor monetário" como incentivo à migração para novo plano de benefícios de previdência privada.
4. Incidente de Uniformização conhecido e provido para reformar o v. acórdão, reconhecendo a incidência de IRPF sobre o valor recebido a título de "valor monetário" referente à repactuação do plano de previdência complementar da Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS."
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5009188-12.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARCIO MESQUITA
PROC./ADV.: MARIANA F. CAVALHIERI OAB: PR-45 027
PROC./ADV.: FABIO E. STERZA OAB: PR-59377
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo em incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou o pedido inicial de restituição do Imposto de Renda incidente sobre verbas auferidas por ocasião da adesão do autor ao plano de repactuação promovido pela entidade de previdência privada à qual é vinculado (PETROS).
É o relatório.
A Turma Nacional de Uniformização, por meio do PEDILEF 0003761-84.2009.4.03.6311, firmou o entendimento no sentido de que:
"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. INCENTIVO À ADESÃO AO PROCESSO DE REPACTUAÇÃO DO REGULAMENTO DE PLANO DE BENEFÍCIOS DE FUNDO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. VALOR MONETÁRIO. INCIDÊNCIA DE IRPF. INCIDENTE PROVIDO.
1. A União Federal interpôs pedido de uniformização de jurisprudência em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, sob o fundamento de que a decisão impugnada está em desacordo com entendimento do STJ (REsp 908914 / MG, Resp 960029 / SC, REsp 957.350/CE) ao reconhecer a não incidência do Imposto de Renda sobre os valores recebidos em virtude da adesão à repactuação do plano de previdência complementar da Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS.
2. O STJ já firmou entendimento reconhecendo o caráter remuneratório da verba "valor monetário - repactuação" (REsp 1173279/AM, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/05/2012, DJe 23/05/2012).
3. O tema em questão já foi pacificado por esta Turma Nacional de Uniformização (PEDILEF 05036615120124058400, Relator Juiz Federal Adel Américo de Oliveira, DOU 20/09/2013), quando se reafirmou o entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que incide imposto de renda sobre os valores percebidos a título de "valor monetário" como incentivo à migração para novo plano de benefícios de previdência privada.
4. Incidente de Uniformização conhecido e provido para reformar o v. acórdão, reconhecendo a incidência de IRPF sobre o valor recebido a título de "valor monetário" referente à repactuação do plano de previdência complementar da Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS."
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002509-85.2011.4.04.7014
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: VALMOR LICHESKI
PROC./ADV.: MARIANA F. CAVALHIERI OAB: PR-45 027
PROC./ADV.: FABIO E. STERZA OAB: PR-59377
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo em incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou o pedido inicial de restituição do Imposto de Renda incidente sobre verbas auferidas por ocasião da adesão do autor ao plano de repactuação promovido pela entidade de previdência privada à qual é vinculado (PETROS).
É o relatório.
A Turma Nacional de Uniformização, por meio do PEDILEF 0003761-84.2009.4.03.6311, firmou o entendimento no sentido de que:
"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. INCENTIVO À ADESÃO AO PROCESSO DE REPACTUAÇÃO DO REGULAMENTO DE PLANO DE BENEFÍCIOS DE FUNDO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. VALOR MONETÁRIO. INCIDÊNCIA DE IRPF. INCIDENTE PROVIDO.
1. A União Federal interpôs pedido de uniformização de jurisprudência em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, sob o fundamento de que a decisão impugnada está em desacordo com entendimento do STJ (REsp 908914 / MG, Resp 960029 / SC, REsp 957.350/CE) ao reconhecer a não incidência do Imposto de Renda sobre os valores recebidos em virtude da adesão à repactuação do plano de previdência complementar da Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS.
2. O STJ já firmou entendimento reconhecendo o caráter remuneratório da verba "valor monetário - repactuação" (REsp 1173279/AM, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/05/2012, DJe 23/05/2012).
3. O tema em questão já foi pacificado por esta Turma Nacional de Uniformização (PEDILEF 05036615120124058400, Relator Juiz Federal Adel Américo de Oliveira, DOU 20/09/2013), quando se reafirmou o entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que incide imposto de renda sobre os valores percebidos a título de "valor monetário" como incentivo à migração para novo plano de benefícios de previdência privada.
4. Incidente de Uniformização conhecido e provido para reformar o v. acórdão, reconhecendo a incidência de IRPF sobre o valor recebido a título de "valor monetário" referente à repactuação do plano de previdência complementar da Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS."
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5058069-83.2013.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ELZELIR NIVIADOMI SCHIMMELPFENG
PROC./ADV.: RAFAEL HOFFMANN MAGALHÃES OAB: PR-42405

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pelo cancelamento da autuação fiscal.
A parte requerente entende que deve ser analisada a aplicação do artigo 111 do Código Tributário Nacional.
Decido.
Os paradigmas colacionados não cuidam especificamente da situação dos autos, ainda que versem sobre a violação do artigo 111 do CTN.
Assim, incide, à espécie, a Questão de Ordem 22 da TNU: "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5004536-94.2013.4.04.7006
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARIA DE LOURDES KAMINSKI
PROC./ADV.: OMAR KAMINSKI OAB: PR-21390

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que concedeu imposto de renda por portador de moléstia grave.
A parte requerente entende que não deve ser reconhecida a isenção.
Decido.
A decisão agravada valeu-se do entendimento pacificado do STJ sobre a matéria, consignando a desnecessidade de laudo médico oficial.
Observo que as razões trazidas no agravo não combateram especificamente os fundamentos ofertados na decisão que inadmitiu o incidente de uniformização.
Incide, por analogia, a Questão de Ordem 18/TNU, que dispõe: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
No mesmo sentido, cabe aplicar, por analogia, os enunciados 182/STJ e 283/STF.
Ademais, os paradigmas indicados não cuidam da específica questão julgada na origem.
Incide, assim, a Questão de Ordem 18/TNU, que dispõe: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5016333-82.2013.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): DENY BISPO RODRIGUES
PROC./ADV.: RICARDO DOMINGUES BRITO OAB: PR-25825

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional em que se discute a incidência de imposto de renda sobre juros de mora.
É o relatório.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Supremo Tribunal Federal, no RE 855091/RS, com relatoria do em. Ministro Dias Toffoli, em sede de repercussão geral. Confira-se:
"EMENTA TRIBUTÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA. JUROS DE MORA. ART. 3º, § 1º, DA LEI Nº 7.713/1988 E ART. 43, INCISO II, § 1º, DO CTN. ANTERIOR NEGATIVA DE REPERCUSSÃO. MODIFICAÇÃO DA POSIÇÃO EM FACE DA SUPERVENIENTE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI FEDERAL POR TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

DECISÕES(*)

PROCESSO:0502152-60.2013.4.05.8300
ORIGEM:1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE:UNIÃO
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A):UBIRATAN GUANAIS CASTELO BRANCO JÚNIOR.
PROC./ADV.:FLÁVIO ROBERTO NOGUEIRA DE LUCENA OAB:RN-8136

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem que acolheu o pedido inicial de ajuda de custo à parte autora, em decorrência do seu retorno ao TRF da 5ª Região, por haver interesse da Administração.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual é indevida a ajuda de custo no caso de remoção a pedido.
É o relatório.
Assiste razão à requerente.
A questão jurídica objeto do presente recurso já se encontra consolidada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, o qual, por meio do julgamento da PET n. 8345, decidiu que:
"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REMOÇÃO E PROCESSO SELETIVO. ART. 36, § ÚNICO, III, 'C' DA LEI 8.112/90. AJUDA DE CUSTO. ART. 53 DA LEI 8.112/90. INCABÍVEL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. LEI 10.259/2001. DIVERGÊNCIA DA TNU EM RELAÇÃO À JURISPRUDÊNCIA DO STJ. PROCEDÊNCIA.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. A Turma Nacional de Uniformização consignou que há o direito à percepção da ajuda de custo, para servidores removidos a pedido, em razão do entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça (AgRg no RESP 779.276/SC, Sexta turma, Rel. Min. Desembargador convocado Celso Limongi, DJ 18.5.2009; AgRg no RESP 714.297/SC, Sexta Turma, Rel. Min. Desembargadora convocada Jane Silva, DJ 1.12.2008).
2. A parte requerente alega que deveria ser aplicado o entendimento esposado no RESP 387.189/SC (Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJ 1º.8.2006) e, assim, não seria devido pagamento da ajuda de custo, na hipótese de remoção por força da alínea 'c' do inciso III do parágrafo único do art. 36 da Lei n. 8.112/90.
3. No caso da remoção de servidor, com fulcro na hipótese da alínea 'c' do inciso III do parágrafo único do art. 36, é evidente o descabimento do pagamento de ajuda de custo na forma do art. 53, todos da Lei n. 8.112/90 , uma vez que a oferta de vagas pela administração pública somente tem por objetivo racionalizar os interesses particulares dos servidores que, de forma contumaz, entram em conflito no que se refere à escolha de lotação; não há portanto, falar, nesse caso, em "interesse de serviço".
Pedido de uniformização julgado procedente. Pedido de liminar prejudicado."
(Pet 8.345/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/10/2014, DJe 12/11/2014)
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

(*) Republicado por ter saído no Diário Oficial da União, seção 1, página 336, no dia 20/11/2015 com incorreção no original.

PROCESSO: 0507084-17.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: SUELY VASCONCELOS CUNHA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB: CE-7576
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 36, caput, do RITNU, suscitado contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que negou seguimento ao incidente, pela aplicação da Sumula 42/TNU.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Conforme dispõe o art. 7º, § 1º, da Resolução 163/2011 (art. 16, §1º, do atual regimento interno - Resolução 345/2015), os julgados proferidos pelo presidente desta TNU são irrecorríveis.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, do RITNU, nego seguimento ao incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

(*) Republicado por ter saído no Diário Oficial da União, seção 1, página 128, no dia 16/10/2015 com incorreção no original.

PROCESSO: 0500613-10.2014.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ANTONIO SOARES PINHEIRO
PROC./ADV.: HEWERTON FERNANDES OAB: RN-5275
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 36, caput, do RITNU, suscitado contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que negou seguimento ao incidente, pela aplicação da Sumula 42/TNU.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Conforme dispõe o art. 7º, § 1º, da Resolução 163/2011 (art. 16, §1º, do atual regimento interno - Resolução 345/2015), os julgados proferidos pelo presidente desta TNU são irrecorríveis.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, do RITNU, nego seguimento ao incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

(*) Republicado por ter saído no Diário Oficial da União, seção 1, página 128, no dia 16/10/2015 com incorreção no original.

PROCESSO: 0504704-12.2010.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DE NAZARÉ TORRES ALBUQUERQUE
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVAOAB: CE 20.417
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora a contar da data determinada pelo expert como início da incapacidade (1.3.2010).
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados desta TNU, no sentido de que a data de início do benefício deve ser contada do requerimento administrativo.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram que a incapacidade da parte autora não ficou comprova em momento anterior ao requerimento administrativo, devendo permanecer a data fixada pelo juízo a quo.
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0516802-96.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA OAB: PB 18.596
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foi preenchido o requisito da miserabilidade.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados da TNU, no sentido de que "antes do advento da Lei nº 12.435/2011, a renda do filho maior de 21 anos não pode ser considerada no cálculo da renda per capita do grupo familiar".
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A TNU, por meio da Súmula 80, pacificou o entendimento no sentido de que
"Nos pedidos de benefício de prestação continuada (LOAS), tendo em vista o advento da Lei 12.470/11, para adequada valoração dos fatores ambientais, sociais, econômicos e pessoais que impactam na participação da pessoa com deficiência na sociedade, é necessária a realização de avaliação social por assistente social ou outras providências aptas a revelar a efetiva condição vivida no meio social pelo requerente.".
Dessa forma, as instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluiu pelo não preenchimento do requisito legal da miserabilidade para a concessão do benefício pleiteado.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501686-44.2014.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSE WELTON DE SOUZA
PROC./ADV.: NELSON GONÇALVES MACEDO MAGALHÃES OAB: CE 16650
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que a parte não possui incapacidade a longo prazo, não sendo necessária a análise acerca das condições pessoais no caso concreto.
Sustenta a parte requerente que a análise acerca do preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício deve ser feita juntamente com o exame das condições pessoais da parte.
É o relatório.
O recurso merece prosperar.
Esta TNU, por meio do PEDILEF 0504799-04.2008.4.05.8300, consolidou seu entendimento no sentido de que a incapacidade parcial e/ou temporária não constitui óbice à concessão do benefício, pois, nestes casos, a incapacidade deve ser conjugada com a análise das condições pessoais da parte demandante. Vejamos:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE. INCAPACIDADE PARCIAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
(...) 5. Entendo que a decisão recorrida contraria a jurisprudência uniformizada desta TNU, no sentido de que é possível a concessão de benefício assistencial quando a incapacidade mostra-se ao menos parcial e/ou temporária. Isso é o que se depreende do texto das suas Súmulas de números 029 e 048 e de diversos julgados (TNU, PEDILEF 05205624020114058300, Rel. Juiz Federal ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO, DOU 16/08/2013; TNU, PEDILEF 50364169320114047000, Rel. Juiz Federal ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA, DOU 22/03/2013; TNU, PEDILEF 05055337020084058100, Rel. Juiz Federal ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA, DOU 13/07/2012; TNU, PEDILEF 05037605020094058101, Rel. Juiz Federal VLADIMIR SANTOS VITOVSKY, DOU 08/06/2012; TNU, PEDILEF 05012039020094058101, Rel. Juiz Federal VANESSA VIEIRA DE MELLO, DOU 08/06/2012; TNU, PEDILEF 00138265320084013200, Rel. Juiz Federal ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA , DOU 09/03/2012; dentre outros). 6. Diante dessas considerações, o voto é por conhecer e dar parcial provimento ao presente incidente, para reafirmar o entendimento desta TNU de que a incapacidade laboral para fins de benefício assistencial não necessita ser total e permanente, devendo os autos retornar à Turma Recursal de origem para adequação do julgado, para que seja verificada a possibilidade concreta da segurada, considerando as suas capacidades residuais que não foram afetadas pela patologia e demais condições pessoais, de obter colocação no mercado de trabalho."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem, para a adequação do julgado e consequente análise das condições em comento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500556-04.2014.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ALUIZIO FIRMINO SAMPAIO
PROC./ADV.: RAMON FERNANDES RODRIGUES OAB: CE-14553
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não fora preenchido o requisito da miserabilidade.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados da TNU, no sentido de que, para a aferição da miserabilidade, deve ser analisada toda a estrutura social em que está inserido o postulante do benefício.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A TNU, por meio da Súmula 80, pacificou o entendimento no sentido de que

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

"Nos pedidos de benefício de prestação continuada (LOAS), tendo em vista o advento da Lei 12.470/11, para adequada valoração dos fatores ambientais, sociais, econômicos e pessoais que impactam na participação da pessoa com deficiência na sociedade, é necessária a realização de avaliação social por assistente social ou outras providências aptas a revelar a efetiva condição vivida no meio social pelo requerente.".
No caso concreto, verifica-se que as instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, decidiram que:
"o núcleo familiar é composto por 2 (duas) pessoas: o autor e sua esposa (anexo 2, doc. 3), sendo que esta recebe aposentadoria no valor de um salário-mínimo. Embora a mencionada renda possa ser desconsiderada do cálculo da renda per capita familiar, por se tratar de benefício previdenciário recebido por pessoa idosa, verifica-se, com base na perícia social realizada (anexo 8), que o grupo familiar não vivencia situação de vulnerabilidade social. Informa a assistente social que a família reside em casa própria, "construída em uma área muito ampla com 07 (sete) cômodos mais quintal, situada no centro da cidade, em ótimo estado de conservação, o chão feito em sua maioria de cerâmica não pondo em risco a segurança dos moradores". Outrossim, observa-se que a residência é guarnecida com vários bens como geladeira, fogão seis bocas, microondas, armários de cozinha, televisor, conjunto de mesa e seis cadeiras, cama casal, dois ventiladores e conjunto de sofás (fotos - anexo 9). Ademais, não há nos autos qualquer comprovação de gastos extraordinários que demonstre a hipossuficiência do grupo familiar. Não evidenciada, in casu, a situação de miserabilidade, não se mostra devido o benefício assistencial almejado".
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506903-02.2013.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDO SARAIVA DA SILVA
PROC./ADV.: EVELINE CARNEIRO OAB: CE 17775
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados desta TNU, no sentido de que restou comprovada a incapacidade para o trabalho. Aduz, ainda, nulidade do acórdão por ausência de fundamentação.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
De início, a análise acerca da tese de nulidade do acórdão encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação da incapacidade da parte autora para o trabalho.
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503567-53.2014.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ROSIMAR DA SILVA CARDOSO
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE 6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE 7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE 7068
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade à parte autora.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados desta TNU, no sentido de que comprovou a presença dos requisitos exigidos para a concessão do benefício. Aduz, ainda, nulidade do acórdão por ausência de fundamentação.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
De início, a análise acerca da tese de nulidade do acórdão encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado (carência).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509762-54.2014.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA JOSÉ NASCIMENTO SOUSA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE 6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE 7128
PROC./ADV.: ALYSSANDRA DE PAIVA PINHEIRO T. LIMA OAB: CE 16516
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE 7068
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade à parte autora.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados desta TNU, no sentido de que comprovou a presença dos requisitos exigidos para a concessão do benefício. Aduz, ainda, nulidade do acórdão por ausência de fundamentação.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
De início, a análise acerca da tese de nulidade do acórdão encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado (carência).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0512691-69.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA PEREIRA DE SOUSA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE 6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE 7128
PROC./ADV.: ALYSSANDRA DE PAIVA PINHEIRO T. LIMA OAB: CE 16516
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE 7068
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade à parte autora.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados desta TNU, no sentido de que comprovou a presença dos requisitos exigidos para a concessão do benefício. Aduz, ainda, nulidade do acórdão por ausência de fundamentação.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
De início, a análise acerca da tese de nulidade do acórdão encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado (condição de segurado especial no período de carência exigido).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500865-28.2014.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: IRACEMA BATISTA RODRIGUES
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO OAB: CE 12049
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado (carência).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501438-63.2014.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DE JESUS PINHEIRO LOPES
PROC./ADV.: KELLYTON AZEVEDO DE FIGUEIREDO OAB: CE 17762
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado (qualidade de segurado especial).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502872-24.2013.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA ALVES FREITAS
PROC./ADV.: GLEDSON MARTINS ARAÚJO OAB: CE 20910
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado (qualidade de segurado especial).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502453-76.2014.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIA PEDRO DE ARAÚJO
PROC./ADV.: ROZÁRIA NETA BOMFIM LACERDA OAB: CE 4224
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado (qualidade de segurado especial).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502396-58.2014.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIA MENDES DE ARAUJO
PROC./ADV.: MANOEL EDUARDO HONORATO DE OLIVEIRA OAB: CE 4224
PROC./ADV.: MARIA CAROLINE PEDROZA LIMA OAB: CE 29181
PROC./ADV.: NARA PINHEIRO RÊGO OAB: CE 28695
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado (qualidade de segurado especial).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504548-07.2013.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES MORAIS
PROC./ADV.: JOSÉ JOACY BESERRA JÚNIOR OAB: CE 20980
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado (qualidade de segurado especial).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506030-68.2014.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA ZILMA DANTAS FERREIRA
PROC./ADV.: CYNTIA NUNES TAVARES OAB: CE 25925
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado (qualidade de segurado especial).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502023-27.2014.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA RIBEIRO ROBERTO
PROC./ADV.: ANA JARVES SANTANA FARIAS OAB: CE 19906
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado (qualidade de segurado especial).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503151-73.2014.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA ELENITA DE SOUZA DA SILVA
PROC./ADV.: KELLYTON AZEVEDO DE FIGUEIREDO OAB: CE 17762
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado (qualidade de segurado especial).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502495-19.2014.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA HOLANDA DA SILVA BARBOSA
PROC./ADV.: JÚLIO CÉSAR RIBEIRO MAIA OAB: CE 6584
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado (qualidade de segurado especial).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511167-10.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: GOIBA MARIA CURE DE CARVALHO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, o qual foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510963-63.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: RUI BARBOSA DE OLIVERIA FILHO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, o qual foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506403-70.2012.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MARIA DA SOLEDADE ANDREZA DOS SANTOS
PROC./ADV.:YASSODARA RIBEIRO BATISTA OAB: CE 16.345

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal da origem que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte preencheu todos os requisitos para a concessão do benefício pleiteado.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0513016-17.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCO CABRAL VASCONCELOS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, o qual foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500691-16.2014.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO VIANA SILVA
PROC./ADV.: KELLYTON AZEVEDO DE FIGUEIREDO OAB: CE 17762
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado (qualidade de segurado especial).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506196-97.2014.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: LINDALVA FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, o qual foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509099-42.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA JOSÉ LIRA PEREIRA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, o qual foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502375-82.2014.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DE FATIMA FRANCO LIMA
PROC./ADV.: MANOEL EDUARDO HONORATO DE OLIVEIRA OAB: CE 8342
PROC./ADV.: MARIA CAROLINE PEDROZA LIMA OAB: CE 29181
PROC./ADV.: NARA PINHEIRO RÊGO OAB: CE 28695
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado (qualidade de segurado especial).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504902-78.2012.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: SEVERINO CASSEMIRO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, o qual foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502630-31.2014.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUCIA SANTOS DE SOUZA
PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA OAB: CE 6584
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado (qualidade de segurado especial).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501813-47.2012.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: DJALMA DIAS DINIZ
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, o qual foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507934-57.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ALDARINA RIBEIRO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
PROC./ADV.: JOSÉ NICODEMOS DE ARAÚJO JÚNIOR OAB: RN-6792
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, o qual foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502917-43.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO ANTONIO MORAIS DA COSTA
PROC./ADV.: SAMUEL FERREIRA ROLIM OAB: CE 24334
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado (qualidade de segurado especial).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501215-59.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: SEVERINO DO RAMO MENDES
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, o qual foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504508-97.2014.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MANOEL SEVERINO DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, o qual foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502330-97.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARLÚCIA DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, o qual foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508938-77.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: EVANDRO BARBOSA PINTO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, o qual foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0515772-96.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSÉ SOARES DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, o qual foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
Sustenta a parte requerente que o acórdão impugnado fere o postulado do devido processo legal e da ampla defesa, haja vista que exigir o recolhimento de preparo significa impedir, mesmo que indiretamente, a interposição de recurso.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007767-17.2012.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: ZULMIRA ALBERTO LINS
PROC./ADV.: LILLIAN MONICA DELGADO BRITO OAB: RR-842
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de adicional de periculosidade a servidor público federal lotado em unidade localizada na fronteira.
É o relatório.
Razão assiste à parte requerente.
A jurisprudência desta TNU, por meio do PEDILEF 0000789-14.2012.4.01.3201, DOU 5.12.2014, consolidou o entendimento nos seguintes termos:
CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR DO JUDICIÁRIO. FUNÇÃO COMISSIONADA. JUSTIÇA DO TRABALHO. ADICIONAL DE ATIVIDADE PENOSA. AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA. EQUIVALÊNCIA REMUNERATÓRIA COM OS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 339 DO STF E SÚMULA VINCULANTE N. 37/STF. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Cuidam os autos de ação ordinária ajuizada pelo Recorrido, ocupante de função comissionada no âmbito da Justiça do Trabalho (localidade de Tabatinga/AM) em face da União Federal objetivando perceber diferenças vencimentais a título de "adicional de atividade penosa", nos termos do Art. 7o., XXIII/CF e dos Artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90. Argumenta que, não obstante a ausência de regulamentação deste adicional pelo Conselho Superior da Magistratura Trabalhista (de resto, expressamente denegado, v.g., nos autos dos processos administrativos PP-4254-11.2011.5.90.0000 e CSJT-PP-264-75.2012.5.90.0000), tal lacuna pode vir a ser colmatada pela aplicação da Portaria n. PGR/MPU n 633/2010. 1.1. O Juiz Federal de Tabatinga/AM julgou procedente em parte a ação ordinária para o fim de condenar a União Federal a pagar em benefício do Autor o adicional de atividade penosa no valor de 20% do que percebe a título de função comissionada, e as diferenças devidas, a partir de 01.01.2011. A sentença foi confirmada, à unanimidade de votos, pela Turma Recursal do Amazonas. Admitido o pedido de uniformização, vieram os autos a mim distribuídos. 2. O adicional de atividade penosa, previsto nos artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90, é devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem. A respectiva percepção encontra-se condicionada, consoante a própria dicção legal (Art. 71), à regulamentação a ser estabelecida em caráter específico, fruto do exercício do poder regulamentar, inexistente no âmbito do Poder Judiciário Nacional (Vide PPN - 2012/00017, decidido pelo CJF). 3. Com efeito - é bom fixar o entendimento - o adicional de penosidade encontra-se previsto no artigo 7º, inciso XXIII da Constituição Federal/88, inserido no mundo jurídico juntamente com os adicionais de insalubridade e periculosidade. A Lei n.º 8.112/90, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, em seu art. 70, dispõe que "na concessão dos adicionais de atividades penosas, insalubres e de periculosidade serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica". Por sua vez, o artigo 71 da Lei 8.112/1990, prevê o adicional de penosidade, garantindo-o aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento. 3.1. Verifica-se, assim, que o artigo 71 é claro ao referir que o adicional de penosidade será devido ao servidor nos termos, condições e limites fixados em regulamento. Isto é, a própria lei definiu que o regulamento tem o condão de definir os termos, condições e limites para o pagamento da parcela em questão. Todavia, atualmente, não há qualquer previsão legal para definir ou caracterizar a atividade penosa no âmbito da Justiça do Trabalho, não sendo possível aplicar por analogia norma regulamentadora de outros órgãos, uma vez que, a Lei n. 8.112/1990 ao tratar da matéria condicionou o seu pagamento à existência de regulamento específico. Em conclusão, portanto, não se faz possível estender para os Servidores da Justiça do Trabalho o adicional de penosidade concedido pelo Ministério Público Federal. 4. Confira-se, a propósito, o seguinte Acórdão do STF, da Relatoria Min. Moreira Alves: Servidor público. Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. Art. 7º, XXIII, da Constituição Federal. - O artigo 39, § 2º, da Constituição Federal apenas estendeu aos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios alguns dos direitos sociais por meio de remissão, para não ser necessária a repetição de seus enunciados, mas com isso não quis significar que, quando algum deles dependesse de legislação infraconstitucional para ter eficácia, essa seria, no âmbito federal, estadual ou municipal, a trabalhista. Com efeito, por força da Carta Magna Federal, esses direitos sociais integrarão necessariamente o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mas, quando dependem de lei que os regulamente para dar eficácia plena aos dispositivos constitucionais de que eles decorrem, essa legislação infraconstitucional terá de ser, conforme o âmbito a que pertence o servidor público, da competência dos mencionados entes públicos que constituem a federação. Recurso extraordinário conhecido, mas não provido. (STF. RE 169173, Relator(a): Min. MOREIRA ALVES, Primeira Turma, julgado em 10/05/1996, DJ 16-05-1997 PP-19965 EMENT VOL-01869-03 PP-00508) 5. Por fim, há de se levar em conta a recente edição da Súmula Vinculante n. 37, do STF, incrementando o peso decisório da anterior Súmula 339: NÃO CABE AO PODER JUDICIÁRIO, QUE NÃO TEM FUNÇÃO LEGISLATIVA, AUMENTAR VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS SOB O FUNDAMENTO DE ISONOMIA. 7. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e provido para, reformando o Acórdão recorrido, julgar improcedente o pedido vestibular, invertendo-se os ônus sucumbenciais.
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0008086-82.2012.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: ANTÔNIA PEREIRA DE MATOS
PROC./ADV.: LILLIAN MONICA DELGADO BRITO OAB: RR-842
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de adicional de periculosidade a servidor público federal lotado em unidade localizada na fronteira.
É o relatório.
Razão assiste à parte requerente.
A jurisprudência desta TNU, por meio do PEDILEF 0000789-14.2012.4.01.3201, DOU 5.12.2014, consolidou o entendimento nos seguintes termos:
CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR DO JUDICIÁRIO. FUNÇÃO COMISSIONADA. JUSTIÇA DO TRABALHO. ADICIONAL DE ATIVIDADE PENOSA. AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA. EQUIVALÊNCIA REMUNERATÓRIA COM OS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 339 DO STF E SÚMULA VINCULANTE N. 37/STF. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Cuidam os autos de ação ordinária ajuizada pelo Recorrido, ocupante de função comissionada no âmbito da Justiça do Trabalho (localidade de Tabatinga/AM) em face da União Federal objetivando perceber diferenças vencimentais a título de "adicional de atividade penosa", nos termos do Art. 7o., XXIII/CF e dos Artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90. Argumenta que, não obstante a ausência de regulamentação deste adicional pelo Conselho Superior da Magistratura Trabalhista (de resto, expressamente denegado, v.g., nos autos dos processos administrativos PP-4254-11.2011.5.90.0000 e CSJT-PP-264-75.2012.5.90.0000), tal lacuna pode vir a ser colmatada pela aplicação da Portaria n. PGR/MPU n 633/2010. 1.1. O Juiz Federal de Tabatinga/AM julgou procedente em parte a ação ordinária para o fim de condenar a União Federal a pagar em benefício do Autor o adicional de atividade penosa no valor de 20% do que percebe a título de função comissionada, e as diferenças devidas, a partir de 01.01.2011. A sentença foi confirmada, à unanimidade de votos, pela Turma Recursal do Amazonas. Admitido o pedido de uniformização, vieram os autos a mim distribuídos. 2. O adicional de atividade penosa, previsto nos artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90, é devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem. A respectiva percepção encontra-se condicionada, consoante a própria dicção legal (Art. 71), à regulamentação a ser estabelecida em caráter específico, fruto do exercício do poder regulamentar, inexistente no âmbito do Poder Judiciário Nacional (Vide PPN - 2012/00017, decidido pelo CJF). 3. Com efeito - é bom fixar o entendimento - o adicional de penosidade encontra-se previsto no artigo 7º, inciso XXIII da Constituição Federal/88, inserido no mundo jurídico juntamente com os adicionais de insalubridade e periculosidade. A Lei n.º 8.112/90, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, em seu art. 70, dispõe que "na concessão dos adicionais de atividades penosas, insalubres e de periculosidade serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica". Por sua vez, o artigo 71 da Lei 8.112/1990, prevê o adicional de penosidade, garantindo-o aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento. 3.1. Verifica-se, assim, que o artigo 71 é claro ao referir que o adicional de penosidade será devido ao servidor nos termos, condições e limites fixados em regulamento. Isto é, a própria lei definiu que o regulamento tem o condão de definir os termos, condições e limites para o pagamento da parcela em questão. Todavia, atualmente, não há qualquer previsão legal para definir ou caracterizar a atividade penosa no âmbito da Justiça do Trabalho, não sendo possível aplicar por analogia norma regulamentadora de outros órgãos, uma vez que, a Lei n. 8.112/1990 ao tratar da matéria condicionou o seu pagamento à existência de regulamento específico. Em conclusão, portanto, não se faz possível estender para os Servidores da Justiça do Trabalho o adicional de penosidade concedido pelo

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério Público Federal. 4. Confira-se, a propósito, o seguinte Acórdão do STF, da Relatoria Min. Moreira Alves: Servidor público. Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. Art. 7º, XXIII, da Constituição Federal. - O artigo 39, § 2º, da Constituição Federal apenas estendeu aos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios alguns dos direitos sociais por meio de remissão, para não ser necessária a repetição de seus enunciados, mas com isso não quis significar que, quando algum deles dependesse de legislação infraconstitucional para ter eficácia, essa seria, no âmbito federal, estadual ou municipal, a trabalhista. Com efeito, por força da Carta Magna Federal, esses direitos sociais integrarão necessariamente o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mas, quando dependem de lei que os regulamente para dar eficácia plena aos dispositivos constitucionais de que eles decorrem, essa legislação infraconstitucional terá de ser, conforme o âmbito a que pertence o servidor público, da competência dos mencionados entes públicos que constituem a federação. Recurso extraordinário conhecido, mas não provido. (STF. RE 169173, Relator(a): Min. MOREIRA ALVES, Primeira Turma, julgado em 10/05/1996, DJ 16-05-1997 PP-19965 EMENT VOL-01869-03 PP-00508) 5. Por fim, há de se levar em conta a recente edição da Súmula Vinculante n. 37, do STF, incrementando o peso decisório da anterior Súmula 339: NÃO CABE AO PODER JUDICIÁRIO, QUE NÃO TEM FUNÇÃO LEGISLATIVA, AUMENTAR VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS SOB O FUNDAMENTO DE ISONOMIA. 7. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e provido para, reformando o Acórdão recorrido, julgar improcedente o pedido vestibular, invertendo-se os ônus sucumbenciais.
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505720-05.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DE LOURDES VIANA DA SILVA
PROC./ADV.: ADAUDETE PIRES DUARTE OAB: CE 18290
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado (qualidade de segurado especial).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0008100-66.2012.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: RICARDO MORAIS ALBUQUERQUE SILVA
PROC./ADV.: LILLIAN MONICA DELGADO BRITO OAB: RR-842
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de adicional de periculosidade a servidor público federal lotado em unidade localizada na fronteira.
É o relatório.
Razão assiste à parte requerente.
A jurisprudência desta TNU, por meio do PEDILEF 0000789-14.2012.4.01.3201, DOU 5.12.2014, consolidou o entendimento nos seguintes termos:
CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR DO JUDICIÁRIO. FUNÇÃO COMISSIONADA. JUSTIÇA DO TRABALHO. ADICIONAL DE ATIVIDADE PENOSA. AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA. EQUIVALÊNCIA REMUNERATÓRIA COM OS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 339 DO STF E SÚMULA VINCULANTE N. 37/STF. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Cuidam os autos de ação ordinária ajuizada pelo Recorrido, ocupante de função comissionada no âmbito da Justiça do Trabalho (localidade de Tabatinga/AM) em face da União Federal objetivando perceber diferenças vencimentais a título de "adicional de atividade penosa", nos termos do Art. 7o., XXIII/CF e dos Artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90. Argumenta que, não obstante a ausência de regulamentação deste adicional pelo Conselho Superior da Magistratura Trabalhista (de resto, expressamente denegado, v.g., nos autos dos processos administrativos PP-4254-11.2011.5.90.0000 e CSJT-PP-264-75.2012.5.90.0000), tal lacuna pode vir a ser colmatada pela aplicação da Portaria n. PGR/MPU n 633/2010. 1.1. O Juiz Federal de Tabatinga/AM julgou procedente em parte a ação ordinária para o fim de condenar a União Federal a pagar em benefício do Autor o adicional de atividade penosa no valor de 20% do que percebe a título de função comissionada, e as diferenças devidas, a partir de 01.01.2011. A sentença foi confirmada, à unanimidade de votos, pela Turma Recursal do Amazonas. Admitido o pedido de uniformização, vieram os autos a mim distribuídos. 2. O adicional de atividade penosa, previsto nos artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90, é devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem. A respectiva percepção encontra-se condicionada, consoante a própria dicção legal (Art. 71), à regulamentação a ser estabelecida em caráter específico, fruto do exercício do poder regulamentar, inexistente no âmbito do Poder Judiciário Nacional (Vide PPN - 2012/00017, decidido pelo CJF). 3. Com efeito - é bom fixar o entendimento - o adicional de penosidade encontra-se previsto no artigo 7º, inciso XXIII da Constituição Federal/88, inserido no mundo jurídico juntamente com os adicionais de insalubridade e periculosidade. A Lei n.º 8.112/90, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, em seu art. 70, dispõe que "na concessão dos adicionais de atividades penosas, insalubres e de periculosidade serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica". Por sua vez, o artigo 71 da Lei 8.112/1990, prevê o adicional de penosidade, garantindo-o aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento. 3.1. Verifica-se, assim, que o artigo 71 é claro ao referir que o adicional de penosidade será devido ao servidor nos termos, condições e limites fixados em regulamento. Isto é, a própria lei definiu que o regulamento tem o condão de definir os termos, condições e limites para o pagamento da parcela em questão. Todavia, atualmente, não há qualquer previsão legal para definir ou caracterizar a atividade penosa no âmbito da Justiça do Trabalho, não sendo possível aplicar por analogia norma regulamentadora de outros órgãos, uma vez que, a Lei n. 8.112/1990 ao tratar da matéria condicionou o seu pagamento à existência de regulamento específico. Em conclusão, portanto, não se faz possível estender para os Servidores da Justiça do Trabalho o adicional de penosidade concedido pelo Ministério Público Federal. 4. Confira-se, a propósito, o seguinte Acórdão do STF, da Relatoria Min. Moreira Alves: Servidor público. Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. Art. 7º, XXIII, da Constituição Federal. - O artigo 39, § 2º, da Constituição Federal apenas estendeu aos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios alguns dos direitos sociais por meio de remissão, para não ser necessária a repetição de seus enunciados, mas com isso não quis significar que, quando algum deles dependesse de legislação infraconstitucional para ter eficácia, essa seria, no âmbito federal, estadual ou municipal, a trabalhista. Com efeito, por força da Carta Magna Federal, esses direitos sociais integrarão necessariamente o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mas, quando dependem de lei que os regulamente para dar eficácia plena aos dispositivos constitucionais de que eles decorrem, essa legislação infraconstitucional terá de ser, conforme o âmbito a que pertence o servidor público, da competência dos mencionados entes públicos que constituem a federação. Recurso extraordinário conhecido, mas não provido. (STF. RE 169173, Relator(a): Min. MOREIRA ALVES, Primeira Turma, julgado em 10/05/1996, DJ 16-05-1997 PP-19965 EMENT VOL-01869-03 PP-00508) 5. Por fim, há de se levar em conta a recente edição da Súmula Vinculante n. 37, do STF, incrementando o peso decisório da anterior Súmula 339: NÃO CABE AO PODER JUDICIÁRIO, QUE NÃO TEM FUNÇÃO LEGISLATIVA, AUMENTAR VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS SOB O FUNDAMENTO DE ISONOMIA. 7. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e provido para, reformando o Acórdão recorrido, julgar improcedente o pedido vestibular, invertendo-se os ônus sucumbenciais.
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509271-81.2013.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ MARIA SOUZA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE 6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE 7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE 7068
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade à parte autora.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados desta TNU, no sentido de que comprovou a presença dos requisitos exigidos para a concessão do benefício. Aduz, ainda, nulidade do acórdão por ausência de fundamentação.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
De início, a análise acerca da tese de nulidade do acórdão encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado (carência).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501309-14.2012.4.05.8306
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA PACHECO DE LIMA
PROC./ADV.:ERIVALDO HENRIQUE DE MELO MEDEIROS OAB:PE-18631

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, acolheu o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora, ao fundamento de que foram cumpridos os requisitos para sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado, pela comprovação da sua condição de segurado especial.
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0513872-15.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSÉ EDUARDO VILA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Recebo o agravo regimental pela parte ora requerente como o incidente constante do § 2º do art. 34 do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, verbis:
§ 2º Inadmitido o incidente, a parte poderá requerer, nos próprios autos, no prazo de dez dias, que o feito seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, determino a remessa dos autos ao STJ.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507893-27.2012.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JAMILE FLORÊNCIO MENEZES
PROC./ADV.: CLÍNIO DE OLIVEIRA MEMÓRIA CORDEIRO OAB: CE 20281
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram que a parte autora não comprovou o requisito da miserabilidade.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0512125-51.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUIS SILVINO DA SILVA
PROC./ADV.: -
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram que a parte autora não comprovou o requisito da incapacidade.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0523963-94.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA DOS SANTOS MARQUES
PROC./ADV.: MARCÍLIO LELIS PRATA OAB: CE 24.530
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram que a parte autora não comprovou os requisitos da incapacidade e da miserabilidade.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0521630-72.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FERNANDO LOPES DA SILVA
PROC./ADV.: MARCÍLIO LELIS PRATA OAB: CE 24530
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram que a parte autora não comprovou o requisito da miserabilidade.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504446-94.2013.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTÔNIA FERREIRA MELO
PROC./ADV.: MARCÍLIO LELIS PRATA OAB: CE 24530
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram que a parte autora não comprovou o requisito da incapacidade.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007119-28.2011.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JACKSON DA SILVA SANTOS
PROC./ADV.: FERNANDO ODA E SILVA OAB: GO-34013
REPRESENTANTE LEGAL: CIDNALVA ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: FERNANDO ODA E SILVA OAB: GO-34013
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que concedeu benefício assistencial.
A parte requerente entende que não há as condições para o gozo do benefício.
Decido.
O aresto proferido na origem determinou que o requerido cumpre os requisitos para o recebimento do benefício, com respaldo de laudo socioeconômico.
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504196-12.2014.4.05.8302
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: MARCOS JOSÉ BERNARDO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou benefício assistencial.
A parte requerente entende que há as condições para o gozo do benefício.
Decido.
O aresto proferido na origem determinou que o requerente não cumpre os requisitos para o recebimento do benefício.
Confira-se: "No caso, apesar de o autor ser portador de surdo-mudez, tal deficiência não o impediu de exercer o labor como operador de forno (01/08/89 a 06/09/89), auxiliar de serviços gerais (01/08/93 a 16/08/93), servente de pedreiro (01/08/98 a 17/03/04) e como servente geral em data recente (01/06/05 a 01/09/11). Além disso, o autor mora em zona urbana de Caruaru, mora sozinho, tem 49 anos, consegue ter uma vida independente, inclusive vive sozinho, apresenta calosidades grosseiras em suas mãos, de modo a demonstrar a viabilidade de obter o próprio sustento, sobretudo em atividades que exijam esforço físico, para os quais o mesmo já tem experiência"
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506088-59.2014.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: ELIZÂNGELA GOIANA DA SILVA
PROC./ADV.: PAULIANNE ALEXANDRE TENÓRIO OAB: PE 20.070
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou benefício assistencial.
A parte requerente entende que há as condições para o gozo do benefício.
Decido.
O aresto proferido na origem determinou que o requerente não cumpre os requisitos para o recebimento do benefício, com base no laudo socioeconômico.
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502037-81.2014.4.05.8307
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: ERIVALDO LUIS DA SILVA
PROC./ADV.: THIAGO CANTARELLI DE A. L. ALBUQUERQUE OAB: PE-28498
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REPRESENTANTE LEGAL: ERIVALDA BEZERRA DA SILVA
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou benefício assistencial.
A parte requerente entende que há as condições para o gozo do benefício.
Decido.
O aresto proferido na origem determinou que o requerente não cumpre os requisitos para o recebimento do benefício, com base no laudo socioeconômico.
Confira-se: "Assim, ainda que seja alegado que a renda per capita seja inferior a ¼ do salário-mínimo, as condições de vida do grupo familiar verificadas dão conta de que há renda suficiente para uma vida sem vulnerabilidade social, pois se verificam boas condições financeiras para aquisição de uma televisão 32 polegadas de tela plana e móveis novos, como também produtos de beleza, situação retratada que não condiz com a miséria exigida pela lei como requisito para concessão do benefício requestado"
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0501724-26.2014.4.05.8306
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: SEVERINA DOS SANTOS MARTINS DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PE-573
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou benefício assistencial.
A parte requerente entende que há as condições para o gozo do benefício.
Decido.
O aresto proferido na origem determinou que o requerente não cumpre os requisitos para o recebimento do benefício, com base no laudo socioeconômico.
Confira-se: "Tendo em vista esse entendimento, e analisando detidamente a prova dos autos, em especial o mandado de verificação/perícia social, sobretudo as fotos da residência da requerente, observo que esta não se encontra em situação de miserabilidade, não sendo necessária a proteção do Estado, que deve se dar apenas de modo subsidiário. Vê-se claramente que não se trata de grupo familiar miserável, mas apenas pobre. De se salientar que muitos brasileiros garantem seu sustento na informalidade. Assim, ainda que seja alegado que a renda per capita seja inferior a ¼ do salário-mínimo, as condições de vida do grupo familiar verificadas dão conta que existe outras rendas não declaradas.Além de ser constatado um bom estado de conservação da residência da parte autora, observa-se que é de alvenaria, guarnecida por móveis também em bom estado de conservação, piso de cerâmica em toda a casa e alguns eletrodomésticos (fogão de seis bocas, DVD e geladeira duplex, por exemplo)".
Observa-se que a Corte de origem concluiu que no caso dos autos, a renda per capita não seria inferior ao limite legal e afastou a miserabilidade alegada.
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0523287-83.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ ROBERTO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: FRANCISCO CORDEIRO ANGELO OAB: CE 22.693
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de beneficio assistencial à parte autora.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados desta TNU, no sentido de que restou comprovada a incapacidade para o trabalho. Aduz, ainda, nulidade da sentença a fim de que nova perícia seja realizada.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
De início, a análise acerca da tese de cerceamento de defesa encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação da incapacidade da parte autora para o trabalho.
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501724-26.2014.4.05.8306
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: SEVERINA DOS SANTOS MARTINS DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PE-573
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou benefício assistencial.
A parte requerente entende que há as condições para o gozo do benefício.
Decido.
O aresto proferido na origem determinou que o requerente não cumpre os requisitos para o recebimento do benefício, com base no laudo socioeconômico.
Confira-se: "- Tendo em vista esse entendimento, e analisando detidamente a prova dos autos, em especial o mandado de verificação/perícia social, sobretudo as fotos da residência da requerente, observo que esta não se encontra em situação de miserabilidade, não sendo necessária a proteção do Estado, que deve se dar apenas de modo subsidiário. Vê-se claramente que não se trata de grupo familiar miserável, mas apenas pobre. De se salientar que muitos brasileiros garantem seu sustento na informalidade. Assim, ainda que seja alegado que a renda per capita seja inferior a ¼ do salário-mínimo, as condições de vida do grupo familiar verificadas dão conta que existem outras rendas não declaradas"
Observa-se que a Corte de origem concluiu que no caso dos autos, a renda per capita não seria inferior ao limite legal e afastou a miserabilidade alegada.
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510141-93.2008.4.05.8300
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA JOSE DA SILVA FILHA
PROC./ADV.: DEOLINDA PATRÍCIA CORREIA ALVES OAB: PE-19853

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de benefício assistencial.
Decido.
Há de reconhecida a nulidade do acórdão proferido na origem, ante a ausência de análise da tese apresentada pelo INSS de impossibilidade de cumulação do benefício assistencial com pensão por morte.
Cabe a aplicação da Questão de Ordem n. 20: "Se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito."
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, para completo julgamento da lide.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0518064-63.2014.4.05.8300
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: ELIZÂNGELA GOIANA DA SILVA
PROC./ADV.: PAULIANNE ALEXANDRE TENÓRIO OAB: PE 20.070
PROC./ADV.: GUILHERME LUÍS NEVES DE OLIVEIRA ADVÍNCULA
OAB: PE-34578
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou benefício social.
Decido.
A Corte de origem decidiu que o autor não cumpre os requisitos necessários à concessão de benefício.
Confira-se: "A sentença recorrida não merece reparos. No caso, quanto ao primeiro requisito, trata-se de portadora do vírus HIV, o que levanta a necessidade de uma apreciação mais profunda da situação. É sabido que os acometidos por esta enfermidade carregam consigo um estigma por toda a vida, o que compromete a procura por um emprego. Em que pese o laudo pericial (anexo 15) ter fixado como parcial e definitiva a incapacidade da autora, a sentença a converteu em total. Quanto à miserabilidade, verifico o não preenchimento deste requisito. A perícia social (anexos 18 e 19) é conclusiva ao comprovar que a autora não experimenta situação de vulnerabilidade social"
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 19 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502971-88.2013.4.05.8302
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: AGDA SOARES DE CARVALHO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERENTE: AGNALDO DA SILVA CARVALHO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou benefício social.
Decido.
A Corte de origem decidiu que o autor não cumpre os requisitos necessários à concessão de benefício.
Confira-se: "Desse modo, entendo que o grupo familiar possui renda não declarada nos autos, incompatível com uma situação de penúria social e hipossuficiência econômica, sendo certo que a finalidade do benefício assistencial não é possibilitar maior conforto ao pretenso beneficiário, mas amparar aquele que, de fato, vive em situação de extrema miséria, o que não é o caso dos autos"
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 19 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5039917-75.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: PAULO ROBERTO DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que não acolheu pleito de concessão de benefício assistencial.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5004343-94.2013.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOSÉ CARLOS DE MENESES
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que não acolheu pleito de benefício assistencial.
Decido.
O aresto na origem, com base no laudo socioeconômico, considerou que não há razão para a concessão do benefício.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 19 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001347-47.2014.4.04.7015
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ISAURA DE FREITAS
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que não acolheu pleito de benefício assistencial.
Decido.
O aresto na origem, com base no laudo socioeconômico, considerou que não há razão para a concessão do benefício.
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 19 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508501-54.2014.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA DA GLÓRIA JANUÁRIO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que acolheu pleito de benefício assistencial, mas não fixou a DIB na data do requerimento administrativo.
Decido.
O aresto na origem fixou que "Em relação ao pedido da postulante para fixação da DIB na DER (11.12.2013), não merece acolhimento. De acordo com o perito judicial, a incapacidade da requerente teve início em 12.07.2014, ou seja, após a DER".
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507786-14.2011.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOSÉ BARBOSA DE LIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que não acolheu pleito de benefício assistencial.
Decido.
O aresto na origem fixou que "a renda per capita familiar não é inferior a ½ salário mínimo, ademais, os gastos informados nos autos não demonstram uma situação concreta de miserabilidade do postulante"
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506303-44.2014.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOSÉ MOREIRA DE BRITO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que não acolheu pleito de benefício assistencial.
Decido.
O aresto na origem fixou que "O perito judicial atestou que o requerente é portador de gastrite crônica, de doença alcoólica do fígado e de hipertensão arterial, apresentando impossibilidade temporária de exercer sua atividade laboral. Acrescentou que, "para uma avaliação compatível com o benefício BPC/LOAS, tem-se que tal condição, provavelmente, não gera impedimentos de longo prazo."
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511354-36.2014.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOSÉ CASSIANO DOS SANTOS
PROC./ADV.: JUSSARA TAVARES SANTOS SOUSA OAB: PB-12519 REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou benefício assistencial pleiteado.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511526-75.2014.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: LEONARDO DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que não acolheu pleito de benefício assistencial.
Decido.
O aresto na origem fixou que "Conforme consta no laudo pericial, o autor tem 28 anos, trabalhou como auxiliar de serviços gerais até quatro anos atrás, quando foi demitido e reside no Conde/PB. Ele é portador de "Fratura do joelho e tornozelo esquerdo, com bom resultado de tratamento, de CID-10 S 82.3", apresentando boa mobilidade funcional e amplitude de movimentos articulares. De acordo com o perito judicial, a patologia do requerente não influi no exercício de sua atividade habitual. Assim, não havendo reconhecimento da incapacidade, é de se manter a sentença que julgou improcedente o pedido"
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0514529-38.2014.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOSELMA MARIA DA SILVA OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA OAB: PB-11662-B
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que não acolheu pleito de benefício assistencial.
Decido.
O aresto na origem fixou que "No caso em análise, não restou comprovado o requisito da hipossuficiência. A renda per capita familiar é superior a ½ salário mínimo, ademais, as provas anexadas aos autos não demonstram uma situação concreta de miserabilidade capaz de ensejar a concessão do benefício pleiteado"
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505147-91.2014.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: MARIA DOS SANTOS
PROC./ADV.: ANDRESS AMADEUS P. SANTOS OAB: SE-7 875
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou o pleito de aposentadoria rural por idade.
Decido.
O aresto exarado na origem negou o pleito ante a ausência de provas da condição de rurícola.
Confira-se: Analisando a documentação acostada, entendo que a parte autora não apresentou qualquer documento que pudesse servir como início de prova material do exercício da atividade rural.
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006944-90.2009.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
REQUERIDO(A): ELIZABET DE OLIVEIRA BATISTA
PROC./ADV.: JOSÉ CARLOS NASSER OAB: SP-23445

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que concedeu o pleito de aposentadoria rural por idade.
Decido.
O aresto exarado na origem concedeu o pleito ante a comprovação da condição de rurícola.
Confira-se: Com efeito, os referidos documentos que instruíram a petição inicial tem o condão de firmarem-se como início de prova material, exigida legalmente, trazendo elementos indiciários de que a parte autora realmente foi trabalhadora rural. Ressalto, ainda, que as testemunhas ouvidas não deixaram margem à dúvida de que a autora realmente exerceu atividades rurais pelo tempo e no local descritos na inicial"

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003085-48.2009.4.03.6308
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: AUGUSTA SIQUEIRA DE SOUZA
PROC./ADV.: JOSÉ BRUN JÚNIOR OAB: SP-128366
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou o pleito de aposentadoria rural por idade.
Decido.
O aresto exarado na origem negou o pleito ante a ausência da comprovação de rurícola ante a inexistência de comprovação de trabalho rural entre 1996-2003
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501578-13.2013.4.05.8308
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MANOEL ANTÔNIO DO BOMFIM
PROC./ADV.: ELVAN LOUREIRO DE BARROS CORREIA OAB: PE-1065
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que concedeu o pleito de aposentadoria rural por idade.
Decido.
O aresto exarado na origem concedeu o pleito com base nos elementos inserto nos autos do presente feito.
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502486-66.2014.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JEANE DE SOUZA COSTA
PROC./ADV.: SAYONARA TAVARES SANTOS SOUSA OAB: PB-10 523
PROC./ADV.: JUSSARA TAVARES SANTOS SOUSA OAB: PB-12519
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou pleito de benefício social por idade.
Decido.
O aresto exarado na origem negou o pleito com base nos elementos dos autos.
Confira-se: "Desse modo, analisando as condições pessoais da requerente, observa-se que ela é jovem e reside na zona urbana do município de Campina Grande. Ademais, o benefício foi requerido administrativamente em 2004, o que demonstra que a promovente teve condições financeiras de se manter por todo esse período"
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.50.52.000996-3
ORIGEM: Seção Judiciária do Espírito Santo
REQUERENTE: DEUZIMAR PINTO DA PENHA
PROC./ADV.: EDGAR VALLE DE SOUZA OAB: ES-8522
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou pleito de benefício assistencial.
Decido.
O aresto exarado na origem negou o pleito com base nos elementos dos autos, fixando, conforme laudo pericial, inexistir incapacidade laborativa.
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Cabe apenas referir que inexiste o cerceamento de defesa alegado, porquanto a Corte de origem se debruçou sobre os questionamentos feitos, rechaçando a necessidade de renovação da perícia
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511986-96.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ROSILENE ALVES MARIANO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou o recebimento do benefício assistencial desde o requerimento administrativo.
Decido.
O aresto exarado na origem negou o pleito com base nos elementos dos autos.
Confira-se: "O especialista informou no laudo pericial que apenas em 2012 a autora apresentou agravamento considerável do quadro'
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506330-27.2014.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MÁRIA CRISTINA MARTINHO DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou o recebimento do benefício assistencial desde o requerimento administrativo.
Decido.
O aresto exarado na origem negou o pleito com base nos elementos dos autos.
Confira-se: "No caso em análise, o perito judicial respondeu que a incapacidade da autora teve início desde 11/02/2014, conforme atestado médico. Assim, considerando que o início da incapacidade foi posterior à DER (27/11/2013) e anterior ao ajuizamento da ação (24/05/2014), a data de início do benefício deve ser fixada na data de citação, conforme entendimento firmado no STJ sob o rito dos recursos repetitivos (REsp 1.369.165/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, Primeira Seção, DJe 07/03/2014) .
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ademais, a pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501784-14.2014.4.05.8204
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: GIVONETE TARGINO DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA OAB: PB-11662-B
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou benefício assistencial
Decido.
Inexiste identidade entre os acórdãos postos em confronto.
Assim, incide, à espécie, a Questão de Ordem 22 da TNU: "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
Ademais, a pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500113-62.2014.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: CLEMILCIO ARAUJO DA SILVA
PROC./ADV.: JUSSARA TAVARES SANTOS SOUSA OAB: PB-12519
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que não concedeu benefício assistencial
Decido.
A Corte de origem fixou de modo objetivo que não houve a comprovação dos requisitos para concessão de benefício.
Confira-se: "O benefício de amparo assistencial ao idoso e ao portador de deficiência é destinado a amparar e proteger aqueles que se encontram em situação de miserabilidade que põe em risco a sua própria subsistência, o que não restou comprovado no caso em epígrafe"
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0504749-08.2013.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CHRISLAINE DEMILLE GONÇALVES DINIZ
PROC./ADV.: MANOEL ENÉAS DE FIGUEIREDO NETO OAB: PB-3510
PROC./ADV.: WESLEY HOLANDA ALBUQUERQUE OAB: PB-16980

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que concedeu benefício assistencial
Decido.
A Corte de origem fixou de modo objetivo que houve a comprovação dos requisitos para concessão de benefício.
Confira-se: "Ademais, cumpre ressaltar que acórdão e sentença analisaram detidamente a condição de miserabilidade, conforme se lê na sentença, mantida pelos próprios fundamentos pelo acórdão: "Ora, o grupo familiar da autora é composto por três pessoas, sendo duas delas menores, um das quais ainda é portadora de enfermidade que a incapacita para a vida independente, conforme reconhecido pela autarquia promovida, e acarreta despesas que superam o valor dos proventos recebidos por sua genitora, único membro do grupo familiar capaz de prover o sustento do mesmo."
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0032557-81.2010.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FERENC BANKUTI
PROC./ADV.: FRANCISCO ISIDORO ALOISE OAB: SP-33188

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, que teve por fundamento a ausência de interesse recursal.
Observo que as razões trazidas no agravo não combateram especificamente os fundamentos ofertados na decisão que inadmitiu o incidente de uniformização.
Incide, por analogia, a Questão de Ordem 18/TNU, que dispõe: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
No mesmo sentido, cabe aplicar, por analogia, os enunciados 182/STJ e 283/STF.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5029680-59.2011.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: DILCE DOS SANTOS UGIONI PICOLO
PROC./ADV.: ALCIDES BIER DOS SANTOS OAB: PR-17319
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que reconheceu que transcorrera o prazo decadencial para revisão do benefício.
É o relatório.
O aresto exarado na Turma Recursal segue o entendimento do Superior Tribunal de Justiça segundo qual " Primeira Seção, alinhando-se à jurisprudência da Corte Especial e revisando a orientação adotada pela Terceira Seção antes da mudança de competência instituída pe la Emenda Regimental STJ 14/2011, firmou o entendimento - com relação ao direito de revisão dos benefícios concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, que alterou o caput do art. 103 da Lei de Benefícios - de que "o termo inicial do prazo de decadência do direito ou da ação visando à sua revisão tem como termo inicial a data em que entrou em vigor a norma fixando o referido prazo decenal (28.6.1997)"
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003299-90.2011.4.04.7007
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LUIZ ARTUR BARBOSA
PROC./ADV.: ALCIDES BIER DOS SANTOS OAB: PR-17319
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que reconheceu que transcorrera o prazo decadencial para revisão do benefício.
É o relatório.
O aresto exarado na Turma Recursal segue o entendimento do Superior Tribunal de Justiça segundo qual " Primeira Seção, alinhando-se à jurisprudência da Corte Especial e revisando a orientação adotada pela Terceira Seção antes da mudança de competência instituída pe la Emenda Regimental STJ 14/2011, firmou o entendimento - com relação ao direito de revisão dos benefícios concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, que alterou o caput do art. 103 da Lei de Benefícios - de que "o termo inicial do prazo de decadência do direito ou da ação visando à sua revisão tem como termo inicial a data em que entrou em vigor a norma fixando o referido prazo decenal (28.6.1997)"
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5004010-55.2012.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SATURNINO FAGUNDES ALMEIDA
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que acolheu o pleito da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.
O INSS alega que ser descabida a revisão do benefício ante a ocorrência de prescrição.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 5007045-38.2012.4.04.7101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:
"PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."
Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002368-95.2013.4.04.7014
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUIZ CARLOS LOPES
PROC./ADV.: ANDERSON MACOHIN OAB: SC-23056

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que acolheu o pleito da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.
O INSS alega que ser descabida a revisão do benefício ante a ocorrência de prescrição.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 5007045-38.2012.4.04.7101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:
"PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."
Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5010762-04.2011.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VICTOR TEODORO DOS SANTOS
PROC./ADV.: CLÁUDIO ITO OAB: PR-47606
PROC./ADV.: DANIEL RODRIGUES BRIANEZ OAB: PR-42 454
PROC./ADV.: THIAGO BUENO RECHE OAB: PR-45 800
PROC./ADV.: ROGÉRIO ZARPELAM XAVIER OAB: PR-49 320

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que não reconheceu apenas em parte a averbação de tempo de serviço rural.
Decido.
O acórdão recorrido assim entendeu: "Por fim, não vislumbro a possibilidade de averbação do alegado trabalho desenvolvido de 01/01/1985 a 31/10/1989, uma vez que, embora as testemunhas tenham dito genericamente que o autor abandonou as lides rurais quando passou a trabalhar na fábrica de papel, nenhuma delas soube precisar o momento em que tal fato ocorreu. Também, como bem ponderado pelo Juízo singular, a parte autora possui vínculo empregatício urbano, devidamente reconhecido pela autarquia previdenciária de 01/11/1988 a 25/04/2000, o que elimina qualquer possibilidade de reconhecimento do labor rural no período concomitante. Visto isso, os depoimento não são uníssonos e robustos quanto à atividade prestada pelo autor de 01/01/1985 a 31/10/1988, de modo que a improcedência do pedido é medida que se impõe"
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 19 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5035985-25.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
REQUERIDO(A): ELIAS DE OLIVEIRA SANTOS
PROC./ADV.: MARCO ANTÔNIO ANDRAUS OAB: PR-26193

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que afastou a decadência para revisão de benefício ante a existência de reclamatória trabalhista.
É o relatório.
O aresto proferido na Turma Recursal está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria, segundo o qual, "Na hipótese de existir reclamação trabalhista em que se reconhece parcelas remuneratórias, como a do presente caso, o STJ vem sedimentando entendimento no sentido de que o prazo de decadência do direito à revisão do ato de concessão do benefício flui a partir do trânsito da sentença trabalhista (REsp 1440868/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/04/2014, DJe 02/05/2014)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5051679-68.2011.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOAO FERMIANO MACHADO
PROC./ADV.: JONAS BORGES OAB: PR-30534
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que reconheceu que transcorrera o prazo decadencial para revisão do benefício.
É o relatório.
O aresto exarado na Turma Recursal segue o entendimento do Superior Tribunal de Justiça segundo qual " Primeira Seção, alinhando-se à jurisprudência da Corte Especial e revisando a orientação adotada pela Terceira Seção antes da mudança de competência instituída pe la Emenda Regimental STJ 14/2011, firmou o entendimento - com relação ao direito de revisão dos benefícios concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, que alterou o caput do art. 103 da Lei de Benefícios - de que "o termo inicial do prazo de decadência do direito ou da ação visando à sua revisão tem como termo inicial a data em que entrou em vigor a norma fixando o referido prazo decenal (28.6.1997)"
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001531-64.2012.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: HENRIQUE QUARESMA DA COSTA
PROC./ADV.: JOSÉ ANTÔNIO QUINTELA COUTO
OAB: SP-23824
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que reconheceu a decadência em pleito que busca revisão de aposentadoria por invalidez,,
Sustenta o requerente que haver o direito à revisão, não se aplicado o prazo disposto no artigo 103 da Lei 8.213/91
É o relatório.
A jurisprudência desta TNU se consolidou no mesmo sentido do aresto proferido na origem. A saber:
PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. APOSENTADORIA POR PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DA RMI DO BENEFÍCIO DERIVADO COM BASE NA APLICAÇÃO DA SÚMULA 260 DO EXTINTO TFR NO BENEFÍCIO ORIGINÁRIO. DECADÊNCIA. INCIDENTE CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto contra acórdão da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco, que negou provimento ao recurso da parte autora, mantendo a sentença de primeiro grau, a qual havia julgado improcedente o pedido formulado na inicial, tendo em vista que o direito à revisão pretendida foi atingido pela decadência. Colhe-se do acórdão a fundamentação que segue: "[...] VOTO PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA DO DIREITO DE REVISÃO. CONSUMAÇÃO DO PRAZO DECENAL. ART. 103, CAPUT, LEI Nº 8.213/91. ENTENDIMENTO DA TNU. RECURSO INOMINADO IMPROVIDO. - Trata-se de recurso interposto contra sentença que julgou improcedente o pedido de revisão de benefício previdenciário. - Preliminarmente, no que tange à decadência, esclareça-se que esta c. Primeira Turma vinha entendendo pela inaplicabilidade da norma inserta no art. 103, da Lei nº 8.213/91, aos benefícios concedidos anteriormente a 1997, data da publicação da Medida Provisória nº 1.523/97, de 27 de junho de 1997 (convertida na Lei 9.528/1997). - A despeito de tal juízo, convém anotar, por oportuno, que a c. Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, na sessão de 8 de fevereiro de 2010, revendo o seu posicionamento, modificou seu anterior entendimento quanto ao tema, de modo a estender a aplicação do mencionado preceptivo legal também aos benefícios previdenciários concedidos antes da vigência daquela Medida Provisória (PEDILEF nº 2006.70.50.007063-9). - Ainda que o Superior Tribunal de Justiça já possua entendimento no sentido de que a decadência instituída pela Lei n.º 9.528/97 não atinge os benefícios concedidos antes do seu advento, não adotou o mesmo entendimento quanto à decadência administrativa prevista no art. 54 da Lei n.º 9.784/99, em relação à qual se admite a aplicação para fatos ocorridos anteriores, desde que se tome como termo inicial do prazo, a data da vigência da lei. - Ademais, se existe a previsão do art. 14, §4º, da Lei n.º 10.259/2001, é exatamente em face da possibilidade de haver divergência entre o entendimento pacificado no STJ e aquele adotado pela TNU, competindo àquele, em seguida, se provocado, dirimir a divergência, oportunidade em que poderá modificar o entendimento antes sedimentado ou confirmá-lo. Ainda que o ideal seja uniformizar-se o máximo possível os entendimentos das cortes jurisdicionais sobre a matéria, as divergências permitem a oxigenação das cortes, para que atentem a questões antes não vislumbradas, inclusive de ordem constitucional, caso em que o último órgão a dizer o direito aplicável será o STF, e não o STJ. - Outrossim, na revisão dos benefícios concedidos a partir da vigência da MP nº 1523-09/1997, o prazo decenal é contado a partir do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo. É bem verdade que houve redução do prazo decadencial de dez para cinco anos no período compreendido entre 1998 e 2003; contudo, a Lei 10.839/04 estendeu o prazo decadencial de dez anos para os benefícios concedidos entre 22.10.98 e 19.11.2003, todavia, levando-se em conta o prazo já decorrido desde a concessão. - Destarte, no caso em apreço, considerando-se que entre a data de ajuizamento da ação e o ato de concessão do benefício, cuja revisão se pleiteia, decorreram mais de 10 anos, restou fulminado o direito pela decadência. - Recurso inominado improvido. Sentença mantida. - Sem condenação em ônus sucumbenciais, eis que a parte autora é beneficiária da justiça gratuita. [...]" 2. Em seu pedido de uniformização, alega a parte autora que "O prazo decadencial para a busca de revisão do benefício previdenciário no que tange à Renda Mensal Inicial), o qual foi estabelecido pela M.P. n. 1.523/1997, somente deve alcançar as relações jurídicas constituídas a partir de sua vigência, visto que não houve previsão expressa para a sua retroatividade, bem como se trata de DIREITO MATERIAL". Aduz que o acórdão recorrido contraria precedentes do STJ (EDRESP 200300718275; REsp nº 254.186/PR; RESP 479964/RN e AGA 200602821820) e desta TNU (PEDILEF 200851510450358 e PEDILEF 200241007002573). 3. O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, com agravo na forma do RITNU. 4. Os paradigmas prestam-se para o conhecimento do pleito de uniformização. 5. A instituição de um prazo decadencial é uma inovação levada a efeito na nona reedição da MP n.º 1.523, de 27 de junho de 1997, posteriormente convertida na Lei n.º 9.528/97. Ela foi efetivada com uma finalidade específica: obstar a possibilidade de revisar os critérios constantes do cálculo da renda mensal inicial dos benefícios previdenciários, inclusive dos decorrentes de acidente do trabalho. Sucintamente: (a) a redação original do art. 103 da Lei n.º 8.213/91 não previa prazo decadencial para o segurado postular a revisão do ato de concessão do benefício; (b) com o advento da Medida Provisória n.º 1.523-9, de 27/06/97, publicada na pg. 13683 do D.O. de 28/06/1997 (reeditada diversas vezes, inclusive sob o número 1.596-14, de 10/11/1997, e depois convertida na Lei n.º 9.528 de 10/12/1997), o artigo 103 da Lei n.º 8.213/91 restou alterado, passando a prever o prazo decadencial de 10 (dez) anos; (c) a Lei n.º 9.711/98 alterou o aludido prazo para 05 (cinco) anos; e (d) posteriormente, a Medida Provisória n.º 138/03 novamente modificou tal prazo para 10 (dez) anos. 6. No julgamento do RE n.º 626.489, por unanimidade, o C. STF pacificou a questão relativa a constitucionalidade da fixação do prazo decadencial: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA. 1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário. 2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. 3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência. 5. Recurso extraordinário conhecidoeprovido. (RE 626489, ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 16/10/2013, DJ-e 23-09-2014) 7. Nesta decisão, nossa Corte Suprema afirmou não haver inconstitucionalidade na criação de prazo decadencial para a revisão dos benefícios já concedidos, e que o prazo de 10 (dez) anos seria suficiente para a resolução de eventuais controvérsias interpretativas e para que o segurado buscasse as informações relevantes. Ademais, a decadência não integraria o espectro de pressupostos e condições para a concessão do benefício - sendo um elemento externo à prestação previdenciária, não se podendo exigir a manutenção de seu regime jurídico. Nessa perspectiva, o fato de não haver limite temporal para futuro pedido de revisão não significa que o segurado teria um direito adquirido contra a instituição de um prazo futuro. 8. Das considerações lançadas no voto, reputo importante destacar que o C. STF entendeu que haviam dois pontos a serem examinados: 1) a validade e o alcance da própria instituição de prazo para a revisão do ato concessório; e 2) a incidência imediata da alteração normativa a benefícios concedidos anteriormente à sua vigência. Demais disso, consignou, o que é de fundamental relevância para a interpretação deste instituto excepcional, que o prazo decadencial atinge somente a pretensão de rever o benefício, ou seja, de discutir a graduação econômica do benefício já concedido. Fazendo distinção entre o direito ao benefício previdenciário em si considerado - isto é, o denominado fundo do direito, que tem caráter fundamental - e a graduação pecuniária das prestações, o voto do relator ressaltou que permanecem perfeitamente aplicáveis as Súmulas de números 443 / STF e 085 / STJ, na medida em que registram a imprescritibilidade do fundo de direito do benefício não requerido. Súmula n.º 443 do C. STF - A prescrição das prestações anteriores ao período previsto em lei não ocorre, quando não tiver sido negado, antes daquele prazo, o próprio direito reclamado, ou a situação jurídica de que ele resulta. Súmula n.º 085 do C. STJ - Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação. 9. Certamente existem poucas premissas hermenêuticas que não são contestadas. Uma delas, é exatamente a impossibilidade de interpretar de forma ampliativa normas excepcionais. 10. A exegese de qualquer texto reclama o cotejo com um contexto determinado. No caso de interpretação jurídica, o contexto é consubstanciado ao menos, pelos demais enunciados normativos do diploma legal objeto da interpretação, bem como pelos princípios jurídicos que imantam o sistema protetivo. Assim, o operador do direito, quando busca compreender a fundo um determinado fenômeno, deve promover sua investigação atento à realidade econômica e social que serve de lastro para o ordenamento jurídico considerado. 11. No sistema da Lei nº 8.213/91, facilmente, percebemos a manutenção da tradição protetiva. Enquanto a redação originária do art. 103 previa que, sem prejuízo do direito ao benefício, prescreveriam em cinco anos as prestações não reclamadas na época própria, o art. 102 resguardava o direito aos benefícios para cuja concessão tenham sido preenchidos todos os requisitos mesmo no pior cenário possível, isto é, a perda da qua-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

lidade de segurado. 12. O vínculo jurídico constituído sob a égide da relação jurídica de previdência social não é um fenômeno estático. Por isso, no curso do desenvolvimento da relação jurídica de previdência social, iniciada com a filiação, os mesmos fatos - associados a outros, também juridicamente destacados - são aptos a desencadear o direito de computar os períodos para fins de carência, ou o direito de ter o tempo laborado debaixo de condições especiais convertido, e, ainda, a expectativa de que, ao final, o segurado possa se aposentar mediante a soma de todos os períodos de filiação. Malgrado o tempo de serviço vá sendo incorporando progressivamente ao patrimônio do segurado ou servidor público, como direito adquirido, ele só pode produzir efeitos financeiros quando o beneficiário completar todos os requisitos para a obtenção de uma prestação. 13. Tendo em vista a distância que separa o início das atividades laborais na vida profissional de um indivíduo e o momento em que ele completa os requisitos para uma aposentadoria programável, a realidade é que, muitas vezes, acaba não sendo possível comprovar todos os vínculos previdenciários ou a efetiva situação na qual as atividades foram desenvolvidas. Por isso, não há sentido em submetê-lo a prazos prescricionais ou decadenciais. Nessa toada, cabe destacar que o § 1º do art. 11 da CLT, o qual trata da prescrição do direito de ação decorrente das relações de trabalho, consagra que as ações destinadas à obtenção de anotações destinadas a fazer prova perante a previdência social são imprescritíveis. 14. Não é despiciendo rememorar que o próprio INSS reconhece, a qualquer tempo, o direito que o segurado tem de averbar o tempo de serviço, mesmo quando a atividade não era de filiação obrigatória, como regra geral, mediante o recolhimento das contribuições. Mesmo ultimada a decadência do direito da fazenda de cobrar as contribuições devidas, ainda assim, pode haver a aceitação do período mediante a indenização conforme o art. 45-A da LCSS. Além disso, a IN n.º 45/10, no seu art. 445, expressamente prevê que no caso de inclusão de novos períodos de trabalho não utilizados no órgão de destino da CTC não se aplica o prazo decadencial. 15. Se o tempo de serviço configura um direito distinto da aposentadoria, a rejeição de um determinado período para fins de aposentação demanda manifestação expressa da administração. E se o segurado pretende incluir períodos sobre os quais não houve manifestação, ou não foi examinada, em cada situação, a correta qualificação previdenciária, não é adequado aplicar a prescrição administrativa. Não podemos olvidar que a Administração tinha o dever de orientar o segurado para que ele tivesse acesso ao benefício mais favorável - dever que resulta não apenas dos princípios da moralidade, da eficiência e da publicidade insculpidos no art. 37 da CF/88 - mas também da observância da legalidade, porquanto a orientação consta hoje do art. 621 da IN n.º 45/10. Assim, não faz sentido imputar ao segurado os efeitos de falha que decorreu da atuação defeituosa da administração por uma interpretação extensiva do enunciado normativo do caput do art. 103 da LBPS. 16. Esta circunstância, aliás vem sendo percebida pelo Superior Tribunal de Justiça em decisões recentes que não versam sobre o tema deste incidente, mas confirma a diretriz hermenêutica de não interpretar de maneira ampliativa este instituto excepcional (grifei): PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. PROCESSO CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA. RENÚNCIA À APOSENTADORIA. DECADÊNCIA PREVISTA NO ART. 103 DA LEI 8.213/91. INAPLICABILIDADE. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Inexiste negativa de prestação jurisdicional quando o Tribunal de origem examina a questão supostamente omitida "de forma criteriosa e percuciente, não havendo falar em provimento jurisdicional faltoso, senão em provimento jurisdicional que desampara a pretensão da embargante" (REsp 1.124.595/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, Segunda Turma, DJe de 20/11/09). 2. A desaposentação indica o exercício do direito de renúncia ao benefício em manutenção a fim de desconstituir o ato original e, por conseguinte, obter uma nova aposentadoria, incrementada com as contribuições vertidas pelo segurado após o primeiro jubilamento. 3. A norma extraída do caput do art. 103 da Lei 8.213/91 não se aplica às causas que buscam o reconhecimento do direito de renúncia à aposentadoria,mas estabelece prazo decadencial para o segurado ou seu beneficiário postular a revisão do ato de concessão de benefício, o qual, se modificado, importará em pagamento retroativo, diferente do que se dá na desaposentação. 4. A interpretação a ser dada ao instituto da decadência previsto no art. 103, caput, da Lei 8.213/91 deve ser restritiva, haja vista que as hipóteses de decadência decorrem de lei ou de ato convencional, inexistentes na espécie. 5. A jurisprudência desta Corte acolheu a possibilidade de renúncia com base no entendimento de que os benefícios previdenciários são direitos patrimoniais disponíveis e, por isso, suscetíveis de desistência por seus titulares (REsp 1.334.488/SC, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, Primeira Seção, julgado proferido sob o rito do art. 543-C do CPC, DJe 14/5/13). 6. Sendo certo que o segurado pode dispor de seu benefício, e, ao fazê-lo encerra a aposentadoria que percebia, não há falar em afronta aos arts. 18, § 2º, e 103, caput, da Lei 8.213/91. E, devido à desconstituição da aposentadoria renunciada, tampouco se vislumbra qualquer violação ao comando da alínea "b" do inciso II do art. 130 do Decreto 3.048/99, que impede a expedição de certidão de tempo de contribuição quando este já tiver sido utilizado para efeito de concessão de benefício, em qualquer regime de previdência social. 7. Recurso especial improvido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e Resolução STJ nº 8/2008. (STJ, REsp 1348301, Arnaldo Esteves Lima, 1ª Seção, DJe 24/03/2014). PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI 8.213/91. 1. Hipótese em que se consignou que "a decadência prevista no artigo 103 da Lei 8.213/91 não alcança questões que não restaram resolvidas no ato administrativo que apreciou o pedido de concessão do benefício. Isso pelo simples fato de que, como o prazo decadencial limita a possibilidade de controle de legalidade do ato administrativo, não pode atingir aquilo que não foi objeto de apreciação pela Administração". 2. O posicionamento do STJ é o de que, quando não se tiver negado o próprio direito reclamado, não há falar em decadência. In casu, não houve indeferimento do reconhecimento do tempo de serviço exercido em condições especiais, uma vez que não chegou a haver discussão a respeito desse pleito. 3. Efetivamente, o prazo decadencial não poderia alcançar questões que não foram aventadas quando do deferimento do benefício e que não foram objeto de apreciação pela Administração. Por conseguinte, aplica-se apenas o prazo prescricional, e não o decadencial. Precedentes do STJ. 4. Agravo Regimental não provido. (STJ, AgRg no RESP n.º 1.407.710 - PR, Segunda Turma, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 22/05/2014) PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. ART. 103 CAPUT DA LEI 8.213/1991 APLICÁVEL AO ATO DE REVISÃO DO BENEFÍCIO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. No presente caso, o benefício previdenciário ainda não foi concedido. O caput do art. 103 da Lei 8.213/1991 está voltado tão somente para o ato revisional de concessão do benefício. Prescrição do fundo de direito não há, quando se trata de concessão de benefício previdenciário, inserido no rol dos direitos fundamentais. 2. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 493.997/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/06/2014, DJe 09/06/2014) PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE. BENEFÍCIO DE RENDA MENSAL VITALÍCIA CONCEDIDO ERRONEAMENTE PELA ADMINISTRAÇÃO ANTES DA MEDIDA PROVISÓRIA. TRIBUNAL CONSIDEROU CORRETA A CONCESSÃO DEAPOSENTADORIA POR INVALIDEZ. DECADÊNCIA NÃO CONFIGURADA. 1. Caracterizado o benefício previdenciário como de caráter eminentemente alimentar, constituindo obrigação periódica e de trato sucessivo, não admite a pretendida prescrição do fundo do direito, mas tão somente das parcelas vencidas há mais de cinco anos, consoante já fixado pela Súmula 85/STJ. 2. O caput do art. 103 da Lei 8.213/1991 está voltado tão somente para o ato revisional de concessão do benefício. Não há que falar em prescrição do fundo de direito quando se trata de concessão de benefício previdenciário, inserido no rol dos direitos fundamentais. 3. O Tribunal de origem, mediante análise das provas dos autos, acolheu a argumentação da autora de que seu falecido cônjuge fazia jus à aposentadoria por invalidez, e não à Renda Mensal Vitalícia. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1502460/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/03/2015, DJe 11/03/2015) 17. Por relevante deve ser destacado, ainda o entendimento do STF no julgamento do RE 631240, o STF consolidou o entendimento, como regra geral, da necessidade do prévio requerimento administrativo e expressamente considerou que ele é necessário naquelas situações em que há circunstância fática não examinada pela administração. Então evidentemente que não pode haver decadência sobre questão que não foi apreciada pelo INSS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE EM AGIR. 1. A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo. 2. A concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS, ou se excedido o prazo legal para sua análise. É bem de ver, no entanto, que a exigência de prévio requerimento não se confunde com o exaurimento das vias administrativas. 3. A exigência de prévio requerimento administrativo não deve prevalecer quando o entendimento da Administração for notória e reiteradamente contrário à postulação do segurado. 4. Na hipótese de pretensão de revisão, restabelecimento ou manutenção de benefício anteriormente concedido, considerando que o INSS tem o dever legal de conceder a prestação mais vantajosa possível, o pedido poderá ser formulado diretamente em juízo - salvo se depender da análise de matéria de fato ainda não levada ao conhecimento da Administração -, uma vez que, nesses casos, a conduta do INSS já configura o não acolhimento ao menos tácito da pretensão. 5. Tendo em vista a prolongada oscilação jurisprudencial na matéria, inclusive no Supremo Tribunal Federal, deve-se estabelecer uma fórmula de transição para lidar com as ações em curso, nos termos a seguir expostos. 6. Quanto às ações ajuizadas até a conclusão do presente julgamento (03.09.2014), sem que tenha havido prévio requerimento administrativo nas hipóteses em que exigível, será observado o seguinte: (i) caso a ação tenha sido ajuizada no âmbito de Juizado Itinerante, a ausência de anterior pedido administrativo não deverá implicar a extinção do feito; (ii) caso o INSS já tenha apresentado contestação de mérito, está caracterizado o interesse em agir pela resistência à pretensão; (iii) as demais ações que não se enquadrem nos itens (i) e (ii) ficarão sobrestadas, observando-se a sistemática a seguir. 7. Nas ações sobrestadas, o autor será intimado a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção do processo. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado a se manifestar acerca do pedido em até 90 dias, prazo dentro do qual a Autarquia deverá colher todas as provas eventualmente necessárias e proferir decisão. Se o pedido for acolhido administrativamente ou não puder ter o seu mérito analisado devido a razões imputáveis ao próprio requerente, extingue-se a ação. Do contrário, estará caracterizado o interesse em agir e o feito deverá prosseguir. 8. Em todos os casos acima - itens (i), (ii) e (iii) -, tanto a análise administrativa quanto a judicial deverão levar em conta a data do início da ação como data de entrada do requerimento, para todos os efeitos legais. 9. Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento, reformando-se o acórdão recorrido para determinar a baixa dos autos ao juiz de primeiro grau, o qual deverá intimar a autora - que alega ser trabalhadora rural informal - a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado para que, em 90 dias, colha as provas necessárias e profira decisão administrativa, considerando como data de entrada do requerimento a data do início da ação, para todos os efeitos legais. O resultado será comunicado ao juiz, que apreciará a subsistência ou não do interesse em agir (STF, RE 631240, ROBERTO BARROSO, Pleno, DJe 10-11-2014). 18. A decadência não é aplicável para ações que buscam o reajustamento, mas apenas quando se objetiva a revisão da RMI. No caso em foco, a irresignação do autor repousa nos critérios de reajustamento utilizados pelo INSS em relação ao benefício de auxílio-doença que precedeu aaposentadoria por invalidez, cuja proporcionalidade, contraria o disposto na Súmula 260 do extinto TRF. Em face do art. 58 do ADCT, a aplicação do enunciado citado produziu efeitos patrimoniais limitados no tempo, não havendo, de regra, mais valores a serem restituídos. De fato, a partir da vigência do dispositivo transitório, os benefícios previdenciários foram todos revistos conforme o número de salários mínimos equivalentes à época da concessão: "Art. 58. Os benefícios de prestação continuada, mantidos pela previdência social na data da promulgação da Constituição, terão seus valores revistos, a fim de que seja restabelecido o poder aquisitivo, expresso em número de salários mínimos, que tinham na data de sua concessão, obedecendo-se a esse critério de atualização até a implantação do plano de custeio e benefícios referidos no artigo seguinte. Parágrafo único. As prestações mensais dos benefícios atualizadas de acordo com este artigo serão devidas e pagas a partir do sétimo mês a contar da promulgação da Constituição." 19. Teríamos uma exceção na qual haveria efeitos. Quando o benefício derivado foi calculado a partir da renda do benefício originário. Então, a aplicação do primeiro reajuste integral no benefício originário produziria efeitos na renda mensal inicial do segundo benefício, sobre o qual incidiria o artigo 58 ADCT. Contudo, neste caso, a pretensão seria a revisão da renda mensal inicial do segundo benefício, cujo prazo de prazo de 10 anos, previsto no art. 103 da LBPS, para a revisão da renda mensal inicial já teria transcorrido. Partindo dessas premissas, no caso em exame, verifico que o benefício da parte autora que é objeto do presente feito foi atingido pela decadência. 20. Em face de tudo o que foi exposto, tenho que o incidente de uniformização formulado pela parte autora não merece ser provido. 21. Diante dessas considerações, o voto é por conhecer e negar provimento ao pedido de uniformização interposto pela parte autora.

Desta forma, estando o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência da TNU, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5013476-03.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ONDINA GUCKER
PROC./ADV.: JONAS BORGES OAB: PR-30534
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que reconheceu que transcorrera o prazo decadencial para revisão do benefício.

É o relatório.

O aresto exarado na Turma Recursal segue o entendimento do Superior Tribunal de Justiça segundo qual " Primeira Seção, alinhando-se à jurisprudência da Corte Especial e revisando a orientação adotada pela Terceira Seção antes da mudança de competência instituída pe la Emenda Regimental STJ 14/2011, firmou o entendimento - com relação ao direito de revisão dos benefícios concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, que alterou o caput do art. 103 da Lei de Benefícios - de que "o termo inicial do prazo de decadência do direito ou da ação visando à sua revisão tem como termo inicial a data em que entrou em vigor a norma fixando o referido prazo decenal (28.6.1997)"

Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5037205-58.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUIZ FERNANDO DE CAMARGO
PROC./ADV.: JULIANA MARTINS PEREIRA OAB: PR-26382

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que afastou a decadência para revisão de benefício ante a existência de reclamatória trabalhista.
É o relatório.
O aresto proferido na Turma Recursal está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria, segundo o qual, "Na hipótese de existir reclamação trabalhista em que se reconhece parcelas remuneratórias, como a do presente caso, o STJ vem sedimentando entendimento no sentido de que o prazo de decadência do direito à revisão do ato de concessão do benefício flui a partir do trânsito da sentença trabalhista (REsp 1440868/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/04/2014, DJe 02/05/2014)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5008315-75.2013.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
REQUERIDO(A): VILMAR ANTONIO DA SILVA
PROC./ADV.: CLEBER GIOVANI PIACENTINI OAB: PR-32882

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que afastou a ocorrência de decadência de pleito de revisão de benefício previdenciário.
Decido.
Inexiste a dissonância jurisprudencial alegada pelo INSS.
O aresto proferido pela Turma Recursal examina os efeitos de recurso administrativo manejado dentro do prazo de dez anos previsto no artigo 103 da Lei n . 8.213/91; o paradigma, por sua vez, não cuida dessa específica hipótese.
Assim, incide, à espécie, a Questão de Ordem 22 da TNU: "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5022295-89.2013.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSE VALTER FELICIANO LEITE
PROC./ADV.: DIOGO COSTA FURTADO OAB: PR-52095

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que acolheu o pleito da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.
O INSS insiste na tese de que ocorrera a decadência nos termos do artigo 103 da Lei n. 8.213/91.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A jurisprudência da TNU pacificou seu entendimento nos seguintes termos:
"REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA DO DIREITO QUANDO DECORRIDOS MAIS DE DEZ ANOS. 1. O prazo decadencial do direito de revisar é contado da data da concessão do benefício que efetivamente se busca revisar, seja ele originário ou derivado. 2. Tendo decaído o direito de revisar o benefício originário, não há possibilidade de revisão do benefício derivado, no caso de esta ser apenas reflexa da revisão do primeiro. 3. Recurso improvido. (5000341- 64.2012.404.7115, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Paulo Paim da Silva, D.E. 25/06/2012 - grifei). Dessarte, ressalvo meu posicionamento pessoal no sentido de que, em se tratando de dois benefícios previdenciários, um originário e outro derivado, os prazos deveriam ser contados de forma autônoma, para, nos termos da jurisprudência uniformizada, negar provimento ao recurso. (...) Dessa forma, mantenho a sentença recorrida e condeno a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, e de custas, na forma da Lei, ficando a execução suspensa na hipótese de a parte autora ser beneficiária da AJG. Ante o exposto, voto por NEGAR PROVIMENTO ao recurso da parte autora." 9. Nos casos paradigmas (2ª TR/BA, Processo nº 0017050-19.2010.4.01.3300, j. 08/07/2011; 3ª TR/SP, Processo nº 0596563120074036301, rel. Juiz Federal Danilo Almasi Vieira Santos, j. 14/05/2012), se decidiu que o prazo decadencial para a revisão de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença inicia-se da concessão do benefício atual (aposentadoria) e não do originário (auxílio-doença). 10. Entendeu-se nos precedentes que há, em tais casos, "a existência de duas lesões à esfera do segurado...a primeira decorrente da equivocada concessão do auxílio-doença e a segunda da igualmente errônea implantação da aposentadoria por invalidez" (2ª TR/BA) e "os reflexos da revisão são para o benefício atual e não o benefício originário" (3ª TR/SP). 11. Portanto, há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/pedido de revisão de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido contou-se a decadência da aposentadoria por invalidez; nos paradigmas entendeu-se do início do auxílio-doença. 12. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação. 13. Como visto, a controvérsia repousa sobre o início da contagem do prazo decadencial para a revisão de aposentadoria por invalidez, mediante a revisão da RMI do auxílio-doença do qual se originou a aposentadoria, prazo este previsto no art. 103 da Lei nº 8.213/91: Art. 103. É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo. 14. Os entendimentos divergentes podem ser assim resumidos: a) o prazo decadencial iniciar-se-ia quando da concessão do auxílio-doença, uma vez que a revisão da aposentadoria que se pretende constitui, na verdade, em revisão da Renda Mensal Inicial do auxílio-doença precedente; b) o prazo decadencial iniciar-se-ia da data da concessão da aposentadoria por invalidez, uma vez que as relações jurídicas referentes ao auxílio-doença e à aposentadoria por invalidez são autônomas, devendo ser consideradas separadamente. 15. Inicialmente, consigno que os entendimentos acima reportados terão aplicação conforme o caso concreto, não se excluindo, absolutamente, nenhuma das duas formas de contagem do prazo decadencial. 16. Conforme a matéria controversa, os fatos litigiosos e o objetivo perseguido pela parte-autora, haverá o cabimento de cada um dos termos iniciais do prazo de decadência. 17. Tal entendimento prevalece mesmo diante do reconhecimento da circunstância de que os benefícios em questão possuem naturezas distintas, constituindo relações jurídicas próprias, sujeitas a regramentos específicos. 18. É que o critério para a identificação do termo inicial do prazo de decadência deve vincular-se ao momento em que houve a lesão ao direito pleiteado, ainda que tal lesão prolongue seus efeitos sobre o benefício superveniente. 19. Isto porque é a partir da constituição de uma dada e específica situação jurídica - que se pretende alterar com a ação revisional -, que tem início o prazo decadencial para revisá-la. 20. Assim, exemplificativamente, caso o segurado queira revisar o seu benefício de aposentadoria por invalidez em razão de o valor da RMI não corresponder a 100% do salário-de-benefício, a lesão ao direito ocorreu na concessão do benefício de aposentadoria, ainda que decorrente de auxílio-doença, motivo pelo qual, em tal hipótese, entendo que a contagem do prazo decenal iniciaria da data de concessão da aposentadoria. 21. Na hipótese dos autos, a parte-autora requer a revisão prevista no art. 29, II, da Lei nº 8.213/91 (incluído pela Lei nº 9.876/99): apuração do salário-de-benefício adotando-se a "média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo". 22. Esta revisão, portanto, destina-se ao recálculo da Renda Mensal Inicial (RMI) do auxílio-doença, o que, em se tratando de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença, conduz à conclusão de que se pede a revisão da RMI do auxílio-doença, posto que, ainda que peça nominalmente a revisão da aposentadoria por invalidez, o que se pretende, na verdade, é a revisão do auxílio-doença inicial. 23. Isto porque, na hipótese, a aposentadoria por invalidez é resultado da mera transformação de auxílio-doença, observada o percentual de 100% do salário-de-benefício (em oposição ao percentual de 91% do salário-de-benefício para o auxílio-doença). 24. Tal entendimento é perfeitamente perceptível quando se examina os termos em que formulados a causa de pedir e o pedido pela parte-autora (ora requerente), conforme trechos que ora reproduzo (sem grifos no original): "A presente consiste na pretensão do recálculo do valor Auxilio doença da parte autora, buscando remediar ilegalidade cometida pela autarquia quando da concessão de seu beneficio. (...) Como se verá adiante, o benefício de auxilio doença foi equivocadamente calculado pelo INSS gerando uma redução nos valores pagos à parte Autora, tendo ainda gerado por conseqüência redução nos valores pagos em sua aposentadoria por invalidez e/ou pensão por morte. (...) Outra ilegalidade que se observa é que ao efetuar o cálculo do Salário-de-Benefício do(s) auxílio(s) doença, e, por conseqüência, da RMI da parte autora no respectivo beneficio, o INSS limitou-se a calcular a média aritmética simples dos salários de contribuição. (...) DO PEDIDO 4. Procedência da ação, condenando o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a: a) revisar o benefício previdenciário do autor revisando o PBC do auxílio-doença nº 114.845.928-3 do mesmo, devendo este ser recalculado conforme preceitua o artigo 29, inciso II, da Lei 8.213/91, bem como para recalcular o valor da RMI do referido benefício, quando da concessão do beneficio e da RMA; b)revisar a aposentadoria por invalidez nº 536.321.335-0 do autor, com base no novo cálculo do beneficio de auxilio doença, bem como recalcular o valor da RMI do referido benefício, quando da concessão do mesmo e da RMA." 25. Portanto, o alegado equívoco na constituição da relação jurídica previdenciária, que constitui o objeto da presente ação, ocorreu na concessão do auxílio-doença (ainda que seus efeitos prolonguem-se para o benefício derivado), de modo que a decadência (conforme nominada no art. 103 da Lei 8.213/91), em princípio, ter-se-ia consumado, ante o decurso de mais de dez anos entre a concessão do benefício e a data do ajuizamento da ação. 26. Todavia, há, quanto à matéria em questão, fato relevante a se considerar, qual seja, o reconhecimento administrativo do direito à revisão, pelo INSS, através do Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15 de abril de 2010, que, em seu item 4.2, fixou serem "passíveis de revisão os benefícios por incapacidade e pensões derivadas deste, assim como as não precedidas, com DIB a partir de 29.11.1999, em que, no Período Básico de Cálculo - PBC, foram considerados 100% (cem por cento) dos salários-de-contribuição, cabendo revisá-los para que sejam considerados somente os 80% (oitenta por cento) maiores salários-de-contribuição". 27. Resta claro, pois, o reconhecimento, pela Administração Previdenciária, do direito à revisão dos benefícios que levaram em conta para o cálculo de seus valores 100% do salário-de-contribuição no respectivo PBC (ao invés dos 80% maiores), ato administrativo este que beneficia indiscutivelmente o recorrente, mesmo tendo ingressado com a presente ação mais de dez anos após a concessão do auxílio-doença. Isso porque, conforme veremos, quando do reconhecimento do direito à revisão na esfera administrativa ainda não havia transcorrido o prazo decadencial. 28. Observe-se que o item 4.1 preceitua que "deve-se observar, inicialmente, se o benefício já não está atingido pela decadência, hipótese em que, com esse fundamento, não deve ser revisado", sendo evidente, portanto, que o ato administrativo de reconhecimento do direito não foi absoluto, excluindo os casos em que já se tinha operado a decadência. E não poderia ser diferente, na medida em que o art. 209 do Código Civil preceitua ser "nula a renúncia à decadência fixada em lei", estando a Administração Pública vinculada a tal preceito, ante o princípio da legalidade (art. 37 da CF/88). 29. A questão é que não se tratou, conforme evidenciado acima, de renúncia à decadência legal (conduta vedada pela lei), mas, simplesmente, de reconhecimento expresso pela Administração do direito à revisão dos benefícios previdenciários, desde que ainda não atingidos pela decadência. 30. No caso dos autos, o benefício de auxílio-doença foi concedido em favor da parte autora em 6 de maio de 2000, encontrando-se acobertado pelo reconhecimento do direito à revisão, na medida em que o Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS é de 15 de abril de 2010. nAcordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, porém, DANDO-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator. (PEDILEF 50155594420124047112, JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, TNU, DOU 20/03/2015 PÁGINAS 106/170.).
Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 15 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5030065-70.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUIZ CÉSAR GONÇALVES BLASI
PROC./ADV.: GERMANO LAERTES NEVES OAB: PR-22566

DECISÃO

Trata-se de agravo contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que reconheceu que não transcorrera o prazo decadencial para revisão do benefício.
É o relatório.
A Corte de origem entendeu pela devolução dos autos à origem para análise de período tido como trabalho especial que não fora objeto de análise do INSS quando do exame do requerimento de benefício.
Esse entendimento encontra respaldo no novel entendimento desta TNU.
A Turma Nacional de Uniformização havia pacificado o entendimento no sentido de que, "o direito à revisão do ato de indeferimento de benefício previdenciário ou assistencial sujeita-se ao prazo decadencial de dez anos." (Súmula 64/TNU).
Ocorre que, com vistas a dar uma melhor interpretação ao tema, a referida Súmula foi cancelada por essa Turma Nacional, que editou, posteriormente, a Súmula 81/TNU, no sentido de que "Não incide o prazo decadencial previsto no art. 103, caput, da Lei n. 8.213/91, nos casos de indeferimento e cessação de benefícios, bem como em relação às questões não apreciadas pela Administração no ato da concessão".
No mesmo sentido, o Supremo Tribunal Federal, através do RE 626.489/SE (DJe de 28/10/2013), firmou entendimento no seguinte sentido:
"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA.
1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário. 2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. 3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência"
Destarte, incidem, na hipótese, as Questões de Ordem 13 e 24/TNU, as quais dispõem, respectivamente, que: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" e "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 15 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0526302-94.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
REQUERIDO (A): MARIA DE LOURDES MOREIRA VERAS
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIROOAB: CE 6004
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que julgou procedente o pedido inicial de pagamento do valor referente a 7/30 de 16,19% (3,77%) sobre a remuneração do servidor relativa aos meses de abril e maio de 1988.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergiria da jurisprudência desta TNU segundo a qual, embora não se trate de prescrição do fundo de direito, já houve a absorção do reajuste de 3,77% por reestruturações na carreira do autor e modificação da estrutura remuneratória.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
No presente caso, observa-se que as teses relativas a absorção de reajuste e modificação da estrutura remuneratória não foram debatidas no acórdão recorrido, razão pela qual incide, à espécie, a Questão de Ordem 10/TNU, no sentido de que "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido".
Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e o paradigma trazido, porquanto as bases fáticas são distintas. O acórdão recorrido trata do pagamento de diferença sobre a remuneração do servidor, enquanto o paradigma refere-se ocorrência de absorção do reajuste de 3,77% e a modificação da estrutura remuneratória.
Destarte, incide o óbice da Súmula 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500639-26.2014.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA ECIENE DO NASCIMENTO SILVA
PROC./ADV.: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO OAB: CE 11.101
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial à parte autora.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados desta TNU, no sentido de que restou comprovada a incapacidade para o trabalho. Aduz, ainda, nulidade da sentença a fim de que nova perícia seja realizada.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
De início, a análise acerca da tese de cerceamento de defesa encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação da incapacidade da parte autora para o trabalho.
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501477-48.2014.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARTINIANA PEREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA OAB: CE 24530
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram que a parte autora não comprovou o requisito da miserabilidade.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505433-57.2009.4.05.8302
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: JOSILMA DA SILVA BARBOSA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA.. OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente.
A parte recorrente sustenta ser suficiente a apresentação de PPP para a demonstração de atividade especial
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou adequadamente o exercício da atividade especial, já que o PPP, segundo se entendeu, encontrava-se inadequadamente preenchido, razão pela qual se fazia necessária apresentação de laudo técnico.
Segundo o acórdão recorrido, o PPP deveria ser assinado por engenheiro de segurança ou médico do trabalho e por isso não considerou o documento como hábil a demonstrar a atividade especial.
Em relação a este tema específico, não foi apresentado paradigma, de modo que o presente recurso não merece acolhimento.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502353-67.2009.4.05.8308
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DAS NEVES SILVA
PROC./ADV.: ALEX LUÍS PEREIRA DANTAS OAB: PE-26051
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente.
A parte recorrente sustenta que a autora não detém a condição de segurada especial porque o rendimento de seu cônjuge é suficiente para o sustento do grupo familiar.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
A Turma Recursal de origem entendeu caracterizada a condição de segurada especial mediante análise do conjunto probatório, de modo que apenas o revolvimento de matéria fática permitiria a reforma da decisão recorrida. Analisar se o trabalho rural é indispensável à subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do grupo familiar consubstancia atividade própria das instâncias ordinárias.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0531442-62.2009.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: MARIA AUXILIADORA DE SOUZA BARROS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente.
A parte recorrente sustenta que a autora não detém a condição de dependente econômica do falecido segurado, ainda que não exclusiva.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
A Turma Recursal de origem entendeu ausente a condição de dependente da autora pela análise do caso concreto - entendendo que o falecido filho lhe auxiliava eventualmente -, de modo que apenas o revolvimento de matéria fática permitiria a reforma da decisão recorrida. A análise do recurso, quanto ao ponto, encontraria óbice na Súmula 42 da TNU.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500134-63.2013.4.05.8204
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA NAZARÉ DE BRITO SILVA
PROC./ADV.: JOSÉ ALBERTO EVARISTO DA SILVA OAB: PB-10258
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente.
A parte recorrente não logra apontar as razões específicas para impugnar a decisão recorrida. Com efeito, a agravante não expressa porque razão o recurso não está a veicular a necessidade de reexame de prova ou porque estaria presente a similitude fática, argumentos expedidos na decisão agravada.
Aplica-se ao caso, portanto, a Súmula 182 do STJ ("É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravo").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0525281-02.2010.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: ERNANDES BEZERRA DE ARAÚJO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente.
A parte recorrente sustenta ser suficiente a apresentação de PPP para a demonstração de atividade especial.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou adequadamente o exercício da atividade especial, já que o PPP, segundo se entendeu, encontrava-se inadequadamente preenchido, razão pela qual se fazia necessária apresentação de laudo técnico.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Segundo o acórdão recorrido, o PPP deveria ser assinado por engenheiro de segurança ou médico do trabalho e por isso não considerou o documento como hábil a demonstrar a atividade especial.
Em relação a este tema específico, não foi apresentado paradigma, de modo que o presente recurso não merece acolhimento.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509310-06.2012.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: CARLOS JOSÉ DE LIMA
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE-20418
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente.
A parte recorrente sustenta que o acórdão recorrido contrariou jurisprudência dominante do STJ ao aplicar retroativamente critério para enquadramento de atividade especial.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
A Turma Recursal de origem entendeu devido o reconhecimento da atividade especial e o tema ventilado pelo INSS em seu incidente, ligado à irretroatividade do Decreto 2.172/97, jamais foi objeto de discussão.
É de se notar, ademais, que nos embargos declaratórios opostos contra o acórdão recorrido, o INSS deduziu tese absolutamente estranha àquela que pretende ver objeto de uniformização.
Ausente o prequestionamento (TNU, QO 10), inviável o seguimento do incidente.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0028722-87.2011.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: NILDA MARIA DE JESUS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente.
A parte recorrente sustenta que o acórdão recorrido teria contrariado jurisprudência dominante da TNU, pois enquanto teria entendido ausente a prova material, este Colegiado orienta que apenas um início de prova material já é suficiente para a comprovação da atividade rural.
Sem embargo, percebe-se que a decisão recorrida, para além de entender como parco o conjunto de prova material, valeu-se de outro fundamento, qual seja, o resultado da audiência de instrução e julgamento, e a conclusão do MM Juiz Federal singular de que a autora não aparentava traços de trabalhador rural.
Como foram dois os fundamentos do acórdão recorrido e o recurso ataca apenas um deles (o outro não poderia mesmo ser objeto de impugnação porque implica matéria de fato), o incidente de fato não merecia trânsito, quer pela Questão de Ordem 18 da TNU, quer pela sua súmula 42.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0524301-55.2010.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: CARLOS ROBERTO FERREIRA DE FREITAS
PROC./ADV.: LUCIMAR VILA NOVA CABRAL OAB: PE 9.187
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravos interpostos contra decisão que inadmitiu os incidentes de uniformização nacionais suscitados por ambas as partes, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem em que se discute o reconhecimento de período laborado na qualidade de vigilante como especial.
É o relatório.
Quanto ao recurso da parte autora, este não merece prosperar.
Isto porque a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
Ainda que assim não fosse não fosse, a parte tampouco observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
No que tange ao recurso interposto pelo INSS, verifico que a matéria acerca da aplicação do art. 1º-Festá sobrestada nesta TNU em razão de recurso extraordinário ainda pendente de julgamento, motivo pelo qual sua análise fica, por ora, prejudicada.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo da parte autora.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500600-54.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
REQUERIDO (A): MARIA NASARÉ SALES BATISTA
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIROOAB: CE 6004
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que julgou procedente o pedido inicial de pagamento do valor referente a 7/30 de 16,19% (3,77%) sobre a remuneração do servidor relativa aos meses de abril e maio de 1988.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergiria da jurisprudência desta TNU segundo a qual, embora não se trate de prescrição do fundo de direito, já houve a absorção do reajuste de 3,77% por reestruturações na carreira do autor e modificação da estrutura remuneratória.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Quanto ao paradigma, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e o paradigma, porquanto as bases fáticas são distintas. O acórdão recorrido trata do pagamento de diferença sobre a remuneração do servidor, enquanto o paradigma refere-se ocorrência de absorção do reajuste de 3,77% e a modificação da estrutura remuneratória.
Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0526411-11.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
REQUERIDO (A): CARLOS HENRIQUE MIANDA CAVALCANTE
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIROOAB: CE 6004
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que julgou procedente o pedido inicial de pagamento do valor referente a 7/30 de 16,19% (3,77%) sobre a remuneração do servidor relativa aos meses de abril e maio de 1988.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergiria da jurisprudência desta TNU segundo a qual, embora não se trate de prescrição do fundo de direito, já houve a absorção do reajuste de 3,77% por reestruturações na carreira do autor e modificação da estrutura remuneratória.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e o paradigma trazido, porquanto as bases fáticas são distintas. O acórdão recorrido trata do pagamento de diferença sobre a remuneração do servidor, enquanto o paradigma refere-se ocorrência de absorção do reajuste de 3,77% e a modificação da estrutura remuneratória.
Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0525353-70.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
REQUERIDO (A): ANTONIO DE PADUA MOREIRA FILHO
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIROOAB: CE 6004
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que julgou procedente o pedido inicial de pagamento do valor referente a 7/30 de 16,19% (3,77%) sobre a remuneração do servidor relativa aos meses de abril e maio de 1988.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergiria da jurisprudência desta TNU segundo a qual, embora não se trate de prescrição do fundo de direito, já houve a absorção do reajuste de 3,77% por reestruturações na carreira do autor e modificação da estrutura remuneratória.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
No presente caso, observa-se que as teses relativas a absorção de reajuste e modificação da estrutura remuneratória não foram debatidas no acórdão recorrido, razão pela qual incide, à espécie, a Questão de Ordem 10/TNU, no sentido de que "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido".
Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e o paradigma trazido, porquanto as bases fáticas são distintas. O acórdão recorrido trata do pagamento de diferença sobre a remuneração do servidor, enquanto o paradigma refere-se ocorrência de absorção do reajuste de 3,77% e a modificação da estrutura remuneratória.
Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0525432-49.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
REQUERIDO (A): FRANCISCO LIANDRO
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIROOAB: CE 6004
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que julgou procedente o pedido inicial de pagamento do valor referente a 7/30 de 16,19% (3,77%) sobre a remuneração do servidor relativa aos meses de abril e maio de 1988.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergiria da jurisprudência desta TNU segundo a qual, embora não se trate de prescrição do fundo de direito, já houve a absorção do reajuste de 3,77% por reestruturações na carreira do autor e modificação da estrutura remuneratória.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
No presente caso, observa-se que as teses relativas a absorção de reajuste e modificação da estrutura remuneratória não foram debatidas no acórdão recorrido, razão pela qual incide, à espécie, a Questão de Ordem 10/TNU, no sentido de que "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido".
Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e o paradigma trazido, porquanto as bases fáticas são distintas. O acórdão recorrido trata do pagamento de diferença sobre a remuneração do servidor, enquanto o paradigma refere-se ocorrência de absorção do reajuste de 3,77% e a modificação da estrutura remuneratória.
Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0525265-32.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
REQUERIDO (A): IRINEIDE RIBEIRO PEREIRA
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIROOAB: CE 6004

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que julgou procedente o pedido inicial de pagamento do valor referente a 7/30 de 16,19% (3,77%) sobre a remuneração do servidor relativa aos meses de abril e maio de 1988.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergiria da jurisprudência desta TNU segundo a qual, embora não se trate de prescrição do fundo de direito, já houve a absorção do reajuste de 3,77% por reestruturações na carreira do autor e modificação da estrutura remuneratória.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
No presente caso, observa-se que as teses relativas a absorção de reajuste e modificação da estrutura remuneratória não foram debatidas no acórdão recorrido, razão pela qual incide, à espécie, a Questão de Ordem 10/TNU, no sentido de que "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido".
Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e o paradigma trazido, porquanto as bases fáticas são distintas. O acórdão recorrido trata do pagamento de diferença sobre a remuneração do servidor, enquanto o paradigma refere-se ocorrência de absorção do reajuste de 3,77% e a modificação da estrutura remuneratória.
Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 27 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509080-94.2008.4.05.8302
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EDNALVA VALENTIM DA SILVA
PROC./ADV.: MARIA ALEXANDRINA DE SOUZA FARIAS OAB: PE-13834

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente.
No que tange ao agravo, o art. 15, §1º preconiza que:
§1º Inadmitido na origem o pedido de uniformização, a parte poderá interpor agravo nos próprios autos, no prazo de dez dias, a contar da publicação da decisão, fundamentando-se no equívoco da decisão agravada.
No caso concreto, a parte recorrente não logra apontar os termos em que proferida a decisão de inadmissão preliminar e tampouco aponta razões específicas para impugná-la.
Verificando-se a ausência de refutação específica às razões da decisão ora agravada, entendo que é aplicável ao caso, por analogia, a Súmula 182 do STJ ("É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravo").
Ante o exposto, com fulcro no art. 15, §1º, do RITNU, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de Novembro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

REQUERIDO(A): MARIA DA CONCEICAO ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: ANA CAROLINA VENANCIO FERREIRA OAB: TO-2779

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que acolheu o pleito da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.
O INSS entende que deve ser reconhecida a prescrição no caso dos autos.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 5007045-38.2012.4.04.7101, pacificou o entendimento nos seguintes termos: "PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."
Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502068-93.2012.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ANTONIA ANTONEIDE PEREIRA SOARES
PROC./ADV.: ANTONIA GENILDE SOARES DE MELO OAB: 22.596

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que acolheu o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos legais à sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos,bem como estudo socioeconômico, entenderam haver comprovação dos requisitos necessários à concessão do benefício (incapacidade e condição de segurado).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506170-70.2012.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: EDVALDO CARVALHO XAVIER
PROC./ADV.: ANA C. V. ANDRADE OAB: RN 481
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado.
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503432-34.2011.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIO GONÇALVES DA COSTA
PROC./ADV.: CÍCERO MÁRIO DUARTE PEREIRA OAB: CE 12564
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado.
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500500-68.2014.4.05.8204
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUCIANA AMBROSIO DA SILVA
PROC./ADV.: MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA OAB: CE 11662-B
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado (qualidade de segurado especial).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510139-59.2013.4.05.8200
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CÉLIO ROBERTO SOARES ALVES
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE 20417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado (qualidade de segurado especial).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500605-48.2014.4.05.8203
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: EDVALDO DE ANDRADE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PB 4007
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado (qualidade de segurado especial).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501642-41.2013.4.05.8205
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA LUIZA DA CONCEIÇÃO NETA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PB 4007
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado (incapacidade).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501363-70.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: FRANCINEIDE MODESTO COELHO DA PAIXÃO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE 20417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, confirmando a sentença, extinguiu o processo sem julgamento do mérito, pela ocorrência da coisa julgada.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A análise acerca da tese de ocorrência de coisa julgada não pode ser feita no âmbito desta TNU, diante do óbice imposto pela Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5008244-17.2011.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ORLANDO BUENO CAMARGO
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou o reconhecimento de tempo de atividade especial.
É o relatório.
Na origem, negou-se o pleito da parte requerente com base nos elementos fáticos insertos nos autos do processo.
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5010585-06.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LEONE PEREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou o reconhecimento de tempo de atividade especial.
É o relatório.
Na origem, negou-se o pleito da parte requerente com base nos elementos fáticos insertos nos autos do processo.
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003091-44.2013.4.04.7005
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
REQUERIDO(A): VALDECIR ARAUJO DE MELLO
PROC./ADV.: PATRÍCIA MARA GUIMARÃES OAB: PR 29.908

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que concedeu o reconhecimento de tempo de atividade rural
É o relatório.
Na origem, negou-se o pleito da parte requerente com base nos elementos fáticos insertos nos autos do processo.
Confira-se: "Em que pese o período impugnado não ter sido corroborado por prova testemunhal, a avaliação do conjunto probatório aponta, a meu ver, para a continuidade do trabalho rural pelo recorrente no período objeto de comprovação"
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505514-45.2014.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES RODRIGUES FREIRE
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: CE 20417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora, concluindo que a sua incapacidade é preexistente ao seu reingresso no RGPS.
Sustenta a parte que o entendimento da Turma de origem divergiria da orientação firmada em outras Turmas Recursais, as quais consignaram que é possível a concessão do benefício quando a incapacidade advier de agravamento de doença, posterior ao ingresso no RGPS.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Turma Nacional de Uniformização, por meio do PEDILEF 0010516-35.2006.4.03.6310, firmou o entendimento nos seguintes termos:
PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. INCAPACIDADE ANTERIOR AO REINGRESSO. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. INCIDENTE IMPROVIDO.
1. Pretende o autor a modificação de acórdão que reformou sentença de procedência de benefício previdenciário. Insiste ele na manutenção daquela decisão monocrática, ao argumento de ser irrelevante o reingresso ao RGPS após a instalação de incapacidade laborativa, eis que o obstáculo legal se refere exclusivamente à impossibilidade de primeira filiação subsequente a uma inaptidão laboral já instalada.
2. O paradigma apontado, originado desta TNU, se presta à configuração da necessária divergência. Ocorre que reflete entendimento que restou superado.
3. Esta julgadora esclarece que possuía entendimento no sentido de que o impedimento legal à concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez somente se configurava quando a incapacidade fosse anterior ao ingresso - considerada a primeira vinculação ao regime. Ocorre que amadureceu seu entendimento, não somente por força da pacificação da jurisprudência a respeito do tema, em sentido contrário, mas também por perceber que ele permitia a prática de verdadeiras fraudes em prejuízo de um sistema cujo equilíbrio é muito singelo. Alinhou, pois, seu posicionamento ao atualmente adotado por este Colegiado, que pacificou o entendimento de que o óbice legal da incapacidade pré-existente previsto no art. 42, § 2º, e no art. 59, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91 se aplica tanto para o ingresso quanto para o reingresso na Previdência Social (Cf. PEDILEF nº 2007.38.00.730193-7/MG, Rel. Juiz Fed. Sebastião Ogê Muniz, DJ 07.07.2009; PEDILEF nº 2008.72.55.005224-5/SC, Rel. Juíza Fed. Joana Carolina L. Pereira, DJ 11.06.2010).
4. Incidente improvido.
Conclui-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência da TNU, no sentido de que o óbice legal da incapacidade pré-existente (arts. 42, § 2º, e 59, par. único, da Lei 8.213/91) se aplica tanto para o ingresso quanto para o reingresso na Previdência Social.
Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ademais, a análise quanto à pré-existência da situação incapacitante ao ingresso ao RGPS ou o agravamento da enfermidade, não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5009909-52.2012.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ OSVALDO DA ROCHA
PROC./ADV.: SANDRO ROGÉRIO PASSOS OAB: PR-31767
PROC./ADV.: FHRANCIELLI SEARA MEDEIRO OAB: PR-44507

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que anulou sentença que reconhecera erro material em sentença anterior.
É o relatório.
O entendimento mais atual da TNU é no sentido de não se admitir incidente quando o objeto se destinar ao exame de questão processual, conforme exposto por meio do PEDILEF 00080456820094036301:
"EMENTA/VOTO - PROCESSUAL CIVIL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. MATÉRIA PROCESSUAL. DESCABIMENTO. NÃO CONHECIMENTO. 1. Pretende o autor a anulação da sentença, mantida pelo acórdão, ao fundamento de que não teve oportunidade de se manifestar sobre o laudo pericial, o que caracteriza cerceamento de defesa. 2. Considero que este incidente não merece conhecimento, eis que a matéria nele versada é eminentemente processual, encontrando obstáculo no art. 14 da Lei n.º 9.099/95 para seu julgamento. Sob outra ótica, já que cerceamento de defesa é tema que possui envergadura constitucional, lembro que o tema desafia a interposição de recurso extraordinário, cujo prazo já se esgotou há muito. 3. Sugiro ao em. Presidente desta Turma que imprima, ao resultado deste julgamento, a sistemática prevista no art. 7º letra "a" do Regimento desta Turma, devolvendo às Turmas de origem todos os outros incidentes que versem sobre o mesmo objeto, a fim de que mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida às premissas jurídicas firmadas, já que reflete entendimento consolidado nesta Corte. 4. Incidente não conhecido."
De igual modo, importa consignar a incidência da Súmula nº 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500868-89.2014.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: CLAUDIONOR JOÃOD A SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA OAB: CE 20417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados desta TNU, no sentido de que restou comprovada a incapacidade para o trabalho. Aduz, ainda, nulidade da sentença ao não deferir a produção de prova testemunhal.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
De início, a análise acerca da tese de cerceamento de defesa encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação da incapacidade da parte autora para o trabalho.
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5010171-41.2013.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ISÁBEL ANSELMA ZUCHI
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou reconhecimento de atividade rural.
Decido.
O aresto afastou a pretensão com a seguinte fundamentação: "Além dos depoimentos das testemunhas serem frágeis, não se prestando, a meu ver, para comprovar o exercício da atividade rural da autora nos períodos em análise [a primeira testemunha afirmou que a autora trabalhou como costureira numa facção de uma vizinha. A segunda testemunha, por sua vez, disse que a autora nunca se afastou da roça, contrariando a prova dos autos, que demonstra que a autora teve vínculos urbanos com as empresas Círculo e Sul Fabril], destaco que os períodos que a autora pretende comprovar são intercalados entre períodos de atividade urbana o que justifica uma análise mais criteriosa da prova material, sob pena de reconhecimento de período em que a autora tenha laborado na informalidade, sem registro em CTPS"
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003737-12.2013.4.04.7213
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JOÃO DE SOUZA
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520
PROC./ADV.: CLEITON MACHADO OAB: SC-28534
PROC./ADV.: SAYLES RODRIGO SCHUTZ OAB: SC-15426
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou reconhecimento de atividade rural.
Decido.
O aresto afastou a pretensão com a seguinte fundamentação: "Com base nas provas produzidas, penso não ser possível o reconhecimento já que, em relação ao período equivalente à carência, há escassez de elementos documentais, e essa escassez de documentos culmina por retirar a convicção de que a atividade rural foi efetivamente desempenhada ao tempo em questão".
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 20 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0514823-70.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO NOGUEIRA FILHO
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE 6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE 7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE 7068
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado (incapacidade).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502082-71.2012.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARGARIDA DE ARRUDA BARBOSA
PROC./ADV.: RAIMUNDO NONATO ARAÚJO OAB: CE 11410
PROC./ADV.: SABRINA DE SOUZA ARAÚJO OAB: CE 23523
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da qualidade de segurado especial.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0512345-21.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDO CASSIANO RIBEIRO DA SILVA
PROC./ADV.: FRANCISCO CORDEIRO ANGELO OAB: CE 22693
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado (incapacidade).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511186-43.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA NORMA DE SOUSA SILVA
PROC./ADV.: FRANCISCO CORDEIRO ANGELO OAB: CE 22693
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado (incapacidade).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501793-10.2013.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DE FÁTIMA PEREIRA
PROC./ADV.: JÚLIO CÉSAR RIBEIRO MAIA OAB: CE 6584
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados desta TNU, no sentido de que restou comprovada a incapacidade para o trabalho. Aduz, ainda, nulidade da sentença a fim de que nova perícia seja realizada.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
De início, a análise acerca da tese de cerceamento de defesa encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação da incapacidade da parte autora para o trabalho.
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501365-91.2014.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDO EDSON CHAVES
PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA OAB: CE 18596
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados desta TNU, no sentido de que restou comprovada a incapacidade para o trabalho. Aduz, ainda, nulidade da sentença a fim de que nova perícia seja realizada.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
De início, a análise acerca da tese de cerceamento de defesa encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação da incapacidade da parte autora para o trabalho.
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502551-23.2012.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MANOEL JUNIOR DUARTE PEREIRA
PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA OAB: CE 6584
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados desta TNU, no sentido de que restou comprovada a incapacidade para o trabalho. Aduz, ainda, nulidade da sentença a fim de que nova perícia seja realizada.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
De início, a análise acerca da tese de cerceamento de defesa encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação da incapacidade da parte autora para o trabalho.
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501776-37.2014.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RICARDO ANDERSON FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA OAB: PB 18596
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados desta TNU, no sentido de que restou comprovada a incapacidade para o trabalho. Aduz, ainda, nulidade da sentença a fim de que nova perícia seja realizada.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
De início, a análise acerca da tese de cerceamento de defesa encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação da incapacidade da parte autora para o trabalho.
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501674-15.2014.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CLENILTON ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA OAB: PB 18596
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados desta TNU, no sentido de que restou comprovada a incapacidade para o trabalho. Aduz, ainda, nulidade da sentença a fim de que nova perícia seja realizada.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
De início, a análise acerca da tese de cerceamento de defesa encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação da incapacidade da parte autora para o trabalho.
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500302-70.2014.4.05.9840
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS FERNANDES
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: RN 560-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERA
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem que extinguiu o processo sem julgamento do mérito, sob o fundamento de que o mandado de segurança não pode ser utilizado como sucedâneo recursal.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja, a possibilidade de impetração de mandado de segurança contra decisão judicial prolatada na fase de cumprimento de sentença no âmbito dos Juizados Especiais.
Destarte, incide a Súmula 43/TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007548-04.2012.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: ANTÔNIO RIBEIRO VIANA
PROC./ADV.: LILLIAN MONICA DELGADO BRITO OAB: RR-842
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de adicional de periculosidade a servidor público federal lotado em unidade localizada na fronteira.
É o relatório.
Razão assiste à parte requerente.
A jurisprudência desta TNU, por meio do PEDILEF 0000789-14.2012.4.01.3201, DOU 5.12.2014, consolidou o entendimento nos seguintes termos:
CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR DO JUDICIÁRIO. FUNÇÃO COMISSIONADA. JUSTIÇA DO TRABALHO. ADICIONAL DE ATIVIDADE PENOSA. AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA. EQUIVALÊNCIA REMUNERATÓRIA COM OS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 339 DO STF E SÚMULA VINCULANTE N. 37/STF. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Cuidam os autos de ação ordinária ajuizada pelo Recorrido, ocupante de função comissionada no âmbito da Justiça do Trabalho (localidade de Tabatinga/AM) em face da União Federal objetivando perceber diferenças vencimentais a título de "adicional de atividade penosa", nos termos do Art. 7o., XXIII/CF e dos Artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90. Argumenta que, não obstante a ausência de regulamentação deste adicional pelo Conselho Superior da Magistratura Trabalhista (de resto, expressamente denegado, v.g., nos autos dos processos administrativos PP-4254-11.2011.5.90.0000 e CSJT-PP-264-75.2012.5.90.0000), tal lacuna pode vir a ser colmatada pela aplicação da Portaria n. PGR/MPU n 633/2010. 1.1. O Juiz Federal de Tabatinga/AM julgou procedente em parte a ação ordinária para o fim de condenar a União Federal a pagar em benefício do Autor o adicional de atividade penosa no valor de 20% do que percebe a título de função comissionada, e as diferenças devidas, a partir de 01.01.2011. A sentença foi confirmada, à unanimidade de votos, pela Turma Recursal do Amazonas. Admitido o pedido de uniformização, vieram os autos a mim distribuídos. 2. O adicional de atividade penosa, previsto nos artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90, é devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem. A respectiva percepção encontra-se condicionada, consoante a própria dicção legal (Art. 71), à regulamentação a ser estabelecida em caráter específico, fruto do exercício do poder regulamentar, inexistente no âmbito do Poder Judiciário Nacional (Vide PPN - 2012/00017, decidido pelo CJF). 3. Com efeito - é bom fixar o entendimento - o adicional de penosidade encontra-se previsto no artigo 7º, inciso XXIII da Constituição Federal/88, inserido no mundo jurídico juntamente com os adicionais de insalubridade e periculosidade. A Lei n.º 8.112/90, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, em seu art. 70, dispõe que "na concessão dos adicionais de atividades penosas, insalubres e de periculosidade serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica". Por sua vez, o artigo 71 da Lei 8.112/1990, prevê o adicional de penosidade, garantindo-o aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento. 3.1. Verifica-se, assim, que o artigo 71 é claro ao referir que o adicional de penosidade será devido ao servidor nos termos, condições e limites fixados em regulamento. Isto é, a própria lei definiu que o regulamento tem o condão de definir os termos, condições e limites para o pagamento da parcela em questão. Todavia, atualmente, não há qualquer previsão legal para definir ou caracterizar a atividade penosa no âmbito da Justiça do Trabalho, não sendo possível aplicar por analogia norma regulamentadora de outros órgãos, uma vez que, a Lei n. 8.112/1990 ao tratar da matéria condicionou o seu pagamento à existência de regulamento específico. Em conclusão, portanto, não se faz possível estender para os Servidores da Justiça do Trabalho o adicional de penosidade concedido pelo Ministério Público Federal. 4. Confira-se, a propósito, o seguinte Acórdão do STF, da Relatoria Min. Moreira Alves: Servidor público. Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. Art. 7º, XXIII, da Constituição Federal. - O artigo 39, § 2º, da Constituição Federal apenas estendeu aos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios alguns dos direitos sociais por meio de remissão, para não ser necessária a repetição de seus enunciados, mas com isso não quis significar que, quando algum deles dependesse de legislação infraconstitucional para ter eficácia, essa seria, no âmbito federal, estadual ou municipal, a trabalhista. Com efeito, por força da Carta Magna Federal, esses direitos sociais integrarão necessariamente o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mas, quando dependem de lei que os regulamente para dar eficácia plena aos dispositivos cons-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

titucionais de que eles decorrem, essa legislação infraconstitucional terá de ser, conforme o âmbito a que pertence o servidor público, da competência dos mencionados entes públicos que constituem a federação. Recurso extraordinário conhecido, mas não provido. (STF. RE 169173, Relator(a): Min. MOREIRA ALVES, Primeira Turma, julgado em 10/05/1996, DJ 16-05-1997 PP-19965 EMENT VOL-01869-03 PP-00508) 5. Por fim, há de se levar em conta a recente edição da Súmula Vinculante n. 37, do STF, incrementando o peso decisório da anterior Súmula 339: NÃO CABE AO PODER JUDICIÁRIO, QUE NÃO TEM FUNÇÃO LEGISLATIVA, AUMENTAR VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS SOB O FUNDAMENTO DE ISONOMIA. 7. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e provido para, reformando o Acórdão recorrido, julgar improcedente o pedido vestibular, invertendo-se os ônus sucumbenciais.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007466-70.2012.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: MARIA HELENA GOMES PENHALOSA
PROC./ADV.: LILLIAN MONICA DELGADO BRITO OAB: RR-842
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de adicional de periculosidade a servidor público federal lotado em unidade localizada na fronteira.

É o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

A jurisprudência desta TNU, por meio do PEDILEF 0000789-14.2012.4.01.3201, DOU 5.12.2014, consolidou o entendimento nos seguintes termos:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR DO JUDICIÁRIO. FUNÇÃO COMISSIONADA. JUSTIÇA DO TRABALHO. ADICIONAL DE ATIVIDADE PENOSA. AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA. EQUIVALÊNCIA REMUNERATÓRIA COM OS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 339 DO STF E SÚMULA VINCULANTE N. 37/STF. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Cuidam os autos de ação ordinária ajuizada pelo Recorrido, ocupante de função comissionada no âmbito da Justiça do Trabalho (localidade de Tabatinga/AM) em face da União Federal objetivando perceber diferenças vencimentais a título de "adicional de atividade penosa", nos termos do Art. 7o., XXIII/CF e dos Artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90. Argumenta que, não obstante a ausência de regulamentação deste adicional pelo Conselho Superior da Magistratura Trabalhista (de resto, expressamente denegado, v.g., nos autos dos processos administrativos PP-4254-11.2011.5.90.0000 e CSJT-PP-264-75.2012.5.90.0000), tal lacuna pode vir a ser colmatada pela aplicação da Portaria n. PGR/MPU n 633/2010. 1.1. O Juiz Federal de Tabatinga/AM julgou procedente em parte a ação ordinária para o fim de condenar a União Federal a pagar em benefício do Autor o adicional de atividade penosa no valor de 20% do que percebe a título de função comissionada, e as diferenças devidas, a partir de 01.01.2011. A sentença foi confirmada, à unanimidade de votos, pela Turma Recursal do Amazonas. Admitido o pedido de uniformização, vieram os autos a mim distribuídos. 2. O adicional de atividade penosa, previsto nos artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90, é devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem. A respectiva percepção encontra-se condicionada, consoante a própria dicção legal (Art. 71), à regulamentação a ser estabelecida em caráter específico, fruto do exercício do poder regulamentar, inexistente no âmbito do Poder Judiciário Nacional (Vide PPN - 2012/00017, decidido pelo CJF). 3. Com efeito - é bom fixar o entendimento - o adicional de penosidade encontra-se previsto no artigo 7º, inciso XXIII da Constituição Federal/88, inserido no mundo jurídico juntamente com os adicionais de insalubridade e periculosidade. A Lei n.º 8.112/90, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, em seu art. 70, dispõe que "na concessão dos adicionais de atividades penosas, insalubres e de periculosidade serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica". Por sua vez, o artigo 71 da Lei 8.112/1990, prevê o adicional de penosidade, garantindo-o aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento. 3.1. Verifica-se, assim, que o artigo 71 é claro ao referir que o adicional de penosidade será devido ao servidor nos termos, condições e limites fixados em regulamento. Isto é, a própria lei definiu que o regulamento tem o condão de definir os termos, condições e limites para o pagamento da parcela em questão. Todavia, atualmente, não há qualquer previsão legal para definir ou caracterizar a atividade penosa no âmbito da Justiça do Trabalho, não sendo possível aplicar por analogia norma regulamentadora de outros órgãos, uma vez que, a Lei n. 8.112/1990 ao tratar da matéria condicionou o seu pagamento à existência de regulamento específico. Em conclusão, portanto, não se faz possível estender para os Servidores da Justiça do Trabalho o adicional de penosidade concedido pelo Ministério Público Federal. 4. Confira-se, a propósito, o seguinte Acórdão do STF, da Relatoria Min. Moreira Alves: Servidor público. Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. Art. 7º, XXIII, da Constituição Federal. -

O artigo 39, § 2º, da Constituição Federal apenas estendeu aos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios alguns dos direitos sociais por meio de remissão, para não ser necessária a repetição de seus enunciados, mas com isso não quis significar que, quando algum deles dependesse de legislação infraconstitucional para ter eficácia, essa seria, no âmbito federal, estadual ou municipal, a trabalhista. Com efeito, por força da Carta Magna Federal, esses direitos sociais integrarão necessariamente o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mas, quando dependem de lei que os regulamente para dar eficácia plena aos dispositivos constitucionais de que eles decorrem, essa legislação infraconstitucional terá de ser, conforme o âmbito a que pertence o servidor público, da competência dos mencionados entes públicos que constituem a federação. Recurso extraordinário conhecido, mas não provido. (STF. RE 169173, Relator(a): Min. MOREIRA ALVES, Primeira Turma, julgado em 10/05/1996, DJ 16-05-1997 PP-19965 EMENT VOL-01869-03 PP-00508) 5. Por fim, há de se levar em conta a recente edição da Súmula Vinculante n. 37, do STF, incrementando o peso decisório da anterior Súmula 339: NÃO CABE AO PODER JUDICIÁRIO, QUE NÃO TEM FUNÇÃO LEGISLATIVA, AUMENTAR VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS SOB O FUNDAMENTO DE ISONOMIA. 7. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e provido para, reformando o Acórdão recorrido, julgar improcedente o pedido vestibular, invertendo-se os ônus sucumbenciais.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007465-85.2012.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES FAGUNDES AMORIM
PROC./ADV.: LILLIAN MONICA DELGADO BRITO OAB: RR-842
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de adicional de periculosidade a servidor público federal lotado em unidade localizada na fronteira.

É o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

A jurisprudência desta TNU, por meio do PEDILEF 0000789-14.2012.4.01.3201, DOU 5.12.2014, consolidou o entendimento nos seguintes termos:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR DO JUDICIÁRIO. FUNÇÃO COMISSIONADA. JUSTIÇA DO TRABALHO. ADICIONAL DE ATIVIDADE PENOSA. AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA. EQUIVALÊNCIA REMUNERATÓRIA COM OS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 339 DO STF E SÚMULA VINCULANTE N. 37/STF. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Cuidam os autos de ação ordinária ajuizada pelo Recorrido, ocupante de função comissionada no âmbito da Justiça do Trabalho (localidade de Tabatinga/AM) em face da União Federal objetivando perceber diferenças vencimentais a título de "adicional de atividade penosa", nos termos do Art. 7o., XXIII/CF e dos Artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90. Argumenta que, não obstante a ausência de regulamentação deste adicional pelo Conselho Superior da Magistratura Trabalhista (de resto, expressamente denegado, v.g., nos autos dos processos administrativos PP-4254-11.2011.5.90.0000 e CSJT-PP-264-75.2012.5.90.0000), tal lacuna pode vir a ser colmatada pela aplicação da Portaria n. PGR/MPU n 633/2010. 1.1. O Juiz Federal de Tabatinga/AM julgou procedente em parte a ação ordinária para o fim de condenar a União Federal a pagar em benefício do Autor o adicional de atividade penosa no valor de 20% do que percebe a título de função comissionada, e as diferenças devidas, a partir de 01.01.2011. A sentença foi confirmada, à unanimidade de votos, pela Turma Recursal do Amazonas. Admitido o pedido de uniformização, vieram os autos a mim distribuídos. 2. O adicional de atividade penosa, previsto nos artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90, é devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem. A respectiva percepção encontra-se condicionada, consoante a própria dicção legal (Art. 71), à regulamentação a ser estabelecida em caráter específico, fruto do exercício do poder regulamentar, inexistente no âmbito do Poder Judiciário Nacional (Vide PPN - 2012/00017, decidido pelo CJF). 3. Com efeito - é bom fixar o entendimento - o adicional de penosidade encontra-se previsto no artigo 7º, inciso XXIII da Constituição Federal/88, inserido no mundo jurídico juntamente com os adicionais de insalubridade e periculosidade. A Lei n.º 8.112/90, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, em seu art. 70, dispõe que "na concessão dos adicionais de atividades penosas, insalubres e de periculosidade serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica". Por sua vez, o artigo 71 da Lei 8.112/1990, prevê o adicional de penosidade, garantindo-o aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento. 3.1. Verifica-se, assim, que o artigo 71 é claro ao referir que o adicional de penosidade será devido ao servidor nos termos, condições e limites fixados em regulamento. Isto é, a própria lei definiu que o regulamento tem o condão de definir os termos, condições e limites para o pagamento da parcela em questão. Todavia, atualmente, não há qualquer previsão legal para definir ou caracterizar a atividade penosa no âmbito da Justiça do Trabalho, não sendo possível aplicar por analogia norma regulamentadora de outros órgãos, uma vez que, a Lei n. 8.112/1990 ao tratar da matéria condicionou o seu pagamento à existência de regulamento específico. Em conclusão, portanto, não se faz possível estender para os Servidores da Justiça do Trabalho o adicional de penosidade concedido pelo Ministério Público Federal. 4. Confira-se, a propósito, o seguinte Acórdão do STF, da Relatoria Min. Moreira Alves: Servidor público. Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. Art. 7º, XXIII, da Constituição Federal. -

O artigo 39, § 2º, da Constituição Federal apenas estendeu aos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios alguns dos direitos sociais por meio de remissão, para não ser necessária a repetição de seus enunciados, mas com isso não quis significar que, quando algum deles dependesse de legislação infraconstitucional para ter eficácia, essa seria, no âmbito federal, estadual ou municipal, a trabalhista. Com efeito, por força da Carta Magna Federal, esses direitos sociais integrarão necessariamente o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mas, quando dependem de lei que os regulamente para dar eficácia plena aos dispositivos constitucionais de que eles decorrem, essa legislação infraconstitucional terá de ser, conforme o âmbito a que pertence o servidor público, da competência dos mencionados entes públicos que constituem a federação. Recurso extraordinário conhecido, mas não provido. (STF. RE 169173, Relator(a): Min. MOREIRA ALVES, Primeira Turma, julgado em 10/05/1996, DJ 16-05-1997 PP-19965 EMENT VOL-01869-03 PP-00508) 5. Por fim, há de se levar em conta a recente edição da Súmula Vinculante n. 37, do STF, incrementando o peso decisório da anterior Súmula 339: NÃO CABE AO PODER JUDICIÁRIO, QUE NÃO TEM FUNÇÃO LEGISLATIVA, AUMENTAR VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS SOB O FUNDAMENTO DE ISONOMIA. 7. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e provido para, reformando o Acórdão recorrido, julgar improcedente o pedido vestibular, invertendo-se os ônus sucumbenciais.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007602-67.2012.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: MARLENE BEZERRA DA SILVA
PROC./ADV.: LILLIAN MONICA DELGADO BRITO OAB: RR-842
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de adicional de periculosidade a servidor público federal lotado em unidade localizada na fronteira.

É o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

A jurisprudência desta TNU, por meio do PEDILEF 0000789-14.2012.4.01.3201, DOU 5.12.2014, consolidou o entendimento nos seguintes termos:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR DO JUDICIÁRIO. FUNÇÃO COMISSIONADA. JUSTIÇA DO TRABALHO. ADICIONAL DE ATIVIDADE PENOSA. AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA. EQUIVALÊNCIA REMUNERATÓRIA COM OS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 339 DO STF E SÚMULA VINCULANTE N. 37/STF. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Cuidam os autos de ação ordinária ajuizada pelo Recorrido, ocupante de função comissionada no âmbito da Justiça do Trabalho (localidade de Tabatinga/AM) em face da União Federal objetivando perceber diferenças vencimentais a título de "adicional de atividade penosa", nos termos do Art. 7o., XXIII/CF e dos Artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90. Argumenta que, não obstante a ausência de regulamentação deste adicional pelo Conselho Superior da Magistratura Trabalhista (de resto, expressamente denegado, v.g., nos autos dos processos administrativos PP-4254-11.2011.5.90.0000 e CSJT-PP-264-75.2012.5.90.0000), tal lacuna pode vir a ser colmatada pela aplicação da Portaria n. PGR/MPU n 633/2010. 1.1. O Juiz Federal de Tabatinga/AM julgou procedente em

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

parte a ação ordinária para o fim de condenar a União Federal a pagar em benefício do Autor o adicional de atividade penosa no valor de 20% do que percebe a título de função comissionada, e as diferenças devidas, a partir de 01.01.2011. A sentença foi confirmada, à unanimidade de votos, pela Turma Recursal do Amazonas. Admitido o pedido de uniformização, vieram os autos a mim distribuídos. 2. O adicional de atividade penosa, previsto nos artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90, é devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem. A respectiva percepção encontra-se condicionada, consoante a própria dicção legal (Art. 71), à regulamentação a ser estabelecida em caráter específico, fruto do exercício do poder regulamentar, inexistente no âmbito do Poder Judiciário Nacional (Vide PPN - 2012/00017, decidido pelo CJF). 3. Com efeito - é bom fixar o entendimento - o adicional de penosidade encontra-se previsto no artigo 7º, inciso XXIII da Constituição Federal/88, inserido no mundo jurídico juntamente com os adicionais de insalubridade e periculosidade. A Lei n.º 8.112/90, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, em seu art. 70, dispõe que "na concessão dos adicionais de atividades penosas, insalubres e de periculosidade serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica". Por sua vez, o artigo 71 da Lei 8.112/1990, prevê o adicional de penosidade, garantindo-o aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento. 3.1. Verifica-se, assim, que o artigo 71 é claro ao referir que o adicional de penosidade será devido ao servidor nos termos, condições e limites fixados em regulamento. Isto é, a própria lei definiu que o regulamento tem o condão de definir os termos, condições e limites para o pagamento da parcela em questão. Todavia, atualmente, não há qualquer previsão legal para definir ou caracterizar a atividade penosa no âmbito da Justiça do Trabalho, não sendo possível aplicar por analogia norma regulamentadora de outros órgãos, uma vez que, a Lei n. 8.112/1990 ao tratar da matéria condicionou o seu pagamento à existência de regulamento específico. Em conclusão, portanto, não se faz possível estender para os Servidores da Justiça do Trabalho o adicional de penosidade concedido pelo Ministério Público Federal. 4. Confira-se, a propósito, o seguinte Acórdão do STF, da Relatoria Min. Moreira Alves: Servidor público. Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. Art. 7º, XXIII, da Constituição Federal. -

O artigo 39, § 2º, da Constituição Federal apenas estendeu aos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios alguns dos direitos sociais por meio de remissão, para não ser necessária a repetição de seus enunciados, mas com isso não quis significar que, quando algum deles dependesse de legislação infraconstitucional para ter eficácia, essa seria, no âmbito federal, estadual ou municipal, a trabalhista. Com efeito, por força da Carta Magna Federal, esses direitos sociais integrarão necessariamente o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mas, quando dependem de lei que os regulamente para dar eficácia plena aos dispositivos constitucionais de que eles decorrem, essa legislação infraconstitucional terá de ser, conforme o âmbito a que pertence o servidor público, da competência dos mencionados entes públicos que constituem a federação. Recurso extraordinário conhecido, mas não provido. (STF. RE 169173, Relator(a): Min. MOREIRA ALVES, Primeira Turma, julgado em 10/05/1996, DJ 16-05-1997 PP-19965 EMENT VOL-01869-03 PP-00508) 5. Por fim, há de se levar em conta a recente edição da Súmula Vinculante n. 37, do STF, incrementando o peso decisório da anterior Súmula 339: NÃO CABE AO PODER JUDICIÁRIO, QUE NÃO TEM FUNÇÃO LEGISLATIVA, AUMENTAR VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS SOB O FUNDAMENTO DE ISONOMIA. 7. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e provido para, reformando o Acórdão recorrido, julgar improcedente o pedido vestibular, invertendo-se os ônus sucumbenciais.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007567-10.2012.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: MARIA JOSÉ CAVALCANTE DA CRUZ
PROC./ADV.: LILLIAN MONICA DELGADO BRITO OAB: RR-842
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de adicional de periculosidade a servidor público federal lotado em unidade localizada na fronteira.

É o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

A jurisprudência desta TNU, por meio do PEDILEF 0000789-14.2012.4.01.3201, DOU 5.12.2014, consolidou o entendimento nos seguintes termos:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR DO JUDICIÁRIO. FUNÇÃO COMISSIONADA. JUSTIÇA DO TRABALHO. ADICIONAL DE ATIVIDADE PENOSA. AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA. EQUIVALÊNCIA REMUNERATÓRIA COM OS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 339 DO STF E SÚMULA VINCULANTE N. 37/STF. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Cuidam os autos de ação ordinária ajuizada pelo Recorrido, ocupante de função comissionada no âmbito da Justiça do Trabalho (localidade de Tabatinga/AM) em face da União Federal objetivando perceber diferenças vencimentais a título de "adicional de atividade penosa", nos termos do Art. 7o., XXIII/CF e dos Artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90. Argumenta que, não obstante a ausência de regulamentação deste adicional pelo Conselho Superior da Magistratura Trabalhista (de resto, expressamente denegado, v.g., nos autos dos processos administrativos PP-4254-11.2011.5.90.0000 e CSJT-PP-264-75.2012.5.90.0000), tal lacuna pode vir a ser colmatada pela aplicação da Portaria n. PGR/MPU n 633/2010. 1.1. O Juiz Federal de Tabatinga/AM julgou procedente em parte a ação ordinária para o fim de condenar a União Federal a pagar em benefício do Autor o adicional de atividade penosa no valor de 20% do que percebe a título de função comissionada, e as diferenças devidas, a partir de 01.01.2011. A sentença foi confirmada, à unanimidade de votos, pela Turma Recursal do Amazonas. Admitido o pedido de uniformização, vieram os autos a mim distribuídos. 2. O adicional de atividade penosa, previsto nos artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90, é devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem. A respectiva percepção encontra-se condicionada, consoante a própria dicção legal (Art. 71), à regulamentação a ser estabelecida em caráter específico, fruto do exercício do poder regulamentar, inexistente no âmbito do Poder Judiciário Nacional (Vide PPN - 2012/00017, decidido pelo CJF). 3. Com efeito - é bom fixar o entendimento - o adicional de penosidade encontra-se previsto no artigo 7º, inciso XXIII da Constituição Federal/88, inserido no mundo jurídico juntamente com os adicionais de insalubridade e periculosidade. A Lei n.º 8.112/90, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, em seu art. 70, dispõe que "na concessão dos adicionais de atividades penosas, insalubres e de periculosidade serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica". Por sua vez, o artigo 71 da Lei 8.112/1990, prevê o adicional de penosidade, garantindo-o aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento. 3.1. Verifica-se, assim, que o artigo 71 é claro ao referir que o adicional de penosidade será devido ao servidor nos termos, condições e limites fixados em regulamento. Isto é, a própria lei definiu que o regulamento tem o condão de definir os termos, condições e limites para o pagamento da parcela em questão. Todavia, atualmente, não há qualquer previsão legal para definir ou caracterizar a atividade penosa no âmbito da Justiça do Trabalho, não sendo possível aplicar por analogia norma regulamentadora de outros órgãos, uma vez que, a Lei n. 8.112/1990 ao tratar da matéria condicionou o seu pagamento à existência de regulamento específico. Em conclusão, portanto, não se faz possível estender para os Servidores da Justiça do Trabalho o adicional de penosidade concedido pelo Ministério Público Federal. 4. Confira-se, a propósito, o seguinte Acórdão do STF, da Relatoria Min. Moreira Alves: Servidor público. Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. Art. 7º, XXIII, da Constituição Federal. -

O artigo 39, § 2º, da Constituição Federal apenas estendeu aos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios alguns dos direitos sociais por meio de remissão, para não ser necessária a repetição de seus enunciados, mas com isso não quis significar que, quando algum deles dependesse de legislação infraconstitucional para ter eficácia, essa seria, no âmbito federal, estadual ou municipal, a trabalhista. Com efeito, por força da Carta Magna Federal, esses direitos sociais integrarão necessariamente o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mas, quando dependem de lei que os regulamente para dar eficácia plena aos dispositivos constitucionais de que eles decorrem, essa legislação infraconstitucional terá de ser, conforme o âmbito a que pertence o servidor público, da competência dos mencionados entes públicos que constituem a federação. Recurso extraordinário conhecido, mas não provido. (STF. RE 169173, Relator(a): Min. MOREIRA ALVES, Primeira Turma, julgado em 10/05/1996, DJ 16-05-1997 PP-19965 EMENT VOL-01869-03 PP-00508) 5. Por fim, há de se levar em conta a recente edição da Súmula Vinculante n. 37, do STF, incrementando o peso decisório da anterior Súmula 339: NÃO CABE AO PODER JUDICIÁRIO, QUE NÃO TEM FUNÇÃO LEGISLATIVA, AUMENTAR VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS SOB O FUNDAMENTO DE ISONOMIA. 7. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e provido para, reformando o Acórdão recorrido, julgar improcedente o pedido vestibular, invertendo-se os ônus sucumbenciais.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007563-70.2012.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: MARIA DO ROSÁRIO FERREIRA DE SOUZA
PROC./ADV.: LILLIAN MONICA DELGADO BRITO OAB: RR-842
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de adicional de periculosidade a servidor público federal lotado em unidade localizada na fronteira.

É o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

A jurisprudência desta TNU, por meio do PEDILEF 0000789-14.2012.4.01.3201, DOU 5.12.2014, consolidou o entendimento nos seguintes termos:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR DO JUDICIÁRIO. FUNÇÃO COMISSIONADA. JUSTIÇA DO TRABALHO. ADICIONAL DE ATIVIDADE PENOSA. AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA. EQUIVALÊNCIA REMUNERATÓRIA COM OS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 339 DO STF E SÚMULA VINCULANTE N. 37/STF. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Cuidam os autos de ação ordinária ajuizada pelo Recorrido, ocupante de função comissionada no âmbito da Justiça do Trabalho (localidade de Tabatinga/AM) em face da União Federal objetivando perceber diferenças vencimentais a título de "adicional de atividade penosa", nos termos do Art. 7o., XXIII/CF e dos Artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90. Argumenta que, não obstante a ausência de regulamentação deste adicional pelo Conselho Superior da Magistratura Trabalhista (de resto, expressamente denegado, v.g., nos autos dos processos administrativos PP-4254-11.2011.5.90.0000 e CSJT-PP-264-75.2012.5.90.0000), tal lacuna pode vir a ser colmatada pela aplicação da Portaria n. PGR/MPU n 633/2010. 1.1. O Juiz Federal de Tabatinga/AM julgou procedente em parte a ação ordinária para o fim de condenar a União Federal a pagar em benefício do Autor o adicional de atividade penosa no valor de 20% do que percebe a título de função comissionada, e as diferenças devidas, a partir de 01.01.2011. A sentença foi confirmada, à unanimidade de votos, pela Turma Recursal do Amazonas. Admitido o pedido de uniformização, vieram os autos a mim distribuídos. 2. O adicional de atividade penosa, previsto nos artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90, é devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem. A respectiva percepção encontra-se condicionada, consoante a própria dicção legal (Art. 71), à regulamentação a ser estabelecida em caráter específico, fruto do exercício do poder regulamentar, inexistente no âmbito do Poder Judiciário Nacional (Vide PPN - 2012/00017, decidido pelo CJF). 3. Com efeito - é bom fixar o entendimento - o adicional de penosidade encontra-se previsto no artigo 7º, inciso XXIII da Constituição Federal/88, inserido no mundo jurídico juntamente com os adicionais de insalubridade e periculosidade. A Lei n.º 8.112/90, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, em seu art. 70, dispõe que "na concessão dos adicionais de atividades penosas, insalubres e de periculosidade serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica". Por sua vez, o artigo 71 da Lei 8.112/1990, prevê o adicional de penosidade, garantindo-o aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento. 3.1. Verifica-se, assim, que o artigo 71 é claro ao referir que o adicional de penosidade será devido ao servidor nos termos, condições e limites fixados em regulamento. Isto é, a própria lei definiu que o regulamento tem o condão de definir os termos, condições e limites para o pagamento da parcela em questão. Todavia, atualmente, não há qualquer previsão legal para definir ou caracterizar a atividade penosa no âmbito da Justiça do Trabalho, não sendo possível aplicar por analogia norma regulamentadora de outros órgãos, uma vez que, a Lei n. 8.112/1990 ao tratar da matéria condicionou o seu pagamento à existência de regulamento específico. Em conclusão, portanto, não se faz possível estender para os Servidores da Justiça do Trabalho o adicional de penosidade concedido pelo Ministério Público Federal. 4. Confira-se, a propósito, o seguinte Acórdão do STF, da Relatoria Min. Moreira Alves: Servidor público. Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. Art. 7º, XXIII, da Constituição Federal. -

O artigo 39, § 2º, da Constituição Federal apenas estendeu aos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios alguns dos direitos sociais por meio de remissão, para não ser necessária a repetição de seus enunciados, mas com isso não quis significar que, quando algum deles dependesse de legislação infraconstitucional para ter eficácia, essa seria, no âmbito federal, estadual ou municipal, a trabalhista. Com efeito, por força da Carta Magna Federal, esses direitos sociais integrarão necessariamente o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, dos Estados,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

do Distrito Federal e dos Municípios, mas, quando dependem de lei que os regulamente para dar eficácia plena aos dispositivos constitucionais de que eles decorrem, essa legislação infraconstitucional terá de ser, conforme o âmbito a que pertence o servidor público, da competência dos mencionados entes públicos que constituem a federação. Recurso extraordinário conhecido, mas não provido. (STF. RE 169173, Relator(a): Min. MOREIRA ALVES, Primeira Turma, julgado em 10/05/1996, DJ 16-05-1997 PP-19965 EMENT VOL-01869-03 PP-00508) 5. Por fim, há de se levar em conta a recente edição da Súmula Vinculante n. 37, do STF, incrementando o peso decisório da anterior Súmula 339: NÃO CABE AO PODER JUDICIÁRIO, QUE NÃO TEM FUNÇÃO LEGISLATIVA, AUMENTAR VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS SOB O FUNDAMENTO DE ISONOMIA. 7. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e provido para, reformando o Acórdão recorrido, julgar improcedente o pedido vestibular, invertendo-se os ônus sucumbenciais.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007561-03.2012.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: LÚCIA GOMES RODRIGUES DE ANDRADE
PROC./ADV.: LILLIAN MONICA DELGADO BRITO OAB: RR-842
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de adicional de periculosidade a servidor público federal lotado em unidade localizada na fronteira.

É o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

A jurisprudência desta TNU, por meio do PEDILEF 0000789-14.2012.4.01.3201, DOU 5.12.2014, consolidou o entendimento nos seguintes termos:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR DO JUDICIÁRIO. FUNÇÃO COMISSIONADA. JUSTIÇA DO TRABALHO. ADICIONAL DE ATIVIDADE PENOSA. AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA. EQUIVALÊNCIA REMUNERATÓRIA COM OS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 339 DO STF E SÚMULA VINCULANTE N. 37/STF. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Cuidam os autos de ação ordinária ajuizada pelo Recorrido, ocupante de função comissionada no âmbito da Justiça do Trabalho (localidade de Tabatinga/AM) em face da União Federal objetivando perceber diferenças vencimentais a título de "adicional de atividade penosa", nos termos do Art. 7o., XXIII/CF e dos Artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90. Argumenta que, não obstante a ausência de regulamentação deste adicional pelo Conselho Superior da Magistratura Trabalhista (de resto, expressamente denegado, v.g., nos autos dos processos administrativos PP-4254-11.2011.5.90.0000 e CSJT-PP-264-75.2012.5.90.0000), tal lacuna pode vir a ser colmatada pela aplicação da Portaria n. PGR/MPU n 633/2010. 1.1. O Juiz Federal de Tabatinga/AM julgou procedente em parte a ação ordinária para o fim de condenar a União Federal a pagar em benefício do Autor o adicional de atividade penosa no valor de 20% do que percebe a título de função comissionada, e as diferenças devidas, a partir de 01.01.2011. A sentença foi confirmada, à unanimidade de votos, pela Turma Recursal do Amazonas. Admitido o pedido de uniformização, vieram os autos a mim distribuídos. 2. O adicional de atividade penosa, previsto nos artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90, é devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem. A respectiva percepção encontra-se condicionada, consoante a própria dicção legal (Art. 71), à regulamentação a ser estabelecida em caráter específico, fruto do exercício do poder regulamentar, inexistente no âmbito do Poder Judiciário Nacional (Vide PPN - 2012/00017, decidido pelo CJF). 3. Com efeito - é bom fixar o entendimento - o adicional de penosidade encontra-se previsto no artigo 7º, inciso XXIII da Constituição Federal/88, inserido no mundo jurídico juntamente com os adicionais de insalubridade e periculosidade. A Lei n.º 8.112/90, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, em seu art. 70, dispõe que "na concessão dos adicionais de atividades penosas, insalubres e de periculosidade serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica". Por sua vez, o artigo 71 da Lei 8.112/1990, prevê o adicional de penosidade, garantindo-o aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento. 3.1. Verifica-se, assim, que o artigo 71 é claro ao referir que o adicional de penosidade será devido ao servidor nos termos, condições e limites fixados em regulamento. Isto é, a própria lei definiu que o regulamento tem o condão de definir os termos, condições e limites para o pagamento da parcela em questão. Todavia, atualmente, não há qualquer previsão legal para definir ou caracterizar a atividade penosa no âmbito da Justiça do Trabalho, não sendo possível aplicar por analogia norma regulamentadora de outros órgãos, uma vez que, a Lei n. 8.112/1990 ao tratar da matéria condicionou o seu pagamento à existência de regulamento específico. Em conclusão, portanto, não se faz possível estender para os Servidores da Justiça do Trabalho o adicional de penosidade concedido pelo Ministério Público Federal. 4. Confira-se, a propósito, o seguinte Acórdão do STF, da Relatoria Min. Moreira Alves: Servidor público. Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. Art. 7º, XXIII, da Constituição Federal. - O artigo 39, § 2º, da Constituição Federal apenas estendeu aos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios alguns dos direitos sociais por meio de remissão, para não ser necessária a repetição de seus enunciados, mas com isso não quis significar que, quando algum deles dependesse de legislação infraconstitucional para ter eficácia, essa seria, no âmbito federal, estadual ou municipal, a trabalhista. Com efeito, por força da Carta Magna Federal, esses direitos sociais integrarão necessariamente o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mas, quando dependem de lei que os regulamente para dar eficácia plena aos dispositivos constitucionais de que eles decorrem, essa legislação infraconstitucional terá de ser, conforme o âmbito a que pertence o servidor público, da competência dos mencionados entes públicos que constituem a federação. Recurso extraordinário conhecido, mas não provido. (STF. RE 169173, Relator(a): Min. MOREIRA ALVES, Primeira Turma, julgado em 10/05/1996, DJ 16-05-1997 PP-19965 EMENT VOL-01869-03 PP-00508) 5. Por fim, há de se levar em conta a recente edição da Súmula Vinculante n. 37, do STF, incrementando o peso decisório da anterior Súmula 339: NÃO CABE AO PODER JUDICIÁRIO, QUE NÃO TEM FUNÇÃO LEGISLATIVA, AUMENTAR VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS SOB O FUNDAMENTO DE ISONOMIA. 7. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e provido para, reformando o Acórdão recorrido, julgar improcedente o pedido vestibular, invertendo-se os ônus sucumbenciais.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007762-92.2012.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: SILVANA SALVATIERRA ORIHUELA
PROC./ADV.: LILLIAN MONICA DELGADO BRITO OAB: RR-842
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de adicional de periculosidade a servidor público federal lotado em unidade localizada na fronteira.

É o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

A jurisprudência desta TNU, por meio do PEDILEF 0000789-14.2012.4.01.3201, DOU 5.12.2014, consolidou o entendimento nos seguintes termos:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR DO JUDICIÁRIO. FUNÇÃO COMISSIONADA. JUSTIÇA DO TRABALHO. ADICIONAL DE ATIVIDADE PENOSA. AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA. EQUIVALÊNCIA REMUNERATÓRIA COM OS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 339 DO STF E SÚMULA VINCULANTE N. 37/STF. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Cuidam os autos de ação ordinária ajuizada pelo Recorrido, ocupante de função comissionada no âmbito da Justiça do Trabalho (localidade de Tabatinga/AM) em face da União Federal objetivando perceber diferenças vencimentais a título de "adicional de atividade penosa", nos termos do Art. 7o., XXIII/CF e dos Artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90. Argumenta que, não obstante a ausência de regulamentação deste adicional pelo Conselho Superior da Magistratura Trabalhista (de resto, expressamente denegado, v.g., nos autos dos processos administrativos PP-4254-11.2011.5.90.0000 e CSJT-PP-264-75.2012.5.90.0000), tal lacuna pode vir a ser colmatada pela aplicação da Portaria n. PGR/MPU n 633/2010. 1.1. O Juiz Federal de Tabatinga/AM julgou procedente em parte a ação ordinária para o fim de condenar a União Federal a pagar em benefício do Autor o adicional de atividade penosa no valor de 20% do que percebe a título de função comissionada, e as diferenças devidas, a partir de 01.01.2011. A sentença foi confirmada, à unanimidade de votos, pela Turma Recursal do Amazonas. Admitido o pedido de uniformização, vieram os autos a mim distribuídos. 2. O adicional de atividade penosa, previsto nos artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90, é devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem. A respectiva percepção encontra-se condicionada, consoante a própria dicção legal (Art. 71), à regulamentação a ser estabelecida em caráter específico, fruto do exercício do poder regulamentar, inexistente no âmbito do Poder Judiciário Nacional (Vide PPN - 2012/00017, decidido pelo CJF). 3. Com efeito - é bom fixar o entendimento - o adicional de penosidade encontra-se previsto no artigo 7º, inciso XXIII da Constituição Federal/88, inserido no mundo jurídico juntamente com os adicionais de insalubridade e periculosidade. A Lei n.º 8.112/90, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, em seu art. 70, dispõe que "na concessão dos adicionais de atividades penosas, insalubres e de periculosidade serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica". Por sua vez, o artigo 71 da Lei 8.112/1990, prevê o adicional de penosidade, garantindo-o aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento. 3.1. Verifica-se, assim, que o artigo 71 é claro ao referir que o adicional de penosidade será devido ao servidor nos termos, condições e limites fixados em regulamento. Isto é, a própria lei definiu que o regulamento tem o condão de definir os termos, condições e limites para o pagamento da parcela em questão. Todavia, atualmente, não há qualquer previsão legal para definir ou caracterizar a atividade penosa no âmbito da Justiça do Trabalho, não sendo possível aplicar por analogia norma regulamentadora de outros órgãos, uma vez que, a Lei n. 8.112/1990 ao tratar da matéria condicionou o seu pagamento à existência de regulamento específico. Em conclusão, portanto, não se faz possível estender para os Servidores da Justiça do Trabalho o adicional de penosidade concedido pelo Ministério Público Federal. 4. Confira-se, a propósito, o seguinte Acórdão do STF, da Relatoria Min. Moreira Alves: Servidor público. Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. Art. 7º, XXIII, da Constituição Federal. - O artigo 39, § 2º, da Constituição Federal apenas estendeu aos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios alguns dos direitos sociais por meio de remissão, para não ser necessária a repetição de seus enunciados, mas com isso não quis significar que, quando algum deles dependesse de legislação infraconstitucional para ter eficácia, essa seria, no âmbito federal, estadual ou municipal, a trabalhista. Com efeito, por força da Carta Magna Federal, esses direitos sociais integrarão necessariamente o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mas, quando dependem de lei que os regulamente para dar eficácia plena aos dispositivos constitucionais de que eles decorrem, essa legislação infraconstitucional terá de ser, conforme o âmbito a que pertence o servidor público, da competência dos mencionados entes públicos que constituem a federação. Recurso extraordinário conhecido, mas não provido. (STF. RE 169173, Relator(a): Min. MOREIRA ALVES, Primeira Turma, julgado em 10/05/1996, DJ 16-05-1997 PP-19965 EMENT VOL-01869-03 PP-00508) 5. Por fim, há de se levar em conta a recente edição da Súmula Vinculante n. 37, do STF, incrementando o peso decisório da anterior Súmula 339: NÃO CABE AO PODER JUDICIÁRIO, QUE NÃO TEM FUNÇÃO LEGISLATIVA, AUMENTAR VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS SOB O FUNDAMENTO DE ISONOMIA. 7. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e provido para, reformando o Acórdão recorrido, julgar improcedente o pedido vestibular, invertendo-se os ônus sucumbenciais.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007557-63.2012.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: IRISMAR CARVALHO DUTRA
PROC./ADV.: LILLIAN MONICA DELGADO BRITO OAB: RR-842
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de adicional de periculosidade a servidor público federal lotado em unidade localizada na fronteira.

É o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

A jurisprudência desta TNU, por meio do PEDILEF 0000789-14.2012.4.01.3201, DOU 5.12.2014, consolidou o entendimento nos seguintes termos:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR DO JUDICIÁRIO. FUNÇÃO COMISSIONADA. JUSTIÇA DO TRABALHO. ADICIONAL DE ATIVIDADE PENOSA. AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA. EQUIVALÊNCIA REMUNERATÓRIA COM OS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 339 DO STF E SÚMULA VINCULANTE N. 37/STF. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Cuidam os autos de ação ordinária ajuizada pelo Recorrido, ocupante de função comissionada no âmbito da Justiça do Trabalho (localidade de Tabatinga/AM) em face da União Federal objetivando perceber diferenças vencimentais a título de "adicional de atividade penosa", nos termos do Art. 7o., XXIII/CF e dos Artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90. Argumenta que, não obstante a ausência de regulamentação deste adicional pelo Conselho Superior da Magistratura Trabalhista (de resto, expressamente denegado, v.g., nos autos dos processos administrativos PP-4254-11.2011.5.90.0000 e CSJT-PP-264-75.2012.5.90.0000), tal lacuna pode vir a ser colmatada pela aplicação da Portaria n. PGR/MPU n

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

633/2010. 1.1. O Juiz Federal de Tabatinga/AM julgou procedente em parte a ação ordinária para o fim de condenar a União Federal a pagar em benefício do Autor o adicional de atividade penosa no valor de 20% do que percebe a título de função comissionada, e as diferenças devidas, a partir de 01.01.2011. A sentença foi confirmada, à unanimidade de votos, pela Turma Recursal do Amazonas. Admitido o pedido de uniformização, vieram os autos a mim distribuídos. 2. O adicional de atividade penosa, previsto nos artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90, é devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem. A respectiva percepção encontra-se condicionada, consoante a própria dicção legal (Art. 71), à regulamentação a ser estabelecida em caráter específico, fruto do exercício do poder regulamentar, inexistente no âmbito do Poder Judiciário Nacional (Vide PPN - 2012/00017, decidido pelo CJF). 3. Com efeito - é bom fixar o entendimento - o adicional de penosidade encontra-se previsto no artigo 7º, inciso XXIII da Constituição Federal/88, inserido no mundo jurídico juntamente com os adicionais de insalubridade e periculosidade. A Lei n.º 8.112/90, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, em seu art. 70, dispõe que "na concessão dos adicionais de atividades penosas, insalubres e de periculosidade serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica". Por sua vez, o artigo 71 da Lei 8.112/1990, prevê o adicional de penosidade, garantindo-o aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento. 3.1. Verifica-se, assim, que o artigo 71 é claro ao referir que o adicional de penosidade será devido ao servidor nos termos, condições e limites fixados em regulamento. Isto é, a própria lei definiu que o regulamento tem o condão de definir os termos, condições e limites para o pagamento da parcela em questão. Todavia, atualmente, não há qualquer previsão legal para definir ou caracterizar a atividade penosa no âmbito da Justiça do Trabalho, não sendo possível aplicar por analogia norma regulamentadora de outros órgãos, uma vez que, a Lei n. 8.112/1990 ao tratar da matéria condicionou o seu pagamento à existência de regulamento específico. Em conclusão, portanto, não se faz possível estender para os Servidores da Justiça do Trabalho o adicional de penosidade concedido pelo Ministério Público Federal. 4. Confira-se, a propósito, o seguinte Acórdão do STF, da Relatoria Min. Moreira Alves: Servidor público. Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. Art. 7º, XXIII, da Constituição Federal. -

O artigo 39, § 2º, da Constituição Federal apenas estendeu aos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios alguns dos direitos sociais por meio de remissão, para não ser necessária a repetição de seus enunciados, mas com isso não quis significar que, quando algum deles dependesse de legislação infraconstitucional para ter eficácia, essa seria, no âmbito federal, estadual ou municipal, a trabalhista. Com efeito, por força da Carta Magna Federal, esses direitos sociais integrarão necessariamente o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mas, quando dependem de lei que os regulamente para dar eficácia plena aos dispositivos constitucionais de que eles decorrem, essa legislação infraconstitucional terá de ser, conforme o âmbito a que pertence o servidor público, da competência dos mencionados entes públicos que constituem a federação. Recurso extraordinário conhecido, mas não provido. (STF. RE 169173, Relator(a): Min. MOREIRA ALVES, Primeira Turma, julgado em 10/05/1996, DJ 16-05-1997 PP-19965 EMENT VOL-01869-03 PP-00508) 5. Por fim, há de se levar em conta a recente edição da Súmula Vinculante n. 37, do STF, incrementando o peso decisório da anterior Súmula 339: NÃO CABE AO PODER JUDICIÁRIO, QUE NÃO TEM FUNÇÃO LEGISLATIVA, AUMENTAR VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS SOB O FUNDAMENTO DE ISONOMIA. 7. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e provido para, reformando o Acórdão recorrido, julgar improcedente o pedido vestibular, invertendo-se os ônus sucumbenciais.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007765-47.2012.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: VALDEMIRO ZEFERINO DE ABREU
PROC./ADV.: LILLIAN MONICA DELGADO BRITO OAB: RR-842
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de adicional de periculosidade a servidor público federal lotado em unidade localizada na fronteira.

É o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

A jurisprudência desta TNU, por meio do PEDILEF 0000789-14.2012.4.01.3201, DOU 5.12.2014, consolidou o entendimento nos seguintes termos:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR DO JUDICIÁRIO. FUNÇÃO COMISSIONADA. JUSTIÇA DO TRABALHO. ADICIONAL DE ATIVIDADE PENOSA. AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA. EQUIVALÊNCIA REMUNERATÓRIA COM OS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 339 DO STF E SÚMULA VINCULANTE N. 37/STF. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Cuidam os autos de ação ordinária ajuizada pelo Recorrido, ocupante de função comissionada no âmbito da Justiça do Trabalho (localidade de Tabatinga/AM) em face da União Federal objetivando perceber diferenças vencimentais a título de "adicional de atividade penosa", nos termos do Art. 7o., XXIII/CF e dos Artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90. Argumenta que, não obstante a ausência de regulamentação deste adicional pelo Conselho Superior da Magistratura Trabalhista (de resto, expressamente denegado, v.g., nos autos dos processos administrativos PP-4254-11.2011.5.90.0000 e CSJT-PP-264-75.2012.5.90.0000), tal lacuna pode vir a ser colmatada pela aplicação da Portaria n. PGR/MPU n 633/2010. 1.1. O Juiz Federal de Tabatinga/AM julgou procedente em parte a ação ordinária para o fim de condenar a União Federal a pagar em benefício do Autor o adicional de atividade penosa no valor de 20% do que percebe a título de função comissionada, e as diferenças devidas, a partir de 01.01.2011. A sentença foi confirmada, à unanimidade de votos, pela Turma Recursal do Amazonas. Admitido o pedido de uniformização, vieram os autos a mim distribuídos. 2. O adicional de atividade penosa, previsto nos artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90, é devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem. A respectiva percepção encontra-se condicionada, consoante a própria dicção legal (Art. 71), à regulamentação a ser estabelecida em caráter específico, fruto do exercício do poder regulamentar, inexistente no âmbito do Poder Judiciário Nacional (Vide PPN - 2012/00017, decidido pelo CJF). 3. Com efeito - é bom fixar o entendimento - o adicional de penosidade encontra-se previsto no artigo 7º, inciso XXIII da Constituição Federal/88, inserido no mundo jurídico juntamente com os adicionais de insalubridade e periculosidade. A Lei n.º 8.112/90, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, em seu art. 70, dispõe que "na concessão dos adicionais de atividades penosas, insalubres e de periculosidade serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica". Por sua vez, o artigo 71 da Lei 8.112/1990, prevê o adicional de penosidade, garantindo-o aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento. 3.1. Verifica-se, assim, que o artigo 71 é claro ao referir que o adicional de penosidade será devido ao servidor nos termos, condições e limites fixados em regulamento. Isto é, a própria lei definiu que o regulamento tem o condão de definir os termos, condições e limites para o pagamento da parcela em questão. Todavia, atualmente, não há qualquer previsão legal para definir ou caracterizar a atividade penosa no âmbito da Justiça do Trabalho, não sendo possível aplicar por analogia norma regulamentadora de outros órgãos, uma vez que, a Lei n. 8.112/1990 ao tratar da matéria condicionou o seu pagamento à existência de regulamento específico. Em conclusão, portanto, não se faz possível estender para os Servidores da Justiça do Trabalho o adicional de penosidade concedido pelo Ministério Público Federal. 4. Confira-se, a propósito, o seguinte Acórdão do STF, da Relatoria Min. Moreira Alves: Servidor público. Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. Art. 7º, XXIII, da Constituição Federal. -

O artigo 39, § 2º, da Constituição Federal apenas estendeu aos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios alguns dos direitos sociais por meio de remissão, para não ser necessária a repetição de seus enunciados, mas com isso não quis significar que, quando algum deles dependesse de legislação infraconstitucional para ter eficácia, essa seria, no âmbito federal, estadual ou municipal, a trabalhista. Com efeito, por força da Carta Magna Federal, esses direitos sociais integrarão necessariamente o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mas, quando dependem de lei que os regulamente para dar eficácia plena aos dispositivos constitucionais de que eles decorrem, essa legislação infraconstitucional terá de ser, conforme o âmbito a que pertence o servidor público, da competência dos mencionados entes públicos que constituem a federação. Recurso extraordinário conhecido, mas não provido. (STF. RE 169173, Relator(a): Min. MOREIRA ALVES, Primeira Turma, julgado em 10/05/1996, DJ 16-05-1997 PP-19965 EMENT VOL-01869-03 PP-00508) 5. Por fim, há de se levar em conta a recente edição da Súmula Vinculante n. 37, do STF, incrementando o peso decisório da anterior Súmula 339: NÃO CABE AO PODER JUDICIÁRIO, QUE NÃO TEM FUNÇÃO LEGISLATIVA, AUMENTAR VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS SOB O FUNDAMENTO DE ISONOMIA. 7. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e provido para, reformando o Acórdão recorrido, julgar improcedente o pedido vestibular, invertendo-se os ônus sucumbenciais.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0008101-51.2012.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: MARIA FRANCIRENE DE ARAUJO FERREIRA OLIVEIRA
PROC./ADV.: LILLIAN MONICA DELGADO BRITO OAB: RR-842
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de adicional de periculosidade a servidor público federal lotado em unidade localizada na fronteira.

É o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

A jurisprudência desta TNU, por meio do PEDILEF 0000789-14.2012.4.01.3201, DOU 5.12.2014, consolidou o entendimento nos seguintes termos:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR DO JUDICIÁRIO. FUNÇÃO COMISSIONADA. JUSTIÇA DO TRABALHO. ADICIONAL DE ATIVIDADE PENOSA. AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA. EQUIVALÊNCIA REMUNERATÓRIA COM OS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 339 DO STF E SÚMULA VINCULANTE N. 37/STF. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Cuidam os autos de ação ordinária ajuizada pelo Recorrido, ocupante de função comissionada no âmbito da Justiça do Trabalho (localidade de Tabatinga/AM) em face da União Federal objetivando perceber diferenças vencimentais a título de "adicional de atividade penosa", nos termos do Art. 7o., XXIII/CF e dos Artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90. Argumenta que, não obstante a ausência de regulamentação deste adicional pelo Conselho Superior da Magistratura Trabalhista (de resto, expressamente denegado, v.g., nos autos dos processos administrativos PP-4254-11.2011.5.90.0000 e CSJT-PP-264-75.2012.5.90.0000), tal lacuna pode vir a ser colmatada pela aplicação da Portaria n. PGR/MPU n 633/2010. 1.1. O Juiz Federal de Tabatinga/AM julgou procedente em parte a ação ordinária para o fim de condenar a União Federal a pagar em benefício do Autor o adicional de atividade penosa no valor de 20% do que percebe a título de função comissionada, e as diferenças devidas, a partir de 01.01.2011. A sentença foi confirmada, à unanimidade de votos, pela Turma Recursal do Amazonas. Admitido o pedido de uniformização, vieram os autos a mim distribuídos. 2. O adicional de atividade penosa, previsto nos artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90, é devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem. A respectiva percepção encontra-se condicionada, consoante a própria dicção legal (Art. 71), à regulamentação a ser estabelecida em caráter específico, fruto do exercício do poder regulamentar, inexistente no âmbito do Poder Judiciário Nacional (Vide PPN - 2012/00017, decidido pelo CJF). 3. Com efeito - é bom fixar o entendimento - o adicional de penosidade encontra-se previsto no artigo 7º, inciso XXIII da Constituição Federal/88, inserido no mundo jurídico juntamente com os adicionais de insalubridade e periculosidade. A Lei n.º 8.112/90, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, em seu art. 70, dispõe que "na concessão dos adicionais de atividades penosas, insalubres e de periculosidade serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica". Por sua vez, o artigo 71 da Lei 8.112/1990, prevê o adicional de penosidade, garantindo-o aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento. 3.1. Verifica-se, assim, que o artigo 71 é claro ao referir que o adicional de penosidade será devido ao servidor nos termos, condições e limites fixados em regulamento. Isto é, a própria lei definiu que o regulamento tem o condão de definir os termos, condições e limites para o pagamento da parcela em questão. Todavia, atualmente, não há qualquer previsão legal para definir ou caracterizar a atividade penosa no âmbito da Justiça do Trabalho, não sendo possível aplicar por analogia norma regulamentadora de outros órgãos, uma vez que, a Lei n. 8.112/1990 ao tratar da matéria condicionou o seu pagamento à existência de regulamento específico. Em conclusão, portanto, não se faz possível estender para os Servidores da Justiça do Trabalho o adicional de penosidade concedido pelo Ministério Público Federal. 4. Confira-se, a propósito, o seguinte Acórdão do STF, da Relatoria Min. Moreira Alves: Servidor público. Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. Art. 7º, XXIII, da Constituição Federal. -

O artigo 39, § 2º, da Constituição Federal apenas estendeu aos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios alguns dos direitos sociais por meio de remissão, para não ser necessária a repetição de seus enunciados, mas com isso não quis significar que, quando algum deles dependesse de legislação infraconstitucional para ter eficácia, essa seria, no âmbito federal, estadual ou municipal, a trabalhista. Com efeito, por força da Carta Magna Federal, esses direitos sociais integrarão necessariamente o

EXEMPLAR DE ASSINANTE IMPRENSA NACIONAL

regime jurídico dos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mas, quando dependem de lei que os regulamente para dar eficácia plena aos dispositivos constitucionais de que eles decorrem, essa legislação infraconstitucional terá de ser, conforme o âmbito a que pertence o servidor público, da competência dos mencionados entes públicos que constituem a federação. Recurso extraordinário conhecido, mas não provido. (STF. RE 169173, Relator(a): Min. MOREIRA ALVES, Primeira Turma, julgado em 10/05/1996, DJ 16-05-1997 PP-19965 EMENT VOL-01869-03 PP-00508) 5. Por fim, há de se levar em conta a recente edição da Súmula Vinculante n. 37, do STF, incrementando o peso decisório da anterior Súmula 339: NÃO CABE AO PODER JUDICIÁRIO, QUE NÃO TEM FUNÇÃO LEGISLATIVA, AUMENTAR VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS SOB O FUNDAMENTO DE ISONOMIA. 7. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e provido para, reformando o Acórdão recorrido, julgar improcedente o pedido vestibular, invertendo-se os ônus sucumbenciais.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007472-77.2012.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: ROSA OLIVEIRA JUSTINO
PROC./ADV.: LILLIAN MONICA DELGADO BRITO OAB: RR-842
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de adicional de periculosidade a servidor público federal lotado em unidade localizada na fronteira.

É o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

A jurisprudência desta TNU, por meio do PEDILEF 0000789-14.2012.4.01.3201, DOU 5.12.2014, consolidou o entendimento nos seguintes termos:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR DO JUDICIÁRIO. FUNÇÃO COMISSIONADA. JUSTIÇA DO TRABALHO. ADICIONAL DE ATIVIDADE PENOSA. AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA. EQUIVALÊNCIA REMUNERATÓRIA COM OS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 339 DO STF E SÚMULA VINCULANTE N. 37/STF. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Cuidam os autos de ação ordinária ajuizada pelo Recorrido, ocupante de função comissionada no âmbito da Justiça do Trabalho (localidade de Tabatinga/AM) em face da União Federal objetivando perceber diferenças vencimentais a título de "adicional de atividade penosa", nos termos do Art. 7o., XXIII/CF e dos Artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90. Argumenta que, não obstante a ausência de regulamentação deste adicional pelo Conselho Superior da Magistratura Trabalhista (de resto, expressamente denegado, v.g., nos autos dos processos administrativos PP-4254-11.2011.5.90.0000 e CSJT-PP-264-75.2012.5.90.0000), tal lacuna pode vir a ser colmatada pela aplicação da Portaria n. PGR/MPU n 633/2010. 1.1. O Juiz Federal de Tabatinga/AM julgou procedente em parte a ação ordinária para o fim de condenar a União Federal a pagar em benefício do Autor o adicional de atividade penosa no valor de 20% do que percebe a título de função comissionada, e as diferenças devidas, a partir de 01.01.2011. A sentença foi confirmada, à unanimidade de votos, pela Turma Recursal do Amazonas. Admitido o pedido de uniformização, vieram os autos a mim distribuídos. 2. O adicional de atividade penosa, previsto nos artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90, é devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem. A respectiva percepção encontra-se condicionada, consoante a própria dicção legal (Art. 71), à regulamentação a ser estabelecida em caráter específico, fruto do exercício do poder regulamentar, inexistente no âmbito do Poder Judiciário Nacional (Vide PPN - 2012/00017, decidido pelo CJF). 3. Com efeito - é bom fixar o entendimento - o adicional de penosidade encontra-se previsto no artigo 7º, inciso XXIII da Constituição Federal/88, inserido no mundo jurídico juntamente com os adicionais de insalubridade e periculosidade. A Lei n.º 8.112/90, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, em seu art. 70, dispõe que "na concessão dos adicionais de atividades penosas, insalubres e de periculosidade serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica". Por sua vez, o artigo 71 da Lei 8.112/1990, prevê o adicional de penosidade, garantindo-o aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento. 3.1. Verifica-se, assim, que o artigo 71 é claro ao referir que o adicional de penosidade será devido ao servidor nos termos, condições e limites fixados em regulamento. Isto é, a própria lei definiu que o regulamento tem o condão de definir os termos, condições e limites para o pagamento da parcela em questão. Todavia, atualmente, não há qualquer previsão legal para definir ou caracterizar a atividade penosa no âmbito da Justiça do Trabalho, não sendo possível aplicar por analogia norma regulamentadora de outros órgãos, uma vez que, a Lei n. 8.112/1990 ao tratar da matéria condicionou o seu pagamento à existência de regulamento específico. Em conclusão, portanto, não se faz possível estender para os Servidores da Justiça do Trabalho o adicional de penosidade concedido pelo Ministério Público Federal. 4. Confira-se, a propósito, o seguinte Acórdão do STF, da Relatoria Min. Moreira Alves: Servidor público. Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. Art. 7º, XXIII, da Constituição Federal. - O artigo 39, § 2º, da Constituição Federal apenas estendeu aos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios alguns dos direitos sociais por meio de remissão, para não ser necessária a repetição de seus enunciados, mas com isso não quis significar que, quando algum deles dependesse de legislação infraconstitucional para ter eficácia, essa seria, no âmbito federal, estadual ou municipal, a trabalhista. Com efeito, por força da Carta Magna Federal, esses direitos sociais integrarão necessariamente o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mas, quando dependem de lei que os regulamente para dar eficácia plena aos dispositivos constitucionais de que eles decorrem, essa legislação infraconstitucional terá de ser, conforme o âmbito a que pertence o servidor público, da competência dos mencionados entes públicos que constituem a federação. Recurso extraordinário conhecido, mas não provido. (STF. RE 169173, Relator(a): Min. MOREIRA ALVES, Primeira Turma, julgado em 10/05/1996, DJ 16-05-1997 PP-19965 EMENT VOL-01869-03 PP-00508) 5. Por fim, há de se levar em conta a recente edição da Súmula Vinculante n. 37, do STF, incrementando o peso decisório da anterior Súmula 339: NÃO CABE AO PODER JUDICIÁRIO, QUE NÃO TEM FUNÇÃO LEGISLATIVA, AUMENTAR VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS SOB O FUNDAMENTO DE ISONOMIA. 7. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e provido para, reformando o Acórdão recorrido, julgar improcedente o pedido vestibular, invertendo-se os ônus sucumbenciais.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007473-62.2012.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: SEBASTIÃO PAULINO DOS SANTOS
PROC./ADV.: LILLIAN MONICA DELGADO BRITO OAB: RR-842
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de adicional de periculosidade a servidor público federal lotado em unidade localizada na fronteira.

É o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

A jurisprudência desta TNU, por meio do PEDILEF 0000789-14.2012.4.01.3201, DOU 5.12.2014, consolidou o entendimento nos seguintes termos:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR DO JUDICIÁRIO. FUNÇÃO COMISSIONADA. JUSTIÇA DO TRABALHO. ADICIONAL DE ATIVIDADE PENOSA. AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA. EQUIVALÊNCIA REMUNERATÓRIA COM OS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 339 DO STF E SÚMULA VINCULANTE N. 37/STF. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Cuidam os autos de ação ordinária ajuizada pelo Recorrido, ocupante de função comissionada no âmbito da Justiça do Trabalho (localidade de Tabatinga/AM) em face da União Federal objetivando perceber diferenças vencimentais a título de "adicional de atividade penosa", nos termos do Art. 7o., XXIII/CF e dos Artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90. Argumenta que, não obstante a ausência de regulamentação deste adicional pelo Conselho Superior da Magistratura Trabalhista (de resto, expressamente denegado, v.g., nos autos dos processos administrativos PP-4254-11.2011.5.90.0000 e CSJT-PP-264-75.2012.5.90.0000), tal lacuna pode vir a ser colmatada pela aplicação da Portaria n. PGR/MPU n 633/2010. 1.1. O Juiz Federal de Tabatinga/AM julgou procedente em parte a ação ordinária para o fim de condenar a União Federal a pagar em benefício do Autor o adicional de atividade penosa no valor de 20% do que percebe a título de função comissionada, e as diferenças devidas, a partir de 01.01.2011. A sentença foi confirmada, à unanimidade de votos, pela Turma Recursal do Amazonas. Admitido o pedido de uniformização, vieram os autos a mim distribuídos. 2. O adicional de atividade penosa, previsto nos artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90, é devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem. A respectiva percepção encontra-se condicionada, consoante a própria dicção legal (Art. 71), à regulamentação a ser estabelecida em caráter específico, fruto do exercício do poder regulamentar, inexistente no âmbito do Poder Judiciário Nacional (Vide PPN - 2012/00017, decidido pelo CJF). 3. Com efeito - é bom fixar o entendimento - o adicional de penosidade encontra-se previsto no artigo 7º, inciso XXIII da Constituição Federal/88, inserido no mundo jurídico juntamente com os adicionais de insalubridade e periculosidade. A Lei n.º 8.112/90, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, em seu art. 70, dispõe que "na concessão dos adicionais de atividades penosas, insalubres e de periculosidade serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica". Por sua vez, o artigo 71 da Lei 8.112/1990, prevê o adicional de penosidade, garantindo-o aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento. 3.1. Verifica-se, assim, que o artigo 71 é claro ao referir que o adicional de penosidade será devido ao servidor nos termos, condições e limites fixados em regulamento. Isto é, a própria lei definiu que o regulamento tem o condão de definir os termos, condições e limites para o pagamento da parcela em questão. Todavia, atualmente, não há qualquer previsão legal para definir ou caracterizar a atividade penosa no âmbito da Justiça do Trabalho, não sendo possível aplicar por analogia norma regulamentadora de outros órgãos, uma vez que, a Lei n. 8.112/1990 ao tratar da matéria condicionou o seu pagamento à existência de regulamento específico. Em conclusão, portanto, não se faz possível estender para os Servidores da Justiça do Trabalho o adicional de penosidade concedido pelo Ministério Público Federal. 4. Confira-se, a propósito, o seguinte Acórdão do STF, da Relatoria Min. Moreira Alves: Servidor público. Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. Art. 7º, XXIII, da Constituição Federal. - O artigo 39, § 2º, da Constituição Federal apenas estendeu aos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios alguns dos direitos sociais por meio de remissão, para não ser necessária a repetição de seus enunciados, mas com isso não quis significar que, quando algum deles dependesse de legislação infraconstitucional para ter eficácia, essa seria, no âmbito federal, estadual ou municipal, a trabalhista. Com efeito, por força da Carta Magna Federal, esses direitos sociais integrarão necessariamente o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mas, quando dependem de lei que os regulamente para dar eficácia plena aos dispositivos constitucionais de que eles decorrem, essa legislação infraconstitucional terá de ser, conforme o âmbito a que pertence o servidor público, da competência dos mencionados entes públicos que constituem a federação. Recurso extraordinário conhecido, mas não provido. (STF. RE 169173, Relator(a): Min. MOREIRA ALVES, Primeira Turma, julgado em 10/05/1996, DJ 16-05-1997 PP-19965 EMENT VOL-01869-03 PP-00508) 5. Por fim, há de se levar em conta a recente edição da Súmula Vinculante n. 37, do STF, incrementando o peso decisório da anterior Súmula 339: NÃO CABE AO PODER JUDICIÁRIO, QUE NÃO TEM FUNÇÃO LEGISLATIVA, AUMENTAR VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS SOB O FUNDAMENTO DE ISONOMIA. 7. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e provido para, reformando o Acórdão recorrido, julgar improcedente o pedido vestibular, invertendo-se os ônus sucumbenciais.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007469-25.2012.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: MARLENE DA SILVA BETECEL
PROC./ADV.: LILLIAN MONICA DELGADO BRITO OAB: RR-842
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de adicional de periculosidade a servidor público federal lotado em unidade localizada na fronteira.

É o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

A jurisprudência desta TNU, por meio do PEDILEF 0000789-14.2012.4.01.3201, DOU 5.12.2014, consolidou o entendimento nos seguintes termos:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR DO JUDICIÁRIO. FUNÇÃO COMISSIONADA. JUSTIÇA DO TRABALHO. ADICIONAL DE ATIVIDADE PENOSA. AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA. EQUIVALÊNCIA REMUNERATÓRIA COM OS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 339 DO STF E SÚMULA VINCULANTE N. 37/STF. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Cuidam os autos de ação ordinária ajuizada pelo Recorrido, ocupante de função comissionada no âmbito da Justiça do Trabalho (localidade de Tabatinga/AM) em face da União Federal objetivando perceber diferenças vencimentais a título de "adicional de atividade penosa", nos termos do Art. 7o., XXIII/CF e dos Artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90. Argumenta que, não obstante a ausência de regulamentação deste adicional pelo Conselho Superior da Magistratura Trabalhista (de resto, expressamente denegado, v.g., nos autos dos processos administrativos PP-4254-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

11.2011.5.90.0000 e CSJT-PP-264-75.2012.5.90.0000), tal lacuna pode vir a ser colmatada pela aplicação da Portaria n. PGR/MPU n 633/2010. 1.1. O Juiz Federal de Tabatinga/AM julgou procedente em parte a ação ordinária para o fim de condenar a União Federal a pagar em benefício do Autor o adicional de atividade penosa no valor de 20% do que percebe a título de função comissionada, e as diferenças devidas, a partir de 01.01.2011. A sentença foi confirmada, à unanimidade de votos, pela Turma Recursal do Amazonas. Admitido o pedido de uniformização, vieram os autos a mim distribuídos. 2. O adicional de atividade penosa, previsto nos artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90, é devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem. A respectiva percepção encontra-se condicionada, consoante a própria dicção legal (Art. 71), à regulamentação a ser estabelecida em caráter específico, fruto do exercício do poder regulamentar, inexistente no âmbito do Poder Judiciário Nacional (Vide PPN - 2012/00017, decidido pelo CJF). 3. Com efeito - é bom fixar o entendimento - o adicional de penosidade encontra-se previsto no artigo 7º, inciso XXIII da Constituição Federal/88, inserido no mundo jurídico juntamente com os adicionais de insalubridade e periculosidade. A Lei n.º 8.112/90, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, em seu art. 70, dispõe que "na concessão dos adicionais de atividades penosas, insalubres e de periculosidade serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica". Por sua vez, o artigo 71 da Lei 8.112/1990, prevê o adicional de penosidade, garantindo-o aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento. 3.1. Verifica-se, assim, que o artigo 71 é claro ao referir que o adicional de penosidade será devido ao servidor nos termos, condições e limites fixados em regulamento. Isto é, a própria lei definiu que o regulamento tem o condão de definir os termos, condições e limites para o pagamento da parcela em questão. Todavia, atualmente, não há qualquer previsão legal para definir ou caracterizar a atividade penosa no âmbito da Justiça do Trabalho, não sendo possível aplicar por analogia norma regulamentadora de outros órgãos, uma vez que, a Lei n. 8.112/1990 ao tratar da matéria condicionou o seu pagamento à existência de regulamento específico. Em conclusão, portanto, não se faz possível estender para os Servidores da Justiça do Trabalho o adicional de penosidade concedido pelo Ministério Público Federal. 4. Confira-se, a propósito, o seguinte Acórdão do STF, da Relatoria Min. Moreira Alves: Servidor público. Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. Art. 7º, XXIII, da Constituição Federal. -

O artigo 39, § 2º, da Constituição Federal apenas estendeu aos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios alguns dos direitos sociais por meio de remissão, para não ser necessária a repetição de seus enunciados, mas com isso não quis significar que, quando algum deles dependesse de legislação infraconstitucional para ter eficácia, essa seria, no âmbito federal, estadual ou municipal, a trabalhista. Com efeito, por força da Carta Magna Federal, esses direitos sociais integrarão necessariamente o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mas, quando dependem de lei que os regulamente para dar eficácia plena aos dispositivos constitucionais de que eles decorrem, essa legislação infraconstitucional terá de ser, conforme o âmbito a que pertence o servidor público, da competência dos mencionados entes públicos que constituem a federação. Recurso extraordinário conhecido, mas não provido. (STF. RE 169173, Relator(a): Min. MOREIRA ALVES, Primeira Turma, julgado em 10/05/1996, DJ 16-05-1997 PP-19965 EMENT VOL-01869-03 PP-00508) 5. Por fim, há de se levar em conta a recente edição da Súmula Vinculante n. 37, do STF, incrementando o peso decisório da anterior Súmula 339: NÃO CABE AO PODER JUDICIÁRIO, QUE NÃO TEM FUNÇÃO LEGISLATIVA, AUMENTAR VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS SOB O FUNDAMENTO DE ISONOMIA. 7. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e provido para, reformando o Acórdão recorrido, julgar improcedente o pedido vestibular, invertendo-se os ônus sucumbenciais.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007467-55.2012.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: MARIA FRANCISCA PEREIRA FIGUEIRA
PROC./ADV.: LILLIAN MONICA DELGADO BRITO OAB: RR-842
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de adicional de periculosidade a servidor público federal lotado em unidade localizada na fronteira.

É o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

A jurisprudência desta TNU, por meio do PEDILEF 0000789-14.2012.4.01.3201, DOU 5.12.2014, consolidou o entendimento nos seguintes termos:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR DO JUDICIÁRIO. FUNÇÃO COMISSIONADA. JUSTIÇA DO TRABALHO. ADICIONAL DE ATIVIDADE PENOSA. AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA. EQUIVALÊNCIA REMUNERATÓRIA COM OS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 339 DO STF E SÚMULA VINCULANTE N. 37/STF. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Cuidam os autos de ação ordinária ajuizada pelo Recorrido, ocupante de função comissionada no âmbito da Justiça do Trabalho (localidade de Tabatinga/AM) em face da União Federal objetivando perceber diferenças vencimentais a título de "adicional de atividade penosa", nos termos do Art. 7o., XXIII/CF e dos Artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90. Argumenta que, não obstante a ausência de regulamentação deste adicional pelo Conselho Superior da Magistratura Trabalhista (de resto, expressamente denegado, v.g., nos autos dos processos administrativos PP-4254-11.2011.5.90.0000 e CSJT-PP-264-75.2012.5.90.0000), tal lacuna pode vir a ser colmatada pela aplicação da Portaria n. PGR/MPU n 633/2010. 1.1. O Juiz Federal de Tabatinga/AM julgou procedente em parte a ação ordinária para o fim de condenar a União Federal a pagar em benefício do Autor o adicional de atividade penosa no valor de 20% do que percebe a título de função comissionada, e as diferenças devidas, a partir de 01.01.2011. A sentença foi confirmada, à unanimidade de votos, pela Turma Recursal do Amazonas. Admitido o pedido de uniformização, vieram os autos a mim distribuídos. 2. O adicional de atividade penosa, previsto nos artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90, é devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem. A respectiva percepção encontra-se condicionada, consoante a própria dicção legal (Art. 71), à regulamentação a ser estabelecida em caráter específico, fruto do exercício do poder regulamentar, inexistente no âmbito do Poder Judiciário Nacional (Vide PPN - 2012/00017, decidido pelo CJF). 3. Com efeito - é bom fixar o entendimento - o adicional de penosidade encontra-se previsto no artigo 7º, inciso XXIII da Constituição Federal/88, inserido no mundo jurídico juntamente com os adicionais de insalubridade e periculosidade. A Lei n.º 8.112/90, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, em seu art. 70, dispõe que "na concessão dos adicionais de atividades penosas, insalubres e de periculosidade serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica". Por sua vez, o artigo 71 da Lei 8.112/1990, prevê o adicional de penosidade, garantindo-o aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento. 3.1. Verifica-se, assim, que o artigo 71 é claro ao referir que o adicional de penosidade será devido ao servidor nos termos, condições e limites fixados em regulamento. Isto é, a própria lei definiu que o regulamento tem o condão de definir os termos, condições e limites para o pagamento da parcela em questão. Todavia, atualmente, não há qualquer previsão legal para definir ou caracterizar a atividade penosa no âmbito da Justiça do Trabalho, não sendo possível aplicar por analogia norma regulamentadora de outros órgãos, uma vez que, a Lei n. 8.112/1990 ao tratar da matéria condicionou o seu pagamento à existência de regulamento específico. Em conclusão, portanto, não se faz possível estender para os Servidores da Justiça do Trabalho o adicional de penosidade concedido pelo Ministério Público Federal. 4. Confira-se, a propósito, o seguinte Acórdão do STF, da Relatoria Min. Moreira Alves: Servidor público. Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. Art. 7º, XXIII, da Constituição Federal. -

O artigo 39, § 2º, da Constituição Federal apenas estendeu aos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios alguns dos direitos sociais por meio de remissão, para não ser necessária a repetição de seus enunciados, mas com isso não quis significar que, quando algum deles dependesse de legislação infraconstitucional para ter eficácia, essa seria, no âmbito federal, estadual ou municipal, a trabalhista. Com efeito, por força da Carta Magna Federal, esses direitos sociais integrarão necessariamente o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mas, quando dependem de lei que os regulamente para dar eficácia plena aos dispositivos constitucionais de que eles decorrem, essa legislação infraconstitucional terá de ser, conforme o âmbito a que pertence o servidor público, da competência dos mencionados entes públicos que constituem a federação. Recurso extraordinário conhecido, mas não provido. (STF. RE 169173, Relator(a): Min. MOREIRA ALVES, Primeira Turma, julgado em 10/05/1996, DJ 16-05-1997 PP-19965 EMENT VOL-01869-03 PP-00508) 5. Por fim, há de se levar em conta a recente edição da Súmula Vinculante n. 37, do STF, incrementando o peso decisório da anterior Súmula 339: NÃO CABE AO PODER JUDICIÁRIO, QUE NÃO TEM FUNÇÃO LEGISLATIVA, AUMENTAR VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS SOB O FUNDAMENTO DE ISONOMIA. 7. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e provido para, reformando o Acórdão recorrido, julgar improcedente o pedido vestibular, invertendo-se os ônus sucumbenciais.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007549-86.2012.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: DORIVAN CARVALHO DA SILVA
PROC./ADV.: LILLIAN MONICA DELGADO BRITO OAB: RR-842
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de adicional de periculosidade a servidor público federal lotado em unidade localizada na fronteira.

É o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

A jurisprudência desta TNU, por meio do PEDILEF 0000789-14.2012.4.01.3201, DOU 5.12.2014, consolidou o entendimento nos seguintes termos:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR DO JUDICIÁRIO. FUNÇÃO COMISSIONADA. JUSTIÇA DO TRABALHO. ADICIONAL DE ATIVIDADE PENOSA. AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA. EQUIVALÊNCIA REMUNERATÓRIA COM OS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 339 DO STF E SÚMULA VINCULANTE N. 37/STF. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Cuidam os autos de ação ordinária ajuizada pelo Recorrido, ocupante de função comissionada no âmbito da Justiça do Trabalho (localidade de Tabatinga/AM) em face da União Federal objetivando perceber diferenças vencimentais a título de "adicional de atividade penosa", nos termos do Art. 7o., XXIII/CF e dos Artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90. Argumenta que, não obstante a ausência de regulamentação deste adicional pelo Conselho Superior da Magistratura Trabalhista (de resto, expressamente denegado, v.g., nos autos dos processos administrativos PP-4254-11.2011.5.90.0000 e CSJT-PP-264-75.2012.5.90.0000), tal lacuna pode vir a ser colmatada pela aplicação da Portaria n. PGR/MPU n 633/2010. 1.1. O Juiz Federal de Tabatinga/AM julgou procedente em parte a ação ordinária para o fim de condenar a União Federal a pagar em benefício do Autor o adicional de atividade penosa no valor de 20% do que percebe a título de função comissionada, e as diferenças devidas, a partir de 01.01.2011. A sentença foi confirmada, à unanimidade de votos, pela Turma Recursal do Amazonas. Admitido o pedido de uniformização, vieram os autos a mim distribuídos. 2. O adicional de atividade penosa, previsto nos artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90, é devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem. A respectiva percepção encontra-se condicionada, consoante a própria dicção legal (Art. 71), à regulamentação a ser estabelecida em caráter específico, fruto do exercício do poder regulamentar, inexistente no âmbito do Poder Judiciário Nacional (Vide PPN - 2012/00017, decidido pelo CJF). 3. Com efeito - é bom fixar o entendimento - o adicional de penosidade encontra-se previsto no artigo 7º, inciso XXIII da Constituição Federal/88, inserido no mundo jurídico juntamente com os adicionais de insalubridade e periculosidade. A Lei n.º 8.112/90, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, em seu art. 70, dispõe que "na concessão dos adicionais de atividades penosas, insalubres e de periculosidade serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica". Por sua vez, o artigo 71 da Lei 8.112/1990, prevê o adicional de penosidade, garantindo-o aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento. 3.1. Verifica-se, assim, que o artigo 71 é claro ao referir que o adicional de penosidade será devido ao servidor nos termos, condições e limites fixados em regulamento. Isto é, a própria lei definiu que o regulamento tem o condão de definir os termos, condições e limites para o pagamento da parcela em questão. Todavia, atualmente, não há qualquer previsão legal para definir ou caracterizar a atividade penosa no âmbito da Justiça do Trabalho, não sendo possível aplicar por analogia norma regulamentadora de outros órgãos, uma vez que, a Lei n. 8.112/1990 ao tratar da matéria condicionou o seu pagamento à existência de regulamento específico. Em conclusão, portanto, não se faz possível estender para os Servidores da Justiça do Trabalho o adicional de penosidade concedido pelo Ministério Público Federal. 4. Confira-se, a propósito, o seguinte Acórdão do STF, da Relatoria Min. Moreira Alves: Servidor público. Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. Art. 7º, XXIII, da Constituição Federal. -

O artigo 39, § 2º, da Constituição Federal apenas estendeu aos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios alguns dos direitos sociais por meio de remissão, para não ser necessária a repetição de seus enunciados, mas com isso não quis significar que, quando algum deles dependesse de legislação infraconstitucional para ter eficácia, essa seria, no âmbito federal, estadual ou municipal, a trabalhista. Com efeito, por força da Carta Magna Federal, esses direitos sociais integrarão necessariamente o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, dos Estados,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

do Distrito Federal e dos Municípios, mas, quando dependem de lei que os regulamente para dar eficácia plena aos dispositivos constitucionais de que eles decorrem, essa legislação infraconstitucional terá de ser, conforme o âmbito a que pertence o servidor público, da competência dos mencionados entes públicos que constituem a federação. Recurso extraordinário conhecido, mas não provido. (STF. RE 169173, Relator(a): Min. MOREIRA ALVES, Primeira Turma, julgado em 10/05/1996, DJ 16-05-1997 PP-19965 EMENT VOL-01869-03 PP-00508) 5. Por fim, há de se levar em conta a recente edição da Súmula Vinculante n. 37, do STF, incrementando o peso decisório da anterior Súmula 339: NÃO CABE AO PODER JUDICIÁRIO, QUE NÃO TEM FUNÇÃO LEGISLATIVA, AUMENTAR VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS SOB O FUNDAMENTO DE ISONOMIA. 7. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e provido para, reformando o Acórdão recorrido, julgar improcedente o pedido vestibular, invertendo-se os ônus sucumbenciais.
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007555-93.2012.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: GEZIVALDA ARAUJO VALENTIM
PROC./ADV.: LILLIAN MONICA DELGADO BRITO OAB: RR-842
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de adicional de periculosidade a servidor público federal lotado em unidade localizada na fronteira.
É o relatório.
Razão assiste à parte requerente.
A jurisprudência desta TNU, por meio do PEDILEF 0000789-14.2012.4.01.3201, DOU 5.12.2014, consolidou o entendimento nos seguintes termos:
CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR DO JUDICIÁRIO. FUNÇÃO COMISSIONADA. JUSTIÇA DO TRABALHO. ADICIONAL DE ATIVIDADE PENOSA. AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA. EQUIVALÊNCIA REMUNERATÓRIA COM OS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 339 DO STF E SÚMULA VINCULANTE N. 37/STF. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Cuidam os autos de ação ordinária ajuizada pelo Recorrido, ocupante de função comissionada no âmbito da Justiça do Trabalho (localidade de Tabatinga/AM) em face da União Federal objetivando perceber diferenças vencimentais a título de "adicional de atividade penosa", nos termos do Art. 7o., XXIII/CF e dos Artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90. Argumenta que, não obstante a ausência de regulamentação deste adicional pelo Conselho Superior da Magistratura Trabalhista (de resto, expressamente denegado, v.g., nos autos dos processos administrativos PP-4254-11.2011.5.90.0000 e CSJT-PP-264-75.2012.5.90.0000), tal lacuna pode vir a ser colmatada pela aplicação da Portaria n. PGR/MPU n 633/2010. 1.1. O Juiz Federal de Tabatinga/AM julgou procedente em parte a ação ordinária para o fim de condenar a União Federal a pagar em benefício do Autor o adicional de atividade penosa no valor de 20% do que percebe a título de função comissionada, e as diferenças devidas, a partir de 01.01.2011. A sentença foi confirmada, à unanimidade de votos, pela Turma Recursal do Amazonas. Admitido o pedido de uniformização, vieram os autos a mim distribuídos. 2. O adicional de atividade penosa, previsto nos artigos 70 e 71 da Lei 8.112/90, é devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem. A respectiva percepção encontra-se condicionada, consoante a própria dicção legal (Art. 71), à regulamentação a ser estabelecida em caráter específico, fruto do exercício do poder regulamentar, inexistente no âmbito do Poder Judiciário Nacional (Vide PPN - 2012/00017, decidido pelo CJF). 3. Com efeito - é bom fixar o entendimento - o adicional de penosidade encontra-se previsto no artigo 7º, inciso XXIII da Constituição Federal/88, inserido no mundo jurídico juntamente com os adicionais de insalubridade e periculosidade. A Lei n.º 8.112/90, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, em seu art. 70, dispõe que "na concessão dos adicionais de atividades penosas, insalubres e de periculosidade serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica". Por sua vez, o artigo 71 da Lei 8.112/1990, prevê o adicional de penosidade, garantindo-o aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento. 3.1. Verifica-se, assim, que o artigo 71 é claro ao referir que o adicional de penosidade será devido ao servidor nos termos, condições e limites fixados em regulamento. Isto é, a própria lei definiu que o regulamento tem o condão de definir os termos, condições e limites para o pagamento da parcela em questão. Todavia, atualmente, não há qualquer previsão legal para definir ou caracterizar a atividade penosa no âmbito da Justiça do Trabalho, não sendo possível aplicar por analogia norma regulamentadora de outros órgãos, uma vez que, a Lei n. 8.112/1990 ao tratar da matéria condicionou o seu pagamento à existência de regulamento específico. Em conclusão, portanto, não se faz possível estender para os Servidores da Justiça do Trabalho o adicional de penosidade concedido pelo Ministério Público Federal. 4. Confira-se, a propósito, o seguinte Acórdão do STF, da Relatoria Min. Moreira Alves: Servidor público. Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. Art. 7º, XXIII, da Constituição Federal. - O artigo 39, § 2º, da Constituição Federal apenas estendeu aos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios alguns dos direitos sociais por meio de remissão, para não ser necessária a repetição de seus enunciados, mas com isso não quis significar que, quando algum deles dependesse de legislação infraconstitucional para ter eficácia, essa seria, no âmbito federal, estadual ou municipal, a trabalhista. Com efeito, por força da Carta Magna Federal, esses direitos sociais integrarão necessariamente o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mas, quando dependem de lei que os regulamente para dar eficácia plena aos dispositivos constitucionais de que eles decorrem, essa legislação infraconstitucional terá de ser, conforme o âmbito a que pertence o servidor público, da competência dos mencionados entes públicos que constituem a federação. Recurso extraordinário conhecido, mas não provido. (STF. RE 169173, Relator(a): Min. MOREIRA ALVES, Primeira Turma, julgado em 10/05/1996, DJ 16-05-1997 PP-19965 EMENT VOL-01869-03 PP-00508) 5. Por fim, há de se levar em conta a recente edição da Súmula Vinculante n. 37, do STF, incrementando o peso decisório da anterior Súmula 339: NÃO CABE AO PODER JUDICIÁRIO, QUE NÃO TEM FUNÇÃO LEGISLATIVA, AUMENTAR VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS SOB O FUNDAMENTO DE ISONOMIA. 7. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e provido para, reformando o Acórdão recorrido, julgar improcedente o pedido vestibular, invertendo-se os ônus sucumbenciais.
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505634-50.2012.4.05.8300
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: CLÁUDIO LEOBINO DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado (incapacidade).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0512250-70.2014.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ANA PAULA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado (incapacidade).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500015-65.2014.4.05.8302
ORIGEM: 1º TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSÉ CARLOS PEREIRA
PROC./ADV.: GERSON GALVÃO OAB: PE 10.276
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado (incapacidade).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500748-81.2012.4.05.8308
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
REQUERIDO (A): JOSÉ RUFINO DE SOUZA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO GOMES CORREIA OAB: PE 17856

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que acolheu o pedido de condenação ao pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE também aos servidores inativos até o primeiro ciclo de avaliação dos servidores em atividade.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e de Turma Recursal de outra região, no sentido de que a , muito embora seja possível o pagamento da referida gratificação aos inativos, realizada a avaliação de desempenho, a gratificação volta a ter caráter individual, não havendo falar em violação à isonomia pelo seu pagamento diferenciado a servidores ativos e inativos.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
O Supremo Tribunal Federal, através do RE 631.389/CE, publicado em 3.6.2014, firmou entendimento no seguinte sentido:
"GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - GDPGPE - LEI Nº 11.357/06. Homenageia o tratamento igualitário decisão que, até a avaliação dos servidores em atividade, implica a observância da mesma pontuação - 80 - no tocante a inativos e pensionistas"
No mesmo sentido:
"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL APOSENTADA. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DA CARREIRA DA PREVIDÊNCIA, DA SAÚDE E DO TRABALHO (GDPST). REDUÇÃO DO PERCENTUAL PAGO EM RAZÃO DO ADVENTO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. INOCORRÊNCIA. 1. Apreciando a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE), cujo regramento é similar ao da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (GDPST), o Plenário do STF, no julgamento do RE 631.389, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJe de 3/6/2014, Tema 351, submetido ao regime do art. 543-B do CPC, decidiu pela sua concessão aos inativos, no mesmo percentual pago aos ativos, apenas até que fossem processados os resultados da primeira avaliação de desempenho. A partir desse termo, a gratificação perde sua natureza geral e adquire o caráter pro labore faciendo. 2. Assim, avaliados os servidores em atividade, o pagamento da GDPST aos pensionistas e inativos deverá observar o art. 5º-B, § 6º, da Lei 11.355/06, com o

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA PARA TERCEIROS

que não há ofensa ao princípio da irredutibilidade de vencimentos decorrente da redução da gratificação de desempenho paga à servidora pública aposentada. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.. (ARE 786.848/Pr, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe 14.10.2014)
Verifico, no caso concreto, que a Turma Recursal se posicionou no mesmo sentido do entendimento da Corte Suprema, razão pela qual a tese defendida no presente recurso não comporta provimento.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, c/c art. 16, I, ambos do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500415-15.2010.4.05.8304
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
REQUERIDO (A): FRANCISCO GOMES FERREIRA
PROC./ADV.: RODRIGO MUNIZ DE BRITO GALINDO OAB: PE 20860

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que acolheu o pedido de condenação ao pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE também aos servidores inativos até o primeiro ciclo de avaliação dos servidores em atividade.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e de Turma Recursal de outra região, no sentido de que a , muito embora seja possível o pagamento da referida gratificação aos inativos, realizada a avaliação de desempenho, a gratificação volta a ter caráter individual, não havendo falar em violação à isonomia pelo seu pagamento diferenciado a servidores ativos e inativos.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
O Supremo Tribunal Federal, através do RE 631.389/CE, publicado em 3.6.2014, firmou entendimento no seguinte sentido:
"GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - GDPGPE - LEI Nº 11.357/06. Homenageia o tratamento igualitário decisão que, até a avaliação dos servidores em atividade, implica a observância da mesma pontuação - 80 - no tocante a inativos e pensionistas"
No mesmo sentido:
"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL APOSENTADA. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DA CARREIRA DA PREVIDÊNCIA, DA SAÚDE E DO TRABALHO (GDPST). REDUÇÃO DO PERCENTUAL PAGO EM RAZÃO DO ADVENTO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. INOCORRÊNCIA. 1. Apreciando a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE), cujo regramento é similar ao da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (GDPST), o Plenário do STF, no julgamento do RE 631.389, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJe de 3/6/2014, Tema 351, submetido ao regime do art. 543-B do CPC, decidiu pela sua concessão aos inativos, no mesmo percentual pago aos ativos, apenas até que fossem processados os resultados da primeira avaliação de desempenho. A partir desse termo, a gratificação perde sua natureza geral e adquire o caráter pro labore faciendo. 2. Assim, avaliados os servidores em atividade, o pagamento da GDPST aos pensionistas e inativos deverá observar o art. 5º-B, § 6º, da Lei 11.355/06, com o que não há ofensa ao princípio da irredutibilidade de vencimentos decorrente da redução da gratificação de desempenho paga à servidora pública aposentada. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.. (ARE 786.848/Pr, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe 14.10.2014)
Verifico, no caso concreto, que a Turma Recursal se posicionou no mesmo sentido do entendimento da Corte Suprema, razão pela qual a tese defendida no presente recurso não comporta provimento.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, c/c art. 16, I, ambos do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503909-90.2012.4.05.8311
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
REQUERIDO (A): MARIA DE LOURDES JOAQUIM
PROC./ADV.: RODRIGO MUNIZ DE BRITO GALINDO OAB: PE 20860

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que acolheu o pedido de condenação ao pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE também aos servidores inativos até o primeiro ciclo de avaliação dos servidores em atividade.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e de Turma Recursal de outra região, no sentido de que a , muito embora seja possível o pagamento da referida gratificação aos inativos, realizada a avaliação de desempenho, a gratificação volta a ter caráter individual, não havendo falar em violação à isonomia pelo seu pagamento diferenciado a servidores ativos e inativos.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
O Supremo Tribunal Federal, através do RE 631.389/CE, publicado em 3.6.2014, firmou entendimento no seguinte sentido:
"GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - GDPGPE - LEI Nº 11.357/06. Homenageia o tratamento igualitário decisão que, até a avaliação dos servidores em atividade, implica a observância da mesma pontuação - 80 - no tocante a inativos e pensionistas"
No mesmo sentido:
"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL APOSENTADA. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DA CARREIRA DA PREVIDÊNCIA, DA SAÚDE E DO TRABALHO (GDPST). REDUÇÃO DO PERCENTUAL PAGO EM RAZÃO DO ADVENTO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. INOCORRÊNCIA. 1. Apreciando a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE), cujo regramento é similar ao da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (GDPST), o Plenário do STF, no julgamento do RE 631.389, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJe de 3/6/2014, Tema 351, submetido ao regime do art. 543-B do CPC, decidiu pela sua concessão aos inativos, no mesmo percentual pago aos ativos, apenas até que fossem processados os resultados da primeira avaliação de desempenho. A partir desse termo, a gratificação perde sua natureza geral e adquire o caráter pro labore faciendo. 2. Assim, avaliados os servidores em atividade, o pagamento da GDPST aos pensionistas e inativos deverá observar o art. 5º-B, § 6º, da Lei 11.355/06, com o que não há ofensa ao princípio da irredutibilidade de vencimentos decorrente da redução da gratificação de desempenho paga à servidora pública aposentada. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.. (ARE 786.848/Pr, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe 14.10.2014)
Verifico, no caso concreto, que a Turma Recursal se posicionou no mesmo sentido do entendimento da Corte Suprema, razão pela qual a tese defendida no presente recurso não comporta provimento.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, c/c art. 16, I, ambos do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503909-90.2012.4.05.8311
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
REQUERIDO (A): LAURA DA CONCEIÇÃOI FIGUERÊDO
PROC./ADV.: RODRIGO MUNIZ DE BRITO GALINDO OAB: PE 20860

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que acolheu o pedido de condenação ao pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE também aos servidores inativos até o primeiro ciclo de avaliação dos servidores em atividade.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e de Turma Recursal de outra região, no sentido de que a , muito embora seja possível o pagamento da referida gratificação aos inativos, realizada a avaliação de desempenho, a gratificação volta a ter caráter individual, não havendo falar em violação à isonomia pelo seu pagamento diferenciado a servidores ativos e inativos.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
O Supremo Tribunal Federal, através do RE 631.389/CE, publicado em 3.6.2014, firmou entendimento no seguinte sentido:
"GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - GDPGPE - LEI Nº 11.357/06. Homenageia o tratamento igualitário decisão que, até a avaliação dos servidores em atividade, implica a observância da mesma pontuação - 80 - no tocante a inativos e pensionistas"
No mesmo sentido:
"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL APOSENTADA. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DA CARREIRA DA PREVIDÊNCIA, DA SAÚDE E DO TRABALHO (GDPST). REDUÇÃO DO PERCENTUAL PAGO EM RAZÃO DO ADVENTO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. INOCORRÊNCIA. 1. Apreciando a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE), cujo regramento é similar ao da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (GDPST), o Plenário do STF, no julgamento do RE 631.389, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJe de 3/6/2014, Tema 351, submetido ao regime do art. 543-B do CPC, decidiu pela sua concessão aos inativos, no mesmo percentual pago aos ativos, apenas até que fossem processados os resultados da primeira avaliação de desempenho. A partir desse termo, a gratificação perde sua natureza geral e adquire o caráter pro labore faciendo. 2. Assim, avaliados os servidores em atividade, o pagamento da GDPST aos pensionistas e inativos deverá observar o art. 5º-B, § 6º, da Lei 11.355/06, com o que não há ofensa ao princípio da irredutibilidade de vencimentos decorrente da redução da gratificação de desempenho paga à servidora pública aposentada. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.. (ARE 786.848/Pr, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe 14.10.2014)
Verifico, no caso concreto, que a Turma Recursal se posicionou no mesmo sentido do entendimento da Corte Suprema, razão pela qual a tese defendida no presente recurso não comporta provimento.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, c/c art. 16, I, ambos do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500380-21.2011.4.05.8304
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
REQUERIDO (A): MARIA DE CARVALHO FREIRE
PROC./ADV.: NEMÉZIO DE VASCONCELOS JÚNIOR OAB: PE 18185

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que acolheu o pedido de condenação ao pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE também aos servidores inativos até o primeiro ciclo de avaliação dos servidores em atividade.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e de Turma Recursal de outra região, no sentido de que a , muito embora seja possível o pagamento da referida gratificação aos inativos, realizada a avaliação de desempenho, a gratificação volta a ter caráter individual, não havendo falar em violação à isonomia pelo seu pagamento diferenciado a servidores ativos e inativos.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
O Supremo Tribunal Federal, através do RE 631.389/CE, publicado em 3.6.2014, firmou entendimento no seguinte sentido:
"GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - GDPGPE - LEI Nº 11.357/06. Homenageia o tratamento igualitário decisão que, até a avaliação dos servidores em atividade, implica a observância da mesma pontuação - 80 - no tocante a inativos e pensionistas"
No mesmo sentido:
"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL APOSENTADA. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DA CARREIRA DA PREVIDÊNCIA, DA SAÚDE E DO TRABALHO (GDPST). REDUÇÃO DO PERCENTUAL PAGO EM RAZÃO DO ADVENTO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. INOCORRÊNCIA. 1. Apreciando a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE), cujo regramento é similar ao da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (GDPST), o Plenário do STF, no julgamento do RE 631.389, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJe de 3/6/2014, Tema 351, submetido ao regime do art. 543-B do CPC, decidiu pela sua concessão aos inativos, no mesmo percentual pago aos ativos, apenas até que fossem processados os resultados da primeira avaliação de desempenho. A partir desse termo, a gratificação perde sua natureza geral e adquire o caráter pro labore faciendo. 2. Assim, avaliados os servidores em atividade, o pagamento da GDPST aos pensionistas e inativos deverá observar o art. 5º-B, § 6º, da Lei 11.355/06, com o que não há ofensa ao princípio da irredutibilidade de vencimentos decorrente da redução da gratificação de desempenho paga à servidora pública aposentada. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.. (ARE 786.848/Pr, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe 14.10.2014)

REPRODUÇÃO PROIBIDA PELA IMPRENSA NACIONAL

Verifico, no caso concreto, que a Turma Recursal se posicionou no mesmo sentido do entendimento da Corte Suprema, razão pela qual a tese defendida no presente recurso não comporta provimento.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, c/c art. 16, I, ambos do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002009-18.2012.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS MATES MARQUES
PROC./ADV.: RUBENS PEREIRA DE CARVALHO OAB: PR-16794
PROC./ADV.: EDNA MARIA ARDENGHI DE CARVALHO OAB: PR-39716
PROC./ADV.: LEONARDO ARDENGHI DE CARVALHO OAB: PR-49369
PROC./ADV.: LARIANE ARDENGHI DE CARVALHO OAB: PR-54 103
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou pleito de pensão de morte.
A parte requerente insurge-se com alegação de cerceamento de defesa.
É o relatório.
O entendimento mais atual da TNU é no sentido de não se admitir incidente quando o objeto se destinar ao exame de questão processual, conforme exposto por meio do PEDILEF 00080456820094036301:
"EMENTA/VOTO - PROCESSUAL CIVIL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. MATÉRIA PROCESSUAL. DESCABIMENTO. NÃO CONHECIMENTO. 1. Pretende o autor a anulação da sentença, mantida pelo acórdão, ao fundamento de que não teve oportunidade de se manifestar sobre o laudo pericial, o que caracteriza cerceamento de defesa. 2. Considero que este incidente não merece conhecimento, eis que a matéria nele versada é eminentemente processual, encontrando obstáculo no art. 14 da Lei n.º 9.099/95 para seu julgamento. Sob outra ótica, já que cerceamento de defesa é tema que possui envergadura constitucional, lembro que o tema desafia a interposição de recurso extraordinário, cujo prazo já se esgotou há muito. 3. Sugiro ao em. Presidente desta Turma que imprima, ao resultado deste julgamento, a sistemática prevista no art. 7º letra "a" do Regimento desta Turma, devolvendo às Turmas de origem todos os outros incidentes que versem sobre o mesmo objeto, a fim de que mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida às premissas jurídicas firmadas, já que reflete entendimento consolidado nesta Corte. 4. Incidente não conhecido."
De igual modo, importa consignar a incidência da Súmula nº 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505014-04.2013.4.05.8300
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
REQUERIDO (A): MARIA DAS DORES ANDRADE BOTELHO DE ALMEIDA
PROC./ADV.: RODRIGO MUNIZ DE BRITO GALINDO OAB: PE 20860

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que acolheu o pedido de condenação ao pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE também aos servidores inativos até o primeiro ciclo de avaliação dos servidores em atividade.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e de Turma Recursal de outra região, no sentido de que a , muito embora seja possível o pagamento da referida gratificação aos inativos, realizada a avaliação de desempenho, a gratificação volta a ter caráter individual, não havendo falar em violação à isonomia pelo seu pagamento diferenciado a servidores ativos e inativos.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
O Supremo Tribunal Federal, através do RE 631.389/CE, publicado em 3.6.2014, firmou entendimento no seguinte sentido:
"GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - GDPGPE - LEI Nº 11.357/06. Homenageia o tratamento igualitário decisão que, até a avaliação dos servidores em atividade, implica a observância da mesma pontuação - 80 - no tocante a inativos e pensionistas"
No mesmo sentido:
"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL APOSENTADA. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DA CARREIRA DA PREVIDÊNCIA, DA SAÚDE E DO TRABALHO (GDPST). REDUÇÃO DO PERCENTUAL PAGO EM RAZÃO DO ADVENTO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. INOCORRÊNCIA. 1. Apreciando a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE), cujo regramento é similar ao da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (GDPST), o Plenário do STF, no julgamento do RE 631.389, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJe de 3/6/2014, Tema 351, submetido ao regime do art. 543-B do CPC, decidiu pela sua concessão aos inativos, no mesmo percentual pago aos ativos, apenas até que fossem processados os resultados da primeira avaliação de desempenho. A partir desse termo, a gratificação perde sua natureza geral e adquire o caráter pro labore faciendo. 2. Assim, avaliados os servidores em atividade, o pagamento da GDPST aos pensionistas e inativos deverá observar o art. 5º-B, § 6º, da Lei 11.355/06, com o que não há ofensa ao princípio da irredutibilidade de vencimentos decorrente da redução da gratificação de desempenho paga à servidora pública aposentada. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.. (ARE 786.848/Pr, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe 14.10.2014)
Verifico, no caso concreto, que a Turma Recursal se posicionou no mesmo sentido do entendimento da Corte Suprema, razão pela qual a tese defendida no presente recurso não comporta provimento.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, c/c art. 16, I, ambos do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501757-56.2013.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES DE SOUZA PEREIRA
PROC./ADV.: SERGIO FERNANDES COELHO OAB: RN-6921
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou pleito de pensão de morte.
É o relatório.
Na origem, negou-se o pleito da parte requerente com a seguinte fundamentação: "não havendo suficiente demonstração do efetivo exercício do labor rural pelo falecido e, considerando diversas contradições nas declarações da autora, não faz à pensão por morte pugnada"
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ademais, incide, à espécie, a Questão de Ordem 22 da TNU: "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500572-42.2011.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VALDEMIRO DOMINGOS DE SOUSA
PROC./ADV.: ADEILSON FERREIRA DE ANDRADE OAB: RN-4741

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que concedeu pleito de pensão de morte.
É o relatório.
Na origem, concedeu-se o pleito da parte requerente com a seguinte fundamentação: " o recorrido à pensão por morte resultante da aposentadoria rural percebida pela de cujus, uma vez comprovada a situação de dependência econômica, bem como a qualidade de segurada especial da falecida"
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ademais, incide, à espécie, a Questão de Ordem 22 da TNU: "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003949-04.2009.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ODILA ALVES PEREIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou pleito de pensão de morte.
É o relatório.
Na origem, negou-se o pleito da parte requerente com a seguinte fundamentação: " verifico que não foram atendidas as exigências legais, não merecendo guarida o recurso do autor, razão pela qual não há qualquer reparo a ser realizado na sentença recorrida, que enfrentou bem as questões postas, motivando e fundamentando as suas razões de decidir.
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ademais, incide, à espécie, a Questão de Ordem 22 da TNU: "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0044143-81.2011.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA DE FATIMA LYRA ZAMPINI
PROC./ADV.: EDUARDO SURIAN MATIAS OAB: SP-093422
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que concedeu pensão por morte.
A parte requerente busca alterar o valor da verba honorária.
Decido.
O entendimento mais atual da TNU é no sentido de não se admitir incidente quando o objeto se destinar ao exame de questão processual, conforme exposto por meio do PEDILEF 00080456820094036301:
"EMENTA/VOTO - PROCESSUAL CIVIL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. MATÉRIA PROCESSUAL. DESCABIMENTO. NÃO CONHECIMENTO. 1. Pretende o autor a anulação da sentença, mantida pelo acórdão, ao fundamento de que não teve oportunidade de se manifestar sobre o laudo pericial, o que caracteriza cerceamento de defesa. 2. Considero que este incidente não merece conhecimento, eis que a matéria nele versada é eminentemente processual, encontrando obstáculo no art. 14 da Lei n.º 9.099/95 para seu julgamento. Sob outra ótica, já que cerceamento de defesa é tema que possui envergadura constitucional, lembro que o tema desafia a interposição de recurso extraordinário, cujo prazo já se esgotou há muito. 3. Sugiro ao em. Presidente desta Turma que imprima, ao resultado deste julgamento, a sistemática prevista no art. 7º letra "a" do Regimento desta Turma, devolvendo às Turmas de origem todos os outros incidentes que versem sobre o mesmo objeto, a fim de que mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida às premissas jurídicas firmadas, já que reflete entendimento consolidado nesta Corte. 4. Incidente não conhecido."
De igual modo, importa consignar a incidência da Súmula nº 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0500652-38.2013.4.05.8306
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: CLEONICA RIBEIRO
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
OAB: RN-560-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou a pensão por morte.
É o relatório.
Na origem, negou-se o pleito da parte requerente ao : " No caso em apreço, ao contrário do que se afirma nos autos, não foram satisfeitos todos os requisitos legais para a obtenção do benefício previdenciário requerido pela parte autora-recorrente, porquanto, como bem se relevou no bojo do ato monocrático em combate, a autora foi companheira do falecido no passado, mas estava separada dele há muitos anos, após o que passou o mesmo a manter relação de união estável com a litisconsorte passiva. Confira-se, a propósito, o seguinte excerto da sentença: "Com efeito, a autora narra fatos confusos e de difícil compreensão. Inicia com fatos bastante antigos, como os primórdios contratos de trabalho do falecido, o nascimento dos filhos, o acidente de trabalho sofrido por este em 1995, para, de repente, começar a falar sobre a remoção dele do Hospital de Goiana para o Hospital da Restauração, em Recife. O nome da 2ª Ré aparece em sua narrativa em diversas ocasiões, ora como amiga da família, pessoa de confiança a quem foi entregue toda a documentação do falecido, ora como alguém que, sem que a autora percebesse, teria subtraído os documentos da sua residência em ocasião que não saberia informar.[...] Não se pode olvidar, ainda, que a autora sequer sabe ao certo quando o falecido se aposentou, eis que garantiu ter sido por invalidez logo após a percepção de benefício temporário em decorrência do acidente de trabalho que lhe vitimou um olho, em 1995, quando, no entanto, a aposentação ocorreu por idade, em 2004 (anexo 25, p. 4). A testemunha arrolada pela autora, Sr. Laércio Tavares da Rocha, de outro giro, inobstante insista que a autora e o falecido viveram juntos até o óbito deste, sempre trabalhou fora da cidade de Goiana, de onde se ausenta por até 1 mês consecutivo, ao tempo que passa em casa no máximo 5 dias seguidos. Assim é que nada sabe sobre o óbito ou os eventos mais próximos ao triste acontecimento. De causar estranheza ter a autora arrolado testemunha que, a despeito de ser seu vizinho, nada saiba de preciso sobre o caso, e não alguém que presenciasse o dia a dia do falecido. Já a litisconsorte passiva, Sra. Veronilda, prestou depoimento coerente e harmônico com a prova dos autos. Declarou já ter vivido em união estável com o Sr. Luiz Severino, de quem era separada há muitos anos, quando ainda sequer morava na Vila Operária, para onde se mudou por volta do ano de 2000. Acrescentou que passou a viver com o Sr. Luiz Alves quando este já não mais convivia com a autora, eis que já morava na casa do filho Cláudio, de cuja esposa a litisconsorte é amiga. Detalhou o período de convivência do casal, inclusive a época em que ele se aposentou, as enfermidades que o acometiam e até mesmo aquela que o vitimou. Não se pode olvidar, ainda que os documentos mais recentes do falecido informam o mesmo endereço da 2ª Ré, a exceção do seu atestado de óbito. Dito documento, inobstante, foi firmado através de uma das filhas do falecido com a autora, a qual, naturalmente, forneceu o endereço da genitora."
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502677-38.2010.4.05.8303
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: MARIA IRENE DA SILVA PEREIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: PE-573
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou o pleito de pensão por morte.
Decido.
O aresto recorrido consignou que "os elementos probatórios carreados nos autos não lograram demonstrar a relação de dependência econômica entre a autora e seu falecido filho".
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507539-39.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOÃO DE SOUSA SANTANA
PROC./ADV.: HIACY QUEIROZ OAB: CE-21762
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou pensão por morte pleiteada na exordial.
Decido.
Inexiste a dissonância interpretativa alegada, porquanto o acórdão recorrido não cuida especificamente da mesma questão jurídica.
Assim, incide, à espécie, a Questão de Ordem 22 da TNU: "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 19 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504024-95.2008.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: DENILSON FÉLIX DA COSTA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PE-573
REQUERENTE: LUCIANO FELIX DA COSTA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: PE-573
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou pensão por morte requerida pela autora.
Decido.
A lide foi solvida nos elementos de prova constantes dos autos, não cabendo revisá-las nesta via.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500067-34.2014.4.05.8311
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LÚCIA MARIA NASCIMENTO DA COSTA
PROC./ADV.: ANTONIO ALMIR DO VALE REIS JR. OAB: PE-27685

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que concedeu benefício assistencial.
Decido.
O acórdão recorrido conclui que, "a partir das provas colacionadas aos autos, o autor preenche o requisito da miserabilidade exigido para concessão do benefício".
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502736-57.2014.4.05.8312
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS FELIZ DA SILVA
PROC./ADV.: HILTON SALES DA SILVA OAB: PE-405
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou benefício social.
Decido.
A lide foi solvida com base nos elementos fáticos insertos nos autos do processo.
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502882-04.2014.4.05.8311
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: MARIA ADRIANA LAURENTINO GOMES
PROC./ADV.: EUCLIDES BEZERRA CAVALCANTI NETO OAB: PE-35325
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou benefício social.
Decido.
A lide foi solvida com base nos elementos fáticos insertos nos autos do processo.
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502113-05.2014.4.05.8308
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: JEOVANDO CÂNDIDO DIAS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou aposentadoria por invalidez.
Decido.
O aresto recorrido negou a aposentadoria com base nos elementos dos autos.
Confira-se: "pode-se seguramente concluir que o início da incapacidade ocorreu anteriormente ao ingresso do autor no RGPS, de modo que o benefício não é devido"
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500616-84.2013.4.05.8309
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ EDILSON MARTINS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA. OAB: PE-573-A

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou compensação de honorários.
Decido.
O entendimento mais atual da TNU é no sentido de não se admitir incidente quando o objeto se destinar ao exame de questão processual, conforme exposto por meio do PEDILEF 00080456820094036301:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

"EMENTA/VOTO - PROCESSUAL CIVIL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. MATÉRIA PROCESSUAL. DESCABIMENTO. NÃO CONHECIMENTO. 1. Pretende o autor a anulação da sentença, mantida pelo acórdão, ao fundamento de que não teve oportunidade de se manifestar sobre o laudo pericial, o que caracteriza cerceamento de defesa. 2. Considero que este incidente não merece conhecimento, eis que a matéria nele versada é eminentemente processual, encontrando obstáculo no art. 14 da Lei n.º 9.099/95 para seu julgamento. Sob outra ótica, já que cerceamento de defesa é tema que possui envergadura constitucional, lembro que o tema desafia a interposição de recurso extraordinário, cujo prazo já se esgotou há muito. 3. Sugiro ao em. Presidente desta Turma que imprima, ao resultado deste julgamento, a sistemática prevista no art. 7º letra "a" do Regimento desta Turma, devolvendo às Turmas de origem todos os outros incidentes que versem sobre o mesmo objeto, a fim de que mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida às premissas jurídicas firmadas, já que reflete entendimento consolidado nesta Corte. 4. Incidente não conhecido."

De igual modo, importa consignar a incidência da Súmula nº 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual."

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502346-17.2014.4.05.8303
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: MARIA IVANILDA MOREIRA FREIRE
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS
OAB: PE-20418
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou benefício assistencial pleiteado na exordial.

Decido.

A lide foi solvida com a seguinte fundamentação: "No caso dos autos, o núcleo familiar é composto apenas pela parte autora e seu cônjuge, possuindo o núcleo familiar renda mensal de um salário mínimo, decorrente da aposentadoria do esposo da demandante"

A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0513751-30.2012.4.05.8300
ORIGEM: 3ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
REQUERIDO (A): RAVENA TERESA TENORIO
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: PE 1253

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que acolheu o pedido de condenação ao pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE também aos servidores inativos até o primeiro ciclo de avaliação dos servidores em atividade.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e de Turma Recursal de outra região, no sentido de que a , muito embora seja possível o pagamento da referida gratificação aos inativos, realizada a avaliação de desempenho, a gratificação volta a ter caráter individual, não havendo falar em violação à isonomia pelo seu pagamento diferenciado a servidores ativos e inativos.

É o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

O Supremo Tribunal Federal, através do RE 631.389/CE, publicado em 3.6.2014, firmou entendimento no seguinte sentido:

"GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - GDPGPE - LEI Nº 11.357/06. Homenageia o tratamento igualitário decisão que, até a avaliação dos servidores em atividade, implica a observância da mesma pontuação - 80 - no tocante a inativos e pensionistas"

No mesmo sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL APOSENTADA. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DA CARREIRA DA PREVIDÊNCIA, DA SAÚDE E DO TRABALHO (GDPST). REDUÇÃO DO PERCENTUAL PAGO EM RAZÃO DO ADVENTO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. INOCORRÊNCIA. 1. Apreciando a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE), cujo regramento é similar ao da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (GDPST), o Plenário do STF, no julgamento do RE 631.389, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJe de 3/6/2014, Tema 351, submetido ao regime do art. 543-B do CPC, decidiu pela sua concessão aos inativos, no mesmo percentual pago aos ativos, apenas até que fossem processados os resultados da primeira avaliação de desempenho. A partir desse termo, a gratificação perde sua natureza geral e adquire o caráter pro labore faciendo. 2. Assim, avaliados os servidores em atividade, o pagamento da GDPST aos pensionistas e inativos deverá observar o art. 5º-B, § 6º, da Lei 11.355/06, com o que não há ofensa ao princípio da irredutibilidade de vencimentos decorrente da redução da gratificação de desempenho paga à servidora pública aposentada. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.. (ARE 786.848/Pr, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe 14.10.2014)

Verifico, no caso concreto, que a Turma Recursal se posicionou no mesmo sentido do entendimento da Corte Suprema, razão pela qual a tese defendida no presente recurso não comporta provimento.

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, c/c art. 16, I, ambos do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2015

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5019609-61.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LENITA MALLUTA
PROC./ADV.: KLEBER COELHO OAB: SC-11669

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que não acolheu preliminar de prescrição.

A requerente aduz que existência de ação civil pública anterior não interrompe prazo prescricional para ações individuais.

Decido.

A Corte de origem valeu-se de precedente da TNU para afastar a admissibilidade do incidente.

Observo que as razões trazidas no agravo não combateram especificamente os fundamentos ofertados na decisão que inadmitiu o incidente de uniformização.

Incide, por analogia, a Questão de Ordem 18/TNU, que dispõe: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".

No mesmo sentido, cabe aplicar, por analogia, os enunciados 182/STJ e 283/STF.

Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5004212-95.2013.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA NEUSA DIAS DE SOUZA
PROC./ADV.: BRUNA KARLA SAWCZYN BLUM OAB: PR-56 955

DECISÃO

Trata-se agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que acolheu o pleito da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

O INSS insiste na tese de que ocorrera a decadência nos termos do artigo 103 da Lei n. 8.213/91.

É o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50045967120124047113, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE RÉ. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE DERIVADA DE AUXÍLIO-DOENÇA. REVISÃO DA RMI NOS TERMOS DO ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA.AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁCTICO-JURÍDICA. QUESTÃO DE ORDEM 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto contra acórdão da 4ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que deu provimento ao recurso da parte autora, determinando a revisão do salário-de-benefício do auxílio-doença precedente, com repercussão na pensão por morte. Colhe-se do acórdão a fundamentação que segue: "[...] Trata Vistos etc. Defiro a gratuidade da justiça. Recorre a parte autora de sentença que reconheceu a decadência do direito de revisar o auxílio-doença nº 110.756.373-6 (concedido em 29/07/2001), e julgou improcedente o pedido de revisão da pensão por morte dele decorrente (pensão por morte n.º 124.053.726-0, concedida em 18/04/2003. Requer a reforma da sentença e o acolhimento dos pedidos elaborados na peça inicial. Ausência de interesse de agir Embora viesse entendendo pela falta de interesse de agir como regra para pedidos de revisão pelo artigo 29, II, da Lei 8.213/91, desde o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, entendo que deva ser alterado o posicionamento anterior. É que referida revisão administrativa, feita mediante prévio requerimento do segurado, não abarca os entendimentos judiciais acerca da incidência dos prazos decadenciais e prescricionais, costumeiramente mais vantajosos aos beneficiários. Por outro lado, recentemente, conforme notícia publicada no sítio da Previdência Social, em janeiro de 2013, em virtude da decisão proferida no âmbito da Ação Civil Pública nº 0002320- 59.2012.4.03.6183/SP, pelo Juiz Federal da 6ª Vara Previdenciária da 1ª Subseção Judiciária de São P a u l o / S P, o próprio INSS passou a revisar, agora de ofício, boa parte dos benefícios concedidos ilegalmente no período, não sendo mais necessário sequer o prévio requerimento de dita revisão. Ocorre que o procedimento adotado pela autarquia é por demais prejudicial ao beneficiário. Segundo consta na Resolução INSS/PRES nº 268, de 24/01/2013, a revisão contempla apenas os benefícios que possuem Data do Despacho - DDB, entre 17 de abril de 2002 e 29 de outubro de 2009 (data em que foram implementadas as alterações sistêmicas com base na nova regra de cálculo), pois considera a decadência decenal a contar da data da citação do INSS na ACP ocorrida em 17/04/2012. Orienta ainda que não serão objeto da revisão os benefícios enquadrados em um dos seguintes critérios: I - já revistos pelo mesmo objeto, ou seja, administrativa e judicialmente; II - concedidos no período de vigência da Medida Provisória nº 242, entre 28 de março de 2005 e 3 de julho de 2005; III - concedidos até o dia 17 de abril de 2002, quando foi operada a decadência, conforme art. 4º desta Resolução; IV - concedidos dentro do período de seleção descrito no caput, porém precedidos de benefícios alcançados pela decadência; e V - embora concedidos no período definido no Acordo Judicial firmado no âmbito da Ação Civil Pública nº 0002320-59.2012.4.03.6183/SP, sejam precedidos de benefícios com Data de Início de Benefício - DIB, anterior a 29 de novembro de 1999. Por fim, fixa um cronograma de pagamento das diferenças por demais extensivo, com previsão de quitação, em alguns casos, apenas no ano de 2022 (Anexo I). Dessa forma, tenho como suficientemente demonstrada no presente momento, a pretensão resistida do INSS no pagamento das diferenças devidas e o interesse de agir na propositura desta ação. Registre-se que, na hipótese de revisão administrativa, resta prejudicada a condenação à implantação da nova renda mensal, persistindo o interesse processual quanto às parcelas vencidas, devendo ser compensados os valores eventualmente pagos pela autarquia, desde que devidamente comprovados por ocasião do cumprimento do julgado. Direito à revisão pelo artigo 29, II, da Lei 8.213/91 Decadência O artigo 103, caput, da Lei 8213/91, prevê prazo decadencial de dez anos para revisar o ato de concessão do benefício previdenciário. No entender desta Turma, na hipótese de benefício originário e derivado, devem ser considerados dois prazos decadenciais diversos e, ainda que se tenha que recalcular o auxílio-doença anterior, tal resultado somente repercutirá efeitos no(s) benefício(s) cujo(s) prazo(s) decadencial(is) ainda não transcorreu (transcorreram). Isso porque, tratando-se de benefícios diversos, um originário e outro derivado ou com repercussão no cálculo deste, os prazos são apurados de forma autônoma, consoante entendimento da Turma Nacional de Uniformização. Extrai-se do voto do Relator: 'Seguindo a linha de raciocínio perfilhado pela Magistrada Simone Lemos Fernandes, nos autos do PEDILEF n. 2009.72.54.003963-7, julgado em 29 de março de 2012, considero 'que a pensão por morte e o benefício previdenciário do qual deriva são, de fato, benefícios atrelados por força do critério de cálculo de ambos, tão-somente. Mas são benefícios autônomos, titularizados por pessoas diversas que, de forma independente, possuem o direito de requerer a revisão de cada um deles, ainda que através de sucessores (pois a pensão por morte pressupõe, logicamente, o falecimento de seu instituidor), sendo que o prazo decadencial de revisão da pensão começa a fluir a partir da data da concessão'. Certo que os sucessores de segurado já falecido podem requerer, judicialmente, o reconhecimento de parcelas que seriam devidas àquele por força de incorreto cálculo de seu benefício. Mas não é este o tema discutido nestes autos, já que a autora não postulou diferenças sobre a aposentadoria de seu falecido marido, mas tão-somente diferenças sobre a pensão por morte que percebe. Dessa forma, considero que existe prazo decadencial autônomo, diferenciado, relativo ao direito de revisão da pensão por morte percebida pela autora, computado a partir da data de sua concessão. (...) Ante o exposto, voto por reafirmar o entendimento de que existe prazo decadencial autônomo, diferenciado, relativo ao direito de revisão da pensão por morte, computado a partir da data de sua concessão' (PEDILEF 2008.50.51.001325-4, Rel. Juiz ADEL AMÉRICO DIAS DE OLIVEIRA, D.D. 27/06/2012). Ademais, o caso em apreço apresenta peculiaridade a ser considerada. O próprio INSS reconheceu a ilegalidade do Decreto que afastava a aplicação do artigo 29, II, da

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Lei 8.213/91, determinando, inclusive, a revisão administrativa dos benefícios assim concedidos. O Decreto nº 6.939, de 18/08/2009, já alterara as disposições anteriores que contrariavam frontalmente as normas legais. Em 15 de abril de 2010, o Instituto editou o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, pelo qual passou a conceder administrativamente os benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez já com a correta observância do artigo 29, II, da Lei nº 8.213/91, reconhecendo o direito do segurado à revisão administrativa dos benefícios em manutenção. Constava no referido Memorando expressamente o reconhecimento da ilegalidade do Decreto revogado. Assim, independentemente de o segurado ter requerido esta revisão em juízo apenas em período posterior, a verdade é que já havia adquirido o direito a ela, pouco importando quando passou a exercer sua prerrogativa. Interpretação diversa fere frontalmente o direito individual previsto no artigo 5º, XXXVI, da CF, não sendo de se admitir que dispositivo legal impeça o exercício de direito previsto constitucionalmente. Essa revisão deveria ter sido feita pela administração inclusive de ofício, pois todo ato de concessão de benefício é vinculado à lei e não está sujeito a critérios discricionários da administração. Uma vez reconhecido o erro administrativo, a ilegalidade no seu procedimento, tem a administração a obrigação legal e constitucional de revisar de ofício seus próprios atos. A manutenção eterna da reconhecida ilegalidade administrativa, em benefício prestacional com nítido caráter alimentar, destinado à preservação das condições mínimas existenciais do indivíduo e diretamente vinculado à idéia de dignidade da pessoa humana, não se coaduna com o sistema constitucional pátrio. Portanto, resta afastada a alegada decadência. Prescrição Nos termos do artigo 103, parágrafo único, da Lei 8.213/91, estão prescritas as parcelas vencidas nos cinco anos antes do ajuizamento da ação. Contudo, segundo entendimento da TRU da 4ª Região, a interrupção do prazo prescricional deu-se com a edição do Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15/04/2010, garantindo ao segurado o recebimento das parcelas anteriores a cinco anos da publicação do normativo para pedidos que ingressarem administrativa ou judicialmente em até cinco anos: REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ATO ADMINISTRATIVO DE RECONHECIMENTO DO DIREITO. INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. 1. O Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, constitui marco interruptivo do prazo prescricional para a revisão dos benefícios com base no artigo 29, II, da Lei 8.213/91. 2. Essa interrupção garante o recebimento das parcelas anteriores a cinco anos da publicação do normativo para pedidos que ingressarem administrativa ou judicialmente em até cinco anos após a mesma data, uma vez que houve reconhecimento administrativo do direito. 3. Pedido de uniformização provido. (5018503-64.2012.404.7000, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Paulo Paim da Silva, D.E. 25/06/2012) Aplicação do artigo 29, II, da Lei 8213/91, e do artigo 3º, da Lei 9.876/99 O artigo 32, § 2º, do Decreto 3.048/99, em sua redação original, determinava que, nos casos de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez, contando o segurado com menos de cento e quarenta e quatro contribuições mensais no período contributivo, o saláriode-benefício corresponderia à soma dos salários-de-contribuição dividido pelo número de contribuições apurado. Revogado pelo Decreto nº 5.399, de 24/03/2005, idêntica determinação foi reintroduzida pelo Decreto nº 5.545, de 22/09/2005, ao acrescentar o § 20 no artigo 32 do RPS. Para os segurados que já estavam filiados ao RGPS antes da entrada em vigor da Lei 9.876/99, o artigo 188-A, § 3º, do RPS, também reintroduzido pelo Decreto 5.545/2005 no § 4º deste dispositivo, dispunha que, nos casos de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez, contando o segurado com salários-de-contribuição em número inferior a sessenta por cento do número de meses decorridos desde a competência julho de 1994 até a data de início do benefício, o salário-de-benefício corresponderá à soma dos salários-decontribuição dividido pelo número de contribuições mensais apurado. Assim, excluía-se nas duas hipóteses referidas, a possibilidade de o segurado retirar do cálculo de seu benefício aqueles salários-de-contribuição correspondentes a 20% do seu período contributivo que tivessem os menores valores. Essa forma de cálculo afrontava diretamente a regra prevista no inciso II do artigo 29 da LB, com a redação dada pela Lei 9.876/99 e a regra transitória prevista no artigo 3º, caput, desta mesma lei. Afinal, para concessão de aposentadoria por invalidez e de auxílio-doença nunca vigorou aquela exigência, prevista no § 2º deste artigo 3º, de o segurado contar com no mínimo sessenta por cento de contribuições correspondentes ao período decorrido entre julho de 1994 e a Data de Início do Benefício. A ilegalidade apontada também se refletia na concessão de pensão por morte originária ou decorrente de tais benefícios, bem como de auxílio-reclusão, em virtude do disposto nos artigos 75 e 80 da Lei 8.213/91. O Decreto nº 6.939, de 18/08/2009, finalmente alterou tais disposições, mantendo a forma de cálculo estabelecida na legislação ordinária, tendo o Instituto admitido expressamente a ilegalidade do Decreto revogado na Nota Técnica nº 70/2009/PFEINSS/CGMBEN/DIVCONT e no Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15 de abril de 2010. A Turma Regional de Uniformização pacificou a matéria nesse sentido: INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO. BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA. CRITÉRIO DE CÁLCULO. ARTIGO 29, II, LEI 8.213/91. MATÉRIA UNIFORMIZADA. 1. A matéria restou uniformizada no Incidente de Uniformização JEF Nº 2007.71.50.032776-1/RS, nos seguintes termos: 'O cálculo do salário-de-benefício do auxílio-doença concedido após a vigência da Lei nº 9.876/99, consiste na média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondente a 80% de todo o período contributivo, independente do número de contribuições que o integrem, nos termos do artigo 29, inciso II, da Lei nº 8.213/91.' 2. Necessidade de adequação da decisão impugnada à jurisprudência uniformizada deste colegiado. 3. Incidente de uniformização de jurisprudência provido. (IUJEF 0000372-64.2008.404.7163, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relatora Susana Sbroglio Galia, D.E. 24/08/2010) Dessa maneira, deve ser revisado o salário-de-benefício do auxílio-doença precedente, com repercussão na pensão por morte. As parcelas são devidas desde o requerimento administrativo, respeitada a prescrição quinquenal conforme acima decidido, incidindo atualização monetária pelo INPC e juros de mora de 1% ao mês da citação. A partir de 01/07/2009, em virtude da lei 11.960/09, deverá ser substituído o índice de atualização monetária e juros de mora pelos mesmos critérios estabelecidos para remuneração da poupança integral, desde quando devida cada parcela independentemente da data da citação, com capitalização mensal, na forma como restou preconizado nos julgamentos do RI nº 5003739-44.2011.404.7118 e do Incidente de Uniformização n. 0002477-47.2008.404.7055 (TRU 4ª Região, Relatora Juíza Federal Ana Beatriz Vieira da Luz Palumbo, decisão de 30/09/2011). A decisão da Turma Recursal assim proferida, no âmbito dos Juizados Especiais, é suficiente para interposição de quaisquer recursos posteriores. O prequestionamento é desnecessário no âmbito dos Juizados Especiais Federais. Isso porque o Artigo 46 da Lei 9.099/95 dispensa a fundamentação do acórdão. Com isso, nos pedidos de uniformização de jurisprudência não há qualquer exigência de que a matéria tenha sido prequestionada. Para o recebimento de Recurso Extraordinário, igualmente, não se há de exigir, tendo em vista a expressa dispensa pela lei de regência dos Juizados Especiais, o que diferencia do processo comum ordinário. Todavia, se assim quer o recorrente, dou expressamente por prequestionados todos os dispositivos indicados pelas partes nos presentes autos, para fins do art. 102, III, da Constituição Federal, respeitadas as disposições do art. 14, caput e parágrafos e art. 15, caput, da Lei nº 10.259, de 12.07.2001. A repetição dos dispositivos é desnecessária, para evitar tautologia. Importa destacar que 'o magistrado, ao analisar o tema controvertido, não está obrigado a refutar todos os aspectos levantados pelas partes, mas, tão somente, aqueles que efetivamente sejam relevantes para o deslinde do tema' (STJ, Resp 717265, DJ 12.03.2007, p. 239). Não há condenação do INSS no pagamento de honorários advocatícios, observado o disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Ante o exposto, voto por dar provimento ao recurso da parte autora. [...]" 2. Em seu pedido de uniformização, requer a parte ré "que seja fixado o entendimento de que: a) o prazo decadencial estabelecido no art. 103 da Lei 8213/91 é plenamente aplicável ao caso em tela, uma vez que não pode ser interrompido ou suspenso; b) não houve a interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade/pensão por morte mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010; c) a prescrição contra a Fazenda Pública somente poder ser interrompida uma vez; d) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu, fazendo com que estejam prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida". 3. O incidente de uniformização foi admitido na origem somente no que diz respeito à alegação de decadência, não tendo o requerente apresentado agravo da decisão. 4. No caso, entendo que as situações fático-jurídicas tratadas nos paradigmas indicados (EDcl no REsp 1309534 / RS e EDcl no REsp 1304433 / SC) não guardam similitude com a debatida no acórdão recorrido. Com efeito, os acórdãos proferidos pelo STJ versam sobre o termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão dos benefícios previdenciários concedidos antes Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997. No acórdão recorrido, por sua vez, trata-se de demanda em que se discute, especificamente, o termo a quo para contagem do prazo decadencial do direito de revisão de pensão por morte derivada de auxílio-doença. 5. Ademais, esta Turma Nacional de Uniformização tem entendimento consolidado nos sentidos a seguir expostos: "[...] a pensão por morte e o benefício previdenciário do qual deriva são, de fato, benefícios atrelados por força do critério de cálculo de ambos, tão-somente. Mas são benefícios autônomos, titularizados por pessoas diversas que, de forma independente, possuem o direito de requerer a revisão de cada um deles, ainda que através de sucessores (pois a pensão por morte pressupõe, logicamente, o falecimento de seu instituidor), sendo que o prazo decadencial de revisão da pensão começa fluir a partir da data da concessão. [...]" (PEDILEF 200972540039637, Rel. JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 11/05/2012; PEDILEF 2008.50.51.001325-4, REL. JUIZ FEDERAL ADEL AMERICO DIAS DE OLIVEIRA, D.J. 27/06/2012) PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA RMI NOS TERMOS DO ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. INÍCIO DO PRAZO A PARTIR DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO QUE SE PRETENDE REVISAR. AUXÍLIO-DOENÇA. EDIÇÃO DO MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO Nº 21 DIRBEN/PFE/INSS. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DO DIREITO. RESSALVA EXPRESSSA DOS BENEFÍCIOS ATINGIDOS PELA DECADÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE RENÚNCIA À DECADÊNCIA LEGAL.DECADÊNCIA NÃO CONSUMADA NO CASO CONCRETO. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização suscitado pela parte-autora pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, declarou a decadência do direito à revisão de aposentadoria por invalidez decorrente de auxílio-doença. 2. O aresto combatido considerou que estava consumado o prazo decadencial para o exercício do direito à revisão de aposentadoria por invalidez, contado da data da concessão do auxílio-doença, por entender ser este o "benefício que efetivamente se busca revisar". 3. A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entenderam que o prazo decenal para a revisão de aposentadoria por invalidez conta-se data de concessão deste benefício, considerado autonomamente em relação ao auxílio-doença, do qual se originou. 4. Na decisão de admissibilidade, proferida pela Presidência desta TNU, apontou-se que "há a divergência suscitada", porquanto o acórdão recorrido e os paradigmas teriam tratado da questão de forma contrastante. 5. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º). 6. Do cotejo entre o acórdão combatido e os julgados paradigmas, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados. 7. Explico: 8. No acórdão recorrido, a 5ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, mantendo a sentença, declarou a decadência do direito à revisão de aposentadoria por invalidez decorrente de auxílio-doença, sob o seguinte fundamento: "A controvérsia trazida pela parte autora encontra-se uniformizada no âmbito da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região, nos seguinte termos: REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA DO DIREITO QUANDO DECORRIDOS MAIS DE DEZ ANOS. 1. O prazo decadencial do direito de revisar é contado da data da concessão do benefício que efetivamente se busca revisar, seja ele originário ou derivado. 2. Tendo decaído o direito de revisar o benefício originário, não há possibilidade de revisão do benefício derivado, no caso de esta ser apenas reflexa da revisão do primeiro. 3. Recurso improvido. (5000341- 64.2012.404.7115, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Paulo Paim da Silva, D.E. 25/06/2012 - grifei). Dessarte, ressalvo meu posicionamento pessoal no sentido de que, em se tratando de dois benefícios previdenciários, um originário e outro derivado, os prazos deveriam ser contados de forma autônoma, para, nos termos da jurisprudência uniformizada, negar provimento ao recurso. (...) Dessa forma, mantenho a sentença recorrida e condeno a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, e de custas, na forma da Lei, ficando a execução suspensa na hipótese de a parte autora ser beneficiária da AJG. Ante o exposto, voto por NEGAR PROVIMENTO ao recurso da parte autora." 9. Nos casos paradigmas (2ª TR/BA, Processo nº 0017050-19.2010.4.01.3300, j. 08/07/2011; 3ª TR/SP, Processo nº 0596563120074036301, rel. Juiz Federal Danilo Almasi Vieira Santos, j. 14/05/2012), se decidiu que o prazo decadencial para a revisão de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença inicia-se da concessão do benefício atual (aposentadoria) e não do originário (auxílio-doença). 10. Entendeu-se nos precedentes que há, em tais casos, "a existência de duas lesões à esfera do segurado...a primeira decorrente da equivocada concessão do auxílio-doença e a segunda da igualmente errônea implantação da aposentadoria por invalidez" (2ª TR/BA) e "os reflexos da revisão são para o benefício atual e não o benefício originário" (3ª TR/SP). 11. Portanto, há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/pedido de revisão de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido contou-se a decadência da aposentadoria por invalidez; nos paradigmas entendeu-se do início do auxílio-doença. 12. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação. 13. Como visto, a controvérsia repousa sobre o início da contagem do prazo decadencial para a revisão de aposentadoria por invalidez, mediante a revisão da RMI do auxílio-doença do qual se originou a aposentadoria, prazo este previsto no art. 103 da Lei nº 8.213/91: Art. 103. É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo. 14. Os entendimentos divergentes podem ser assim resumidos: a) o prazo decadencial iniciar-se-ia quando da concessão do auxílio-doença, uma vez que a revisão da aposentadoria que se pretende constitui, na verdade, em revisão da Renda Mensal Inicial do auxílio-doença precedente; b) o prazo decadencial iniciar-se-ia da data da concessão da aposentadoria por invalidez, uma vez que as relações jurídicas referentes ao auxílio-doença e à aposentadoria por invalidez são autônomas, devendo ser consideradas separadamente. 15. Inicialmente, consigno que os entendimentos acima reportados terão aplicação conforme o caso concreto, não se excluindo, absolutamente, nenhuma das duas formas de contagem do prazo decadencial. 16. Conforme a matéria controversa, os fatos litigiosos e o objetivo perseguido pela parte-autora, haverá o cabimento de cada um dos termos iniciais do prazo de decadência. 17. Tal entendimento prevalece mesmo diante do reconhecimento da circunstância de que os benefícios em questão possuem naturezas distintas, constituindo relações jurídicas próprias, sujeitas a regramentos específicos. 18. É que o critério para a identificação do termo inicial do prazo de decadência deve vincular-se ao momento em que houve a lesão ao direito pleiteado, ainda que tal lesão prolongue seus efeitos sobre o benefício superveniente. 19. Isto porque é a partir da constituição de uma dada e específica situação jurídica - que se pretende alterar com a ação revisional -, que tem início o prazo decadencial para revisá-la. 20. Assim, exemplificativamente, caso o segurado queira revisar o seu benefício de aposentadoria por invalidez em razão de o valor da RMI não corresponder a 100% do salário-de-benefício, a lesão ao direito ocorreu na concessão do benefício de aposentadoria, ainda que decorrente de auxílio-doença, motivo pelo qual, em tal hipótese, entendo que a contagem do prazo decenal iniciaria da data de concessão da aposentadoria. 21. Na hipótese dos autos, a parte-autora requer a revisão prevista no art. 29, II, da Lei nº 8.213/91 (incluído pela Lei nº 9.876/99): apuração do salário-de-benefício adotando-se a "média

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo". 22. Esta revisão, portanto, destina-se ao recálculo da Renda Mensal Inicial (RMI) do auxílio-doença, o que, em se tratando de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença, conduz à conclusão de que se pede a revisão da RMI do auxílio-doença, posto que, ainda que peça nominalmente a revisão da aposentadoria por invalidez, o que se pretende, na verdade, é a revisão do auxílio-doença inicial. 23. Isto porque, na hipótese, a aposentadoria por invalidez é resultado da mera transformação de auxílio-doença, observada o percentual de 100% do salário-de-benefício (em oposição ao percentual de 91% do salário-de-benefício para o auxílio-doença). 24. Tal entendimento é perfeitamente perceptível quando se examina os termos em que formulados a causa de pedir e o pedido pela parte-autora (ora requerente), conforme trechos que ora reproduzo (sem grifos no original): "A presente consiste na pretensão do recálculo do valor Auxilio doença da parte autora, buscando remediar ilegalidade cometida pela autarquia quando da concessão de seu beneficio. (...) Como se verá adiante, o benefício de auxilio doença foi equivocadamente calculado pelo INSS gerando uma redução nos valores pagos à parte Autora, tendo ainda gerado por conseqüência redução nos valores pagos em sua aposentadoria por invalidez e/ou pensão por morte. (...) Outra ilegalidade que se observa é que ao efetuar o cálculo do Salário-de-Benefício do(s) auxílio(s) doença, e, por conseqüência, da RMI da parte autora no respectivo beneficio, o INSS limitou-se a calcular a média aritmética simples dos salários de contribuição. (...) DO PEDIDO 4. Procedência da ação, condenando o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a: a) revisar o benefício previdenciário do autor revisando o PBC do auxílio-doença nº 114.845.928-3 do mesmo, devendo este ser recalculado conforme preceitua o artigo 29, inciso II, da Lei 8.213/91, bem como para recalcular o valor da RMI do referido benefício, quando da concessão do beneficio e da RMA; b)revisar a aposentadoria por invalidez nº 536.321.335-0 do autor, com base no novo cálculo do beneficio de auxilio doença, bem como recalcular o valor da RMI do referido benefício, quando da concessão do mesmo e da RMA." 25. Portanto, o alegado equívoco na constituição da relação jurídica previdenciária, que constitui o objeto da presente ação, ocorreu na concessão do auxílio-doença (ainda que seus efeitos prolonguem-se para o benefício derivado), de modo que a decadência (conforme nominada no art. 103 da Lei 8.213/91), em princípio, ter-se-ia consumado, ante o decurso de mais de dez anos entre a concessão do benefício e a data do ajuizamento da ação. 26. Todavia, há, quanto à matéria em questão, fato relevante a se considerar, qual seja, o reconhecimento administrativo do direito à revisão, pelo INSS, através do Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15 de abril de 2010, que, em seu item 4.2, fixou serem "passíveis de revisão os benefícios por incapacidade e pensões derivadas deste, assim como as não precedidas, com DIB a partir de 29.11.1999, em que, no Período Básico de Cálculo - PBC, foram considerados 100% (cem por cento) dos salários-de-contribuição, cabendo revisá-los para que sejam considerados somente os 80% (oitenta por cento) maiores salários-de-contribuição". 27. Resta claro, pois, o reconhecimento, pela Administração Previdenciária, do direito à revisão dos benefícios que levaram em conta para o cálculo de seus valores 100% do salário-de-contribuição no respectivo PBC (ao invés dos 80% maiores), ato administrativo este que beneficia indiscutivelmente o recorrente, mesmo tendo ingressado com a presente ação mais de dez anos após a concessão do auxílio-doença. Isso porque, conforme veremos, quando do reconhecimento do direito à revisão na esfera administrativa ainda não havia transcorrido o prazo decadencial. 28. Observe-se que o item 4.1 preceitua que "deve-se observar, inicialmente, se o benefício já não está atingido pela decadência, hipótese em que, com esse fundamento, não deve ser revisado", sendo evidente, portanto, que o ato administrativo de reconhecimento do direito não foi absoluto, excluindo os casos em que já se tinha operado a decadência. E não poderia ser diferente, na medida em que o art. 209 do Código Civil preceitua ser "nula a renúncia à decadência fixada em lei", estando a Administração Pública vinculada a tal preceito, ante o princípio da legalidade (art. 37 da CF/88). 29. A questão é que não se tratou, conforme evidenciado acima, de renúncia à decadência legal (conduta vedada pela lei), mas, simplesmente, de reconhecimento expresso pela Administração do direito à revisão dos benefícios previdenciários, desde que ainda não atingidos pela decadência. 30. No caso dos autos, o benefício de auxílio-doença foi concedido em favor da parte autora em 6 de maio de 2000, encontrando-se acobertado pelo reconhecimento do direito à revisão, na medida em que o Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS é de 15 de abril de 2010. 31. Em conclusão, é o caso de se conhecer do incidente, porém, para dar-lhe parcial provimento, firmando-se a tese de que, quando se pretende a revisão do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente da conversão do auxílio-doença, nos termos do art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, conta-se o prazo do art. 103 da Lei nº 8.213/91, a partir da concessão do benefício originário, qual seja, o auxílio-doença, declarando-se, no caso concreto, o afastamento da decadência pelo reconhecimento administrativo do direito, devendo os autos retornar à Turma Recursal de origem para novo julgamento, observada a premissa supra.Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, porém, DANDO-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator. (PEDILEF 50155594420124047112, JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, TNU, DOU 20/03/2015 PÁGINAS 106/170.) 6. Aplicação ao caso da Questão de Ordem TNU n. 13 para não conhecer do pedido de uniformização ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido"). 7. Diante dessas considerações, não conheço o pedido de uniformização interposto.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Aplica-se na hipótese a Questão de Ordem 10 da TNU, segundo a qual "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5006320-80.2011.4.04.7005
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARISELDA MARIA DALLA COSTA CAMARGO
PROC./ADV.: PATRÍCIA MARA GUIMARÃES OAB: PR 29.908

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que afastou a decadência para revisão de benefício ante a existência de reclamatória trabalhista.

É o relatório.

O aresto proferido na Turma Recursal está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria, segundo o qual, "Na hipótese de existir reclamação trabalhista em que se reconhece parcelas remuneratórias, como a do presente caso, o STJ vem sedimentando entendimento no sentido de que o prazo de decadência do direito à revisão do ato de concessão do benefício flui a partir do trânsito da sentença trabalhista (REsp 1440868/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/04/2014, DJe 02/05/2014)

Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5018037-67.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MANUEL ANTONIO DA FONSECA
PROC./ADV.: JOSÉ ANTONIO ANDRÉ OAB: PR-14953

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que afastou a decadência para revisão de benefício ante a existência de reclamatória trabalhista.

É o relatório.

O aresto proferido na Turma Recursal está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria, segundo o qual, "Na hipótese de existir reclamação trabalhista em que se reconhece parcelas remuneratórias, como a do presente caso, o STJ vem sedimentando entendimento no sentido de que o prazo de decadência do direito à revisão do ato de concessão do benefício flui a partir do trânsito da sentença trabalhista (REsp 1440868/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/04/2014, DJe 02/05/2014)

Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005747-90.2012.4.04.7010
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LIVERCINA PRESTES DE OLIVEIRA SOUZA
PROC./ADV.: JUAREZ PAULO DA SILVA OAB: PR-36052

DECISÃO

Trata-se de agravo contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que reconheceu que não transcorrera o prazo decadencial para revisão do benefício.

É o relatório.

A Turma Nacional de Uniformização havia pacificado o entendimento no sentido de que, "o direito à revisão do ato de indeferimento de benefício previdenciário ou assistencial sujeita-se ao prazo decadencial de dez anos." (Súmula 64/TNU).

Ocorre que, com vistas a dar uma melhor interpretação ao tema, a referida Súmula foi cancelada por essa Turma Nacional, que editou, posteriormente, a Súmula 81/TNU, no sentido de que "Não incide o prazo decadencial previsto no art. 103, caput, da Lei n. 8.213/91, nos casos de indeferimento e cessação de benefícios, bem como em relação às questões não apreciadas pela Administração no ato da concessão".

No mesmo sentido, o Supremo Tribunal Federal, através do RE 626.489/SE (DJe de 28/10/2013), firmou entendimento no seguinte sentido:

"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA.

1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário. 2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. 3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência"

Destarte, incidem, na hipótese, as Questões de Ordem 13 e 24/TNU, as quais dispõem, respectivamente, que: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" e "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0518055-04.2014.4.05.8300
ORIGEM: 3ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: NEWTON TENÓRIO CAVALCANTE
PROC./ADV.: ADOLEIDE PEREIRA FOLHA OAB: PE-15651
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou o reconhecimento de tempo especial.

Decido.

O aresto objeto do presente incidente valeu-se do novel entendimento do Supremo Tribunal Federal na ARE 664.335.

O paradigma colacionado não cuida de analisar o que ficou decidido naquele feito.

Incide, assim, a Questão de Ordem 18/TNU, que dispõe: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO:5002155-89.2013.4.04.7208
ORIGEM:SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE:INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A):ADRIANA MARTINS
PROC./ADV.:WILLIAM LUIZ DA COSTA FLORES
OAB:SC-19209

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que acolheu o pleito da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.
O INSS entende que deve ser reconhecida a prescrição no caso dos autos.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 5007045-38.2012.4.04.7101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:
"PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."
Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5009882-36.2012.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TEREZINHA FORTUNATO
PROC./ADV.: MURILO JOSÉ ZIPPERER DA SILVA OAB: -

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que acolheu o pleito da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.
O INSS entende que deve ser reconhecida a prescrição no caso dos autos.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 5007045-38.2012.4.04.7101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:
"PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."
Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5006370-45.2012.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TERESA DE MATOS PEREIRA
PROC./ADV.: JOÃO CARLOS STAACK OAB: SC-31 779

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que acolheu o pleito da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.
O INSS entende que deve ser reconhecida a prescrição no caso dos autos.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 5007045-38.2012.4.04.7101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:
"PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."
Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002155-89.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADRIANA MARTINS
PROC./ADV.: WILLIAM LUIZ DA COSTA FLORES OAB: SC-19209

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que acolheu o pleito da parte autora para determinar ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.
O INSS entende que deve ser reconhecida a prescrição no caso dos autos.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 5007045-38.2012.4.04.7101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:
"PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."
Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0501883-91.2013.4.05.8309
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO (A): ROSALINA MARINA CARDOZO
PROC./ADV.: NEMÉZIO DE VASCONCELOS JÚNIOR OAB: PE-18185

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que acolheu o pedido de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade de Transportes - GDIT.
Sustenta a parte agravante que o acórdão atacado diverge da jurisprudência de turmas recursais de outras regiões no sentido de não ser devida a extensão da GDIT aos servidores inativos/pensionistas que somente passaram a perceber a aludida gratificação a partir de junho de 2011.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Verifica-se que a matéria foi analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501856-11.2013.4.05.8309, DOU de 28.8.2015, nos seguintes termos:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. PENSÃO. INSTITUIDOR SERVIDOR DO ANTIGO DNER. PLANO DE CARGOS DO DNIT. EXTENSÃO AOS INATIVOS. POSSIBILIDADE. GRATIFICAÇÕES (GDAIT, GDIT, GDADNIT E GDAPEC). PARIDADE. INCIDENTE CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Trata-se de ação em que a parte autora, pensionista do Ministério dos Transportes, requer o pagamento em paridade da Gratificação de Desempenho de Atividade de Transportes - GDIT. 2. A sentença julgou parcialmente procedente o pedido para reconhecer o direito da parte autora à percepção da gratificação postulada com base nos seguintes critérios: Assim, em relação ao presente caso, temos o seguinte panorama: a) Da data da instituição (setembro de 2005) até 01/07/2010, é devida a GDIT à parte autora com valor correspondente a 80 pontos (art. 16-G da Lei 11.171/2005), respeitada a prescrição quinquenal. b) De 02/07/2010 até junho de 2011 (data em que passou a receber a gratificação por determinação judicial), é devida a GDIT de acordo com os critérios legais estabelecidos para os inativos; c) De junho de 2011 em diante, continua devida a GDIT de acordo com os critérios legais estabelecidos para os inativos; Em observância ao art. 16-N da Lei 11.171/05, a GDIT não pode ser paga cumulativamente com qualquer outra gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo. 3. Esse entendimento foi mantido pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco, com o acréscimo da fundamentação que segue: [...] - No mérito propriamente dito, tem-se que, conforme posicionamento firmado pela Primeira Seção do c. STJ, em sede de recurso repetitivo, "o servidor aposentado do extinto DNER, ainda que passe a integrar o quadro de inativos do Ministério dos Transportes, deve ter como parâmetro de seus proventos a retribuição dos servidores ativos do DNER absorvidos pelo DNIT, pois esta autarquia é que é a sucessora do DNER, não havendo razão jurídica para justificar qualquer disparidade." (REsp 1244632/CE, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, DJe 13/09/2011). - É que o fato de ter a lei transferido ao Ministério dos Transportes a responsabilidade pelo pagamento dos inativos do extinto DNER não pode tornar sem efeito a norma que determina a paridade entre ativos e inativos oriundos do mesmo quadro de pessoal, ainda que atualmente estejam vinculados a entidades distintas por força de legislação superveniente. [...] - É verdade que os servidores da ativa já foram avaliados. Todavia, a parte ré não conseguiu demonstrar que tal avaliação foi efetivamente implantada em suas folhas de pagamento. Ou seja, não está comprovado que os ativos estão recebendo suas gratificações de acordo com as avaliações individuais, não valendo a menção, em ato normativo genérico, de que haverá efeitos retroativos. O fato de os ciclos de avaliação terem terminado antes da conversão do cargo não tem o poder de modificar a situação. Com efeito, o que importa não é isso, mas, repita-se, o concreto recebimento individualizado da gratificação. Enquanto ele não ocorrer, considera-se o pagamento genérico e, portanto, extensível aos inativos em razão da paridade. -Fica ressalvado, porém, o direito da parte ré de demonstrar, na fase de cumprimento de sentença, a data em que os ativos começaram realmente a receber a gratificação baseada em suas avaliações individuais, data que deverá ser considerada o termo final das diferenças. E não haverá nada a pagar caso se demonstre, também em fase de cumprimento do julgado, que tal data é realmente anterior ao início do recebimento da gratificação pela parte autora. Nesta situação, o acórdão ficará inexequível. [...] -Destarte, verifica-se que a sentença recorrida analisou perfeitamente a lide, sendo desnecessárias novas considerações além das já lançadas, devendo, pois, ser mantida pelos próprios fundamentos, por força do art. 46, da Lei nº 9.099/95 (aplicável ao JEF por força do art. 1º, da Lei nº 10.259/01), norma de acordo com os princípios que regem os juizados especiais federais. 3. Em seu pedido de uniformização, defende a União que o acórdão recorrido destoa de julgados de Turmas Recursais de Santa Catarina (processo 5008401-38.2012.404.7208) e do Rio Grande do Sul (processo 5056412-34.2012.404.7100), que entenderam não ser devida a extensão dos pontos da GDIT aos servidores inativos/pensionistas, que somente passaram a perceber a gratificação a partir de julho de 2011. 4. Pedido admitido na origem. 5. Entendo instaurado o dissídio jurisprudencial. Passo ao mérito. 6. A Lei 10.233/01, que dispôs sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, extinguiu o antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER e criou a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT. 6.1 Nos termos da lei, os servidores ativos do DNER foram absorvidos pela ANTT, ANTAQ e DNIT. Quanto aos inativos e pensionistas, estes passaram a receber seus proventos diretamente do Ministério dos Transportes, órgão do Poder Executivo Federal que passou a ser o responsável pelo pagamento (artigos 113 e 117). 6.2 Em 2005, por meio da Lei 11.171/05, com a criação do Plano Especial de Cargos, foram reclassificados os cargos em novas carreiras e majorados os padrões remuneratórios dos servidores oriundos do DNER e que agora se encontravam em atividade no DNIT. Essa majoração remuneratória, todavia, não alcançou os inativos do extinto DNER, que passaram a receber diretamente do Ministério dos Transportes, por força do art. 117 da Lei 10.233/01. 7. Diante do tratamento diferenciado conferido aos servidores ativos, inativos e pensionistas, a Associação dos Servidores Federais em Transportes - ASDNER propôs a Ação Ordinária Coletiva, de autos nº. 2006.34.00.006627-7/DF, defendendo a extensão da estrutura remuneratória do DNIT aos servidores inativos e pensionistas do DNER, em homenagem ao princípio constitucional da paridade, previsto no § 8º do art. 40 da CF/88, com redação dada pela EC 20/98. 8. A Ação Coletiva foi julgada procedente pela Segunda Tuma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região para "condenar a União a estender aos substituídos da referida associação [ASDNER] todas as vantagens financeiras decorrentes do Plano Especial de Cargos do DNIT, previsto pelo art. 3º da Lei 11.171/05, que tiverem sido concedidas aos servidores do quadro específico dessa autarquia, oriundos do DNER, observada a situação individual de cada um deles, em relação ao enquadramento funcional a que seriam submetidos caso ainda estivessem em atividade quando da extinção da mencionada autarquia". 9. O Ministério dos Transportes, em cumprimento à obrigação de fazer, procedeu administrativamente à revisão dos proventos dos inativos e pensionistas oriundos do DNER pela estrutura remuneratória do DNIT com efeitos a contar de 07/2011. Quanto às diferenças pretéritas, a obrigação de pagar ficou condicionada à execução de cumprimento de sentença. 10. Em janeiro de 2012, a União ajuizou Ação Rescisória, de autos nº 0000333-64.2012.401.0000, com a finalidade de rescindir a coisa julgada formada na Ação Coletiva 2006.34.00.006627-7/DF. Naqueles autos foi deferida a antecipação de tutela para suspender o pagamento dos valores retroativos até a manifestação do STF acerca da matéria objeto de repercussão geral, nos seguintes termos: 11. O Supremo Tribunal Federal, em 28/08/2014, ao julgar o mérito do RE 677.730/RS (Tema 602), entendeu que "os servidores aposentados e pensionistas do extinto DNER fazem jus aos efeitos financeiros decorrentes do enquadramento de servidores ativos que, provindos deste órgão, passaram a gozar dos benefícios e vantagens resultantes do Plano Especial de cargos do DNIT, instituído pela Lei 11.171/2005". O acórdão foi assim ementado: Recurso Extraordinário. Repercussão geral desconhecida. 1. Administrativo. 2. Paridade. Art. 40, § 8º (redação dada pela EC 20/1998). 3. Servidores inativos e pensionistas do extinto DNER possuem direito aos efeitos financeiros decorrentes do enquadramento de servidores ativos no Plano Especial de Cargos do DNIT. 4. Recurso extraordinário não provido. 11.1 Antes do julgamento do Supremo, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça já havia apreciado a matéria sob a sistemática de recursos repetitivos (REsp 1.244.632, DJe 13/09/2011), prevalecendo o entendimento do Relator, Min. Castro Meira, que pode ser assim resumido: Aplica-se, ao caso, o princípio da isonomia, previsto no art. 224 da Lei n.º 8.112/90, segundo o qual "as pensões serão automaticamente atualizadas na mesma data e na mesma proporção dos reajustes dos vencimentos dos servidores, aplicando-se o disposto no parágrafo único do art. 189." Se a recorrente estivesse na ativa quando da extinção do DNER, faria jus às alterações previstas na Lei 11.171/05, porque o quadro de pessoal por ele integrado, por força da Lei 10.233/01, teria sido absorvido pelo DNIT. Ademais, o fato de o pagamento dos proventos da recorrente estar sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes não é obstáculo às conclusões aqui adotadas, pois é certo que o serviço que rendeu ao servidor inativo o direito à aposentadoria foi prestado no DNER. Não é dado ao Poder Público criar subterfúgio para deixar de cumprir regramento expresso existente no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, que impõe a paridade de vencimentos e proventos entre os servidores ativos e inativos e pensionistas. Assim, o fato de ter a lei transferido ao Ministério dos Transportes a responsabilidade pelo pagamento dos inativos do extinto DNER não pode tornar sem efeito a norma que determina a paridade entre ativos e inativos oriundos do mesmo quadro de pessoal, ainda que atualmente estejam vinculados a entidades distintas por força de legislação superveniente 12. Assim, reconhecido pelos Tribunais Superiores o direito de revisão de proventos aos inativos e pensionistas oriundos do DNER pela estrutura remuneratória do DNIT, há de ser reconhecida também a equiparação (isonomia) das gratificações de desempenho para os respectivos cargos no DNIT, quais sejam: GDAIT, GDIT, GDADNIT ou GDAPEC. 13. Portanto, ante a fundamentação expendida, tem-se que o acórdão recorrido não merece reparos. 14. Ante o exposto, nego provimento ao pedido de uniformização.
Conclui-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência da TNU, razão pela qual incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0516736-58.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO DE ASSIS JUCÁ FERREIRA LIMA
PROC./ADV.: ENIO PONTE MOURÃO OAB: CE-12808
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que reconheceu que transcorrera o prazo decadencial para revisão do benefício.
É o relatório.
O aresto exarado na Turma Recursal segue o entendimento do Superior Tribunal de Justiça segundo qual " Primeira Seção, alinhando-se à jurisprudência da Corte Especial e revisando a orientação adotada pela Terceira Seção antes da mudança de competência instituída pela Emenda Regimental STJ 14/2011, firmou o entendimento - com relação ao direito de revisão dos benefícios concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, que alterou o caput do art. 103 da Lei de Benefícios - de que "o termo inicial do prazo de decadência do direito ou da ação visando à sua revisão tem como termo inicial a data em que entrou em vigor a norma fixando o referido prazo decenal (28.6.1997)"
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
A questão encontra-se pacificada pela Turma Nacional de Uniformização que já assentou em súmula que "O direito à revisão do ato de indeferimento de benefício previdenciário ou assistencial sujeita-se ao prazo decadencial de dez anos" (Súm. 64 TNU).
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 15 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501149-24.2014.4.05.8304
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO (A): MARIA LAURA DA SILVA
PROC./ADV.: NEMÉZIO DE VASCONCELOS JÚNIOR OAB: PE-18185

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que acolheu o pedido de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade de Transportes - GDIT.
Sustenta a parte agravante que o acórdão atacado diverge da jurisprudência de turmas recursais de outras regiões no sentido de não ser devida a extensão da GDIT aos servidores inativos/pensionistas que somente passaram a perceber a aludida gratificação a partir de junho de 2011.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Verifica-se que a matéria foi analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501856-11.2013.4.05.8309, DOU de 28.8.2015, nos seguintes termos:
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. PENSÃO. INSTITUIDOR SERVIDOR DO ANTIGO DNER. PLANO DE CARGOS DO DNIT. EXTENSÃO AOS INATIVOS. POSSIBILIDADE. GRATIFICAÇÕES (GDAIT, GDIT, GDADNIT E GDAPEC). PARIDADE. INCIDENTE CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Trata-se de ação em que a parte autora, pensionista do Ministério dos Transportes, requer o pagamento em paridade da Gratificação de Desempenho de Atividade de Transportes - GDIT. 2. A sentença julgou parcialmente procedente o pedido para reconhecer o direito da parte autora à percepção da gratificação postulada com base nos seguintes critérios: Assim, em relação ao presente caso, temos o seguinte panorama: a) Da data da instituição (setembro de 2005) até 01/07/2010, é devida a GDIT à parte autora com valor correspondente a 80 pontos (art. 16-G da Lei 11.171/2005), respeitada a prescrição quinquenal. b) De 02/07/2010 até junho de 2011 (data em que passou a receber a gratificação por determinação judicial), é devida a GDIT de acordo com os critérios legais estabelecidos para os inativos; c) De junho de 2011 em diante, continua devida a GDIT de acordo com os critérios legais estabelecidos para os inativos; Em observância ao art. 16-N da Lei 11.171/05, a GDIT não pode ser paga cumulativamente com qualquer outra gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo. 3. Esse entendimento foi mantido pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco, com o acréscimo da fundamentação que segue: [...] - No mérito propriamente dito, tem-se que, conforme posicionamento firmado pela Primeira Seção do c. STJ, em sede de recurso repetitivo, "o servidor aposentado do extinto DNER, ainda que passe a integrar o quadro de inativos do Ministério dos Transportes, deve ter como parâmetro de seus proventos a retribuição dos servidores ativos do DNER absorvidos pelo DNIT, pois esta autarquia é que é a sucessora do DNER, não havendo razão jurídica para justificar qualquer dis-

PODER PELA TECNOLOGIA

paridade." (REsp 1244632/CE, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, DJe 13/09/2011). - É que o fato de ter a lei transferido ao Ministério dos Transportes a responsabilidade pelo pagamento dos inativos do extinto DNER não pode tornar sem efeito a norma que determina a paridade entre ativos e inativos oriundos do mesmo quadro de pessoal, ainda que atualmente estejam vinculados a entidades distintas por força de legislação superveniente. [...] - É verdade que os servidores da ativa já foram avaliados. Todavia, a parte ré não conseguiu demonstrar que tal avaliação foi efetivamente implantada em suas folhas de pagamento. Ou seja, não está comprovado que os ativos estão recebendo suas gratificações de acordo com as avaliações individuais, não valendo a menção, em ato normativo genérico, de que haverá efeitos retroativos. O fato de os ciclos de avaliação terem terminado antes da conversão do cargo não tem o poder de modificar a situação. Com efeito, o que importa não é isso, mas, repita-se, o concreto recebimento individualizado da gratificação. Enquanto ele não ocorrer, considera-se o pagamento genérico e, portanto, extensível aos inativos em razão da paridade. -Fica ressalvado, porém, o direito da parte ré de demonstrar, na fase de cumprimento de sentença, a data em que os ativos começaram realmente a receber a gratificação baseada em suas avaliações individuais, data que deverá ser considerada o termo final das diferenças. E não haverá nada a pagar caso se demonstre, também em fase de cumprimento do julgado, que tal data é realmente anterior ao início do recebimento da gratificação pela parte autora. Nesta situação, o acórdão ficará inexequível. [...] -Destarte, verifica-se que a sentença recorrida analisou perfeitamente a lide, sendo desnecessárias novas considerações além das já lançadas, devendo, pois, ser mantida pelos próprios fundamentos, por força do art. 46, da Lei nº 9.099/95 (aplicável ao JEF por força do art. 1º, da Lei nº 10.259/01), norma de acordo com os princípios que regem os juizados especiais federais. 3. Em seu pedido de uniformização, defende a União que o acórdão recorrido destoa de julgados de Turmas Recursais de Santa Catarina (processo 5008401-38.2012.404.7208) e do Rio Grande do Sul (processo 5056412-34.2012.404.7100), que entenderam não ser devida a extensão dos pontos da GDIT aos servidores inativos/pensionistas, que somente passaram a perceber a gratificação a partir de julho de 2011. 4. Pedido admitido na origem. 5. Entendo instaurado o dissídio jurisprudencial. Passo ao mérito. 6. A Lei 10.233/01, que dispôs sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, extinguiu o antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER e criou a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT. 6.1 Nos termos da lei, os servidores ativos do DNER foram absorvidos pela ANTT, ANTAQ e DNIT. Quanto aos inativos e pensionistas, estes passaram a receber seus proventos diretamente do Ministério dos Transportes, órgão do Poder Executivo Federal que passou a ser o responsável pelo pagamento (artigos 113 e 117). 6.2 Em 2005, por meio da Lei 11.171/05, com a criação do Plano Especial de Cargos, foram reclassificados os cargos em novas carreiras e majorados os padrões remuneratórios dos servidores oriundos do DNER e que agora se encontravam em atividade no DNIT. Essa majoração remuneratória, todavia, não alcançou os inativos do extinto DNER, que passaram a receber diretamente do Ministério dos Transportes, por força do art. 117 da Lei 10.233/01. 7. Diante do tratamento diferenciado conferido aos servidores ativos, inativos e pensionistas, a Associação dos Servidores Federais em Transportes - ASDNER propôs a Ação Ordinária Coletiva, de autos nº. 2006.34.00.006627-7/DF, defendendo a extensão da estrutura remuneratória do DNIT aos servidores inativos e pensionistas do DNER, em homenagem ao princípio constitucional da paridade, previsto no § 8º do art. 40 da CF/88, com redação dada pela EC 20/98. 8. A Ação Coletiva foi julgada procedente pela Segunda Tuma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região para "condenar a União a estender aos substituídos da referida associação [ASDNER] todas as vantagens financeiras decorrentes do Plano Especial de Cargos do DNIT, previsto pelo art. 3º da Lei 11.171/05, que tiverem sido concedidas aos servidores do quadro específico dessa autarquia, oriundos do DNER, observada a situação individual de cada um deles, em relação ao enquadramento funcional a que seriam submetidos caso ainda estivessem em atividade quando da extinção da mencionada autarquia". 9. O Ministério dos Transportes, em cumprimento à obrigação de fazer, procedeu administrativamente à revisão dos proventos dos inativos e pensionistas oriundos do DNER pela estrutura remuneratória do DNIT com efeitos a contar de 07/2011. Quanto às diferenças pretéritas, a obrigação de pagar ficou condicionada à execução de cumprimento de sentença. 10. Em janeiro de 2012, a União ajuizou Ação Rescisória, de autos nº 0000333-64.2012.401.0000, com a finalidade de rescindir a coisa julgada formada na Ação Coletiva 2006.34.00.006627-7/DF. Naqueles autos foi deferida a antecipação de tutela para suspender o pagamento dos valores retroativos até a manifestação do STF acerca da matéria objeto de repercussão geral, nos seguintes termos: 11. O Supremo Tribunal Federal, em 28/08/2014, ao julgar o mérito do RE 677.730/RS (Tema 602), entendeu que "os servidores aposentados e pensionistas do extinto DNER fazem jus aos efeitos financeiros decorrentes do enquadramento de servidores ativos que, provindos deste órgão, passaram a gozar dos benefícios e vantagens resultantes do Plano Especial de cargos do DNIT, instituído pela Lei 11.171/2005". O acórdão foi assim ementado: Recurso Extraordinário. Repercussão geral desconhecida. 1. Administrativo. 2. Paridade. Art. 40, § 8º (redação dada pela EC 20/1998). 3. Servidores inativos e pensionistas do extinto DNER possuem direito aos efeitos financeiros decorrentes do enquadramento de servidores ativos no Plano Especial de Cargos do DNIT. 4. Recurso extraordinário não provido. 11.1 Antes do julgamento do Supremo, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça já havia apreciado a matéria sob a sistemática de recursos repetitivos (REsp 1.244.632, DJe 13/09/2011), prevalecendo o entendimento do Relator, Min. Castro Meira, que pode ser assim resumido: Aplica-se, ao caso, o princípio da isonomia, previsto no art. 224 da Lei n.º 8.112/90, segundo o qual "as pensões serão automaticamente atualizadas na mesma data e na mesma proporção dos reajustes dos vencimentos dos servidores, aplicando-se o disposto no parágrafo único do art. 189." Se a recorrente estivesse na ativa quando da extinção do DNER, faria jus às alterações previstas na Lei 11.171/05, porque o quadro de pessoal por ele integrado, por força da Lei 10.233/01, teria sido absorvido pelo DNIT. Ademais, o fato de o pagamento dos proventos da recorrente estar sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes não é obstáculo às conclusões aqui adotadas, pois é certo que o serviço que rendeu ao servidor inativo o direito à aposentadoria foi prestado no DNER. Não é dado ao Poder Público criar subterfúgio para deixar de cumprir regramento expresso existente no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, que impõe a paridade de vencimentos e proventos entre os servidores ativos e inativos e pensionistas. Assim, o fato de ter a lei transferido ao Ministério dos Transportes a responsabilidade pelo pagamento dos inativos do extinto DNER não pode tornar sem efeito a norma que determina a paridade entre ativos e inativos oriundos do mesmo quadro de pessoal, ainda que atualmente estejam vinculados a entidades distintas por força de legislação superveniente 12. Assim, reconhecido pelos Tribunais Superiores o direito de revisão de proventos aos inativos e pensionistas oriundos do DNER pela estrutura remuneratória do DNIT, há de ser reconhecida também a equiparação (isonomia) das gratificações de desempenho para os respectivos cargos no DNIT, quais sejam: GDAIT, GDIT, GDADNIT ou GDAPEC. 13. Portanto, ante a fundamentação expendida, tem-se que o acórdão recorrido não merece reparos. 14. Ante o exposto, nego provimento ao pedido de uniformização.

Conclui-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência da TNU, razão pela qual incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501458-12.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARILY DA COSTA MESQUITA
PROC./ADV.: GUSTAVO HENRIQUE SILVA BORGES OAB: CE-18590
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que reconheceu que transcorrera o prazo decadencial para revisão do benefício.

É o relatório.

Os arestos trazidos como paradigmas não fazem menção ao prazo decadencial.

Assim, incide, à espécie, a Questão de Ordem 22 da TNU: "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500330-88.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: GABRIELA SALES HERCULANO
PROC./ADV.: GUSTAVO HENRIQUE SILVA BORGES OAB: CE-18590
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que reconheceu que transcorrera o prazo decadencial para revisão do benefício.

É o relatório.

O aresto exarado na Turma Recursal segue o entendimento do Superior Tribunal de Justiça segundo qual " Primeira Seção, alinhando-se à jurisprudência da Corte Especial e revisando a orientação adotada pela Terceira Seção antes da mudança de competência instituída pe la Emenda Regimental STJ 14/2011, firmou o entendimento - com relação ao direito de revisão dos benefícios concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, que alterou o caput do art. 103 da Lei de Benefícios - de que "o termo inicial do prazo de decadência do direito ou da ação visando à sua revisão tem como termo inicial a data em que entrou em vigor a norma fixando o referido prazo decenal (28.6.1997)"

Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509595-80.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: GERALDA DE ALMEIDA ALEXANDRE
PROC./ADV.: CÍCERO MÁRIO DUARTE PEREIRA OAB: CE12564
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que reconheceu que transcorrera o prazo decadencial para revisão do benefício.

É o relatório.

Na origem, negou-se o pleito da parte requerente ao fundamento de que, "Em relação ao caso concreto, percebe-se que a parte autora pretende a revisão do seu benefício previdenciário. Entretanto, observa-se, dos documentos juntados aos autos, que a presente ação só foi ajuizada após a expiração do prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei n.º 8.213/91"

A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503430-14.2013.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CÂNDIDO EUGÊNIO MALVEIRA MALAGUETA
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
OAB: CE-6004
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que reconheceu a incidência do PSS sobre GDPGPE

É o relatório.

Observo que as razões trazidas no agravo não combateram especificamente todos fundamentos ofertados na decisão que inadmitiu o incidente de uniformização, porquanto deixou sem confronto a aplicação da QO 18/TNU

Incide, por analogia, a Questão de Ordem 18/TNU, que dispõe: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".

No mesmo sentido, cabe aplicar, por analogia, os enunciados 182/STJ e 283/STF.

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501718-28.2014.4.05.8303
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO (A): ADALVA IZAURA DOS SANTOS
PROC./ADV.: NEMÉZIO DE VASCONCELOS JÚNIOR PE 18185

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que julgou procedente o pedido de extensão aos inativos de pagamento da GDPST - Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho, no mesmo patamar pago aos servidores ainda em atividade - 80 pontos, sem distinção acerca do valor recebido a título de aposentadoria, se integral ou proporcional.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergiria da jurisprudência do STJ e da TNU, no sentido de que a gratificação de desempenho, a ser concedida em razão da paridade com os servidores ativos não avaliados, deve obedecer a mesma proporcionalidade dos proventos da aposentadoria, quando esta se deu com proventos proporcionais.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Verifica-se que a matéria em discussão foi decidida pelo Supremo Tribunal Federal, no RE 631.880/CE, em regime de repercussão geral. Confira-se:
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REFORMATIO IN PEJUS. NULIDADE DO ACÓRDÃO QUE APRECIOU OS PRIMEIROS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACOLHIMENTO DOS SEGUNDOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. I - O acórdão ora embargado, ao determinar a extensão aos servidores inativos do pagamento da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho - GDPST no percentual de 80% de forma permanente, implicou reformatio in pejus, pois a extensão da gratificação referida foi limitada, na origem, ao processamento do resultado do primeiro ciclo de avaliação. A questão relativa ao pagamento aos inativos da GDPST em período posterior à sua regulamentação está, portanto, acobertada pela preclusão. II - Segundos embargos de declaração acolhidos para anular o acórdão que julgou os primeiros embargos declaratórios e explicitar, nos termos da sentença, que a GDPST deve ser deferida aos inativos no valor correspondente a 80 pontos até a conclusão do primeiro ciclo de avaliação de desempenho.
(RE 631880 RG-ED-ED, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 04/12/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-025 DIVULG 05-02-2015 PUBLIC 06-02-2015)
Verifico, no caso concreto, que a Turma Recursal se posicionou no mesmo sentido do entendimento da Corte Suprema, razão pela qual a tese defendida no presente recurso não comporta provimento.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, c/c art. 16, I, ambos do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502948-54.2013.4.05.8202
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ PETRUCIO DA SILVA
PROC./ADV.: JOSÉ LOPES BESERRA OAB: PB-7765
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que concedeu de reconhecimento de atividade em condições especiais.
É o relatório.
Observo que as razões trazidas no agravo não combateram especificamente todos fundamentos ofertados na decisão que inadmitiu o incidente de uniformização, porquanto deixou sem confronto a aplicação da QO 18/TNU
Incide, por analogia, a Questão de Ordem 18/TNU, que dispõe: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
No mesmo sentido, cabe aplicar, por analogia, os enunciados 182/STJ e 283/STF.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 15 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510114-46.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ CLEMENTINO GOUVEIA NETO
PROC./ADV.: DINARTE PAULINO DE ARAÚJO SEGUNDO OAB: PB-14 750
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que concedeu o reconhecimento de atividade em condições especiais.
É o relatório.
Observo que as razões trazidas no agravo não combateram especificamente todos fundamentos ofertados na decisão que inadmitiu o incidente de uniformização, porquanto deixou sem confronto a aplicação da QO 18/TNU
Incide, por analogia, a Questão de Ordem 18/TNU, que dispõe: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
No mesmo sentido, cabe aplicar, por analogia, os enunciados 182/STJ e 283/STF.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 15 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511551-30.2010.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: IVANILDO JOAQUIM ANDRÉ
PROC./ADV.: JOSEAN ROBERTO PIRES CIRQUEIRA OAB: PB-11825
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
Na origem, negou-se o pleito da parte requerente com fundamento das provas insertas nos autos.
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0523144-94.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA FÁTIMA CARNEIRO ARAÚJO
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIROOAB: E 6004
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de reajuste à remuneração de servidor público, com condenação ao pagamento retroativo, no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI), nos moldes da Lei nº 10.698/2003.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05037462720134058101, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o aumento nos vencimentos dos servidores, instituído pela Lei n.º 10.698/2003, decorreu da instituição de vantagem pecuniária, e não de reajuste geral anual. Senão, vejamos:
"SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE INCORPORAÇÃO DE 13,23%. ALEGAÇÃO DE QUE LEI 10.698/2003 REPRESENTOU REVISÃO GERAL ANUAL MEDIANTE APLICAÇÃO DE REAJUSTES DISTINTOS. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 37, X). INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização interposto em face de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará que, mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de reajuste do vencimento de servidor público mediante a incorporação do percentual de 13,23%. 2. A recorrente aponta como paradigma da divergência decisão oriunda da Turma Recursal do Distrito Federal no sentido da incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos de servidor público federal. 3. Incidente inadmitido na origem, mas remetido a esse Colegiado por força de agravo. Em exame de admissibilidade de competência do Exmo. Ministro Presidente desta Corte, o agravo foi provido e incidente de uniformização admitido. 3.1 Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da incorporação do percentual de 13,23 % aos vencimentos dos servidores públicos federais ao argumento de que a Lei n. 10.698/2003, por ter criado uma vantagem pecuniária individual no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos), operou uma revisão geral de vencimentos por via oblíqua, sem respeitar o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, que determina a não distinção de índices. 4. No caso em exame, o acórdão recorrido negou provimento ao recurso interposto para julgar improcedente o pedido nos seguintes termos: EMENTA: AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARIÍSSIMO. DIRIETO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE GERAL. ART. 37, X, CF. PERCENTUAL DE 13,23%. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA IMPROCEDENTE. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, a revisão geral da remuneração dos servidores públicos depende de lei específica. - A Lei nº 10.698/2003 não disciplina revisão geral da remuneração dos servidores públicos, a qual foi objeto da Lei 10.697/2003. Tratou tão-somente de instituir vantagem pecuniária, com vistas a reduzir a desigualdade entre os maiores e menores vencimentos no serviço público. - Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. - Recurso inominado improvido. 5. Com efeito, a Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual e não revisão geral. Tanto é assim que o referido valor, previsto no parágrafo único do art. 1º da mencionada norma, não restou incorporado ao vencimento básico nem servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. Senão vejamos: Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Parágrafo único. A vantagem de que trata o caput será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. (grifos acrescidos). 5.1 Dessa forma, como se observa claramente no texto legal susomencionado, o valor de R$ 59,87, em realidade, trata-se de vantagem instituída indistintamente e sem o condão de repor perdas salariais, não podendo, por conseguinte, ser confundido com a revisão salarial do art. 37, inciso X, da CF/88, e convertido em índice como almeja a parte autora. 6. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 % nos seguintes termos: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23 %. LEI N. 10.698/2003. VPNI. REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23 %, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003. 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1450279 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 16/06/2014) 7. Por outro lado, nos termos da Súmula Vinculante nº 37, Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 8. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização."
Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0514009-24.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO VIEIRA MONTE FILHO
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIROOAB: E 6004
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de reajuste à remuneração de servidor público, com condenação ao pagamento retroativo, no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI), nos moldes da Lei nº 10.698/2003.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05037462720134058101, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o aumento nos vencimentos dos servidores, instituído pela Lei n.º 10.698/2003, decorreu da instituição de vantagem pecuniária, e não de reajuste geral anual. Senão, vejamos:
"SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE INCORPORAÇÃO DE 13,23%. ALEGAÇÃO DE QUE LEI 10.698/2003 REPRESENTOU REVISÃO GERAL ANUAL MEDIANTE APLICAÇÃO DE REAJUSTES DISTINTOS. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 37, X). INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização interposto em face de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará que, mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de reajuste do vencimento de servidor público mediante a incorporação do percentual de 13,23%. 2. A recorrente aponta como paradigma da

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

divergência decisão oriunda da Turma Recursal do Distrito Federal no sentido da incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos de servidor público federal. 3. Incidente inadmitido na origem, mas remetido a esse Colegiado por força de agravo. Em exame de admissibilidade de competência do Exmo. Ministro Presidente desta Corte, o agravo foi provido e incidente de uniformização admitido. 3.1 Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da incorporação do percentual de 13,23 % aos vencimentos dos servidores públicos federais ao argumento de que a Lei n. 10.698/2003, por ter criado uma vantagem pecuniária individual no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos), operou uma revisão geral de vencimentos por via oblíqua, sem respeitar o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, que determina a não distinção de índices. 4. No caso em exame, o acórdão recorrido negou provimento ao recurso interposto para julgar improcedente o pedido nos seguintes termos: EMENTA: AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARIÍSSIMO. DIRIETO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE GERAL. ART. 37, X, CF. PERCENTUAL DE 13,23%. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA IMPROCEDENTE. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, a revisão geral da remuneração dos servidores públicos depende de lei específica. - A Lei nº 10.698/2003 não disciplina revisão geral da remuneração dos servidores públicos, a qual foi objeto da Lei 10.697/2003. Tratou tão-somente de instituir vantagem pecuniária, com vistas a reduzir a desigualdade entre os maiores e menores vencimentos no serviço público. - Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. - Recurso inominado improvido. 5. Com efeito, a Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual e não revisão geral. Tanto é assim que o referido valor, previsto no parágrafo único do art. 1º da mencionada norma, não restou incorporado ao vencimento básico nem servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. Senão vejamos: Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Parágrafo único. A vantagem de que trata o caput será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. (grifos acrescidos). 5.1 Dessa forma, como se observa claramente no texto legal susomencionado, o valor de R$ 59,87, em realidade, trata-se de vantagem instituída indistintamente e sem o condão de repor perdas salariais, não podendo, por conseguinte, ser confundido com a revisão salarial do art. 37, inciso X, da CF/88, e convertido em índice como almeja a parte autora. 6. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 % nos seguintes termos: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23 %. LEI N. 10.698/2003. VPNI. REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23 %, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003. 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1450279 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 16/06/2014) 7. Por outro lado, nos termos da Súmula Vinculante nº 37, Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 8. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização."

Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507105-85.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUIZ CARLOS BARBOSA MOREIRA
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIROOAB: E 6004
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO - AGU

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de reajuste à remuneração de servidor público, com condenação ao pagamento retroativo, no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI), nos moldes da Lei nº 10.698/2003.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05037462720134058101, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o aumento nos vencimentos dos servidores, instituído pela Lei n.º 10.698/2003, decorreu da instituição de vantagem pecuniária, e não de reajuste geral anual. Senão, vejamos:

"SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE INCORPORAÇÃO DE 13,23%. ALEGAÇÃO DE QUE LEI 10.698/2003 REPRESENTOU REVISÃO GERAL ANUAL MEDIANTE APLICAÇÃO DE REAJUSTES DISTINTOS. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 37, X). INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização interposto em face de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará que, mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de reajuste do vencimento de servidor público mediante a incorporação do percentual de 13,23%. 2. A recorrente aponta como paradigma da divergência decisão oriunda da Turma Recursal do Distrito Federal no sentido da incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos de servidor público federal. 3. Incidente inadmitido na origem, mas remetido a esse Colegiado por força de agravo. Em exame de admissibilidade de competência do Exmo. Ministro Presidente desta Corte, o agravo foi provido e incidente de uniformização admitido. 3.1 Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da incorporação do percentual de 13,23 % aos vencimentos dos servidores públicos federais ao argumento de que a Lei n. 10.698/2003, por ter criado uma vantagem pecuniária individual no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos), operou uma revisão geral de vencimentos por via oblíqua, sem respeitar o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, que determina a não distinção de índices. 4. No caso em exame, o acórdão recorrido negou provimento ao recurso interposto para julgar improcedente o pedido nos seguintes termos: EMENTA: AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARIÍSSIMO. DIRIETO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE GERAL. ART. 37, X, CF. PERCENTUAL DE 13,23%. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA IMPROCEDENTE. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, a revisão geral da remuneração dos servidores públicos depende de lei específica. - A Lei nº 10.698/2003 não disciplina revisão geral da remuneração dos servidores públicos, a qual foi objeto da Lei 10.697/2003. Tratou tão-somente de instituir vantagem pecuniária, com vistas a reduzir a desigualdade entre os maiores e menores vencimentos no serviço público. - Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. - Recurso inominado improvido. 5. Com efeito, a Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual e não revisão geral. Tanto é assim que o referido valor, previsto no parágrafo único do art. 1º da mencionada norma, não restou incorporado ao vencimento básico nem servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. Senão vejamos: Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Parágrafo único. A vantagem de que trata o caput será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. (grifos acrescidos). 5.1 Dessa forma, como se observa claramente no texto legal susomencionado, o valor de R$ 59,87, em realidade, trata-se de vantagem instituída indistintamente e sem o condão de repor perdas salariais, não podendo, por conseguinte, ser confundido com a revisão salarial do art. 37, inciso X, da CF/88, e convertido em índice como almeja a parte autora. 6. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 % nos seguintes termos: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23 %. LEI N. 10.698/2003. VPNI. REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23 %, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003. 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1450279 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 16/06/2014) 7. Por outro lado, nos termos da Súmula Vinculante nº 37, Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 8. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização."

Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511500-23.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO JUNIOR ALVES MACHADO
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.

Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF

É o relatório.

O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.

Confira-se:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.

1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.

2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.

1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.

2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.

Precedentes.

3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.

Agravo regimental improvido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA. PRECEDENTES.

1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).

2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 23de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511502-90.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA APARECIDA DO CARMO LOPES
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela incidência de contribuição previdenciária sobre férias gozadas.
Ressalta que a matéria estaria em confronto com o acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial 1.322.945/DF
É o relatório.
O aresto proferido na origem está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria.
Confira-se:
TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 22, I, DA LEI N. 8.212/91. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição. Precedentes da Primeira Seção.
2. Agravo regimental conhecido em parte, a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 628.007/AL, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015)
TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL. DESNECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FÉRIAS GOZADAS, SALÁRIO-MATERNIDADE, FALTAS ABONADAS E ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS, NOTURNO, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA.
1. A pendência de julgamento, no STF, de Recurso Extraordinário submetido ao rito do art. 543-B do CPC não enseja o sobrestamento de recursos que tramitam no STJ.
2. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, incide contribuição previdenciária sobre salário-maternidade, férias gozadas e adicionais de horas extras, noturno, insalubridade e periculosidade.
Precedentes.
3. A não incidência de contribuição previdenciária em relação à importância paga nos quinze dias que antecedem o auxílio-doença não pode ser ampliada para os casos em há afastamento, esporádico, em razão de falta abonada. Isso porque o parâmetro para incidência da contribuição previdenciária é a existência de verba de caráter salarial, de modo que não é nenhum afastamento do empregado que implica sua não incidência.
Agravo regimental improvido.
(AgRg nos EDcl no REsp 1528287/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.
TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA.
PRECEDENTES.
1. O pagamento de férias gozadas possui natureza remuneratória e salarial, nos termos do art. 148 da CLT, e integra o salário de contribuição (AgRg nos EAREsp 138.628/AC, 1ª Seção, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 18.8.2014; AgRg nos EREsp 1.355.594/PB, 1ª Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17.9.2014).
2. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado" (Súmula 168/STJ).
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg nos EREsp 1346782/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/09/2015, DJe 16/09/2015)
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 16 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001666-52.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JOSÉ FRANCISCO CARDOZO FILHO
PROC./ADV.: MARCELLA FERREIRA PEGORINI OAB: SC-28 006
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de acórdão que reconheceu a inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre férias e o terço constitucional de férias de trabalhadores portuários avulsos
Decido.
Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, possuem caráter indenizatório as importâncias pagas a título de conversão em pecúnia de férias não gozadas por trabalhador portuário avulso. Nesse sentido: AgRg no REsp 1.114.982/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 21.10.2009; REsp 1.128.412/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe de 26. 2.2010; AgRg no REsp 1.118.170/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJe de 29.4.2010; REsp 1.148.781/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJe de 29.4.2010; AgRg no REsp 1.154.951/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 3.5.2010. Essa orientação jurisprudencial está em conformidade com a Súmula 386/STJ e o entendimento firmado pela Primeira Seção, por ocasião do julgamento do REsp 1.111.223/SP (Rel. Min. Castro Meira, DJe de 4.5.2009), submetido ao regime de que trata o art. 543-C do CPC.
Não há razão, portanto, para a exigência da exação
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507473-94.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: APARICIO RODRIGUES BARROSO
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIROOAB: E 6004
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de reajuste à remuneração de servidor público, com condenação ao pagamento retroativo, no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI), nos moldes da Lei nº 10.698/2003.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05037462720134058101, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o aumento nos vencimentos dos servidores, instituído pela Lei n.º 10.698/2003, decorreu da instituição de vantagem pecuniária, e não de reajuste geral anual. Senão, vejamos:
"SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE INCORPORAÇÃO DE 13,23%. ALEGAÇÃO DE QUE LEI 10.698/2003 REPRESENTOU REVISÃO GERAL ANUAL MEDIANTE APLICAÇÃO DE REAJUSTES DISTINTOS. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 37, X). INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização interposto em face de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará que, mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de reajuste do vencimento de servidor público mediante a incorporação do percentual de 13,23%. 2. A recorrente aponta como paradigma da divergência decisão oriunda da Turma Recursal do Distrito Federal no sentido da incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos de servidor público federal. 3. Incidente inadmitido na origem, mas remetido a esse Colegiado por força de agravo. Em exame de admissibilidade de competência do Exmo. Ministro Presidente desta Corte, o agravo foi provido e incidente de uniformização admitido. 3.1 Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da incorporação do percentual de 13,23 % aos vencimentos dos servidores públicos federais ao argumento de que a Lei n. 10.698/2003, por ter criado uma vantagem pecuniária individual no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos), operou uma revisão geral de vencimentos por via oblíqua, sem respeitar o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, que determina a não distinção de índices. 4. No caso em exame, o acórdão recorrido negou provimento ao recurso interposto para julgar improcedente o pedido nos seguintes termos: EMENTA: AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARIÍSSIMO. DIRIETO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE GERAL. ART. 37, X, CF. PERCENTUAL DE 13,23%. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA IMPROCEDENTE. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, a revisão geral da remuneração dos servidores públicos depende de lei específica. - A Lei nº 10.698/2003 não disciplina revisão geral da remuneração dos servidores públicos, a qual foi objeto da Lei 10.697/2003. Tratou tão-somente de instituir vantagem pecuniária, com vistas a reduzir a desigualdade entre os maiores e menores vencimentos no serviço público. - Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. - Recurso inominado improvido. 5. Com efeito, a Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual e não revisão geral. Tanto é assim que o referido valor, previsto no parágrafo único do art. 1º da mencionada norma, não restou incorporado ao vencimento básico nem servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. Senão vejamos: Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Parágrafo único. A vantagem de que trata o caput será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. (grifos acrescidos). 5.1 Dessa forma, como se observa claramente no texto legal susomencionado, o valor de R$ 59,87, em realidade, trata-se de vantagem instituída indistintamente e sem o condão de repor perdas salariais, não podendo, por conseguinte, ser confundido com a revisão salarial do art. 37, inciso X, da CF/88, e convertido em índice como almeja a parte autora. 6. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 % nos seguintes termos: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23 %. LEI N. 10.698/2003. VPNI. REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23 %, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003. 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1450279 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 16/06/2014) 7. Por outro lado, nos termos da Súmula Vinculante nº 37, Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 8. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização."
Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0523573-61.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA LUCIA FERREIRA DE SOUZA
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIROOAB: E 6004
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de reajuste à remuneração de servidor público, com condenação ao pagamento retroativo, no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI), nos moldes da Lei nº 10.698/2003.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05037462720134058101, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o aumento nos vencimentos dos servidores, instituído pela Lei n.º 10.698/2003, decorreu da instituição de vantagem pecuniária, e não de reajuste geral anual. Senão, vejamos:
"SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE INCORPORAÇÃO DE 13,23%. ALEGAÇÃO DE QUE LEI 10.698/2003 REPRESENTOU REVISÃO GERAL ANUAL MEDIANTE APLICAÇÃO DE REAJUSTES DISTINTOS. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 37, X). INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização interposto em face de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará que,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de reajuste do vencimento de servidor público mediante a incorporação do percentual de 13,23%. 2. A recorrente aponta como paradigma da divergência decisão oriunda da Turma Recursal do Distrito Federal no sentido da incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos de servidor público federal. 3. Incidente inadmitido na origem, mas remetido a esse Colegiado por força de agravo. Em exame de admissibilidade de competência do Exmo. Ministro Presidente desta Corte, o agravo foi provido e incidente de uniformização admitido. 3.1 Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da incorporação do percentual de 13,23 % aos vencimentos dos servidores públicos federais ao argumento de que a Lei n. 10.698/2003, por ter criado uma vantagem pecuniária individual no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos), operou uma revisão geral de vencimentos por via oblíqua, sem respeitar o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, que determina a não distinção de índices. 4. No caso em exame, o acórdão recorrido negou provimento ao recurso interposto para julgar improcedente o pedido nos seguintes termos: EMENTA: AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARIÍSSIMO. DIRIETO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE GERAL. ART. 37, X, CF. PERCENTUAL DE 13,23%. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA IMPROCEDENTE. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, a revisão geral da remuneração dos servidores públicos depende de lei específica. - A Lei nº 10.698/2003 não disciplina revisão geral da remuneração dos servidores públicos, a qual foi objeto da Lei 10.697/2003. Tratou tão-somente de instituir vantagem pecuniária, com vistas a reduzir a desigualdade entre os maiores e menores vencimentos no serviço público. - Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. - Recurso inominado improvido. 5. Com efeito, a Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual e não revisão geral. Tanto é assim que o referido valor, previsto no parágrafo único do art. 1º da mencionada norma, não restou incorporado ao vencimento básico nem servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. Senão vejamos: Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Parágrafo único. A vantagem de que trata o caput será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. (grifos acrescidos). 5.1 Dessa forma, como se observa claramente no texto legal susomencionado, o valor de R$ 59,87, em realidade, trata-se de vantagem instituída indistintamente e sem o condão de repor perdas salariais, não podendo, por conseguinte, ser confundido com a revisão salarial do art. 37, inciso X, da CF/88, e convertido em índice como almeja a parte autora. 6. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 % nos seguintes termos: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23 %. LEI N. 10.698/2003. VPNI. REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23 %, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003. 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1450279 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 16/06/2014) 7. Por outro lado, nos termos da Súmula Vinculante nº 37, Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 8. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização."

Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0523198-60.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DALCINEIDE BRANDÃO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIROOAB: E 6004
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO - AGU

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de reajuste à remuneração de servidor público, com condenação ao pagamento retroativo, no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI), nos moldes da Lei nº 10.698/2003.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05037462720134058101, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o aumento nos vencimentos dos servidores, instituído pela Lei n.º 10.698/2003, decorreu da instituição de vantagem pecuniária, e não de reajuste geral anual. Senão, vejamos:

"SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE INCORPORAÇÃO DE 13,23%. ALEGAÇÃO DE QUE LEI 10.698/2003 REPRESENTOU REVISÃO GERAL ANUAL MEDIANTE APLICAÇÃO DE REAJUSTES DISTINTOS. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 37, X). INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização interposto em face de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará que, mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de reajuste do vencimento de servidor público mediante a incorporação do percentual de 13,23%. 2. A recorrente aponta como paradigma da divergência decisão oriunda da Turma Recursal do Distrito Federal no sentido da incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos de servidor público federal. 3. Incidente inadmitido na origem, mas remetido a esse Colegiado por força de agravo. Em exame de admissibilidade de competência do Exmo. Ministro Presidente desta Corte, o agravo foi provido e incidente de uniformização admitido. 3.1 Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da incorporação do percentual de 13,23 % aos vencimentos dos servidores públicos federais ao argumento de que a Lei n. 10.698/2003, por ter criado uma vantagem pecuniária individual no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos), operou uma revisão geral de vencimentos por via oblíqua, sem respeitar o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, que determina a não distinção de índices. 4. No caso em exame, o acórdão recorrido negou provimento ao recurso interposto para julgar improcedente o pedido nos seguintes termos: EMENTA: AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARIÍSSIMO. DIRIETO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE GERAL. ART. 37, X, CF. PERCENTUAL DE 13,23%. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA IMPROCEDENTE. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, a revisão geral da remuneração dos servidores públicos depende de lei específica. - A Lei nº 10.698/2003 não disciplina revisão geral da remuneração dos servidores públicos, a qual foi objeto da Lei 10.697/2003. Tratou tão-somente de instituir vantagem pecuniária, com vistas a reduzir a desigualdade entre os maiores e menores vencimentos no serviço público. - Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. - Recurso inominado improvido. 5. Com efeito, a Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual e não revisão geral. Tanto é assim que o referido valor, previsto no parágrafo único do art. 1º da mencionada norma, não restou incorporado ao vencimento básico nem servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. Senão vejamos: Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Parágrafo único. A vantagem de que trata o caput será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. (grifos acrescidos). 5.1 Dessa forma, como se observa claramente no texto legal susomencionado, o valor de R$ 59,87, em realidade, trata-se de vantagem instituída indistintamente e sem o condão de repor perdas salariais, não podendo, por conseguinte, ser confundido com a revisão salarial do art. 37, inciso X, da CF/88, e convertido em índice como almeja a parte autora. 6. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 % nos seguintes termos: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23 %. LEI N. 10.698/2003. VPNI. REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23 %, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003. 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1450279 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 16/06/2014) 7. Por outro lado, nos termos da Súmula Vinculante nº 37, Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 8. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização."

Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0513856-88.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUCIMAR FERREIRA DA COSTA
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO OAB: CE 6004
REQUERIDO (A): DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de reajuste à remuneração de servidor público, com condenação ao pagamento retroativo, no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI), nos moldes da Lei nº 10.698/2003.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05037462720134058101, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o aumento nos vencimentos dos servidores, instituído pela Lei n.º 10.698/2003, decorreu da instituição de vantagem pecuniária, e não de reajuste geral anual. Senão, vejamos:

"SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE INCORPORAÇÃO DE 13,23%. ALEGAÇÃO DE QUE LEI 10.698/2003 REPRESENTOU REVISÃO GERAL ANUAL MEDIANTE APLICAÇÃO DE REAJUSTES DISTINTOS. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 37, X). INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização interposto em face de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará que, mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de reajuste do vencimento de servidor público mediante a incorporação do percentual de 13,23%. 2. A recorrente aponta como paradigma da divergência decisão oriunda da Turma Recursal do Distrito Federal no sentido da incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos de servidor público federal. 3. Incidente inadmitido na origem, mas remetido a esse Colegiado por força de agravo. Em exame de admissibilidade de competência do Exmo. Ministro Presidente desta Corte, o agravo foi provido e incidente de uniformização admitido. 3.1 Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da incorporação do percentual de 13,23 % aos vencimentos dos servidores públicos federais ao argumento de que a Lei n. 10.698/2003, por ter criado uma vantagem pecuniária individual no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos), operou uma revisão geral de vencimentos por via oblíqua, sem respeitar o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, que determina a não distinção de índices. 4. No caso em exame, o acórdão recorrido negou provimento ao recurso interposto para julgar improcedente o pedido nos seguintes termos: EMENTA: AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARIÍSSIMO. DIRIETO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE GERAL. ART. 37, X, CF. PERCENTUAL DE 13,23%. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA IMPROCEDENTE. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, a revisão geral da remuneração dos servidores públicos depende de lei específica. - A Lei nº 10.698/2003 não disciplina revisão geral da remuneração dos servidores públicos, a qual foi objeto da Lei 10.697/2003. Tratou tão-somente de instituir vantagem pecuniária, com vistas a reduzir a desigualdade entre os maiores e menores vencimentos no serviço público. - Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. - Recurso inominado improvido. 5. Com efeito, a Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual e não revisão geral. Tanto é assim que o referido valor, previsto no parágrafo único do art. 1º da mencionada norma, não restou incorporado ao vencimento básico nem servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. Senão vejamos: Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete cen-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

tavos). Parágrafo único. A vantagem de que trata o caput será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. (grifos acrescidos). 5.1 Dessa forma, como se observa claramente no texto legal susomencionado, o valor de R$ 59,87, em realidade, trata-se de vantagem instituída indistintamente e sem o condão de repor perdas salariais, não podendo, por conseguinte, ser confundido com a revisão salarial do art. 37, inciso X, da CF/88, e convertido em índice como almeja a parte autora. 6. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 % nos seguintes termos: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23 %. LEI N. 10.698/2003. VPNI. REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23 %, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003. 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1450279 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 16/06/2014) 7. Por outro lado, nos termos da Súmula Vinculante nº 37, Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 8. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização."

Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507508-45.2013.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: VALDIR BATISTA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO OAB: CE 6004
REQUERIDO (A): DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de reajuste à remuneração de servidor público, com condenação ao pagamento retroativo, no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI), nos moldes da Lei nº 10.698/2003.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05037462720134058101, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o aumento nos vencimentos dos servidores, instituído pela Lei n.º 10.698/2003, decorreu da instituição de vantagem pecuniária, e não de reajuste geral anual. Senão, vejamos:

"SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE INCORPORAÇÃO DE 13,23%. ALEGAÇÃO DE QUE LEI 10.698/2003 REPRESENTOU REVISÃO GERAL ANUAL MEDIANTE APLICAÇÃO DE REAJUSTES DISTINTOS. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 37, X). INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização interposto em face de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará que, mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de reajuste do vencimento de servidor público mediante a incorporação do percentual de 13,23%. 2. A recorrente aponta como paradigma da divergência decisão oriunda da Turma Recursal do Distrito Federal no sentido da incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos de servidor público federal. 3. Incidente inadmitido na origem, mas remetido a esse Colegiado por força de agravo. Em exame de admissibilidade de competência do Exmo. Ministro Presidente desta Corte, o agravo foi provido e incidente de uniformização admitido. 3.1 Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da incorporação do percentual de 13,23 % aos vencimentos dos servidores públicos federais ao argumento de que a Lei n. 10.698/2003, por ter criado uma vantagem pecuniária individual no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos), operou uma revisão geral de vencimentos por via oblíqua, sem respeitar o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, que determina a não distinção de índices. 4. No caso em exame, o acórdão recorrido negou provimento ao recurso interposto para julgar improcedente o pedido nos seguintes termos: EMENTA: AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARIÍSSIMO. DIRIETO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE GERAL. ART. 37, X, CF. PERCENTUAL DE 13,23%. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA IMPROCEDENTE. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, a revisão geral da remuneração dos servidores públicos depende de lei específica. - A Lei nº 10.698/2003 não disciplina revisão geral da remuneração dos servidores públicos, a qual foi objeto da Lei 10.697/2003. Tratou tão-somente de instituir vantagem pecuniária, com vistas a reduzir a desigualdade entre os maiores e menores vencimentos no serviço público. - Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. - Recurso inominado improvido. 5. Com efeito, a Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual e não revisão geral. Tanto é assim que o referido valor, previsto no parágrafo único do art. 1º da mencionada norma, não restou incorporado ao vencimento básico nem servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. Senão vejamos: Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Parágrafo único. A vantagem de que trata o caput será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. (grifos acrescidos). 5.1 Dessa forma, como se observa claramente no texto legal susomencionado, o valor de R$ 59,87, em realidade, trata-se de vantagem instituída indistintamente e sem o condão de repor perdas salariais, não podendo, por conseguinte, ser confundido com a revisão salarial do art. 37, inciso X, da CF/88, e convertido em índice como almeja a parte autora. 6. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 % nos seguintes termos: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23 %. LEI N. 10.698/2003. VPNI. REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23 %, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003. 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1450279 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 16/06/2014) 7. Por outro lado, nos termos da Súmula Vinculante nº 37, Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 8. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização."

Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503112-31.2013.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: EURÍDIO OLIVEIRA SILVA
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO OAB: CE 6004
REQUERIDO (A): DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de reajuste à remuneração de servidor público, com condenação ao pagamento retroativo, no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI), nos moldes da Lei nº 10.698/2003.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05037462720134058101, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o aumento nos vencimentos dos servidores, instituído pela Lei n.º 10.698/2003, decorreu da instituição de vantagem pecuniária, e não de reajuste geral anual. Senão, vejamos:

"SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE INCORPORAÇÃO DE 13,23%. ALEGAÇÃO DE QUE LEI 10.698/2003 REPRESENTOU REVISÃO GERAL ANUAL MEDIANTE APLICAÇÃO DE REAJUSTES DISTINTOS. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 37, X). INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização interposto em face de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará que, mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de reajuste do vencimento de servidor público mediante a incorporação do percentual de 13,23%. 2. A recorrente aponta como paradigma da divergência decisão oriunda da Turma Recursal do Distrito Federal no sentido da incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos de servidor público federal. 3. Incidente inadmitido na origem, mas remetido a esse Colegiado por força de agravo. Em exame de admissibilidade de competência do Exmo. Ministro Presidente desta Corte, o agravo foi provido e incidente de uniformização admitido. 3.1 Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da incorporação do percentual de 13,23 % aos vencimentos dos servidores públicos federais ao argumento de que a Lei n. 10.698/2003, por ter criado uma vantagem pecuniária individual no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos), operou uma revisão geral de vencimentos por via oblíqua, sem respeitar o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, que determina a não distinção de índices. 4. No caso em exame, o acórdão recorrido negou provimento ao recurso interposto para julgar improcedente o pedido nos seguintes termos: EMENTA: AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARIÍSSIMO. DIRIETO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE GERAL. ART. 37, X, CF. PERCENTUAL DE 13,23%. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA IMPROCEDENTE. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, a revisão geral da remuneração dos servidores públicos depende de lei específica. - A Lei nº 10.698/2003 não disciplina revisão geral da remuneração dos servidores públicos, a qual foi objeto da Lei 10.697/2003. Tratou tão-somente de instituir vantagem pecuniária, com vistas a reduzir a desigualdade entre os maiores e menores vencimentos no serviço público. - Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. - Recurso inominado improvido. 5. Com efeito, a Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual e não revisão geral. Tanto é assim que o referido valor, previsto no parágrafo único do art. 1º da mencionada norma, não restou incorporado ao vencimento básico nem servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. Senão vejamos: Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Parágrafo único. A vantagem de que trata o caput será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. (grifos acrescidos). 5.1 Dessa forma, como se observa claramente no texto legal susomencionado, o valor de R$ 59,87, em realidade, trata-se de vantagem instituída indistintamente e sem o condão de repor perdas salariais, não podendo, por conseguinte, ser confundido com a revisão salarial do art. 37, inciso X, da CF/88, e convertido em índice como almeja a parte autora. 6. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 % nos seguintes termos: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23 %. LEI N. 10.698/2003. VPNI. REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23 %, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003. 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1450279 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 16/06/2014) 7. Por outro lado, nos termos da Súmula Vinculante nº 37, Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 8. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização."

Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0517104-62.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: GERALDO LOPES DA SILVA
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO OAB: CE 6004
REQUERIDO (A): DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de reajuste à remuneração de servidor público, com condenação ao pagamento retroativo, no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI), nos moldes da Lei nº 10.698/2003.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05037462720134058101, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o aumento nos vencimentos dos servidores, instituído pela Lei n.º 10.698/2003, decorreu da instituição de vantagem pecuniária, e não de reajuste geral anual. Senão, vejamos:
"SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE INCORPORAÇÃO DE 13,23%. ALEGAÇÃO DE QUE LEI 10.698/2003 REPRESENTOU REVISÃO GERAL ANUAL MEDIANTE APLICAÇÃO DE REAJUSTES DISTINTOS. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 37, X). INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização interposto em face de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará que, mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de reajuste do vencimento de servidor público mediante a incorporação do percentual de 13,23%. 2. A recorrente aponta como paradigma da divergência decisão oriunda da Turma Recursal do Distrito Federal no sentido da incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos de servidor público federal. 3. Incidente inadmitido na origem, mas remetido a esse Colegiado por força de agravo. Em exame de admissibilidade de competência do Exmo. Ministro Presidente desta Corte, o agravo foi provido e incidente de uniformização admitido. 3.1 Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da incorporação do percentual de 13,23 % aos vencimentos dos servidores públicos federais ao argumento de que a Lei n. 10.698/2003, por ter criado uma vantagem pecuniária individual no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos), operou uma revisão geral de vencimentos por via oblíqua, sem respeitar o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, que determina a não distinção de índices. 4. No caso em exame, o acórdão recorrido negou provimento ao recurso interposto para julgar improcedente o pedido nos seguintes termos: EMENTA: AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARIÍSSIMO. DIRIETO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE GERAL. ART. 37, X, CF. PERCENTUAL DE 13,23%. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA IMPROCEDENTE. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, a revisão geral da remuneração dos servidores públicos depende de lei específica. - A Lei nº 10.698/2003 não disciplina revisão geral da remuneração dos servidores públicos, a qual foi objeto da Lei 10.697/2003. Tratou tão-somente de instituir vantagem pecuniária, com vistas a reduzir a desigualdade entre os maiores e menores vencimentos no serviço público. - Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. - Recurso inominado improvido. 5. Com efeito, a Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual e não revisão geral. Tanto é assim que o referido valor, previsto no parágrafo único do art. 1º da mencionada norma, não restou incorporado ao vencimento básico nem servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. Senão vejamos: Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Parágrafo único. A vantagem de que trata o caput será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. (grifos acrescidos). 5.1 Dessa forma, como se observa claramente no texto legal susomencionado, o valor de R$ 59,87, em realidade, trata-se de vantagem instituída indistintamente e sem o condão de repor perdas salariais, não podendo, por conseguinte, ser confundido com a revisão salarial do art. 37, inciso X, da CF/88, e convertido em índice como almeja a parte autora. 6. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 % nos seguintes termos: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23 %. LEI N. 10.698/2003. VPNI. REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23 %, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003. 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1450279 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 16/06/2014) 7. Por outro lado, nos termos da Súmula Vinculante nº 37, Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 8. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização."
Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507114-41.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA LEITE FERNANDES
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO OAB: CE 6004
REQUERIDO (A): DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de reajuste à remuneração de servidor público, com condenação ao pagamento retroativo, no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI), nos moldes da Lei nº 10.698/2003.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05037462720134058101, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o aumento nos vencimentos dos servidores, instituído pela Lei n.º 10.698/2003, decorreu da instituição de vantagem pecuniária, e não de reajuste geral anual. Senão, vejamos:
"SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE INCORPORAÇÃO DE 13,23%. ALEGAÇÃO DE QUE LEI 10.698/2003 REPRESENTOU REVISÃO GERAL ANUAL MEDIANTE APLICAÇÃO DE REAJUSTES DISTINTOS. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 37, X). INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização interposto em face de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará que, mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de reajuste do vencimento de servidor público mediante a incorporação do percentual de 13,23%. 2. A recorrente aponta como paradigma da divergência decisão oriunda da Turma Recursal do Distrito Federal no sentido da incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos de servidor público federal. 3. Incidente inadmitido na origem, mas remetido a esse Colegiado por força de agravo. Em exame de admissibilidade de competência do Exmo. Ministro Presidente desta Corte, o agravo foi provido e incidente de uniformização admitido. 3.1 Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da incorporação do percentual de 13,23 % aos vencimentos dos servidores públicos federais ao argumento de que a Lei n. 10.698/2003, por ter criado uma vantagem pecuniária individual no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos), operou uma revisão geral de vencimentos por via oblíqua, sem respeitar o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, que determina a não distinção de índices. 4. No caso em exame, o acórdão recorrido negou provimento ao recurso interposto para julgar improcedente o pedido nos seguintes termos: EMENTA: AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARIÍSSIMO. DIRIETO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE GERAL. ART. 37, X, CF. PERCENTUAL DE 13,23%. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA IMPROCEDENTE. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, a revisão geral da remuneração dos servidores públicos depende de lei específica. - A Lei nº 10.698/2003 não disciplina revisão geral da remuneração dos servidores públicos, a qual foi objeto da Lei 10.697/2003. Tratou tão-somente de instituir vantagem pecuniária, com vistas a reduzir a desigualdade entre os maiores e menores vencimentos no serviço público. - Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. - Recurso inominado improvido. 5. Com efeito, a Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual e não revisão geral. Tanto é assim que o referido valor, previsto no parágrafo único do art. 1º da mencionada norma, não restou incorporado ao vencimento básico nem servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. Senão vejamos: Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos), Parágrafo único. A vantagem de que trata o caput será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. (grifos acrescidos). 5.1 Dessa forma, como se observa claramente no texto legal susomencionado, o valor de R$ 59,87, em realidade, trata-se de vantagem instituída indistintamente e sem o condão de repor perdas salariais, não podendo, por conseguinte, ser confundido com a revisão salarial do art. 37, inciso X, da CF/88, e convertido em índice como almeja a parte autora. 6. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 % nos seguintes termos: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23 %. LEI N. 10.698/2003. VPNI. REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23 %, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003. 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1450279 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 16/06/2014) 7. Por outro lado, nos termos da Súmula Vinculante nº 37, Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 8. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização."
Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0514108-91.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FERNANDO ANTONIO ARRUDA MOREIRA
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO OAB: CE 6004
REQUERIDO (A): DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de reajuste à remuneração de servidor público, com condenação ao pagamento retroativo, no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI), nos moldes da Lei nº 10.698/2003.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05037462720134058101, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o aumento nos vencimentos dos servidores, instituído pela Lei n.º 10.698/2003, decorreu da instituição de vantagem pecuniária, e não de reajuste geral anual. Senão, vejamos:
"SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE INCORPORAÇÃO DE 13,23%. ALEGAÇÃO DE QUE LEI 10.698/2003 REPRESENTOU REVISÃO GERAL ANUAL MEDIANTE APLICAÇÃO DE REAJUSTES DISTINTOS. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 37, X). INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização interposto em face de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará que,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de reajuste do vencimento de servidor público mediante a incorporação do percentual de 13,23%. 2. A recorrente aponta como paradigma da divergência decisão oriunda da Turma Recursal do Distrito Federal no sentido da incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos de servidor público federal. 3. Incidente inadmitido na origem, mas remetido a esse Colegiado por força de agravo. Em exame de admissibilidade de competência do Exmo. Ministro Presidente desta Corte, o agravo foi provido e incidente de uniformização admitido. 3.1 Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da incorporação do percentual de 13,23 % aos vencimentos dos servidores públicos federais ao argumento de que a Lei n. 10.698/2003, por ter criado uma vantagem pecuniária individual no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos), operou uma revisão geral de vencimentos por via oblíqua, sem respeitar o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, que determina a não distinção de índices. 4. No caso em exame, o acórdão recorrido negou provimento ao recurso interposto para julgar improcedente o pedido nos seguintes termos: EMENTA: AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARIÍSSIMO. DIRIETO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE GERAL. ART. 37, X, CF. PERCENTUAL DE 13,23%. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA IMPROCEDENTE. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, a revisão geral da remuneração dos servidores públicos depende de lei específica. - A Lei nº 10.698/2003 não disciplina revisão geral da remuneração dos servidores públicos, a qual foi objeto da Lei 10.697/2003. Tratou tão-somente de instituir vantagem pecuniária, com vistas a reduzir a desigualdade entre os maiores e menores vencimentos no serviço público. - Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. - Recurso inominado improvido. 5. Com efeito, a Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual e não revisão geral. Tanto é assim que o referido valor, previsto no parágrafo único do art. 1º da mencionada norma, não restou incorporado ao vencimento básico nem servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. Senão vejamos: Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Parágrafo único. A vantagem de que trata o caput será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. (grifos acrescidos). 5.1 Dessa forma, como se observa claramente no texto legal susomencionado, o valor de R$ 59,87, em realidade, trata-se de vantagem instituída indistintamente e sem o condão de repor perdas salariais, não podendo, por conseguinte, ser confundido com a revisão salarial do art. 37, inciso X, da CF/88, e convertido em índice como almeja a parte autora. 6. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 % nos seguintes termos: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23 %. LEI N. 10.698/2003. VPNI. REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23 %, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003. 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1450279 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 16/06/2014) 7. Por outro lado, nos termos da Súmula Vinculante nº 37, Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 8. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização."

Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507392-42.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOEL PEREIRA CAVALCANTE
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO OAB: CE 6004
REQUERIDO (A): DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de reajuste à remuneração de servidor público, com condenação ao pagamento retroativo, no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI), nos moldes da Lei nº 10.698/2003.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05037462720134058101, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o aumento nos vencimentos dos servidores, instituído pela Lei n.º 10.698/2003, decorreu da instituição de vantagem pecuniária, e não de reajuste geral anual. Senão, vejamos:

"SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE INCORPORAÇÃO DE 13,23%. ALEGAÇÃO DE QUE LEI 10.698/2003 REPRESENTOU REVISÃO GERAL ANUAL MEDIANTE APLICAÇÃO DE REAJUSTES DISTINTOS. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 37, X). INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização interposto em face de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará que, mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de reajuste do vencimento de servidor público mediante a incorporação do percentual de 13,23%. 2. A recorrente aponta como paradigma da divergência decisão oriunda da Turma Recursal do Distrito Federal no sentido da incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos de servidor público federal. 3. Incidente inadmitido na origem, mas remetido a esse Colegiado por força de agravo. Em exame de admissibilidade de competência do Exmo. Ministro Presidente desta Corte, o agravo foi provido e incidente de uniformização admitido. 3.1 Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da incorporação do percentual de 13,23 % aos vencimentos dos servidores públicos federais ao argumento de que a Lei n. 10.698/2003, por ter criado uma vantagem pecuniária individual no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos), operou uma revisão geral de vencimentos por via oblíqua, sem respeitar o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, que determina a não distinção de índices. 4. No caso em exame, o acórdão recorrido negou provimento ao recurso interposto para julgar improcedente o pedido nos seguintes termos: EMENTA: AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARIÍSSIMO. DIRIETO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE GERAL. ART. 37, X, CF. PERCENTUAL DE 13,23%. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA IMPROCEDENTE. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, a revisão geral da remuneração dos servidores públicos depende de lei específica. - A Lei nº 10.698/2003 não disciplina revisão geral da remuneração dos servidores públicos, a qual foi objeto da Lei 10.697/2003. Tratou tão-somente de instituir vantagem pecuniária, com vistas a reduzir a desigualdade entre os maiores e menores vencimentos no serviço público. - Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. - Recurso inominado improvido. 5. Com efeito, a Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual e não revisão geral. Tanto é assim que o referido valor, previsto no parágrafo único do art. 1º da mencionada norma, não restou incorporado ao vencimento básico nem servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. Senão vejamos: Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Parágrafo único. A vantagem de que trata o caput será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. (grifos acrescidos). 5.1 Dessa forma, como se observa claramente no texto legal susomencionado, o valor de R$ 59,87, em realidade, trata-se de vantagem instituída indistintamente e sem o condão de repor perdas salariais, não podendo, por conseguinte, ser confundido com a revisão salarial do art. 37, inciso X, da CF/88, e convertido em índice como almeja a parte autora. 6. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 % nos seguintes termos: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23 %. LEI N. 10.698/2003. VPNI. REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23 %, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003. 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1450279 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 16/06/2014) 7. Por outro lado, nos termos da Súmula Vinculante nº 37, Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 8. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização."

Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508177-04.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSAFÁ AUGUSTO DE LIMA
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO OAB: CE 6004
REQUERIDO (A): DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de reajuste à remuneração de servidor público, com condenação ao pagamento retroativo, no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI), nos moldes da Lei nº 10.698/2003.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05037462720134058101, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o aumento nos vencimentos dos servidores, instituído pela Lei n.º 10.698/2003, decorreu da instituição de vantagem pecuniária, e não de reajuste geral anual. Senão, vejamos:

"SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE INCORPORAÇÃO DE 13,23%. ALEGAÇÃO DE QUE LEI 10.698/2003 REPRESENTOU REVISÃO GERAL ANUAL MEDIANTE APLICAÇÃO DE REAJUSTES DISTINTOS. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 37, X). INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização interposto em face de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará que, mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de reajuste do vencimento de servidor público mediante a incorporação do percentual de 13,23%. 2. A recorrente aponta como paradigma da divergência decisão oriunda da Turma Recursal do Distrito Federal no sentido da incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos de servidor público federal. 3. Incidente inadmitido na origem, mas remetido a esse Colegiado por força de agravo. Em exame de admissibilidade de competência do Exmo. Ministro Presidente desta Corte, o agravo foi provido e incidente de uniformização admitido. 3.1 Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da incorporação do percentual de 13,23 % aos vencimentos dos servidores públicos federais ao argumento de que a Lei n. 10.698/2003, por ter criado uma vantagem pecuniária individual no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos), operou uma revisão geral de vencimentos por via oblíqua, sem respeitar o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, que determina a não distinção de índices. 4. No caso em exame, o acórdão recorrido negou provimento ao recurso interposto para julgar improcedente o pedido nos seguintes termos: EMENTA: AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARIÍSSIMO. DIRIETO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE GERAL. ART. 37, X, CF. PERCENTUAL DE 13,23%. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA IMPROCEDENTE. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, a revisão geral da remuneração dos servidores públicos depende de lei específica. - A Lei nº 10.698/2003 não disciplina revisão geral da remuneração dos servidores públicos, a qual foi objeto da Lei 10.697/2003. Tratou tão-somente de instituir vantagem pecuniária, com vistas a reduzir a desigualdade entre os maiores e menores vencimentos no serviço público. - Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. - Recurso inominado improvido. 5. Com efeito, a Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual e não revisão geral. Tanto é assim que o referido valor, previsto no parágrafo único do art. 1º da mencionada norma, não restou incorporado ao vencimento básico nem servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. Senão vejamos: Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015121100182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Parágrafo único. A vantagem de que trata o caput será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. (grifos acrescidos). 5.1 Dessa forma, como se observa claramente no texto legal susomencionado, o valor de R$ 59,87, em realidade, trata-se de vantagem instituída indistintamente e sem o condão de repor perdas salariais, não podendo, por conseguinte, ser confundido com a revisão salarial do art. 37, inciso X, da CF/88, e convertido em índice como almeja a parte autora. 6. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 % nos seguintes termos: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23 %. LEI N. 10.698/2003. VPNI. REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23 %, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003. 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1450279 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 16/06/2014) 7. Por outro lado, nos termos da Súmula Vinculante nº 37, Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 8. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização."

Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0515400-14.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDA PONTES MARTINS FERNANDES
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO OAB: CE 6004
REQUERIDO (A): DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de reajuste à remuneração de servidor público, com condenação ao pagamento retroativo, no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI), nos moldes da Lei nº 10.698/2003.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05037462720134058101, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o aumento nos vencimentos dos servidores, instituído pela Lei n.º 10.698/2003, decorreu da instituição de vantagem pecuniária, e não de reajuste geral anual. Senão, vejamos:

"SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE INCORPORAÇÃO DE 13,23%. ALEGAÇÃO DE QUE LEI 10.698/2003 REPRESENTOU REVISÃO GERAL ANUAL MEDIANTE APLICAÇÃO DE REAJUSTES DISTINTOS. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 37, X). INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização interposto em face de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará que, mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de reajuste do vencimento de servidor público mediante a incorporação do percentual de 13,23%. 2. A recorrente aponta como paradigma da divergência decisão oriunda da Turma Recursal do Distrito Federal no sentido da incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos de servidor público federal. 3. Incidente inadmitido na origem, mas remetido a esse Colegiado por força de agravo. Em exame de admissibilidade de competência do Exmo. Ministro Presidente desta Corte, o agravo foi provido e incidente de uniformização admitido. 3.1 Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da incorporação do percentual de 13,23 % aos vencimentos dos servidores públicos federais ao argumento de que a Lei n. 10.698/2003, por ter criado uma vantagem pecuniária individual no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos), operou uma revisão geral de vencimentos por via oblíqua, sem respeitar o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, que determina a não distinção de índices. 4. No caso em exame, o acórdão recorrido negou provimento ao recurso interposto para julgar improcedente o pedido nos seguintes termos: EMENTA: AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARIÍSSIMO. DIRIETO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE GERAL. ART. 37, X, CF. PERCENTUAL DE 13,23%. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA IMPROCEDENTE. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, a revisão geral da remuneração dos servidores públicos depende de lei específica. - A Lei nº 10.698/2003 não disciplina revisão geral da remuneração dos servidores públicos, a qual foi objeto da Lei 10.697/2003. Tratou tão-somente de instituir vantagem pecuniária, com vistas a reduzir a desigualdade entre os maiores e menores vencimentos no serviço público. - Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. - Recurso inominado improvido. 5. Com efeito, a Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual e não revisão geral. Tanto é assim que o referido valor, previsto no parágrafo único do art. 1º da mencionada norma, não restou incorporado ao vencimento básico nem servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. Senão vejamos: Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Parágrafo único. A vantagem de que trata o caput será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. (grifos acrescidos). 5.1 Dessa forma, como se observa claramente no texto legal susomencionado, o valor de R$ 59,87, em realidade, trata-se de vantagem instituída indistintamente e sem o condão de repor perdas salariais, não podendo, por conseguinte, ser confundido com a revisão salarial do art. 37, inciso X, da CF/88, e convertido em índice como almeja a parte autora. 6. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 % nos seguintes termos: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23 %. LEI N. 10.698/2003. VPNI. REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23 %, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003. 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1450279 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 16/06/2014) 7. Por outro lado, nos termos da Súmula Vinculante nº 37, Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 8. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização."

Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0515393-22.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: EDMILSON FERNANDES DE SOUSA
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO OAB: CE 6004
REQUERIDO (A): DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de reajuste à remuneração de servidor público, com condenação ao pagamento retroativo, no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI), nos moldes da Lei nº 10.698/2003.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05037462720134058101, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o aumento nos vencimentos dos servidores, instituído pela Lei n.º 10.698/2003, decorreu da instituição de vantagem pecuniária, e não de reajuste geral anual. Senão, vejamos:

"SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE INCORPORAÇÃO DE 13,23%. ALEGAÇÃO DE QUE LEI 10.698/2003 REPRESENTOU REVISÃO GERAL ANUAL MEDIANTE APLICAÇÃO DE REAJUSTES DISTINTOS. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 37, X). INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização interposto em face de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará que, mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de reajuste do vencimento de servidor público mediante a incorporação do percentual de 13,23%. 2. A recorrente aponta como paradigma da divergência decisão oriunda da Turma Recursal do Distrito Federal no sentido da incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos de servidor público federal. 3. Incidente inadmitido na origem, mas remetido a esse Colegiado por força de agravo. Em exame de admissibilidade de competência do Exmo. Ministro Presidente desta Corte, o agravo foi provido e incidente de uniformização admitido. 3.1 Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da incorporação do percentual de 13,23 % aos vencimentos dos servidores públicos federais ao argumento de que a Lei n. 10.698/2003, por ter criado uma vantagem pecuniária individual no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos), operou uma revisão geral de vencimentos por via oblíqua, sem respeitar o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, que determina a não distinção de índices. 4. No caso em exame, o acórdão recorrido negou provimento ao recurso interposto para julgar improcedente o pedido nos seguintes termos: EMENTA: AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARIÍSSIMO. DIRIETO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE GERAL. ART. 37, X, CF. PERCENTUAL DE 13,23%. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA IMPROCEDENTE. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, a revisão geral da remuneração dos servidores públicos depende de lei específica. - A Lei nº 10.698/2003 não disciplina revisão geral da remuneração dos servidores públicos, a qual foi objeto da Lei 10.697/2003. Tratou tão-somente de instituir vantagem pecuniária, com vistas a reduzir a desigualdade entre os maiores e menores vencimentos no serviço público. - Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. - Recurso inominado improvido. 5. Com efeito, a Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual e não revisão geral. Tanto é assim que o referido valor, previsto no parágrafo único do art. 1º da mencionada norma, não restou incorporado ao vencimento básico nem servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. Senão vejamos: Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Parágrafo único. A vantagem de que trata o caput será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. (grifos acrescidos). 5.1 Dessa forma, como se observa claramente no texto legal susomencionado, o valor de R$ 59,87, em realidade, trata-se de vantagem instituída indistintamente e sem o condão de repor perdas salariais, não podendo, por conseguinte, ser confundido com a revisão salarial do art. 37, inciso X, da CF/88, e convertido em índice como almeja a parte autora. 6. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 % nos seguintes termos: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23 %. LEI N. 10.698/2003. VPNI. REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23 %, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003. 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1450279 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 16/06/2014) 7. Por outro lado, nos termos da Súmula Vinculante nº 37, Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 8. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização."

Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505772-55.2014.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA MIRTES RODRIGUES
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA OAB: CE-20530
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou pleito de concessão de aposentadoria rural.
Decido.
O aresto recorrido aferiu inexistir o direito pleiteado com base nos elementos de prova dos autos. Confira-se: "Na espécie, contudo, a prova oral produzida não contribuiu para a formação do convencimento quanto ao exercício da atividade rural em regime de economia familiar. Há longos vínculos urbanos em nome do cônjuge da parte autora, o que prejudica as demais provas carreadas aos autos (anexos 11). Finalmente, foram evidenciadas diversas contradições nas provas produzidas, o que fragiliza ainda mais o início de prova material colacionado à demanda".
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508569-04.2014.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA ROSENI MENDES
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA OAB: CE-20530
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou pleito de concessão de aposentadoria rural.
Decido.
O aresto recorrido aferiu inexistir o direito pleiteado com base nos elementos de prova dos autos. Confira-se: "Na espécie, contudo, a prova oral produzida não contribuiu para a formação do convencimento quanto ao exercício da atividade rural em regime de economia familiar. Já com relação às provas documentais, são estas recentes e frágeis, não se prestando a comprovar a carência exigida para o pretendido benefício. Além disso, o juiz de primeiro grau, em inspeção judicial, constatou que as mãos da requerente eram extremamente macias, não apresentando qualquer sinal de calosidade. Finalmente, foram evidenciadas diversas contradições nos depoimentos tomados, o que fragiliza ainda mais o início de prova material colacionado à demanda;".
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508624-89.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA FERNANDES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO OAB: CE 6004
REQUERIDO (A): DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de reajuste à remuneração de servidor público, com condenação ao pagamento retroativo, no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI), nos moldes da Lei nº 10.698/2003.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05037462720134058101, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o aumento nos vencimentos dos servidores, instituído pela Lei n.º 10.698/2003, decorreu da instituição de vantagem pecuniária, e não de reajuste geral anual. Senão, vejamos:
"SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE INCORPORAÇÃO DE 13,23%. ALEGAÇÃO DE QUE LEI 10.698/2003 REPRESENTOU REVISÃO GERAL ANUAL MEDIANTE APLICAÇÃO DE REAJUSTES DISTINTOS. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 37, X). INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização interposto em face de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará que, mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de reajuste do vencimento de servidor público mediante a incorporação do percentual de 13,23%. 2. A recorrente aponta como paradigma da divergência decisão oriunda da Turma Recursal do Distrito Federal no sentido da incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos de servidor público federal. 3. Incidente inadmitido na origem, mas remetido a esse Colegiado por força de agravo. Em exame de admissibilidade de competência do Exmo. Ministro Presidente desta Corte, o agravo foi provido e incidente de uniformização admitido. 3.1 Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da incorporação do percentual de 13,23 % aos vencimentos dos servidores públicos federais ao argumento de que a Lei n. 10.698/2003, por ter criado uma vantagem pecuniária individual no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos), operou uma revisão geral de vencimentos por via oblíqua, sem respeitar o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, que determina a não distinção de índices. 4. No caso em exame, o acórdão recorrido negou provimento ao recurso interposto para julgar improcedente o pedido nos seguintes termos: EMENTA: AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARIÍSSIMO. DIRIETO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE GERAL. ART. 37, X, CF. PERCENTUAL DE 13,23%. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA IMPROCEDENTE. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, a revisão geral da remuneração dos servidores públicos depende de lei específica. - A Lei nº 10.698/2003 não disciplina revisão geral da remuneração dos servidores públicos, a qual foi objeto da Lei 10.697/2003. Tratou tão-somente de instituir vantagem pecuniária, com vistas a reduzir a desigualdade entre os maiores e menores vencimentos no serviço público. - Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. - Recurso inominado improvido. 5. Com efeito, a Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual e não revisão geral. Tanto é assim que o referido valor, previsto no parágrafo único do art. 1º da mencionada norma, não restou incorporado ao vencimento básico nem servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. Senão vejamos: Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Parágrafo único. A vantagem de que trata o caput será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. (grifos acrescidos). 5.1 Dessa forma, como se observa claramente no texto legal susomencionado, o valor de R$ 59,87, em realidade, trata-se de vantagem instituída indistintamente e sem o condão de repor perdas salariais, não podendo, por conseguinte, ser confundido com a revisão salarial do art. 37, inciso X, da CF/88, e convertido em índice como almeja a parte autora. 6. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 % nos seguintes termos: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23 %. LEI N. 10.698/2003. VPNI. REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23 %, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003. 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1450279 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 16/06/2014) 7. Por outro lado, nos termos da Súmula Vinculante nº 37, Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 8. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização."
Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511479-07.2014.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATOS
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA OAB: CE-9436
PROC./ADV.: CATARINE DE ALENCAR SANTANA OAB: CE-28581 REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou pleito de concessão de aposentadoria rural.
Decido.
O aresto recorrido aferiu inexistir o direito pleiteado com base nos elementos de prova dos autos. Confira-se: "Na espécie, contudo, a prova oral produzida não contribuiu para a formação do convencimento quanto ao exercício da atividade rural em regime de economia familiar. Em seu depoimento pessoal, a demandante demonstrou algum conhecimento acerca de aspectos do exercício do labor campesino. Entretanto, o confronto do frágil lastro probatório com o contexto fático do caso em comento, não há que se falar em demonstração hábil ao convencimento acerca do efetivo exercício do labor rurícola de subsistência familiar, pela requerente, no período de carência necessário ao deferimento do benefício, em que pese o demandante não fazer jus a este".
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508183-74.2014.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA LENILDA FERREIRA SAMPAIO
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA OAB: CE-9436
PROC./ADV.: CATARINE DE ALENCAR SANTANA OAB: CE-28581 REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou pleito de concessão de aposentadoria rural.
Decido.
O aresto recorrido aferiu inexistir o direito pleiteado com base nos elementos de prova dos autos. Confira-se: "não havendo provas de que a recorrente tenha trabalhado na agricultura em regime de economia familiar, no período de carência legalmente exigido, não há como acolher a pretensão por ela deduzida na exordial"
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0514457-94.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ HUMBERTO GARCIA ELLERY
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO OAB: CE 6004
REQUERIDO (A): DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela ora requerente, no qual se discute a possibilidade de concessão de reajuste à remuneração de servidor público, com condenação ao pagamento retroativo, no índice correspondente à diferença entre o percentual de 13,23% e aquele efetivamente recebido com a concessão de Vantagem Pecuniária Individual (VPI), nos moldes da Lei nº 10.698/2003.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Acerca desta matéria, a TNU, recentemente, no julgamento do PEDILEF n. 05037462720134058101, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu que o aumento nos vencimentos dos servidores, instituído pela Lei n.º 10.698/2003, decorreu da instituição de vantagem pecuniária, e não de reajuste geral anual. Senão, vejamos:
"SERVIDOR PÚBLICO. PRETENSÃO DE INCORPORAÇÃO DE 13,23%. ALEGAÇÃO DE QUE LEI 10.698/2003 REPRESENTOU REVISÃO GERAL ANUAL MEDIANTE APLICAÇÃO DE REAJUSTES DISTINTOS. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL (ART. 37, X). INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização interposto em face de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará que, mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de reajuste do vencimento de servidor público mediante a incorporação do percentual de 13,23%. 2. A recorrente aponta como paradigma da divergência decisão oriunda da Turma Recursal do Distrito Federal no sentido da incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos de servidor público federal. 3. Incidente inadmitido na origem, mas remetido a esse Colegiado por força de agravo. Em exame de admissibilidade de competência do Exmo. Ministro Presidente desta Corte, o agravo foi provido e incidente de uniformização admitido. 3.1 Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da incorporação do percentual de 13,23 % aos vencimentos dos servidores públicos federais ao argumento de que a Lei n. 10.698/2003, por ter criado uma vantagem pecuniária individual no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos), operou uma revisão geral de vencimentos por via oblíqua, sem respeitar o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, que determina a não distinção de índices. 4. No caso em exame, o acórdão recorrido negou provimento ao recurso interposto para julgar improcedente o pedido nos seguintes termos: EMENTA: AÇÃO ESPECIAL DE RITO SUMARIÍSSIMO. DIRIETO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE GERAL. ART. 37, X, CF. PERCENTUAL DE 13,23%. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA IMPROCEDENTE. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal, a revisão geral da remuneração dos servidores públicos depende de lei específica. - A Lei nº 10.698/2003 não disciplina revisão geral da remuneração dos servidores públicos, a qual foi objeto da Lei 10.697/2003. Tratou tão-somente de instituir vantagem pecuniária, com vistas a reduzir a desigualdade entre os maiores e menores vencimentos no serviço público. - Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. - Recurso inominado improvido. 5. Com efeito, a Lei nº 10.698/2003 instituiu vantagem pecuniária individual e não revisão geral. Tanto é assim que o referido valor, previsto no parágrafo único do art. 1º da mencionada norma, não restou incorporado ao vencimento básico nem servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. Senão vejamos: Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R$ 59,87 (cinqüenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Parágrafo único. A vantagem de que trata o caput será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem. (grifos acrescidos). 5.1 Dessa forma, como se observa claramente no texto legal susomencionado, o valor de R$ 59,87, em realidade, trata-se de vantagem instituída indistintamente e sem o condão de repor perdas salariais, não podendo, por conseguinte, ser confundido com a revisão salarial do art. 37, inciso X, da CF/88, e convertido em índice como almeja a parte autora. 6. O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, tem entendido que a vantagem pecuniária individual criada pela Lei n.º 10.698/2003 não possui natureza de revisão geral de vencimentos e que não é devido aos servidores públicos federais o reajuste de 13,23 % nos seguintes termos: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE GERAL ANUAL (CF/88, ART. 37, X, PARTE FINAL). REAJUSTE DE 13,23 %. LEI N. 10.698/2003. VPNI. REVISÃO GERAL NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 339/STF. 1. Os recorrentes objetivam o reajuste no percentual de 13,23 %, que corresponderia à maior Revisão Geral Anual concedida pela Vantagem Pecuniária Individual (VPI) aos servidores, durante o ano de 2003, no valor de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) dada pela Lei n. 10.698/2003. 2. O STJ já firmou compreensão no sentido de que a VPI instituída pela Lei 10.698/03 não possui natureza de reajuste geral de vencimentos, sendo inviável sua extensão aos servidores substituídos, em face do óbice da Súmula 339/STF: "Não cabe ao poder judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". Precedentes: AgRg no REsp 1256760/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/12/2013; AgRg no AREsp 462.844/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/03/2014. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1450279 / DF, Primeira Turma, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 16/06/2014) 7. Por outro lado, nos termos da Súmula Vinculante nº 37, Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. 8. Por essas razões, conheço e nego provimento ao Incidente de Uniformização."
Destarte, verifica-se que a decisão da Turma de origem encontra-se em consonância com o recente entendimento da TNU acima exposto.
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510624-33.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIA FERREIRA CORREIA
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA OAB: CE-20530
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou pleito de concessão de aposentadoria rural.
Decido.
O aresto recorrido aferiu inexistir o direito pleiteado com base nos elementos de prova dos autos. Confira-se: "a condição de segurado especial não restou comprovada, considerando todos os elementos de instrução"
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510649-43.2011.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ELZA MARIA CAVALCANTE DA SILVA
PROC./ADV.: JOSÉ ALBERTO E. DA SILVA OAB: PB-10528
PROC./ADV.: ANNA KARINA MARTINS S. REIS OAB: PB-8266
LITISCONSORTE : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou benefício assistencial, ante inexistência de prova da incapacidade.
É o relatório.
Na origem, negou-se o pleito da parte requerente ao fundamento de que " não restou comprovado o requisito da incapacidade, nos termos dos fundamentos e conclusão do laudo do perito judicial.
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003666-81.2013.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: SERAFINA SOUZA PEREIRA
PROC./ADV.: LUIS HENRIQUE POSSARI OAB: DF-31607
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou pleito de concessão de aposentadoria rural.
É o relatório.
As instâncias ordinárias entenderam não haver comprovação de cumprimento dos requisitos necessários à concessão da aposentadoria.
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e 149/STJ ("A prova exclusivamente testemunhal não basta a comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 23 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503468-42.2012.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): DANIELLY PINHEIRO SOARES
PROC./ADV.: CÍCERO MÁRIAO DUARTE PEREIRA OAB: CE 12.564

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que, reformando a sentença, acolheu o pedido de benefício assistencial à parte autora, sob o fundamento de que preencheu os requisitos legais para a sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse do caderno fático-probatório dos autos e condições pessoais da parte, entenderam que o requisito da incapacidade laboral foi comprovado.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501050-34.2012.4.05.8204
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: SEVERINA DA SILVA MINERVINO
PROC./ADV.: MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA OAB: PB 11.662-B
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora a contar da data do laudo médico pericial.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados desta TNU, no sentido de que a data de início do benefício deve ser contada do requerimento administrativo.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram que a incapacidade da parte autora não ficou comprovada em momento anterior ao requerimento administrativo.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0508824-96.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ RIBAMAR DE SOUSA
PROC./ADV.: KELLYTON AZEVEDO DE FIGUEIREDO OAB: CE 17762
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora, a contar da data do ajuizamento da ação.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados desta TNU, no sentido de que a data de início do benefício deve ser contada do requerimento administrativo.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram que a incapacidade da parte autora não ficou comprovada em momento anterior ao requerimento administrativo.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500114-41.2014.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIO DO CEARÁ
REQUERENTE: IDELMAR RODRIGUES DE FREITAS
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO OAB: CE 12049
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, que não há comprovação dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado.
A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508822-92.2014.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MANOEL VENTURA DOS SANTOS
PROC./ADV.: DJACI DO NASCIMENTO SILVA OAB: CE 13014
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram que a parte autora não comprovou o requisito da hipossuficiência.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0522050-77.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ATNÔNIO GLEISON BARBOSA DA SILVA
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS M. PINHEIRO OAB: CE-7068
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GMOEZ IZIDÓRIO OAB: CE-6656
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou benefício assistencial.
A parte requerente entende que deve ser reconhecido o direito ao benefício pleiteado.
Decido.
Ademais, o aresto proferido fixou que : "Entendo, com amparo na perícia judicial realizada, não merecer acolhida a pretensão exposta na inicial, haja vista que o laudo pericial concluiu pela inexistência de impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial ou social nos termos da redação atual do art. 20 da Lei 8.742/93 com as alterações trazidas pelas Lei 12.435 e Lei 12.470, a ensejar o indeferimento do benefício assistencial"
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503079-07.2014.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANA MARIA FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB: CE-7576
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que não concedeu benefício assistencial.
A parte requerente entende que deve ser reconhecido o direito ao benefício pleiteado.
Decido.
Primeiramente, a decisão agravada fundou-se na aplicação das Súmulas 42/TNU e na Questão de Ordem 22/TNU. Esse último ponto não foi devidamente combatido na petição recursal.
Observo que as razões trazidas no agravo não combateram especificamente os fundamentos ofertados na decisão que inadmitiu o incidente de uniformização.
Incide, por analogia, a Questão de Ordem 18/TNU, que dispõe: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
No mesmo sentido, cabe aplicar, por analogia, os enunciados 182/STJ e 283/STF.
Ademais, a pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0523559-43.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDO PEDRO CAMPOS
PROC./ADV.: MARCELO CAMARDELLA DA SILVEIRA OAB: CE 9527
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram que a parte autora não comprovou o requisito da hipossuficiência.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507463-10.2014.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ZENAIDE ARAUJO RIBEIRO
PROC./ADV.: IGOR BRUNO QUESADO ALENCAR OAB: CE-18937
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que não concedeu benefício assistencial.
A parte requerente entende que deve ser reconhecido o direito ao benefício pleiteado.
Decido.
A Turma Recursal, com base nos elementos dos autos, entendeu pela possibilidade de concessão do benefício.
Confira-se: "atualmente, a parte autora não possui obstrução de sua plena e efetiva participação na sociedade, podendo realizar atividades laborais, a sua incapacidade não impede de se relacionar com as outras pessoas. O que não implica dizer que no futuro, eventual progressão da doença venha acarretar o impedimento necessário à concessão do benefício assistencial, caso efetivamente constatada a condição de miserabilidade necessária a propiciar a sua concessão".
Ademais, a pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502493-61.2014.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LEONAM LIMA GOMES
PROC./ADV.: EVELINE CARNEIRO OAB: CE 17775
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram que a parte autora não comprovou o requisito da incapacidade.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505568-30.2013.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO JOSÉ FERREIRA
PROC./ADV.: SABRINA DE SOUZA ARAÚJO OAB: CE 23523
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram que a parte autora não comprovou o requisito da incapacidade.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508011-41.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIO BATISTA FILHO
PROC./ADV.: CÍCERO MÁRIO DUARTE PEREIRA OAB: CE12564
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que não concedeu benefício assistencial.
A parte requerente entende que deve ser reconhecido o direito ao benefício pleiteado.
Decido.
No caso dos autos, a Turma Recursal assim concluiu: "No caso dos autos, por meio do laudo pericial constante do anexo 8, não restou comprovada a existência de impedimento superior a dois anos, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com diversas barreiras, possa obstruir a participação plena e efetiva da pessoa na sociedade, em igualdade de condições com as demais"
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0521851-55.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): JOSÉ ALVES DE SOUSA
PROC./ADV.: CARLOS AUGUSTO MEDEIROS DE SOUSA OAB: CE 22918

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que, reformando a sentença, acolheu o pedido de benefício assistencial à parte autora, sob o fundamento de que preencheu os requisitos legais para a sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse do caderno fático-probatório dos autos e condições pessoais da parte, entenderam que o requisito da incapacidade laboral foi comprovado.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504192-87.2014.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA LUCIA DE LIMA
PROC./ADV.: EVELINE CARNEIRO OAB: CE 17775
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram que a parte autora não comprovou o requisito da incapacidade.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500969-23.2014.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ERLENE MARTINS NASCIMENTO
PROC./ADV.: ANTÔNIO JORGE CHAGAS PINTO OAB: CE 10.101
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem.
Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, o qual foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.
No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.
Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja a aplicação da pena de deserção por ausência de recolhimento do preparo do recurso inominado interposto, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.
A TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pelo não conhecimento do incidente, nos seguintes termos:
"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."
Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502800-49.2013.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): EVALDO FIRMINO DOS SANTOS
PROC./ADV.: FRANCISCO ALVES DOS SANTOSOAB: CE 23.315

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou procedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora a contar da data do atestado médico apresentado.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados desta TNU, no sentido de que a data de início do benefício deve ser contada do laudo pericial.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram que a incapacidade da parte autora ficou comprovada em momento anterior ao laudo pericial.
A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo, com fulcro no art. 16º, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0520448-17.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA ELIZABETE DOS SANTOS
PROC./ADV.: FRANCISCO CORDEIRO ANGELO OAB: CE-22693
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou beneficio assistencial
A parte requerente entende que deter o direito ao gozo do benefício.
Decido.
O aresto proferido na origem determinou que "O periciando apresenta BOA condição clínica cardiovascular, apesar de ter sido acometido por infarto do miocárdio e ter sido submetido a revascularização percutânea no passado. O mesmo necessita atenção médica periódica e nãoapresenta cardiopatia grave, segundo a atual diretriz da Sociedade Brasileira de Cardiologia"
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0517392-10.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): FRANCISCO CARNEIRO EVANGELISTA
PROC./ADV.: FREDIANE BARRETO MARTINSOAB: 22950

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se pleiteia a concessão de benefício assistencial.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no acervo fático probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram pelo cumprimento dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo / com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0515803-17.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ALAN PATRICK DE OLIVEIRA CASTRO
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou beneficio assistencial
A parte requerente entende que deter o direito ao gozo do benefício.
Decido.
O aresto proferido na origem determinou que "verifica-se que o autor não possui incapacidade para o deferimento do benefício previsto no citado art. 20 da Lei nº 8.742/1993. Registre-se que o Ministério Público Federal opinou pela improcedência dos pedidos"
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500867-50.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARTINS RODRIGUES DE LIMA
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou beneficio assistencial
A parte requerente entende que deter o direito ao gozo do benefício.
Decido.
O aresto proferido na origem determinou que "No presente caso, depreende-se claramente dos autos o não atendimento do requisito da incapacidade. É que, realizada perícia médica na parte recorrente, o perito designado pelo Juízo concluiu que a parte autora não é incapaz"
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505806-33.2014.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CÍCERA DA SILVA PEREIRA
PROC./ADV.: IGOR BRUNO QUESADO ALENCAR OAB: CE 18937
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram que a parte autora não comprovou o requisito da incapacidade.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500802-15.2014.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA PEQUENA DOS SANTOS
PROC./ADV.: CÍCERA EGUINALDA GOMES LINS OAB: CE 16831
PROC./ADV.: FRANCISCO EDGAR DA SILVA OAB: CE 16991
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram que a parte autora não comprovou o requisito da incapacidade.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001275-97.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ADILSON JOAO VIEIRA
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCIO ZIMMERMANN OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de averbação como especial e conversão em tempo comum de período laborado com exposição ao agente nocivo ruído.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse das provas dos autos e já realizada a complementação da prova produzida, decidiram que não há comprovação de exercício de atividade especial a partir de 05/03/1997.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501639-07.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: DAMIÃO BARBOSA DOS SANTOS
PROC./ADV.: DJACI DO NASCIMENTO SILVA OAB: CE 13014
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram que a parte autora não comprovou o requisito da miserabilidade.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510862-81.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ADAILTON TAVARES LISBOA
PROC./ADV.: NELSON GONÇALVES MACEDO MAGALHÃES OAB: CE 16650
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram que a parte autora não comprovou o requisito da miserabilidade.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505138-62.2014.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: GILVANIA MARQUES DE FREITAS
PROC./ADV.: IGOR BRUNO QUESADO ALENCAR OAB: CE 18937
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram que a parte autora não comprovou o requisito da miserabilidade.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001273-30.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: EDIO CORDEIRO
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCO ZIMMERMANN OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de averbação como especial e conversão em tempo comum de período laborado com exposição ao agente nocivo ruído.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse das provas dos autos e já realizada a complementação da prova pericial produzida, decidiram que não há comprovação de exercício de atividade especial a partir de 05/03/1997.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5001292-36.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: NELSON VIEIRA
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCIO ZIMMERMANN OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de averbação como especial e conversão em tempo comum de período laborado com exposição ao agente nocivo ruído.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse das provas dos autos e já realizada a complementação da prova pericial produzida, decidiram que não há comprovação de exercício de atividade especial a partir de 05/03/1997.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504397-22.2014.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CÍCERO FERNANDES DE BRITO
PROC./ADV.: DJACI DO NASCIMENTO SILVA OAB: CE 13014
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram que a parte autora não comprovou o requisito da miserabilidade.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003599-21.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTÔNIO CARLOS GRUNER BESSA
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCIO ZIMMERMANN OAB: SC-12855

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de averbação como especial e conversão em tempo comum de período laborado com exposição ao agente nocivo ruído.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse das provas dos autos e já realizada a complementação da prova pericial produzida, decidiram que não há comprovação de exercício de atividade especial a partir de 05/03/1997.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002110-56.2011.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: VALDECIR ROSA
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCIO ZIMMERMANN OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de averbação como especial e conversão em tempo comum de período laborado com exposição ao agente nocivo ruído.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse das provas dos autos e já realizada a complementação da prova pericial produzida, decidiram que não há comprovação de exercício de atividade especial a partir de 05/03/1997.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001282-89.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: CLAUDIONIR ORLANDO DA CRUZ
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCIO ZIMMERMANN OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de averbação como especial e conversão em tempo comum de período laborado com exposição ao agente nocivo ruído.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse das provas dos autos e já realizada a complementação da prova pericial produzida, decidiram que não há comprovação de exercício de atividade especial a partir de 05/03/1997.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001486-70.2012.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: PAULO MULLER INTHURN
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCIO ZIMMERMANN OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de averbação como especial e conversão em tempo comum de período laborado com exposição ao agente nocivo ruído.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse das provas dos autos e já realizada a complementação da prova pericial produzida, decidiram que não há comprovação de exercício de atividade especial a partir de 05/03/1997.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002117-48.2011.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JOSE CASTILHO DA COSTA
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCIO ZIMMERMANN OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de averbação como especial e conversão em tempo comum de período laborado com exposição ao agente nocivo ruído.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse das provas dos autos e já realizada a complementação da prova pericial produzida, decidiram que não há comprovação de exercício de atividade especial a partir de 05/03/1997.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0515102-22.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO DE ASSIS DE SOUSA ALENCAR
PROC./ADV.: MARCILIO LELIS PRATA OAB: CE 24.530
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram que a parte autora não comprovou o requisito da miserabilidade.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0516225-21.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA BENAVENUTO BEZERRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram que a parte autora não comprovou o requisito da miserabilidade.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0503985-97.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LINDALVA ALMEIDA DA SILVA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS M. PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou benefício assistencial.
Decido.
O aresto proferido na origem determinou que "a parte autora não possui obstrução de sua plena e efetiva participação na sociedade, podendo realizar atividades laborais, a sua incapacidade não impede de se relacionar com as outras pessoas. O que não implica dizer que no futuro, eventual progressão da doença venha acarretar o impedimento necessário à concessão do benefício assistencial, caso efetivamente constatada a condição de miserabilidade necessária a propiciar a sua concessão"
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505393-57.2013.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: GILVAN DA SILVA RIBEIRO
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS M. PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou benefício assistencial.
Decido.
O aresto proferido na origem determinou que "e em consonância com o laudo pericial de anexo 16, constata-se que a doença que acometia a parte autora foi fratura em antebraço e perna no ano de 2006, já estando consolidada. É ressaltado, também, que o postulante recebeu auxílio-doença no período em que ficou incapacitado, não existindo mais qualquer impedimento do postulante ao labor"
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507071-70.2014.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ADIEL DO NASCIMENTO ASSIS
PROC./ADV.: ANTONIO GERALDO LEITEOAB: CE 11.873
PROC./ADV.: WALLYSSON RODRIGUES GONÇALVESOAB: CE 24.394
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram que a parte autora não comprovou o requisito da incapacidade.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0522690-80.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS M. PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou benefício assistencial.
Decido.
O aresto proferido na origem fixou a inexistência de direito ao benefício pleiteado.
Confira-se: "Entendo, com amparo na perícia judicial realizada, não merecer acolhida a pretensão exposta na inicial, haja vista que o laudo pericial é conclusivo quanto à inexistência de impedimento que possa obstruir sua capacidade plena e efetiva de participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, senão vejamos: "A parte encontra-se apta para realizar atividades laborativas de leve a moderado esforço físico sem excessiva deambulação, capazes de manter a sua subsistência".
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0519458-60.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DO SOCORRO PEREIRA PRADO
PROC./ADV.: CÍCERO MÁRIO DUARTE PEREIRAOAB: CE 12.564
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram que a parte autora não comprovou o requisito da incapacidade.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504103-73.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIA PEREIRA DE ARAUJO
PROC./ADV.: MARCILIO LELIS PRATA OAB: CE-24 530
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou benefício assistencial.
Decido.
O aresto proferido na origem fixou a inexistência de direito ao benefício pleiteado.
Confira-se: "Analisando atentamente a sentença recorrida, constata-se que o Juízo a quo formou seu convencimento à luz de uma análise adequada dos fatos, aplicando corretamente as normas de regência, inclusive, tendo apreciado os requisitos de concessão advindos da recente legislação (Leis nº.s 12.435, de 06.07.2011, e 12.470, de 31.08.2011)"
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501584-28.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: NÁDIA MICHELE MATOS LOIOLA
PROC./ADV.: MARCILIO LELIS PRATA OAB: CE-24 530
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou benefício assistencial.
Decido.
O aresto proferido na origem fixou a inexistência de direito ao benefício pleiteado.
Confira-se: "No caso vertente, porém, o que se observa é que as conclusões periciais se apresentam como coerentes e devidamente fundamentadas, nada havendo nestes autos que justifique o não acolhimento destas pelo Juízo a quo, que nelas acertadamente se apoiou. Isto porque o perito foi enfático ao asseverar que "a enfermidade que acomete a autora não gera impedimento de qualquer natureza"
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001288-96.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JACKSON FURTADO
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCIO ZIMMERMANN OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de averbação como especial e conversão em tempo comum de período laborado com exposição ao agente nocivo ruído.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse das provas dos autos e já realizada a complementação da prova pericial produzida, decidiram que não há comprovação de exercício de atividade especial a partir de 05/03/1997.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002134-84.2011.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: AROLDO TURIBIO DA SILVA
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCIO ZIMMERMANN OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de averbação como especial e conversão em tempo comum de período laborado com exposição ao agente nocivo ruído.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse das provas dos autos e já realizada a complementação da prova pericial produzida, decidiram que não há comprovação de exercício de atividade especial a partir de 05/03/1997.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5006191-48.2011.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: CALIXTO DA CONCEIÇÃO
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCIO ZIMMERMANN OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de averbação como especial e conversão em tempo comum de período laborado com exposição ao agente nocivo ruído.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse das provas dos autos e já realizada a complementação da prova pericial produzida, decidiram que não há comprovação de exercício de atividade especial a partir de 05/03/1997.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001286-29.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MARIO SERGIO RODRIGUES
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCIO ZIMMERMANN OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de averbação como especial e conversão em tempo comum de período laborado com exposição ao agente nocivo ruído.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse das provas dos autos e já realizada a complementação da prova pericial produzida, decidiram que não há comprovação de exercício de atividade especial a partir de 05/03/1997.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001293-21.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: VILMAR OLIMPIO DUARTE
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCIO ZIMMERMANN OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de averbação como especial e conversão em tempo comum de período laborado com exposição ao agente nocivo ruído.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse das provas dos autos e já realizada a complementação da prova pericial produzida, decidiram que não há comprovação de exercício de atividade especial a partir de 05/03/1997.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506805-94.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA ALVANI DA SILVA DE SOUSA
PROC./ADV.: MARCILIO LELIS PRATA OAB: CE-24 530
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que não acolheu a tese de início do benefício no DIB pleiteado.
Decido.
No caso dos autos, a tese recursal não foi devidamente analisada na origem.
Aplica-se na hipótese a Questão de Ordem 10 da TNU, segundo a qual "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido."
Assim, incide, à espécie, a Questão de Ordem 22 da TNU: "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
Ademais, pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001990-13.2011.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: PAULO ANTÔNIO CABRAL
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCIO ZIMMERMANN OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de averbação como especial e conversão em tempo comum de período laborado com exposição ao agente nocivo ruído.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse das provas dos autos e já realizada a complementação da prova pericial produzida, decidiram que não há comprovação de exercício de atividade especial a partir de 05/03/1997.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003710-15.2011.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JOSÉ PAULINO
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCIO ZIMMERMANN OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de averbação como especial e conversão em tempo comum de período laborado com exposição ao agente nocivo ruído.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse das provas dos autos e já realizada a complementação da prova pericial produzida, decidiram que não há comprovação de exercício de atividade especial a partir de 05/03/1997.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001300-13.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JOÃO BATISTA DOS SANTOS
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCIO ZIMMERMANN OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de averbação como especial e conversão em tempo comum de período laborado com exposição ao agente nocivo ruído.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse das provas dos autos e já realizada a complementação da prova pericial produzida, decidiram que não há comprovação de exercício de atividade especial a partir de 05/03/1997.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5007458-55.2011.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FRANCISCO NORBERTO DE SOUZA
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCIO ZIMMERMANN OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de averbação como especial e conversão em tempo comum de período laborado com exposição ao agente nocivo ruído.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse das provas dos autos e já realizada a complementação da prova pericial produzida, decidiram que não há comprovação de exercício de atividade especial a partir de 05/03/1997.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5001294-06.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: RENATO LEAL
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCIO ZIMMERMANN OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de averbação como especial e conversão em tempo comum de período laborado com exposição ao agente nocivo ruído.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse das provas dos autos e já realizada a complementação da prova pericial produzida, decidiram que não há comprovação de exercício de atividade especial a partir de 05/03/1997.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003714-52.2011.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: EDSON DA SILVA
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCIO ZIMMERMANN OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de averbação como especial e conversão em tempo comum de período laborado com exposição ao agente nocivo ruído.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse das provas dos autos e já realizada a complementação da prova pericial produzida, decidiram que não há comprovação de exercício de atividade especial a partir de 05/03/1997.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5007848-25.2011.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JOÃO LUIZ DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCIO ZIMMERMANN OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de averbação como especial e conversão em tempo comum de período laborado com exposição ao agente nocivo ruído.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse das provas dos autos e já realizada a complementação da prova pericial produzida, decidiram que não há comprovação de exercício de atividade especial a partir de 05/03/1997.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509130-37.2014.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOÃO PAULINO DA SILVA
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou benefício assistencial.
A parte requerente entende que tem direito ao LOAS.
Decido.
O acórdão exarado na origem entendeu por negar o benefício pleiteado.
Confira-se: No caso em espécie, o laudo pericial, elaborado por médico de confiança deste juízo e eqüidistante do interesse das partes, foi conclusivo no sentido que: Consta em relatório de história de traumatismo craniano, tendo sido realizada neurocirurgia para retirada de corpo estranho frontal direito. O exame físico não demonstrou sequelas da enfermidade relatada e houve tentativa de simulação de sintomas clínicos pelo autor. A tomografia de coluna mostra canal vertebral preservado. O autor toma medicação anticonvulsivante como profilaxia para convulsão pós-traumática. O exame físico não demonstrou sequelas da enfermidade relatada e houve tentativa de simulação de sintomas clínicos pelo autor. A tomografia de coluna mostra canal vertebral preservado. O autor toma medicação anticonvulsivante como profilaxia para convulsão pós-traumática.
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001277-67.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: NAILTON DANIEL BATISTA
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCIO ZIMMERMANN OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de averbação como especial e conversão em tempo comum de período laborado com exposição ao agente nocivo ruído.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse das provas dos autos e já realizada a complementação da prova pericial produzida, decidiram que não há comprovação de exercício de atividade especial a partir de 05/03/1997.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001290-66.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: PAULO CESAR ADAO
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCIO ZIMMERMANN OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de averbação como especial e conversão em tempo comum de período laborado com exposição ao agente nocivo ruído.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse das provas dos autos e já realizada a complementação da prova pericial produzida, decidiram que não há comprovação de exercício de atividade especial a partir de 05/03/1997.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001296-73.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: GARIBALDI FURTADO FILHO
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCIO ZIMMERMANN OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de averbação como especial e conversão em tempo comum de período laborado com exposição ao agente nocivo ruído.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse das provas dos autos e já realizada a complementação da prova pericial produzida, decidiram que não há comprovação de exercício de atividade especial a partir de 05/03/1997.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003719-74.2011.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ARLINDO AMARO VICENTE
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCIO ZIMMERMANN OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de averbação como especial e conversão em tempo comum de período laborado com exposição ao agente nocivo ruído.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse das provas dos autos e já realizada a complementação da prova pericial produzida, decidiram que não há comprovação de exercício de atividade especial a partir de 05/03/1997.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5006220-64.2012.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JUVENAL EVALDO MAFRA
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCIO ZIMMERMANN OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de averbação como especial e conversão em tempo comum de período laborado com exposição ao agente nocivo ruído.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse das provas dos autos e já realizada a complementação da prova pericial produzida, decidiram que não há comprovação de exercício de atividade especial a partir de 05/03/1997.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001283-74.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ADEMIR AGENOR DOS SANTOS
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCIO ZIMMERMANN OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de averbação como especial e conversão em tempo comum de período laborado com exposição ao agente nocivo ruído.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse das provas dos autos e já realizada a complementação da prova pericial produzida, decidiram que não há comprovação de exercício de atividade especial a partir de 05/03/1997.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002163-37.2011.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: EDSON JAMIL GAMA
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCIO ZIMMERMANN OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de averbação como especial e conversão em tempo comum de período laborado com exposição ao agente nocivo ruído.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse das provas dos autos e já realizada a complementação da prova pericial produzida, decidiram que não há comprovação de exercício de atividade especial a partir de 05/03/1997.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5004204-74.2011.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: EWALDO FORBECI JUNIOR
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCIO ZIMMERMANN OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de averbação como especial e conversão em tempo comum de período laborado com exposição ao agente nocivo ruído.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse das provas dos autos e já realizada a complementação da prova pericial produzida, decidiram que não há comprovação de exercício de atividade especial a partir de 05/03/1997.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001466-79.2012.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: CARLOS AUGUSTO RUPP
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCIO ZIMMERMANN OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de averbação como especial e conversão em tempo comum de período laborado com exposição ao agente nocivo ruído.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse das provas dos autos e já realizada a complementação da prova pericial produzida, decidiram que não há comprovação de exercício de atividade especial a partir de 05/03/1997.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001774-18.2012.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JACI DO NASCIMENTO DA SILVA
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCIO ZIMMERMANN OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de averbação como especial e conversão em tempo comum de período laborado com exposição ao agente nocivo ruído.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse das provas dos autos e já realizada a complementação da prova pericial produzida, decidiram que não há comprovação de exercício de atividade especial a partir de 05/03/1997.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511096-76.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIO DUTRA DE SOUZA
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que reconheceu o direito de receber vencimentos nos termos buscados na exordial.
Decido.
Os dois precedentes trazidos como paradigma não analisam especificamente a matéria dos autos, o que impede a análise de eventual dissonância interpretativa.
Assim, incide, à espécie, a Questão de Ordem 22 da TNU: "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511104-53.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALDEMIR JOSÉ DE ALBUQUERQUE
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que reconheceu o direito de receber vencimentos nos termos buscados na exordial.
Decido.
Os dois precedentes trazidos como paradigma não analisam especificamente a matéria dos autos, o que impede a análise de eventual dissonância interpretativa.
Assim, incide, à espécie, a Questão de Ordem 22 da TNU: "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506491-42.2011.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ANTONIA CLAUDIA FERREIRA PIRES
PROC./ADV.: FABRICIO PINTO DE NEGREIROSOAB: CE 24.492

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou procedente o recurso inominado da parte autora para,.
Sustenta a autarquia divergência de entendimento com julgado desta TNU, no sentido de que não há fundamentação do acórdão recorrido, devendo ser anulado.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
De início, a análise acerca da tese de nulidade do acórdão encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
Além do mais, a instância ordinária entendeu que, verificada a incapacidade parcial, deve ser anulada a sentença para que sejam analisadas as condições pessoais da parte autora.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505013-73.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: CLEBIA BEZERRA DA SILVA
PROC./ADV.: TATIELY CORTES TEIXEIRA OAB: RN-9002
PROC./ADV.: ANDREIA DE ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-419
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou o direito ao recebimento de indenização ante o retardo de sua nomeação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Decido.
O paradigma do STJ colacionado não cuida especificamente de direito a indenização, não havendo como se analisar eventual divergência jurisprudencial.
Assim, incide, à espécie, a Questão de Ordem 22 da TNU: "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
Ademais, o aresto está em consonância com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0519074-41.2011.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA ESTELA HOLANDA CAMPELO
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou concedeu o direito de recebimento dos valores pleiteados na exordial.
Decido.
Os paradigmas do STJ colacionados não cuidam especificamente da matéria trazida nos autos, em que restou consignada a aposentadoria sob a égide do artigo 192, I, da Lei 8.112/90, não havendo como se analisar eventual divergência jurisprudencial.
Assim, incide, à espécie, a Questão de Ordem 22 da TNU: "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0514174-10.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FERNANDA WANDERLEY DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ANDREIA DE ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-419
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou averbação de tempo de serviço especial.
Decido.
O aresto exarado na origem toma por base o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal, no Mandado de Injunção nº 1.508/DF.
Esse ponto não foi devidamente abordado na peça recursal.
Observo que as razões trazidas no agravo não combateram especificamente os fundamentos ofertados na decisão que inadmitiu o incidente de uniformização.
Incide, por analogia, a Questão de Ordem 18/TNU, que dispõe: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
No mesmo sentido, cabe aplicar, por analogia, os enunciados 182/STJ e 283/STF.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503952-85.2011.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS FERNANDES
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou pleito de majoração do RMI.
Decido.
A lide foi solvida com a seguinte fundamentação: 'In casu a aposentadoria da instituidor foi concedida em 31 de julho de 1995, não incidindo a correção pleiteada, porque, consoante anexo 10, o mês de fevereiro de 1994 não integra o período base para cálculo do salário de benefício que ensejou a RMI (benefícios concedidos entre março de 1994 e fevereiro de 1997), razão pela qual a parte autora não faz jus à revisão pleiteada".
A pretensão de alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, as Súmulas 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508793-21.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO XAVIER
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou pleito de conversão de tempo especial.
Decido.
A matéria trazida ao debate não foi analisada na origem.
Aplica-se na hipótese a Questão de Ordem 10 da TNU, segundo a qual "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido."
Ademais, o fundamento de anterior concessão do provimento pleiteado não foi objeto de exame na peça do incidente.
Incide, por analogia, a Questão de Ordem 18/TNU, que dispõe: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509165-25.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA MIRIAN DA SILVA
PROC./ADV.: NELSON GONÇALVES MACEDO MAGALHÃE-SOAB: 16650
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram que a parte autora não comprovou o requisito da incapacidade.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0520218-79.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARLENE GOUVEIA GALVÃO
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que entendeu pela correta revisão de pensão por morte.
Decido.
A matéria acerca da incapacidade não foi trazida ao debate não foi analisada na origem.
Aplica-se na hipótese a Questão de Ordem 10 da TNU, segundo a qual "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502136-09.2013.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANA KELLY FELICIANO DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO-OAB: CE 12.049
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram que a parte autora não comprovou o requisito da miserabilidade.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510602-10.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ROCIDÉLIA PEREIRA GOMES
PROC./ADV.: ADAUDETE PIRES DUARTEOAB: CE 18.290
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram que a parte autora não comprovou o requisito da incapacidade.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509275-66.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LILIAN REZENDE DE LUCENA MARINHO
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou pleito de conversão de tempo especial
Decido.
A Corte de origem assim decidiu a lide: "No caso dos autos, a autora pretende ver reconhecida como insalubre a atividade de nutricionista prestada no período de 25/05/1983 a 18/12/1991 para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, portanto, dentro do período admitido pela Suprema Corte. Ocorre que no relatório analítico de previsão de aposentadoria emitido pela UFRN (anexos 6/7 e 14), o qual a autora invoca como prova, há o reconhecimento do tempo de serviço especial e sua conversão em tempo de serviço comum. Ao recorrer, a autora tece considerações genéricas, sem detalhar mediante planilha demonstrativa em qual ponto está errado o referido relatório, já que existiram períodos de licença-prêmio sobre os quais nada mencionou. Por essa razão, inexiste interesse de agir com relação ao pleito de conversão de tempo de serviço especial em comum. Com referência ao abono de permanência, a peça recursal sofre de igual equívoco, ao não demonstrar, por intermédio de planilha, o preenchimento dos requisitos da aposentadoria voluntária"
Os paradigmas não cuidam dessa situação específica que serviu de fundamento do aresto proferido na origem.
Aplica-se na hipótese a Questão de Ordem 10 da TNU, segundo a qual "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido."
Incide, assim, a Questão de Ordem 18/TNU, que dispõe: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0518111-96.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DE FATIMA DANTAS
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que negou pleito de recebimento de diferenças a título de 'vencimento básico complementar', supostamente pagas a menor no período compreendido entre janeiro de 2006 e março de 2010.
Decido.
Os paradigmas não cuidam dessa situação específica que serviu de fundamento do aresto proferido na origem.
Aplica-se na hipótese a Questão de Ordem 10 da TNU, segundo a qual "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511593-22.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: GLEIDER MARIA DE MENEZES COSTA
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que não acolheu o pleito de progressão funcional nos termos pleiteados nos autos.
Decido.
O aresto trouxe a seguinte fundamentação: Com efeito, conforme já exposto, para a progressão para classe de Professor, além do requisito temporal, exige-se o título de Doutor ou Livre-docente. Assim, a despeito dos 18 anos laborados na Classe de Professor Adjunto IV pela parte autora, a titulação necessária à progressão somente foi obtida em setembro de 2011"
Os paradigmas não cuidam da situação específica dos autos que serviu de fundamento do aresto proferido na origem.
Aplica-se na hipótese a Questão de Ordem 10 da TNU, segundo a qual "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido."
Incide, assim, a Questão de Ordem 18/TNU, que dispõe: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511083-77.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GERUSA SOTERO DA CUNHA
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que concedeu o direito de recebimento dos valores pleiteados na exordial.
Decido.
Os paradigmas do STJ colacionados não cuidam especificamente da matéria trazida nos autos, em que restou consignada a aposentadoria sob a égide do artigo 192, I, da Lei 8.112/90, não havendo como se analisar eventual divergência jurisprudencial.
Assim, incide, à espécie, a Questão de Ordem 22 da TNU: "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503344-22.2013.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ ALBINO FURTADO
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇAOAB: CE 9340
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram que a parte autora não comprovou o requisito da incapacidade.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510297-33.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALBERTO PINHEIRO DE MEDEIROS
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão que concedeu o direito de recebimento dos valores pleiteados na exordial.
Decido.
Os paradigmas do STJ colacionados não cuidam especificamente da matéria trazida nos autos, em que restou consignada a aposentadoria sob a égide do artigo 192, I, da Lei 8.112/90, não havendo como se analisar eventual divergência jurisprudencial.
Assim, incide, à espécie, a Questão de Ordem 22 da TNU: "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0523028-54.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ SINVAL DA SILVA
PROC./ADV.: MARIA DE JESUS P. ROSAOAB: CE 9024
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram que a parte autora não comprovou o requisito da miserabilidade.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0520028-80.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO DA SILVA BARBOSA
PROC./ADV.: WILGO CAVALCANTE FERREIRA OAB: CE 24360
PROC./ADV.: ÍTALO SÉRGIO ALVES BEZERRA OAB: CE 23.487
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que manteve a sentença extintiva do mérito em razão da ocorrência da decadência.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
A Turma Nacional de Uniformização havia pacificado o entendimento no sentido de que, "o direito à revisão do ato de indeferimento de benefício previdenciário ou assistencial sujeita-se ao prazo decadencial de dez anos." (Súmula 64/TNU).
Ocorre que, com vistas a dar uma melhor interpretação ao tema, a referida Súmula foi cancelada por essa Turma Nacional, que editou, posteriormente, a Súmula 81/TNU, no sentido de que "Não incide o prazo decadencial previsto no art. 103, caput, da Lei n. 8.213/91, nos casos de indeferimento e cessação de benefícios, bem como em relação às questões não apreciadas pela Administração no ato da concessão".
No mesmo sentido, o Supremo Tribunal Federal, através do RE 626.489/SE (DJe de 28/10/2013), firmou entendimento no seguinte sentido:
"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário. 2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. 3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência"
Destarte, incide, na hipótese, a Questão de Ordem 13/TNU, a qual dispõe, respectivamente, que: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506872-79.2013.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTÔNIO JARDIEL DA SILVA
PROC./ADV.: RAIMUNDO NONATO ARAÚJOOAB: CE 11410
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram que a parte autora não comprovou o requisito da incapacidade.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510063-04.2014.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO FERREIRA ALVES
PROC./ADV.: ANTONIO GERALDO LEITEOAB: CE 11873
PROC./ADV.: WALLYSSON RODRIGUES GONÇALVESOAB: CE 24394
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora, ao fundamento de que não foi comprovada a incapacidade da parte autora para o labor.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados desta TNU, no sentido de que a sua incapacidade deve ser verificada por médico especialista.
É o relatório.
O presente recurso não mercê prosperar.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para sua concessão (incapacidade).
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Além do mais, a TNU, no julgamento do PEDILEF 2009.72.50.004468-3, reafirmou o entendimento no sentido de que "A realização de perícia por médico especialista só é necessária em casos especialíssimos e maior complexidade, como, por exemplo, no caso de doença rara, o que não é o caso dos autos. Precedentes da TNU (PEDILEF 200872510048413, 200872510018627, 200872510031462)."
Incide, assim, a Questão de Ordem 13 da TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0519842-23.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): FRANCISCA FERREIRA BRAGA
PROC./ADV.: RAIMUNDO CRUZ PAIVA OAB: CE 21943
PROC./ADV.: RAIMUNDO IDELFONSO DE LIMA OAB: CE 20526
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que, reformando a sentença, acolheu o pedido de benefício assistencial à parte autora, sob o fundamento de que preencheu os requisitos legais para a sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias de origem, de posse do caderno fático-probatório dos autos e condições pessoais da parte, entenderam que o requisito da incapacidade laboral foi comprovado.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003228-33.2012.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MANOEL JOSÉ DE SOUZA
PROC./ADV.: CLAUDIO MARCIO ZIMMERMANN OAB: SC-12855
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, no qual se discute a possibilidade de averbação como especial e conversão em tempo comum de período laborado com exposição ao agente nocivo ruído.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias de origem, de posse das provas dos autos e já realizada a complementação da prova produzida, decidiram que não há comprovação de exercício de atividade especial a partir de 05/03/1997.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 26 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001284-95.2012.4.01.3803
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: AGUINALDO MARÇAL
PROC./ADV.: JOSÉ RODRIGUES DE QUEIROZ JÚNIOR OAB: MG-108317
PROC./ADV.: RODRIGO DE CASTRO BORGES OAB: MG-125107
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal da origem que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, em razão da ausência de incapacidade da parte autora para as atividades laborativas.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU e de Turmas Recursais de outras regiões, segundo a qual, para a concessão do benefício por incapacidade aos portadores do vírus HIV, é possível considerar outros pontos relativos ao caso concreto a fim de avaliar a existência da incapacidade.
É o relatório.
Razão assiste à parte agravante.
A TNU, por meio da Súmula 78, aprovada na Sessão do dia 11.9.2014, pacificou o entendimento no sentido de que, "Comprovado que o requerente de benefício é portador do vírus HIV, cabe ao julgador verificar as condições pessoais, sociais, econômicas e culturais, de forma a analisar a incapacidade em sentido amplo, em face da elevada estigmatização social da doença.".
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a análise das condições em comento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 15 de outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0052680-93.2011.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: MARIA RAIMUNDA PINTO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal da origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados desta TNU, no sentido de que restou comprovada a incapacidade para o trabalho. Aduz, ainda, nulidade da sentença a fim de que nova perícia seja realizada.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
De início, a análise acerca da tese de cerceamento de defesa encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam não haver comprovação da incapacidade da parte autora para o trabalho.
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 15 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001882-83.2011.4.01.3803
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: HELTON VINICIUS DE PAIVA AZEVEDO
PROC./ADV.: JOSÉ RODRIGUES DE QUEIROZ JÚNIOR OAB: MG-108317
PROC./ADV.: FABIANO DE PAULO ROSA OAB: MG-125345
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de origem que, reformando a sentença, acolheu o pedido inicial de benefício assistencial à parte autora a contar da data do ajuizamento da ação.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual o termo a quo do benefício em debate é a data do requerimento administrativo, uma vez que, na época, já havia preenchido os requisitos legais para a sua concessão.
É o relatório.
O presente recurso merece prosperar.
Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:
a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);
b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).
d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).
In casu, a Turma Recursal fixou a DIB do benefício na data do ajuizamento da ação (31.1.2011) "tendo em vista o longo período decorrido desde a data de entrada do requerimento (7.8.2008)", sem, no entanto, comprovar se, à data do requerimento administrativo, já haviam sido preenchidos os requisitos legais para a concessão do benefício.
Incide, à espécie, a Questão de Ordem 20/TNU, segundo a qual
Se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito. (Aprovada na 6ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 14.08.2006).
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 17, do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para adequação referente ao termo inicial do benefício.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.34.00.700563-4
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: JONAS SEVERINO DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora, sob o fundamento de que não fora preenchido o requisito legal da miserabilidade.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados da TNU, no sentido de que deveria ser desconsiderada a "aposentadoria no valor de um salário mínimo recebido pelo idoso (esposo da recorrente) no cômputo do critério objetivo de miserabilidade (1/4) descrito no art. 20, § 3º da Lei 8.742/93 c/c art.l 34. Parágrafo único, da Lei 8.742/93".
É o relatório.
A questão jurídica, objeto do presente recurso, encontra-se afetada à Primeira Seção da Corte Superior de Justiça, aguardando o julgamento do REsp 1355052/SP, de relatoria do Ministro Benedito Gonçalves.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.34.00.700396-0
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ANDRELINA LIMA
PROC./ADV.: CAIO A. R. DA SILVA PRADO OAB: DF-14962
PROC./ADV.: FLÁVIO QUEIROZ E OLIVEIRA OAB: DF-14962

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem que, confirmando a sentença, acolheu o pedido de concessão de benefício assistencial, com efeitos a partir da data do ajuizamento da ação.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados do STJ, que defere a concessão do benefício a partir da data do laudo pericial.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:
a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);
b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);
c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).
In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram que a data do início da incapacidade da parte autora ocorreu em momento anterior ao ajuizamento da ação, devendo esse ser o termo inicial do benefício. Irretocável, portanto, acórdão impugnado.
Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.34.00.700397-3
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: JOSE RODRIGUES SOARES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial à parte autora, sob o fundamento de que não fora preenchido o requisito legal da miserabilidade.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados da TNU, no sentido de que "não apenas o valor de benefício assistencial concedido ao idoso deve ser excluído para o cômputo da renda familiar com a finalidade de concessão de outro benefício assistencial, mas também o valor do benefício previdenciário no valor mínimo, pago ao idoso componente do núcleo familiar".
É o relatório.
A questão jurídica, objeto do presente recurso, encontra-se afetada à Primeira Seção da Corte Superior de Justiça, aguardando o julgamento do REsp 1355052/SP, submetido ao rito constante no art. 543-B do CPC, de relatoria do Ministro Benedito Gonçalves.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de Outubro de 2015.

MINISTRO OG FERNANDES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004242-32.2013.4.03.6303
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: LUIZ ROCHA
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão que inadmitiu o pedido de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU vigente à época.
Nas razões do agravo, sustenta a parte requerente, em síntese, que o incidente satisfaz os requisitos de admissibilidade necessários ao conhecimento da matéria pela TNU.
Requer, assim, o provimento do recurso.
É o relatório.
O presente recurso não comporta conhecimento.
Com efeito, a Resolução CJF 163, de 9/11/11, alterou a redação do art. 34 do RITNU (Resolução 22/08), afastando a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. Desse modo, o cabimento ficou restrito às decisões monocráticas do relator. Confira-se:
Art. 34. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto.
Insta salientar que a redação do referido dispositivo fora mantida, ipsis literis, pelo atual regimento interno (Resolução 345/2015), em seu art. 32.
Outrossim, conforme dispõe o art. 7º, § 1º, da Resolução 163/2011 (art. 16, §1º, do atual regimento interno - Resolução 345/2015), os julgados proferidos pelo presidente desta TNU são irrecorríveis.
Dessa forma, ante a aplicação imediata da norma superveniente, princípio geral norteador do direito intertemporal processual, deve-se, em matéria recursal, observar a legislação vigente ao tempo da publicação da decisão.
Nesse contexto, tendo a referida resolução sido publicada em 14/11/11, o seu texto é plenamente aplicável ao caso dos autos, uma vez que a publicação da decisão ora agravada ocorreu em data posterior.
Cumpre consignar, por fim, que o pedido de uniformização foi inadmitido em virtude do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade, o que torna inviável o seu exame.
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de setembro de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

ATOS ORDINATÓRIOS

Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas ao suscitado para contrarrazões ao Incidente de Uniformização dirigido ao Superior Tribunal de Justiça:
PROCESSO:0001840-49.2011.4.03.6302
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITANTE:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:PROCURADOR FEDERAL
SUSCITADO(A):IVONE PEREIRA
PROC./ADV.:MARLEI MAZOTI RUFINE
OAB:SP-200476
Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas ao recorrido para contrarrazões ao Recurso Extraordinário dirigido ao Supremo Tribunal Federal:
PROCESSO:0007591-80.2012.4.03.6302
ORIGEM:Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE:REGINA DE FÁTIMA DA SILVA
PROC./ADV.:DIEGO GONÇALVES DE ABREU
OAB:SP-228568
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 2.227, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, § 1º, inciso II, da Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015, combinado com o art. 4º da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, e considerando os procedimentos contidos na Portaria SOF/MP nº 15, de 28 de abril de 2015, resolve:

Art. 1º - Abrir ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, crédito suplementar no valor de R$ 6.085.000,00(Seis milhões e oitenta e cinco mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo 1º decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária do Órgão, no valor R$ 6.085.000,00(Seis milhões e oitenta e cinco mil reais), conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. GETÚLIO DE MORAES OLIVEIRA

ANEXO

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0567	Prestação Jurisdicional no Distrito Federal							5.600.000
		Atividades							
02 331	0567 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							1.150.000
02 331	0567 2010 0053	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100	1.150.000
02 331	0567 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							4.350.000
02 331	0567 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100	4.350.000
		Operações Especiais							
02 331	0567 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							100.000
02 331	0567 00M1 0053	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100	100.000
TOTAL - FISCAL									5.600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.600.000

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UNIDADE: 16103 - Justiça da Infância e da Juventude
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0567	Prestação Jurisdicional no Distrito Federal							485.000
		Atividades							
02 061	0567 4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal							485.000
02 061	0567 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal	F	4	2	90	0	100	485.000
TOTAL - FISCAL									485.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									485.000

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0567	Prestação Jurisdicional no Distrito Federal							5.600.000
		Atividades							
02 122	0567 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							5.600.000
02 122	0567 20TP 0053	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal	F	1	1	90	0	100	5.600.000
TOTAL - FISCAL									5.600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.600.000

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UNIDADE: 16103 - Justiça da Infância e da Juventude
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0567	Prestação Jurisdicional no Distrito Federal							485.000
		Atividades							
02 061	0567 4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal							485.000
02 061	0567 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal	F	3	2	90	0	100	485.000
TOTAL - FISCAL									485.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									485.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

RESOLUÇÃO Nº 500, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2015

Revoga, expressamente, a Resolução Cofen nº 197, de 19 de março de 1997, a qual dispõe sobre o estabelecimento e reconhecimento de Terapias Alternativas como especialidade e/ou qualificação do profissional de Enfermagem, e dá outras providências.

O Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012, e;

CONSIDERANDO que o Conselho Federal e os Conselhos Regionais são órgãos disciplinadores do exercício da profissão de enfermeiro e das demais profissões compreendidas nos serviços de enfermagem, conforme o disposto no art. 2º da Lei nº. 5.905, de 12 de julho de 1973;

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Federal baixar provimentos visando ao bom funcionamento dos Conselhos Regionais de Enfermagem, conforme dispõe o art. 8º, inciso IV, da Lei 5.905, de 12 de julho de 1973;

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Federal baixar Resoluções, Decisões e demais instrumentos legais no âmbito da Autarquia, conforme preceitua o art. 22, inciso X, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012;

CONSIDERANDO o mandado de intimação expedido pelo Juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal em 23 de novembro de 2015 e recebido pelo Cofen em 03 de dezembro de 2015, o qual determina ao Conselho Federal o cumprimento do Acórdão proferido nos autos do processo nº 5521-18.2015.4.01.3400, no prazo de 10 (dez) dias, no sentido de anular a Resolução Cofen nº 197/1997;

CONSIDERANDO os autos do PAD Cofen nº 806/2015;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Cofen em sua 472ª Reunião Ordinária; resolve:

Art. 1º Revogar a Resolução Cofen nº 197/1997, publicada no Diário Oficial da União nº 56, de 24/03/1997, pág. 117, seção 1, a qual dispõe sobre o estabelecimento e reconhecimento de Terapias Alternativas como especialidade e/ou qualificação do profissional de Enfermagem.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Dê-se ciência e publique-se.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente do Conselho

MARIA R. F. B. SAMPAIO
Primeira-Secretária

CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA DA 1ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 6, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2015

Processo Ético Profissional nº 001/15-A
Relator: Dr. José Eduardo Cavalcanti Teixeira
Denunciante: VISA de Sorocaba
Denunciado: Dr. Luiz Ricardo Scacalossi
Vistos, relatados e discutidos os autos deste Processo Ético Profissional nº001/15-A em que são partes os acima nomeados.

Acordam os Conselheiros do CRBM-1ª região, em Sessão Plenária de dois de dezembro de dois mil e quinze, por unanimidade, arquivar o caso e cancelar por ordem administrativa o registro do estabelecimento Bioanálises Análises Clínicas Especializadas Ltda.

JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI TEIXEIRA
Conselheiro Relator da Comissão de Ética

WILSON DE ALMEIDA SIQUEIRA
Presidente da Comissão de Ética

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 11 de dezembro de 2015

Tendo em vista o que consta do processo nº 134-15, ratifico a presente inexigibilidade de licitação, de acordo com o art. 25 da Lei nº 8.666-93, para remessa de correspondências, com valor de acordo com a tabela de preços e tarifas de serviços nacionais, vigente à época da prestação de serviços, mediante contrato a ser firmado com a ECT.

ANTONIO CARLOS DE CASTRO PALÁCIOS

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
ÓRGÃO ESPECIAL

ACÓRDÃO

RECURSO N. 49.0000.2014.000081-8/OEP. Recte: Osiris Renato Sant´Ana da Rosa. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal José Mário Porto Junior (PB). EMENTA N. 143/2015/OEP. Requerimento de Inscrição Principal. Ocupante de Cargo Público Concursado de Psicólogo, Classe A, lotado no Departamento Médico Legal- DML, estando o referido Órgão vinculado ao Instituto Geral de Perícia, o qual faz parte da Secretaria de Segurança Pública. Atividade indiretamente vinculada à atividade policial. Recurso desprovido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e negando provimento ao recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Rio Grande do Sul. Brasília, 20 de outubro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Wilson Jair Gerhard, Relator ad hoc. RECURSO N. 2007.32.00039-05/OEP (SGD: 49.0000.2012.003154-1/OEP). Assunto: Recurso. Prestação de contas do Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Exercício 2006. Rectes: Valmir Martins Batista OAB/RS 13195 e OAB/RJ 2027-A, Bráulio Dinarte da Silva Pinto OAB/RS 17260, Paulo Sérgio Mazzardo OAB/RS 24737 e José Flávio Rocha Silveira OAB/RS 9986. Recdo: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul (Presidente: Marcelo Machado Bertoluci OAB/RS 36581, Vice-Presidente: Luiz Eduardo Amaro Pellizzer OAB/RS 9164, Secretário-Geral: Ricardo Ferreira Breier OAB/RS 30165, Secretária-Geral Adjunta: Maria Cristina Carrion Vidal de Oliveira OAB/RS 15822 e Diretor-Tesoureiro: Luiz Henrique Cabanellos Schuh OAB/RS 18673). Interessada: Patrícia Jonara Badó dos Santos OAB/RS 42420. Relator: Conselheiro Federal Edilson Oliveira e Silva (PA). EMENTA N. 144/2015/OEP. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2006 DA OAB/RS. Contas Irregulares. Decisão recorrida unânime. Juiz Natural. Obediência ao Parágrafo 6º. do Art. 94, do Regulamento Geral da OAB. Inocorrência de violação ao Provimento n. 101/2003. Contas Irregulares. Rejeição. Reconhecido conhecido e improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e negando provimento ao recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Rio Grande do Sul. Brasília, 30 de novembro de 2015. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Edilson Oliveira e Silva, Relator. RECURSO N. 2011.08.04986-05/OEP (SGD: 49.0000.2013.003616-8). Recte: J.M.S.S. (Adv: Jocelda Maria da Silva Stefanello OAB/MT 3.031-B). Recdo: C.R.R. (Adv. Assist: Luiz Gonçalo da Silva OAB/MT 4265/O). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Relator: Conselheiro Federal Edilson Oliveira e Silva (PA). EMENTA N. 145/2015/OEP. Omissão ou retardamento do Advogado em prestar contas de valor de crédito reconhecido em Juízo. Representação. Prestação de contas realizada sem qualquer interferência ou intimação da OAB, em época muito anterior à intimação para defesa prévia em representação contra si formulada. Quitação firmada pelo representante. Aplicação do principio da boa fé e de presunção de inocência. A morosidade da Seccional em intimar o representado não pode agir contra o mesmo. Infração disciplinar não caracterizada. Pedido de desistência deve ser homologado e o processo arquivado se ocorre antes da intimação do representado. Vedada a inversão do principio do "In dúbio pro Réu". A não notificação de decisão proferida em julgamento viola o princípio da ampla defesa se sabido o novo endereço do representado. Nulidade não declarada por economia processual e ausência de prejuízo ao recorrente. Recurso conhecido e provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, conhecendo e dando provimento ao Recurso. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Edilson Oliveira e Silva, Relator. RECURSO N. 49.0000.2011.001141-0/OEP - ED. Embgte: E.M.J. (Adv: Edu Monteiro Junior OAB/SP 98688). Embgdo: Acórdão de fls. 441/444. Recte: E.M.J. (Adv: Edu Monteiro Junior OAB/SP 98688 e outros). Recdo: Cláudio Piergallini. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Wadih Nemer Damous Filho (RJ). EMENTA N. 146/2015/OEP. Embargos de Declaração ao Órgão Especial. Designação de sessão de julgamento para dia de domingo. Nulidade. Incidência do art. 797 do Código de Processo Penal. Nulidade afastada. 1) Os órgãos colegiados do Conselho Federal reúnem-se ordinariamente nos meses de fevereiro a dezembro de cada ano, em sua sede no Distrito Federal, nas datas fixadas pela Diretoria (art. 91 do Regulamento Geral). Nos procedimentos administrativos na Ordem só se aplicará às regras de outra legislação, caso não haja disposição acerca do assunto, o que não é o caso dos autos. Julgamento realizado em data diversa daquela para o qual o embargante fora notificado. Possibilidade. 2) Processo adiado face a sobrecarga de processos. Não houve qualquer prejuízo ao recorrente, pois já havia pedido de adiamento da sessão por parte do mesmo. Publicação anterior já alertava a possibilidade do não julgamento. Informativo na publicação de que "Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamento das sessões seguintes, sem nova publicação". Precedentes. 3) Embargos conhecidos e rejeitados. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, conhecendo e rejeitando os embargos de declaração. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Sérgio Fisher, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2011.005602-7/OEP - ED. Embgte: P.H.F.B. (Adv: Paulo Henrique Ferreira Bibries OAB/SP 149025). Embgdo: Acórdão de fls. 202/206. Recte: P.H.F.B. (Adv: Paulo Henrique Ferreira Bibries OAB/SP 149025). Recdo: Carlos Alberto dos Santos. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Edilson Oliveira e Silva (PA). EMENTA N. 147/2015/OEP. Embargos de declaração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material. Decisão devidamente fundamentada. Não conhecimento. 1) Os embargos de declaração são cabíveis somente nas hipóteses de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material contidas no acórdão embargado. 2) Não há que se falar em violação aos artigos 619 do Código de Processo Penal, 535 do Código de Processo Civil e 138 do Regulamento Geral do Estatuto na hipótese em que a decisão embargada utiliza fundamentação suficiente para solucionar a controvérsia, sem incorrer nos referidos vícios, ainda mais quando constatado que a pretensão do embargante é exclusivamente tumultuar o regular trâmite processual. 3) Embargos de declaração não conhecidos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, não conhecendo dos embargos de declaração. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Edilson Oliveira e Silva, Relator. RECURSO 49.0000.2012.001725-3/OEP. Recte: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Recdos: Regina Rappaport, Surika Rappaport, E.V. e S.A. (Advs: Adilson Guerche OAB/SP 130505, Eugênio Vago OAB/SP 67010, Cristiane Pimentel Morgado OAB/SP 143922, Saul Anusiewicz OAB/SP 28479 e Neila Diniz de Vasconcelos OAB/SP 195098). Relator: Conselheiro Federal Florindo Silvestre Poersch (AC). Redistribuído: Conselheiro Federal José Guilherme Carvalho Zagallo (MA). EMENTA N. 148/2015/OEP. RECURSO AO ÓRGÃO ESPECIAL. DECISÃO UNÂNIME DA PRIMEIRA TURMA DA SEGUNDA CÂMARA. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE ABSOLUTA DO JULGAMENTO PROFERIDO PELA QUARTA CÂMARA DA OAB/SP. PRESENÇA DE MEMBROS NÃO CONSELHEIROS. NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO FACE A INTEMPESTIVIDADE. VOTO DIVERGENTE RECONHECEU A TEMPESTIVIDADE DO RECURSO E DETERMINOU O JULGAMENTO DO MÉRITO. 1) A Seccional não estava obrigada a ratificar suas razões recursais após a republicação de decisão. Intempestividade superada. Presença de membros não Conselheiros no julgamento das Câmaras Recursais. Mérito apreciado. 2) O julgamento da Primeira Turma se deu quando da vigência da Súmula n. 01/2007. Portanto, não há que se falar em nulidade do julgamento proferido em primeira instância. O Conselho Federal já decidiu, quando da análise do Recurso n. 49.0000.2012.006736-0/OEP, pela inexistência de nulidade no julgamento realizado por advogado não-Conselheiro, designado nos termos do Regimento Interno do Conselho Seccional. 3) Recurso conhecido e provido para afastar qualquer nulidade na decisão proferida pelo Conselho Seccional de São Paulo, que deve ser restabelecida, mantendo o arquivamento da representação. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, conhecendo e dando provimento ao recurso interposto. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Pedro Paulo Guerra de Medeiros, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2012.002391-0/OEP. Recte: R.C.B. (Adv: Ricardo Ceccon Barreiros OAB/PR 17544). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Miguel Ângelo Sampaio Cançado (GO). EMENTA N. 149/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Segunda Turma. Alega tempestividade do recurso interposto junto a Seccional, bem como ausência de descrição do fato imputável. Alegações já apreciadas. 1) Argumentos devidamente analisados pelas instâncias de origem, cujos votos acompanho na íntegra. Argui nulidade nas intimações recebidas. Nulidade afastada. 2) Não alegou no momento oportuno, e não houve qualquer prejuízo ao representado. Argumenta pelo reconhecimento da prescrição prevista no art. 43, do EAOB. Argumentação afastada. 3) Não decorreu prazo superior a 05 anos entre o protocolo da representação (05.03.2007) e primeira decisão condenatória recorrível de órgão julgador da OAB (26.08.2009), nem o processo permaneceu paralisado por mais de três anos pendente de decisão. Insiste na apreciação do mérito recursal. Impossibilidade. Recurso intempestivo na Seccional. 4) Não cabe a este Órgão Especial, adentrar na matéria de fundo, sob pena de incorrer em supressão de instância, uma vez que a Seccional não analisou tais argumentos. Precedentes. 5) Recurso conhecido e improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, conhecendo e negando provimento ao recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Pedro Paulo Guerra de Medeiros, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2012.002639-0/OEP. Recte: V.D.I. (Adv: José Antônio Carvalho OAB/SP 53981). Recdos: Despacho de fls. 473 do Presidente do Órgão Especial e Maria Aparecida da Silva (Adv: Elaine Dias Guazzelli Vidal OAB/SP 80518). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Wadih Nemer Damous Filho (RJ). EMENTA N. 150/2015/OEP. Recurso ao Conselho Federal. Preliminar. Parecer elaborado por assessor do Presidente do TED XI. Nulidade procedimental. 1) Flagrante a irregularidade consubstanciada no parecer preliminar ter sido firmado por assessor da presidência do TED, que não restou assinado conjuntamente por relator devidamente designado, em afronta ao art. 73 do EAOAB, impõe-se a nulidade processual. Reconhecimento de prescrição, de ofício. 2) Atos processuais posteriores à decretação de nulidade hão de ser reputados como inexistentes, não surtindo efeitos jurídicos, inclusive para contagem do prazo prescricional, conforme assente a jurisprudência deste CFOAB. Restaurada a última decisão condenatória, e decorrendo lapso temporal superior a 5 (cinco) anos entre a última decisão condenatória válida e o presente julgamento, há que ser reconhecida a prescrição da pretensão punitiva. 3) Recurso conhecido e provido para acolher a preliminar de nulidade processual e, de ofício, reconhecer a prescrição da pretensão punitiva. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, conhecendo e dando provimento ao recurso. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Sérgio Eduardo Fisher, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2012.003696-1/OEP - ED. Embgte: G.P.M. (Adv: Giovani Pires de Macedo OAB/PR 22675). Embgdo: Acórdão de fls. 396/403. Recte: G.P.M. (Adv: Giovani Pires de Macedo OAB/PR 22675). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Gedeon Batista Pitaluga Júnior (TO). EMENTA N. 151/2015/OEP. Embargos de declaração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material. Decisão devidamente fundamentada. Não conhecimento. 1) Os embargos de declaração são cabíveis somente nas hipóteses de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material contidas no acórdão embargado. 2) A mera reiteração de tese recursal já apreciada pela decisão recorrida, qual seja, acórdão da Primeira Turma da Segunda Câmara, não faz com que a decisão ora embargada incida nos vícios que autorizem a oposição de embargos de declaração. 3) Embargos não conhecidos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo dos embargos de declaração. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Gedeon Batista Pitaluga Júnior, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.004239-8/OEP - ED. Embgte: L.F.C.M. (Adv: Luiz Antônio de Oliveira Mello OAB/SP 145142). Embgdo: Acórdão de fls. 410/413. Recte: L.F.C.M. (Adv: Luiz Antônio de Oliveira Mello OAB/SP 145142). Recdos: Arinez Wagner e Ignez Wagner (Adv: Paulo Ricardo de Divitiis OAB/SP 84813). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Miguel Ângelo Cançado (GO). EMENTA N. 152/2015/OEP. Embargos de divergência ao Órgão Especial. Não conhecido. Novos embargos de declaração. Alega contradição na ementa n. 146/2014. Inocorrência. 1) A parte da ementa n. 146/2014 no qual cita "Recurso ao órgão Especial. Conhecido e negado provimento, à unanimidade" refere-se ao recurso anterior de fls. 385/388, em que este colegiado conhece e nega provimento ao recurso, e não aos embargos de divergência julgado às fls. 413. É normal nas ementas do CFOAB fazer-se referência à decisão do julgamento anterior para que os Conselheiros tenham ciência de como restou decidido. Logo após esta colocação vem a citação no novo recurso - no caso, os embargos de divergência, e o que foi decidido. 2) Embargos conhecidos e rejeitados. Acórdão:

IMPRENSA NACIONAL DOU

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, conhecendo e rejeitando os embargos de declaração. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Pedro Paulo Guerra de Medeiros, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2012.004364-3/OEP - ED. Embgte: L.C.S. (Adv: Jose Ratto Filho OAB/SP 38627). Embgdo: Acórdão de fls. 480/486. Recte: L.C.S. (Adv: Jose Ratto Filho OAB/SP 38627). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Miguel Ângelo Cançado (GO). EMENTA N. 153/2015/OEP. Embargos de declaração. Intempestividade. Não conhecimento. Prescrição. Inexistência. Anulação de decisões por este Conselho Federal, com determinação de retorno dos autos para realização de novo julgamento por Conselho Seccional não podem ser considerada como inércia processual a configurar a prescrição intercorrente. Embargos de declaração opostos após o prazo legal de 15 (quinze) dias da publicação da decisão embargada não podem ser conhecidos em razão de sua intempestividade. Embargos de declaração não conhecidos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo dos embargos de declaração. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Pedro Paulo Guerra de Medeiros, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2012.004365-0/OEP - ED. Embgte: J.K. (Adv: André Gustavo Sales Damiani OAB/SP 154782). Embgdo: Acórdão de fls. 795/800. Recte: J.K. (Adv: André Gustavo Sales Damiani OAB/SP 154782). Recda: Celma Antonia Carvalho Garcia (Adv: Gisele Zaarour OAB/SP 98608). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Mário Roberto Pereira de Araújo (PI). EMENTA N. 154/2015/OEP. Embargos de declaração. Reiteração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada. Oposição de novos embargos com caráter meramente protelatório. Evidente pretensão de postergar o trânsito em julgado de decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina e início da execução da sanção disciplinar imposta. Manifesto intuito procrastinatório. Conduta processual reiteradamente repelida por este Conselho Federal. Abuso do direito de recorrer. Determinação de baixa dos autos para início do cumprimento da sanção disciplinar imposta, concomitante com a publicação do acórdão. Determinação de certificação do trânsito em julgado da decisão embargada. Possibilidade. Abuso do direito de recorrer que não pode se tornar óbice à efetividade e autoridade das decisões proferidas por este Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Não conhecimento dos embargos de declaração. Determinação de devolução de qualquer manifestação posterior ao Conselho Seccional de origem, para que analise a sua pertinência, já em sede de execução da sanção disciplinar. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo dos embargos de declaração. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Mário Roberto Pereira de Araújo, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.004696-5/OEP - ED. Embgte: M.I.G. (Advs: Cristiane Lourenço OAB/SP 180129 e Maria Izabel Garcia OAB/SP 106123). Embgdo: Acórdão de fls. 336/344. Recte: M.I.G. (Adv: Cristiane Lourenço OAB/SP 180129). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Lúcio Glomb (PR). EMENTA N. 155/2015/OEP. Embargos de Declaração. Alega omissão em relação à tese de cerceamento de defesa. Mero inconformismo. 1) A matéria foi apreciada no acórdão embargado. Ademais, é entendimento que prevalece no CFOAB, de que não há nulidade por falta de intimação quando o processo está em pauta e é adiado para julgamento nas sessões posteriores. Isso porque as partes são alertadas na própria publicação de que "os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamento das sessões seguintes, sem nova publicação". A discordância da embargante com o que prevalece no Conselho Federal da OAB não torna o feito nulo e tampouco impõe qualquer efeito infringente aos embargos. 3) Embargos conhecidos e rejeitados. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, conhecendo e rejeitando os embargos de declaração. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. José Lúcio Glomb, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.005331-4/OEP - ED. Embgte: E.M.J. (Adv: Edu Monteiro Junior OAB/SP 98688). Embgdo: Acórdão de fls. 485/488. Recte: E.M.J. (Adv: Edu Monteiro Junior OAB/SP 98688 e Daniel Wagner da Silva OAB/SP 324870). Recdo: Joacir Herachio Alvarenga. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Elton José Assis (RO). EMENTA N. 156/2015/OEP. Embargos de declaração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada. Pedido de adiamento de julgamento do recurso não apreciado pelo relator. Recurso não julgado na sessão inicialmente designada, permanecendo em pauta e julgado na sessão seguinte. Ausência de nulidade. Perda de objeto do pedido de adiamento, porquanto adiado o julgamento para a sessão seguinte. Embargos de declaração que reiteram as mesmas teses recursais já apreciadas pela decisão embargada não devem ser conhecidos, por ausência de seus pressupostos legais de admissibilidade. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo dos embargos de declaração. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Elton José Assis, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.005483-0/OEP - ED. Embgte: N.M.S.F. (Adv: Nelson Manso Sayão Filho OAB/SP 143564-A). Embgdo: Acórdão de fls. 1784/1793 e 1855/1858. Recte: N.M.S.F. (Adv: Nelson Manso Sayão Filho OAB/SP 143564 e outros). Recdo: C.B.F., M.G. S/A, B.V. LTDA, (Advs: Regiane Coimbra Muniz de Goescavalcanti OAB/SP 108852, Bruno de Morais Souza OAB/DF 29262 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Luiz Carlos Levenzon (RS). Revisor: Conselheiro Federal José Luis Wagner (AP). EMENTA N. 157/2015/OEP. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO DO ÓRGÃO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. 1. As irresignações do embargante não ultrapassam os limites de admissibilidade, por não se verificar obscuridade, omissão, contradição ou erro material no acórdão embargado que mereça o acolhimento dos declaratórios. 2. Ausência dos pressupostos legais para conhecimento dos embargos. 3. Embargos não conhecidos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo dos embargos de declaração. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. José Luis Wagner, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.006523-8/OEP - ED. Embgte: C.D. (Adv: Clóvis Darrazão OAB/SC 13037B). Embgdo: Acórdão de fls. 1301/1306. Recte: C.D. (Advs: Clóvis Darrazão OAB/SC 13037B e Marco Conforto de Alencar Moreira OAB/DF 16147). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Henri Clay Santos Andrade (SE). EMENTA N. 158/2015/OEP. Embargos de declaração. Extinção da punibilidade pela prescrição. Anulação do acórdão proferido pela Terceira Turma da Segunda Câmara deste Conselho Federal, determinando retorno dos autos para novo julgamento, com notificação do recorrente. Anulada esta última decisão condenatória, e decorrido lapso temporal superior a 05 (cinco) anos desde a última causa válida de interrupção do curso da prescrição, qual seja, a decisão condenatória proferida pelo Conselho Seccional, há de ser declarada a extinção da punibilidade pela prescrição, nos termos do art. 43, caput, da Lei n. 8.906/94. Embargos acolhidos, com efeitos modificativos, para determinar o arquivamento do feito, porquanto permaneceu o processo sem a prolação de decisão condenatória por mais de 05 (cinco) anos. Precedentes deste Órgão Especial. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e acolhendo os embargos de declaração, com efeitos modificativos. Impedido de votar o Representante da OAB/Santa Catarina. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Marcelo Lavocat Galvão, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2012.007137-0/OEP - ED. Embgtes: A.T.B. e C.C.F. (Advs: Anderson Teles Balan OAB/SP 221564 e Cláudia Cristiane Ferreira OAB/SP 165969). Embgdo: Acórdão de fls. 1480/1484. Rectes: A.T.B. e C.C.F. (Advs: Anderson Teles Balan OAB/SP 221564 e Cláudia Cristiane Ferreira OAB/SP 165969). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Miguel Ângelo Cançado (GO). EMENTA N. 159/2015/OEP. Embargos de declaração. Efeitos modificativos. Advogados que se defendem durante toda a instrução de acusação de violação de sigilo profissional. Decisão do Tribunal de Ética e do Conselho Seccional que reconhecem a violação ao artigo 34, inciso VII, do EAOAB, mas tipificam, por erro, os fatos como infração disciplinar mais grave. Embargos conhecidos e acolhidos, com efeitos modificativos, para sanar a omissão apontada e tipificar os fatos como violação ao artigo 34, inciso VII, do EAOAB, cominando aos embargantes a sanção disciplinar de censura, convertida em advertência, por ausência de circunstâncias agravantes ou reincidência. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, que integra o presente, conhecendo e acolhendo os embargos de declaração com efeitos modificativos. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Pedro Paulo Guerra de Medeiros, Relator ad hoc. CONFLITO DE COMPETÊNCIA N. 49.0000.2012.008023-9/OEP - ED. Embgte: L.A.S.G. (Advs: Luiz Antonio Sampaio Gouveia OAB/SP 48816 e Alberto Zacharias Toron OAB/SP 65371). Embgdo: Acórdão de fls. 160/165 e 167/171. Suscte: L.A.S.G. (Adv: Luiz Antonio Sampaio Gouveia OAB/SP 48816). Suscdo: Subseção de Londrina do Conselho Seccional da OAB/Paraná. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Paraná, Conselho Seccional da OAB/São Paulo, Luiz Felipe de Silos Ferraz Mayrink Góes, Melissa de Silos Ferraz Mayrink Góes Gardemann e Camila de Silos Ferraz Mayrink Góes (Adv: Luiz Felipe de Silos Ferraz Mayrink Góes OAB/PR 47569). Relator: Conselheiro Federal Mário Roberto Pereira de Araújo (PI). EMENTA N. 160/2015/OEP. Embargos de declaração. Reiteração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada. Oposição de novos embargos com caráter meramente protelatório. Evidente pretensão de postergar o trânsito em julgado de decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina e início da execução da sanção disciplinar imposta. Manifesto intuito procrastinatório. Conduta processual reiteradamente repelida por este Conselho Federal. Abuso do direito de recorrer. Determinação de baixa dos autos para início do cumprimento da sanção disciplinar imposta, concomitante com a publicação do acórdão. Determinação de certificação do trânsito em julgado da decisão embargada. Possibilidade. Abuso do direito de recorrer que não pode se tornar óbice à efetividade e autoridade das decisões proferidas por este Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Não conhecimento dos embargos de declaração. Determinação de devolução de qualquer manifestação posterior ao Conselho Seccional de origem, para que analise a sua pertinência, já em sede de execução da sanção disciplinar. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo dos embargos de declaração. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Mário Roberto Pereira de Araújo, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.008306-4/OEP - ED. Embgte: D.P.M.G.F. (Advs: Andre Dutra Dorea Avila da Silva OAB/DF 24383, Luis Fernando Belém Peres OAB/DF 22162, OAB/MG 107407, Samira Lana Seabra OAB/DF 32970 e Christabelle-Ann Xavier OAB/DF 30158). Embgdo: Acórdão de fls. 655/665. Recte: D.P.M.G.F. (Advs: Andre Dutra Dorea Avila da Silva OAB/DF 24383, Luis Fernando Belém Peres OAB/DF 22162 e OAB/MG 107407 e Samira Lana Seabra OAB/DF 32970). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal. Relator: Conselheiro Federal José Guilherme Carvalho Zagallo (MA). EMENTA N. 161/2015/OEP. Embargos de declaração. Acolhimento. Processo de inidoneidade moral. Perda do requisito da idoneidade moral. Participação de candidato em fraude em exame de ordem. Nulidade do ato de emissão de certificado de habilitação profissional, devendo ser anulados todos os atos posteriores. Tratando-se de processo de inidoneidade moral, a competência para processamento e julgamento de recurso interposto contra acórdão do Conselho Seccional é fixada na Primeira Câmara do Conselho Federal, nos termos do artigo 88, inciso I, alínea b, do Regulamento Geral. Embargos acolhidos para sanar a omissão apontada, mantendo, contudo, a competência da Primeira Câmara do Conselho Federal para processar e julgar o recurso de fls. 462/482. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e acolhendo os embargos de declaração. Impedido de votar o Representante da OAB/Distrito Federal. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Fernando Santana Rocha, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2012.009215-4/OEP. Recte: P.A.L. (Adv: Paula Aparecida Leal OAB/MG 65073). Recdo: D.T.A. (Adv: Devanil Torres Alves OAB/MG 31361). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). EMENTA N. 162/2015/OEP. Recurso. Arquivamento de representação por ausência de infração disciplinar. Ato de Presidente de Subseção no exercício de competência administrativa. Ausência de materialidade de infração disciplinar. Reiteração de fatos e argumentos já analisados pelas instâncias de origem. Pretensão à responsabilização de Presidente de Subseção por meio de processo disciplinar, sem qualquer prova da prática de infração disciplinar. Recurso conhecido e não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, conhecendo e negando provimento ao recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Minas Gerais. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Robinson Conti Kraemer, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2012.009790-8/OEP - ED. Embgte: C.M. (Adv: Celio Maciel OAB/SP 116612). Embgdo: Acórdão de fls. 634/636. Recte: C.M. (Adv: Celio Maciel OAB/SP 116612). Recdo: R.C.R. (Advs: Maria da Conceição Padilha Soares OAB/SP 115668, Paulo Sergio Fernandes Ventura OAB/SP 131115 e Alexandre Vasconcellos Lopes OAB/SP 188672). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Charles Pamplona Zimmermann (SC). EMENTA N. 163/2015/OEP. Embargos de declaração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada. Recurso que não foi conhecido por ausência de seus pressupostos de admissibilidade. Mera pretensão ao reexame de mérito, sem a impugnação dos fundamentos da decisão embargada. Embargos de declaração não conhecidos, por ausência de seus pressupostos legais de admissibilidade. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo dos embargos de declaração. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Robinson Conti Kraemer, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2012.009799-0/OEP. Recte: E.B.N. (Adv: Eduardo Barbosa Nascimento OAB/SP 140578). Recdo: C.C.G. (Adv: Cleide Armel Dias da Silva OAB/SP 54060). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Charles Pamplona Zimmermann (SC). EMENTA N. 164/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Advogado punido com censura, por violação ao dever de sigilo profissional, nos termos do artigo 34, inciso VII, da Lei n. 8.906/94. Profissional que, ao patrocinar interesses de seu cliente em ação de regulação de visitas, descobre que a perita do juízo não detém habilitação profissional, vindo a requerer à autoridade policial a instauração de inquérito policial, instruindo seu pedido com cópias de peças da ação de regulação de visitas, com vistas à apuração de eventual infração penal de exercício ilegal da profissão (art. 47 da

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

LCP). Ausência de violação ao sigilo profissional. Situação que não envolve a intimidade das partes, mas sim de sujeito processual externo ao sigilo. Comunicação de prática de infração penal que não pode ser acobertada pelo sigilo profissional. Decisão recorrida que, ao não conhecer do recurso interposto, viola o artigo 34, inciso VII, da Lei n. 8.906/94. Recurso conhecido e provido para julgar improcedente a representação e determinar o arquivamento dos autos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, dando provimento ao recurso. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Robinson Conti Kraemer, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2012.010619-1/OEP. Recte: R.R.O. (Adv: Reinaldo Roessle de Oliveira OAB/SP 129231). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Elton José Assis (RO). EMENTA N. 165/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Primeira Turma da Segunda Câmara. Nulidade do julgamento proferido pelo Conselho Seccional da OAB/SP, que manteve a decisão prolatada pela Décima Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/SP. Presença de membros não Conselheiros no julgamento de primeira instância. Nulidade afastada. 1) Não são nulos os julgamentos compostos por membros não Conselheiros ocorridos antes da Resolução n. 04/2010, vez que realizados sob a égide da Súmula n. 01/2007 do Órgão Especial deste CFOAB. 2) Vedação existente apenas após a edição da Resolução n. 04/2010, que acrescentou o § 4º ao art. 109 do Regulamento Geral, o qual dispõe que a composição das Câmaras e órgãos julgadores é permitida exclusivamente a Conselheiros eleitos, titulares ou suplentes. 3) Recurso que se conhece e nega provimento. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e negando provimento ao recurso. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Elton José Assis, Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.012267-7/OEP. Recte: R.S.G. (Adv: Ricardo Scravajar Gouveia OAB/SP 220340). Recdo: F.R.A.B. (Adv: Ricardo Amado Azuma OAB/SP 285360). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Miguel Ângelo Cançado (GO). EMENTA N. 166/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Prescrição da pretensão punitiva. Última causa interruptiva de prescrição nos autos é a decisão condenatória proferida pelo Tribunal de Ética e Disciplina, em 30 de abril de 2010. Acórdão do Conselho Seccional que dá provimento ao recurso do representado para arquivar a representação. Decisão favorável que não interrompe o curso da prescrição, nos termos do artigo 43, § 2º, inciso II, da Lei n. 8.906/94. Acórdão da Segunda Turma da Segunda Câmara que dava provimento ao recurso do representante para restabelecer a condenação imposta pelo TED, mas que restou anulado posteriormente, pelo Pleno da Segunda Câmara, para determinar o retorno dos autos à Seccional para processamento e julgamento de recurso regimental. Transcurso de lapso temporal superior a 05 (cinco) anos sem a prolação de decisão condenatória. Prescrição da pretensão punitiva. Precedentes deste Órgão Especial. Recurso conhecido e provido para declarar extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e dando provimento ao recurso. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Pedro Paulo Guerra de Medeiros, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2012.012275-6/OEP. Recte: C.A.C. (Adv: Carlos Alberto Carnelossi OAB/SP 87848). Recdo: T.D.P.B. (Adv. Assistente: Cleber Niza OAB/SP 262024). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Guilherme Carvalho Zagallo (MA). EMENTA N. 167/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Segunda Turma da Segunda Câmara que não conhece de recurso voluntário em face de sua intempestividade. Comprovação de protocolo do recurso na Subseção dentro do prazo recursal. Retorno dos autos à Turma de origem para julgamento de mérito, atendidos os demais pressupostos de admissibilidade. Recurso conhecido e provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e dando provimento ao recurso. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Pedro Paulo Guerra de Medeiros, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2012.012965-0/OEP. Recte: U.S.I. e C.R.I. (Advs: Ursulino dos Santos Isidoro OAB/SP 19068, Cleidemar Rezende Isidoro OAB/SP 46816, Carlos Alberto Manfredini OAB/SP 44266 e Adile Maria Delfino Manfredini OAB/SP 182090). Recdo: U.C.M.E.H. Ltda (Repte legal: M.T.U.). (Advs: Alexandre Pires Martins Lopes OAB/SP 173583, Cesar Costa de Oliveira OAB/SP 271513, Osmar Santos Lago OAB/SP 182850, Vanderlei Santos de Menezes OAB/SP 165393 e Ricardo Ferraresi Junior OAB/SP 163085). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Daniel Victor da Silva Ferreira (RN). EMENTA N. 168/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Segunda Turma da Segunda Câmara. Trânsito em julgado da decisão recorrida. Coisa julgada administrativa. Impossibilidade de reanálise de questões de mérito. Não conhecimento do recurso. Recusa injustificada de prestação de contas configurada. Advogado notificado extrajudicialmente pelo cliente para prestar contas. Suspensão do exercício profissional. Afastamento, de ofício, da prorrogação até a efetiva prestação de contas, eis que a divergência entre as partes ocasionou o ajuizamento de ação judicial, caso em que a solução definitiva da controvérsia caberá ao Poder Judiciário, não sendo razoável a prorrogação de punição administrativa indefinidamente até o seu trânsito em julgado. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso, mas, de ofício, afastando a prorrogação da suspensão do exercício profissional. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Daniel Victor da Silva Ferreira, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.000481-0/OEP. Recte: L.A.O.M. (Adv: Luiz Antonio de Oliveira Mello OAB/SP 145142). Recdos: E.V.K., F.F.K.C. (Repte Legal: E.V.K.) e M.I.C. (Repte legal: E.V.K.). (Adv: Marilene Aparecida Bonaldi OAB/SP 42862). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Gedeon Batista Pitaluga Junior (TO). EMENTA N. 169/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Segunda Turma da Segunda Câmara. Ausência de interesse em recorrer. Representação que é liminarmente arquivada em relação ao advogado recorrente, por não ter praticado atos na ação judicial que deu origem à representação disciplinar, prosseguindo o feito somente em relação ao outro advogado representado. Advogado excluído do polo passivo de processo disciplinar não tem legitimidade para recorrer de decisão que impõe sanção disciplinar a outro advogado, por ausência de interesse de agir. Ausência dos pressupostos de admissibilidade do artigo 75 da Lei n. 8.906/94 e artigo 85 do Regulamento Geral. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Gedeon Batista Pitaluga Júnior, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.000701-3/OEP. Recte: A.R.C. (Adv: Aldo Raimundo Canônico OAB/SP 49676). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Afeife Mohamad Hajj (MS). EMENTA N. 170/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Primeira Turma da Segunda Câmara. Acórdão que mantém decisão monocrática de indeferimento liminar de recurso, por ausência dos pressupostos de admissibilidade previstos no artigo 75 da Lei n. 8.906/94. Reiteração de tese já analisada pela decisão recorrida. Publicação no DOU de parte dispositiva do acórdão. Ausência de nulidade. Obediência ao sigilo imposto pela Lei n. 8.906/94 aos processos disciplinares. Faculdade de o advogado requerer vista dos autos ou solicitar cópias do inteiro teor da decisão publicada, inclusive por meio eletrônico. Ausência de qualquer ato do recorrente nesse sentido. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Afeife Mohamad Hajj, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.001280-7/OEP - ED. Embgtes: A.N.P. e M.J.F. (Advs: Aldenir Nilda Pucca OAB/SP 31770-B e Moacyr Jacintho Ferreira OAB/SP 49482). Embgdo: Acórdão de fls. 530/536. Rectes: A.N.P. e M.J.F. (Advs: Aldenir Nilda Pucca OAB/SP 31770-B e Moacyr Jacintho Ferreira OAB/SP 49482). Recda: Léia Lourenço Pereira (Repte Legal: João Bosco de Souza Pereira). (Adv: Antonio José dos Santos OAB/SP 91295). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Edilson Oliveira e Silva (PA). EMENTA N. 171/2015/OEP. Embargos de Declaração ao Órgão Especial. Recurso conhecido e improvido. Alega omissão em relação às preliminares arguidas, bem como ao mérito da questão. Inocorrência. 1) Todas as alegações suscitadas no recurso e na petição de fls. 496/498 foram devidamente apreciadas e rejeitadas, inclusive, a questão de mérito. As irresignações do embargante não ultrapassam os limites de admissibilidade, por não se verificar obscuridade, omissão, contradição, ou erro material no acórdão embargado que mereça o acolhimento dos declaratórios. 3) Ausência dos pressupostos legais para conhecimento dos embargos. 4) Embargos não conhecidos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, não conhecendo dos embargos de declaração. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Edilson Oliveira e Silva, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.001740-8/OEP. Recte: R.J.A. (Adv: Valdemar Andreatta OAB/PR 3342). Recdo: Heloísa Ferencz Canzonieri (Advs: Joel Gonçalves de Lima Junior OAB/PR 36564, Daniele Rodrigues da Silva OAB/PR 63725, Silvane Boschini Lopes OAB/PR 61704 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). EMENTA N. 172/2015/OEP. Recurso - Decisão recorrida proferida pela Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB. Não conhecimento - Unanimidade - Alegação de Prescrição - Inocorrência - Prorrogação da suspensão prevista no art. 37, § 2º, do EAOAB. Perpetuidade da punição - Com razão o Recorrente - A prorrogação da sanção só se aplica às hipóteses de recusa injustificada a prestação de contas, o que não é o caso dos autos - Recurso conhecido e provido para afastar a prorrogação de suspensão. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, conhecendo e dando provimento ao recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Robinson Conti Kraemer, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2013.002019-2/OEP - ED. Embgte: C.A.A. (Advs: Tatiana Freire de Andrade OAB/SP 158339 e Carlos Alberto de Andrade OAB/SP 133267). Embgdo: Acórdão de fls. 550/553. Recte: C.A.A (Advs: Tatiana Freire de Andrade OAB/SP 158339 e outro). Recdo: M.P.A. (Advs: Marcondes Pereira Assunção OAB/SP 135153 e Edilson Tomaz de Jesus OAB/SP 142440). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Henri Clay Santos Andrade (SE). EMENTA N. 173/2015/OEP. Embargos de declaração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material. Decisão devidamente fundamentada. Não conhecimento. 1) Os embargos de declaração são cabíveis somente nas hipóteses de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material contidas no acórdão embargado. 2) A mera reiteração de tese recursal já apreciada pela decisão recorrida, qual seja, acórdão da Primeira Turma da Segunda Câmara, não faz com que a decisão ora embargada incida nos vícios que autorizem a oposição de embargos de declaração. 3) Embargos não conhecidos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo dos embargos de declaração. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Marcelo Lavocat Galvão, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2013.002022-4/OEP. Recte: E.R.M. (Advs: Gustavo Martin Teixeira Pinto OAB/SP 206949 e Caio Augusto Silva dos Santos OAB/SP 147103). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Edilson Oliveira e Silva (PA). EMENTA N. 174/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Recurso ao Conselho Federal interposto tempestivamente. Oposição de embargos de divergência por outro representado. Recurso previsto somente no Regimento Interno do Conselho Seccional. Desnecessidade de ratificação das razões recursais, após o julgamento dos embargos, por ausência de previsão legal. Indeferimento de pedido de vista formulado em sede de embargos de declaração, por conselheiro que não participou do julgamento de mérito. Possibilidade. Ausência de nulidade processual. Alteração da tipificação da conduta do advogado, que se defendeu oportunamente das imputações que lhe foram feitas. Inexistência de cerceamento de defesa. O representado se defende dos fatos e não da capitulação inicial que é dada à sua conduta, de modo que é possível, durante a instrução processual, ou até mesmo na fase recursal, ocorrer novo enquadramento jurídico da conduta infracional, desde que os fatos sejam os mesmos e seja oportunizado ao advogado exercer o contraditório e a ampla defesa. Conversão da sanção disciplinar de censura em advertência. Direito subjetivo do advogado representado. Recurso conhecido e parcialmente provido, para converter a censura em advertência, em ofício reservado, sem registro nos assentamentos do advogado recorrente. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e dando parcial provimento ao recurso. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Edilson Oliveira e Silva, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.002047-6/OEP. Recte: O.R.L. (Adv: Osmar Ramponi Leitão OAB/SP 79437 e outros). Recdos: S.P. e A.A.P. (Adv: Regina Silva Marques OAB/MG 44241). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Erick Venancio Lima do Nascimento (AC). EMENTA N. 175/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Intempestividade do recurso voluntário interposto em face de decisão monocrática do Presidente da Terceira Turma da Segunda Câmara que indeferiu liminarmente recurso ao Conselho Federal. Ausência de impugnação do recorrente. Fundamento autônomo. Trânsito em julgado da decisão monocrática. Impossibilidade de reabertura de controvérsia no processo. Recurso reconhecido como intempestivo acarreta a preclusão temporal, que significa a perda da faculdade processual de impugnação decorrente da inobservância de prazo. Tratando-se de intempestividade de recurso que visa o reexame da decisão de mérito, ocorre o trânsito em julgado, ou seja, o esgotamento dos meios internos de revisão da decisão, resultando na configuração da coisa julgado formal, cuja autoridade impede da reabertura de controvérsia no processo. Precedentes. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. João Bosto de Albuquerque Toledano, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2013.002060-5/OEP. Recte: M.E.N. (Adv: Margareth Eliana do Nascimento OAB/SP 71150). Recdas: Ana Lucia Leite Muzel e Cristiane Cibele de Almeida Bloes. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Daniel Victor da Silva Ferreira (RN). EMENTA N. 176/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Terceira Turma da Segunda Câmara. Não se admite recurso de natureza extraordinária quando a alteração do entendimento das instâncias de origem demandar o reexame das provas produzidas nos autos. Ausência dos pressupostos processuais de admissibilidade do artigo 75 da Lei n. 8.906/94 e artigo 85 do Regulamento Geral. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Daniel Victor da Silva Ferreira, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.002063-0/OEP. Recte: G.A.B. (Advs: Gabriel Huberman Tyles OAB/SP 310842 e outros). Recdos: A.C.F. e M.C.F. (Adv: Juliano de Oliveira Gomes OAB/SP 248958). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Edilson Oliveira e Silva (PA). EMENTA N. 177/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Prazo decadencial para formalização de representação em face de advogado na OAB. Adoção do prazo decadencial de 05 (cinco) anos, a contar da ciência do fato pela parte interessada, atendendo-se ao princípio da segurança jurídica, porquanto não pode permanecer o advogado indefinidamente submetido ao poder disciplinar da OAB, a critério exclusivo de quem tenha legitimidade para a representação. Consulta respondida neste Órgão Especial no sentido de inclusão de dispositivo na Lei n. 8.906/94, prevendo prazo de cinco anos, contados da data da constatação do fato pela parte interessada, para decadência do direito de representação perante a OAB visando à instauração de processo para apuração de faltas previstas no Estatuto ou no Código de Ética. Precedentes na jurisprudência da Segunda Câmara. Recurso conhecido e provido para declarar extinta a punibilidade pela decadência do direito de representação, formalizada há quase 10 (dez) anos após a ciência dos fatos pela parte interessada. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e dando provimento ao recurso. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Edilson Oliveira e Silva, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.002801-7/OEP - ED. Embgte: E.G.O.N. (Adv: Rodolfo Luiz de Souza Carvalho Domingues OAB/GO 26394). Embgdo: Acórdão de fls. 812/821. Recte: E.G.O.N. (Adv: Diógenes de Oliveira Frazao OAB/GO 1677). Recdos: M.M.L. e W.N.L.R. (Adv: Sergio Ferraz OAB/RJ 10217, OAB/SP 127336, OAB/AC 1570 e OAB/PA 4099). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Goiás. Relator: Conselheiro Federal José Lucio Glomb (PR). EMENTA N. 178/2015/OEP. Embargos de Declaração. Alega omissão. Alteração de data de julgamento. Questão esclarecida. 1) A Diretoria tem amplos poderes para fixar e alterar as datas das sessões (art. 91, do Regulamento Geral) de julgamento. Argumenta ausência de intimação para a nova data de julgamento do seu recurso. Nulidade afastada. 2) Existe um calendário anual no site oficial do CFOAB, no qual informa as datas previstas da realização das sessões. Contudo, essas datas só são ratificadas com a publicação da pauta, que acontece com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do julgamento. Não há obrigatoriedade de notificar novamente as partes, diante do alerta mencionado no final da convocação das pautas anteriores: "Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamento das sessões seguintes, sem nova publicação". Cabe ao procurador (e interessados) diligenciar junto ao site da OAB, ou a secretaria daquele órgão a data de julgamento do seu recurso, no período de 15 (quinze) dias que antecede a sessão. 3) Embargos conhecidos e rejeitados. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, conhecendo e rejeitando os embargos de declaração. Impedido de votar o Representante da OAB/Goiás. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. José Lúcio Glomb, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.003534-1/OEP - ED. Embgte: A.N.P. (Advs: Aldenir Nilda Pucca OAB/SP 31770-B e Moacyr Jacintho Ferreira OAB/SP 49482). Embgdo: Acórdão de fls. 574/579. Recte: A.N.P. (Advs: Aldenir Nilda Pucca OAB/SP 31770-B, Moacyr Jacintho Ferreira OAB/SP 49482 e outra). Recdo: Edvaldo Vanceslau de Farias. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Mário Roberto Pereira de Araújo (PI). EMENTA N. 179/2015/OEP. Embargos de declaração. Reiteração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada. Oposição de novos embargos com caráter meramente protelatório. Evidente pretensão de postergar o trânsito em julgado de decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina e início da execução da sanção disciplinar imposta. Manifesto intuito procrastinatório. Conduta processual reiteradamente repelida por este Conselho Federal. Abuso do direito de recorrer. Determinação de baixa dos autos para início do cumprimento da sanção disciplinar imposta, concomitante com a publicação do acórdão. Determinação de certificação do trânsito em julgado da decisão embargada. Possibilidade. Abuso do direito de recorrer que não pode se tornar óbice à efetividade e autoridade das decisões proferidas por este Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Não conhecimento dos embargos de declaração. Determinação de devolução de qualquer manifestação posterior ao Conselho Seccional de origem, para que analise a sua pertinência, já em sede de execução da sanção disciplinar. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo dos embargos de declaração. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Mário Roberto Pereira de Araújo, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.003793-6/OEP. Recte: J.C.B. (Advs: Marcia Bernardo de Oliveira OAB/SP 234766, Ana Rosa Milano OAB/SP 132424 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Walter Cândido dos Santos (MG). EMENTA N. 180/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Primeira Turma da Segunda Câmara. Acórdão de Conselho Seccional que indefere pedido de revisão de processo disciplinar, por ausência de erro de julgamento ou condenação baseada em falsa prova. Ausência de demonstração dos pressupostos específicos de admissibilidade previstos no artigo 85 do Regulamento Geral do EAOAB. Pretensão à reanálise do mérito do processo disciplinar que se pretende a revisão, já transitado em julgado. Impossibilidade. Mera reiteração de teses já analisadas pelas instâncias de origem e inovação de tese somente em sede extraordinária. Impossibilidade de apreciação, da mesma forma. Ausência dos pressupostos processuais de admissibilidade previstos no artigo 75 da Lei n. 8.906/94 e no artigo 85 do Regulamento Geral. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Walter Cândido dos Santos, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.003947-3/OEP. Recte: J.B.S.J. (Adv: João Benedito da Silva Júnior OAB/SP 175292). Recdo: Arnaldo Simões da Silva. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Luis Wagner (AP). EMENTA N. 181/2015/OEP. Recurso. Violação ao princípio da correlação entre o objeto da representação e a condenação. Recurso parcialmente provido. 1) Pelo princípio da correlação, decorrência do princípio constitucional do direito à ampla defesa, ao acusado deve ser assegurada a certeza de não ser condenado por fatos alheios àqueles que lhe são imputados e delimitados na representação, porquanto os fatos narrados na inicial é que conduzem a defesa na instrução processual, devendo o julgador pronunciar-se somente sobre aquilo que lhe foi pedido, que foi exposto na inicial pela parte. 2) Recurso conhecido e parcialmente provido para condenar o Recorrente à prática da infração prevista no art. 34, IV, do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, mantendo a pena de censura, nos moldes do art. 36, I, do mesmo Estatuto. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e dando parcial provimento ao recurso. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. José Luis Wagner, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.004735-4/OEP - ED. Embgtes: C.D.F. e R.T.S. (Advs: Carlos Demetrio Francisco OAB/SP 58701 e Ricardo Tadeu Sauaia OAB/SP 124288). Embgdos: Acórdão de fls. 1651/1660. Rectes: C.D.F. e R.T.S. (Advs: Carlos Demetrio Francisco OAB/SP 58701, Ricardo Tadeu Sauaia OAB/SP 124288 e outra). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Humberto Henrique Costa Fernandes do Rêgo (RN). EMENTA N. 182/2015/OEP. Embargos de Declaração. Alegam omissão e contradição no acórdão recorrido. Alegações infundadas. Inconformismo. 1) As matérias alegadas pelo embargante C.D. já foram devidamente analisadas nos acórdãos de fls. 1330 e 1654. A argumentação de contrariedade alegada pelo embargante R.T. quanto ao Princípio da Tipicidade já fora esclarecido no acórdão embargado, vez que o entendimento desde Conselho Federal é no sentido de que a correta violação de dispositivo legal não é requisito essencial da representação, cabendo ao Relator o enquadramento da infração cometida. Fato este que também ocorre no Direito Processual Penal, como bem citado às fls. 1654 do acórdão embargado. Indicação da infração cometida (fls. 761/762). Não há qualquer contrariedade a ser esclarecida. 2) O recorrentes buscam com estes embargos a reanálise de provas, o que não é possível nesta seara extraordinária, ainda mais por meio de declaratórios. Precedentes. 3) Ausência dos pressupostos legais para conhecimento dos embargos. 4) Embargos não conhecidos. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, não conhecendo dos embargos de declaração. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Daniel Victor da Silva Ferreira, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2013.005029-4/OEP. Recte: H.G.C. (Advs: Hernel de Godoy Costa OAB/SP 24480 e Marcia Batista Costa Pereira OAB/SP 203954). Recdos: S.I. Ltda e D.A.Cia Ltda (Repte legal: Osvaldo Neves Aguiar) (Advs: Carlos Carmelo Nunes OAB/SP 31956 e Cláudia Regina Gularth OAB/SP 206917). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Djalma Frasson (ES). EMENTA N. 183/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Segunda Turma da Segunda Câmara. Pretensão à mera reanálise dos elementos probatórios que formaram a convicção do julgador para impor ao recorrente sanção disciplinar por violação ao artigo 34, incisos XX e XXI, da Lei n. 8.906/94. Necessidade de reexame de cláusulas contratuais do contrato de honorários e da legalidade dos levantamentos dos alvarás. Impossibilidade. Última instância recursal administrativa. Ausência dos pressupostos de admissibilidade do artigo 75 da Lei n. 8.906/94 e artigo 85 do Regulamento Geral. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Marcus Felipe Botelho Pereira, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2013.005031-8/OEP. Recte: G.C. (Advs: Manoel de Souza Barros Neto OAB/MG 27957, João Carlos Navarro de Almeida Prado OAB/SP 203670 e outros). Recdos: Procuradoria da República em São Paulo/SP, PROCON/SP (Repte legal: Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer), Luciano Francisco Xavier e Pedro Antonio da Costa. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Walter Cândido dos Santos (MG). EMENTA N. 184/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Terceira Turma da Segunda Câmara. Pretensão ao reconhecimento de nulidades. Ausência de demonstração de prejuízo à defesa. Ausência dos pressupostos processuais de admissibilidade do artigo 75 da Lei n. 8.906/94 e artigo 85 do Regulamento Geral. Compensação de despesas não comprovadas pelo advogado. Pretensão ao reexame de matéria probatória produzida nos autos. Impossibilidade em sede extraordinária. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Walter Cândido dos Santos, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.006496-4/OEP. Recte: L.D.B.C. (Advs: Bruno Aurélio Rodrigues da Silva Pena OAB/GO 33670 e outros). Recdo: Segunda Câmara do Conselho Federal da OAB. Relator: Conselheiro Federal João Bosco de Albuquerque Toledano (AM). EMENTA N. 185/2015/OEP. RECURSO AO ÓRGÃO ESPECIAL CONTRA ACORDÃO UNANIME DA 2ª.SCA. PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO DE PROCESSO DE REVISAO DISCIPLINAR COM DECISAO TRANSITADA EM JULGADO. INEXISTENCIA DE CONDENAÇÃO DO RECORRENTE EM PROCESSO DISCIPLINAR POR ELE PROPRIO MANEJADO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO POR COMPLETA AUSENCIA DOS PRESSUPOSTOS LEGAIS. RECURSO NÃO CONHECIDO. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Goiás. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Pratas Lamachia, Presidente. João Bosco de Albuquerque Toledano, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.008347-0/OEP. Recte: J.R.S.J. (Adv: José Roberto Silva Junior OAB/SP 155422). Recdo: Mozart Henrique Ramos. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Sergio Eduardo Fisher (RJ). EMENTA N. 186/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Segunda Turma da Segunda Câmara. Pretensão à reanálise de teses de mérito. Impossibilidade. O recurso previsto no artigo 85, inciso I, do Regulamento Geral, somente será admitido quando a decisão unânime da Turma contrariar a Constituição, as leis, o Estatuto, decisões deste Conselho Federal, o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina ou os provimentos, tratando-se de recurso de natureza extraordinária e fundamentação vinculada, razão pela qual a jurisprudência deste Órgão Especial não admite a interposição de recurso que revele mera reiteração do recurso interposto ao Conselho Federal, trazendo o recorrente somente teses recursais já apreciadas pela instância recorrida, instância extraordinária, registre-se. Recurso não conhecido, por ausência dos pressupostos processuais de admissibilidade do artigo 75 da Lei n. 8.906/94 e artigo 85 do Regulamento Geral. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso. Brasília, 30 de novembro 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Sergio Eduardo Fisher, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.008380-2/OEP. Recte: P.H.F.B. (Adv: Paulo Henrique Ferreira Bibries OAB/SP 149025). Recdo: Adelson Luiz Silva. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Gedeon Batista Pitaluga Junior (TO). EMENTA N. 187/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Segunda Turma da Segunda Câmara. Recurso que simplesmente reitera teses devidamente analisadas pela decisão recorrida, sem que tenha o recorrente conseguido impugnar os fundamentos ali adotados. Recurso que simplesmente reitera as mesmas teses do recurso anterior, sem a impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido, não pode ser conhecido. Ausência dos pressupostos processuais de admissibilidade do artigo 75 da Lei n. 8.906/94 e artigo 85 do Regulamento Geral. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Gedeon Batista Pitaluga Júnior, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.008382-9/OEP. Recte: J.B.S.J. (Adv.: João Benedito da Silva Júnior OAB/SP 175292). Recdo: Fausto Galvão. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Guilherme Carvalho Zagallo (MA). EMENTA N. 188/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Ilegitimidade do representante. Inocorrência. Segundo advogado não representado. Violação ao "Princípio da Isonomia". Argumentação rejeitada. Penalidade agravada pela Turma. Alegação afastada. Participação de advogado não-Conselheiro no julgamento da 4ª Câmara Recursal. Inocorrência. Renúncia a mandato. Ausência de ciência do cliente. Abandono de causa. Configurado. Recurso improvido. 1) Segundo o art. 72 do EAOAB, para os fins previstos nesta norma estatutária, todo e qualquer cidadão da comunidade atingida pela conduta tida como infracional pode representar perante a OAB. Precedentes. 2) A simples existência do nome do advogado em documento de renúncia, sem que tenha realmente exercido ato judicial ou extrajudicial, não configura o cometimento de qualquer ato ilícito

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ou infração disciplinar. Precedentes. 3) O voto divergente constatou a presença de uma condenação com transitada em julgado nos antecedentes do representado, o que impossibilitaria a conversão da penalidade de censura em advertência. Voto acompanhado pela maioria dos Conselheiros, para aplicar corretamente a sanção de censura sem conversão, ante a presença da agravante prevista no inciso II, art. 37 do EAOAB. 4) O advogado assessor não participou do julgamento da 4ª Câmara, e sim, o Conselheiro George Augusto Niaradi, relator do voto, consoante se verifica às fls. 119/120 dos autos. 5) Não há nos autos documentos enviados aos seus clientes ou ao procurador destes noticiando a renúncia. Ciência da desistência do patrono por meio de intimação do juízo, após um ano e três meses do seu protocolo no Judiciário. Abandono de causa caracterizado tanto pela ausência de notificação como pelo período em que o processo ficou paralisado. 6) Recurso conhecido e improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e negando provimento ao recurso. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Pedro Paulo Guerra de Medeiros, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2013.008564-3/OEP. Recte: S.A.C. (Adv: Samuel de Andrade Canfield OAB/PR 18369). Recdo: J.F. (Adv: André Luis Aleixo OAB/PR 38550). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). EMENTA N. 189/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Locupletamento. Litispendência. Reconhecimento. Duas representações tendo o mesmo objeto, sendo uma formalizada pela parte prejudicada pela conduta do advogado e outra de ofício, por meio de ofício remetido pelo do juízo da causa à OAB. Extinção de o segundo processo disciplinar instaurado. Possibilidade de reconhecimento de litispendência em qualquer grau de jurisdição e a qualquer tempo. Recurso parcialmente provido. 1) Havendo duplicidade de representações, considerada a formalização de representação pela parte prejudicada pela conduta do advogado e outra por iniciativa do juízo da causa que, ao tomar conhecimento dos fatos oficia à OAB, há que se extinguir um dos processos, evitando-se o BIS IN IDEM, ou seja, a punição do advogado pelo mesmo fato em dois processos disciplinares distintos. 2) Recurso conhecido e provido para anular as decisões condenatórias proferidas no PD n. 4799/2007 (presentes autos) e determinar seu apensamento ao PD n. 5519/2007, já transitado em julgado e em fase de execução da sanção disciplinar imposta. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e dando provimento ao recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Robinson Conti Kraemer, Relator ad hoc. PROPOSIÇÃO N. 49.0000.2013.010364-0/OEP. Assunto: Proposição de súmula. Harmonização de jurisprudência. Art. 73, § 5º, do EAOAB. Pedido de revisão. Proponente: Segunda Câmara do CFOAB. Relator: Conselheiro Federal Miguel Ângelo Cançado (GO). EMENTA N. 190/2015/OEP. Proposição de Súmula - Harmonização de Jurisprudência - art. 73, § 5º, do EOAB - Pedido de Revisão - Legitimidade ativa do Sistema OAB - Harmonização revolvida com a edição do Enunciado na Súmula do Órgão Especial: "A Revisão prevista no art. 73, § 5º, do EOAB pode ser intentada por qualquer pessoa, desde que em favor daquele que é sujeito passivo na decisão cuja revisão se pretende processar.". Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, conhecendo e respondendo à proposição. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Pedro Paulo Guerra de Medeiros, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2013.011405-7/OEP. Rectes: O.A.L.N. (Adv: Olimpio de Abreu Lima Neto OAB/MG 60286) e L.C.C.A.L. (Adv: Luis Claudio Carvalho de Abreu Lima OAB/MG 66051). Recdo: José Blênio de Oliveira. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Sérgio Eduardo Fisher (RJ). EMENTA N. 191/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Recusa injustificada de prestação de contas. Condenação. Realização de acordo perante a OAB nos autos, depois de condenado pelo TED, já em sede de recurso ao Conselho Federal. Não descaracterização da infração disciplinar. Exclusão da prorrogação da sanção disciplinar imposta, face ao acordo realizado. Recurso conhecido e parcialmente provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e dando parcial provimento ao recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Minas Gerais. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Sérgio Eduardo Fisher, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.011715-1/OEP. Recte: R.C.B. (Adv: Reinaldo Celso Bignardi OAB/MT 3561/A). Recdo: E.M.S. (Adv: Edésio Martins da Silva OAB/MT 9254/O). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Relator: Conselheiro Federal José Luis Wagner (AP). EMENTA N. 192/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Segunda Turma da Segunda Câmara. Manutenção de decisão monocrática de indeferimento liminar de recurso, por ausência de seus pressupostos. Decisão de arquivamento de representação. Pretensão à reanálise de fatos e provas a fim de determinar o prosseguimento da representação. Impossibilidade. O recurso previsto no artigo 85, inciso I, do Regulamento Geral, somente será admitido quando a decisão unânime da Turma contrariar a Constituição, as leis, o Estatuto, decisões deste Conselho Federal, o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina ou os provimentos, tratando-se de recurso de natureza extraordinária e fundamentação vinculada, razão pela qual a jurisprudência deste Órgão Especial não admite a interposição de recurso que revele mera reiteração do recurso interposto ao Conselho Federal, trazendo o recorrente somente teses recursais já apreciadas pela decisão recorrida. Recurso não conhecido, por ausência dos pressupostos processuais de admissibilidade do artigo 75 da Lei n. 8.906/94 e artigo 85 do Regulamento Geral. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. José Luis Wagner, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.012480-6/OEP. Recte: J.R.R.N.F. (Advs: Jose Ribamar Rocha Neiva Filho OAB/PI 1170 e Afonso Freitas Ribeiro Gonçalves OAB/PI 10141). Recdo: E.R.O. (Advs: Tancredo Castelo Branco Neto OAB/PI 8008). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Piauí. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). EMENTA N. 193/2015/OEP. Recurso. Nulidade processual por cerceamento de defesa. Notificação do advogado para comparecer a audiência de instrução e julgamento frustrada. Notificações devolvidas com informação de que foram recebidas por terceiros, por engano. Ausência de nova tentativa de notificação do advogado por meio de publicação de edital. Não realização da audiência. Determinação de notificação para as alegações finais. Recurso conhecido e provido. 1) O art. 137-D, § 2º do Regulamento Geral, estabelece que, frustrada a tentativa de notificação por meio de correspondência com aviso de recebimento, enviada para o endereço profissional ou residencial constante do cadastro do Conselho Seccional, deverá ser realizada através de edital, a ser publicado na imprensa oficial do Estado. 2) E a ausência de intimação via edital, quando frustrada a entrega da notificação, constitui cerceamento de defesa, porquanto não consumada a intimação da parte para o ato processual a ser praticado no processo, impedindo-lhe de exercer o contraditório, prestar depoimento pessoal e apresentar suas testemunhas para oitiva, devendo ser anulado o processo desde a instrução. 4) E, anulado o feito e decorrendo lapso temporal superior a 05 (cinco) anos sem a prolação de decisão condenatória por qualquer órgão julgador da OAB, há que ser declarada a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva, nos termos do art. 43 da Lei n. 8.906/94. Precedentes deste OEP. 5) Recurso conhecido e provido. Extinção da punibilidade pela prescrição. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e dando provimento ao recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Piauí. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Robinson Conti Kraemer, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2013.012817-6/OEP. Recte: M.C.F.B. (Advs: Carlos Edmur Marquesi OAB/SP 174177 e Margareth de Castro Ferro Brunharo OAB/SP 82864). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Henri Clay Santos Andrade (SE). EMENTA N. 194/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Primeira Turma da Segunda Câmara. Pretensão à reanálise do conjunto fático-probatório dos autos. Impossibilidade. Arguições preliminares de irregularidade do quorum da sessão de julgamento na Primeira Turma, incompetência do relator, por integrar delegação diversa da composição da Turma, e de aplicação das normas de direito civil, subsidiariamente, ao processo disciplinar. Questões que decorrem exclusivamente do desconhecimento da recorrente das normas de regência da profissão e das normas internas do Conselho Federal da OAB. Desnecessidade de enfrentamento mais aprofundado. Ausência dos pressupostos processuais de admissibilidade do artigo 75 da Lei n. 8.906/94 e artigo 85 do Regulamento Geral. Não conhecimento. Se conhecido, pelo seu improvimento. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Fernando Santana Rocha, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2013.013063-0/OEP. Recte: C.H.F.S. (Adv: Carlos Humberto Fernandes Silva OAB/SC 12560). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal José Mário Porto Junior (PB). EMENTA N. 195/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Terceira Turma da Segunda Câmara. Pretensão à reanálise de teses já enfrentadas pela decisão recorrida e inovação de teses outras que não foram arguidas nas instâncias de origem. Impossibilidade de apreciação em sede recursal extraordinária. Contudo, ainda que analisadas as teses de nulidade, não assistiria razão ao recorrente, face ao regular trâmite processual. Ausência dos pressupostos processuais de admissibilidade do artigo 75 da Lei n. 8.906/94 e artigo 85 do Regulamento Geral. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. José Mário Porto Júnior, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.013873-0/OEP. Recte: S.G.F. (Adv: Sergio Gomes de Freitas OAB/RJ 91667). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Marcelo Lavocat Galvão (DF). EMENTA N. 196/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Terceira Turma da Segunda Câmara. Pretensão de reanálise de fatos e provas. Ausência de nulidade. Ausência dos pressupostos de admissibilidade do artigo 75 da Lei n. 8.906/94 e do artigo 85 do Regulamento Geral. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Rio de Janeiro. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Marcelo Lavocat Galvão, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.014496-0/OEP. Recte: J.C.B. (Advs: José do Carmo Badaró OAB/PR 14471 e outros). Recdo: A.C.S. (Advs: Paulo Roberto Jensen OAB/PR 15676 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Elton José Assis (RO). EMENTA N. 197/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Terceira Turma da Segunda Câmara. Não se admite recurso de natureza extraordinária quando a alteração do entendimento das instâncias de origem demandar o reexame das provas produzidas nos autos. A reiteração de tese de nulidade já devidamente analisada pela decisão recorrida não autoriza sua análise pela instância superior, ainda mais considerando que o recorrente sequer impugnou os fundamentos adotados para rechaçá-la. Ausência dos pressupostos processuais de admissibilidade do artigo 75 da Lei n. 8.906/94 e artigo 85 do Regulamento Geral. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Elton José Assis, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.000551-6/OEP. Recte: U.S.I. (Adv: Ursulino dos Santos Isidoro OAB/SP 19068). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Erick Venâncio Lima do Nascimento (AC). EMENTA N. 198/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Segunda Turma da Segunda Câmara que não conhece de recurso. Ausência dos pressupostos processuais de admissibilidade do artigo 75 da Lei n. 8.906/94 e artigo 85 do Regulamento Geral. Recurso ao Órgão Especial que simplesmente reitera teses devidamente analisadas pela instância de origem, sem qualquer demonstração de que o recurso interposto ao Conselho Federal supera os óbices de admissibilidade recursal, de modo a ser conhecido pela Segunda Turma da Segunda Câmara. Mera tentativa de reapreciação de fatos e provas nesta última instância recursal. Ausência dos pressupostos processuais de admissibilidade do artigo 75 da Lei n. 8.906/94 e artigo 85 do Regulamento Geral. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. João Bosco de Albuquerque Toledano, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2014.000952-8/OEP. Recte: M.V.C. (Advs: Manoel de Souza Barros Neto OAB/MG 27957 e outro). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Henri Clay Santos Andrade (SE). EMENTA N. 199/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Exercer a profissão enquanto suspenso. Infração disciplinar devidamente comprovada. Aplicação da penalidade de censura. Conversão em suspensão do exercício profissional pelo prazo de noventa dias, face à reincidência. Utilização da reincidência para majorar a sanção disciplinar para suspensão do exercício profissional, bem como fixar o prazo de 90 (noventa) dias, além da cumulação de multa de 02 (duas) anuidades. Nítido BIS IN IDEM. Recurso parcialmente provido, para reduzir a suspensão do exercício profissional para o mínimo legal de 30 (trinta) dias e excluir a multa de 02 (duas) anuidades, mantendo, no mais, a decisão condenatória do Tribunal de Ética e Disciplina, face à reincidência, que impede a cominação de censura. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e dando parcial provimento ao recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Minas Gerais. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Fernando Santana Rocha, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2014.000953-6/OEP. Recte: J.D.P.S. (Adv: Manoel de Souza Barros Neto OAB/MG 27957). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Djalma Frasson (ES). EMENTA N. 200/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Intempestividade. Protocolo do recurso depois de decorrido o prazo recursal, a contar da publicação do acórdão da Primeira Turma da Segunda Câmara no DOU. Locupletamento e ausência de prestação de contas. Infrações devidamente comprovadas. Acordo para pagamento realizado somente em ação judicial de cobrança movida pelos clientes do advogado, depois de penhorados valores via BACEN JUD. Acordo feito somente em face do bloqueio de valores e depois de proferida decisão condenatória pelo Tribunal de Ética e Disciplina. Irrelevância para a configuração das infrações disciplinares. Nítida falta de interesse do recorrente em restituir aos seus então clientes os valores que lhe eram devidos desde o momento do seu recebimento. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Minas Gerais. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Marcus Felipe Botelho Pereira, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2014.001559-5/OEP. Recte: A.I.G.A. (Advs: Antonio Ivanir Gonçalves de Azevedo OAB/RS 21686 e outra). Recdo: J.R.D. (Advs: Perciano de Castilhos Bertolucci OAB/RS 4684 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal Walter Cândido dos Santos (MG). EMENTA N. 201/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Segunda Turma da Segunda Câmara. Recurso que simplesmente reitera teses constantes do recurso interposto ao Conselho Federal. Recurso que não foi conhecido por ausência de seus pressupostos de admissibilidade. Reiteração das razões do recurso ao Conselho Seccional. Mera pretensão de reexame de questões fáticas e probatórias. Impossibilidade. Ausência dos pressupostos processuais de admissibilidade do artigo 75 da Lei n. 8.906/94 e artigo 85 do Regulamento Geral. Prescrição inocorrência. Recurso não conhecido. 1) A alegação de prescrição decorre exclusivamente do desconhecimento do recorrente quanto às normas de regência, não carecendo de maiores esclarecimentos, bastando apenas referência ao artigo 43 da Lei n. 8.906/94 e à Súmula 01/2011-COP. 2) A mera reiteração das razões do recurso interposto ao Conselho Federal obsta o conhecimento do recurso interposto. 3) Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Rio Grande do Sul. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Walter Cândido dos Santos, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.001612-9/OEP. Recte: F.L.F. (Advs: Flaviano Lopes Ferreira OAB/MG 61572, Fabiano Lopes Ferreira OAB/MG 53095, Magnum Lamounier Ferreira OAB/MG 105479 e outros). Recdo: J.M. (Adv: Jefferson Cardoso de Castro Rosa OAB/MG 90807). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Mário Roberto Pereira de Araújo (PI). EMENTA N. 202/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Recebimento de valores em nome de cliente. Compensação de honorários advocatícios sem expressa autorização ou previsão contratual. Ajuizamento de demanda judicial. Afastamento da tipificação do artigo 34, inciso XXI, da Lei n. 8.906/94. Recurso parcialmente provido. 1) A compensação de valores recebidos pelo advogado em nome de seu cliente com honorários advocatícios devidos e outras verbas somente é admitida quando houver previsão contratual expressa, ou autorização expressa do cliente, sob pena de incorrer na infração disciplinar tipificada no artigo 34, inciso XX, da Lei n. 8.906/94. 2) O ajuizamento de demanda judicial de prestação de contas pelo representante, que não se conforma com os valores recebidos e os honorários devidos, recomenda a exclusão da tipificação do artigo 34, inciso XXI, da Lei n. 8.906/94, face à divergência entre as partes e à incerteza dos valores que cada um fará jus decorrente do contrato de honorários advocatícios firmado, dependendo de pronunciamento do Poder Judiciário. 4) Recurso conhecido e parcialmente provido para excluir da condenação a tipificação do art. 34, inciso XXI, do EAOAB, e a prorrogação da sanção disciplinar até a prestação de contas. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e dando parcial provimento ao recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Minas Gerais. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Mário Roberto Pereira de Araújo, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.01614-5/OEP. Recte: R.G. (Advs: Rubens Graciolli OAB/RS 69552 e OAB/SC 30927-A, e Giancarlo Castelan OAB/SC 7082). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Erick Venancio Lima do Nascimento (AC). EMENTA N. 203/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Terceira Turma da Câmara. Não se admite recurso de natureza extraordinária quando a alteração do entendimento das instâncias de origem demandar o reexame das provas produzidas nos autos. No caso dos autos, para afastar a culpabilidade do recorrente e concluir pela tese de responsabilização de uma estagiária de seu escritório, que se equivocou e protocolou cópias de ação de usucapião como se novas ações fossem, haveria necessidade de reexame de todo o conjunto probatório dos autos, o que não se admite nesta última instância recursal administrativa. Ausência dos pressupostos processuais de admissibilidade do artigo 75 da Lei n. 8.906/94 e artigo 85 do Regulamento Geral. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Santa Catarina. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. João Bosto de Albuquerque Toledano, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2014.002091-4/OEP. Recte: S.A.P. (Adv: Antônio Carlos de Andrade Vianna OAB/PR 7202 e Sara Mendes Pierotti OAB/PR 45712). Recdo: J.S.A.A. (Adv: Reinaldo Ignácio Alves OAB/PR 8499). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal José Luís Wagner (AP). EMENTA N. 204/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Primeira Turma da Segunda Câmara. Julgamentos realizados pelos TED's. Composição de Conselheiros não eleitos. Questão devidamente apreciada pela decisão da Turma. Inocorrência de nulidade. 1) A recorrente repisa fatos já apreciados exaustivamente pela instância de origem, não cabendo a esta instância extraordinária a mera revisão das decisões das Turmas. 2) Ausência dos pressupostos processuais de admissibilidade do artigo 75 da Lei n. 8.906/94 e artigo 85 do Regulamento Geral. 3) Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. José Luis Wagner, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.002780-0/OEP. Recte: A.C. (Advs: Aimberê Cória OAB/SP 72662 e Gilberto Barreta OAB/SP 27450). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Fernando Santana Rocha (BA). EMENTA N. 205/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Primeira Turma da Segunda Câmara. Alega a existência de irregularidades nos processos disciplinares que culminaram com a representação "ex-offício" para sua exclusão dos quadros da OAB. Impossibilidade de análise. 1) As supostas nulidades devem ser suscitadas por intermédio de um "Pedido de Revisão" junto a Seccional. Não cabe a esta seara extraordinária realizar a revisão destes procedimentos por meio de um simples recurso. 2) Ausência dos pressupostos processuais de admissibilidade do artigo 85 do Regulamento Geral. 3) Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Fernando Santana Rocha, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.002819-9/OEP. Recte: L.M.A. (Advs: Leyla Maria Alambert OAB/SP 88848 e outra). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Henri Clay Santos Andrade (SE). EMENTA N. 206/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Primeira Turma da Segunda Câmara. Exclusão de advogado dos quadros da OAB. Artigo 38, inciso I, da Lei n. 8.906/94. Trânsito em julgado de três processos disciplinares em que foram impostas a sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional. Pretensão exclusiva de reexame das questões de mérito dos processos disciplinares já transitados em julgado e que ensejaram a instauração do processo visando à exclusão da recorrente dos quadros da OAB. Impossibilidade. Precedentes deste Conselho Federal. Ausência dos pressupostos de admissibilidade do artigo 75 da Lei n. 8.906/94 e artigo 85 do Regulamento Geral. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Fernando Santana Rocha, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2014.003448-4/OEP. Recte: E.P.G. (Adv: Euríale de Paula Galvão OAB/SP 110909). Recdo: Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Henrique Neves Mariano (PE). EMENTA N. 207/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Segunda Câmara do Conselho Federal, que não conhece de pedido de revisão por ausência de seus pressupostos de admissibilidade previstos no artigo 73, § 5º, da Lei n. 8.906/94. Necessidade de reexame dos autos do processo disciplinar revisando, já transitado em julgado, para concluir pela alegada existência de nulidade processual, como se a revisão de processo disciplinar fosse mera via recursal. Impossibilidade. A instância recursal última deste Órgão Especial não se destina ao reexame de fatos e provas, nos termos do artigo 85, incisos I e II, do Regulamento Geral. Pretensão à reanálise de fatos e provas do processo disciplinar já transitado em julgado. Impossibilidade. Ausência dos pressupostos de admissibilidade do artigo 75 da Lei n. 8.906/94 e artigo 85 do Regulamento Geral. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Henrique Neves Mariano, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.004842-2/OEP. Recte: L.G.D. (Advs: José Gomes de Matos Filho OAB/DF 5137 e outro). Recda: M.A.M. (Adv: Cíntia Braga e Sousa Guimarães OAB/DF 21384 e Rubens Tavares e Sousa OAB/DF 3867). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal. Relator: Conselheiro Federal José Lúcio Glomb (PR). EMENTA N. 208/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Primeira Turma da Segunda Câmara. Pretensão à reanálise de provas produzidas nos autos e devidamente apreciadas. Impossibilidade. Ausência dos pressupostos processuais de admissibilidade do artigo 75 da Lei n. 8.906/94 e artigo 85 do Regulamento Geral. Não conhecimento. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Distrito Federal. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. José Lúcio Glomb, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.005153-4/OEP. Recte: P.L.A.O. e H.J.P.S. (Advs: Fausto Luís Morais da Silva OAB/PR 36427, Henrique Jambiski Pinto dos Santos OAB/PR 31694 e Pericles Landgraf Araújo de Oliveira OAB/PR 18294). Recdo: C.A.C. (Repte legais: Jose Aroldo Gallassini e Cláudio F. B. Rizzatto). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Sérgio Eduardo Fisher (RJ). EMENTA N. 209/2015/OEP. Recurso ao Conselho Federal. Alega prescrição quinquenal. Alegação afastada. 1) O prazo prescricional começou a fluir em 28/09/2005, data oficial do conhecimento dos fatos, e foi interrompido com a regular notificação dos recorrentes realizada em 09/06/2008 (fls. 99/100), nos termos do § 2º, inciso I, do art. 43, do EOAB. Não transcorreu o prazo de 05 (cinco) anos entre a notificação válida e o julgamento ocorrido em 30/04/2012. Precedentes. Argui a presença de julgamento extra petita. Inocorrência. 2) Os comentários colocados pela ilustre Relatora não influenciaram na aplicação da penalidade imposta, tanto que fora mantida a mesma condenação do TED (fls. 419/426), qual seja, infração disposta nos arts. 5º, 7º, 28, 29 e 33, I, do CED e inciso IV, do art. 34, do EAOAB, sendo-lhes aplicada também a sansão de censura. Conversão da penalidade de censura em advertência. Impossibilidade. 3) Consta nos autos (fls. 553) informação de que os representados já haviam sofrido penalidade de censura, que fora convertida em "Advertência", em face de decisão transitada em julgada no PAD n. 3.946/2006. Ou seja, os representados já foram agraciados com a atenuante no referido processo. No mérito, reiteram que não cometeram qualquer infringência disciplinar. Argumentos já apreciados. 4) Os argumentos apresentados no apelo, simplesmente, repisam fatos já apreciados exaustivamente pela instância de origem, não cabendo a esta instância extraordinária a mera revisão das decisões das Câmaras. Precedentes. Recurso conhecido e não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, conhecendo e negando provimento ao recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Marcelo Lavocat Galvão, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2014.005295-2/OEP. Recte: S.C.G.R. (Adv: Gustavo Martin Teixeira Pinto OAB/SP 206949 e outro). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Marcelo Lavocat Galvão (DF). EMENTA N. 210/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Interposição via mensagem eletrônica. Ausência de apresentação dos originais no prazo regulamentar. Não conhecimento. I - Nos processos regidos pela Lei n. 8.906/94, e de acordo com o artigo 139, § 1º, Regulamento Geral, o recurso poderá ser interposto via fac-símile ou similar, devendo o original ser entregue até 10 (dez) dias da data da interposição. II - Desatendida a regra contida no artigo 139, § 1º, do Regulamento Geral, não se conhece do recurso. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo do recurso. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Marcelo Lavocat Galvão, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.006771-9/OEP. Recte: A.T. e E.T. (Advs: Fernando José de Barros Freire OAB/SP 138200 e outra). Recdo: A.S.S. (Adv: Cristiane Antônia da Silva Bento OAB/SP 280890). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Afeife Mohamad Hajj (MS). EMENTA N. 211/2015/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Artigo 85, inciso II, do Regulamento Geral. Audiência de instrução. Faculdade. Designação se reputada necessária. Artigo 52, § 2º, do Código de Ética e Disciplina. Locupletamento e recusa injustificada de prestação de contas. Retenção indevida de parte de valor devido ao cliente. Pagamento ao representante na primeira oportunidade, logo quando da notificação para a defesa prévia. Desclassificação. Recurso parcialmente provido. 1) A realização de audiência para oitiva de testemunhas e partes, na redação do artigo 52, § 2º, do Código de Ética e Disciplina, não é fase obrigatória do rito processual estabelecido pela Lei n. 8.906/94, sendo designada nos casos em que reputada necessária pelo Relator, de modo que sua ausência não configura nulidade, ainda mais quando a solução da causa demanda apenas prova documental. 2) O pagamento dos valores reclamados na primeira oportunidade que tem o advogado de falar nos autos, é circunstância que não deve passar à margem da valoração do julgador. 3) A jurisprudência deste Conselho Federal admite, excepcionalmente, a desclassificação das infrações disciplinares tipificadas no artigo 34, incisos XX e XXI, da Lei n. 8.906/94, para a violação ao preceito ético do artigo 9º do Código de Ética e Disciplina, que estabelece que a conclusão ou desistência da causa, com ou sem a extinção do mandato, obriga o advogado à devolução de bens, valores e documentos recebidos no exercício do mandato, e à pormenorizada prestação de contas, não excluindo outras prestações solicitadas, pelo cliente, a qualquer momento. 4) Recurso conhecido e parcialmente provido para desclassificar a conduta dos recorrentes para violação ao preceito ético do artigo 9º do Código de Ética e Disciplina, cominando, entretanto, em razão dos antecedentes, a sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 37, inciso II, da Lei n. 8.906/94, afastada a multa anteriormente cominada. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, conhecendo e dando parcial provimento ao recurso. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Afeife Mohamad Hajj, Relator. PEDIDO DE REVISÃO n. 49.0000.2014.013629-5/OEP. Reqte: R.B. (Adv: Francisco Apparecido Borges Junior OAB/SP 111508). Reqdo: Órgão Especial do Conselho Federal da OAB. Interessado: Conselho Sec-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

cional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Erick Venâncio Lima do Nascimento (AC). EMENTA N. 212/2015/OEP. Pedido de revisão. Ausência dos pressupostos de admissibilidade. Pretensão a novo julgamento de mérito de processo disciplinar objeto da revisão. Impossibilidade. Pedido de revisão não conhecido. 1) O artigo 73, § 5º, da Lei n. 8.906/94 admite a revisão de processo disciplinar, por erro de julgamento ou por condenação baseada em falsa prova, tratando-se de ação de natureza autônoma que visa à desconstituição da coisa julgada administrativa, somente sendo admitida nas hipóteses taxativamente ali previstas. 2) Não se trata, pois, de mera via recursal destinada a nova análise de questões fáticas, probatórias e de mérito do processo disciplinar revisando. 3) A última decisão condenatória, proferida por este Órgão Especial, analisou detidamente as questões de mérito, tanto que proveu parcialmente o recurso da requerente para afastar a prorrogação da sanção disciplinar até a prestação de contas, já reconhecida nos autos. 4) Pedido de revisão não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, não conhecendo do pedido de revisão. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. João Bosco de Albuquerque Toledano, Relator ad hoc. PROPOSIÇÃO N. 49.0000.2015.006992-3/OEP. Assunto: Proposição. Edição de Súmula. Competência para aplicação de penalidade aos profissionais sancionados que tenham inscrição principal em outro Estado. Art. 70, § 2º c/c art. 74 do EAOAB. Proponente: Secretário-Geral do Conselho Seccional da OAB/Paraná - Gestão 2013/2015 (Eroulths Cortiano Junior). Relator: Conselheiro Federal Sergio Eduardo Fisher (RJ). EMENTA N. 213/2015/OEP. Proposição de Súmula. A competência para aplicar a penalidade é da Seccional onde o advogado possui seu registro principal e a partir do qual exerce regularmente a profissão. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, acolhendo a proposição. Brasília, 30 de novembro de 2015. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente. Sérgio Eduardo Fisher, Relator.

Brasília, 9 de dezembro de 2015.
CLAUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA
Presidente do Conselho

CUIDADOS SIMPLES PODEM EVITAR DEVOLUÇÕES DE MATÉRIAS

A Imprensa Nacional alerta aos responsáveis pelo encaminhamento de matérias que os arquivos para publicação no Diário Oficial da União, além de devidamente identificados segundo a natureza do ato (tipo do ato), devem conter codificação própria dos formatos, com caracteres de controle, conforme determina o art. 46 da Portaria nº 268, de 5 de outubro de 2009, sob pena de devolução da matéria.

Veja como inserir a codificação dos formatos no texto:

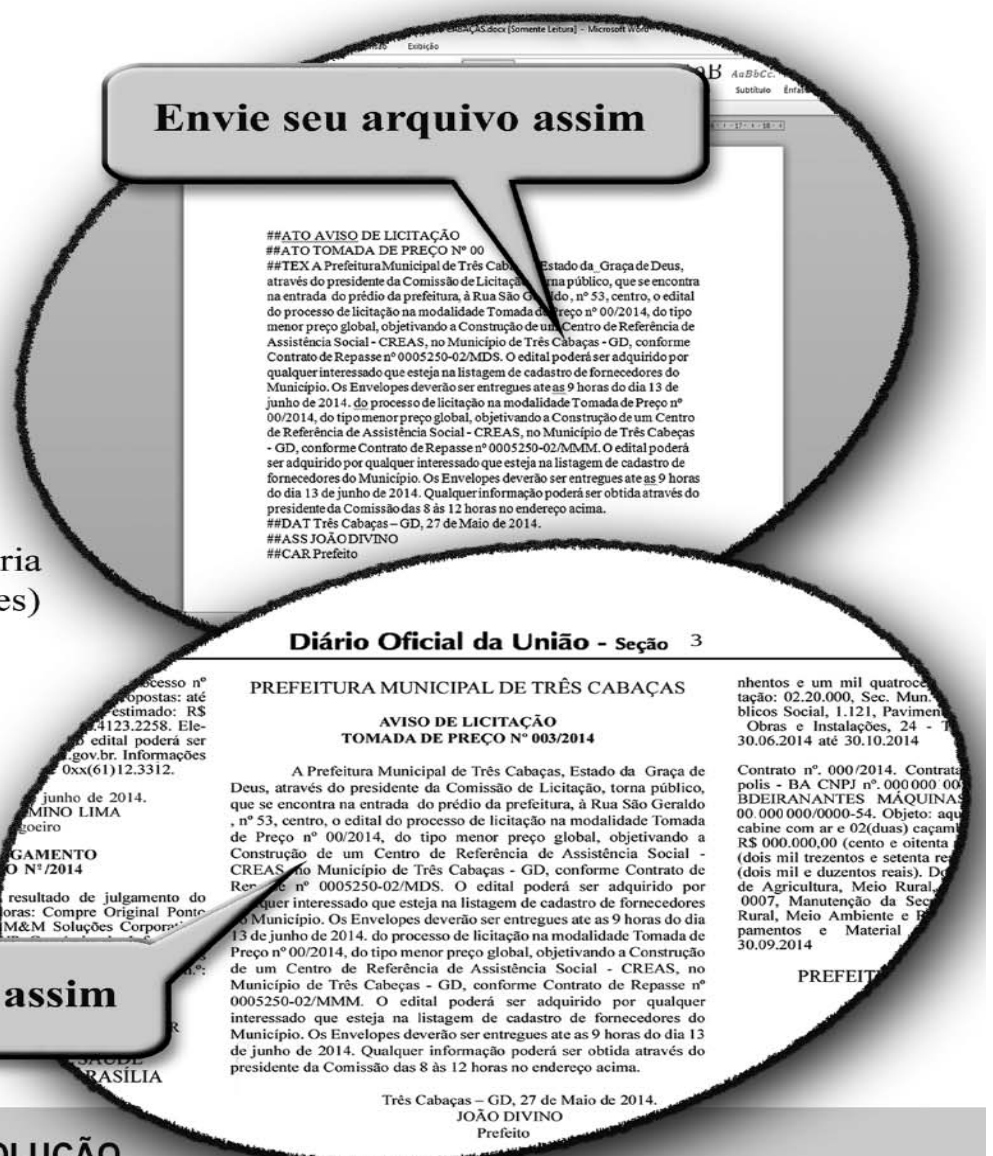
##ATO Tipo de ato

##TEX Texto da matéria

##DAT Data (exceto extratos e retificações)

##ASS Nome da autoridade signatária (exceto extratos e retificações)

##CAR Função da autoridade signatária (exceto extratos e retificações)



FORMATAÇÃO COMPLETA REDUZ O RISCO DE DEVOLUÇÃO

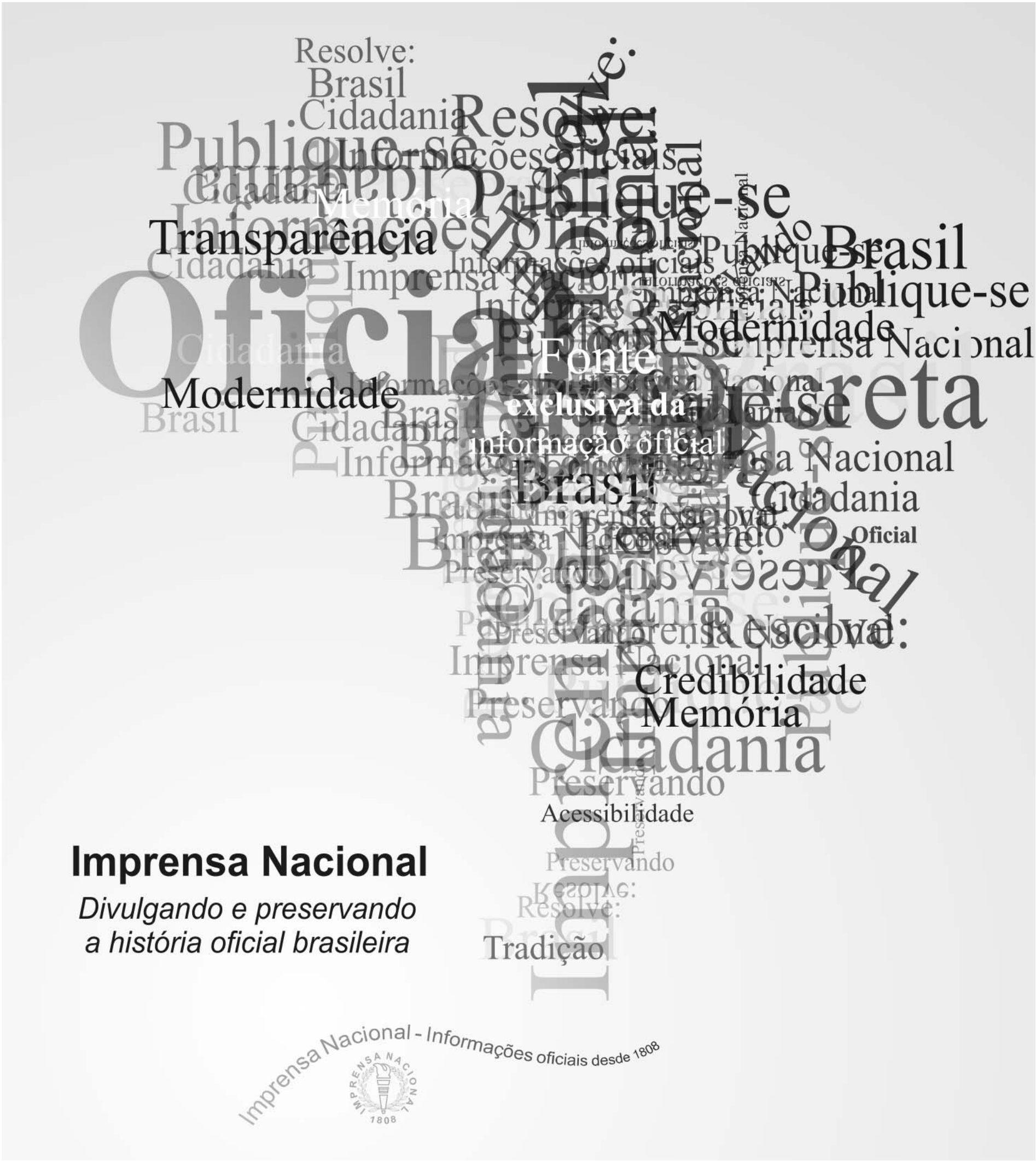


ENVIO ELETRÔNICO DE MATÉRIAS

Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus.*
Sua matéria pode ser rejeitada, caso seja constatado algum tipo de contaminação.
Novos tipos de vírus aparecem diariamente, causando transtornos e prejuízos para os usuários de computadores. Portanto, cuidado, seja prudente!
Atualize seu software antivírus **com freqüência, para evitar sua defasagem e ineficácia na eliminação de novos vírus que venham a surgir.**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015121100206

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.


Resolve:
Brasil
Cidadania
Publique-se
Informações oficiais
Memória
Transparência
Modernidade
Fonte
exclusiva da
informação oficial
Brasil
Oficial
Cidadania
Preservando
Credibilidade
Memória
Acessibilidade
Tradição
Imprensa Nacional
Divulgando e preservando
a história oficial brasileira
Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015121100208

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.